

**Universidade Nova de Lisboa**  
**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**  
**Mestrado de História de Arte Moderna**

***O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal  
(1521-1577)***

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre  
sob a orientação do Prof. Doutor Rafael Moreira  
Candidata: Carla Alferes Pinto

Lisboa, 1996

## ÍNDICE

Lista de abreviaturas e siglas	4
Introdução — <i>A «imagem» da Infanta na historiografia: o estado da questão</i>	7
Parte I — Dados Biográficos	
Capítulo 1 — <i>Dona Maria, Infanta de Portugal</i>	15
Capítulo 2 — <i>A «Sempre-Noiva»: política matrimonial e diplomacia paralela</i>	34
Capítulo 3 — <i>A Sereníssima Infanta Dona Maria: a sua casa e fortuna</i>	59
Parte II — O mecenato	
Capítulo 4 — <i>«A Suprema glória»: o Desenho e a Pintura</i>	73
Capítulo 5 — <i>O mecenato arquitectónico e a lógica das fundações</i>	87
Capítulo 6 — <i>«Principis museolo»: a Escultura e a reinvenção das relíquias</i>	108
Capítulo 7 — <i>«Le soleil n'est pas plus brillant»: as Artes sumptuárias</i>	120

Capítulo 8 — <i>O mecenato literário</i>	139
Capítulo 9 — <i>O testamento, o «título das tenças» e o “mecenato póstumo”</i>	161
Capítulo final — <i>As impossibilidades do mecenato da Infanta Dona Maria</i>	169
Fontes e Bibliografia	173
Anexo Documental	
Anexo Gráfico	

## Lista de abreviaturas e siglas

# — cruzados

**artº** — artigo

**c.** — cerca de

**cap.** — capítulo

**cód.** — código

**cx.** — caixa

**doc.** — documento

**ed.** — edição

**fasc.** — fascículo

**fº \ ffº** — fólho (s)

**inv.** — inventário

**Lº** — Livro

**nº** — número

**p. \ pp.** —página (s)

**p/b** — preto e branco

**res.** — reservados

**s/d** — sem data

**séc.** — século

**sep.** — separata

**vol.** — volume

**cit.** — citado

**ANTT** — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**BA** — Biblioteca da Ajuda

**BNL** — Biblioteca Nacional de Lisboa

**BNP** — Biblioteca Nacional de Paris

**BPE** — Biblioteca Pública de Évora

**MB** — Museu Britânico

**MNAA** — Museu Nacional de Arte Antiga

## **Parte I — Datos biográficos**

***Introdução — A "imagem" da Infanta na historiografia: o estado da questão***

A decisão de fazer da Infanta D. Maria e da sua acção mecénática tema desta dissertação de mestrado começou a esboçar-se depois da realização de um trabalho para a cadeira anual em História da Arte Moderna sobre a Igreja de Nossa Senhora da Luz (no ano lectivo de 1991/1992). O complexo urbanístico da Luz — com a Igreja, Convento e Hospital — era, sem dúvida, o pólo mecénático mais conhecido da Infanta, apesar de nunca ter sido alvo de trabalhos monográficos. Foi a realização desses, sob o prisma arquitectónico, que nos suscitou um genuíno interesse pela personalidade da Infanta D. Maria, incrivelmente descurada pela historiografia nacional.

A intenção que presidiu à análise desta personagem passava, inicialmente, por uma procura exhaustiva de fontes — uma vez que existia pouca documentação identificada e analisada sobre a vida e acção da Infanta — que permitisse fundamentar ideias que, de alguma forma, reflectissem os últimos contributos da historiografia nacional e internacional, designadamente nos domínios da biografia, da historiografia sobre as mulheres e sobre o mecénato<sup>1</sup>. Todavia, apercebemos-nos rapidamente que a *imagem* da Infanta se encontrava envolta numa névoa de mistério e falsa piedade que nos conduziu a uma inevitável releitura da produção historiográfica tradicional e moderna.

Esta capa quase mítica que envolve a figura de D. Maria começou a ser construída poucos anos depois da sua morte. Julgamos que a personalidade da Infanta foi sujeita a um apagamento propositado: pela sociedade contrareformista — que não podia aceitar uma mulher de acção enérgica e ambições próprias, criando o mito de uma falsa modéstia e da sua extrema beatitude —, e pelas circunstâncias políticas do novo governo filipino, cuja necessidade de legitimação passava pelo esquecimento forçado de uma personagem tão marcante da família de Avis.

---

<sup>1</sup> Sobre estes temas têm sido publicados vários trabalhos nos últimos anos. Destacamos os seguintes: AAVV, 1978 — *Culture et pouvoir au temps de l' Humanisme et de la Renaissance: Actes du Congrès Marguerite de Savoie*. Genebra: Slatkine; Weightman, Christine, 1993 — *Margaret of York: Duchess of Burgundy 1446-1503*. 2ª ed. Stroud: Alan Sutton; King, Margaret L., 1991 — *A Mulher Renascentista* in "O Homem Renascentista" (dir. Eugénio Garin). Lisboa: Editorial Presença, pp. 193-227 (*L'Uomo del Rinascimento*, 1988, Roma-Bari: Laterza & Figli Spa.; King, Margaret L., 1993 — *Mujeres renacentistas: La búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza Editorial (*The Woman of the Renaissance*, 1991, Roma-Bari: Laterza & Figli Spa.); Haskell, Francis, 1984 — *Patronos y pintores: arte y sociedad en la Italia barroca*. Madrid: Cátedra (*Patrons and painters*, 1980, Yale University); Trevor-Roper, Hugh, 1991 — *Patronage and ideology at four Habsburg courts 1517-1633*. 2ª ed. Londres: Thames and Hudson; Kempers, Bram, 1994 — *Painting, Power and Patronage: The rise of the Professional Artist in Renaissance Italy*. 2ª ed. Londres: Penguin (*Kunst, macht en mecenaat*, 1987); Strong, Roy, 1995 — *Art and Power: Renaissance Festivals 1450-1650*. 4ª ed. Suffolk: The Boydell Press.



As suas relações familiares sugeriam uma actuação pouco discreta no palco europeu. D. Maria era, de facto, vista como uma Habsburgo<sup>2</sup> — ainda que dentro dos limites da conveniência de cada proposta casamenteira — e a sua presença, essencialmente devida à sua fortuna, foi continuamente disputada por três coroas: a portuguesa, a francesa e a castelhana. D. Maria nasceu e formou-se sob a égide renovadora e esperançada da *devotio moderna* e nem o início e conclusão dos trabalhos de Trento — e as pesadas consequências que produziu na religião e sociedade portuguesas — fizeram alterar substancialmente a sua postura<sup>3</sup>. Pelo contrário, julgamos que a Infanta usou uma sólida oposição aos exageros contra-reformistas como arma política contra o seu irmão Cardeal D. Henrique, que tão bem os personificava. Esta resistência de cariz religioso passava pela necessidade de D. Maria se afirmar politicamente diferente, mesmo antagónica, de seu irmão, como bem demonstra no programa arquitectónico e iconográfico da Igreja de Nossa Senhora da Luz, que adiante veremos<sup>4</sup>.

A religiosidade não estava ausente do quotidiano da Infanta, como não estava, aliás, de qualquer outra personagem do século XVI europeu. A Igreja e as cerimónias religiosas marcavam a sua presença e importância em inúmeros e distintos acontecimentos públicos e privados, acentuando o seu papel de paladina da moral mas, também, de legitimadora política que os príncipes usavam conforme as necessidades. Por outro lado, os anos de Quinhentos assistiram a diferentes posturas sobre a forma de encarar a religião, que encontram posições extremadas entre os momentos pré e contra reformistas.

Foi em Damião de Góis e João de Barros que encontrámos as primeiras palavras elogiosas dirigidas à Infanta. Damião de Góis, enquanto cronista oficial de seu pai, limita-se

---

<sup>2</sup> Veja-se o exemplo de Francisco I que, ao propôr a paz a Carlos V através de casamentos, menciona apenas a filha do Imperador e a Infanta portuguesa: "*encarregado o dito embaixador de insinuar ao Imperador o quanto cumpria, para estreitar mais a amizade que entre elles reinava, o vincularem-se por via de casamentos; [...], se com sua filha, se com sua sobrinha a Infanta, de Portugal.*" BNP, Cód. 8 577, p. 204 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 275.

<sup>3</sup> "*Nada na vida destas duas damas [Blesilla e Flamínia, personagens do Colloquium de Luísa Sigeia, escrito em 1552] nos indica que rezem, que frequentem a missa e os sacramentos. É evidente que o não fazem. As suas obrigações religiosas exteriorizam-se em algumas boas obras e no temor a Deus e não é claro na leitura que as boas obras decorram de um princípio religioso e não apenas da solidariedade humana. Não são certamente necessárias para a Salvação.*" Alves, 1990, p. 73.

<sup>4</sup> Discordamos, portanto, da ideia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos que encontrou na atitude religiosa da Infanta uma alteração nítida: teria sido introduzida nos estudos humanistas, mas com a evolução social e religiosa que Portugal viveu teria passado a um registo de vida mais recolhida e piedosa. Vasconcelos, 1983, p. 85, n. 118. O facto de D. Maria ter instituído conventos e um hospital, reflecte mais as atitudes do pai e da tia D. Leonor, que uma piedade exacerbada. Por outro lado, como iremos mostrar no capítulo 2, a princesa tentou ser rainha até à sua morte.

a referir a imensa fortuna de D. Maria. Barros — no seu extenso *Panegírico* de 80 capítulos — fornece-nos importantes dados para a compreensão e formação da personalidade de D. Maria, dizendo-nos que o profundo estudo da língua latina que a Infanta praticou se deveu à necessidade de ler os Doutores da Igreja e as Sagradas Escrituras<sup>5</sup>. Existe, sem dúvida, um exagero da parte de João de Barros nestas afirmações. A sua ideia seria a de enaltecer a inteligência e estudo de D. Maria mais que o fervor religioso e, de qualquer forma, este texto foi escrito para comemorar o facto da Infanta se tornar Senhora de Viseu, cidade da qual Barros era natural.

O elogio de João de Barros surge-nos precocemente, revelando as preocupações humanistas que eram também as suas, mas historiando sem material, sem o devido distanciamento temporal necessário a uma análise mais objectiva. Esta falta de objectividade agrava-se no período filipino, do qual datam os relatos seguintes: Pedro Mariz nos seus *Dialogos de vária história* (1594), Duarte Nunes de Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal* (1610) ou Frei Luís dos Anjos no seu *Jardim de Portugal* (1626). Mencionam uma remota imagem de virtude, riqueza e erudição, que sendo verdadeira, adquire contornos de exaltação piedosa.

Frei Miguel Pacheco iniciou uma nova etapa na produção historiográfica sobre a figura da Infanta, com propósitos políticos opostos — ou seja, a legitimação da nova dinastia de Bragança — mas que vai acentuar a ideia de redução do papel da mulher às virtudes feminis<sup>6</sup>. Em 1675 foi dada à estampa, postumamente, a muito *sui generis* obra de Pacheco. Na *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria* — uma das primeiras biografias escritas sobre personagens portuguesas e seguramente precoce no que diz respeito a mulheres — foi feito um relato bastante pormenorizado dos passos da vida da protagonista, acompanhada por comentários e referências constantes a textos clássicos, nomeadamente citações da Bíblia e de autores cristãos e romanos.

Para além das citações e exageros de teor religioso — que conferem ao texto um carácter de apologética hagiográfica — Pacheco teve acesso a algumas fontes<sup>7</sup> que interpretou de forma a "criar" a lenda da desventurosa vida da Infanta, sempre preterida pelo irmão. Mas afinal, e pondo de parte as suas considerações contra-reformistas, os dados crus

---

<sup>5</sup> Barros, 1946, parágrafos 19 e 24.

<sup>6</sup> Manuel de Faria e Sousa (1674), no seu *Epitome de las histórias portuguesas* lembrara já a cultura e erudição de D. Maria.

<sup>7</sup> "*Tengo en mi poder cartas originales, todas de su letra, en extremo bien formada*" Pacheco, 1675, p. 88

que nos apresenta não falam mais do que das justificadas razões de Estado e do comportamento comum aos membros das famílias reais e nobres do século XVI. Esta imagem desfocada que Pacheco gerou teve larga fortuna, mantendo-se inalterável até aos nossos dias.

Mas o interesse por este livro não se esgota aqui: é oferecido — por Frei Lourenço Saro, Prior Geral da Ordem de Cristo — à Infanta D. Isabel Maria Josefa<sup>8</sup> — para que se fizesse "*publica memoria das insignes virtudes da serenissima Infanta D. Maria, ramo aureo da Real aruore dos senhores Reys de Portugal, esclarecidos progenitores de V. Alteza*"<sup>9</sup>. Ironicamente, a figura e vida da Infanta Dona Maria serve quase cem anos depois da sua morte para legitimar uma nova casa real.

O século XVIII, influenciado talvez pelos ideais iluministas, coloca o ênfase na erudição de D. Maria criando o mito de uma *universidade feminina* dirigida sob a égide da Infanta. O século seguinte não produziu texto algum específico sobre a Infanta e as menções a ela feitas incluem-se em obras sobre instituições educativas e sobre Camões. As exceções encontram-se num poema de Júlio de Castilho intitulada *A Infanta* e inserido nas suas *Manuelinas* (1899) e num pequeno opúsculo espanhol da mesma data chamado *Tres princesas lusitanas* de Francisco de Paula Villa-Real y Valdivia. Neste texto há uma mistura entre factos verdadeiros — provavelmente colhidos no livro de Frei Miguel Pacheco — e a lenda, sempre sob a capa enaltecadora da religiosidade e virtudes inerentes às mulheres oitocentistas.

Logo no início do século XX, em 1902, foi publicado o livro de Carolina Michaëlis de Vasconcelos *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas* que, com uma fundamentação histórica preciosa, tratou os aspectos culturais da vida e acção de D. Maria e do círculo de damas dotas com que conviveu, na qual se incluíam os nomes de Luísa e Ângela Sigeia, Hortênsia de Castro, Joana Vaz, as irmãs Gusmão, etc. A imagem da Infanta começou a ser essencialmente alterada pelos dados históricos e biográficos que a autora desenvolveu, nomeadamente no que respeitava aos contributos que forneceu nas áreas da literatura, da formação e da valorização do papel cultural e político da mulher no século XVI.

---

<sup>8</sup> Filha e então herdeira de D. Pedro II.

<sup>9</sup> Pacheco, 1675, na dedicatória.

Algumas das afirmações e certezas que a autora produziu no início do século estão hoje sujeitas a revisão — designadamente a imagem de extrema piedade que a autora não apaga —, todavia foram um ponto de partida essencial para a execução deste trabalho. A monografia de Carolina M. de Vasconcelos teve reflexos muito importantes na produção historiográfica de e sobre mulheres neste século. Com efeito, surgiram uma série de ecos desta publicação, infelizmente incapazes de manter a linha inovadora e reabilitante da figura da Infanta que a estudiosa alemã iniciara<sup>10</sup>. As excepções encontram-se em cinco ou seis autores.

José Maria Rodrigues, mesmo antes do fim da década, desenvolve — e defende até ao fim da vida — a hiperbólica tese dos amores camonianos pela Infanta. Esta ideia era essencialmente baseada no estudo da personalidade e da obra lírica de Luís Vaz de Camões, considerando que o *alto pensamento* do poeta não poderia ser dirigido a outra que não a culta e bela filha de D. Manuel. A tese infantina teve alguns reflexos no panorama das letras internacionais mas foi muito criticada internamente, talvez com o mesmo exagero com que foi defendida por Rodrigues<sup>11</sup>.

E em 1909, Joaquim de Araújo publicou em Génova um pequeno opúsculo com o objectivo de enriquecer algumas informações fornecidas por Carolina M. de Vasconcelos, nomeadamente no que dizia respeito às suas relações com França. Vieram, então, à estampa algumas cartas em francês e o retrato cópia da Abadia de St. Vaast, pela primeira vez impresso.

1946 marca o início de uma preocupação de ordem mais historicista na análise da figura de D. Maria. Durval Pires de Lima, fascinado com a complexa e imbricada estória das ofertas de casamento à Infanta, escreve um artigo relatando a esquecida proposta de Henrique VIII e imaginando uma pretensa esterilidade da princesa. Em 1950, o Conde de Vila Franca dedica-lhe algumas linhas na monografia intitulada *D. João I e a Aliança*

---

<sup>10</sup> Inserem-se nesta corrente da apropriação das qualidades "feminis" da Infanta para modelo da mulher do Estado Novo, as seguintes publicações: Silveira, Olga Moraes Sarmiento da, 1909 — *A Infanta D. Maria e a Côrte Portuguesa (1521-1577)*. Coimbra: Livraria Editora F. França Amado; Cotta, António dos Santos Carreta, 1924 — *Dona Maria Infanta de Portugal*. Évora: Minerva Comercial (este opúsculo, com cerca de 30 páginas, é muito curioso por se tratar de uma "*Dissertação apresentada no acto de Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*", apesar de pouco contribuir em termos históricos e/ou artísticos); Barros, Teresa Leitão de, 1924 — *Escritoras de Portugal*. Lisboa: Tip. António O. Artur; Leite, Bertha, 1940 — *A Mulher na História de Portugal*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial [esta autora traduziu a carta latina da Infanta para a sua mãe]; Nelly, 1943 — *A Infanta D. Maria de Portugal*. Lisboa: Tipografia "Oficinas Fernandes"; Barros, Thereza Leitão de, 1949 — *Infanta Dona Maria*. Lisboa: SNI; Sabugosa, Conde de, s/d — *Donas de tempos idos*. 3ª ed. Lisboa: Sociedade Editora.

<sup>11</sup> Este tema será alvo de desenvolvimento no capítulo 8.

*Inglês*; mas o grande contributo seguinte para o enriquecimento em torno do conhecimento desta personagem, foi a dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse escrita por Joaquim Veríssimo Serrão e publicada em 1955. Esta monografia refere, documentadamente, um aspecto até então quase ficcional da vida da Infanta: a sua fortuna no Sul de França. Além do levantamento da documentação existente, Veríssimo Serrão fez uma análise cuidada das relações económicas e políticas que a herdeira da rainha D. Leonor teve de enfrentar nas terras além-Pirinéus, abrindo caminho a uma série de questões que são colocadas e, julgamos, minimamente respondidas neste nosso trabalho.

Mais recentemente, a publicação de uma outra tese de Doutoramento sobre *As regências na menoridade de D. Sebastião*, de Maria do Rosário Themudo Barata (1992), trouxe um valioso contributo sobre o entendimento das ambições e desempenhos políticos de D. Maria, fechando um ciclo de contributos aleatórios que propiciavam a realização de uma extensa monografia sobre tão rica personagem.

Esta dissertação de mestrado não pretende, nem pode, esgotar o tema. Uma Iª Parte refere-se à vida da Infanta; na IIª, abordamos aquele que é o ponto fulcral desta tese: o mecenato artístico que D. Maria patrocinou nas mais diversas áreas. Foram estas obras que suscitaram a curiosidade pela princesa e que transmitiram mais cabalmente o poder e influência que teve no Portugal de Quinhentos.

Uma última menção para o facto de haver um número muito reduzido de documentos referentes à Infanta D. Maria, nomeadamente no que diz respeito à sua *casa*. A presença de D. Maria — que se adivinha mais do que se vê — foi propositadamente apagada, a ponto, julgamos, de se provocar uma sangria nas provas escritas no período coincidente, com o momento em que D. João III separa a casa real da sua (c. 1537). É provável que existam nos arquivos portugueses mais testemunhos ainda não identificados e, certamente, nos arquivos espanhóis<sup>12</sup>. Sabemos, por exemplo, que Frei Miguel Pacheco (?-1668), regular da Ordem de Cristo no convento da Luz, se deslocou a Madrid para tratar de problemas relacionados com a fortuna da Infanta. Nessa cidade exerceu o cargo de administrador do Hospital de Santo António dos Portugueses, o que justificaria a instituição de uma verba para as obras do hospital a debitar nos cadernos de D. Maria. Esta instituição, apesar de corresponder a

---

<sup>12</sup> Foram "*transferidos para Madrid os archivos da administração da casa da Infanta, bem como todos os processos que a prevaricadora gestão d'esta immensa fortuna havia provocado*" Brito, 1907-1908, vol. V, p. 112.

algumas das propostas políticas e iconográficas da Infanta — ver-se-á mais adiante o caso da Igreja de Santa Engrácia — acaba por servir de exemplo às atitudes que Pacheco tão veementemente criticou nos gestores da fortuna infantina, ou seja, a criação de dotações não contempladas no *Testamento da Infanta Dona Maria que Deus tem*.

Quero deixar expresso o meu agradecimento ao Prof. Doutor Rafael Moreira que paciente e inteligentemente orientou esta tese; aos meus colegas Dr<sup>a</sup> Teresa Sequeira, Arqt<sup>o</sup> Pedro Cid e Dr. Alexandre Pais que me forneceram pistas e informações valiosas para a pesquisa e escrita desta dissertação, bem como ao Prof. Doutor Vítor Serrão que me deu a conhecer um dos mais estimulantes documentos aqui apresentados. Às Dr<sup>a</sup> Maria Manuela Matos Bessa e Dr<sup>a</sup> Paula Grazina Gonçalves devo a atenção e empenho profissional na leitura paleográfica da maior parte do material apresentado em Anexo Documental. À Fátima Duarte e ao Paulo Freire o meu obrigada pela célere ajuda informática. À Dr<sup>a</sup> Margarida Lélis agradeço o profundo conhecimento do alemão e a sua capacidade para o transmitir; a António Rêgo a sabedoria e disponibilidade para traduzir o latim do século XVI. À Dr<sup>a</sup> Sofia Lapa e ao Arqt<sup>o</sup> João Paulo Martins o meu muito sincero agradecimento pelo interesse e franca amizade que dedicaram à leitura, troca de ideias e esclarecimento de dúvidas que a escrita desta dissertação fez surgir.

Por fim, agradeço à minha família particularmente a minha mãe, à Mónica e ao Carlos, que me apoiaram e encorajaram ao longo dos meses de investigação e escrita desta tese.

*Capítulo 1 — Dona Maria, Infanta de Portugal*

Maria foi a última dos filhos de D. Manuel e a única sobrevivente de Dona Leonor, sua terceira mulher<sup>13</sup>. A Infanta nasceu no dia 8 de Junho de 1521 nos Paços Reais da Ribeira. Foi baptizada no domingo 17 do mesmo mês pelo Arcebispo de Lisboa D. Martim Vaz da Costa, estando presente a mais alta nobreza:

*Levou a menina o Mestre de Sant'Iago [D. Jorge, Duque de Coimbra], e porque nam tinha tanta força nos braços por sua disposição a propria ama da Infante a levou, e elle ajudava. Levou o saleiro o Marquêz filho do Mestre, levou o bacio do Cirio, e offerta o Conde de Penella, levou o bacio do colho [?] o Conde de Portalegre. E a cada hum destes Condes hia de sua banda o Marques diante delles com o saleiro. Foraõ Reys d'armas, arautos, e passavantes, e porteiros de Maças. Houve trombetas, e charamellas; posto que houvesse pouco que falecesse o Infante Dom Carlos. As salas e Cameras armadas. e na sala, onde foy o baptismo estava altar onde fora d'offerecer a Infante depois de baptizada a toda a clerizia revistada de todas capas ruas. A offerta foi ordenada 50 cruzados as mulheres, porque os homens de cento<sup>14</sup>.*

Teve por padrinho o barão de S. Germaine, senhor de Balaison, — embaixador de Carlos III de Sabóia que se encontrava na corte portuguesa a tratar do casamento com D. Beatriz — e por madrinhas as meias-irmãs D. Beatriz e D. Isabel. Chamaram-lhe Maria por ter nascido num Sábado<sup>15</sup>.

Foi então entregue aos cuidados da camareira-mór da rainha D. Leonor, D. Elvira de Mendonça (que já o fôra da falecida rainha D. Maria), mulher de D. Martim de Alarcão, capitão-da-guarda dos Reis Católicos<sup>16</sup>.

Após a morte de D. Manuel — passados apenas seis meses, em Dezembro de 1521 — D. Leonor pensou em recolher-se ao Mosteiro de Odivelas, mas dissuadida pelo novo rei passou a habitar em palácios longe daqueles onde estava D. João. Por esta altura o povo de

---

<sup>13</sup> Ver genealogia. D. Leonor de Áustria (1498-1558) era a irmã mais nova do Imperador e a prometida do príncipe D. João, futuro rei de Portugal. A morte inesperada da rainha D. Maria e um provável motivo diplomático que passava pela manutenção de laços familiares estreitos com a família de Carlos V, levam o rei (de quase 50 anos) a casar com a noiva do filho, então com 21. O relato feito por frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III* (parte I, cap. IV), da chegada da futura rainha a Portugal deixou indícios de que as negociações para as terceiras núpcias de D. Manuel não teriam sido as mais claras, já que o jovem herdeiro do trono português havia sido descrito como pouco inteligente (*bobo*) e feio, convencendo então D. Leonor e Carlos V das vantagens de um casamento com o velho rei. D. Leonor era descrita pelo enviado do rei à corte de Carlos V da seguinte maneira: "*Madama Lianor nom he muy fermosa nem lhe podem chamar feia; teem boã graça e boom despejo, e parece-me de condiçam branda e avysada; nom teem boôs dentes e he pequena de corpo, e parece o aynda mais, por que qua nom trazem chapys que pasem daltura de dous dedos; he grande dançadeira, e folgua de o fazer*". ANTT — *Corpo Cronológico*, parte I, maço 21, doc. 26.

<sup>14</sup> BNL — Cod. 886, fº 24vº-25.

<sup>15</sup> "*Quizerão os Reis, que esta filha se chamasse Maria, por haver nascido em hum sabbado.*" Maria, s/d, vol. II, 17 de Junho. Também in Pacheco, 1675, p. 107 vº.

<sup>16</sup> Pacheco, 1675, p. 86 e Sousa, 1946-1955a, vol III, pp. 271-272.



Lisboa terá instado o novo rei a tomar por mulher a rainha<sup>17</sup>. Esta ideia não era completamente desagradável a D. João III<sup>18</sup>. Falou-se até em mandar embaixadores a Roma. Um destes, enviado a outra missão, chegou a perguntar ao rei se efectivamente resolvia casar com a rainha viúva, a fim de tratar da necessária dispensa papal<sup>19</sup>.

Os acontecimentos ter-se-ão precipitado com um episódio passado poucos meses depois<sup>20</sup>. D. Leonor parte para Castela — e ao contrário do que o Tratado de Saragoça<sup>21</sup> consignava fá-lo sem a Infanta impedida pelo povo de Lisboa<sup>22</sup> — em Maio de 1523, levando consigo D. Elvira. D. Maria ficou, então, a cargo de uma das damas da corte —até à

---

<sup>17</sup> "É de saber que o duque D. Gemes, como velho e muito amigo do serviço del-rei, tratando-se do casamento que melhor lhe estaria, mostrava com vivas e eficazes razões que nenhuma outra cousa convinha mais a el-rei e ao reino que casar com a rainha sua madrastra, visto como era, pera o ponto de se esperar dela sucessão, já viam que era moça e sabiam não ser estéril. [...] Deviam-se-lhe grossas arras; e a ifante, sua filha, tinha grandes promessas de dinheiro e rendas, polas escrituras do dote de sua mãe. Se el-rei não aceitava o casamento, ficava sua fazenda em grande quebra: [...] Não havia na terra quem tivesse por desacertado este conselho senão só a pessoa a quem mais tocava e melhor estava, que era o mesmo rei. Não lhe sofria o ânimo haver de chamar esposa a quem dera o nome de mãe; haver de tratar por igual a quem reconhecera por senhora; e enfim não acabava com sua honestidade haver de tratar amores, inda que santos e castos, com a mulher que o fora de seu pai. [...] Porém entretanto eram grandes as desconsolções que padecia, já com a força dos conselhos dos grandes, já com requerimentos do povo de Lisboa, que chegou neste momento a lhe fazer um modo de protesto público por meo dos magistrados da Câmara e com razões por escrito, que, ainda que populares e pouco polidas, apertavam tanto que pareciam não ter resposta. Porque começando por uma coisa muito posta em razão, que era não consentir Sua Alteza em ir a ifante minima pera Castela, rematavam em fazer força e necessidade de casar com a mãe, pera remediar tudo." Sousa, 1938, pp. 73-75. Esta solução não era inédita. Algo semelhante se passara com o pai do rei, D. Manuel, que casara com D. Isabel, viúva do infante D. Afonso e também com a tia de ambos, Catarina de Aragão, duas vezes rainha de Inglaterra: pelo casamento com Artur, príncipe de Gales e, depois da sua morte, com Henrique (VIII), irmão do primeiro.

<sup>18</sup> "Refere este Embaixador [Dr. Sampson] a ElRei seu Amo [o rei de Inglaterra], [...] que ElRei de Portugal não consentia que a Rainha de Portugal, [...] viesse a Hespanha, porque estava namorado della, e a queria desposar, [...]" MB — Biblioteca Harleyana, Cód. 395, fº 139 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 16 e Franca, 1950, p. 277.

<sup>19</sup> Franca, 1950, p.277.

<sup>20</sup> "Saíra el-rei além do Tejo (de Salvaterra, onde se acoitara da peste) caminho de Santarém. Seguiu-o, como de costume, a rainha viúva. Ao chegar a Muge encontraram aí o embaixador castelhano, Cristóvão Barroso, o qual em nome de seu amo intimou à rainha que parasse, e já não acompanhasse mais seu enteado. Exasperou-se Leonor de Áustria, como é fácil supor; mas cedeu ao representante de seu irmão. O embaixador pintou com tão vivas cores a Carlos V este facto, e os que o haviam originado, que o altivo imperador subitamente ordenou a sua irmã que sem a mínima delonga saísse de Portugal." Franca, 1950, p.277.

<sup>21</sup> O Tratado de Saragoça estabelecera as cláusulas do casamento de D. Manuel e D. Leonor.

<sup>22</sup> Góis, 1910-1911, cap. LXVIII, p. 15.

chegada da nova rainha, Catarina d'Aútria em 1524 — a sua camareira-mór, D. Joana de Blasfelt<sup>23</sup>.

A Infanta é descrita como uma criança inteligente e interessada em aprender, incentivada pela mãe e pelos professores que a corte lhe fornecia<sup>24</sup>. Fê-lo com destreza dominando rapidamente, na escrita e na leitura, o português, o castelhano e o francês, o grego e o latim<sup>25</sup>. O domínio erudito, quase clássico, que tinha do latim deixou marcas na memória dos estudiosos ibéricos do século XVII, nomeadamente o seu primeiro biógrafo — e frade de Nossa Senhora da Luz — Frei Miguel Pacheco, que menciona uma carta em estilo perfeito que enviou à mãe<sup>26</sup>. Há apenas mais uma carta escrita pela Infanta em latim<sup>27</sup>, desta vez para Maria, rainha inglesa, felicitando-a pelo êxito na resolução dos seus assuntos.

---

<sup>23</sup> Franca, 1950, p.278 e Sousa, 1946-1955a, vol. III, p.272. Frei Miguel Pacheco (1675, p. 86) trocou, certamente, os nomes da avó com a neta, referindo que a aia da Infanta era D. Guiomar de Blasfet. Segundo alguns autores — Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1983, p.19) e Durval Pires de Lima (1946, pág 130) — D. João III teria adoptado a Infanta com o intuito de controlar a sua fortuna e/ou impedi-la de sair de Portugal sem estar casada. Parece-nos que esta é uma falsa questão, levantada por uma má interpretação da documentação, uma vez que o tratamento de "filho" e "filha", bem como de "mãe" e "pai", era usado com frequência na correspondência dos Avis e dos Habsburgo, sendo uma forma familiar e respeitosa de se tratarem.

<sup>24</sup> André de Resende em 1550 afirma mesmo: "*posso apontar também mulheres que rivalizaram em saber com os varões mais eruditos, sem por isso despirem a sua gentileza. Entre ellas tem o lugar primacial a irman do nosso rei*" durante o discurso que Resende fez em Coimbra quando da visita real à cidade. Vasconcelos, 1983, p. 36. Foi impresso em Julho de 1551 com o título *Oratio habita Conimbricæ in Gymnasio Regio anniversario dedicationis eius die*, com uma dedicatória à Infanta D. Emmanuelis P. Invicti filiae D. Joannis III P.F. invicti Soror Mariae principi eruditissimæ. Este assunto será desenvolvido no capítulo 8.

<sup>25</sup> Na corte portuguesa falava-se e escrevia-se o castelhano com a mesma fluência e intensidade que o português. A este facto não é alheio a origem das últimas quatro rainhas, todas castelhanas, filhas e neta dos Reis Católicos. Os biógrafos da Infanta não mencionam o facto de esta ter conhecimentos de francês. Contudo, podemos considerá-lo como certo uma vez que existem cartas do seu punho em francês, nomeadamente uma publicada na íntegra in Araújo, 1909, p. 11. Não podemos também esquecer que a sua mãe casa com o rei de França e que a partir dessa altura a Infanta passa a ter interesse directo nessa corte e nos seus assuntos, que culminam com a disputa da sua fortuna (assunto a ser tratado no capítulo seguinte). A Infanta homónima, filha de D. João III e sobrinha de D. Maria, começou os estudos de latim aos seis anos. Américo da Costa Ramalho no prefácio da 2ª ed. de Vasconcelos, 1983, p.XIV.

<sup>26</sup> Na qual confessava as dificuldades da língua mas, também, o prazer que tirava do seu conhecimento profundo. Pacheco, 1675, p.88 vº; Ribeiro, 1871, pp.61-62; Sousa, 1946-1955b, vol. II, p. II, p.357 (todas em latim) e Leite, 1946, pp. 182-183 (em português). Carolina M. de Vasconcelos (1983, p. 33) data-a de c. 1535-1537. O biógrafo atribuí-lhe também a autoria de algumas obras: "*En Latin compuso algunas obras, pe [sic] que hazen mencion los que tomarom por su quenta hazer Catalogos de Autores Portugueses...*" Pacheco, 1675, p. 88. Julgamos tratar-se de uma interpretação errada da referência no *Epitome* de Sousa, 1628, p. 695 (que Pacheco cita na margem) no qual escreve: "*Doña Maria Infanta de Portugal, hija del Rey Don Manuel, **escribió en Latin**, y tenia perpetuamente Acadèmia de mugeres doctas.*" (negrito nosso). Nada na frase de Sousa faz concluir que a Infanta fez mais do que escrever cartas e missivas em Latim. Este erro foi repetido em vários autores ulteriores, Carolina M. de Vasconcelos, tentou repôr a legitimidade: "*O primeiro que a meteu na lista dos escritores portugueses foi Faria de Sousa. Sem provas, bem se vê. Nicolas*

Não pode haver dúvida que a Infanta foi ensinada pelas melhores mestras. Todavia, é necessário fazer uma releitura das fontes ou pelos menos esclarecer alguns dos seus pontos mais ambíguos. Frei Miguel Pacheco escreveu que:

*Para los primeros de leer, y escriuir, y lengua Latina, y Griega, lo fue Luisa Sigea, criada suya*<sup>28</sup>.

No entanto, o pai de Luísa e Ângela só vem para Portugal em 1542 — tinha a Infanta 21 anos — para entrar ao serviço dos Duques de Bragança. É certo que a fama do latinista e das suas precoces filhas corre depressa e que o rei as chama para o serviço de D. Catarina<sup>29</sup>, mas as crianças da corte eram introduzidas no latim com cerca de 6 anos e a Infanta escrevia aos 14 uma carta à mãe num latim seguro que lhe confirmava anos de estudo. Por outro lado, nenhum dos róis de moradias da Infanta por nós consultados menciona mestras ou *latinas*.

É na aula da Rainha que temos de encontrar os primeiros mestres da Infanta, ou seja, em Joana Vaz<sup>30</sup>. Joana era bastante mais velha que a Infanta e tinha já considerável fama como latinista, sendo celebrada por Resende e por Aires Barbosa<sup>31</sup>. O facto de Frei Miguel Pacheco no seu trabalho biográfico mencionar o nome de Luísa em detrimento do de Joana,

---

*Antonio seguiu o exemplo. E outros o repetiram.*" (1983, p. 83, n. 94) sem que, contudo, — parece-nos — confrontasse a fonte.

<sup>27</sup> Figanière, 1853, p. 123 e Vasconcelos, 1983, p. 85, n. 119 com a transcrição da carta em latim que começa da seguinte maneira: "*Mariae Angliae Reginae serenissimae Maria Portugalliae Infans, Regis Emanuelis filia*". Existem, ainda, uma série de cartas em português escritas a membros da família: 5 na BPE [*Cod. CIII*, 2-26], para a Princesa D. Joana, para a Marquesa de Vila Real e para as irmãs Noronha, que estão publicadas in Leite, 1946, pp. 396-398; outra para a princesa D. Joana publicada in Sousa, 1946-1955b, vol. IV, p. 1, pp. 479-480.

<sup>28</sup> Pacheco, 1675, p. 90.

<sup>29</sup> "...abriram-lhe de par em par as portas da aula regia. Note-se bem, as da Rainha e não as da Infanta. A ella, a Angela sua irman, e ao pai Diogo Sigeo de Toledo." Vasconcelos, 1983, p. 39.

<sup>30</sup> João de Barros dá-nos a certeza escrevendo-o no *Panegírico* (1943, pp. 173-174). Onde também estudou Luísa Sigeia sob a protecção de Joana Vaz. Alves, 1990, p. 60. Consta em vários róis da casa da rainha, nomeadamente, naquele de onde tirámos a citação seguinte, cujos últimos fólios correspondem à casa da Infanta Dona Maria: "*Recebido Joana Uaz latyna do tesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell*" [1529] ANTT — *Corpo Cronológico*, parte I, maço 43, doc. 124. Corrigimos, assim, a data que Carolina M. de Vasconcelos fornece no P.S. da n. 149 como sendo 1530 a data da entrada de Joana Vaz para a casa da rainha para, pelo menos, 1529. Joana Vaz nascera em Coimbra, filha do licenciado João Vaz, e era casada com Fernão Álvares da Cunha. Sabia grego, latim e hebraico — línguas nas quais escreveu epístolas ao Papa Paulo III — para além do português e do castelhano. Américo da Costa Ramalho alerta-nos para o facto de não haver na correspondência de Joana Vaz qualquer alusão à Infanta. Tal poder-se-á dever a ordens da própria rainha que assim não queria ver a filha comparada à tia mais douda, rica e bela, uma vez que a real princesa se encontrava destinada a casar com o Infante Filipe de Castela. Tal facto só se terá alterado com a morte de D. Maria em 1545. Vasconcelos, 1983, p. XV do prefácio.

<sup>31</sup> Resende caracteriza-a como professora excelente: "*... Laus est ea magna quod aula / dux bona virginibus latias proeluxit ad artes.*". Vasconcelos, 1983, p. 37. Aires de Barbosa dedica-lhe um epigrama na publicação de 1536 da sua *Antimoria*. Ver Américo da Costa Ramalho no prefácio in Vasconcelos, 1983, p. XIII.

compreende-se pela maior fama que a primeira granjeou e pelo facto de a Sigeia ter servido na *casa* da Infanta<sup>32</sup>, como a própria faz questão de salientar quando na dedicatória que escreveu no *Colloquium* se afirma *Cuius auctor pedissequa tua est*<sup>33</sup>.

Luísa terá entrado para a *casa* de D. Maria por volta de 1546, depois de lhe ter dedicado o poema *Syntra*. Com efeito, enquanto escrevia os versos que celebravam a serra à beira de Lisboa, Luísa ainda servia a Rainha<sup>34</sup>, descontente, certamente, como acabou por estar toda a vida. A dedicatória e o elogio sentido às virtudes da Infanta<sup>35</sup> — então com 25 anos — são testemunho da esperança num serviço mais compatível com a sua erudição, mais dedicado ao seu tempo e aos seus estudos. Esperança defraudada, uma vez que a Infanta agiu sempre com o sentido de Estado típico da sua condição real, utilizando Luísa — muito provavelmente — como secretária particular e como parte essencial dos seus famosos serões, deixando-lhe tão pouco tempo para si quanto tinha na corte régia.

Nos estudos superiores de Filosofia e *diuina Escritura* teve por mestre Fr. João Soares<sup>36</sup>, religioso de Santo Agostinho — depois Bispo de Coimbra — que após andanças e prelecções por diversos países europeus e asiáticos adquiriu vasto conhecimento de línguas, tornando-se um hábil diplomata que esteve presente, tanto na fronteira portuguesa quando da chegada da Infanta D. Joana para o casamento com o herdeiro do rei, como nas sessões do Concílio de Trento.

Na caligrafia foi ensinada por Manoel Barata<sup>37</sup>. A técnica deste calígrafo era tão apreciada que Camões lhe dedicou um soneto<sup>38</sup>, em 1572, depois de Barata ter publicado

---

<sup>32</sup> Apesar de nenhum dos róis encontrados a mencionar — facto a que também não será alheio o desaparecimento dos livros da *casa* da Infanta D. Maria — como se pode atestar pelo confronto das datas (ver Anexo Documental — V: Moradias).

<sup>33</sup> "*Son auteur est votre servante...*" tradução de Odette Sauvage. Sauvage, 1970, p.13.

<sup>34</sup> A própria o confirma na carta que escreve ao Papa a acompanhar o envio do poema, afirmando-se na "*cour du roi invincible du Portugal, en l'année du Seigneur 1546*" cit. in Bourdon e Sauvage, 1970, p. 82.

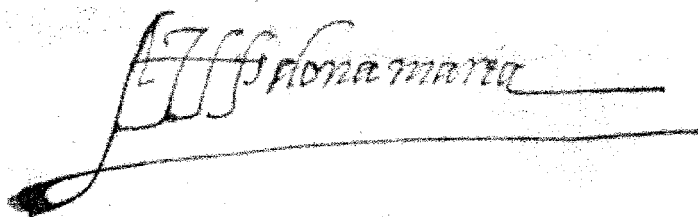
<sup>35</sup> No prefácio do *Colloquium*, 1552 escreve: "*sem que o tivessse solicitado vós haveis-me concedido o ócio para me cultivar e um local onde consagrar-me a isso. Aí pude retomar o estudo de diversas línguas e outros conhecimentos*" cit. in Alves, 1990, p. 80, n. 19.

<sup>36</sup> Que também o foi do Infante D. João, seu sobrinho, e herdeiro do trono. Pacheco, 1675, p.90; Conceição, 1818, p.313 e Sousa, 1946-1955a, vol III, p.272.

<sup>37</sup> Vasconcelos, 1983, p. 34.

<sup>38</sup> "*Ditosa penna como a mão que a guia / Com tantas perfeições da sutil Arte*" Sousa, 1972, vol. I, p. 297. Carolina M. de Vasconcelos, 1983, p. 34 nas apreciações que faz à letra da Infanta — aceitando a carta do Museu Britânico como original — considera-a "*não indigna de lhe applicarmos o soneto camoniano*".

uma *Arte* onde ensinava a bem escrever. D. Maria fez bom uso dos ensinamentos, mostrando-nos uma assinatura firme, com as letras bem delineadas, sem invejar as de um copista<sup>39</sup>.



Cerca de 1537 D. João III deu à irmã um paço próprio, já que os seus rendimentos lho permitiam e a sua condição aconselhava. Da sua *casa*<sup>40</sup> faziam parte alguns dos mais nobres e cultos senhores e damas e, onde, querem os autores dos séculos XVII e XIX, que a Infanta repartisse o seu tempo entre missas incontáveis e pias acções<sup>41</sup>:

*Despues que fue creciendo, sus ocupaciones mas frequentes, eram assistiren en los oratorios de Palacio, atenta al S. sacrificio de la Misa*<sup>42</sup>

*Repartia o tempo para tudo, e depois das primeiras devoções passava á sua Capela, onde ouvia sempre duas Missas com grande atenção; confessava-se os mais dos dias, commungando os que determinava o seu confessor Fr. Francisco Foreiro da Ordem dos Prègadores, Varão acreditado em letras, e em virtudes, o que lhe conseguiu merecida estimação no Concilio de Trento. Depois da Missa, se tocavão diversos instrumentos: no fim deste exercicio se seguia outro do lavor, em que com as Damas do seu Palacio bordavão obras, que se empregavão no ornato das Igrejas, e culto Divino: o resto da tarde se gastava em conferencias de estudos: á noite se recolhião á oração.*<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> As dúvidas que Carolina M. de Vasconcelos mantinha quanto à autenticidade do autógrafo da Infanta podem hoje ser dissipadas pela existência de documentos originais, nomeadamente, aquele do qual fizemos a reprodução, que é a carta de doação do convento dos Apóstolos em Santarém ao monges beneditinos. ANTT — *Convento de São Bento em Santarém*, maço 1, doc. 13. Resta acrescentar que, em nenhum dos róis de moradias da Infanta consultados, aparece qualquer nome relacionado com o ensino, excepção feita a Paula Vicente. ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143-C mas já em 1543 e sob a função de moça da câmara (ver Anexo Documental nº 53).

<sup>40</sup> O tema será desenvolvido no capítulo 3.

<sup>41</sup> Pedro Mariz é o primeiro autor a referir-se à Infanta depois da sua morte. Nos seus *Diálogos*, não nos fornece grandes pistas para o conhecimento da sua personalidade e vida, até porque morrera havia menos de 20 anos e a sua memória estaria ainda presente; diz-nos então: "*a Infanta Dona Maria, Princeza de reaes virtudes, & de hereditarios patrimonios riquissima: & de tão grande casa, que para dizer que foy igual a todas as rainhas da Europa, não lhe faltou mais que o nome de huma d'ellas. Morreo esta Princeza sem casar: deyxando de si vnico exemplo a todas as altas princezas, de virtude & honestidade.*" Mariz, 1594, p. 204.

<sup>42</sup> Pacheco, 1675, p. 87.

<sup>43</sup> Conceição, 1818, p.314.

Parece-nos que esta imagem é muito redutora já que quer omitir o importante papel político e cultural da mulher no século XVI<sup>44</sup>, imprimindo-lhe aquelas que eram as qualidades feminis das sociedades onde os valores conservadores estavam plenamente enraizados.

O tempo da Infanta era, certamente, repartido entre as demonstrações quotidianas de uma religiosidade sincera e constante, mas comum à prática dos príncipes e não exagerada à dimensão conventual, até porque a atitude interventora e as ambições político-sociais de D. Maria — que os relatos das suas entrevistas e constante presença na corte atestam — não se coadunavam com o recolhimento e beatitude que estes relatos nos querem fazer crer. Aliás, são claramente contestados pela paradoxal afirmação, ainda que exagerada, do patrocínio de *vn Colegio de virtudes, ciencias, y Artes* ou de uma *universidade feminina*<sup>45</sup>. D. Maria alimentava, isso sim, e à semelhança de outros príncipes humanistas, esplêndidos serões literários onde o ecletismo dos temas, o vigor e erudição da discussão, o virtuosismo das suas damas e seus convidados — entre os quais brilhavam o Infante D. Luís<sup>46</sup>, Luís Vaz de Camões<sup>47</sup>, D. Manuel de Portugal, D. Francisco da Silveira, o conde do Vimioso — continuavam o esplendor das cortes joanina e manuelina.

---

<sup>44</sup> Os exemplos são muitos e variados, começando na própria família Habsburgo com o governo incontestado de Maria da Hungria ou a regência de D. Catarina. Há ainda os casos opostos, mas igualmente cruéis, de Maria Tudor e Isabel I de Inglaterra ou ainda a audaciosa Catarina de Médicis.

<sup>45</sup> As descrições e expressões variam com o tempo; deixamos aqui alguns exemplos: " *cuja casa era hum domicilio das Musas, & huma schola de virtudes & honestidade em aqual se achaua quem reuoluia liuros, quem tocava muitos instrumentos musicos de diuersas maneiras, & quem pintaua & fazia outros officios, que são naturaes das molheres, em grande perfeição*" Leão, 1610, fº 151vº; "*Dona Maria instituiu em seu palácio uma nobre e sapiente academia.*" Azevedo, 1734, p. 69; "*Academia de mulheres doutas*" Macedo, 1737, p. 81.

<sup>46</sup> Cuja ligação com a Infanta era muito forte, quer por semelhança de carácter e interesses, quer porque o "*senhor Ifante D. Luis seu Irmão, e pello a dita senhora Ifanta pedir por seu curador*" até à sua maioridade. BNL — Cod. 8 003.

<sup>47</sup> Wilhelm Storck recusava-se a aceitar esta ideia: "*Não hesito um instante em assentar que o Poeta nunca entrou na academia litteraria da Princêsa. Porquê? Simplesmente porque era um homem; e aquelle conuenticulo era exclusivamente de damas.*" (1898, p. 316). O filólogo alemão baseia estas conclusões no pouco conhecimento que tinha do funcionamento da corte portuguesa de Quinhentos, mas também nas alusões deturpadas que os biógrafos e historiadores de Seiscentos e Setecentos foram fazendo da vida e acção da Infanta D. Maria, transmitindo a ideia que já combatemos nas páginas que antecedem esta nota. Há ainda a acrescentar que, o quase desprezo que sente pelas *Rimas Várias* de Faria e Sousa, o leva a não questionar a sua tese, escrevendo: "*A gloria de descobrir relações ignotas de Camões com a ultima filha de D. Manoel, ficou reservada a Faria e Sousa. Antes d'elle, ninguem as adivinhára. Com inaudita impudencia, o petulante commentador declara que um poema sacro em tres cantos sobre a pia lenda de Santa Ursula, dedicado por Diogo Bernardes á Infanta D. Maria, [...], mas sim um trabalho de Camões[...] Ainda não contente com este tecido de patranhas, o mesmo Faria e Sousa affirma redondamente que um soneto de Camões [Que levas,*

Apesar de Carolina M. de Vasconcelos não acreditar na autonomia<sup>48</sup> destes em relação aos serões régios, parece-nos útil transcrever a sua colorida descrição:

*Serões certamente diversos dos manuelinos, [...] Os bobos chocarreiros, anões e corcundas graciosos, não eram banidos das salas. Os reis e fidalgos divertiam-se então como d'antes, [...] As representações de autos e farças continuaram. [...] As danças baixas (passeadas) substituíram as altas (puladas). A culta escola italiana ou petrarchesca prevalecia sobre as formas tradicionaes. [...] A poesia heroica aclimara-se e desabrochava, dando pequenos poemas narrativos em oitavas. O romance de cavalleria, a novella pastoril tinha cultores. Em toda a família real não havia um só varão que não se esforçasse por mantêr acesso o fogo sacro das letras.*<sup>49</sup>

Dos serões faziam parte as suas damas, Ângela Sigeia como prodigiosa tangedora, Paula Vicente<sup>50</sup> também nos instrumentos ou improvisando um texto teatral, as irmãs Gusmão<sup>51</sup> trovando, inventando e inspirando motes e quadras, Luísa em conversas mais eruditas com qualquer interlocutor em latim. As danças também estavam presentes e D. Maria tinha mestre em sua casa. O interesse de D. Maria pela música é-nos demonstrado no *Panegírico* de Barros<sup>52</sup>; o mesmo não se passava com os despiques e concursos de trovas nos quais a Infanta não tinha gosto em participar<sup>53</sup>. Segundo D. Francisco de Portugal na sua *Arte de Galanteria*, devem-se-lhe os seguintes versos:

*Se soubera fazer trouas  
De que me satisfizera,  
Inda assi as não fizera.*<sup>54</sup>

---

cruel Morte? Um claro dia] se refere á Infanta real,..." Storck, 1898, pp. 316-317 A questão das autorias e dedicatórias dos dois textos citados será tratada no capítulo 8.

<sup>48</sup> Vasconcelos, 1983, p. 49.

<sup>49</sup> Vasconcelos, 1983, pp. 51-52.

<sup>50</sup> Inscrita como dama da câmara no rol de moradias de 1543 (ver Anexo Documental nº 53). É também assim que consta no privilégio que obteve de D. Sebastião para poder publicar as obras poéticas de seu pai, Gil Vicente. Vasconcelos, 1983, p. 43.

<sup>51</sup> Camões dedica mesmo uma trova a Guiomar de Basfet, neta de Joana: "A. D. Guiomar de Blasfé, queimando-se com huma vela no rosto" Vasconcelos, 1983, p. 56. Segundo a autora é esta a personagem a quem se deve a ligação entre os serões aúlicos da Infanta e o poeta Luís de Camões. Vasconcelos, 1983, p. 62 ss.

<sup>52</sup> Barros, 1943, pp. 201-202.

<sup>53</sup> Não obstante, D. Carolina M. de Vasconcelos alerta-nos para uma série de ditos e versos que lhe foram atribuídos, nomeadamente aquele *Da Infanta D. Maria que nunca teve dita para casar, sendo grande senhora: "Já não posso ser contente,/ tenho a esperança perdida./ Ando perdida entre a gente,/ nem morro nem tenho vida."* que tem, também, várias coplas. Vasconcelos, 1983, p. 57.

<sup>54</sup> Portugal, 1670, p. 30. Nada mais se poderá atribuir à Infanta, como escreveu Carolina M. de Vasconcelos: "Um cantar alheio, por ella entoado em triste solidão, e colhido de ouvido por algum aulico, logo passava a ser assente como obra da «nossa Infanta», em cadernos de lembrança, sendo tresladado, repetido, glosado,

Esta aversão de D. Maria à escrita de motes e trovas dever-se-á à necessidade de assumir uma postura reservada e digna, acima das pequenas mundanidades, que se não adequavam ao seu estatuto privilegiado. Não restam dúvidas de que a Infanta e as suas damas conviviam com homens quotidianamente e, apesar das reservas de D. Maria, surgiram lendas em torno dos seus possíveis amores. É o caso de Jorge da Silva<sup>55</sup> — sobrinho do cardeal D. Miguel da Silva — de quem se disse ter-se apaixonado pela Infanta, e por isso ter sido preso por ordem de D. João III, e sobre quem Camões teria feito umas voltas à antiga cantiga "*Perdigão perdeu a pena*"<sup>56</sup>. Afinal, D. Jorge da Silva foi preso por ser parente próximo e responsável pelos negócios de D. Miguel da Silva. E a Infanta Maria que intercedeu por ele, foi a filha de D. João III, que antes de partir para Castela pede para o ver<sup>57</sup>. Brântome dá-nos também uma versão amorosa do encontro do grão-prior da Lorena com a Infanta em 1559; segundo ele, o enviado do rei francês ía visitá-la todos os dias, sendo recebido:

*mui cortesmente e [ela] agradou-se muito de sua companhia e deu-lhe toda a sorte de presentes. Entre outros, ofereceu-lhe uma corrente para pendurar a sua cruz, toda de diamantes e rubis e pérolas gradas, linda e ricamente trabalhada; e devia valer uns quatro ou cinco mil escudos, dando para três voltas ao pescoço. Julgo que devia valer isso, pois ele a empenhou por três mil, uma vez em Londres, à vinda da Escócia; mas depois de chegarmos a França, mandou-a desempenhar, dado que muito a estimava por causa do amor que tinha àquela dama, por quem se encaprichara e apaixonara.*<sup>58</sup>

A independência financeira e cultural da Infanta não a afastou, contudo, das funções sociais que tinha — por obrigação — como filha e irmã de rei e — por vontade própria — como figura de Estado que, tão depressa aparece junto da família real nas exposições públicas, festas religiosas, viagens reais e recepções diplomáticas, como depois marca

---

*cantado em todo o paiz.*". Vasconcelos, 1983, p. 57. A autora esclarece, ainda, algumas autorias de versos glosados nas nn. 262-263.

<sup>55</sup> Alguns autores confundiram-no com o terceiro filho de João da Silva, regedor da justiça, que casou com D. Luísa de Barros, filha herdeira de João de Barros.

<sup>56</sup> Vasconcelos, 1983, pp. 69-70. Carolina M. de Vasconcelos desmonta a lenda lembrando as semelhanças com o episódio do Beato Amadeu e a Infanta D. Leonor, trisavô de D. Maria.

<sup>57</sup> Andrada, 1976, capítulo LXXXII, pp. 836-839.

<sup>58</sup> Brântome, s.d., p. 583. O autor continua as suas considerações afirmando que também a princesa o amava, podendo por ele deixar o celibato e casar; afirma mesmo que se não fossem as convulsões em França, teria voltado para pedir a Infanta em casamento. Sabemos que D. Maria dificilmente teria aceite. Todavia, este dado não deixa de ser interessante quando analisado à luz do conhecimento da imensa fortuna que a Infanta tinha em França.



audiências privadas, no resguardo dos seus paços, onde era Senhora<sup>59</sup>. A sua presença junto do rei e da rainha é constante; os testemunhos de estima recíproca<sup>60</sup> — ao contrário do que queriam Frei Miguel Pacheco e os autores que nele se inspiraram, e até Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que viam no rei um homem cruel que tudo fez para prejudicar a infeliz irmã... — e o reforço dos laços familiares multiplicam-se. Exemplo disto é a escolha de Maria para madrinha do Infante D. António, último filho dos reis, nascido a 9 de Março de 1539, que:

*foy Baptizado no Hospital de todos os Sanctos, que para isso estava todo armado de mui rica tapeçaria e levou-o a pia o Senhor Infante Dom Duarte e foraõ Compadres os Senhores Infantes Dom Luiz e Dom Henrique e Comadres [sic] a Senhora Infante Donna Maria Irmaã de Elrey.*<sup>61</sup>

D. Maria foi também a única irmã do rei a acompanhar o casal régio e o seu filho herdeiro na importante visita a Coimbra, realizada no ano de 1550. A visita suscitou grande euforia e a cidade não se poupou a esforços para receber com a maior dignidade os membros da família real<sup>62</sup>. São recebidos na Universidade no mesmo dia em que chegam:

*Aos seis dias do mes de nouenbro de -j bc lta (1550) anos saio o Reverendo padre frei diogo de murça Rector, do tereiro dos paços delRei nosso Senhor com todos os lentes, doctores, ofiçiaes e generosos, a Reçeber ao mujto alto e mujto poderroso e catolico rrei dõ yoão o terçeiro [...] que trazia consigo a mujto excelente e muito catolica Sra a Rainha dona caterina sua molher,[...], e ao príncipe dõ yoão, seu fº, e a infante dona mª, sua yrmã [...] logo que suas altezas virão a vniversidade se sairão de suas andas e se puserão a cavallo, e vierão, e sendo hum tiro de malhão a vniversidade que estaua asi por ordem se foi ao encontro a suas altezas, que esperarão juntos .ss. a Rainha amaõ direita delRei e o principe amaõ direita darreinha e a infante dona mª amaõ direita do principe, e o Rector beijou a mã a ElRei e a Rainha e ao principe e infanta e tornou se junto delRei e apresentoulhe todos os mais doctores, e mestres, e ofiçiaes e*

---

<sup>59</sup> Este tema será tratado com maior pormenor no capítulo 2.

<sup>60</sup> Os exemplos são vários, mas a crónica relata-nos a reacção da Infanta à decisão da Rainha de partir para Castela: "*Esta diligencia fizeraõ a Infanta D. Maria, obrigando-a com lagrimas a que não a desamparasse, pois a tivera sempre, e tinha em conta de mãy, e ficava como desamparada sem ter no reyno com quem se consolar;*" [1571] Baião, 1737, p. 180. "*D. João III não aconselhara nem permitira que a infanta se ausentasse para reinos estrangeiros, onde não receberia a preeminência de tratamento que lhe era votado entre nós, e os frequentadores das cortes europeias, como Lourenço Pires de Távora, davam razão a esta cautela.*" Cruz, 1992, vol. I, pp. 274-275.

<sup>61</sup> BNL — Cod. 886, fº 409 e Pacheco, 1675, p. 18.

<sup>62</sup> "...e foi recebido de toda a cidade com muitas invenções de festas e jogos assi por terra, como por rio; e tambem o foram esperar os doutores, em corpo da universidade, com suas insignias, e capelos; e, levado em procissão á sé, foi recebido do bispo, e sua clerezia, e, feita a cerimonia, se foi agazalhar aos paços do bispo" Castro, 1914, p.17.

*generosos, e p.as da vniversidade per sua ordem, e asi como beijauão a mão a suas altezas, se punhão acauallo, por suas faculdades*<sup>63</sup>.

O apertado programa de visitas segue pelo dia 8, quando a família real se desloca à Capela dos paços, na qual estava reunida toda a universidade, e onde fora *inventado* e *conçertado* um estrado para que pudessem assistir à missa e oração de Recebimento proferida por Inácio de Moraes.<sup>64</sup>

Antes de partir para o Mosteiro de Santa Cruz, a família real teve ainda tempo para assistir a uma largada de touros oferecida pela cidade<sup>65</sup>. Também o mosteiro se engalanou para os receber, com finos panos e as melhores alfaias que a casa tinha para a celebração dos ofícios<sup>66</sup>. A Infanta assistiu a diversas cerimónias religiosas e às homenagens proferidas pelos frades, viu os dormitórios e o que faziam os seus ocupantes pelo espelho da cela, visitou as oficinas, claustros, enfermarias, os tanques do claustro da Manga e... encontrou numa das celas o seu sobrinho favorito<sup>67</sup>, D. António, o filho natural de D. Luís:

*E, depois de jantar, se recolheu a rainha com a infanta D. Maria para o interior do mosteiro, e andaram outra vez vendo a casa, e foram á casa dos exercicios ver as violas d'arco e da prensa,[...] D'ali se foram á cela de fr. Antonio, filho do infante D. Luis, e á claustra da Manga, onde merendaram. E d'ali se foram ao coro á completa*<sup>68</sup>.

Ao longo do documento há mais referências à presença da Infanta, sempre acompanhada pela Rainha; mas o que importa aqui referir é que o texto faz um relato completo dos passos do Rei e da Rainha onde as ausências da Infanta são constantes. É legítimo pensarmos que a Infanta teria um programa paralelo, visitando os edifícios e encetando conversas com quem queria.

Nas festas e nos casamentos, a Infanta folgava e dançava o quanto podia, já que o período a que nos reportamos foi farto nestes acontecimentos: logo em 1547 — a 5 de

---

<sup>63</sup> Castro, 1914, pp. 6-8. O texto continua relatando os nomes e precedências dos que estiveram presentes na recepção ao rei e sua família.

<sup>64</sup> Data desta ocasião a obra de Martim de Azpicuelta Navarro, também lente em Coimbra, dedicada à Infanta D. Maria e fazendo uma referência ao seu casamento próximo com Filipe II de Castela. Este assunto será tratado no capítulo 8.

<sup>65</sup> Castro, 1914, p.15.

<sup>66</sup> Castro, 1914, pp.17-23.

<sup>67</sup> No seu testamento, D. Maria contempla apenas dois familiares, D. Sebastião e o Infante D. António: "*Deixo a meu sobrinho o senhor dom Antonio, pelo que lhe sempre quis como a filho de seu pay, huma cruz de diamãtes que tem huma perola pendente.*" parágrafo 36 do testamento (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>68</sup> Castro, 1914, p.22.

Fevereiro — o casamento do Duque de Aveiro, D. João, e da filha do Marquês de Vila Real, D. Juliana de Lara, em Almeirim.

As festas da boda, que foram relatadas numa carta<sup>69</sup> do cónego da Sé de Lisboa Braz Luiz da Mota, foram muito concorridas e demoradas, estando presente a mais alta nobreza, bem como os membros da família real:

*e começaõ o seraõ e dançou loguo ElRey e a Rainha e apoz elle o Infante Dom Luiz com a Infanta Dona Maria e logo os espozados e de hy os mais Senhores que se ahy acharaõ que durou o seraõ atée que deo nove horas e dadas ceçou o seraõ e recolheose ElRey e a Rainha e todos esses Senhores*<sup>70</sup>.

Em 1552 por ocasião do casamento do Infante D. João com D. Joana de Áustria, Jorge de Montemór aproveitou para fazer uma descrição hiperbólica da Infanta, dizendo-a "*De Portugal, infanta soberana*,"<sup>71</sup>. No dia 22 Maio 1565, quando da partida de Maria de Bragança para a sua longa viagem de Lisboa a Bruxelas e Parma — onde conheceria o marido, Alexandre Farnese<sup>72</sup> — despede-se da Infanta logo a seguir à mãe e à rainha.

As festas religiosas eram de índole diversa, com especial destaque para as procissões<sup>73</sup> onde as confrarias tinham papel fundamental. A Infanta D. Maria não poderia deixar de pertencer a, pelo menos, uma. Num documento datado de 26 de Março de 1534 D. João III instituí na sua corte a confraria de Nossa Senhora da Conceição e dos bem-aventurados S. Sebastião e S. Roque — padroeiros contra a peste — e se fez:

*comfrade da dita comfrarya e asy o principe, meu sobre todos muyto amado e prezado filho [D. Manuel?], e o ifamte dom Filipe e a ifamte dona Maria, meus muito amados e prezados filhos, e a ifamte dona Maria, mynha muito amada e prezada irmãa [...], e me praz darn[sic] em cada hu~u anno como comfrade por mim e por*

---

<sup>69</sup> Publicada in Sousa, 1946-1955b, vol. VI, p. I, pp. 78-82.

<sup>70</sup> O relato prossegue pelo dia seguinte com a celebração das cerimónias sendo, pela profusão dos pormenores e cuidado na descrição, um documento essencial para o estudo da festa religiosa e profana do casamento no século XVI.

<sup>71</sup> Voltaremos ao texto mencionado no capítulo 8.

<sup>72</sup> Para mais informações sobre este assunto ver Bertini, Giuseppe, 1992 — *Parma, Lisboa, Bruxelas. "Portugal e Flandres: visões da Europa (1550-1680)"*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Mosteiro dos Jerónimos, pp. 75- 79. A descrição dos banquetes e festas realizados durante a estada do embaixador do Príncipe de Placência e Parma na corte portuguesa, serão tratados no capítulo 7.

<sup>73</sup> "As procissões ora tinham o caracter d'uma festa mythologica, ora pareciam a representação dos autos de Gil Vicente, quando não reproduziam o que quer que fôsse das orgias pagãs. [...] As procissões chegavam a desempenhar papel social de primeira ordem, e pela resenha d'essas solemnidades se pôde traçar o quadro das alegrias e das tristezas publicas. Se uma grande victoria alumiaava com a sua chamma gloriosa o horizonte da patria, a procissão era o reconhecimento mais solemne que se prestava ao Deus dos exercitos. Pelo contrario, se a peste ou a fome, se qualquer outro grande cataclismo feria cruelmente a nação, o cortejo ao divino era o supremo recurso, e todos vinham para a rua penitenciar-se, imaginando que assim acalmavam as iras do Eterno." Viterbo, 1898, p. 9.

*meus filhos e irmã pera as obras da miserycordia, sacreficios e outras justas despesas, que se em ella fazem, dezaseys myll rs desmola os yoto mill rs por mim e os outros yoto por meus filhos e irmã*<sup>74</sup>.

A cerimónia de trasladação dos ossos do rei D. Manuel e da rainha D. Maria para o Mosteiro dos Jerónimos, ainda que constituindo um acontecimento excepcional<sup>75</sup> — símbolo da legitimação do ramo e descendência de Avis —, teve extrema importância para a corte, e o rigoroso cerimonial e a solenidade dos eventos que se prolongam por vários dias, apenas o confirmam. A trasladação foi feita no ano de 1551 e a consciência no acto é demonstrada pelo pormenor e riqueza dos relatos destes, de que tirámos as páginas que mencionam a Infanta:

*Detriminou elrrei noso Senhor, ir d'Almeirim a Lisxboa para trasladar os ossos do mui invictissimo Rei e Senhor dom Manuel, seu pai, e da mui catholica Rainha, e Senhora dona Maria sua mãe [...] E para se isto fazer assi partio . S. A. d'Almeirim co a Rainha nosa Senhora, e ho principe, e ha Ifante Dona Maria, huuma quarta feira, ho derradeiro dia de Setembro [...] Começarão se as vesporas de finados mais perto das quatr'oras que das tres, e durarão ate despois das seis, que estes príncipes se recolherão a seus apousentos. E a rainha nosa senhora, e a ifante dona Maria, que com suas damas estiverão no coro ouvindo as*<sup>76</sup>

*A Rainha e Iffante dona Maria partiram Denxobregas o mesmo dia mais cedo, e com pouca gente, e estauam ja em Betleem: e do moesteiro virão aa procissam, com vestidos e toucados, conformes ao mesmo aucto que vião, e assi em tudo o mais. El rey e a Raynha pousaram nas casas que ally tem o conde de Vimioso. E o Principe nas de Diogo de Torralva. O Iffante e o senhor dom Duarte no moesteiro. A Iffante dona Maria defronte del Rey nosso senhor.*<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> ANTT — *Doações*, Lº 7, fº 92 cit. in Viterbo, 1898, pág. 30.

<sup>75</sup> Ao qual a própria Infanta não escaparia, 23 anos mais tarde, quando da trasladação da sua tumba para a igreja da Luz: *"y que la caxa, tumba, y adereço de la litera, y de las acemilas, que la lleuaren, sea de brocado blanco raso, afforrado todo de damasco blanco, y que nõs deuemos acompañar el cuerpo desde el Conuento, de la Madre de Dios, hasta nuestra Señora de la Luz, y que deuen ir en este acompañamiento el Cabido de la Iglesia maior, y la Capilla de vuestra Magestad, y ocho, o diez Religiosos de cada vna de las Ordenes, y que vayan cinquenta achas continuamente encendidas, que lleuaràn los de la Capilla, y otros si estos no bastaren, y asi las mas achas, y velas necessarias, que esten ardiendo en quanto el cuerpo no se pusiere en la sepultura Que quando saliere del Conuento de la Madre de Dios, hasta meter se en la litera, lo lleuen Titulos, y Consejeros de estado; conforme sus precedencias; y que lo mismo se haga despues, que la puerta de nuestra Señora de la Luz, se sacar de la litera para se lleuar al lugar de la Sepultura"* Pacheco, 1675, p. 128 vº.

<sup>76</sup> BNL — Mss. 5, nº 36 impresso in Pinheiro, 1985, p. IX.

<sup>77</sup> *Trasladaçam dos ossos dos muyto altos e muyto poderosos el rey dom Manuel e a Rainha dona Maria de louuada memoria: feita por o muito alto e muyto poderoso Rey dom Joam o. iij. deste nome seu filho nosso senhor.* impresso in Pinheiro, 1985, p. VI vº.

Cerca de dois anos mais tarde, D. Gonçalo da Silveira<sup>78</sup> — que ambicionava seguir o caminho da missionação em África<sup>79</sup> — é escolhido para dirigir a Igreja de São Roque, casa-mãe da Companhia em Portugal. A profissão foi no dia 1 de Outubro, tendo assistido toda a corte, o Arcebispo de Lisboa Dom Fernando de Vasconcelos, nobreza e muito povo.

Mas a 30 de Fevereiro de 1556 embarca para Goa como Provincial dos Jesuítas, demonstrando o seu afã evangelizador na remodelação de todo o programa missionário e na realização de várias missões de cristianização dos gentios, nomeadamente junto do imperador do Monomotapa, já na década de 60. Os seus esforços são de tal forma bem sucedidos que o imperador jura a fé católica adoptando o nome de Sebastião<sup>80</sup> e sua mãe o de Maria<sup>81</sup>, com o propósito de homenagear a Infanta<sup>82</sup>. Este episódio demonstra a relação próxima de Gonçalo da Silveira com a família real, e, mais importante, o facto do nome da Infanta D. Maria surgir associado à subordinação e aclamação do Reino de Portugal. Esta percepção de quem nascera e convivera no seio da corte é também partilhada pela população, que havia aprendido a respeitar e a ver na Infanta um membro de pleno direito da família real<sup>83</sup>.

---

<sup>78</sup> Filho dos Condes de Sortelha, D. Luis da Silveira (provavelmente assíduo dos serões da Infanta) e Dona Brites de Noronha Coutinho, nasceu em Almeirim a 23 de Fevereiro de 1526 e morreu martirizado a 15 de Março de 1561. Estudou no convento franciscano do Mogadouro e depois no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cidade onde entra para a Companhia de Jesus, a 9 de Junho de 1543.

<sup>79</sup> *"Then, in 1553, he was given an office which he must have thought would tie him down in Portugal for many years, and end all chance of that missionary life in India for which he longed. He was made Superior of the Church of San Roque at Lisbon. [...] The next day a tremendous ceremony was held at which some members of the Society took their last vows. These included Gonçalo, and also Fr. Antonio de Quadros, who was later to succeed him as Provincial of India. The king and court attended, St. Francis of Borgia preached, and Fr. Jerome Nadal received the last vows in the name of the Society."* Rea, s.d [1960], p. 7.

<sup>80</sup> *"This king and his sons were Christians, baptized by Padre Gonçalo da Silveira of the Company of Jesus, who in the years 1560 and 1561 traversed those parts preaching the law of the Holy Gospel among those savages, and he gave the king the name of Bastião de Sá, both in memory of the King Dom Sebastião then reigning, and of Bastião de Sá, who was Captain of Mozambique at that time."* Boxer, 1959, p. 96.

<sup>81</sup> Leite, 1946, p. 171 e Paxeco, 1961.

<sup>82</sup> Segundo Villa-Real e Valdivia a Infanta também teria utilizado o nome da mãe e da tia para as homenagear, adoptando uma menina a quem chamou Leonor. É na obra póstuma de D. António de Sousa (1892, pp. 146-147), que o autor espanhol se baseia. Parece-nos, contudo, que a narrativa que o autor nos apresenta se deixou levar pela imaginação; em todo o texto, não aparece uma única nota e a obra não tem bibliografia. Identificamos facilmente o recurso à *Vida* de Frei Miguel Pacheco, às crónicas sebásticas, ao testamento, e em nenhuma destas obras vem qualquer referência a ter adoptado a Infanta alguma menina. Resta-nos registar a dupla importância do nome escolhido: pela mãe e pela tia, mentora de desígnios e acções.

<sup>83</sup> A Infanta dedicava quotidianamente algumas horas para receber os que a ela recorriam: *"...entraua en despacho de memoriales, que acudian a su Palacio, de huerfanos, viudas, y otro genero de gente necesitada"* Pacheco, 1675, p. 98.

E exemplo da quase dependência dos habitantes de Lisboa pela figura da Infanta, são as reticências que colocam ao encontro na raia alentejana com a sua mãe, no ano de 1558.

A jornada realiza-se poucos meses depois da morte de D. João III e de renegociações quanto ao local e comitiva<sup>84</sup> que acompanharia a Infanta ao encontro com Leonor de Áustria e Maria da Hungria, composta pelos mais altos dignatários portugueses<sup>85</sup>, apesar da pompa e circunstância estar condicionada pelo luto pelo falecido rei:

*Partiu a Infante segunda feira pela manhã tres dias do mes de Janeiro de 1558, sahio el Rey, e a Raynha nossos Senhores com ella fora da Camera onde Suas Altezas estavam até a porta da outra caza da banda de fora donde se despediu a Infante de Suas Altezas. O Senhor Cardeal Infante acompanhou a Senhora Infante até Alcouchete, e foi com elle o Senhor D. Duarte seu sobrinho, e o Duque de Bragança D. Jemes e D. Constantino seus irmãos tornou se Sua Alteza no mesmo dia com todos os que forão com elle.*<sup>86</sup>

*Celebraraõ se em seu applauso festas publicas, onde os Cavalheros Castelhanos desempenharaõ a generosa grandeza de seus animos por espaço de vinte dias, que a Infanta assistio naquella Cidade [Badajoz].*<sup>87</sup>

A reunião das três mulheres durou cerca de 20 dias, sempre acompanhada de jogos e banquetes:

---

<sup>84</sup> Esta questão será tratada no capítulo 2.

<sup>85</sup> "Assentou Sua Alteza que com a Infante fossem os fidalgos seguintes alem dos que o Conde levou consigo, D. Manuel de Menezes, João de Mendonça seu primo, e D. Pedro de Noronha, Manoel de Mello monteiro mor, Antonio de Mello seu Irmão, João Gomes da Silva filho de Braz Telles, D. Francisco de Portugal filho do Conde da Vidigueira, e e [sic] Mestre Olmedo para a Infante comunicar com elle algumas couzas do testamento da Raynha sua May. Os resposteiros que a Infanta levou forão de calhamaço encerado polas razoens que havia para isto do tempo, e falecimento del Rey que Deos tem. Foi para servir de Corregedor da Corte, e Almotacel mor o Corregedor Manoel da Fonseca, que elRey, que Deos tem tinha ordenado para a dita jornada para a despeza da qual Sua Alteza lhe mandaria a elles responder; e por o Meirinho dante elle o Alcaide Alvaro de Moraes a quem Sua Alteza fes merce de 50 cruzados, e a 18 homens que lhe nomeou que levasse 2 mil reis a cada hum para mantimento, e outros dous mil reis para vestido, e por escriuão para o Almirante a que Sua Alteza fes merce de dez mil reis e por Meirinho dante o Almotace mor Diogo Gamito com sete homens fes lhe Sua Alteza merce o dito Diogo Gamito de trinta cruzados, e oas ditos homens deo vinte e quatro mil reis para vestidos, e mantimentos a razão de dous milo reis cada hum para vestidos, e de mil reis para mantimento. Forão por aposentadores [?] Rebelo apozentador del Rey nosso Senhor e aos criados da Infante Sua Alteza merce a cada hum de quarenta cruzados." BNL — Cod. 886, pp. 845-847. A propósito da comitiva do Conde do Vimioso veja-se o memorial de 19 de Março de 1572 publicado in Sousa, 1946-1955b, vol. V, p. 2, pp. 353-356.

<sup>86</sup> BNL — Cod. 886, p. 847. Baseados numa fonte comum temos os relatos de Pacheco, 1675, p.80 vº e Machado, 1736-1751, vol. IV, pp. 116-117: "Sahio a Infanta de Lisboa acompanhada dos mayores Cavalheros do Reyno, procurando cada hum com generosa emulação exceder se no luzimento das galas, e numeroso de criados, sem que fosse obstaculo para todo este apparatus o luto, que se trazia por ElRey D. Joaõ III. Entre os Titulos, que faziaõ mais celebre esta comitiva, se distinguia com particular magnificencia D. Affonso de Portugal, Conde do Vimioso, que dispendeo grande parte das suas rendas em obsequio da Princeza. Naõ era menor o numero de Damas, e Senhoras, que como criadas da Infanta a acompanhavaõ, além de outras muitas, que para este mesmo obsequio mandara sua Tia a Rainha Dona Catharina."

<sup>87</sup> Machado, 1736-1751, vol. IV, p. 117.

*as damas, caprichosamente vestidas de tres sedas: a de cima golpeada, e a de baixo em bordaduras, acompanhando-as muitos pagens emoços de esporas com suas exquisitas librés; os cavalleiros, presididos pelo deslumbrante Conde de Vimioso, de opas e roupas bordadas de perolas, collares de pedrarias, ricas espadas, e adagas esmaltadas de oiro. A Infanta vinha garbosamente montada n'uma mula com guarnição e andilhas de riquissima chaparia de ouro. Do seu lado a Rainha D. Leonor, montada ricamente em mula, tendo-se pouco antes apeado das andas cobertas de panno de ouro, guarnecidos os cavallos de brocado de oiro de pello. Immenso numero de pagens e escudeiros ostentavam largas bandeiras e estandartes de damasco carmesim, branco, e de outras côres, fluctuando á aragem. Uma orchestra de charamellas, trombetas, tambores, e mais instrumentos, excitava o entusiasmo do povo, que em chusma havia acompanhado o prestito desde Badajoz para presenciar o momento do encontro.*<sup>88</sup>

Antes de partir, D. Maria fôra obrigada a jurar que voltaria; os cronistas e estudiosos que se debruçaram sobre a vida da Infanta falam na insistência de D. Leonor e D. Maria para que a Infanta as acompanhasse a Castela — não podemos esquecer que o erário castelhano também enfrentava problemas graves, e que a própria D. Leonor podia ter vontade de manobrar as hipóteses casamenteiras da filha —, mas a princesa tinha ideias bem definidas de como agir (como veremos no capítulo 2); todavia, o povo recebeu a sua benfeitora genuinamente, celebrando-se nas águas do Tejo um *Te Deum laudamus* em acção de graças pela sua lealdade.

D. Leonor morreria logo a seguir, a 25 de Fevereiro de 1558, deixando a filha como herdeira universal de todos os seus bens. D. Maria sobrevive 19 anos à mãe morrendo no dia 10 de Outubro de 1577, depois de fazer o testamento onde dispôs as suas ultimas vontades<sup>89</sup>. Os melhores relatos dos seus últimos dias — tardios, mas baseados sem dúvida em fontes da época — são os dos cronistas Barbosa Machado e José Pereira Baião:

*Finalmente querendo Deos premiar tantas virtudes, e seruiços a elles feitos lhe mandou por Embaixador huma enfermidade de opilação, de que adoesceo no mez de Março nas cazas, em que vivia junto a Santa Apolonia; e sendo achaque leve, que se podia curar facilmente, não se quiz pôr em cura, nem tomar certas bebidas, que lhe receiptaraõ; e sendo chamados os melhores Medicos do Reyno, nenhum a pode persuadir a tomar remedios pela boca. De que elles para sua defeza fizeraõ seus protestos, e tiràraõ Certidoens de como a dita Senhora se não queria curar de huma enfermidade, que qualquer idiõta a podia curar, quanto mais taõ doutos homens, que lhe assistiaõ.*

*E assim foy a doença correndo seu curso até Agosto, em que peyorou, por cuja causa a mandàraõ os Fisicos hir para os Paços do Castelo; e foraõ logo feitas muitas Prociissoens de Preces a Deos nosso Senhor por sua saude, assim em Lisboa, como em todo o Reyno pelo muito que era amada por todos; mas como ella perseverou em não receber remedios pela boca, chegou a estado, que se entendeo, que brevemente morria, e*

---

<sup>88</sup> Costa, 1892, p.127.

<sup>89</sup> Este assunto é tema do capítulo 8.

*dizendo-o os Medicos ao Cardeal, seu irmão, teve Concelho se lho diriaõ, para que tratasse de sua alma, e concordaraõ que sim; e foy-lho dizer o seu Confessor, dando-lhe este desengano em terça feira 8. do mez de Outubro, [...]; porèm como humana, composta de materia fragil, quando lhe deraõ esta noticia desacorço-ou. [...] Assistiraõ à sua morte o cardeal, seu irmão, e o arcebispo de Lisboa d: Jorge de Almeida; e o Doutor Foreiro, seu Confessor, e outros diversos Prelados, que a sintiraõ muito, e todo o Povo gèralmente derramando muitas lagrimas, pelo muito que lhe viviaõ obrigados, pois era mãy piadosa de todos os necessitados, e porque viaõ hir-se acabando a descendencia Real, e o Reyno pondo-se em desamparo, conjecturando já de tudo isto as desgraças, que se hiaõ aparelhando ao Reyno. Dali foy no mesmo dia à noite levada ao Mosteiro da Madre de Deos na Tumba da Santa Misericordia, de que era Irmãa, como ella pedio, acompanhando-a a mesma Irmandade, como a Irmãa, e bemfeitora sua, e assim mais todas as Communidades, Freguezias, Irmandades, e Confrarias da Cidade de Lisboa; e de traz da Tumba hia o senhor D. Antonio, sobrinho desta Senhora com toda a Fidalguia da Corte<sup>90</sup>*

*Foy conduzido o cadaver na Tumba da Irmandade da Misericordia, da qual era Irmãa como dispozera no seu Testamento, acompanhado de todas as Communidades Religiosas, e o Clero de todas as Freguesias. Fechava todo este funebre acompanhamento o senhor D. Antonio, sobrinho da Infanta defunta, com toda a Nobreza do Reyno.*

*Depositado o corpo no Capitulo do Convento da Madre de Deos das Religiosas da primeira Regra de Santa Clara, situado no suburbio de Lisboa, se celebraraõ solemnes exequias no dia seguinte, a que assistiraõ ElRey D. Sebastiaõ, e o Cardeal D. Henrique com a Fidalguia Portugueza<sup>91</sup>.*

Só cerca de 20 anos mais tarde os ossos da Infanta D. Maria foram trasladados para a sua capela-mausoléu da Luz, numa cerimónia rica e solene na qual participaram os mais altos representantes do governo e nobreza portugueses, e de que temos notícia por uma Notícia do Convento da Madre de Deus:

*[esteve a Infanta] muitos annos no Cappitulo, e quando a ouveraõ de levar pera nossa sr<sup>a</sup> da Luz, nos mesmos tiramos os ossos e os limpamos, em huas olandas, e os metemos em hum cofre de tella de prata com pregadura dourada, e do Cappitulo os levamos pera o choro, aonde a velamos huma noite com muitas oracoïns lagrimmas e saudades das velhas, que a conheceraõ. E o dia seguinte a entregamos na porta do convento aos governadores que a vieraõ buscar com toda a nobreza desta Cidade e Camera, com muitos officiais de justica e o cabido, quando se fez esta entrega cantamos um responso, e a freira que o comessou se abalou tanto de choro, que todos os sircunstantes se moveraõ e edificaraõ aos quais se deu hua Certidaõ assinada pellas Relligiozas que tiraraõ os ossos em que affirmavaõ Serem os proprios da Infante D. Maria.<sup>92</sup>*

---

<sup>90</sup> Baião, 1737, pp. 476-477.

<sup>91</sup> Machado, 1736-1751, vol. IV, pp. 174-175.

<sup>92</sup> BNL — Cod. 12 979, ffº 52-53.



***Capítulo 2 — A «Sempre-Noiva»: política matrimonial e diplomacia paralela***

A justificação para o epíteto de "*Sempre-Noiva*" com que Carolina Michaëlis de Vasconcelos baptizou D. Maria foi sempre baseada em dois estigmas que condicionavam a visão da personalidade da Infanta: a sua enorme fortuna<sup>93</sup> e os interesses políticos adversos<sup>94</sup>. Estas não são razões menores — o Erário estava depauperado com os incontáveis gastos dos três casamentos reais (o de D. Manuel com D. Leonor em 1518, o de D. João III com D. Catarina em 1525 e o de Carlos V com Isabel em 1526), com a questão das Molucas e as constantes perdas financeiras envolvendo o Império — e as considerações político-diplomáticas jogaram aqui um papel importante. No entanto, elas não forão razões exclusivas, como adiante veremos.

O dote da Infanta era avultadíssimo, de facto, e havia duas faces da mesma moeda a considerar. Se por um lado, o Erário não podia suportar tal perda, por outro, o enorme dote devido a D. Maria iria engrandecer monetariamente outro Estado, cuja aliança teria de, indubitavelmente, beneficiar Portugal. De qualquer forma, não havia em Portugal pessoa nobre que pudesse casar com a Infanta, quer pela sua cultura e condição, quer, e acima de tudo, pela sua fortuna. Assim, desde muito cedo se lhe procurou noivo fora do reino.

Em 1526 (14 de Janeiro — no Tratado de Madrid, pelo qual se definira o contrato de casamento entre Francisco I e D. Leonor) Carlos V, que acabara de infligir uma pesada derrota e humilhação pessoal ao rei dos Franceses na Batalha de Pavia, julgava poder dominar o seu arqui inimigo. Concede, então, à irmã a única cláusula por ela pedida e que estipulava o casamento do Delfim Francisco, filho primogénito do rei francês, com D. Maria, a concretizar-se em 1533, altura em que ambos teriam já completado os 12 anos.

Francisco I revelar-se-ia bastante mais intransigente, e nem o consórcio apaziguador com Leonor o afasta do desejo de guerrear com Carlos V. Ao longo de toda a década de 30, volta a provocar e prejudicar os interesses dos Habsburgo e, também, de Portugal. Estes factos não o impedem de fazer a esperada proposta a D. João III. Numa carta deste a Bernardim de Távora — que estava na corte francesa para felicitar o rei pelo casamento do seu filho Henrique com Catarina de Médicis e desejar as melhoras à rainha D. Leonor na sua doença — confessava que:

*Nos dias passados Honorato de Caiz veo a mi e me cometteo Casamento da Infante minha Irmã para hum filho de El Rey de França e assi que nos comcertacemos nas navegaçoens dos Mares; que eu quizesse que se*

---

<sup>93</sup> "": *nunca se casou por ser riquissima*" Anjos, 1626, p. 399.

<sup>94</sup> "*Interesses politicos, segundas intenciones de los Principes...*" Pacheco, 1675, p. 1.

vendessem em França certas especiarias, e porque nestes tempos sempre os Francezes fizeraõ roubos, e tomadas a meus Vassalos e nunca se fez justiça [...] Vos dareis essa carta minha de crença a El Rey de França e lhe direis que ouvi o que Honorato de Caiz Seu Embaixador me disse, e porque dezejo muito conservar Sua amizade e assi por cumprir o que os Reys [...] devem a Deos me pareceo bem de lhe pedir e muito lhe rogar o que já outras vezes lhe tenho pedido e rogado; que elle queira ver como estas couzas de entre os seus Vassalos e os meus passaõ [...] daria muy grandes castigos, aos que assi lhe dizem o que nam hé, mas se espantaria muito de tamanhos roubos e damnos como se fazem a meus Vassalos<sup>95</sup>.

D. João III via, pois, no casamento da irmã com o Delfim uma forma de selar a união política que lhe permitiria controlar as pilhagens francesas nos Mares e, apesar de haver passado dois anos sobre a data estipulada em Madrid, em 1535 este plano estava ainda de pé<sup>96</sup>. Contudo, as fortes pressões de Carlos V, que encontrava no avultado dote da Infanta<sup>97</sup> o financiamento da guerra francesa, dificultaram o plano do rei português, ou pelo menos delongaram as decisões por todos estes anos<sup>98</sup>. A negociação diplomática desta questão terá sido definitivamente minada quando o Imperador fez saber que a disputa sobre o Ducado de Milão resultara de um pedido de D. João III<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> BNL — Cod. 886, ffº 317-319.

<sup>96</sup> "...; assim que esperava ElRei de Portugal por meio da sobredita alliança obter d' ElRei de França a promessa formal de não soffrer que o inquietassem os Francezes em seus dominios do ultra mar." [doc. datado de 1535]. *Relations des Ambassadeurs vénitiens sur les affaires de France au XVIe siècle*. Tomo I, p. 87 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 253.

<sup>97</sup> Não deixa de ser interessante verificar que a primeira referência que o embaixador veneziano, Marin Giustiniano, faz sobre a Infanta ao relatar à sua República os acontecimentos, seja a descrição pormenorizada da sua vasta fortuna, apesar dos seus ainda 14 anos. *Relations des Ambassadeurs vénitiens sur les affaires de France au XVIe siècle*. tomo I, p. 87 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 252.

<sup>98</sup> O que não impede D. João III de fazer uma proposta muito mais vantajosa para os seus descendentes directos, escusando-se (julgamos que, neste episódio, falsamente) que "por não tirar dinheiro de meus Reynos" não queria "outra liança senão a sua e a dos seus". Ou seja, é numa carta cuja função é o pedido de Honorato de Caix da mão da princesa D. Maria para o Delfim francês que o Rei toca pela primeira vez com Carlos V num assunto que verdadeiramente lhe interessa: "E assy se he tempo de se falar de cazamento de seus filhos com os meus os quais parece que a elle e a mym, e ao Descanso e contentamento de nossos filhos muito cumpre." [doc. datado de 22 de Outubro de 1535 — D. João III referia-se, naturalmente, aos infantes D. Maria de Portugal e Filipe de Castela, ambos com apenas sete anos e que viriam a casar-se, conforme desejo real, em 1543.] BNL — Mss. 206, doc. 183.

<sup>99</sup> "Nesta época o Imperador Carlos V, a fim de se oppor por todos os modos aos designios de Francisco I, [...], lhe fez saber secretamente que a opposição, que a este respeito lhe fazia, provinha de que o dito Estado de Milão lhe tinha sido pedido por ElRei de Portugal para dar a seu irmão, offerecendo por esta concessão boa somma de dinheiro." [doc. datado de 1536] Du Bellay, *Mémoires*. livro 5, p. 317 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, pp. 260-261. As negociações em torno da posse e rendimentos do Ducado de Milão não têm cabimento no âmbito deste trabalho, mas importa referir que ao início das negociações de casamento entre D. Luís e Maria Tudor era este o presente proposto por Carlos V. [carta de Henrique VIII para Sir Thomas Wyatt, datada de Fevereiro de 1537] Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 34. Para mais informações sobre o Ducado de Milão ver Mendonça, 1995, pp. 69-70.

O certo é que o Delfim morreu, nesse mesmo ano, em circunstâncias assaz misteriosas, diz-se que envenenado, tendo por tal crime sido julgado Montecuculi, em grande assembleia que Francisco I fez reunir em Lyon a 25 de Setembro de 1536.

Ainda antes destes acontecimentos, o tio de D. Maria procurara noiva para o seu filho herdeiro, Maximiliano, encontrando na Infanta princesa ideal para esse consórcio<sup>100</sup>. De facto, Fernando não achou qualquer outro obstáculo que não a idade da Infanta — cerca de 11 anos — contornável, aliás, pelo tempo que as dispensas papais, as negociações políticas, os contratos diplomáticos e as benções reais iriam levar. Assim, o soberano despacha a Lisboa Monsenhor de Lourdes, com a especial incumbência de propôr o "negócio" a D. João III e mostrar-lhe o quão vantajoso seria para sua irmã e para ele próprio como rei de Portugal.

D. João III recebe o embaixador com algum entusiasmo: mera aparência, segundo o biógrafo da Infanta, já que as razões financeiras pesavam mais. O Rei responde mais tarde com dois argumentos que fariam dilatar as negociações: a pouca idade da Infanta<sup>101</sup> e o facto de não estar ainda ajustado qual o montante do dote que lhe era devido<sup>102</sup>. Maximiliano acabaria por casar com Maria, filha de Carlos V e de Isabel de Portugal, em 1548, quando a princesa contava já 20, e mais de 15 anos depois destas negociações.

17 de Maio de 1536 é a data de uma carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos, embaixador de D. João III na corte do Imperador. Nela, o embaixador conta como foi chamado junto a Carlos V e informado que:

*sobre o casamento da Iffante Vossa Irmã com o Dalfim [...] a rezão de seer estava perdida e para se não dever de falar nisso e para se não buscar tão danada liança como Vossa Alteza bem via e que vistas estas rezões que se tão manifestamente descobrião e olhando as ditas novas de Inglaterra tão ordenadas por Deos*<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> " y assi juzgò, que para el hijo no podia auer casamiento, ni mas alto en la sangre, ni de mayor interes" [ devido à fortuna da Infanta] Pacheco, 1675, p. 15.

<sup>101</sup> A ambiguidade desta questão levantada por D. João III provocou reacções de pessoas mais avisadas no próprio século XVI. Com efeito, comentava-se que aquando da promessa de casamento feita entre o Delfim francês e a Infanta portuguesa esta não contava mais de cinco anos, e por outro lado "*assi que aquel contrato [com o rei francês] primero se hizo porque no auia de executarse, este segundo dexò de hazerse porque se entendio, que vna vez hecho en breue se executaria.*" Pacheco, 1675, p. 15 vº.

<sup>102</sup> A questão da fortuna da Infanta será tratada no capítulo 3. A estas razões apresentadas pelo seu biógrafo, há a acrescentar o verdadeiro interesse que D. João III tinha, por esta altura, numa aliança com a França face às vantagens comerciais que daí lhe adviriam, sendo decerto o que mais pesava nesta recusa.

<sup>103</sup> BNL — Mss. 201, nº 68.

Daqui se conclui que Carlos V via de bom grado uma aliança matrimonial de um membro da sua família com Henrique VIII, rei que havia dez anos repudiara sua tia, Catarina de Aragão, mas que a lógica de Estado obrigava a trazer para a sua esfera de influência face às constantes hesitações na diplomacia externa do Tudor<sup>104</sup>. A carta segue dizendo:

*ElRey de Inglaterra ficava como lhe escreve seu embaixador livre<sup>105</sup>, e com muito desejo de casar e de maneira que não pode negar a Princesa de filha legitima herdeira [...] que se lhe bem estiver casar com a Senhora Iffante Vossa Irmã e Por Vos a Princesa para o Iffante Dom Luis que elle o falará com Vossa Alteza e que confia tanto em Vossa Amizade que cre que fareis nisto o que vos elle pedir.*

Uma das vantagens desta dupla união, e argumento que calaria os protestos de D. João III, estava no facto de o dote que Henrique VIII receberia pelo casamento com a Infanta ser imediatamente devolvido pelo casamento de Maria Tudor com o Infante D. Luís. Acrescentava ainda:

*Que a Iffante nunca parirá<sup>106</sup> ficará o Iffante Dom Luis Rey de Inglaterra que he a melhor cousa do mundo, e se parir fica o Iffante Dom Luis muito bem casado.*

Henrique VIII também teria algo a ganhar, já que o:

*Emperador tinha falado ao Papa e faria que tudo se acabasse bem que me afirmava que ElRey de Inglaterra era bom cristão, e de bons respeitos e bem inclinado.*

A razão de semelhante interesse por parte de Carlos V em ter um membro da sua família junto de Henrique VIII é explicada mais adiante na carta:

*porque sem duvida elle o espera e deseja que Vossa Alteza mande ir seus embaixadores quando elle mandar vir [de França] os seus que será muito sedo segundo as cousas vão. E o quando mandará vir o dito seu*

---

<sup>104</sup> A cisão que Henrique VIII provocou com a Santa Sé ao pedir em 1527 a anulação do casamento com Catarina de Aragão levou à ostracização por parte dos reinos católicos — nomeadamente dos Habsburgo, que tendo Roma sob o seu jugo negam, peremptoriamente, tão "infame" pedido — que se agudizou com a nomeação em 1533 do Bispo Cranmer e a consequente desautorização do Papa em Inglaterra. O rei inglês passa a jogar um papel dúbio no terreno europeu, apoiando muitas vezes Francisco I sem se comprometer, de forma a poder manter intactas as pretensões sobre a Normandia e o Languedoc, perdidas pelos Lancaster em batalhas ancestrais, numa possível guerra patrocinada por Carlos V. Para o desenvolvimento deste assunto ver Lacey, 1992.

<sup>105</sup> Esta expressão de Carlos V merece alguma clarificação, uma vez que Henrique VIII estava nesse momento casado com Ana Bolena — casará ainda em vida de Catarina de Aragão, secretamente, em Fevereiro de 1533, tendo o Bispo da Cantuária decretado já em Maio que "*Henry and Catherine had never been husband and wife.*" à revelia do "Bispo de Roma". Lacey, 1992, p. 130. É fácil entender que para Carlos V o rei inglês estivesse apenas viúvo e como tal disponível para casar com outra princesa.

<sup>106</sup> Ao contrário das conclusões um tanto precipitadas de Durval Pires de Lima (1946, p. 143) não nos parece que pelas palavras do embaixador se possa concluir a esterilidade da Infanta. Achamos, antes, que este argumento servia para pressionar D. João III a aceitar um duplo casamento do qual não tiraria senão vantagens. É o próprio biógrafo que no seu discurso enaltecedor contraria a tese novecentista de Lima, escrevendo: "*la Infanta Maria, quedòse con los aplausos de Princesa de España, juzgada por dignissima, para ser madre de muchos Principes della...*" Pacheco, 1675, p. 49.

*embaixador e quando mandarà apregoar a guerra ainda não està nomeado o dia mas diz o Emperador que mui prestes mo dirà e se farà.*<sup>107</sup>

Os factos confirmam que esta proposta era unilateral, tendo sido tratada primeiro com os diplomatas portugueses<sup>108</sup> e só depois comunicada para Inglaterra<sup>109</sup>. Com efeito, o mês de Maio de 1536 foi para Henrique VIII de tal forma célere e bizarro que confundiria qualquer diplomata, até o mais avisado: a 19 faz executar Ana Bolena e ainda antes do fim do mês casa com Jane Seymour, que também não seria rainha de Inglaterra por muito tempo, desta vez mais por culpa da incipiente medicina dos Tudor que por capricho real. Jane conseguira gerar o varão que Henrique tanto ambicionava e este custou-lhe a vida: Eduardo nasce a 12 de Outubro e ela morre a 24, no ano de 1537.

Numa carta, datada de 29 de Novembro de 1537, de Lord Cromwell a Sir Thomas Wyatt, na qual o primeiro se queixava da pouca importância dada pelos embaixadores imperiais à conclusão das negociações do casamento de D. Luís com Maria Tudor, conclui que esses mesmos enviados haviam feito:

*uma proposta de casamento com uma Filha d'ElRei de Portugal, e que fôra esta bem aceite pelo Governo Inglez*<sup>110</sup>.

Apenas dois meses após a morte da rainha, o ministro de Henrique VIII retoma uma proposta de Carlos V que se tornara incapaz um ano antes; esta *filha do rei português* não podia ser outra que não a Infanta D. Maria<sup>111</sup>. Mais uma vez o casamento não se concretiza, e mais uma vez a responsabilidade terá que ser imputada a Carlos V e à sua política europeia. Inesperadamente, em 1538 o Imperador e Francisco I põem de lado as suas diferenças, ao que se segue uma feroz retaliação por parte da Santa Sé contra Henrique

---

<sup>107</sup> Carlos V preparava-se para afrontar o seu velho inimigo procurando, portanto, todos os apoios disponíveis.

<sup>108</sup> "..., porque deste negocio não escreve nada a Luis Sarmiento [embaixador de Carlos V na corte portuguesa] nem quis dar conta senão a mym para que eu o escreva a Vossa Alteza e somente o escreve a Imperatriz porque sabe o quanto com isso ha de folgar..." BNL — Mss. 201, nº 68.

<sup>109</sup> "...porque se não perca tempo elle despacha logo huma posta a seu embaixador que reside em Inglaterra e lhe manda que fale a elRey de Inglaterra na materia como acima digo..." BNL — Mss. 201, nº 68.

<sup>110</sup> Santarém, 1842-1860, vol. 15, pp. 35-36. Há, também, uma referência de um documento da colecção Eggerton feita pelo Conde de Tovar, nas páginas 21 e 22 do seu *Catálogo(...)*, 1932: "*Copia duma carta escrita d'Italia ao rei, acerca do proposito em que estava o Imperador de invadir a França, e acerca dum boato de projecto de casamento de Henrique VIII com a Princeza de Portugal.*".

<sup>111</sup> As filhas de D. João III e de D. Catarina eram demasiado novas e as irmãs da Infanta estavam já casadas.

VIII<sup>112</sup>; e o Tudor casa no final de 1539 com Ana, Duquesa de Cléves, cuja casa paterna tinha ligações com a Liga de Esmalcalda, na qual os príncipes luteranos alemães se haviam unido para lutar contra Carlos V.

A carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos contém ainda uma frase que nos ajuda a compreender a mudança de atitude de D. João III face às propostas do rei francês:

*Quanto a frança Vossa Alteza a meu ver e não me engano deve satisfazer o Emperador largamente e obrigado a passar os vossos negocios por onde os seus.*

De facto, outra carta — datada de 22 de Setembro de 1537 — em que o Rei dá instruções ao Conde de Castanheira sobre os motivos que se prendem com a sua missão de confiança, começa o texto tratando do assunto da:

*Infante, dona Maria, minha irmã, pela presunção que tenho, alem do que ele [Imperador] ja nisto me escreveo, que a Rainha de França, sua mãy, me quer pedir que a mande a França.*<sup>113</sup>

A vontade régia ía contra o desejo de D. Leonor e, apesar de não esclarecer, considera:

*que pera ysto sejam as rezões em contrairo muy craras a todos, porque alg~uas sam de calidade que se nam podem bem praticar.*

Tem por tão certa a justeza da sua recusa que reafirma que:

*a ele [Imperador] lhe não parecera bem tal cousa, e que lhe peço que asy seja polas muytas Rezões que ha pera iso, [...] por que a Rainha, sua mãy, pelo emxemplo que de mym tem, me devia de mandar de França sua filha, mynha irmã, pera d'aquy melhor casar que de França; [...] e da casa da Rainha nam devia a Rainha de França de querer que sua filha d'aqui saise, quanto mais pera o trato frances. Item: todas as mais Rezões d'isto que convosquo pratiquey, dizendo lhe tanbem quanto a Rainha sente ouvir falar nisto, e como lhe parece Rezão, se fora licito criarense suas filhas fora do Regno, mandalas ele a sua casa antes que a Arevalo, quanto mais averse de hyr de sua casa sua sobrinha, minha irmã.*

Não é difícil concluir que, por esta altura, D. João III mudara já de opinião sobre as vantagens de uma aliança luso-francesa que fosse contra os desejos do Imperador. Como atrás vimos, Carlos V fizera uma proposta bem mais vantajosa. Manobrar de forma hábil as ambições portuguesa e francesa sobre o Ducado de Milão, de maneira a tornar os dois reinos adversários, e começara a convencer D. João III de que "armar de tantos capitais" um país com exércitos comandados por Francisco I acabaria por ser prejudicial, não só para ele como

---

<sup>112</sup> "A bull of deprivation, first drafted cit in 1535, now came into effect, calling upon Christians everywhere to attack and destroy the English King." Lacey, 1992, p. 174.

<sup>113</sup> Ford, 1931, pp. 351-353.

para Portugal, face às inúmeras relações pessoais que existiam entre as casas de Avis e de Habsburgo<sup>114</sup>.

Mas Francisco I, interessado no dote da Infanta e, também, terrivelmente pressionado pela rainha D. Leonor, escreve — a 26 de Agosto de 1538 — ao seu embaixador na corte de Carlos V para que averigue, discretamente, sobre qual das duas Marias (filha de Carlos e de Isabel de Portugal, ou a Infanta portuguesa) gostaria o Imperador de ver casada com o Duque de Orleans<sup>115</sup>.

Carlos V deu resposta logo no mês seguinte dizendo não poder dispôr da mão de sua filha *por motivos que ElRei de França devia de saber*<sup>116</sup>, e quanto ao casamento da Infanta portuguesa com o Duque francês, não o julgava correcto, uma vez que Carlos de Orleans estava *quasi fiançado*<sup>117</sup> com a filha de Fernando da Alemanha. E, para que não restassem dúvidas quanto à vontade do Imperador — e, também, para acalmar a ansiosa rainha — reserva todo um artigo na carta ao rei francês para manifestar o seu empenho pessoal na resolução desta questão<sup>118</sup>.

Esse empenhamento não foi suficientemente lesto; em Abril de 1540 Carlos V volta a dar resposta a Francisco I sobre o mesmo assunto, agora num tom mais moderado, mas que deixa adivinhar que continuavam as manobras diplomáticas de bastidores<sup>119</sup>. D. Leonor e

---

<sup>114</sup> "": *as outras Reções francesas, por onde ysto ainda traz consigo mayores incomvinientes...*" D. João III não enumera, de novo, as razões do inconveniente; mas não será difícil de adivinhar, uma vez que acabado o assunto da Infanta, aquele que se segue na carta é o que se refere aos confrontos e "*grandes despesas d'armada contra Franceses*".

<sup>115</sup> "*encommenda-lhe particularmente haja de propor o Duque d' Orleans, tendo antecipadamente sondado a mente do Imperador, e tratado de saber com qual das Princezas prefereria elle effeituál-o, se com sua filha, se com sua sobrinha a Infanta, de Portugal.*" BNP — Cód. 8 577, p. 204 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 275.

<sup>116</sup> Com efeito, Carlos V reservára para o filho primogénito do rei dos Romanos a sua filha mais velha, homónima da Infanta portuguesa: "...; *tanto mais que não podia a Infanta portugueza casar-se com o primogenito d' ElRei dos Romanos, a quem estava destinada a filha do Imperador, o qual não entendia saísse sua filha fóra da casa d' Austria,*" [doc. datado de 1535] *Relations des Ambassadeurs vénitiens sur les affaires de France au XVIe siècle*. tomo I, p. 87 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, pp. 252-253.

<sup>117</sup> BNP — Cód. 8 577, p. 207 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 275.

<sup>118</sup> "*Que pelo que diz respeito á Infanta de Portugal, sua sobrinha, elle Imperador se obrigava a assistil-a e favorecêl-a em qualquer outro casamento, porque a considerava como filha sua.*" BNP — Cód. 8 577, p. 207 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, pp. 275-276.

<sup>119</sup> "..., *diz que confiando nas virtudes da dita Infanta, e nas de sua mãe a Rainha D. Leonor, viuva d' ElRei D. Manoel de Portugal, elle se obriga a fazêl-as consentir em quanto a respeito d'ellas ajustar com ElRei de França. E no art. XIII offerece a sua mediação e bons officios, junto a ElRei de Portugal, afim de se concertarem amigavelmente as differenças que entre elle e ElRei de França subsistião.*" BNP — Cód. 8 577, p. 267 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 3, p. 282.



Francisco I não desistem e mandam a Lisboa o Bispo de Ade, dando início a um período de fértil correspondência entre a Infanta, a rainha D. Leonor, Francisco de Gusmão e as cortes de D. João III, Carlos V e Francisco I, com o intuito de concluir as negociações sobre a ida de D. Maria para França.

Em Dezembro de 1541 é a rainha de França que escreve à filha a fim de lhe dar a conhecer os seus desejos e as diligências que faz. Nesta carta, D. Leonor dá conta de que:

*ya tengo escrito al Emperador*<sup>120</sup>, *suplicando le haga de manera que vuestra hazienda sea assegurada desde aora*, e que se *Si dixerem que no salgais de sus manos sin ser casada, direis, que esto toca a vuestra madre*<sup>121</sup>.

Recomenda-lhe, ainda, que a carta só seja vista por Joana Blasfet e que a queime depois de lida; e termina dando-lhe instruções para que não fale com ninguém sobre tal assunto, nomeadamente ao embaixador francês Honorato de Caix, salvo com o enviado de Carlos V na corte portuguesa, Luís Sarmiento.

O Bispo — que chega a Lisboa a 10 de Janeiro de 1542<sup>122</sup> — tinha ordens para levar a Infanta para França, onde se trataria de arranjar estado<sup>123</sup> para a jovem princesa, com o dote que lhe era devido; todavia, e se tal propósito levasse "muito tempo e pouca solução", D. Maria poderia partir sem o dote e com promessas de que o mesmo seria pago conforme fosse possível. Era esta a intenção. Pelo menos a da sua mãe<sup>124</sup>, mas não necessariamente a de Carlos V<sup>125</sup>, e certamente que não a de Francisco I.

O Bispo foi recebido pouco tempo depois na corte por D. João III, a quem entregou duas cartas, uma de cada um dos seus soberanos. Vai depois à presença da rainha D.

---

<sup>120</sup> Nesta carta — datada também de Dezembro de 1541 — D. Leonor dava conta ao irmão da carta que escreveu à Infanta, instruindo-a a agir de forma simulada e manifestando que todas as suas acções são a serviço do Imperador. Pacheco, 1675, pp. 24-24vº.

<sup>121</sup> Pacheco, 1675, pp. 23 vº-24.

<sup>122</sup> O enviado do rei e rainha franceses hospeda-se em casa do embaixador Honorato de Caix no vale de Xabregas. Pacheco, 1675, p. 20.

<sup>123</sup> No contrato de casamento de D. Manuel e D. Leonor esta situação é prevista, estando acordado que caso o rei morresse primeiro, a rainha e seus filhos, bem como os seus criados, poderiam sair do reino quando assim o entendessem, sem qualquer outro compromisso. Sousa, 1946-1955b, tomo II, parte 1, p. 528; a impressão do contrato ocupa as pp. 523-532.

<sup>124</sup> Na carta que escreve ao irmão, D. Leonor usa a hipótese da partida da Infanta sem o dote como arma de argumentação junto de D. João III. Pacheco, 1675 pp. 24-24vº.

<sup>125</sup> Na mesma carta D. Leonor faz questão de salientar que "*..., es hazienda que toca a mi hija, y no puede ser sino para seruiros, porque no dispodré jamas cosa alguna que no sea con vuestra orden, y mandato:*"

Catarina, que estava acompanhada da Infanta e da filha homónima, bem como de várias damas da corte. Entrega outra carta da rainha de França a D. Catarina e fala com a Infanta<sup>126</sup>.

Carlos V é prontamente avisado pelo seu embaixador e, também, pela carta da irmã. Manda que o primeiro — que encarrega Francisco de Gusmão<sup>127</sup>, dado ser-lhe impossível ir ao paço de D. Maria sem que os espiões do rei soubessem — entregue à Infanta instruções nas quais a adverte do perigo que constitui o *Frances*, esclarecendo-a de que a sua ida para a corte dos Valois não servia para mais do que financiar a guerra contra os Habsburgo e que a razão apresentada por Francisco I — satisfazer um desejo de D. Leonor — não podia estar mais longe da realidade em vista da maneira pouco cortês com que a tratava, deixando-a só longas temporadas enquanto se divertia com os seus cortesãos e cortesãs em um qualquer outro palácio<sup>128</sup>. Através de outra carta, o Imperador convence a irmã das desvantagens de chamar a si a Infanta sem estar casada, pois assim Francisco I poderia casá-la com quem bem entendesse, despojando-a dos bens e obrigando-a a viver em solo inimigo, à semelhança da vida que ela, rainha, enfrentava todos os dias.

Carlos V compõe o arдил com o objectivo de dilatar as negociações, até encontrar a resolução que mais lhe conviesse (o que aliás acontece, como adiante veremos). Francisco I era ludibriado, já que para ele a rainha insistia em que a filha saísse de Portugal solteira e acompanhada de toda a sua *fazenda*; a Infanta D. Maria optava por obedecer ao tio ao evitar sair de Portugal sem noivo escolhido, permitindo-lhe assim controlar o seu dote; e D. Leonor contrariava, de maneira não oficial e sempre usando o nome de D. Maria, as ordens que o Bispo de Ade recebera para que, e só em último caso, a Infanta pudesse sair do país com a promessa de que a sua fortuna seria paga com o rendimento obtido nas feiras anuais.

O segredo e a desconfiança em torno dos criados de origem portuguesa<sup>129</sup> que serviam a Infanta fazem crer que D. João III não foi consultado sobre o *negocio da Infanta*. Todavia, os propósitos de Carlos V, ainda que por motivos diversos, coincidiam com os seus: D. João III não queria deixar sair a Infanta, e tentou, mesmo, dissuadi-la numa

---

<sup>126</sup> Pacheco, 1675, p. 20.

<sup>127</sup> Mordomo da Infanta e casado com D. Joana de Blasfet.

<sup>128</sup> Pacheco, 1675, pp. 21vº-32.

<sup>129</sup> "Y de otra manera el Rey tiene puesta una muger muchos dias ha con la señora Infanta, que le auisa siempre de todo que alli passa;" Pacheco, 1675, p. 27vº.

conversa que tiveram nos seus paços e que foi relatada por Francisco de Gusmão a Luís Sarmiento, que a descreve a Carlos V:

*y le auia dicho que quan mal le estaria su ida à Francia, [...], que la auia de ver tan mal empleada como en Francia, segun las deshonestidades que allà passauan, y que no estauan en tales terminos las cosas entre V. M. y el Rey de Francia*<sup>130</sup>.

Não deixa de ser curioso verificar a proximidade das datas e a rapidez com que perguntas e respostas chegavam aos interlocutores, quando os assuntos anteriores foram tratados com o vagar diplomático que as razões de Estado ditavam. É, de novo, o que se passa com a resposta de D. João III sobre a única interrogação que importava responder: qual era, afinal, o valor da fortuna da Infanta? Foi esta a maneira que o rei encontrou de contrariar os propósitos da irmã, que insistia em não partir sem os seus *cabedades*.

As cláusulas do Tratado de Saragoça<sup>131</sup> estipulavam que: (1º) ao filho primogénito dar-se-iam 800 mil dobras de ouro, ou ao segundogénito, caso o primeiro falecesse; (2º) não ficando filho varão e havendo crianças do sexo feminino, dar-se-iam 400 mil dobras; e (3º) não havendo nascido filho varão ficaria a mais velha das filhas com 200 mil dobras de ouro.

D. Maria tinha direito ao cumprimento da segunda cláusula, uma vez que tivera um irmão de nome Carlos que morrera com cerca de 18 meses<sup>132</sup>. Mas D. João III contrapunha que nascer e morrer logo em seguida era o mesmo que nunca ter nascido, pelo que, a Infanta teria direito às dobras expressas na terceira cláusula. O conselho que mandara reunir para analisar o caso dá-lhe, obviamente, razão<sup>133</sup>. Carlos V ordenara também a reunião de alguns membros do seu conselho para deliberar sobre as palavras do contrato, concluindo exactamente o contrário<sup>134</sup> dos juízes de D. João III, e argumentando que qualquer

---

<sup>130</sup> [carta datada de 15 de Abril de 1542] Pacheco, 1675, p. 29vº. Com efeito, a opinião que a corte francesa tinha em Portugal não era das mais favoráveis: "*Em cartas intimas aos Condes de Linhares [...] o auctor do Palmeirim descrevia desassombradamente o que presenciava na Côte francesa. E embora essas cartas não fossem lidas pelos reinantes, mais de um pormenor transpirou de certo e era commentado desvantajosamente, fazendo recrescer cada vez mais a antipathia de D. João III contra o que chamava «as facilidades da Côte francesa»*" Vasconcelos, 1983, p. 101, n. 284.

<sup>131</sup> Sousa, 1946-1955a, vol. III, pp. 528-531.

<sup>132</sup> Ver Genealogia. "*o dito senhor era obrigado de deixar e dar a filha que do dito matrimonio nassece e ficaçe por seu falecimento quatrocentas mil dobras de ouro castelhanas ou seu justo preço e uallor em leridas ou terras, lugares, uassalos*" BNL — Cod. 8 003. Este documento é a resposta dada pelo rei, em forma de contrato (1545), às questões levantadas pela própria Infanta devido à visita do Bispo de Ade. Será de novo abordado no capítulo 3.

<sup>133</sup> Pacheco, 1675, p. 32vº. As alegações estão transcritas nas pp. 199vº-204 (em latim).

<sup>134</sup> As alegações estão transcritas in Pacheco, 1675, pp. 194vº-199.

ambiguidade do texto se devia ao próprio rei D. Manuel, que o mantivera tendo presenciado a morte do filho e o nascimento posterior de D. Maria<sup>135</sup>.

A acrescentar às 400 mil dobras de ouro, havia os interesses acumulados nos 21 anos da Infanta: o valor em dinheiro dos lugares e cidades (como Torres Vedras e Viseu) que possuía em Portugal e as jóias, importando tudo em cerca de 1 milhão de dobras de ouro. O que criava um problema grave a D. João III pois o Bispo de Ade não estava disposto a partir e o Rei não tinha como pagar o dote.

D. João III dá, então, resposta aos reis franceses em forma de carta, assinada pelo secretário de estado António Carneiro<sup>136</sup>. Nela, lembra como:

*ficando a Senhora Infante de seis mezes este a teue sempre em proprio lugar de filha, e Irmaõ com tanto amor, e obrigação como se deue a estes dois parentescos, e depois que a Rainha sua Mãe se foi destes Reinos, não sendo ella ainda de dois annos, a criou, crescendo de cada vez mais o amor, e obrigação [...] de lho mostrar probas em tudo o que toca à Senhora Infante dezejando de a uer taõ honradamente cazada, como delle se deue crer pela experiência de obras semelhantes e porque pagar lhe seu dotte não seruia para isto, senão para quando cumprir se para seu cazamento e despezas de suas cazas, porque sempre se fez a custa de S. A., como propria filha.*

D. João III continua, afirmando que está disponível para pagar o dote da irmã, mas que não pode consentir na saída de D. Maria de Portugal sem estar casada, porque:

*como o julgaria o Mundo, vendo que elle queira que se fizesse o que athé entãõ em nenhuma parte poderia estar melhor, quando novamente se houvesse de escolher onde houvesse de estar athé que se cazasse, que em sua caza [...] quanto mais querer que a Senhora Infante assim he filha de seu Pay, como sua della, e a criação dos filhos dos Reys, tambem toca ao Reino de que saõ naturaes.*

O rei esgrime, assim, um argumento que escapara a todos os diplomatas, mas que apenas contraria, no imediato, os objectivos de Francisco I. Com este despacho despediu-se do Bispo de Ade — Maio (?) de 1542 —, dando-lhe algumas jóias e mil escudos em ouro. Porém, D. João III tinha já outros assuntos em que pensar. Logo em 1543 realiza-se o casamento que o rei mais ambicionava e para o qual negociava havia muito<sup>137</sup>: o da sua filha

---

<sup>135</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1976, vol. VII, pp. 395-406 e Pacheco, 1675, pp. 199vº-204 (em castelhano).

<sup>136</sup> BNL — Cod. 674, pp. 239-240 e Pacheco, 1675, pp. 36-37vº (em castelhano).

<sup>137</sup> Segundo o biógrafo da Infanta este casamento dever-se-ia mais à vontade da Rainha que do Rei. Com efeito, o autor refere que o príncipe D. João era doente e pouco capaz para gerar um herdeiro para o trono; razões de Estado ditavam, então, que a princesa deveria casar com o Infante D. Luís, seu tio, garantindo a continuidade da casa Avis-Beja enquanto que Filipe deveria casar com a Infanta D. Maria, garantindo a amizade com Castela. Pacheco, 1675, p. 39. Parece-nos, no entanto, que este entendimento dos factos se deve à parcialidade com que o biógrafo explica os eventos em torno da Infanta. Assim — como atrás vimos — este

Maria com o herdeiro de Carlos V, Filipe, ambos com 16 anos. A Infanta D. Maria tinha então 22. Durou pouco este casamento — cerca de dois anos — acabando com a morte da princesa ao dar à luz o desafortunado Carlos, primeiro neto do Imperador e de Isabel de Portugal.

Pouco depois surgia o projecto de fazer da Infanta D. Maria a segunda mulher de Filipe<sup>138</sup>. A historiografia tradicional — sempre muito colada à interpretação de Frei Miguel Pacheco — viu em Carlos V o autor e impulsionador da ideia. Todavia, colocamos uma nova hipótese, pelas razões que passamos a explicar. Não há qualquer registo documental da data em que a proposta chegou à corte portuguesa, facto que não é pouco significativo atendendo às relações privilegiadas (e constantes) entre as cortes portuguesa e imperial. Por outro lado, é o próprio D. João III que numa carta a António de Saldanha lança o nome daquela que consideramos ser a verdadeira autora deste projecto:

*Na matteria do casamento da infante minha Irmaã com o Principe de Castela meu filho em que a **Rainha sua** may me emviou os dias passados falar pelo seu secretario*

reafirmando a sua surpresa por:

*ele [Imperador] nam ther mandado falar neste casamento*<sup>139</sup>.

As datas e a maneira como o *negócio* foi conduzido corroboram esta tese. D. Leonor começa a exercer verdadeira pressão junto de D. João III por volta de 1547 — dois anos depois da morte da princesa Maria —, quando enviuvara pela segunda vez e vivia já na Flandres em companhia da irmã Maria e junto do irmão Carlos. Este ter-se-á limitado a concordar com a vontade da rainha, sem encontrar nisso qualquer inconveniente para a sua política europeia mas sem se empenhar pessoalmente, o que justificaria as escusas de D. João III e nomeadamente a acção do seu embaixador na Flandres — Lourenço Pires de Távora — que é, clinicamente, aconselhado a:

*trata lo[o assunto do casamento] de tal modo que se va o mais suaueamente que puder ser dispondo para este fim [atrasar as negociações]*<sup>140</sup>.

---

consórcio interessava muito a D. João III e a Portugal, e por outro lado o príncipe D. João não tinha mais de seis anos de idade, sendo, certamente, prematuro fundamentar alianças matrimoniais na sua inépcia.

<sup>138</sup> A data do poema *Syntra* de Luísa Sigeia, que tem uma referência expressa a este casamento, é 1546. Ver o capítulo 8.

<sup>139</sup> BNL — Mss. 206, doc. 256 e ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 1, ffº 233-237. Carta não datada; no resumo feito na cópia da BNL vem a data de 1546 (negrito nosso).

<sup>140</sup> [Carta de D. João III datada de 27 de Junho de 1550] Távora, 1648, p. 79 e Pacheco, 1675, pp. 40-41 (em castelhano).

Este casamento tinha como grande opositor o rei D. João III, julgamos, realmente por razões de Estado<sup>141</sup>; nomeadamente, e uma vez mais, financeiras<sup>142</sup>. E D. João III ganha um aliado inesperado nesta questão. Com efeito, ao contrário do que Carlos V planeava ao abdicar dos reinos germânicos em favor de seu irmão Fernando, este não estava disposto a reuni-los sob a égide de Filipe, achando antes que o legítimo herdeiro era o seu filho varão, Maximiliano. O Imperador tenta negociar com as armas que tem, ou seja, uma filha solteira e um filho viúvo<sup>143</sup>. A Infanta recebe, então, uma proposta do tio para que casasse com o seu primo o arquiduque da Áustria, Fernando, filho segundo de Fernando da Alemanha e Ana da Hungria.

D. Leonor, contrafeita ou não<sup>144</sup>, aceitou estas alterações e enviou à corte portuguesa um mensageiro que, sob um falso pretexto, tinha por missão saber se a Infanta concordava com o noivo proposto pelo tio<sup>145</sup>. As conversas entre os Habsburgo não teriam sido totalmente secretas, pois o certo é que Lourenço Pires de Távora soube de que tratavam e escreveu duas cartas — datadas de Dezembro de 1550 —, uma ao Rei e outra à Infanta, com o intuito distorcidamente genial de convencer D. Maria que as negociações do casamento com Filipe avançavam bem, pelo que o melhor seria recusar a proposta de Fernando da Áustria<sup>146</sup>. O que a Infanta fez.

---

<sup>141</sup> Frei Miguel Pacheco e Carolina Michaëlis de Vasconcelos tinham opiniões diferentes, defendendo que a questão financeira era uma mera desculpa para a má vontade que teria para com a meia-irmã e para a "repulsa" que sentiria ao vê-la ocupar o leito que fôra da filha.

<sup>142</sup> "... e no que tocava ao dote respondy que o que a Infante tinha era boom dote avemdo respecto aos dotes que se deram em casamento [sic] pasados e que a minha fazenda nam estaua para eu poder fazer o que muito folguara se o tempo fora outro ..." BNL — Mss. 206, doc. 256.

<sup>143</sup> Carlos V casára já uma das filhas, Maria, com o primogénito de Fernando, Maximiliano, o que não garantia ao Imperador a junção das coroas sob a sua égide. Havia, assim, que casar o seu herdeiro com a filha de seu irmão, o que deixava de fora a Infanta.

<sup>144</sup> A carta de Lourenço Pires de Távora ao rei dá a entender que a rainha não fôra consultada: "*O qual negocio me parece que foi tratado entre elle somente ca [sic] Raynha de Vngria para o dizer a Raynha de França.*" Távora, 1648, p. 81 e Pacheco, 1675, pp. 42vº-43 (em castelhano). Contudo, parece ter aceite a ideia de bom grado e toma, rapidamente, a iniciativa: "*Vai a Lisboa o secretário da rainha de França. Entende Lourenço Pires e avisa que é a tratar casamento da ifante D. Maria com o arqueduke Fernando, o que diz que não convém, e que se pode responder a isso com esperanças de casamento com o príncipe D. Felipe.*". (Resumo de 1551) Sousa, 1938, vol. 2, p. 290.

<sup>145</sup> Pacheco, 1675, p. 42.

<sup>146</sup> "..., nem â Senhora Infanta lhe deixem crer que o Principe de Castella esta concertado nem cazara em outra parte, e o que lhe disto disser este Secretario saiba que he para com a desesperaçam a persuadir a estoutro cazamento [com Fernando da Alemanha] de que V.A. se pode escuzar com mostrar muita vontade de cazar esta Senhora com o Principe de Castella ". Távora, 1648, p. 81 e Pacheco, 1675, pp. 42vº-43 (em castelhano).

Carlos V não tem melhor sorte com o irmã. Vendo que não conseguia a concretização dos seus intentos, volta-se para a Infanta. Agora, sim, com empenho:

*cuya cobrança [do dote] era infalible con la autoridad del Cesar; y assi auisò a su Embaxador, que residia en Lisboa, que tratasse con calor el casamiento, y com breuedad le concluyesse*<sup>147</sup>.

E assim foi. D. João III resignou-se, desculpando-se por não poder pagar o dote por inteiro, Portugal e a sua corte receberam parabéns e mostras de alegria pelo casamento da Infanta — que foi mesmo chamada de *Princesa de Castela*<sup>148</sup>. Rui Gomes da Silva parte de Madrid para Lisboa com a missão de tratar dos últimos pormenores.

Inesperadamente, morre Eduardo, subindo ao trono inglês a princesa Maria, filha única de Catarina de Aragão. D. João III escreve ao seu embaixador junto de Carlos V, António Saldanha, com toda a urgência — logo a 7 de Setembro de 1553 — para que este trate rapidamente do casamento do Infante D. Luís com Maria Tudor, agora rainha<sup>149</sup>. Mas a diplomacia inglesa não estava parada, procurando também o melhor partido para Maria, como o demonstra a carta de Simon Bernard — embaixador do Imperador em Inglaterra — ao Bispo de Arras na qual são tratadas as questões relacionadas com os possíveis candidatos a matrimónio com Maria Tudor. Nela se escreve:

*Que se julgava geralmente que Monseigneur o nosso Principe (Philippe II) se desposaria com a Princeza de Portugal, e que Ruy Gomez da Silva fôra a Portugal para esses effeito*<sup>150</sup>.

Termina falando nas vantagens dum casamento com Filipe II. Por seu lado, a própria Maria Tudor manifesta extremo interesse em casar com Filipe II. Numa carta datada de 8 de Setembro de 1553, entre as mesmas personagens, Simon Bernard dá conta de que:

*estava agastada [M.T.] que S. A. esposasse a Princeza Portuguesa por ser tão proxima parenta de S. A.*<sup>151</sup>

---

<sup>147</sup> Pacheco, 1675, p. 45vº.

<sup>148</sup> Já em 1550, quando da visita da família real à Universidade de Coimbra, o lente Martim de Azpicuelta Navarro dedicou à Infanta o *Jubileo*, referindo o casamento com Filipe de Castela. Quando se decidiu fazer a 2ª edição em 1575, o autor viu-se na obrigação de dar uma explicação para a incongruência dos factos (que Frei Miguel Pacheco transcreveu na sua obra de 1675 nas págs. 47-47vº). Este é, aliás, a mais pungente das reacções que até nós chegou do pronunciado desaire, demonstrando a dor dos que queriam bem à Infanta e os pedidos a Deus para que não se esquecesse dela. Luísa Sigeia, já como *latina* da casa da Infanta, dedica-lhe, também, o texto do *Colloquium* (1552) aludindo ao casamento próximo da sua senhora. E não podemos deixar de referir a presença de António Moro na corte portuguesa no ano de 1551; enviado pela rainha Maria da Hungria para retratar o ramo peninsular da família, o retrato de D. Maria pode ter tido uma cópia enviada a Castela para Filipe conhecer a sua noiva. O papado tinha também dado a aprovação ao enlace, emitindo uma bula de 6 de Março de 1543 publicada in *Corpo Diplomatico Portuguez*, 1862-1891, vol. 5, pp. 181-183.

<sup>149</sup> Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 60.

<sup>150</sup> [doc. datado de 7 de Agosto de 1553] Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 59.

<sup>151</sup> Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 61.

Nas vésperas de Rui Gomes da Silva, Príncipe de Eboli, assinar o contrato nupcial chega a Lisboa um correio de Carlos V ordenando que se suspenda toda a negociação, caso ainda não estivesse concluída, porque o seu filho ía casar com a "mui católica" Maria Tudor<sup>152</sup>.

Os cronistas e estudiosos (Carolina Michaëlis de Vasconcelos, incluída) na sequência deste episódio falam de uma Infanta sofredora e profundamente magoada, que se resigna em silêncio às adversidades de ser apenas mais uma princesa casadoira. Não duvidamos do empenho pessoal de D. Maria neste casamento. Filipe era senhor de Castela e herdeiro do império de seu pai; não haveria, portanto, consórcio que a Infanta mais almejassem<sup>153</sup>. Mas a sua reacção à mudança de estratégia política de Carlos V, se sentimental, foi rapidamente ultrapassada por um sentido de Estado quase inato que sempre caracterizou a sua actuação. Veja-se como exemplo a carta que escreveu a Maria Tudor — de Setembro de 1553 (as negociações foram interrompidas em Julho) — exprimindo a felicidade que sentia pela conclusão favorável dos seus negócios<sup>154</sup>.

D. Leonor, mesmo contrariada, não desiste de reaver a filha, e depois do desaire do casamento com Filipe II pressiona o irmão para que reclame junto da coroa portuguesa a ida da Infanta para Castela; será esta a razão porque Carlos V atrasou a sua entrada no mosteiro de Juste<sup>155</sup>. D. Leonor envia logo a Portugal — para não perder tempo enquanto fazia a fatigante viagem para Castela — o embaixador João de Mendonça com cartas de Carlos V, de Filipe I e suas para D. João III.

---

<sup>152</sup> Numa carta de 28 de Novembro de 1553 para o seu embaixador em Inglaterra, Carlos V escreve mesmo: "*que quanto ao casamento da Infanta D. Maria de Portugal, elle Embaixador podia segurar debaixo da fé e honra delle Imperador, que não havia nada de concluido, que só havião alguns pourparlers...*" Santarém, 1842-1860, vol 15, p. 91

<sup>153</sup> "*Como lhe nam ha de ser a cousa mais pesada do mundo todas as vezes que a vir?* [refere-se a Filipe I] *E ela [D. Maria] como o querera ver, pois lhe parece, que lhe procedes isto dele! e que segundo dizem sente muito nomearem lho ora a Rainha de Inglaterra que fara se se vir com ela em Castela!*". [carta de 1557 de António Saldanha para o Conde de Melito, quando se negocia a ida da Infanta para Castela] BNL — Mss. 199, nº 98 cópia de ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 1, fº 315-320.

<sup>154</sup> Refere-se, provavelmente, ao facto da rainha ter conseguido sufocar a rebelião encabeçada por Lady Jane Grey. Figièrre, 1853, pp. 123-124.

<sup>155</sup> "... *el de la entrega de la Infanta Maria; porque le apretava tanto sobre ella su hermana Leonor, que por concluir la suspensio algun tempo entrar en Iuste, despues de estar en Castilla.*" Pacheco, 1675, p. 50 e também na carta de Lourenço Pires de Távora ao rei datada de 16 de Janeiro de 1557 "*tendo satisfeito con sua Irmam a que està tam obrigado a esta dilaçam na entrada do Mosteiro por esta causa*" Távora, 1648, p. 146 e Pacheco, 1675, p. 60vº (em castelhano).



Carlos, Leonor e Maria da Hungria chegam a Castela, tendo as duas últimas ficado em Valladolid, aonde se juntaram à Princesa D. Joana que para aí voltara depois de ficar viúva de D. João de Portugal. É então que chega a primeira negativa — pelo embaixador D. Duarte de Almeida — de D. João III baseada na falta de decoro que era a saída da Infanta de Portugal sem estar casada<sup>156</sup>.

A resposta do rei português não agradou aos seus interlocutores e Carlos V envia a Portugal D. Sancho de Córdova com a missão de levar consigo a Infanta, sem qualquer hipóteses de desculpa. Escreve cartas a D. João III e D. Catarina onde dá conta da sua vontade, cuja base legal se encontra no contrato de casamento de D. Manuel com D. Leonor<sup>157</sup>. D. Leonor escreve também uma carta à irmã, a rainha D. Catarina, na qual, junto com as palavras de reverência e afecto, encontramos outras de ressentimento e diplomática dúvida quanto às intenções dos reis portugueses<sup>158</sup>.

D. Sancho de Córdova chega a Lisboa e entrega as cartas, quando D. João III decide enviar Lourenço Pires de Távora ao Imperador e às rainhas viúvas de França e Hungria. Este embaixador levava novas propostas de casamento para a Infanta, desta vez com o velho

---

<sup>156</sup> Segundo Frei Miguel Pacheco (1675, p. 51) D. João III terá mesmo instado D. Catarina a escrever uma carta aos três irmãos na qual falaria das desvantagens da partida de D. Maria sem tomar estado e logo para o reino do qual, por pouco, não fôra rainha; e se acaso a mãe morresse, ficaria a Infanta em terra e país estranho, de diferentes costumes, sem rendimento e condição.

<sup>157</sup> "... viendo que no se puede, ni deue con razon dexas de hazer lo que tan justamente se pide, por la obligacion que ay, porque el Rey Don Manuel, que sea en gloria tratò, y el Rey ratificò, y fuera justo, que auiedo venido la Reina de tan lejos, principalmente por ver, y tener cabe si su hija, que no se le diera este disgusto en poner tanta dilacion en su venida;..." Carta de Carlos V a D. Catarina datada de 1 de Dezembro de 1556. Pacheco, 1675, pp. 52-52vº.

<sup>158</sup> Pacheco, 1675, pp. 52vº-54. A posição do rei mantém-se, e na carta que António Saldanha escreve ao Conde de Melito encontramos eco deste receio: "*nam pretendendo sua Alteza outra alguuma cousa em a ther comsiguo e em querer que lha não tirem de sua casa senão desejar que saya dela como sempre saíram destes Regnos os filhos dos Reys [...] A Rainha que he sua may bem sabeis Senhor sua natureza, sua condiçam e sua disposiçam A Rainha maria nam sey o que lhe serra nam podera deixar de lhe ser irmaa de sua may e a Inffante deixa irmão proprio seu que sempre teve como pay e outra irmã de sua may que a criou e tratou sempre como filha [...] como pode ser sendo isto asy pasado que aja a Infante dir a Castela que quereys que faça em castela? que a veja Sua Alteza nela sogeita as obrigações de vasala, quando com tantos sinaes de certeza esperou de a ver Senhora?" Nesta carta o nome de D. Sancho de Córdova é mencionado como sendo o portador de cartas do Imperador para Portugal que lembrando as cláusulas do contrato de casamento de D. Manuel e D. Leonor que previam a saída da rainha e seus filhos quando quisessem. BNL — Mss. 199, nº 98, cópia de ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 1, fº 315-320.*

Imperador dos Romanos<sup>159</sup> — e seu tio — ou com o seu filho-segundo também de nome Fernando<sup>160</sup>. Estávamos no ano de 1557; a Infanta tinha 36 anos.

É o próprio rei que faz a proposta do noivo à Infanta:

*Y porque el Rey Don Fernando se halla viudo, y es la Magestad mas digna de vuestros meritos, que quantos Principes ay de presente en Europa, y que en breue será Emperador por la renunciacion que haze en el Carlos vuestro tio, parece que se deveu tratar luego deste casamiento, por los medios que sean mas efectiuos*<sup>161</sup>.

Se nos alhearmos das interpretações algo tendenciosas do biógrafo da Infanta e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nada na documentação *per si* nos permite concluir que D. João III utilizou esta proposta de casamento como forma de dilatar as negociações para a saída da Infanta. É-nos mais fácil entender, dentro de uma perspectiva de Estado, os seus evidentes ganhos nesta união, até porque muitas das questões não resolvidas com Carlos V poderiam agora ser discutidas com outro soberano e com uma rainha de sangue português, vantagem que se perdera com a morte de D. Isabel em 1539.

O interesse da Infanta numa união com Fernando da Alemanha é inquestionável<sup>162</sup>, e é neste contexto que devemos entender a encomenda das doze tapeçarias em Bruxelas com o relato dos feitos de D. João de Castro<sup>163</sup>. Carlos V não recusa a ideia, mas informa Lourenço Pires de Távora de estar certo que o irmão<sup>164</sup> tinha pouca intenção de casar, pelo que se

---

<sup>159</sup> Segundo Damião de Góis este casamento terá sido patrocinado por Carlos V: "..., elle concedeo a dita senhora que podesse tratar de casamento com dom Fernando Rei dos Romanos [...] no que senão tomou conclusão por a mesma Infante se nam inclinar a este casamento." Góis, 1910-1912, cap. LXVIII, p. 16.

<sup>160</sup> Pacheco, 1675, p. 55.

<sup>161</sup> Pacheco, 1675, p. 56. Segundo o mesmo autor, foi então que a Infanta respondeu: "*Quando se ofrecian negocios que tratar, que parecian buenos, anduuo V. A. en dilaciones, y de feria en feria, sin quererlos concluir, y agora que no ay ninguno, me sale con esso? Pues aunque fuesse Monarca del mundo no lo harè, ni se ha de pensar tal cosa de mi*". Pacheco, 1675, p. 56vº. Mas trata-se de uma frase obviamente apócrifa.

<sup>162</sup> Certamente maior que com o Arquiduque, já que o título seria sempre para o seu irmão mais velho, Maximiliano.

<sup>163</sup> Este tema será desenvolvido no capítulo 7.

<sup>164</sup> "que seu Irmam nam cazaria por nenhua via, porque assim lho tinha dito, e que tinha muitos filhos a que tinha muito respeito, [...], porque auendo filhos da Senhora Infanta nam tinha que lhe deixar". Távora, 1648, p. 147; Pacheco, 1675, p. 61 (em castelhano). Não podemos deixar de lembrar que esta união não favorecia a diplomacia de Carlos V uma vez que perderia a influência directa na resolução das questões com o império Habsburgo oriental em favor da Infanta. Por outro lado, desde a morte do Infante D. João que Carlos V ambicionava a hegemonia das coroas hispânicas sob a sua égide, e uma união poderosa da qual ainda poderiam resultar filhos contrariava os seus planos.

devia insistir no Arquiduque fazer iguais diligências junto da corte de Sabóia para apurar das vantagens de um casamento com Emanuel Felisberto<sup>165</sup>.

Na carta — de Lourenço Pires de Távora para o rei D. João III ,datada de 16 de Janeiro de 1557 — há indicações para que a Infanta não fosse avisada<sup>166</sup>. Julgamos que a razão se encontra no propósito de Carlos V em contrariar as ambições da Infanta: ao propôr o filho-segundo deserdado ou o herdeiro dum pequeno principado como noivo para a sobrinha, anulava as pretensões da princesa portuguesa manifestadas nas negociações com o poderoso imperador alemão e, ao mesmo tempo, ía criando elementos de diversão que poderiam delongá-las, nomeadamente, voltando a falar num possível casamento de Maria com o seu filho Filipe<sup>167</sup>.

O Távora foi depois dar conta das propostas às rainhas viúvas e à Princesa D. Joana que se encontrava em Castela. Segundo Frei Pacheco, a nova exposição dos casamentos fez-se sobretudo junto de Maria da Hungria e D. Joana<sup>168</sup>, porque a mãe da Infanta seria mais sensível ao assunto. Julgamos, todavia, que a razão seria outra: Maria da Hungria conhecia bem o seu irmão Fernando e terá, muito provavelmente, servido de interlocutora numa espécie de contactos paralelos que a Infanta então desenvolveu.

A resposta de D. João III não se fez esperar, confidenciando ao seu embaixador que:

---

<sup>165</sup> Távora, 1648, p. 147; Pacheco, 1675, p. 61 e Maria, s.d., vol. IV, II — 10 de Outubro.

<sup>166</sup> Távora, 1648, p. 148 e Pacheco, 1675, p. 62 (em castelhano).

<sup>167</sup> Na carta que Lourenço Pires de Távora escreve a D. João III depois de falar com Carlos V e com as rainhas Leonor e Maria, datada de 16 de Fevereiro de 1557, diz a certa altura: "..., *porque por ventura estariam com pensamento de poder suceder morrer a Raynha de Inglaterra e cazar ElRey seu filho com a Senhora Infanta...*" Távora, 1648, p. 151 e Pacheco, 1675, p. 64vº (em castelhano). Esta frase vem no contexto de uma série de considerações de Carlos V a serem transmitidas a D. João III, com as quais pretendia demonstrar o seu empenho na resolução das propostas de casamento. Ao mesmo tempo, alertava para a necessidade de se não dar muita importância a alguma objecção das rainhas, uma vez que estas teriam em mente o desejo do casamento de D. Maria com Filipe de Castela. Parece-nos que o propósito de Carlos V era o de dificultar as negociações com a Alemanha lançando o isco de mais um casamento com o seu herdeiro, cerca de um ano antes da morte de Maria Tudor. Seja como for, a hipótese parece ter tido algum acolhimento junto da corte lusa; sabemo-lo por uma carta escrita anos mais tarde, quando a rainha D. Catarina pensa voltar ao reino natal: "..., *que queriendo la Infanta Donña Maria ir se para Castilla, [...] escandalizada del Rey, [...], y de V.A. por ser mas conueniente que ella casasse con el Principe de Castilla...*" Pacheco, 1675, p. 82vº.

<sup>168</sup> As palavras de apreço tanto do rei quanto do embaixador — "*A Princeza he muito filha de V. Alteza, e muito may de seu filho*" — e a maneira como a Princesa age, confirmam mais uma vez o verdadeiro empenho que esta punha na sucessão no trono português do seu filho D. Sebastião, em nítida oposição à política hegemónica do seu pai. Para o desenvolvimento deste tema ver Cruz, 1992.

*sempre dezeiei caza la com os maiores cazamentos da Christandade, e por conseguir este meu dezeio aponte no de El Rey dos Romanos, [...] toda via vendo que o do Archiduque lhe he [a Carlos V] tam conueniente*<sup>169</sup> cederia, reduzindo as suas opções a Fernando e a Emanuel Felisberto<sup>170</sup>.

Segundo a carta de Fevereiro, a resposta de Maria da Hungria à proposta de casamento da Infanta com o seu irmão Fernando não foi muito favorável, tendo repetido os argumentos de Carlos; quanto ao arquiduque, este confidenciara já à tia que não desejava casar e que se o fizesse seria dentro dos interesses da casa da Boémia, junto à qual se encontravam as poucas terras que tinha; e, por fim, quanto ao Duque de Sabóia, sabia que o seu pai negociava uma união com uma filha do Rei dos Romanos, pelo que não seria bem acolhida qualquer outra proposta<sup>171</sup>. Pelo tom da carta parece-nos que a ideia que então prevalecia era a de levar a Infanta para Castela a qualquer custo<sup>172</sup>, pois acaba tratando dos assuntos relacionados com essa jornada e dando a nova de que o Imperador finalmente entrara no mosteiro a 3 de Fevereiro de 1557.

Filipe também é consultado sobre a ida da Infanta para a corte castelhana, desaconselhando-a através do seu enviado especial Rui Gomes da Silva, o Conde de Melito. D. João III morre em Junho de 1557 sem ter autorizado a saída da Infanta e os preparativos para a partida desta são interrompidos a pedido da Rainha<sup>173</sup>, mas também por altas razões

---

<sup>169</sup> Távora, 1648, p. 149.

<sup>170</sup> Ainda que assumindo a preferência pelo sobrinho de Sabóia: "*auer por melhor cazamento para minha Irmam o do duque de Saboya meu sobrinho que o do Archiduque; [...] pellas mais rezoens que no Duque hà*" Távora, 1648, p. 149.

<sup>171</sup> Távora, 1648, pp. 152-153 e Pacheco, 1675, pp. 65vº-66vº (em castelhano). Lourenço Pires de Távora parece não dar muita importância a este último argumento, confiando ao rei que das vezes que falara com o Duque de Sabóia este nunca se apresentara comprometido.

<sup>172</sup> A rainha chega mesmo a confidenciar ao embaixador que a: "*rezam se daua tanta pressa a vinda da Senhora Infanta, a qual era saber se certo estar a Senhora Infanta determinada a ser freira, a qual determinação sendo por cauza da paixão passada seria mostra de gram puzilanimidade, e vergonhoza pera se dizer em toda a parte, e do que a Raynha sua May receberia gram descontentamento*" Távora, 1648, p. 160 e Pacheco, 1675, p. 70vº (em castelhano) As razões apresentadas na carta prendem-se com a vontade que as rainhas, Leonor e Maria, tinham em resolver a questão do casamento com Fernando da Alemanha, que se manifesta na necessidade, e desacordo, por saber se os boatos sobre a Infanta vir a ser monja eram verdadeiros. Nada na acção da Infanta o sugere, pelo contrário, a documentação posterior diz-nos precisamente o contrário.

<sup>173</sup> D. Catarina terá interrompido as negociações para a saída da Infanta para Castela no contexto da pressão que sofria, por um lado, de Carlos de Habsburgo para que aceitasse o juramento do seu neto como herdeiro de Portugal à morte de D. Sebastião e, por outro, da população portuguesa que vira com muito desagrado a visita de legados espanhóis a Portugal tão próximo da morte do rei. Cruz, 1992, vol. 1, p. 20. Contudo, não se pode ver nesta atitude qualquer submissão ao irmão; é antes um tactear de terreno, pois são os próprios embaixadores do Imperador que confessam: "*quanto à rainha, apesar de querer a Carlos [V] como a um pai e senhor e reconhecer «que esta aqui de su mano», o seu fim principal era defender o interesse do reino*

de Estado, uma vez que o único herdeiro da coroa tinha pouco mais de dois anos e o Reino não via com bons olhos a saída de uma legítima filha de D. Manuel.

Pensando na hegemonia peninsular, Carlos V mandara chamar a Castela a filha D. Joana<sup>174</sup> com o intuito de não dividir o partido espanhol na questão da sucessão à coroa portuguesa, e empenha-se pessoalmente na rápida partida da Infanta para Castela<sup>175</sup> já não com o intuito de contentar a irmã, mas por razões mais fortes que passavam pelos direitos de sucessão ao reino de Portugal e assim impedir qualquer veleidade de D. Maria<sup>176</sup>. Mas esta via mais alto e não queria ir para Castela: o casamento com Fernando torná-la-ia imperatriz<sup>177</sup>, e o seu nome era apontado como legítimo herdeiro do trono português<sup>178</sup>.

D. Leonor, uma vez mais contrariada nos seus intentos, planeia então uma visita, breve, a realizar-se junto da raia portuguesa, onde veria a filha que deixara há mais de 30 anos. As rainhas Leonor e Maria partem para Badajoz ao encontro da Infanta. Não decerto por acaso, D. Maria tardou mais de dois meses a ir ao encontro da mãe — segundo o biógrafo da Infanta a demora tornou-se tão desagradável que Maria da Hungria chegou a querer partir<sup>179</sup>. O atraso devia-se ao receio — decerto arditamente provocado pela

---

*português [...] que, sendo preciso, a própria rainha daria «batalha» ao imperador; nos negócios da infanta D. Maria mostrara-se tão firme como el-rei falecido*" Cruz, 1992, vol. 1, p. 51.

<sup>174</sup> Todavia, D. Joana, porque interessada em que o seu filho fosse o incontestado rei de Portugal, terá agido mais como interlocutora de Portugal na corte carolina.

<sup>175</sup> Carlos V envia rapidamente para Lisboa S. Francisco de Borja, embaixador plenipotenciário, amigo de infância de D. Catarina, com o intuito de influenciar a política interna portuguesa. Uma das missões de Borja era apressar a partida da Infanta: "*a cuja diligencia veyo a este Reyno por mandado do Emperador, o glorioso S. Francisco de Borja, Duque, que tinha sido de Gandia, e agora Religioso da Companhia de JESU, o qual à volta de visitar a Rainha, e o Cardeal, e dar-lhes os pezames da morte delRey, trouxe a incumbencia de tratar apertadamente deste negocio, sobre que o dito Emperador estava muito empenhado por parte da dita irmã, e de si mesmo tambem por lhe fazer o gosto*" Baião, 1737, pp. 10-11.

<sup>176</sup> Cruz, 1992, vol. 1, p. 19.

<sup>177</sup> Em 1562 ainda: "*Falava-se em Castela do casamento da infanta D. Maria com o velho imperador, em que D. Joana não podia acreditar, pela diferença de idades, pela consideração dos filhos de Fernando I, por questões de dote, etc. Em Castela comentava-se tal notícia como resultante da vontade de D. Maria em ser imperatriz, nem que fosse por uma hora.*" Cruz, 1992, vol. 1, p. 258 com base numa carta de D. Joana para Lourenço Pires de Távora de 17 de Janeiro de 1562.

<sup>178</sup> "*podia ser chamada à coroa D. Maria, filha do casamento de D. Manuel com D. Leonor de Áustria.*" Cruz, 1992, vol. 1, p. 18.

<sup>179</sup> Aliás, esta entrevista foi recheada de incidentes; a desconfiança dos portugueses em relação aos castelhanos reflectiu-se no comportamento da comitiva da Infanta e muitos castelhanos escusaram-se a acompanhar as rainhas até Badajoz. Cruz, 1992, vol. 1, p. 68 e n. 31.

Infanta<sup>180</sup> — que a câmara da cidade de Lisboa e a sua população tinham de que a Infanta não voltasse da estada em Badajoz. A solução encontrada foi um juramento público em como D. Maria regressaria da cidade estremenha.

D. Leonor pouco tempo resiste à separação, morrendo a 25 de Fevereiro de 1558, cerca de 15 dias depois de deixar a filha. No mesmo ano morrem Carlos V, Maria da Hungria e Maria Tudor, deixando Filipe de Castela viúvo pela segunda vez e candidato pela terceira à mão de D. Maria.

De facto, Filipe casa pela terceira vez (1560), com Isabel de Valois, dita "da Paz", por celebrar a tão desejada aliança entre as coroas castelhana e francesa. Não nos parece, contudo, que o pouco interesse da Infanta se devesse a uma escolha pelo celibato, mas às negociações do seu casamento com Fernando da Alemanha, que entretanto continuavam.

A falta de documentação oficial sobre as negociações de casamento de D. Maria com Fernando da Alemanha mostram que os contactos diplomáticos foram feitos por enviados da própria, de maneira paralela, através de uma hábil rede de informações que lhe permitia patrocinar um verdadeiro Estado dentro do Estado.

A imagem de *pia modéstia* que a historiografia nos transmitiu não corresponde, julgamos, à verdade; D. Maria assumia-se como uma grande senhora da corte e figura de direito próprio, papel do qual nunca abdica, antes empola, depois da morte de D. João III.

A situação assim o exigia: antes mesmo que os Três Estados nas Cortes de 1562 soubessem da vontade de D. Catarina em abdicar da regência:

*houve muitas Pessoas, que quizerão logo se nomeasse outro Sucessor, [e] apontavão na Senhora Infanta Donna Maria*<sup>181</sup>.

Longe, pois, de se recolher a um resignado celibato, a Infanta emergia como uma figura pública de primeira linha e largos horizontes. É certo que tinha alguns obstáculos a ultrapassar nesta questão: por um lado, o Cardeal D. Henrique<sup>182</sup>, por outro o partido

---

<sup>180</sup> Após a morte de D. João III e da designação não testamentária da rainha D. Catarina como regente, o Conselho depois de reunir e deliberar pela justeza da medida decide ouvir o parecer da cidade de Lisboa "estabelecendo um laço jurídico entre o conselho e o poder da primeira cidade do reino, que representava os povos em cortes." Cruz, 1992, p. 30. D. Maria reedita este laço, usando a cidade e a sua legitimidade como demonstração do seu poder.

<sup>181</sup> BA — Mss. 49-IX-38, fº 147 cit. in Cruz, 1992, vol. 1, p. 273.

<sup>182</sup> As disputas de D. Maria com D. Henrique começavam nas suas fortes e antagónicas personalidades — que tem, da parte de D. Maria, afirmação no programa iconográfico da igreja de Nª Srª da Luz, nomeadamente na

castelhano, que acima de tudo temia a Infanta pela sua fortuna e pelo seu sentido de Estado<sup>183</sup>. Mas as suas reais hipóteses<sup>184</sup> eram conhecidas de todos; entendendo-se melhor, assim, a razão das inúmeras visitas que recebe a partir de então.

Brântome relata-nos as suas impressões quando, em 1566, a vê em Lisboa:

*pois a conheci eu em Lisboa, com a idade de quarenta e cinco anos, e era uma mui formosa e amável donzela, de boas graças e bela aparência, doce e agradável, merecendo um marido semelhante a ela em tudo, e mui cortês, principalmente para nós, os franceses. Posso afirmá-lo por ter a honra de com ela por várias vezes e privadamente ter falado.*<sup>185</sup>

E Jean Nicot, embaixador de França em Portugal entre 1559 e 1561:

*L'Infante Dona Maria estoit avec le Roy quand je lui ai baisé les mains, qui est une belle princesse et si richement parée qu'il sembloit qu'il ne fut demeuré pierre ni perle en l'orient; on m'en a dict tant de choses honnestes et vertueuses qu'il n'est possible de plus [...] Madame l'Infante Maria estoit si richement drappée de perles et pierreries diverses que le soleil n'est pas plus brillant.*<sup>186</sup>

Numa carta de 12 de Outubro de 1567, o Dr. Wilson conta a Sir William Cecil, secretário de Isabel I de Inglaterra, como o haviam levado:

*a uma grande sala onde a Rainha se achava sobre o throno, fallando com a Infanta D. Maria, filha da Rainha D. Leonor [...] elle se dirigíra a S.A. a Infanta D. Maria, e lhe fizera os cumprimentos da parte da Rainha d'Inglaterra.*<sup>187</sup>

De 1571 temos a descrição que João Baptista Venturino fez da visita de Miguel Bonello, o Cardeal Alexandrino:

*Tendo anoitecido acompanhados com vinte tochas adiante fomos ao palácio da infanta D. Maria, irmã de D. João III, a qual, tendo ficado órfã em tenra idade, não quis jamais casar, posto que fosse robusta, formosa e procurada. Era alta, e teria de idade cinquenta anos, posto que não pareça à primeira vista. Dizem que é a princesa mais rica da cristandade, possuindo inumeráveis jóias e milhão e meio de bens patrimoniais, que gasta com os pobres. Estava vestida a princesa com um vestido afogado de veludo preto com orla de ouro no*

---

mesa-de-altar que apresenta nas estelas centrais o confronto entre a Fé e a Ciência (este assunto será tratado no capítulo 6) — e passavam pelas questões dinásticas e pela negação do pedido da Infanta, através de D. Sebastião, de ser enterrada no panteão dos Avis, ou seja, na Casa do Capítulo, ainda em construção, de S<sup>a</sup> Maria de Belém. Para mais informações ver Moreira, 1992, pp. 24-39.

<sup>183</sup> "quys antes esta excellente Princesa aventurar se a perder o amor de sua may e suas riquezas que deixar o Reino no estado em que estava e por saber quanto todos o sentiam foi e veio [de Castela] sem receber por isso outro premio e por iso foi recebida nesta terra com Te Deum laudamus et benedictus" Machado, 1736-1751, vol. III, p. 281.

<sup>184</sup> O seu prestígio era tão grande que um anel com as suas armas usado por António Leitão é citado como símbolo de prestígio num processo de 1622. Faria, 1963, p. 195.

<sup>185</sup> Brântome, s.d., pp. 582-583.

<sup>186</sup> Matos, 1952, pp. 94-95, n. I.

<sup>187</sup> MB — *Biblioteca Cottoniana*, Nero-B-1, f<sup>o</sup> 156 cit. in Santarém, 1842-1860, vol. 15, p. 173.

*colarinho coifa de rede de ouro na cabeça, e uma coroa no braço, de rubis e diamantes, que avaliámos em trezentos mil escudos. Esperava em pé pelo Legado, num aposento forrado de panos de Flandres de seda e ouro, debaixo de um dossel de brocado. Ajoelhou ao entrar de s. exm<sup>a</sup> e levantando-se veio recebê-lo à porta do quarto. Depois assentou-se no chão debaixo do dossel, e o Legado defronte dela em numa cadeira de quatro damas, e três donzelas não menos honestas que formosas, e semelhantes às três Graças, duas vestidas de veludo preto, e a do meio de damasco branco, e todas cobertas de jóias tanto no pescoço como nas mangas, com coifas de fio de ouro que lhe chegavam só a meio da cabeça, e os cabelos bem assentados na frente, algum tanto crespos mas não entaçados. Depois de uma curta conversação, o Legado voltou ao palácio.*<sup>188</sup>

Em 1575 a embaixada do rei do Hidalcão recebe, também, oferendas das mãos da Infanta:

*voltou para a India nas nãos do anno seguinte com grandes dadivas delRey, Rainha, e Infanta Dona Maria*<sup>189</sup>.

Não se tratava de meras visitas de cortesia, mas de verdadeiros actos de Estado. Assim, no dia 20 de Janeiro de 1568 ela foi presença essencial da cerimónia dos Estaus, quando o governo é entregue a D. Sebastião:

*Feito isto chegou-se a Rainha sua avò, e beijou lhe a mão, o mesmo fez a Infante Dona Maria, o Cardeal, e o Senhor D. Duarte, seus tios, o qual assistio com o Estoque, como Condestavel môr do Reyno.*<sup>190</sup>

Contudo, as suas relações com o jovem rei não foram as melhores. D. Maria não casara — porque Fernando se fôra recusando a contrair matrimónio no interesse dos seus filhos<sup>191</sup> e, entretanto, falecera em 1564 — assim perdendo poder negocial; e o estalar da crise de 1569 conduziu ao seu afastamento voluntário da cena política<sup>192</sup>. A sua morte em 1577, dez meses antes da cruzada de Alcácer-Quibir — não sem antes, segundo os cronistas, ter anunciado o desastre<sup>193</sup> — afastou qualquer futura possibilidade de vir a herdar o trono

---

<sup>188</sup> Herculano, 1982-1987, vol IV, p. 357.

<sup>189</sup> Baião, 1737, p. 347.

<sup>190</sup> Baião, 1737, p. 103.

<sup>191</sup> Cruz, 1992, vol. I, p. 274.

<sup>192</sup> Cruz, 1992, vol. II, p. 233. Parece-nos que este afastamento se deu apenas ao nível dos órgãos de poder, pois a Infanta continua a dar provas de um verdadeiro objectivo político que se manifesta, nomeadamente, na fundação de uma nova paróquia na cidade extra-muros, com a desanexação de parte da freguesia de Santo Estevão de Alfama, que trataremos no capítulo 5.

<sup>193</sup> "Tambem succedeo à Serenissima, e muy virtuosa Senhora Infante Dona Maria, que estando hum dia despachando petiçoens de esmolos, e destribuindo por ellas, o que julgava conveniente ao que pedia, encontrou huma sem nome, que em lugar de pedir, dava noticias de desgraças, que ameaçavaõ a Portugal, leo-a, e achou que dizia, em poucas palavras, que dalli a pouco tempo se acharia este Reyno sem Rey, sem Principe, e sem Grandes, e as mais calamidades, que se seguiraõ. Turbou-se a Infante, e deu-lhe hum



português. Assim, não admira que não lhe restasse mais do que, refugiando-se no passado, deixar por testamento instituídos por herdeiros universais, as “*almas delRey* [seu] *pay*, e da *Raynha* [sua] *mãy*”.<sup>194</sup>

---

*desmayo com esta noticia, porque às almas perfectas quando a causa publica dà mayor motivo à pena, tanto costuma ser mayor o seu interior sentimento. Acudio Dona Constança de Gusmaõ, sua Camarista, e achou o memorial, causa daquelle accidente; porèm não o quizeraõ mostrar a El Rey, por senaõ entender, que era fingimento, e se irritaria por isso, como fazia com os mais avizos, que lhe davaõ."* Baião, 1737, p.685.

<sup>194</sup> *Testamento da Iffante, que Deos tem*, artº 42 (ver Anexo Documental nº 68).

### *Capítulo 3 — A Sereníssima Infanta Dona Maria: a sua casa e fortuna*

*Iffante de Portugal e dos Algarves*<sup>195</sup>, Senhora de Torres Vedras e Viseu, soberana do senescalado de Agenois na Gasconha e do de Ruag, bem como dos rios, ribeiras e senhorios de Verdum e Algiboens no Languedoc, para além das *baixellas douro, prata, joias, pedras preciosas, tapeçarias, douro, e seda, e outros enxovaes*<sup>196</sup>, era a imponente lista de títulos e riquezas de D. Maria.

Não admira que lhes correspondesse um "estado" e um modo de vida igualmente imponente.

A história dos palácios quinhentistas portugueses é-nos, ainda, desconhecida. Sabemos, através de relatos posteriores — nos quais se insere a reacção de desgosto de Filipe I ao conhecer os paços reais da Ribeira — que estes não seriam tão sumptuosos e dignos de memória como poderíamos desejar. A inexistência de fontes que os mencionem e/ou descrevam é, talvez, sintoma dessa decadência. Das *casas* habitadas pela Infanta temos, pois, poucas notícias. Sabemos que viveu com a família real — na Ribeira — até atingir os 16 anos, altura em que o rei decide separar a sua morada, criados e serviços da *casa* real dando-lhe os paços velhos da Alcáçova para nova residência<sup>197</sup>. Existem, depois, duas referências a palácios de D. Maria: em Santa Clara e em Santos-o-Novo<sup>198</sup>.

É muito provável que o palácio do Campo de Santa Clara tenha uma construção muito tardia, certamente da década de 60, correspondendo ao pedido de desanexação de uma parte da freguesia de Santo Estevão de Alfama. O programa arquitectónico que a Infanta lidera junto do mosteiro de clarissas — construindo um palácio ao lado do secular mosteiro e uma igreja paroquial — projecta um ambicioso propósito político, que tem correspondência no desenvolvimento urbanístico que proporciona. O palácio de Santos-o-Novo fará, talvez, parte deste desenvolvimento, estabelecendo uma ancestral continuidade

---

<sup>195</sup> ANTT — *Convento de São Bento de Santarém*, maço 1, doc. 13.

<sup>196</sup> Góis, 1910-1912, capítulo LXVIII, pp. 17-18 e Piedade, 1728, p. 478.

<sup>197</sup> "*nuestra Señora de Gracia, en que assistia muchas vezes, quando viuia en el Palacio que esta dentro del Castillo, que queda vezinho desta casa*" Pacheco, 1675, p. 101vº.

<sup>198</sup> No dia 18 de Julho de 1577 D. Maria assina o testamento no seu palácio, que "*entonces era cerca del Conuento de Santos el nueblo*" Pacheco, 1675, p.126. A memória dos paços da Infanta D. Maria perdeu-se rapidamente, nomeadamente no que diz respeito ao local onde faleceu: Barbosa Machado escreveu que D. Maria morreu nos paços da Alcáçova. Machado, 1736-1751, vol. IV, p. 175. Já Júlio de Castilho discordava, lembrando que a Infanta tinha opulenta casa em Santa Clara. Castilho, 1935, vol. IV, p.85.

entre as três mais significativas casas religiosas a oriente da cidade de Lisboa: os mosteiros de clarissas do Campo de Santa Clara e de Xabregas e o convento agostinho, que herdara a memória e simbólica do ancestral templo de vestais de Lisboa. Em Santa Clara a Infanta afirmava o seu poder precursor e, ao mesmo tempo, o distanciamento da política da Ribeira; em Xabregas<sup>199</sup> tinha a presença da venerada e tutelar imagem da tia Leonor; e em Santos-o-Novo, sob a influência directa de Chelas e da mitológica fundação da cidade por Ulisses — que ao ver-se perseguido pelo desfavor dos deuses procura abrigo num templo de vestais, que a historiografia cristã apropria virtuosamente<sup>200</sup> — D. Maria reforçava a imagem do seu virginal sacrifício pela continuidade dinástica e política dos Avis.

Tão vasta fortuna e palácios proporcionavam à Infanta uma *casa* rica na qual tinham lugar alguns dos membros das melhores famílias do Portugal de Quinhentos. Em 1567 o cronista oficial da corte dava notícia deste facto:

*traz tam honrrada casa de criados, damas, e outros familiares, que pera se dizer que he igual a totalas Rainhas Deuropa, lhe nam falta mais que o nome de huma dellas*<sup>201</sup>.

A lista dos moradores da casa da Infanta não se encontra completa. A documentação disponível tem inúmeras lacunas e acaba, misteriosamente, no início dos anos 40. Nela constam alguns nomes que fazem parte da galeria de personagens célebres do século XVI: Paula Vicente e o seu irmão João, as filhas de Joana de Blasfet e de Francisco de Gusmão, Constança, Maria e Luísa<sup>202</sup>, ou ainda o ourives real Baltasar Cornejo<sup>203</sup>. Contudo, os róis

---

<sup>199</sup> Não podemos esquecer que no testamento, D. Maria pediu para que o seu corpo fosse depositado aqui, enquanto aguardava a conclusão da capela-mausoléu da Luz.

<sup>200</sup> "Este couento de conegras [sic] regrantes de/ S. Aug<sup>o</sup> por escripturas antiquissimas hê/ antes da uinda de Christo N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> Quomo/ se ue, pellos uestigios da pedra, que estâ na/ claustra uelha e pello cippo de Iulia/ Flaminia, das Vestaes, com o buraco/ da urna do Igne perpetuo. E assy qui se/ acha, esta capella, 4<sup>o</sup> vezis edeficada,/ h~ua, em tempo das Vestais, outra na/ primitiva Igreja de Hespanha, e du/as despois." BNL — Cod. 814, f<sup>o</sup> 40v<sup>o</sup>. A reedificação e melhorias seiscentistas do convento é feita sobre o patrocínio, talvez não inocente, do arcebispo D. Miguel de Castro, responsável pela gestão da fortuna da Infanta e pelo busto-relicário de Santa Engrácia.

<sup>201</sup> Góis, 1910-1912, capítulo LXVIII.

<sup>202</sup> Constança de Gusmão e Maria de Gusmão (ou, segundo alguns autores, de Blasfet) aparecem nos róis de moradias de D. Maria (ainda que a moradia da primeira venha, normalmente, sob o nome da irmã, repetido, tratando-se de um óbvio engano. Ver Anexo Documental — V: Moradias). O nome de Luísa não aparece, talvez por ser a mais nova das três e ter entrada ao serviço da Infanta em data posterior a 1543, pois não nos parece que Luísa de Gusmão estivesse ao serviço de qualquer outra senhora. Luísa de Gusmão casou com o 2<sup>o</sup> Conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal — que acompanha a Infanta à raia alentejana no ano de 1558 quando vai ao encontro da mãe e recebe, por isso, particulares mercês — e após a morte do Cardeal D. Henrique, são ambos leais apoiantes — a ponto de Filipe I nunca os ter perdoado — da subida ao trono de D. António Prior do Crato, sobrinho dilecto da Infanta. Constança será a mais velha das três uma vez que se torna camareira-mór da Infanta à morte da mãe, Joana de Blasfet. Casou com D. Pedro de Menezes, que

são omissos em nomes como os das irmãs Sigeia, Luísa e Ângela, Hortênsia de Castro ou Francisco de Gusmão, cuja certeza enquanto membros da casa de Infanta se confirma pela documentação oficial<sup>204</sup>.

Os róis de moradias que conhecemos mostram algumas profissões que atestam quão completa era a casa da Infanta: além das damas e moças de câmara havia, ainda, os reposteiros, moças de guarda-roupa, lavadeiras, alfaiates e sapateiros. As tenças testamentárias de D. Maria, que nos primeiros anos remetem para os funcionários que tinha à data da sua morte, mostram moços de estrebaria, confeitheiros, cozinheiros e copeiros, físicos e boticários, pessoal administrativo com várias funções, enfermeira das damas e sirgueiro<sup>205</sup>.

Francisco da Silveira — filho de Fernão da Silveira e neto do coudel-mór do Cancioneiro de Resende — é o único poeta a constar nas moradias da casa da Infanta que conhecemos. Tinha também dois mestres de dança, Tomé Raposo e Manuel Ferreira, um cantor, Pero Correia, e um *tangedor* de nome João<sup>206</sup>. Sabemos, ainda, que tinha pelo menos dois ourives, um em Portugal, Cristovão Luís, que trabalhava em ouro, e outro em Goa de

---

morreu em 1553 em Ceuta, onde era capitão. Deste casamento nasceu António de Menezes que mais tarde casou com D. Joana de Lencastre (filha de D. Jerónimo de Castro) e cujo filho Pedro vem mencionado em vários róis de tenças. Maria casou com D. Francisco Coutinho, 3º Conde do Redondo, e teve três filhas: a célebre Guiomar de Blasfet — a quem Camões dedicou inúmeros versos apaixonados — que casou com D. Simão de Menezes, senhor do Lourical; Joana de Gusmão, que casou com o 1º Conde de Vila Franca, Rui Gonçalves da Câmara; e, por fim, D. Isabel Henriques, que casou com D. Afonso Lencastre. Brito, 1907-1908, vol. V-VI e Vasconcelos, 1983, p. 101, n. 276.

<sup>203</sup> Consta num rol datado de 1529 (quando a Infanta contava 8 anos) tratando-se, portanto, de um pagamento extraordinário por qualquer serviço executado por intervenção da Rainha e não de um *criado* da sua casa. ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 161, doc. 64 (ver Anexo Documental nº 45). Para mais informações sobre Baltasar Cornejo ver Moreira, Rafael, 1982-1983 — *Novos dados sobre Francisco de Holanda*. separata "Sintria". Sintra, vol. I-II, nº 1, pp. 619-692.

<sup>204</sup> É a própria Luísa que anos mais tarde afirmava ter sido *alumna*, ou seja, alimentada, beneficiada da Infanta. Hortênsia consta no rol de tenças a serem atribuídas à morte da Infanta, como dama da câmara. (ver Anexo Documental nº 63 e 64). Lembramos que Carlos V recorre a Francisco de Gusmão para obter informações da Infanta mais de uma vez, como, aliás, vimos no capítulo 2. A documentação de D. João III também o atesta: num alvará de 1554 o rei concede a Luís de Gusmão, filho de Joana de Blasfet e Francisco de Gusmão, uma tença de 50 mil réis pelos serviços dos pais à Infanta D. Maria. BNL — Cod. 10 641, fº 594 (ver Anexo Documental nº 54).

<sup>205</sup> Brito, 1907-1908, vol. V-VI.

<sup>206</sup> ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143-C, ffº 86-91 e ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 53). Brito, 1907-1908, vol. V-VI e Vasconcelos, 1983, p. 51 e p. 94, n. 218.

nome Rodrigo d'Alviar<sup>207</sup> e dois capelães, um de nome Mazedo e outro de nome Domingos Rodrigues Batalha<sup>208</sup>, denunciado ao tribunal da Inquisição no ano de 1570, por Luís Antunes, comendador de Santiago, por "*proferir blasphemias*"<sup>209</sup>.

O inesperado casamento do rei D. Manuel com D. Leonor de Áustria proporcionou algumas condições excepcionais no contrato assinado entre o Rei e Carlos V. Com efeito, para além de asseguradas a plena cidadania portuguesa da princesa castelhana, o seu riquíssimo dote e vestimenta, ficavam desde logo fixados os valores das rendas dos filhos nascidos, fossem do sexo feminino ou masculino. A morte do Infante D. Carlos com apenas 18 meses — e antes do desaparecimento do Rei — deu a D. João III motivos jurídicos para impugnar a pretensão de D. Maria às 400 000 dobras de ouro a que tinha direito (2ª cláusula do contrato), contrapondo, portanto, as 200 000 (3ª cláusula do contrato) consignadas para o caso de haver o nascimento exclusivo de filhas no casamento de D. Manuel e de D. Leonor, como atrás referimos.

Apesar da imensa riqueza que lhe era devida pelo simples facto de ser filha de D. Manuel e D. Leonor, os dados documentais conhecidos atestam que D. Maria nunca tomou posse da sua fortuna, apesar de ser conhecida como a "*princesa mais rica da Cristandade*"<sup>210</sup>. A fama da Infanta era conhecida por toda a Europa, e os relatos fantásticos da imensa riqueza e exotismo orientais de que os reis portugueses eram donos contribuíra para criar à volta do seu nome uma imagem de esplendor, que mais que provocar-lhe irritação, D. Maria incentivaria:

---

<sup>207</sup> "*fazendo saber que, por parte de **Rodrigo d' Alviar, cavalleiro de sua casa e ourives da Infanta D. Maria**, sua muito amada e presada tia, lhe foi apresentado o treslado de um alvará passado em Lisboa a 26 de Setembro de 1565, no qual, por lho pedir a dita Infanta, o mesmo senhor lhe fez mercê da serventia do cargo de mestre da casa da moeda da cidade de Goa, emquanto Bastião Ruberte, cujo dito officio he, for ausente, e o não servir*" [provisão de D. Sebastião datada de 14 de Janeiro de 1568 — negrito nosso]. Rodrigo de Alviar tinha renunciado o seu cargo em Diogo Rodrigues Cabaço, filho de Jorge Rodrigues, com a condição deste casar com uma sua filha, mas o casamento não se pôde realizar porque Cabaço já tinha casado em Goa. Esta provisão foi acompanhada por uma sentença dada na Casa da Suplicação na qual vem mencionado que o ourives servia a Infanta há cerca de 22 anos. Rivara, 1992, fasc. 5, pp. 654-655. D. Maria tinha ainda um "*thesoureiro do dinheiro da casa da India*" de nome Manoel Nunes. Rivara, 1992, fasc. 5, pp. 557-558. Cunha Rivara fornece-nos, ainda, outros nomes que faziam parte da casa da Infanta e que serviram na Índia (pp. 556; 559; 585; 615 e 667). Além da documentação inédita do ANTT, existe na BNL um título manuscrito que contém alguns nomes da casa da Infanta, sem datas e algumas vezes sem função. Todavia, foram colocados numa lista que se pode consultar no Anexo Documental (nº 60).

<sup>208</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 63).

<sup>209</sup> Baião, 1910-1916, vol. X, p. 476.

<sup>210</sup> Assim a designou Miguel Bonello na visita que fez a Portugal durante o ano de 1571.

*Que havia em Portugal uma Princesa, por extremo rica, porque com o dote que tinha de 400:000 escudos havia ganhado nas índias 300:000, não fallando nos 200:000 do dote de sua mãe, hypothecado nos Condados de Lorena, afóra joias e custosissimas roupas!*<sup>211</sup>.

Assim, as várias fortunas da Infanta — a portuguesa, a castelhana e a francesa — acabaram por ser, julgamos, *potenciais*, sem solvência de facto, por razões diversas que tentaremos esclarecer.

O Erário Real português, e não obstante a riqueza da pimenta e especiarias, sofreu constantes abalos — entre custosíssimos casamentos, ataques piratas, compras territoriais e diplomáticas — que lhe provocaram uma sangria dificilmente compensada. Enquanto a Infanta viveu no Paço da Ribeira com a família real, a questão da sua fortuna não se terá levantado<sup>212</sup>. Como atrás vimos, cerca dos 16 anos D. João III dá uma "casa" à irmã, começando então a pagar-lhe uma tença anual para seu sustento.

A primeira notícia em matéria financeira que temos de D. Maria data de 1544, quando esta pede ao Rei cinco cartas de juro e herdade pelas 400 000 dobras a que tinha direito pelo casamento dos pais<sup>213</sup>. Repare-se que a base do pedido é o cumprimento da 2ª cláusula contractual a que tinha direito, e que se trata, ainda, de um avanço monetário sobre a sua fortuna.

Na sequência da visita à corte portuguesa do Bispo de Ade — que trazia instruções de Francisco I para que a Infanta o acompanhasse até França — reúnem-se conselhos nas cortes de D. João III — com o propósito de atrasar a saída da Infanta para França, argumentando o não cumprimento da 2ª cláusula do contrato de casamento entre D. Manuel e D. Leonor — e de Carlos V — com fim a assegurar o pleno cumprimento do Tratado de Saragoça, e ao mesmo tempo, evitar que a Infanta saísse para França até que um casamento que fosse mais conveniente ao Imperador surgisse. É neste contexto que se firma o contrato feito na cidade de Évora entre D. João III e D. Maria, datado de 1545, pelo qual o:

*Rey Nosso Senhor dar[á] a dita Senhora In/fante Dona Maria pellas ditas quatrocentas do/bras cinco contos de reis de renda a cada hum/ anno em a cidade de vizeo, em a cidade de Torres/ vedras com todos seos termos, e limites com,/ todas suas rendas, portagens, direytos, foros,// tributos, pertenças, montados, Rios,*

---

<sup>211</sup> Santarém, 1842-1860, vol. III, p. 252.

<sup>212</sup> Veja-se a este propósito que os róis de pagamento das moradias de D. Maria até à década de 40 são assinados pela Rainha e pelo seu tesoureiro. Todavia, só em 1555 se pagaram as dívidas (ver Anexo Documental V: Moradias).

<sup>213</sup> Neste documento vem referido que anos antes, em 1540, se assinara um contrato em Évora que fizera de D. Luís curador da Infanta até esta atingir os 25 anos. ANTT — *Chancelaria de D. João III*, Lº 25, fº 25.

*pasigos, mon/tes, fontes, emtradas e sahidas, matos rotos/ e por romper e com todas couaes quer rendas/ e cazas que nas ditas cidades e vila em seus termos, e/ limites e terras*<sup>214</sup>.

E assim parece ter sido, pelo menos por algum tempo. Depois da morte da princesa D. Maria (1545), quando surge a segunda hipótese da Infanta casar com Filipe de Castela, as discussões em torno do seu dote voltam a ser o alvo preferencial da correspondência trocada entre as cortes portuguesa e castelhana:

*e no que tocava ao dote respomdy que o que a Infante tinha era bõo dote avemdo respeito aos dotes que se deram em casamento [sic] pasados e que minha fazemda nam estua para eu poder faser o que muito folguara se o tempo fora outro e que no modo da yda da Infante e de haver que eu fasedo se o casamento com o Principe de Castela mostraria eu que lhe tinha amor de filho*<sup>215</sup>.

Parece-nos que, não obstante o valor nominal da fortuna de D. Maria, o Erário não teria condições para, se não reunir e entregar o dote devido à Infanta, pelo menos permitir que tão grande quantia deixasse o depauperado tesouro nacional<sup>216</sup>. E a morte da rainha D. Leonor em 1558 limita-se a abrir uma nova frente na fortuna da Infanta: a herança materna em Castela e em França<sup>217</sup>.

Aquando do seu primeiro casamento com D. Manuel, D. Leonor recebera em dote 200 000 dobras de ouro. No casamento com Francisco I, e como Carlos V não queria repetir o dote — porque a coroa portuguesa nunca restituíra o primeiro —, o Imperador consegue da irmã a renúncia dos seus direitos em terras castelhanas, como forma de o compensar sobre os 300 000 escudos que dava ao rei francês. Esta renúncia tinha validade até à morte de Francisco I e o retorno de D. Leonor a Castela, altura em que poderia optar entre a fortuna francesa ou castelhana às quais havia a acrescentar os direitos senhoriais sobre as

---

<sup>214</sup> BNL — Cod. 8 003. O documento é muito extenso, recuando ao contrato de casamento de D. Manuel e D. Leonor, para justificar as alegações e direitos da Infanta.

<sup>215</sup> BNL — Mss. 206, doc. 256 (s/d) e ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 1, ffº 233-237 (s/d mas entre documentação de 1553.)

<sup>216</sup> Lembramos que também as finanças francesa e castelhana se encontravam em mau estado, e que ambas as coroas fizeram pressão para assegurar que a Infanta, ao partir para cada um dos respectivos países, levasse consigo o seu avultado dote.

<sup>217</sup> D. Leonor deixa a filha como herdeira universal de toda a sua fortuna: "*baxillas de oro, y plata, pedras preciosas, tapicerias finissimas de seda, y oro, y otras alhajas riquissimas y el Senescalado de Agenoris Gascuña, y Ruagar, y los señorios de Rios, Riberas, Verdum, y Albigoes, en Languedoc, que a esta Princesa tocava de juro de heredad, y de que fue señora soberana*" Pacheco, 1675, p. 83. Segundo Frei Miguel Pacheco, ao despedir-se da irmã em Juste antes desta partir para Badajoz, Carlos V autoriza D. Leonor a oferecer à filha uma cidade castelhana: "*Al despedir se Leonor del hermano con lagrimas, [...] fuesse Dios servido llevar la, assiendiendo ella [D. Maria] a su muerte, le pudiesse mandar vna ciudad, que luego le nombrò, empeñando èl su palabra a la seguridad de la manda.*" Pacheco, 1675, p. 80. A Infanta também menciona no seu testamento, a posse de terras nas Canárias (artº 35) ( ver Anexo Documental nº 68).



terras francesas que Francisco I dera a sua mulher. D. Leonor não renunciou à sua herança francesa e ao assinar, a 10 de Agosto de 1556, o seu testamento em favor da filha única, passa para D. Maria essa decisão.

Após a morte de Francisco I, Henrique II manteve os direitos senhoriais da Rainha em quase todos os seus anteriores domínios como caução pelos 300 000 escudos que se lhe deviam, e nas embaixadas que se seguem à morte de D. Leonor, tanto em Castela — através de Bernardino de Távora — como em França — pela acção do desembargador Braz de Alvide —, a coroa portuguesa age de forma a assegurar que o rei francês reservaria integralmente os direitos da Infanta até que esta escolhesse, nos três meses seguintes, entre os bens que haviam pertencido à mãe<sup>218</sup>. Depois da morte de D. Leonor, o primeiro acto de Henrique II respeitante à herança da falecida Rainha foi anexar à Coroa os bens que esta deixara no Languedoc. Assim, apercebendo-se D. Maria da dificuldade que teria em ver reconhecidos os seus direitos, opta pelos bens castelhanos, o que não impedia Henrique II de ter de devolver os 300 000 escudos do dote de D. Leonor. O clima de guerra que se mantinha entre franceses e os espanhóis facilita o protelar no cumprimento das cláusulas jurídicas e financeiras por Henrique II, no que respeitava à fortuna francesa da Infanta D. Maria.

Com efeito, a Infanta continuava a ter dificuldades em pagar os custos de manutenção da sua *casa* e dos seus patrocínios artísticos. Nos arquivos portugueses existem vários documentos que provam a sua necessidade de recorrer aos favores do rei, nomeadamente, de D. Sebastião, que pelas:

*as muitas dividas que deve, aos/ quaes como sua fazenda não pode bem suprir e pa/gar, por todas estas razões, e por outras justos respei/tos que me a isso movem, hei por bem e me pras/ de lhe dar onze mil cruzados para ajuda do paga/mento das ditas suas dividas*<sup>219</sup>

ou, ainda, quando lhe assegura que :

*emquanto ella [Infanta] estiver nestes Reynos e não/ for viver fora delles tenha e haja de mim em cada/ hum anno em todos os dias de sua vida, do primeiro/ dia do mes de Janeiro que ora passou d'este anno pre/sente de 1558, seis contos de reis*<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> O que a Infanta acaba por fazer, provisoriamente, no dia 16 de Maio de 1558 (dois dias antes do prazo terminar) depositando em Carlos V e nos seus herdeiros a resolução do pagamento das 200 000 dobras de ouro do dote da mãe, contra a herança castelhana pedindo, ainda, que lhe fosse concedida prorrogação do prazo definitivo.

<sup>219</sup> BNL — Mss. 207, doc. 72 [datado de 1558].

<sup>220</sup> BNL — Mss. 207, doc. 128 [datado de 21 de Junho de 1558].

A família real portuguesa, designadamente D. Catarina e D. Maria, conscientes da vasta fortuna de D. Leonor e dos benefícios que esta traria — não só para a Infanta, mas também para o Erário português — mantem os contactos diplomáticos junto de Maria da Hungria e Carlos V, em Espanha, e junto da corte francesa<sup>221</sup>. A assinatura do tratado de Cateau-Cambrésis (3 de Abril de 1559) — que estabelecia as regras da paz entre Espanha e França a concretizar-se com o casamento de Isabel de Valois com Filipe II de Castela — é a primeira resposta concreta a esta intensiva acção diplomática. No artigo XIº, ficava consagrada a defesa dos interesses de D. Maria, ao ver reconhecido o direito dos bens que detinha no Languedoc com vista à restituição dos 300 000 escudos do dote de D. Leonor. Ser-lhe-iam ainda pagas as rendas que França deixara de pagar à Rainha nos últimos anos de vida e mantidos os direitos senhoriais sobre as terras testadas pela mãe, designadamente a capacidade de nomear nobres e magistrados para administrar essas terras. Todavia, a inesperada morte de Henrique II no torneio comemorativo do casamento de sua filha com o rei de Castela e a subida ao trono de Francisco II trazem novos problemas. O novo rei francês inicia uma forte política de centralização do poder que interfere com os direitos de D. Maria<sup>222</sup>.

Só quase um ano mais tarde — a 6 de Junho de 1560 — o rei Francisco II manda publicar as *Lettres de déclaration en faveur de Madame linfante de Portugal* nas quais confirma que D. Maria tinha como caução definitiva sobre o dote materno as terras de

---

<sup>221</sup> "dandolhe tambem os agradecimentos das mercès, que fazia Á Infanta Dona Maria, sua sobrinha, [...] e assim esperava ver as claresas, que a dita Infanta lhe mandava pedir, pois nos seus particulares estava obrigada a obrar como propria mãy [carta de D. Catarina a Maria da Hungria dando-lhe pêsames pela morte de D. Leonor] [...] Escreveo tambem a Infanta Dona Maria aos ditos Emperador, e Rainha, seus tios, dandolhe os pezames da morte da Rainha sua mãy, que muito sentia, como pediaõ rasoens taõ principaes, e conjuntas, dava os agradecimentos á dita Rainha de Ungria do aviso, que lhe mandára do que a dita sua mãy deixava ordenndo ácerca della, e porque pello treslado do Testamento senaõ inteirava bem no conhecimento, que devia daquellas materias, pedialhe a escritura do contrato do cazamento da Rainha, sua mãy com ElRey de França, e os mais documentos que houvesse, para tratar de sua justiça com ElRey de França, e no mais como conviesse." Menezes, 1730, p. 74; "E que nas cousas da Iffante dona Maria sua sobrinha, e minha, eu lhe quizera mandar fallar por vós mui particularmente como requer o amor que lhe tenho, que por tantas rezões o he de propria filha; mas que o não faço agora porque de como ficaram por falecimento da Raynha sua Mãi não sei mais, que o que das principaes dellas se collige pelo treslado do testamento da raynha, que a Raynha de Hungria enviou á iffante, que he mui pouco, ou quasi nada, principalmente n'as de França". A instrução continua no mesmo tom e há, inclusive, uma referência longa à necessidade do embaixador visitar privadamente a rainha Maria, para lhe pedir para interceder pela Infanta sua sobrinha. Instruções de D. Catarina a Bernardim de Távora, na visita que o embaixador fez a Carlos V pela morte de D. Leonor ( Lisboa, 2 de Março de 1558). Mendonça, 1857, pp. 491-495. Ver também Machado, 1736-1751, pp. 122-124 e Santarém, 1842-1860, vol. 3, pp. 361-365.

<sup>222</sup> "Sucede assim que, ao mesmo tempo que D. Maria nomeava para vários cargos nas instituições políticas do senescalado de Rouergue certos nobres que lhe haviam solicitado esses officios, o rei Francisco II, por seu turno, concedia os mesmos lugares a outros nobresque os tinham requerido." Serrão, 1955, p. 71.

Agenais e Rouergue e as judicaturas do senescalado de Toulouse, bem como os seus privilégios senhoriais.

Os acontecimentos de ordem jurídica e financeira que se seguem a esta confirmação régia estão minuciosamente comentados na obra de Veríssimo Serrão sobre a fortuna francesa de D. Maria<sup>223</sup>. A Infanta opta, inteligentemente, pela nomeação de nobres franceses que assegurassem os seus interesses, mantendo-se constantemente informada através dos dois agentes que tinha em França, um tal Salvador — em Paris — e Domingos Leitão — em Bordéus<sup>224</sup>.

Domingos Leitão tem um percurso muito ligado à Infanta, apesar de se encontrar ao serviço da coroa portuguesa desde 1544<sup>225</sup>: um sobrinho seu, António Leitão, foi pintor da Infanta; após a subida ao trono de Filipe I, Domingos Leitão não voltou a Portugal — sendo incondicional apoiante de D. António, Prior do Crato — e a sua mulher, Cecília, teve contactos estreitos com D. Maria em mais de um episódio. Cecília de Góis, que consta nos livros de tenças testamentárias da Infanta, era filha de Luís de Góis (1504?-1567), senhor de um engenho no Brasil e introdutor do tabaco em Portugal. Com efeito, foi Luís de Góis quem terá trazido para Portugal a primeira planta do tabaco usada, então, com fins terapêuticos, e que foi, inicialmente, cultivada nos viveiros da Infanta D. Maria<sup>226</sup>.

Domingos Leitão teve um papel muito importante na resolução do problema da fortuna francesa da Infanta, designadamente nas disputas levantadas pelos criados de D. Leonor, que contestavam o testamento da rainha em tribunal<sup>227</sup>. A Infanta agiu rapidamente, tentando anular a petição encabeçada por Madame Tumba:

---

<sup>223</sup> Serrão, 1955. Ver, ainda, Serrão, J. Veríssimo, 1953 — *L'Infante Maria de Portugal et la capitainerie de Penne d'Albigeois (1570)*. separata "Annales du Midi". Toulouse, vol. LXV, nº 1, pp. 1-8.

<sup>224</sup> "*Je vous ay escript, Madame, que Domingo Leiton sert de espion a Bourdeaulx et Salvador, marchand a Paris, tout deux agentz de l'Infante de Portugal*" Carta de Fourquevaux, embaixador em Espanha, a Catarina de Médicis, 3 de Abril de 1570 publicada in Araújo, 1909, p. 8.

<sup>225</sup> O documento mais antigo que refere o nome de Domingos Leitão vem nos *Anais de D. João III*. Trata-se de uma carta de 1545, que D. João III escreve para André Soares informando-o que tem nos portos de França, Domingos Leitão e Aires Cardoso para fazerem carregar trigo para Lisboa. Sousa, 1938, vol. 2, pp. 275-276. Contudo, existe uma carta de 31 de Julho de 1544 para Domingos Leitão, da mão do rei, em que lhe dá conta de ter escrito ao Bispo de Tânger sobre ele, mandando-lhe que aja de acordo com o que o Bispo mandar. O Bispo de Tânger era, então, embaixador em França. ANTT — *Gaveta XIII*, maço 8, doc. 27.

<sup>226</sup> Leite, 1955, p. 152.

<sup>227</sup> "*Haviam, porém, os auctores d'esta demanda alcançado já sentença favoravel, que as diligencias de Domingos Leitão tratavam agora de fazer annular. Não se percebe bem como tal acontecera, achando-se ainda em Lisboa, inaproveitadas, tão concludente provas...*" Brito, 1907-1908, vol. V, p. 229.

*e que vos parece que não podem deixar de mandar anular a Sentença*<sup>228</sup>.

Relembrando, também, os objectivos da missão de Domingos Leitão:

*E porque como sabeis o que mais importa a meu seruiço he acabar ese [sic] negoçio e todos os que tenho nesse Reyno muito depressa e vir qua o dinheiro que laa estaa, nestas duas coussas que he a sustança aveis de por força en se acabarem as demandas e em vir dinheiro e en vos despedirdes dese [sic] Reyno porque se uay gastando o tempo e ategora não he concruydo nada E pois pera isto ser assy dizeis que vos são tão neçessarias as coussas que mandastes pedir [...] tem christouão Leytão e se embarcarão no no [sic] primeiro navio que ouuer*<sup>229</sup>.

Os problemas de dinheiro continuavam a atormentar a Infanta, designadamente no que dizia respeito ao pagamento dos seus próprios agentes, Domingos Leitão e Manuel Caldeira, que entretanto enviara para França<sup>230</sup>. Contudo, quando trata de atraír a sí as atenções e favores dos senhores franceses, D. Maria é bem mais generosa:

*E quando manoeal caldeira la esteue tratou ja com elle [Sigier, presidente no parlamento do condado onde se resolviam as questões] este negoçio e eu lhe fiz merçe de cem escudos cada anno e allem disso lhe fez manoeal caldeira hum presente de hum anell com que elle ficou satisfeito e me escreueo que faria tudo o que fose [sic] neçessario a meu seruiço*<sup>231</sup>.

Mas a recolha e envio dos rendimentos franceses da Infanta foram sempre reduzidos. Afinal, tratava-se de uma princesa estrangeira, que nunca vivera na corte francesa e cuja relação com o reino se devia a um frágil laço de parentesco — não era mais que a filha da mulher do avô de Francisco II —, os constantes conflitos entre os interesses de D. Maria e as tentativas centralizadores do poder político e fiscal francês<sup>232</sup> — e por muito fiéis que lhe

---

<sup>228</sup> Brito, 1907-1908, vol. V, p. 229 (Carta da Infanta Dona Maria para Domingos Leitão, Lisboa 2 de Abril de 1576).

<sup>229</sup> Brito, 1907-1908, vol. V, p. 230.

<sup>230</sup> "e não he neçessario o secretario de la mota vir ahy por escusar despesas porque elle não faz nhum proueito a minha fazemda nesse negoçio nem em outros que se com elle tratarão" e, ainda, "porque dizeis que as despesas são grandes, hey por bem de vos fazer merçe de duzentos e çimcoenta escudos de coremta e cimco soldos por escudo que pedireis a gurges a comta do Remdimento das terras do que for obriguado pagar e delles lhe day quitação que por esta carta vollos mandarey leuar em conta E como sabeis tem vindo de lla tão pouco dinheiro e minha fazenda tem tantas neseçidades que se ue qua muyta falta Pello que vos aguardeçerei fazerdes com gurges que mandem o mais dinheiro que poder e que avise a framdes que se pagem as letras dos çimco mill e dozentos xbj escudos que francisco de santa maria agora pasou pera la porque importa muyto a minha fazenda que se pagem E que se acabe de pagar a Dom nuno porque a cabo de tanto tempo não estar satisfeito he pouca diligemçia e descuydo e a quitamça do que tem Reçebido venha pello primeiro Correo que importa muyto pera a comta de jacome de bardy." Brito, 1907-1908, vol. V, pp. 230-231.

<sup>231</sup> Brito, 1907-1908, vol V, p. 230.

<sup>232</sup> De todas as terras assinadas à Infanta D. Maria, a judicatura de Rieux era a que fazia auferir à princesa maiores rendimentos. Contudo, as inúmeras querelas que aí se verificavam entre os funcionários régios e os

fossem os agentes — limitaram a execução das ordens da princesa portuguesa e, por fim, uma série de intempéries agrícolas e catástrofes militares no Sul de França, desferiram o golpe final na rentabilidade da fortuna francesa de D. Maria. Assim, *"desgostosa por verificar que a Corte francesa não atendia as suas solicitações para o integral resgate do dote e que, ainda mais, fechava os olhos às constantes violações de que estava sendo vítima o seu direito da caução, a Infanta D. Maria só tinha então um objectivo — conseguir a restituição da parte do dote ainda não entregue e terminar de vez com a caução que deixara de lhe conceder largos proventos."*<sup>233</sup>

A coroa francesa não fez qualquer esforço para contemplar os pedidos e direitos sucessórios da Infanta, esperando, pura e simplesmente, que esta renunciasse às suas pretensões<sup>234</sup>. Mas, D. Maria não cede e quando redige as últimas vontades no seu testamento, reforça a sua posição, lembrando a dívida dos franceses e os agentes que tinha além-Pirinéus a tratar do caso<sup>235</sup>: Domingos Leitão, Cristovão Leitão e Manuel Caldeira.

Logo que se soube da morte da Infanta em França, Catarina de Médicis tratou de fazer incorporar nos bens da coroa as terras e direitos senhoriais que haviam pertencido a D. Maria. Será Margarida de Valois, uma das prometidas de D. Sebastião, a ter o usufruto dos anteriores rendimentos da princesa portuguesa, e com a morte de Manuel Caldeira (1593) desapareceu o último dos homens que estava ao corrente dos negócios da Infanta em França.

A fortuna da Infanta D. Maria, — que pelo simples facto de ter nascido filha de D. Manuel e da irmã de Carlos V se tornara logo uma das mais ricas da Europa, possuindo um capital valioso a que se foram acrescentando os direitos senhoriais em cidades portuguesas,

---

oficiais da Infanta levam à condenação desta última, em 1575, pelo senado de Toulouse, obrigando-a a pagar a construção do tribunal e prisões da vila de Rieux. Serrão, 1955, pp. 146-147 (as páginas seguintes relatam-nos outros acidentes em que a Infanta se vê envolvida).

<sup>233</sup> Serrão, 1995, p. 149. Esta atitude teve algum acolhimento junto de Carlos IX — sucessor de Francisco II —, patente na correspondência que foi trocado entre a Infanta e o rei francês. Mas a partir de 1568, Carlos IX parece quebrar o acordo para que fossem restituídos à Infanta os milhares de escudos que ainda se lhe deviam. Serrão, 1995, p. 155.

<sup>234</sup> Já em 1564 o Doutor João de Lomano escrevia a Pedro de Alcaçova Carneiro contando-lhe da pouca fé depositada na boa vontade dos franceses em resolverem os negócios de D. Maria. Cruz, 1992, vol. 2, p. 159, n. 308. João de Lomano era criado da casa da rainha D. Catarina (ver ANTT — *Corpo Cronológico*, parte I, maço 43, doc. 124, fº 20) e filho de Ana de Lomana, moça da câmara de D. Maria. Por declaração de Ana de Lomana seria João de Lomano, seu filho, a herdar a tença depois do seu falecimento, o que acontece no ano de 1595 (ver ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64, fº 260). João de Lomano consta, portanto, nos róis de tenças testamentárias da Infanta D. Maria (ver ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 47, 48 e 64 e Brito, 1907-1908).

castelhanas e francesas — manteve-se sempre num domínio *virtual*, isto é, real na fama e documentada de direito, mas insolvente monetariamente — porque os Estados não podiam ou não queriam honrar as suas dívidas — obrigando a princesa a recorrer a empréstimos enquanto viva, e deixando dívidas para pagar à sua morte.

---

<sup>235</sup> Artº 9 e 10 do Codicilo (ver Anexo Documental nº 68).

## **Parte II — O mecenate**

#### ***Capítulo 4 — «A suprema glória»: o Desenho e a Pintura***



A questão dos retratos da Infanta Dona Maria não é menos confusa que a dos dados biográficos. Os seus retratos sofreram as mesmas vicissitudes que todas as galerias de pintura nacionais, esbulhadas e levadas para Castela, vítimas de incêndios, pilhagens e incúria em geral. A agravar este estado de coisas, há ainda o facto dos originais coevos estarem fora de Portugal — espalhados por colecções espanholas, francesas, italianas, austríacas e alemãs — com identificações erradas provocadas pelo desconhecimento da história portuguesa mas também pela estranheza dos traços fisionómicos de Dona Maria: ruiva<sup>236</sup>, de cristalinos olhos azuis.

O primeiro retrato que se conhece de D. Maria encontra-se, como que por ironia, entre outros desenhos da antiga colecção da família real francesa no Museu Condé<sup>237</sup>. Foi, aliás, este desenho que permitiu identificar<sup>238</sup>, por comparação, os restantes, já que Catarina de Médicis mandara inscrever nas respectivas folhas o nome de cada uma das personagens. O retrato é um carvão sobre papel, a negro, sanguínea e amarelo primorosamente desenhado, mostrando uma jovem com cerca de 20 anos. D. Leonor acusaria a sua recepção cerca de 1541, escrevendo à filha:

*con vuestra pintura, hija, he holgado mucho, pues no pude ver lo natural*<sup>239</sup>.

O traço fluído e experiente do desenhador e, sobretudo, a serenidade da expressão e as características formais na firme linha do rosto, no sábio uso das sombras e tracejados e nos frágeis toques de vermelho e amarelo sugerem-nos que o retrato foi pintado ao natural.

---

<sup>236</sup> André de Resende é um dos latinistas que refere a cor dos cabelos da Infanta. Vasconcelos, 1983, p. 80, n. 38.

<sup>237</sup> N.º inv. M.N. 26. Faz parte de uma colecção de espécies do mesmo género com cerca de 311 lápis — executados entre 1515 e 1570 — vendida por Lord Carlisle em Londres em 1890 ao Duque de Aumule. Inicialmente mais numerosa, constituía no século XVI os Arquivos Iconográficos dos Reis de França, tendo desaparecido de França não se sabe quando, talvez durante a Revolução; no começo do século XIX achava-se no Castelo Howard, da família Carlisle. A atribuição aos Clouet deve-se a serem os mais conhecidos e célebres pintores que trabalharam na corte francesa — Jean Clouet entre 1518 e 1540 e o seu filho, François Clouet, entre 1541-1576 — apesar de se conhecerem muitos outros pintores de corte. Araújo, 1909, p.12 e Sabugosa, s.d., p. 129.

<sup>238</sup> O retrato é conhecido através da obra de José de Figueiredo impressa em 1927 (25 anos depois da monografia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos). Existe na BNL uma cópia anónima oitocentista deste desenho na Secção de Iconografia com o n.º inv. E. 168 V.

<sup>239</sup> Pacheco, 1675, p. 24. A frase de D. Leonor suscitou algumas dúvidas junto dos autores que trataram os retratos da Infanta. Carolina M. de Vasconcelos (1983, p. 78, n. 29); Elias Tormo (1915-1917, p. 248) e José de Figueiredo, (1927, p. 12), provavelmente baseados na primeira estudiosa, consideraram que o retrato que D. Leonor recebera era um óleo de Francisco de Holanda e não o lápis. Contudo, a palavra “*pintura*” indicará o uso da cor que sabemos estar presente no desenho da infanta.

José de Figueiredo atribuí a autoria a Gregório Lopes (?-1550), baseado em paralelismos estilísticos e no facto de ser este o “pintor de corte” na altura. Esta atribuição nunca foi contestada pelos historiadores portugueses, apesar de não se conhecerem desenhos de Gregório Lopes com os quais seja possível fazer uma comparação; e o facto do retrato aparentemente sempre ter estado fora de Portugal, corrobora mais a tese do que a destrói. Todavia, os autores estrangeiros<sup>240</sup> partilham ideias diferentes: é Louise Roblot-Delondre quem primeiro faz a atribuição do desenho aos Clouets afirmando mesmo que “*Marie de Portugal avait suivi sa mère en France, comme fiancée du dauphin François*”<sup>241</sup>, atrasando a datação para 1536 e Elias Tormo concorda, colocando a Infanta a viver na corte francesa<sup>242</sup>. É uma atribuição mais que forçada pois é ponto certo que a D. Maria nunca saiu de Portugal, excepto para a breve estada em Badajoz, poucos meses antes da mãe morrer.

A década de 50 é a que nos oferece o maior número de retratos de D. Maria. Logo em 1552 é a vez de António Moro (1517-1575), que se encontrava na corte portuguesa a mando de Maria da Hungria para pintar os retratos da sua família peninsular. É provável que este retrato (que parece ter pertencido a D. Joana<sup>243</sup>) tenha tido várias cópias: uma para a colecção particular da rainha D. Catarina<sup>244</sup> — que contava mais de 29 retratos na sua galeria do Paço da Ribeira —, outra para a colecção de Maria da Hungria e, pelo menos, mais uma para Filipe de Castela com quem desde 1546 se negociava o casamento com a Infanta<sup>245</sup>.

Deste retrato fez-se mais tarde uma cópia miniatura em óleo sobre papel que está hoje em Viena. É um busto de D. Maria, trajando o mesmo vestido e a mesma coifa; é no rosto que se nota a menor mestria do pintor da miniatura: as feições perderam a delicadeza e

---

<sup>240</sup> O Museu Condé de Chantilly continua a classificar o desenho como pertencente à Escola Francesa, nomeadamente a François Clouet (c. 1510-1572). Com efeito, os mais de 300 desenhos de Chantilly têm um certo “ar de família” a que não é alheio o facto de serem carvões, de colocarem as personagens ligeiramente voltadas para a esquerda e de apresentarem uma flor-de-liz (colocada posteriormente); mas um exame mais atento denota diferenças óbvias, nomeadamente no caso do retrato da Infanta, onde a delicadeza do traço e da cor, onde a procura do retrato psicológico concentrado no olhar em evidente contraste com o pendor mais natural e nervoso do traje, o tornam uma obra singular.

<sup>241</sup> Roblot-Delondre, 1913, p. 27.

<sup>242</sup> Tormo, 1915-1917, p. 250. Ainda no século XVI foi feita uma cópia do retrato do Museu Condé, da autoria de Jacques Leboucq (?-1573) e que pertencia à Abadia de St. Vaast (publicado pela primeira vez no livro de Araújo, 1909).

<sup>243</sup> Jordan, 1994, p. 68.

<sup>244</sup> Jordan, 1994, p. 72, n. 24.

<sup>245</sup> Não colocamos a hipótese de D. Maria ter reservado uma cópia para a sua galeria privada por se tratar precisamente de um retrato, também, de noivado.

dignidade de Moro para se tornarem grosseiras na linha do nariz, cansadas nos contornos dos olhos pesados.

O retrato de António Moro pertence actualmente à colecção do Mosteiro das Descalças Reais em Madrid — fundação da princesa D. Joana que teve no Mosteiro da Madre de Deus o seu modelo — e foi identificado por Elias Tormo<sup>246</sup> face aos paralelismos com o desenho de Chantilly. Ambos apresentam o rosto oval com as sobrancelhas bem desenhadas, o nariz um pouco largo e grosso e os lábios cheios a vermelho; o cabelo mantém o penteado bem definido e escondido na touca desenhada a pedras preciosas e rematada pela coifa e pelo firmal. No carvão de Chantilly D. Maria usa uns brincos formando uma cruz grega com pérolas nas extremidades; no óleo de Madrid, pede emprestados à rainha os brincos com duplo C<sup>247</sup>. Por fim, o olhar absorto no desenho, mais firme e decidido no óleo, é indiscutivelmente da mesma personagem.

Segundo Annemarie Jordan a tela insere-se na tipologia dos retratos renascentistas da Europa Setentrional, com uma vista de perfil a três quartos; D. Maria está envolta num cenário de grave majestade com um rico e pesado reposteiro de veludo vermelho com franjas douradas atrás da cadeira, símbolo de autoridade. Apesar da constante presença simbólica de cadeiras nas telas de Moro, apenas duas personagens reais aparecem sentadas<sup>248</sup>, precisamente a Infanta e outra Maria, a Tudor, por quem foi preterida no casamento com o viúvo da sua sobrinha. Parece que o pintor num esforço evasivo por ter colocado a (apenas) princesa sentada — em paralelo, aliás, com a sua irmã Isabel, mas que era também Imperatriz, quando representada por Ticiano... — pinta, dois anos mais tarde (1554) a severa Tudor numa magnífica cadeira de veludo bordada a fio de ouro onde o espaldar e o braço concentram a luz apenas partilhada com o rosto — este, sim, em óbvia vantagem para D. Maria.

Trajando um luxuoso vestido de tafetá com uma *ropa* preta ricamente bordada com mangas tufadas (*bebederos*) e, não obstante o cuidado na escolha das jóias, D. Maria tem apenas adornos preciosos no toucado e na base da gola alta do seu vestido, não sendo este

---

<sup>246</sup> Tormo, 1915-1917, p. 247 e Jordan, 1994, p. 63.

<sup>247</sup> Jordan, 1994, p. 66.

<sup>248</sup> Na muito completa obra de Max J. Friedlander (1975) aparece um outro retrato que estava, então, no "H. Hirsch Auction" de Londres, *Retrato de Uma Mulher* (estampa 195) em que uma mulher da burguesia norte europeia aparece sentada. Cabe ainda referir que este autor identificava ainda o retrato de D. Isabel de Bragança como sendo o da Infanta.

colar dos mais deslumbrantes que lhe conhecemos. Esta postura, certamente estudada e provavelmente discutida com o pintor, resulta da vontade da Infanta em se apresentar ao austero Filipe como virtuosa e digna pelas suas qualidades e majestade, mais que pelas suas jóias e riqueza; a fina e quase escondida “corda de São Francisco” que lhe caí da cintura — e que se repete nas tapeçarias do ciclo de D. João de Castro — prova-o. O par de luvas e o leque que tem nas mãos conferem-lhe todo o poder dos símbolos: as luvas, sintoma de riqueza e nobre condição; o leque, novidade oriental que aqui surge pela primeira vez na arte europeia<sup>249</sup>. Introduzido pela mão da Rainha — que na mesma série de retratos de Moro se faz representar com um *mouchoir* goês — talvez esta, em prévia combinação com a Infanta prescindisse do adorno, que à própria não conferiria mais do que o *status*, e que nas mãos da sobrinha e cunhada representava o domínio do mais Extremo Oriente — chegando ao pormenor de colocar o leque na mesma posição dos *shoguns* japoneses! — e com ele a importância cultural, política e económica da que se apresentava como noiva do filho do Imperador do Ocidente<sup>250</sup>.

De 1552<sup>251</sup> dataria também uma tábua pintada por Francisco de Holanda e que se perdeu<sup>252</sup>. Conhecemos a sua existência pelo poema que Manuel da Costa escreveu<sup>253</sup> — infelizmente pouco elucidativo para o entendimento da pintura — louvando a arte do pintor e a magnificência do modelo. Não cremos que o juriconsulto coimbrão fosse escrever um poema latino numa data muito posterior à execução do retrato. Uma vez que a 1ª edição do poema é 1552 em Lyon<sup>254</sup>, natural é que Holanda o tivesse concluído havia pouco tratando-

---

<sup>249</sup> Devemos ao Prof. Dr. Rafael Moreira a chamada de atenção para o facto de este ser o primeiro leque da pintura ocidental. Para mais informações ver Moreira, Rafael, *Leques: um adereço extremo-oriental à conquista da Europa*, comunicação ao Colóquio “Arte na Rota dos Descobrimentos”, Lagos, 20/IV/96, in “Oceanos” (no prelo).

<sup>250</sup> Este pormenor adquire maior significado quando confrontado com a reedição dos retratos de noivado patente nas tapeçarias; mais uma vez, D. Maria apropria um objecto ou, neste caso, a própria conquista e a sua simbologia empreendidas pelos homens ao serviço da sua família.

<sup>251</sup> Annemarie Jordan (1994, p. 68) data-a de 1541-1542. No entanto, e uma vez que o poema de Manuel da Costa refere o casamento de D. Maria com Filipe I, a tábua terá de ser posterior a 1545, data da morte da primeira mulher do príncipe.

<sup>252</sup> Raczynski ao tratar desta tábua confunde a Infanta com a sobrinha, também Maria, atribuindo-lhe uma data errada, 1532 e não 1552.

<sup>253</sup> Ver Anexo Documental nº 29 e 30. Cfr. Moreira, Rafael, 1982-1983 — *Novos dados sobre Francisco de Holanda*. separata “Sintria”. Sintra, vol. I-II, nº 1, p. 640, para a hipótese de um retrato mitológico, então em moda.

<sup>254</sup> Vasconcelos, 1983, p. 79, n. 33.

se, provavelmente, de uma outra versão de um retrato de noivado<sup>255</sup>, no que poderia ser um interessante confronto entre pinturas de influência italiana, aqui, e flamenga, em Moro.

Moro terá saído vencedor — e não só no gosto da Infanta — a atestar pelas duas únicas cópias existentes desse retrato, no Convento da Encarnação<sup>256</sup>, em Lisboa, e na Galeria Nacional de Parma.

O retrato da Encarnação<sup>257</sup> é posterior a 1630, data em que as freiras se estabelecem no Campo de Sant'Ana<sup>258</sup>. Pintura canhestra, revela semelhanças com a miniatura de Parma<sup>259</sup>, também atribuída a Francisco de Holanda, e que terá sido um último presente (muito provavelmente encomendado pela Rainha) para D. Maria, filha de D. Isabel de Bragança e do Infante D. Duarte, que deixou Lisboa em 1565 para casar com Alexandre Farnese. As semelhanças revelam-se, sobretudo, nos traços do rosto, no vestido e nas jóias: o retrato da Encarnação é mais sóbrio, escondendo o pescoço numa gola, e contido nas pedrarias, mas o decote rectangular — que a tábua do convento deixa adivinhar subido até à garganta por um diáfano pedaço de tecido — é o mesmo, igualmente debruado numa tira de pano de cor diferente da do vestido, igualmente embelezado por um extenso cordão de

---

<sup>255</sup> As palavras de Manuel da Costa confirmam-no nos versos: "*Logo que Citereia viu a figura pintada de Maria ficou extasiado e diz que deste modo, sabes, os fados há muito procuram um consorte para Maria.[...] Em vez da aljava e do arco dobrado leva apenas esta tábua e acrescenta aos teus títulos a suprema glória.Com efeito apenas com um arco inofensivo mas supremo, torna cativo o poder do príncipe supremo.*" (ver Anexo Documental nº 30).

<sup>256</sup> Carolina M. de Vasconcelos considera que este retrato é cópia do óleo de Francisco de Holanda que D. Leonor acusara receber e que deu origem a mais duas — na Luz —, colocando a hipótese de o quadro ter voltado a Portugal. Ora, D. Leonor só sai de França com a morte de Francisco I, regressando à Flandres para viver junto da irmã Maria; quando muito, D. Leonor teria levado o retrato para a Flandres e depois para Castela, sendo muito difícil admitir que alguma vez tivesse vindo para Portugal, até porque sabemos que o processo foi precisamente o inverso, uma série de obras levadas de Portugal para Castela. Vasconcelos, 1983, p. 78, n. 29.

<sup>257</sup> Este retrato serviu de base para a gravura desenhada por S. J. da Cunha e gravada por D. J. da Silva no século XIX e que ilustrou a obra de Pedro José de Figueiredo, *Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*, 1817; o busto da Infanta está inscrito numa oval sobre fundo ponteadado, olhando em frente e trajando um vestido justo com gola enrocada. Tem uma cruz pendente de um colar de pérolas ao peito. A inscrição diz: "D. Maria de Portugal, filha d'El Rei D. Manoel".

<sup>258</sup> A inscrição: "A S. INFANTE D. M<sup>a</sup> F<sup>a</sup> DO S. REI D. MANOEL FUNDADORA DESTE RIAL MOSTO" não deixa margem para dúvidas.

<sup>259</sup> As semelhanças com o retrato do Museu Condé, como bem notou Annemarie Jordan, são óbvias. Contudo, os brincos que a princesa usa não são iguais mas apenas semelhantes: no desenho trata-se de uma cruz grega com pérolas nas extremidades e na miniatura de uma cruz da qual pendem finíssimas malhas de metal com pérolas em três das pontas.

contas que une as extremidades no centro do decote e do qual pendem esplendidos firmiais de pedras e metais preciosos.

As duas filhas da duquesa de Bragança — Maria e Catarina — foram criadas na corte junto da Rainha, assistindo às recepções e espectáculos aúlicos e partilhando muito do seu tempo com a Infanta. Não é pois de estranhar que a futura duquesa de Parma levasse consigo cerca de uma dezena de miniaturas com os retratos dos seus parentes mais chegados, nos quais se incluía, naturalmente, a tia.

Uma última tábuia de Holanda, curiosamente de data muito próxima, 1552-1553<sup>260</sup>, é desta vez um retrato colectivo com a presença da Infanta. Trata-se de uma encomenda do Infante D. Duarte (1541-1576) com carácter de "ex-voto", para ser colocado no coro dos Jerónimos junto ao imponente Cristo de 1551. Santa Maria de Belém, ladeada por São Jerónimo e Santo Agostinho, centraliza a composição; à sua direita um grupo de 12 pessoas representando membros da família real portuguesa com legendas a identificá-las e o papa Júlio III (1550-1555); à esquerda um grupo de monges jerónimos. A Infanta está junto ao irmão favorito, D. Luís, sendo-nos permitido ver apenas o rosto, sereno e excessivamente alongado, com o cabelo apanhado e trajando um vestido com a gola à maneira de Moro.

Num suporte completamente diferente, voltamos a encontrar a Infanta D. Maria retratada por volta de 1557-1558 no ciclo de tapeçarias que comemora os feitos de D. João de Castro. São doze panos dos quais restam dez e onde D. Maria aparece representada três vezes; o desenho dos cartões é certamente português e, provavelmente, da autoria de António Campelo<sup>261</sup>, pintor romanista extremamente dotado e culto, que está mais de uma vez presente no círculo de encomendas pictóricas de D. Maria (como adiante veremos). A encomenda é associável às negociações de casamento que a Infanta encetou junto de Fernando da Alemanha. Tratava-se de um retrato de noivado algo *sui generis*, mas cenograficamente pleno de conteúdo: a associação dos feitos e exotismos do império português oriental em retratos de casamento não é novidade nas representações iconográficas da Infanta. Já o utilizara no óleo de Moro quando se fez representar com um leque japonês e volta a fazê-lo, agora, que se propõe casar com Fernando da Alemanha, também ele Habsburgo, e também detentor de um pedaço do Império que Carlos V herdara de Maximiliano I e de Filipe, o Belo.

---

<sup>260</sup> Moreira, 1982-1983, p. 640 e Moreira, 1992, p. 35.

<sup>261</sup> Moreira, 1993, p. 98.

É neste mesmo contexto que foi cozida, julgamos, uma placa cerâmica com um retrato não identificado, mas cujo rosto é muito semelhante ao da Infanta. A placa faz parte de uma série com retratos da família Habsburgo, nomeadamente de Fernando, Maximiliano e Maria da Hungria, e apresenta inegável afinidade com os traços das tapeçarias: no chapéu — colocado de lado para dar a ilusão de perspectiva sobre um fundo plano e nu —; no rosto desenhado do mesmo ângulo com enormes semelhanças nos olhos, nariz e lábios; na riqueza do trajo com as mangas golpeadas; no decote subido com gola e as jóias a substituir as peles sobre a casaquinha<sup>262</sup>.

Parece não haver dúvida na identificação dos traços do rosto da personagem representada nas tapeçarias com os dos retratos atrás referidos: os mesmos olhos e cabelos claros, a boca carnuda e o rosto alongado, a mesma expressão decidida. A perícia do artista transmite-nos alguma jovialidade do semblante sem, contudo, omitir as marcas da idade — a Infanta tinha então cerca de 37 anos — bem visíveis nos olhos cansados e no pescoço, tal como estão representados na tapeçaria nº 8 - *Primeira campanha de Salsete*<sup>263</sup>.

De qualquer forma, julgamos útil o confronto desses traços com os que Cock definiu na sua gravura de Antuérpia. Com efeito, na década de 50 — a gravura que representa D. Catarina é de 1556 — Hieronymous Cock (?-1570) desenhou uma série de retratos da família Habsburgo que foram gravados por Hans Collaert e que são hoje bastante raros estando o da Infanta D. Maria guardado na secção de Estampas da Biblioteca Nacional de Madrid. Nesta gravura, D. Maria — identificada pela inscrição: "*Maria Filia Emanvelis D. Gratia Regis Portvgaliae*" — está representada a mais de meio corpo virada a 3/4 para a direita, dentro de uma oval inscrita num fundo rectangular. Com a mão direita segura uma luva de punho rendado e com a esquerda um raminho de flores; traja um vestido de corte simples com a gola levantada e um extenso colar de pedraria a adorná-lo; os cabelos apanhados estão também replectos de jóias. Se compararmos os desenhos das tapeçarias com a gravura encontramos uma série de semelhanças que permitem identificar nos panos de Bruxelas a fonte de inspiração de Cock<sup>264</sup>, e a inscrição da gravura assegura que a

---

<sup>262</sup> Desta placa cerâmica, sabemos apenas que é da segunda metade do século XVI. Franz, 1981, p. 85. Rosemarie Franz não fornece no seu livro o nº de inv., e os contactos com o Museu Nacional da Baviera não obtiveram qualquer resultado.

<sup>263</sup> Seguimos a numeração e nomeação definida pelo catálogo da exposição *Tapeçarias de D. João de Castro* realizada no Museu Nacional de Arte Antiga em 1995.

<sup>264</sup> Discordamos, portanto, da opinião de Annemarie Jordan, que vê no retrato de Moro a origem remota da gravura. Jordan, 1994, p. 70.

personagem feminina das tapeçarias é, sem dúvida, D. Maria de Portugal. Veja-se a semelhança da mão que segura o lenço na tapeçaria nº 9 - *Repouso junto ao pagode...* com a que na gravura segura a luva; ou os cabelos algo desalinhados terminando em caracóis de um e outro retrato, mesmo se a gravura inverte o desenho de Campelo (como, de resto, era habitual) e substituí o inusitado chapéu por jóias<sup>265</sup>.

A atribuição do desenho das tapeçarias a António Campelo não está documentada, mas durante os anos 50 e 60 da centúria de Quinhentos existem uma série de contactos entre D. Maria e Campelo que podem sugerir ser ela a até agora não identificada mecenas do pintor<sup>266</sup>. Campelo estagiou em Roma por volta de 1552, onde copiava os frescos das fachadas pintadas da cidade, num exercício comum a todos os aprendizes. Está de volta a Portugal durante a regência de D. Catarina (1557-1562) aparecendo pouco depois a pintar umas tábuas da Paixão para os Jerónimos (1560-1565)<sup>267</sup> que iriam decorar os espaços deixados em aberto pela campanha de Torralva (1540-1551). Esta campanha de obras foi realizada à margem do Rei, desinteressado do mosteiro-panteão do pai, e sob a égide de D. Catarina que encomenda a nova traça da capela-mór da igreja a Jerónimo de Ruão, o qual, não por coincidência, trabalhará depois para D. Maria. Seguem-se uma série de encomendas da família real com o propósito de enobrecer a casa dos frades jerónimos. Se é certo que há um grande silêncio em torno de possíveis patrocínios da Infanta a Santa Maria de Belém, as tábuas de Campelo sobre a Paixão de Cristo são uma hipótese atraente, até porque sabemos do interesse pessoal da princesa no Mosteiro, manifesto por um desenho da autoria de Campelo<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> Mas não pela coifa do retrato de António Moro.

<sup>266</sup> Moreira, 1992, p. 36. D. Maria dispunha dos meios e conhecimentos para financiar a permanência e estudos de um pintor em Roma; por outro lado, Campelo era um pintor muito individualista, fortemente marcado pela estética e ideologia da Roma maneirista e algo marginalizado pela encomenda oficial contra-reformista portuguesa, tendo por isso trabalhado para círculos muito restritos, como, o de Ângela Sigeia e Antão Mogo Carrilho, ligados à Infanta.

<sup>267</sup> Data possível, atribuída por Moreira, 1992, p. 36.

<sup>268</sup> Um dado lateral, mas nem por isso menos significativo, pode fortalecer a hipótese de ser D. Maria a incumbente das tábuas da Paixão a António Campelo: anos antes, D. Leonor, tia dilecta da Infanta e seu modelo póstumo, mandara vir da Flandres um magnífico retábulo sobre a "Paixão de Cristo" que ofereceu ao mosteiro de Jesus em Setúbal. Parece-nos crível ver nesta atitude da Infanta a satisfação simultânea de três das suas preocupações constantes: a homenagem à tia, reeditando um dos seus temas iconográficos favoritos; a possibilidade de mostrar a sua cultura e poder inovando a nível estético e, por fim, contribuir luxuosamente para o enobrecimento da casa funerária de seu pai.



Com efeito, realizavam-se na altura obras na Sala do Capítulo onde, sob os altares, se abriam covas que se destinariam "*aos príncipes ainda vivos ou sepultados noutros locais, como D. Fernando, a Infanta D. Maria e o Infante D. Luís*"<sup>269</sup>; D. Maria desejava ser enterrada no mesmo espaço que o pai e encomenda a Campelo, para isso, o desenho de um mausoléu, hoje o nº inv. 380 do MNAA. O desenho tem no centro uma oval com um rosto inscrito no qual julgamos ver o retrato da Infanta, trajando à romana com os mesmos olhos cansados dos cartões das tapeçarias e o mesmo cabelo em desalinho que Cock soube aproveitar na gravura de Antuérpia. Este teria sido o mais majestoso túmulo real do mosteiro, devidamente enquadrado na arquitectura e fazendo uma ligação perfeita com a pintura à *antigua* que Campelo executava, dentro do sentido do *decorum* próprio da época e da encomendante<sup>270</sup>.

O desenho do mausoléu revela um entendimento perfeito do primeiro Classicismo — prescindindo das ordens arquitectónicas para utilizar cariátides jónicas como suporte do poderoso entablamento, coroado com um frontão curvo aberto que ladeia uma cruz latina sustentada por dois anjinhos — e um túmulo puramente inspirado em Miguel Ângelo, seja na forte marcação dos volumes, seja em concreto nos túmulos dos Médicis na sacristia de São Lourenço<sup>271</sup>.

A encomenda de tábuas para adorno de edifícios religiosos por parte da Infanta tem outro exemplo na sua fundação beneditina de Santarém. D. Maria visitara e vira o estado de ruína em que se encontrava a velha Ermida dos Apóstolos, decidindo refazer a capela e aumentar o complexo com um convento para frades de São Bento, para o qual antes de 1564:

*mandara fazer e pintar em frandes Muito Riquos retauolos de singular e custosa pintura que mandara trazer e poer na dita ermida onde ora estauão muito nobres e deuotos E de singular artifício, tudo pera onrra do culto divino e serviço de nosso senhor.*

---

<sup>269</sup> Moreira, 1992, p. 32.

<sup>270</sup> "*Mas, ao erguer o sarcófago a meia altura e ao enquadrá-lo entre colossais figuras alegóricas femininas cobertas de luto, rompia tanto com a tradição tumular romana quanto com a portuguesa, pelo que tudo indica tratar-se de um estudo acabado, com legenda latina a servir de escala e não de cópia duma obra existente (como aliás, prova a diferença das mísulas e cartelas).*" Moreira, 1992, p. 36.

<sup>271</sup> O que leva Rafael Moreira a colocar a hipótese da passagem de Campelo por Florença. Moreira, 1992, p. 36. Iconograficamente, a Infanta recorre à representação da *Fé* — à direita, com um cálice na mão — e, provavelmente, da *Fama*, atendendo a que a cariátide da esquerda parece ter na mão direita uma trompa, ao mesmo tempo que aponta com o dedo indicador para a terra. Todavia, só uma análise mais detalhada do desenho e um estudo iconográfico apropriado, poderão esclarecer as dúvidas.

Infelizmente, as palavras do documento não descrevem os retábulos nem referem os seus motivos iconográficos, alimentando a nossa curiosidade com a informação de que tal obra custara a farta quantia de:

*tres mil cruzados e mais*<sup>272</sup>.

Por fim, os retratos póstumos. Na igreja da Luz, em Lisboa, uma tábua<sup>273</sup> representa S. Bento dando a regra a um grupo de fiéis entre as quais está, à sua esquerda, a Infanta. A princesa traja ricamente e o rosto é muito semelhante ao do busto-relicário de Santa Engrácia mandado executar em 1595 pelo arcebispo D. Miguel de Castro, de acordo com o desejo expresso em testamento, que sintetiza os traços do rosto da princesa acrescentando na frente o cravo do martírio de Engrácia<sup>274</sup>. Há ainda o retrato da capela do Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres: uma tábua que copia o retrato da Luz, invertido, onde a Infanta está ajoelhada frente a um grupo de pessoas, perscrutando atentamente o céu onde se vê uma nuvem com a Virgem envolta por uma corte celeste. Aqui a Infanta está vestida modestamente, como convém aos pobres que a cercam, mas a gola é igual à do protótipo. Uma verba da testamentaria da Infanta data a obra de 1614, pelo pagamento:

*ha dominguos Luis, e a seu filho dominguos Luis marçineiros que fizerão o Retabollo, pella diguo pera a capella d ospital, de nossa senhora da Luz [...] feito A 3 de abril de 614*<sup>275</sup>.

No século XIX fizeram-se ainda dois retratos fantasiosos da Infanta: um de 1882 gravado por S. J. Costa<sup>276</sup> com D. Maria numa oval, busto a 3/4 olhando em frente, com colo adornado de jóias e um véu na cabeça; o outro é um desenho de Legrand com uma imagem de D. Maria que, trajando de acordo com a moda quinhentista (compare-se a gravura com a tábua da Encarnação), mais parece uma dama do Romantismo. A gravura da Infanta está colocada sobre um quadro imaginado do que seriam os saraus em sua casa e na legenda lê-se: "*É primeira em lugar e gerarchia,/ E primeira em saber e gran valia!*".

---

<sup>272</sup> ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém*, maço 1, doc. 1 (ver Anexo Documental nº 1). Este documento foi parcialmente publicado in Beirante, 1981, p. 86.

<sup>273</sup> Provavelmente de 1585, data que corresponde ao concerto entre os freires da Luz e os testamenteiros da Infanta para a conclusão do cruzeiro. Ribeiro, 1904-1907, tomo X, pp.477-480.

<sup>274</sup> Sobre este busto-relicário, ver adiante capítulos 6 e 7.

<sup>275</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Testamentaria da Infanta D. Maria*, Lº 47, fº 18 vº (ver Anexo Documental nº 67).

<sup>276</sup> Publicado por Joaquim de Vasconcelos no *Plutarcho Português* de 1882.

A série de mais de vinte retratos da Infanta — que por uma razão ou outra acabaram por pertencer a diferentes pessoas — e o episódio de Campelo põem em evidência a importância que D. Maria concedia à pintura e ao desenho. A Infanta tinha, aliás, como outros membros da sua família, uma galeria de retratos<sup>277</sup> (infelizmente completamente perdida) de que um documento do Rio de Janeiro nos dá conta:

*El rrei dom manuel e el rrei Dom João 3º, está em muitas partes dos mais reis pasados nam cuido q ha retratos por se nam costumar retratar se, q se os ouuera quem me dise estes me disera dos outros. Quem me manda dizer ou mo dira quando nos virmos onde poderei ver os retratos dos da casa de borgonha q foram da Ifante q deus tem*<sup>278</sup>.

A Infanta teve pelo menos mais um pintor bolseiro, de nome António Leitão, filho de João Gonçalves Leitão, natural de Castelo Bom e criado em Pinhel em casa de António Marmeleiro da Costa. António, que tinha três irmãos — Francisco Gonçalves, António Gonçalves e Maria Belo —, foi seu moço de câmara, e enviado para aprender o ofício em Roma, segundo uma carta de D. Catarina de 1560 para Lourenço Pires de Távora<sup>279</sup>. Mas já havia começado os seus estudos na Flandres<sup>280</sup>, para onde partira em companhia do tio Domingos Leitão, fidalgo espião ao serviço de D. Maria, que se mostrou de extrema importância na resolução de algumas questões em torno da herança materna em França. Nos processos abertos ao neto António Homem Leitão para averiguar da sua "limpeza de sangue" encontram-se alguns dados sobre a vida do pintor. Era casado com uma pintora flamenga, Luzia dos Reis, natural de Antuérpia, e viveu em Bragança — para onde fugira

---

<sup>277</sup> Moreira, 1993, p. 85.

<sup>278</sup> Alves, 1936, pág. 7. Este documento terá sido escrito no fim do século XVI, início do XVII, pelo que a referência à "Infanta que Deus tem" só pode ser a D. Maria: morta havia pouco e descendente dos Borgonha pela mãe, neta de Maria da Borgonha (negrito nosso).

<sup>279</sup> "lourenço perys de tauora Eu lo tenho legitimo que uos eide dar a ho Moço da camara da Infante dona maria Mjnha muito amada e prezada jrmã uay a esse posto pera nele se exercjtar Na arte de pjntura e por que eu per alguns resjstos Recebereis com testamento e o auereis por emcomenda pera o fauorecedes e llo que por pagar e uos pague vosso encomendamento que o façaes asy e aposto com la sua leei." ANTT — Colecção de São Vicente, Lº 13, fº 49 (ver Anexo Documental nº 61). No vol IX, p. 149 do *Corpo Cronológico* é datada de 1560, o que sugere que fosse na companhia do desconhecido pintor João Baptista, enviado por esse ano pela Rainha a estudar pintura em Roma e que, no regresso, em 1565, ficou retido a executar obras em Barcelona (ver Anexo Documental nº62). A carta foi lida e publicada in Viterbo, 1903-1911, p. 100 e Faria, 1963, p. 187.

<sup>280</sup> Machado Faria (1963) considera que existem dois Antónios Leitão a servir a Infanta: um que foi estudar a Roma; outro, de que trata, e que foi para a Flandres. Contudo, as palavras da habilitação do Santo Ofício do seu neto António Homem Leitão, não deixa dúvidas de que se trata da mesma pessoa: "e seus avos maternos se chamaram Antonio Leitão, natural de Castello bom e se criou em pinhel, e luzia dos Reys sua molher, natural de Anuers moradora que foi em Bragança e em Lamego" ANTT — *Habilitações do Santo Ofício*, António Homem Leitão, maço 2, diligência 247 (1634).

em 1581 por apoiar D. António, prior do Crato — e depois em Lamego, na freguesia de Almacave, onde teve uma filha de nome Maria Leitão que casou com Gregório Rodrigues, boticário e cavaleiro-fidalgo da casa do Duque de Bragança, e de cujo casamento nasceram o Dr. António Leitão Homem, Mateus Homem Leitão e Dr. João Rodrigues Leitão<sup>281</sup>. António Leitão e Luzia dos Reis eram conhecidos pelos "*framengos*" e teram morrido em Bragança antes de 1590.

Nada sabemos da obra deste casal de pintores; contudo, é quase certo que trabalharam para a Infanta e, também, em Bragança, em Miranda e em Lamego, onde um livro de contas da Misericórdia refere, no ano de 1565, que o pintor recebera 9 150 réis pela execução de um retábulo para a igreja, e em 1570-1571, 4 000 réis por:

*pymtar o crucefixo da bandr<sup>a</sup> e a cruz e de pymtar o crucifixio grande e de pintar as Imag-es dos altares e a bandeirinha que anda plla cidade os dias que se tiram as allmas do purgatorio e de dourar e rapar a caixinha para encerar o santissimo sacramt<sup>o</sup> e do ouro p<sup>a</sup> ella*<sup>282</sup>.

O mecenato pictórico de D. Maria foi, pois, constituído por um acervo de obras de grande qualidade, entre os retratos que inspira — e onde a sua participação ultrapassa em muito a simples pose — e as peças que importa do Norte da Europa ou encomenda directamente a oficinas e bolseiros nacionais. Nesta perspectiva, não deixa de ser interessante referir que, a exemplo da atitude de outros membros da sua família mais chegada ou remota, a encomenda da Infanta privilegia a difusão da própria imagem, através de um retratismo muito personalizado e diversificado; e que não passa directamente por Itália, preferindo antes patrocinar a estada de mais de um pintor junto dos melhores artistas da reerguida Roma, subsidiando depois em Portugal a sua actividade *à maneira romana*.

---

<sup>281</sup> Os processos *de genere* têm informações algo contraditórias: "*Na Flandres foi soldado e lá casou com uma mulher natural de Antuérpia, que, em Portugal, se chamou Luzia dos Reis [...] Se não viesse da Flandres, [...], teria ficado no lugar de embaixador [sic] da Infanta, certamente em sucessão a seu tio. António Leitão não teve nenhum ofício, embora um seu irmão servisse os ofícios nobres de Castelo Bom, e nesta vila viveu com sua mulher. Enquanto aí esteve «tinha mula e caualo de estado e se seruia a sua mesa com muitos criados», «trazia um chapéu de ueludo uerde com huma trança de ouro» e «hum anel douro grande com as armas da senhora Infanta nelle»*"; "*Eis o que se sabe deste «bom pintor»* [testemunho de António Dias, cônego da Sé de Lamego] *ou conforme parecer do Pe. Sebastião Gonçalves Raposo, cura da freguesia de S. João de Bragança «mui insigne pintor»*" cit. in Faria, 1963, pp. 195 e 198.

<sup>282</sup> cit. in Correia, 1923, pp. 27-28. Recentemente, Joaquim de Oliveira Caetano atribuiu-lhe o retábulo da matriz de Vila Nova de Fôz-Coa, de c. 1570, com passos da "Vida e Paixão de Cristo", mas a hipótese aguarda melhor estudo. Ver Serrão, Vítor, 1995 — *A Pintura Maneirista em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 26.

## ***Capítulo 5 — O mecenato arquitectónico e a lógica das fundações***

Em Agosto de 1568, a Sereníssima Infanta D. Maria recebe do papa Pio V um breve pelo qual obtem uma vasta superfície de terra desanexada da freguesia de Santo Estevão de Alfama. A Infanta crisma o novo bairro paroquial de Santa Engrácia, princesa mártir de múltiplas virtudes à qual cola a sua imagem e ambição, idealizando uma cidade *sua*, extra-muros e fora da influência da Ribeira, sob a sombra protectora de Chelas, Xabregas e de sua tia D. Leonor. D. Maria teria intenção de criar uma “nova cidade”, agora que se encontrava arredada — mas não inoperante — das disputas em torno da sucessão dinástica, geradas pela morte prematura de D. João III, e que o irmão Henrique conseguira estabilizar — afastando a rainha viúva D. Catarina — e gerindo o reino em nome do sobrinho-neto Sebastião. As tensões políticas e financeiras existentes entre D. Maria e D. Henrique agudizam-se com o episódio dos Jerónimos, levando a Infanta a responder com o patrocínio firme e abastado da Ordem de Cristo, como adiante veremos.

O percurso de D. Maria até esta data, rege-se sempre pela possibilidade de casar e com isso abandonar Portugal. Aliás, a Infanta tem plena consciência do papel da arquitectura<sup>283</sup> num quadro de afirmação do poder político e económico, e prova-o quando empreende os seus planos de edificação, nomeadamente no Campo de Santa Clara e na Luz. As linhas mestras para o entendimento do mecenato arquitectónico da Infanta fundamentam-se em duas atitudes distintas: por um lado, o patrocínio *ocasional*, por outro, a *intencionalidade* construtiva. Todavia, ambas contribuem para um mesmo sólido plano ideológico de edificações quando a Infanta decide que — ou não pode mais — sair de Portugal.

A primeira notícia de uma intervenção directa da Infanta num edificado é de 1561, quando a vila de Torres Vedras se queixa do estado de degradação em que se encontrava o Chafariz dos Canos — construído no reinado de D. Afonso III<sup>284</sup> — que fornecia água a toda a população. Uma placa com inscrição — colocada na face central do chafariz e envolta

---

<sup>283</sup> Já no início da década de 40 do século XVI, João de Barros referia no *Panegírico* que escreveu, o interesse de D. Maria pela arquitectura. Barros, 1943, p. 182. A Infanta volta a manifestar este interesse e, também, conhecimento no testamento, designadamente nos artº 7, 15, 34 e 37 (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>284</sup> Alguns autores, baseados em Leal, 1762-1763, vol. IX, p. 649, transmitiram a lenda que fazia da Infanta a primitiva construtora do chafariz. Todavia, as formas góticas e a existência de um documento em pergaminho no cartório da igreja de São Pedro de c. 1331 sobre a compra de umas casas junto à fonte dos Canos, testemunham a sua antiguidade. Torres, 1861, p. 64.

numa cartela simples de memória flamenga — assinala o reparo do tanque e da bica mandado fazer pela Infanta:

*Erectum est hoc opus per Licenciattum Duardum Velho Judicem jussu Infantis Domine Nostre. Anno 1561*<sup>285</sup>

Esta acção não é inócua. D. Maria era senhora de Torres Vedras e de Viseu — vilas que pertenciam à Casa da Rainha e que a Infanta tinha herdado depois do casamento de sua irmã Isabel com Carlos V — tendo autonomia na jurisdição e justiça da vila. Era a ela que os oficiais e juízes respondiam em casos de finança e de crime<sup>286</sup> (excepto quando se tratasse de crimes puníveis com pena capital); era ela a responsável pelo bem estar e harmonia dos seus rendeiros e trabalhadores. Assim, a resposta a este pedido das gentes da vila tem de ser vista, também, dentro de um quadro de poder paralelo, simbolizado pela presença de uma personagem real que está atenta e empenhada em resolver as necessidades dos seus súbditos<sup>287</sup>. Tanto assim é que, não sendo Torres Vedras uma das vilas preferidas para poiso da corte portuguesa, é a única — à excepção de Lisboa — escolhida pela Infanta para a construção de um palácio<sup>288</sup>.

Torres Vedras fôra eleita como morada pela rainha D. Leonor, tia da Infanta, e por D. Manuel, que habitaram algum tempo nos chamados *Paços Velhos*, situados no bairro de Carcavelos, perto do Castelo. É natural que tenha sido o próprio D. Manuel a começar a obra de substituição dos antigos pelos novos paços, mas a memória mais remota — infelizmente escassa — coloca a Infanta como primitiva habitante. De qualquer forma, incentivadora ou não da construção do novo palácio, D. Maria, recupera o empenho das populações na (con)vivência real, apropriando simbolicamente as duas personagens que são essenciais no seu percurso pessoal.

Quase dez anos mais tarde, em 1570, voltamos a encontrar referências à Infanta na região de Torres Vedras, agora como fundadora de um convento de frades arrábidos — sob a invocação de Nossa Senhora dos Anjos, em memória da ermida de Nossa Senhora dos Anjos

---

<sup>285</sup> "Esta obra foi levantada debaixo da inspecção do Licenciado Duarte Velho, Juiz, por mandado da Infanta Nossa Nossa Senhora no anno de 1561" Torres, 1861, pág. 65.

<sup>286</sup> *Chancelaria de D. João III*, L<sup>o</sup> 43, f<sup>o</sup> 9v<sup>o</sup>.

<sup>287</sup> A confirmá-lo está a instituição, pela Infanta, de uns açougues privados em 1563 obrigando a que as pessoas honradas não fossem ali buscar peixe ou carne, mas que o fizessem por intermédio dos escravos ou criados, para se evitarem inconvenientes. Vieira, 1926, pág. 205, segundo um documento do *Arquivo da Câmara*, L<sup>o</sup> 18-A, f<sup>o</sup> 43 v<sup>o</sup>. Hoje não há vestígios desta construção, bem como do Palácio.

<sup>288</sup> "Infanta D. Maria, [...], teve seu Palacio nesta Villa, aonde hoje estão os tres açougues, dos Nobres, Clerigos, & officiaes." Costa, 1868-1869, tratado I, cap. I, pág. 16. Infelizmente, a memória e os vestígios físicos deste palácio já não visíveis.

da Porciúncula <sup>289</sup> — no lugar do Barro à saída sul da vila. O convento era no século XIX descrito como:

*Construido segundo o gosto moderno de architectura, mas sem graça nem belleza, quer na egreja, quer no edificio do convento, somente atrahe a attenção pela frondosa matta e pela sua situação pittoresca*<sup>290</sup>.

A construção do edifício é acidentada e a total descaracterização que sofreu ao longo dos anos não nos deixa imaginar muito do que foi<sup>291</sup>.

A Infanta não se limita a construir o convento para os arrábidos, oferecendo-lhes:

*todas as alfayas, que lhes eraõ necessarias para o uso dos seus ministerios, conformando-se sempre com a nossa pobreza; e prevendo os seus apertos, não poz em execução o desejo, que tinha de ornar os Altares com frontaes de preciosa têla, e sómente por suas mãos fez hum de rede com muita curiosidade, e perfeição para o*

---

<sup>289</sup> “Jà disse, que a eleição do sitio não deixaria de ser por superior inspiração, porque a este conceito daõ fundamento os maravilhosos finaes, que procederaõ neste lugar à fundação do Convento, e os que ao depois se notaraõ. Os que precederaõ, publicava Joaõ Alvares do Casal, como testemunha de vista, e os referia muitas vezes o Padre Bernardo Gorjaõ, morador no Lugar do Trucifal, por lhos ouvir dizer. Era este homem Lavrador, e lhe chamavaõ do Casal, por morar em hum solitario, em bastante distancia do sitio do Convento. Muito tempo antes que se fundasse, levantando-se de noite a deitar palha aos seus boys, notou não sem admiração, que deste lugar se levantava hum grande columna de fogo, no qual existia, dando hum a notavel claridade; outras vezes a via sobir para o Ceo em fôrma pyramidal, e outras baixar do Ceo ao mesmo lugar. Algumas vezes attrahido dos resplandores que despedia, pretendeo examinar o que era, e chegando ao dito sitio, não achava fogo, nem effeito algum, que fizesse. Reparou para mayor assombro, que depois de se fundar o Convento, não vira mais, nem lhe apparecera a dita columna, e communicando tudo o que lhe havia succedido a algumas pessoas doudas, e virtuosas, todas avaliaraõ o prodigio por presagio do quanto se havia de atear o fogo do amor Divino nos coraçoens dos seus moradores, e a quem, como verdadeiros Israelitas, favorecia o mesmo Deos, guiando-os pelo deserto deste Mundo, para a melhor terra da Promissaõ, que he a gloria. Este testemunho leu authenticado Fr. Francisco Fortes, sendo Guardiaõ do Convento, no anno de 1658. em hum dos papeis pertencentes ao Cartorio da Camera da dita Villa. Approvou tambem a eleição do sitio, e fundação do Convento a mesma Rainha dos Anjos, a quem era dedicado. [...]; e sentindo em seus coraçoens extremosos jubilos, com os mesmos receberaõ a Soberana Imagem, cantando o *Te Deum laudamus*, e a collocaraõ no Altar môr, e no mesmo em Tribuna levantada se venera hoje” Piedade, 1728, pp. 482-483.

<sup>290</sup> Almeida, 1866, vol. III, p. 124.

<sup>291</sup> “...seu primitivo assento, foi em uma baixa, junto á ribeira de Mata Cães, ao Este, do sitio actual, mas como o logar era pantanoso, os frades padeciam muitas doencas, e em 1579, houve aqui tal epidemia, que os frades morreram quasi todos, pelo que, os que escaparam, resolveram mudar de sitio, o que levaram a effeito em 1595, transferindo o mosteiro para a encosta do monte que fica ao Oeste.” Leal, 1762-1763, vol. IX, p. 654. Não podemos deixar de concluir que as obras de edificação decorriam ainda em finais do século XVI e, muito provavelmente, a ritmo lento. Conclui-se, também, que a igreja foi reconstruída — “com dimensões mais avantajadas em comprimento e largura” Cordeiro, 1910, pág. 1 — ao contrário do que sugerem alguns autores que a apontam como único vestígio da construção infantina. As lápides sepulcrais existentes no chão da capela foram reutilizadas e embutidas nas paredes, destacando-se a que se encontra do lado do Evangelho, pertencente a João de Teive, contador-mór do reino e fidalgo dos reis D. João III e D. Sebastião. Em 1782 decorriam obras de construção de dependências do convento, nomeadamente da enfermaria. Ver ANTT — *Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Barro*, maço 1, doc. 26. Em 1871 dá-se um violento incêndio, descaracterizando algum traço de originalidade que ainda pudesse conter. Para mais informações ver Cordeiro, 1910, pp. 16-28 e ANTT — *AHMF - Convento de Nossa Senhora dos Anjos*, cx 2 256 (ver Anexo Documental nº 8).



*Altar môr, que servia nas principaes festas; e tambem da mesma fabrica hum pavilhão, para cobrir o cofre, em que se guarda o Santissimo Sacramento*<sup>292</sup>.

Se a intervenção de D. Maria em Torres Vedras se pode entender num quadro alargado de responsabilidade administrativa<sup>293</sup> — que não encontra paralelo em Viseu, cidade de que era Senhora — proporcionada pelas estadas na antiga vila, já as fundações em Coimbra e Santarém de um colégio franciscano e um convento beneditino, respectivamente, ficam-se a dever a visitas efectuadas em períodos diferentes. A primeira data de 1550, quando a família real se desloca a Coimbra e à sua universidade:

*Com la ocasion desta asistencia en Coimbra supo la señora Infanta los Colegios, que hauia de diuersas religiones, y tubo noticia que faltaua a los de San Francisco, de quien era singularmente deuota, suficiente comodidad para sus estudios, [...] resoluió labrarle luego vn Colegio de trinta Colegiales; y asi ordeno que de su hazienda se diesse lo necessario para la obra, y renda fixa para los que hauian de viuir la*<sup>294</sup>.

Apesar da rapidez com que D. Maria tratou de instituir a verba necessária para a construção do novo colégio, só em 1597 se compraram as primeiras "casas" para erguer o edifício, cujo processo de construção se arrastou pelo século XVII adentro — a primeira pedra foi colocada em 1631 para só terminar em 1638 — conferindo à casa um pendor muito “jesuítico” nas suas formas, que conhecemos por gravuras anteriores à sua demolição<sup>295</sup>.

A segunda visita, a Santarém, data de 1561 levando a Infanta junto da imagem milagrosa de Cristo Crucificado, sob a proteção dos Apóstolos, que estava numa pequena

---

<sup>292</sup> Piedade, 1728, pp. 483-484.

<sup>293</sup> Que não encontra paralelo em Viseu, cidade da qual também era Senhora. Refira-se que a rainha D. Catarina, logo após o casamento (1525), tinha promovido em Torres Vedras a reconstrução da paroquial de São Pedro, cujo pórtico manuelino ostenta as suas armas. A acção de D. Maria pode explicar-se, assim, pela continuidade dessa herança.

<sup>294</sup> Pacheco, 1675, p. 103vº e Baião, 1737, p. 473.

<sup>295</sup> A atribulada história deste colégio começa na fundação e, designadamente, na confusão gerada em torno do nome e da ordem que o geria. Com feito, a Infanta queria que o colégio fosse de franciscanos, sob a invocação de São João Evangelista (veja-se o parágrafo 17 do seu testamento em Anexo Documental nº 68). Contudo as vicissitudes várias que impediram, em grande parte, o cumprimento das suas vontades testadas, têm aqui, também, reflexo, nomeadamente devido à entrega do colégio aos frades lóios e não aos franciscanos. A presença dos Lóios na cidade de Coimbra vinha do reinado de D. Manuel, quando o rei decidira fundar um novo instituto, o Hospital Real de Nossa Senhora da Conceição (1503), com o propósito de gerir eficazmente as várias instituições de assistência da cidade. Alguns anos mais tarde, em 1548, instalaram-se os primeiros estudantes junto à igreja de S. Bartolomeu. Maria, 1679, p. 517. Todavia, a Universidade já estava instalada na zona mais alta da cidade e desde então que os estudantes dos lóios ansiavam poder mudar-se para junto da escola. Assim, pegando na verba deixada por D. Maria e atendendo à invocação que deixara expressa, os seus testamentários limitaram-se a entregar a construção do novo edifício à ordem dos Lóios, sendo a primeira pedra colocada a 6 de Maio (dia da festa secundária do patrono São João Evangelista). O colégio foi extinto em 1834 e depois foi ocupado pelo Estado para repartições públicas; nos anos 40 foi arrasado devido às obras da nova cidade universitária. Para o desenvolvimento deste tema ver Maria, 1679; Vasconcelos, 1938 e ANTT — AHMF - Colégio de São João Evangelista, cx 2 207.

ermida acima do Tejo. O estado de ruína da capela e a imagem milagrosa provocaram uma tal impressão na Infanta que tratou de mandar erguer uma nova ermida e obter, junto da colegiada de Nossa Senhora da Alcáçova, o direito a “*separar e dismembrar imperpetuum ha dita jrmida*”<sup>296</sup>, conseguindo-o num documento datado de 15 de Maio de 1564, assinado por D. Henrique. Alguns meses mais tarde — 19 Março de 1565 — a própria Infanta assina um alvará de tomada de posse da ermida<sup>297</sup>. O documento de 1564 dá-nos a descrição do estado em que D. Maria achou a capela e como a nobilitou, com a invocação de Convento do Senhor Santo Cristo do Milagre ou dos Apóstolos<sup>298</sup>:

[a] *irmida estaua muito pobre de ediffiços e ornamentos necessarios E hera huua muito pobre casa e muito maL repairada seruida per hum jrmidão posto pellos conegos e cabido da dita egreja, E remdia em cada huum anno atee dous mil reis pouco mais ou menos, [...] que ella jmpetrante mandara reedifficar a dita jrmida da jnuocação dos appostolos que esta iundo da dita villa de sanctarem a dita jrmida era muito velha E estaua Ruinosa pera cair E era de telha vã E que as imagens dos appostollos que estauão nas paredes della pintadas estauão Jaa apagadas e não tinha mais que huum altar E que ella jmpetrante mandara derribar as paredes velhas e tecto da dita jrmida E de nouo des os alicerses a mandara ediffiquar em muito maior e mais ampla forma de paredes muito fortes de pedra e cal E o tecto d abobeda E huua saacrestia E mandara nella fazer tres altares e todos os ornamentara de Riquos ornamentos E do mais necessario pera ho cultu diuino e com as alampadas necessarias pera ho seruício da hirmida E com calíçes ect E Que assi mamdara fazer e pintar em frandes Muito Riquos retauolos de singular e custosa pintura que mandara trazer e poer na dita jrmida onde ora estauão muito nobres e deuotos E de singular artificio tudo pera onrra do cultu diuino e seruício de nosso senhor*<sup>299</sup>.

Mas só em 1571 a ordem de São Bento toma posse da sua nova casa, numa reunião na igreja dos Apóstolos em que estão presentes o desembargador da vila, António Dias, D. Jorge de Almeida e Frei Plácido de Vilalobo<sup>300</sup>. A oferta do convento aos beneditinos — para doze

---

<sup>296</sup> O documento é mais explícito: “*separar e dismembrar imperpetuum ha dita jrmida, da dita egreja de nossa senhora d alcaçova com suas pertenças E que hos conegos e capitulo della se não podessem mais intrometer no colhimento das offertas esmolos Remdas e fructos della nem em sua guouernança per uia alguua que fosse E que ella dita senhora fosse padroeira della em sua vida e depois seus sobcessores*” ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 1. (ver Anexo Documental nº 1).

<sup>297</sup> ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 35. (ver Anexo Documental nº 2).

<sup>298</sup> “*...Sancto Christo del milagros, o de los Apostolos, por el quadro que tiene de los doze, quando vino el Spiritu Sancto en figura de lengua de fuego,...*” Pacheco, 1675, pp. 104vº-105.

<sup>299</sup> ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 1 (ver Anexo Documental nº 1).

<sup>300</sup> “*huã carta de doaçam da serenissima senhora Iffamte dona maria assinada por sua alteza e asellada do sello de sua chancelaria [...] doaçom da Iffamte dona maria Iffamte de portugal e dos algarues etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que pella muyta deuocão que tenho ao bem aventurado e glorioso sam bento ey por bem e me praz de dar e trespassare aos monges e Religiosos da sua ordem deste reino a*

monges e um abade —foi acompanhada pelo dote de um olival contíguo, que suscitou, mais tarde, uma acesa disputa<sup>301</sup>.

Uma crónica setecentista (1738) faz-nos uma descrição resumida do que seria a igreja doada aos beneditinos:

*He redonda, e pequena, formada sobre quatro arcos, trez ~q lhe servem de Capellas, e outro, em que esta a porta para a rua. A Capella mor he dedicada ao Sancto Crucifixo, a da parte da Epistola aos doze Apostolos, e esta foy a invocação e orago, com que se fundou, e a da parte do Evangelho ao Espirito Sancto, nestas duas se conservaõ ainda os retabolos, ~q a mesma Senhora lhe mandou vir de Flandres, e na Capella mor, tem humo tribuna de talha por dourar. Entre esta e as duas, tem à face duas capelinhas com seus retabolos dourados, a da parte do Evangelho do Patriarca S. Bento, e a da Epistola de S. Amaro.*<sup>302</sup>

A documentação e as crónicas não nos fornecem muitos dados para o conhecimento da arquitectura do edifício do convento. Sabemos que no dia 1 de Novembro de 1755:

*cahio todo o zimborio da Igreja, que arruinou as Capellas, exceptuada a mayor em que esta a Imagem milagrosa do Senhor Jesus da pastorinha*<sup>303</sup>.

A extinção das ordens religiosas em 1834 desferia o golpe final na história do convento, que foi totalmente destruído pouco tempo depois<sup>304</sup>.

---

*casa dos appstolos sita fora dos muros da villa de santarem que eu reedefiquey Deporey e ornamentey con todas as rendas fenitos proueitos e beneses que nella ora aja ou ao diante possa aver assi e da maneyra que eu tenho e possuo pera que nella se edifique monomto huã casa dedicada em honra e louvor do mesmo samto, e por esta somente sem outro aluara [...] tomem posse della e por elles se De ja guoverne e administre d oje por diamte pera o que mandey entregar ao padre frei placido de vilha lobos abbade de sancto amdre de Rendufe procurador geral da dita ordem todos os papeis breues sentenças porque me pertemce conforme aos quaes lhe mandarey comprar seis mil reis de renda em beens de raiz que uendam pera a dita casa, dada em lisboa sob meu sinal e sello aos vinte hum de mayo [1571]" ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 30; os documentos nº 12; 28 e 29 tratam do mesmo assunto.*

<sup>301</sup> ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 6 [doc. datado de 1578]. A morte da Infanta provocou o atraso nas obras; só em 1583 se completou a 1ª capela da igreja, onde ficou sepultada D. Jerónima de Villalobos. ANTT — Convento de São Bento dos Apóstolos - Santarém, maço 1, doc. 26 (ver Anexo Documental nº 7). A Infanta dotou, ainda, o convento com uma parte da relíquia de São Bento enviada de Roma pelo Papa Pio V a pedido expresso de D. Maria.

<sup>302</sup> BPE — Cod. III 2-4, pp.316-317. O *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 1983, vol. II, p. 396 existe outra descrição da igreja: “De posse da ermida, a piedosa infanta ampliou-a com uma espécie de transepto, tendo no topo o quadro de Cristo Ressuscitado, no acto de aparecer a Tomé rodeado dos outros Apóstolos, e no outro topo a descida do Espírito Santo sobre o colégio apostólico.” O autor não nos fornece a data desta “descrição”; contudo, julgamos que se trata de uma confusão entre a intervenção da Infanta e a pré-existência. Por um lado, porque mesmo quando modestos, os programas construtivos de D. Maria ultrapassam a mera edificação de um transepto, por outro, porque omite a encomenda dos retábulos vindos da Flandres e a existência de várias capelas.

<sup>303</sup> Sousa, 1919-1932, vol. 2, p. 321.

<sup>304</sup> ANTT — AHMF - Convento dos Apóstolos de Santarém, cx. 2 249 fornece documentação das décadas de 30 e 40 do século XIX com mais elementos sobre a forma descuidada e desinteressada como o convento foi destruído.

A década de 70 é a mais activa no plano construtivo da Infanta D. Maria. Logo em 1570 manda construir um convento de clarissas na cidade de Évora<sup>305</sup> — o convento de Santa Helena do Monte Calvário, cuja primeira crismação foi de Vera Cruz — para o qual obtivera do arcebispo D. João de Melo e Castro um diploma datado de 29 de Maio de 1565 que lhe concede "*a ermida de Vera Cruz, as casas de cura do donato franciscano fr. Domingos e terrenos anexos patrimoniais da Câmara, junto da muralha da Porta da Lagoa*"<sup>306</sup>.

Em 1569 — data em que D. Sebastião concedera "*hum anel d' agoa*"<sup>307</sup> do aqueduto da Prata ao convento — começaram os estudos e o levantamento do terreno, passando as obras a ser dirigidas (1571) pelo arquitecto-mór da comarca, Afonso Álvares<sup>308</sup> e pelo mestre de obras eborense Mateus Neto<sup>309</sup>.

Apesar da sua história conturbada<sup>310</sup>, o convento está quase intacto mantendo o aspecto de extrema severidade e ascetismo com que foi debuxado. Aproveita a parede da

---

<sup>305</sup> Segundo alguns autores, fôra o Cardeal D. Henrique que aconselhara a irmã a fazer o convento: "*Vendo o Infante Cardeal D. Henrique em sua meya Irmam esta inclinação tão pia, lhe persuadio, que fundasse em Evora hum Convento de Religiosas da mais rigorosa, e estreita observancia de S. Clara, e S. Francisco; approvou a infante o pensamento, tendo lhe o Arcebispo D. João de Mello feyto doação da Ermida de Vera Cruz, e das Cazas, que lhe ficavaõ contiguas, em que Fr. Domingos donato da Ordem serafica agazalhava, e curava alguns mendigos*" Fonseca, 1728, pág. 394. Esta hipótese deve-se, certamente, ao facto de Évora ser um reduto cardinalício em acentuado crescimento. Contudo, e não obstante a inevitável troca de impressões entre a Infanta e D. Henrique, parece-nos que este convento foi erguido "à revelia" do Cardeal: primeiro porque D. Maria não patrocina com esta edificação as ordens caras a seu irmão — aliás, a Infanta ensaiara tal patrocínio com a instituição de um colégio, jesuíta, para que os filhos de fidalgos pobres pudessem estudar; cabia à universidade a gestão desse colégio, dotado de renda perpétua para seu sustento, e que o Cardeal suspende quando assume a regência do reino —, depois porque esta construção de clarissas espelha a predominância das duas Leonores, tia e mãe, e do pai na sua acção. D. Leonor, irmã de D. Manuel, fundara o convento da Madre de Deus em Xabregas — que a Infanta, e toda a família real, frequentavam e veneravam — sob a doutrina franciscana. D. Leonor, mãe da infanta, mandara edificar novo convento de clarissas, o de N.º Sr.ª da Assunção de Faro, do qual vêm as primeiras freiras que entraram no Calvário, juntamente com outras do convento de Setúbal, fundado por D. Justa Rodrigues, ama de D. Manuel e por ele muito estimada.

<sup>306</sup> Espanca, 1966, p. 241.

<sup>307</sup> Fonseca, 1728, p. 395.

<sup>308</sup> A cultura arquitectónica do Infante Cardeal D. Henrique levou a que, contudo, se atribuisse a traça do convento ao futuro rei: "*..., a que se fundasse o Mosteyro pella planta, que o Cardeal, tinha dezenhado conforme as limitadas ideas da mais escrupulosa Capucha.*" Fonseca, 1728, p. 394. O padre Domingos Rodrigues teve o cargo de vedor da obra.

<sup>309</sup> Espanca, 1948, pág. 7.

<sup>310</sup> Abandonado em 1663 durante a guerra da Restauração, sobreviveu à extinção das ordens religiosas para ser secularizado em 1889, data do falecimento da última abadessa do mosteiro. Hoje pertence à Ordem das Adoradoras do Santíssimo Sacramento.

muralha como sua<sup>311</sup> — logo ao lado da Porta da Lagoa — reforçando a robustez e a qualidade chã no uso de onze contrafortes, dessimétricos, correspondendo aos tramos interiores da igreja. Sendo um convento feminino apresenta uma porta lateral — que dá entrada para a igreja<sup>312</sup> e daí para o claustro rectangular que estabelece as zonas públicas, remetendo para o tardoz da construção a reclusão das áreas conventuais — criando um tipo de fachada nova que terá ao longo do século XVII alguma fortuna. O claustro tem dois andares, com cinco tramos nos lados maiores e três nos menores. Os quatro ângulos não apresentam qualquer tipo de estrutura, sendo o peso suportado pelos tramos das naves e pelos arcos de volta perfeita que, tendo dois em cada lado maior, servem de entrada para

---

<sup>311</sup> Revelando um funcionalismo quase moderno que se manifesta na promiscuidade entre o urbano e o militar. Moreira, 1995, pp. 360-361.

<sup>312</sup> A igreja, que recebeu uma decoração de fresco, azulejo e pintura seiscentista, conserva a primitiva traça de Afonso Álvares, com uma única nave, marcada pelo ritmo dos seis tramos com pilastras, que correspondem aos contrafortes exteriores. Como a Infanta não podia conceder ao convento rendimento próprio, uma vez que a regra das clarissas as obrigava a viver de esmolas — *"Viuese aqui com a mais exacta pobreza, & aspera penitencia, que ja nunca se vio, podendo fazer inueja aos antigos Anacoretas, porque andão descalças todo o anno, sendo nobres, & delicadas donzellas, vestem burel ao carão de carne, obseruão jejum perpetuo, vão sempre a matinas à meia noite, compoemse suas camas de hum villissima cortiça com cabeçal de palha, & nunca aceitarão rendas, que por vezes lhe forão offerecidas."* Cardoso, 1652-1744, vol. II, p. 57 —, D. Maria deixa rendas à Misericórdia de Évora para que pudessem acudir às necessidades das freiras. Pacheco, 1675, pág. 102vº e BPE — *Fundo do Convento de Santa*, Lº 76, doc. 9: *"5º - Não foi dotado porque as Religiosas para maior observancia da sua Regra, não aceitaraõ as grandes comgruas que a dita Senhora lhe queria por, esso deixou a Mizericordia desta Cidade sento e setenta e ceis mil reis, cada anno para esta o dar as suas Religiosas do Convento de Santa Ellena do Calvrio [sic] para fruta, e deixou recomendado aos Reis seus, Senhores serem Patronos deste Convento e lhe acodirem em todas suas necessidades, não sabemos que tenha regreço, porque o livro da Fundação, asim como outros mesmos Papeis, e varias Couzas, se perderaõ nas Guerras antiguas que houve com os Espanhois..."* [doc. datado de 13 de Dezembro de 1822]. Contudo, só no século XVII, em 1632, começa a Misericórdia a dar o padrão de juro instituído pela Infanta. Pereira, 1948, vol. II, pp. 50-51. As obras prolongaram-se por vários anos: uma das torres, hoje mirante, foi doada em 1571 pela Câmara da cidade atendendo a um pedido escrito de D. Sebastião — *"e asy uos encomendo que deis a torre que esta junto do dito mesteiro pera miradouro das freiras delle da maneira e com as condições com que se costumão dar as semelhantes torres, porque per isto ser cousa que a Infante me pedio e de que leua contentamento o terei em de tudo se fazer como ella pede. [...] E isto com condição que se não faça danificadamente algum na torre, e ficando pera se poder usar dela quando for necessario pera defensão da cidade."* *Originais da Câmara*, Lº 6, fº 256 cit. in Espanca, 1948, p. 148 — e durante o reinado de Filipe I, o convento recebeu uma esmola de 5000 ducados de prata para reparos. Em 1682, D. João IV manda fazer o cadeiral e a enfermaria. A pintura e decoração do convento de Santa Helena do Monte Calvário é posterior à intervenção directa da Infanta, pelo que não cabe tratar dela aqui. Remetemos para os trabalhos de referência de: Simões, João M. Santos, 1944 — *Alguns azulejos de Évora*. "A Cidade de Évora". Évora, ano II, nº 6, pp. 78-86; Gusmão, Adriano de, 1954 — *A pintura maneirista em Évora*. "A Cidade de Évora". Évora, ano XI, nº 35-36, pp. 15-39; Espanca, Túlio, 1955-1956 — *Casas nobres de Évora: a obra do pintor Francisco João - espólio cultural de Cenáculo*. "A Cidade de Évora". Évora, ano XII-XIII, nº 37-38, pp. 183-201 [este artigo apresenta na p. 187 uma importante carta de quitação entre Francisco João e Álvaro Fernandes, tesoureiro da testamentaria da Infanta, com o pagamento de 200 mil réis por um retábulo pintado para o altar-mór da igreja do convento de Santa Helena do Monte Calvário]; Markl, Dagoberto, 1973 — *O painel da igreja do Calvário de Évora e a pintura portuguesa do século XV*. "A Cidade de Évora". Évora, ano XXX, nº 56, pp. 5-11; Silveira, Luís da, 1946 — *Painéis de Évora*. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade.

outras dependências do convento. O material é o granito, sem que a base, o fuste ou o capitel apresentem qualquer tipo de decoração. No andar inferior da galeria do claustro, cada coluna sustenta o saímel de um arco abatido e dois de volta perfeita, um deles da nave, aqui com a secção ligeiramente mais quadrangular que os do pátio. No andar superior o esquema é ainda mais simplificado, já que as colunas se limitam a suportar o peso da viga que sustenta o telhado de madeira<sup>313</sup>.

O programa arquitectónico patrocinado pela Infanta segue algumas das premissas do mecenato do pai, nomeadamente numa certa ideia de *totalidade* — patrocinando o edifício mas também as alfaías e paramentos litúrgicos, a escultura decorativa ou votiva, os livros para recheio das bibliotecas conventuais e até providenciando o sustento e rendas dos frades — e num gosto muito ecléctico que se manifesta, designadamente, no complemento das formas chãs e maneiristas<sup>314</sup>. Os traços de união deste mecenato — o facto de ser patrocinado tardiamente, a devoção particular às ordens mendicantes e militares que ofereciam resistência espiritual aos excessos piedosos de D. Henrique, a inovação a nível formal e a atitude interventora da Infanta — revelam, contudo, duas posturas distintas sobre a *maneira* de fundar: por um lado, a edificação *ocasional*<sup>315</sup>, que tratámos; por outro, a

---

<sup>313</sup> Com a morte da última abadessa, o convento foi secularizado já em finais de século XIX. O processo de avaliação e inventariação dos bens do edifício está no ANTT; é um dos mais completos que nos foi dado analisar, permitindo com cuidado reconstituir a colecção e história dos últimos anos do convento de clarissas. Inserimos no anexo documental (nº 9) uma descrição muito resumida, feita então, do complexo conventual, para mais informações ver ANTT — AHMF - *Convento de Santa Helena do Monte Calvário*, cx 1 921. Para um estudo mais aprofundado da genealogia e compreensão do claustro do convento ver Correia, José Eduardo Horta, 1991 — *A importância dos Colégios Universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses*. separata do vol. 2 das Actas do Congresso "História da Universidade". Coimbra, pp. 269-290.

<sup>314</sup> Que está presente, por exemplo, na tensão formal entre o luxo e exuberância do interior e a sobriedade e frieza do exterior da igreja na Luz.

<sup>315</sup> E do qual fazem parte algumas referências esporádicas e de menor importância de casas que a Infanta terá patrocinado: "*La Infanta doña maría ha dado una casa en almerin p<sup>a</sup> acomodar la casa, que allí tiene la cõpañia p<sup>a</sup> los Padres, quando allí está la Corte. Tambien ha offrescido una muy gentil Iglesia, que ella ha hecho en Santaren.*" Carta de Jacob Miron para Inácio de Loyola, datada de 10 de Outubro de 1553 in *Litterae Quadrimestres*, vol II, p. 442; também nas pp. 452; 460 e 700; uma capela dedicada a São João Evangelista erguida junto ao dormitório grande do convento da mesma evocação em Xabregas (que o terramoto destruiu) cit. in Ribeiro, 1904-1907, tomo XI, p. 33; ou ainda uma referência que não encontrou eco noutra obra: "*Vendo hum dia na Igreja dos Frades da Santissima Trindade de Lisboa a Imagem de Santo Onofre, vestida de folhas de palma com a cabeça, braços, e pernas descubertas, e humas grandes contas na mão, admirada perguntou que Santo era? E sabendo-o, tal foy a devoção, que lhe tomou, que logo lhe quiz saber da sua vida, com a qual ficou ainda mais edificada, vendo a singularidade della, e assim por sua prodigiosa infancia, como estranha penitencia, pelo que lhe mandou fabricar a sua Capella, e para que fosse mais conhecido, e venerado, e propagado o seu culto impetrou do Papa Pio IV. hum Jubileo Plenissimo, e perpetuo para todos os fieis Christãos que Confessados, e Commungando visitassem a dita sua Imagem na mesma Igreja, e se ganha no segundo Domingo de Agosto.*" Baião, 1737, pp. 472-473. Por fim, uma

fundação *intencional* de carácter mais firme e de grande significado político, que é o que encontramos em Santa Clara, em Lisboa.

O Campo de Santa Clara era conhecido, ainda, em pleno século XVI como o Campo da Força por ser costume executarem-se aí as penas capitais. Pouco habitado, e com esta funesta realidade sempre presente, o campo devia à presença do secular convento de clarissas<sup>316</sup> a sua mais hagiográfica crismação. Este imenso espaço a oriente da cidade quinhentista não suscitava nos reinantes especial interesse — a excepção era, claro, o convento da Madre de Deus. Será D. Maria que, com as suas fundações, irá dar um importante impulso à urbanização da zona. A eficácia da sua estratégia deve-se, mais uma vez, aos importantes contactos políticos que mantinha — à custa de valiosas jóias, espiões e encontros paralelos — nas cortes europeias. Empenhara-se junto dos diplomatas da cúria romana, em obter um breve papal que autorizasse a desanexação de parte da paróquia de Santo Estêvão de Alfama, conseguindo a confirmação de D. Jorge de Almeida a 2 de Dezembro de 1569. Aí, manda construir um palácio onde habita regularmente e que ficou famoso na memória de cronistas e estudiosos por ser onde se reuniam os seus eruditos serões. Infelizmente os relatos não incidem sobre descrições do espaço ou da decoração e, mais uma vez, são poucas as referências sobre este paço. Sabemos que se situava *nas casas que ficaõ junto ao dito Mosteyro [de S. Clara], que hoje sam do Desembargador Luis de Abreu de Freytas, & della hia ouvir Missa ao tal Mosteyro por hum passadiço, do qual se conservaõ ainda hoje na parede alguns vestigios*<sup>317</sup>.

Hoje não há vestígios do passadiço e por qualquer razão difícil de entender, nenhuma das plantas da zona menciona o palácio, ou sequer, um edificado que a ele pudesse corresponder. A memória do local diz que o palácio teria dado origem a um solar usado em 1659 pelos herdeiros do vice-rei D. Francisco de Almeida e sobre o qual se edificou, no século XVIII, o palácio dos Marqueses do Lavradio, hoje ocupado pelo Tribunal Militar e situado entre as travessas do Conde de Avintes e das Freiras<sup>318</sup>. A Infanta não se limita a

---

referência de 1562 quando, numa carta à Câmara da cidade de Coimbra, D. Maria faz uma recomendação expressa ao mosteiro do Lorvão. Cotta, 1924, p. 27.

<sup>316</sup> Fundado em 1292 por D. Dinis e completamente destruído pelo terramoto de 1755. O local onde se erguia o convento é agora ocupado pela antiga Fábrica de Armas e Equipamento Militar.

<sup>317</sup> Costa, 1868-1869, tratado VIII, cap. I, pág. 256. Repare-se na absoluta repetição do programa construtivo de D. Leonor em Xabregas: convento de clarissas junto a uma residência real, onde até o pormenor do passadiço não foi esquecido.

<sup>318</sup> A legenda nº 12 — “Fundação do Marquez do Lavradio” — da planta da freguesia de S. Engrácia em Anexo Gráfico, confirma-o.

mandar construir um palácio e, também, porque a fundação de uma nova paróquia o exigia, manda erguer uma igreja<sup>319</sup> dedicada à princesa, virgem e mártir bracarense Engrácia<sup>320</sup>, afirmando a nacionalidade do culto e, ao mesmo tempo, a sobreposição das virtudes e glórias da santa à sua personalidade.

Nas Memórias Paroquiais de 1758 encontramos a única, e inconclusiva, descrição da primitiva traça da igreja:

*A Igreja, e Paroquia antiga, que estaua cituada donde hoje está a nova imperfeyta, hera de huma só nave. A porta principal para o poente. Constava de sinco altares: a capella mór, em que estava o Santissimo, e as imagens de Santa Engracia, e São Lupercio primo desta Santa: o primeyro da parte do Evangelho com a imagem de Nossa Senhora da Esperança com Irmandade: o segundo da mesma parte com Santa Senhorinha: o primeyro da parte da Epistola com hum Santo Christo, e Irmandade das Almas: o segunto [sic] de Santo Antonio com Irmandade, que se extinguiu.*<sup>321</sup>

As igrejas de nave única eram já uma constante na arquitectura religiosa portuguesa, reflectindo a preocupação de uma maior partilha da cerimónia por parte dos fiéis, que a Infanta já manifestara em Évora e irá desenvolver na Luz. A planta de João Nunes Tinoco de 1650 dá-nos uma ideia da forma exterior da igreja, talvez excessivamente alongada.

Mas é na iconografia interior da igreja que S. Engrácia se revela mais inovadora:

*Estavão divididos pellos altares as imagens de Santa Izabel, Sam Gonçallo, Sam Fructuozo, e outros maes santos portuguezes; e hé tradição que a Infante fundadora ordenara, que neste templo estivessem só imagens de Santos portuguezes, e a experiencia ainda hoje assim o mostra por não haver neste templo outros Santos, e terem quazi todos As armas reaes ao peyto.*<sup>322</sup>

Tratava-se, portanto, do primeiro programa iconográfico exclusiva e intencionalmente dedicado a santos nacionais. Esta visão “nacionalista” da religião corresponde a uma tendência da época<sup>323</sup> — os exemplos são vários, mas o mais antigo é, talvez, a tentativa de

---

<sup>319</sup> No artigo 23º do seu testamento deixou 1000 cruzados para a fábrica da Igreja e 300 para a execução do busto-relicário de Santa Engrácia cujo rosto se baseia no da Infanta.

<sup>320</sup> Para a história e martírio de Santa Engrácia ver Leão, 1610, cap. XXXIII e Cardoso, 1652-1744, vol II, pp. 57 e 533.

<sup>321</sup> Portugal e Matos, 1974, p. 100. A data do início da construção da igreja e o arquitecto a quem foi encomendada são ainda alvo de especulações. Ayres de Carvalho considera que, ao contrário do que escreveu Frei Miguel Pacheco, se a capela-mór estivesse a ser construída aquando da morte da Infanta (1577) teria de aparecer nas vistas panorâmicas de Bráunio, o que não acontece. Quanto ao arquitecto, salienta que Jerónimo de Ruão era na altura o mais requisitado pela corte portuguesa, e uma vez que a Infanta o contrata para Nossa Senhora da Luz, considera ser esta a hipótese mais provável. Carvalho, 1971, p. 13.

<sup>322</sup> Portugal e Matos, 1974, p. 100.

<sup>323</sup> Nomeadamente nos círculos mais eruditos, que os breviários — eborense e bracarense — de André de Resende espelham bem.



beatificação do Infante D. Fernando — e que tinha para D. Maria um precedente de extrema importância, isto é, a tentativa da criação de culto a D. Afonso Henriques por seu pai, o rei D. Manuel. A Infanta reedita com S. Engrácia esta inclinação para a santificação da genealogia de Avis, sendo que aqui fá-lo pela apropriação das virtudes da mártir.

Este movimento não é exclusivamente português, insere-se numa corrente mais vasta de ligação de santos excepcionais e/ou nacionais das casas reinantes, e que a dinastia habsburga soube utilizar como poucas. Conhecedora deste facto, a Infanta afirma, simultaneamente, a sua herança materna e imperial, convivendo diariamente com Santa Isabel, São Gonçalo, São Frutuoso, Santa Engrácia “*e outros mais santos portugueses*” um pouco à imagem do que fizera o seu bisavô — e neto do rei D. Duarte — Maximiliano I, que se fez enterrar junto de 24 estátuas representando os santos e santas da casa Habsburgo.

Apesar de reivindicar a herança cultural e política dos Habsburgo, a Infanta não era rainha — pelo que não podia criar outro panteão régio — convindo-lhe por razões de Estado ser sepultada junto de seu pai, fundador de uma novo ramo dinástico e de um templo que servia, agora, a antiga função da Batalha. Assim, providencia o mais magestoso túmulo dos Jerónimos, sendo impedida pelo Cardeal D. Henrique de realizar o seu desejo<sup>324</sup>, por razões que se prendem com o antagonismo político entre ambos e, designadamente, no que dizia respeito à sucessão ao trono. D. Maria, sem outro remédio, vira-se então para um arrabalde da cidade, Carnide, onde desde a morte de D. João III, uma das dependências do convento tomarense se debatia com inúmeros problemas.

A Infanta visitára já a ermida da Luz, conhecendo a lenda da sua fundação milagrosa<sup>325</sup>; a degradação sofrida ao longo dos anos fizera D. João III intervir<sup>326</sup> mandando

---

<sup>324</sup> “*Está maes nesta sancristia outra escada de muitas figuras guarneçada que pode dar passagem a hum grande edeficio que servio de casa do Capitulo [...] A Infanta D. Maria filha delRej D. Manuel e escolheo para sua sepultura. ElRej D. Sebastião lha não concedeo dizendo que para se sepultar a queria.*” Descrição de Frei Diogo de Jesus, 1654-57 cit. in Moreira, 1992, pág. 39, n. 31.

<sup>325</sup> A ermida fôra mandada erguer em 1464 por Pero Martins, morador em Carnide, que havia sido capturado pelos mouros. Estando preso, teve uma visão da santa, prometendo, então, erguer uma pequena igreja se conseguisse fugir. Para cuidar da sua administração, criou-se a confraria de Nossa Senhora da Luz da qual fizeram parte D. Afonso V, o bispo de Lisboa e outros fidalgos.

<sup>326</sup> Em 11 de Abril de 1543 D. João III deu autorização ao ermitão de Nossa Senhora da Luz, Frei Pedro Gonçalves, para utilizar a esmolas da arqueta nas obras da ermida. ANTT — *Chancelaria de D. João III*, Lº 28, fº 24 vº. D. João III acabou por entregar a ermida aos frades de Cristo em 1545.

construir um convento<sup>327</sup>. A escolha da Luz por D. Maria não é inocente. Desde que chegara à regência que o Cardeal tentava reduzir a Ordem de Cristo à inexpressividade, e o desenvolvimento — com a criação do núcleo urbano constituído pelo convento, igreja e hospital — que a vontade e a fortuna da Infanta fomentavam, deu um novo impulso à tão esquecida ordem militar. Ao entregar à Ordem de Cristo toda esta riqueza, D. Maria contrariava a vontade demolidora do Cardeal D. Henrique, proporcionando a fixação de pessoas e reeditando a ideia dos caminhos de peregrinação medievais, agora como romarias ao santuário da Virgem da Luz, salvadora e miraculosa, onde nem sequer faltava um hospital para a assistência aos peregrinos<sup>328</sup>.

Para edificar o seu mausoléu, D. Maria escolheu um arquitecto que já trabalhava há algum tempo no Mosteiro dos Jerónimos e cuja obra já conhecia:

*& assi mandou Ieronimo de Ruam seu architecto que fizesse a traça*<sup>329</sup>.

A opção de D. Maria prova-nos a importância que este tão esquecido arquitecto tinha junto da corte e da encomenda aúlica. Com efeito, é a própria princesa que afirma querer uma das melhores *cousas da Europa* na sua igreja-panteão, que o classicismo individualizado de Ruão personificava. Jerónimo de Ruão (c.1530-1601) era, sem dúvida, um arquitecto muitíssimo erudito, conhecedor dos tratados e dos seus protagonistas — capaz de interpretar na perfeição as formas sóbrias dos capitéis jónicos ou as mais elaboradas dos capitéis coríntios — mas, e por isso, hábil e irónico, a ponto de fazer da sua muito “arquitectónica” igreja uma verdadeira caixa de jóias. Ruão revelara já sensibilidade para traduzir a projecção

---

<sup>327</sup> Que D. João III começa a tratar logo em 1552. Para este assunto ver *Corpo Diplomatico Portuguez (...)*, vol. VII, pp. 141-146. O conhecimento da construção e história deste convento é quase nula. A Infanta não menciona, em testamento, qualquer obra a ser paga pela sua fazenda e a notícia menos próxima que temos é de 1630 descrevendo obras na cozinha, no refeitório e na portaria: ANTT — *Ordem de Cristo*, L<sup>o</sup> 47, f<sup>o</sup> 24v<sup>o</sup>-26. A 6 de Agosto de 1747, D. João V emite um decreto real ordenando obras no convento da Luz. O documento faz descrições exaustivas, fornecendo inúmeros elementos para a análise da estrutura primitiva e as modificações sofridas pela mão de João Pedro Ludovice — filho do arquitecto de Mafra e favorito de D. João V — que ali estava como “*superintendente da obra do Mosteiro de Nossa Senhora da Lus*”: ANTT — *Convento de Nossa Senhora da Luz de Carnide*, maço 2, doc. 2. Contudo, em 1789 o papa Pio VI emite um breve que fecha o convento, e em 1795 (18 de Janeiro) é a vez de D. José I mandar “*logo tomar contas a Fr. Francisco Soares Prior que foi do Extincto Convento de N. Senhora da Lúz*”: ANTT — *Convento de Nossa Senhora da Luz de Carnide*, maço 2, doc. 3.

<sup>328</sup> Confrontar com o art<sup>o</sup> 7 do testamento (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 68). A Infanta já manifestara antes, a importância que dava às peregrinações, nomeadamente aquando de um episódio passado com André de Fezes, frade capuchinho: “*consiguiô el intento, y reconocio el espiritu de aquel Varon, recibio gram consuelo con sus platicas, y despues de venerada su virtud, le pidio instantemente, quizesse ir a Compostela a visitar al Apostol Santiago por su alma, alcanço lo, y el partio a su comision descalço, y pobre, mas no del espirito, y satisfizo a la piedad desta Princesa.*” Pacheco, 1675, p. 111 e Baião, 1737, p. 475.

<sup>329</sup> Soveral, 1610, f<sup>o</sup> 40. (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 4).

de uma certa elegância feminina na arquitectura; fizera-o nos Jerónimos mas leva-o mais longe na Luz, certamente por influência da Infanta D. Maria<sup>330</sup>.

A descrição mais antiga da igreja de que dispomos data de 1610 — 35 anos depois de lançada a primeira pedra — feita pelo então prior do convento de Tomar<sup>331</sup>, Frei Roque do Soveral<sup>332</sup>, que nos testemunha o empenho pessoal da Infanta na edificação da capela<sup>333</sup>:

*& quando a obra hia ja fora dos alicerces duas varas d' altura, com seu proprio lenço andaua a Princesa alimpando os jaspes lustrados (dizia ella, que aquelles erão seus espelhos em que se reunia) com tanta curiosidade quanto era a vontade com que queria que a obra sse proseguisse.*<sup>334</sup>

Acostumado às formas mais severas do convento tomarense, o frade de Cristo deixa-se seduzir pela decoração em pedraria da capela, descrevendo-a com pormenor:

---

<sup>330</sup> Esta “especialização” na interpretação de formas caras ao sexo feminino, teve continuidade na sua obra, nomeadamente na encomenda de D. Simoa Godinho (1590) para a capela do Espírito Santo na igreja da Misericórdia (actual Conceição Velha) e na decoração dos braços do transepto da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém, também desta década. Com efeito, comparando a capela-mór e os braços do transepto dos Jerónimos é notório uma evolução de gosto para um pendor fortemente marcado pelo cromatismo e pelo ornamento flamengo que Jerónimo de Ruão captou na Luz. Para a encomenda de D. Simoa Godinho ver Silva, Felipe Nery Faria e, 1900 — *A igreja da Conceição Velha (1900) e varias noticias de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva; Segurado, Jorge, 1977 — *Da igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Editorial Império; Ambrósio, P. António, 1987 — *Dona Simoa de São Tomé: o seu testamento e a sua capela*. “Lisboa: revista municipal”. Lisboa, nº 21, pp. 3-22 e Ambrósio, P. António, 1987 — *Dona Simoa de São Tomé: o seu testamento e a sua capela*. “Lisboa: revista municipal”. Lisboa, nº 22, pp.25-40.

<sup>331</sup> Cardoso, 1652-1744, vol 1. p. 175.

<sup>332</sup> Ver Anexo Documental nº 4.

<sup>333</sup> A igreja mede cerca de 18 m. de altura e 13,20 m. de comprimento entre os dois arcos do triunfo — cada um com 6 nichos que abrigam esculturas de 12 santos em mármore de Estremoz —que definem a parede do altar-mór e o arco do cruzeiro. A abóbada de berço está dividida em 21 caixotões decorados pelas diferentes cores do mármore e pelo jogo de formas rectangulares, quadradas e circulares. As paredes são bem marcadas por platibandas e pelas ordens arquitectónicas, inteligente e desafiadoramente, diversas da pureza canónica, já que a ordem superior — a coríntia — é anã em relação à inferior — a jónica — mas que é, simultaneamente, e de acordo com a tratadística, a ordem feminina. O cruzeiro é abobadado com nervuras, enquanto que os pouco salientes braços do transepto recebem duas “miniaturas” da abóbada maior. Foi George Kubler quem primeiro chamou a atenção para esta igreja e para a importância da influência flamenga na sua decoração, ainda que a atribua a Ruão e não à Infanta. Kubler, 1988, pp. 66-67. Já na década de 90 foi publicado um livro sobre a arquitectura em Carnide que desconhece a noção de mecenato e não foca, objectivamente, o hospital e/ou a igreja da Luz. O seu maior mérito — que é afinal o de publicar alguns documentos essenciais para o estudo do Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres — perde-se por se não assumir como catálogo de fontes, uma vez que não faz análise dos documentos lidos. Frias, 1994. Para o estudo do retábulo ver Smith, Robert S., 1962 — *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte; Serrão, Vítor, 1983 — *O maneirismo e o estatuto social dos pintores*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Serrão, Vítor, 1986 — *A pintura maneirista e o desenho*. “História da Arte em Portugal”. Lisboa: Alfa, vol. VII, pp. 30-91; Serrão, Vítor, 1991 — *A pintura maneirista em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa e Serrão, Vítor, 1995 — *A pintura maneirista em Portugal: das brandas «maneiras» ao reforço da propaganda*. “História da Arte Portuguesa”. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, pp. 426-509.

<sup>334</sup> Soveral, 1610, fº 41. Esta atitude era, aliás, comum nos príncipes da sua geração, “for the royal patrons of the sixteenth century involved themselves in the work of their artists” Trevor-Roper, 1976, p. 94.

*cuja fabrica he composta, como ja dissemos de muita variedade de pedras excelentes, todas em cores diferentes, que dão materia a os olhos de aprasiuel vista, tem por fundamento principal a fermosura de pedraria branca, ornada de embasamentos bellissimos, com engastes de jaspes em parecer varios, [...] [nas ordens] ferosa & vermelha pedra, & estriados acompanhados do aluo, & bem entretalhado marmore; (...) os quaes [caixotões da abóbada] vão huns compartimentos do fino marmore vermelho & branco, com engastes de jaspe lustrosissimo: sendo o numero dos ditos compartimentos vinte & hum. Tendo o pauimento até a vltima cimalha, donde se começa a formar a abobada sesenta palmos, & he tanta a variedade, & riqueza desta obra, que verdadeiramente sobrepoja a toda a informação que della se possa dar,[...] O pauimento da capella não he menos rico, & ornado, que tudo o mais della, & parece que os olhos se estão como pejando de o olharem, & muito mais os pês de o pisarem. [...] & encima dos degraos dos presbiteros està o ornadissimo Altar mòr feito de finissimos jaspes, & de sculptura laurada ao possiuel: de huma & outra parte portas de pao santo, com imbutimentos de outro amarello, [...] sendo os arcos [dos altares] variados de artezões com seus engastes de fino jaspe, pretos huns, vermelhos outros<sup>335</sup>.*

As palavras que Frei Soveral usa poderiam descrever também um mostruário de jóias, tal a riqueza e variedade de cores<sup>336</sup>, materiais e formas. Parece-nos ver aqui a personalidade e gosto pessoal da Infanta, seja por esta particular aptidão para as múltiplas placas polícromas — como se fossem embutidos de pulseiras e colares —, seja na assumida decoração de cariz flamengo. Com efeito, é toda uma gramática ornamental vinda nos volumes da Flandres que inspira a decoração em cartelas, *roll-werke* ou a quadripartição dos quadrados com cabochões que se espalham pelas janelas, arcos, entablamentos e abóbada. É também o gosto pelo fantástico, típico da Europa do Norte, que alimenta a decoração vermiforme da parede da Fonte da Machada, as tochas funerárias e os rostos caprichosos. O “escrínio” fúnebre traduz assim um luxo nas formas e materiais, típicos da personalidade de D. Maria, afastando as alusões funerárias<sup>337</sup> para viver a morte como se de uma festa se tratasse, plena de significado e memórias vividas.

---

<sup>335</sup> Soveral, 1610, fº 41vº-43.

<sup>336</sup> Lembramos a este propósito, a execução na década de 20 do relicário da rainha D. Leonor por mestre João. Esta obra de ourivesaria apresenta um complexo programa de alcance simbólico baseado nas cores das pedras preciosas, que identificam as quatro virtudes cardeais e as três virtudes teologais, com base no texto do *Boosco Deleitoso*, cuja impressão foi paga pela mesma rainha. Cremos que a Infanta possuía na sua biblioteca uma cópia deste livro e que conhecia o relicário, entendendo bem o seu significado e utilizando as cores — preto, branco e vermelho (a excepção é a cor verde que não encontramos nos mármore da Luz) — como uma memória da tia plena de simbolismo. Para mais informações sobre o relicário de D. Leonor ver Silva, Nuno Vassallo e, 1989 — *Notas sobre o simbolismo do relicário da rainha D. Leonor*. "Póvoa do Varzim: boletim cultural". Póvoa do Varzim, vol XXVI, nº 2, pp. 563-571.

<sup>337</sup> “deve notar-se a ausência de toda esta série tumular de qualquer alusão fúnebre (a que, aliás, a arte portuguesa sempre foi avessa). É que é o próprio mosteiro em si que constitui o mausoléu: todo o edifício foi concebido para simbolizar a superação e anulação da morte diante dos valores perenes da vida.” Moreira, 1987, p. 14. Palavras que se referem ao mosteiro dos Jerónimos, mas que podem bem aplicar-se aqui.

A morte da Infanta em 1577 impede-a de ver o edifício concluído. Em 1610 ia a meio:

*o corpo da Igreja fica ordenado pera ter cinco capellas, estando já as duas primeiras ricamente feitas & ordenadas, haõ todas de leuar ordem dorica com tribunas de huma & outra parte.*<sup>338</sup>

O texto seiscentista não refere uma das inovações mais importantes que a Luz revela a nível formal, isto é, o retro-coro, que demonstra a já inelutável preocupação contra-reformista de uma maior comunhão da assembleia na comemoração religiosa. O coro que parece — pelas portas que ladeiam o retábulo e pela espessura morfológica das paredes que continuam a das capelas — ser coevo da planta da capela-mór (1575) terá sido, portanto, o primeiro retro-coro da arquitectura portuguesa. Não por acaso, parece-nos, uma vez que revela preocupações já expressas antes e uma ideia constante de inovação, sempre presente no espírito de D. Maria.

A igreja de Nossa Senhora da Luz foi a derradeira obra da Infanta, que faleceu apenas dois anos após iniciada a construção. Contudo, o seu desejo de fazer de Carnide um pólo de expansão urbana — um pouco à maneira medieval, uma vez que utiliza uma fonte santa como motivo de romagens<sup>339</sup> — repete-se no seu testamento, nomeadamente nas

---

Lembramos, ainda, que D. Maria se faz sepultar como o pai, numa igreja sob a invocação de Nossa Senhora, em campa rasa — remetendo para o seu corpo a humildade possível em tão luxuoso cofre — e segundo as normas obituárias da secular ordem que patrocina: "*Capítulo 10º: De outros sufrágios e obrigações de defuntos que pelo tempo sucedem: — Por Infante fará o officio o Padre Superior com essa mais baixa e dossel sem estandarte e com as mesmas absolvições, se parecer ao prelado e deputados; e com eles se tratará o quando e a qualidade do officio que se lhe deve fazer. E se for com túmulo será razo, conforme a qualidade da pessoa; e o mesmo se há-de advertir a descer o convento a ele e fazer a Absolvição.*" *Obituário do Convento de Cristo* cit. in Branco, 1981, pp. 141-142.

<sup>338</sup> Soveral, 1610, fº 43. O padre Carvalho da Costa, já no século XVIII, diz de Nossa Senhora da Luz, que: "*he de huma só nave, com a porta para a parte do Sul, & tem excellentes Capellas bem ornadas*" Costa, 1868-1869, vol. II, p. 446. Só voltamos a ter notícia da igreja depois de 1755: "*templo que dava a este citio tanto lustre, como hoje lhe cauza magoa a sua ruina, permanecendo só como dantes a capella mor onde ficou illeza a milagrosissima imagem da Senhora, que pouco dias depois do terremoto foy levada em devota procissão para a barraca de madeyra que se lhes fes na lameda da Luz para depozito de poucos dias; esperando os rellegiosos se acabasse com pressa mais decente caza, que depois se não concluiu, por se ordenar que se faça obra mayor no cruzeyro da Igreja arruinada*" Portugal e Matos, 1974, p. 50. Ver também Sousa, 1919-1932, vol. III, pág. 788. O estado de ruína mantinha-se no século XIX: "*O corpo da egreja, que ainda conhecemos vestido de bellos marmores, primorosamente esculpidos nas paredes que o terremoto lhe deixou de pé, está hoje inteiramente nú. Ha pouco mais de 20 annos foi despojado das suas columnas e dos seus marmores, que vieram para a repartição das obras publicas, d'onde saíram depois, pela maior parte, para serem empregados, mutilados e desordenados de seus labores, em outras obras da cidade.*" Barbosa, 1863, vol. VI, pág. 300. Em 1833 D. Pedro manda apear as ruínas até ao cruzeiro, e só em 1870 foi construída a actual fachada, sob as instruções do architecto Valentim José Correia. Após a Restauração, a administração da capela passou para a Mesa da Consciencia e Ordens.

<sup>339</sup> *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. VII, p. 142. Esta noção de peregrinação à Luz estava de tal forma enraizada entre as gentes da cidade que anos mais tarde servirá para fundamentar um protesto da irmandade

cláusulas que referem a fundação de um hospital. Apesar de entregue aos frades de Cristo<sup>340</sup>, o hospital era uma fundação social que por estatuto pretendia servir os mais pobres e que tinha uma recomendação expressa da Infanta para que o Regimento<sup>341</sup> e traça<sup>342</sup> se fizessem seguindo o modelo das Caldas, lembrando mais uma vez a admiração que a Infanta sentia pela tia e até que ponto esta foi um modelo nas acções de D. Maria.

O hospital foi começado muito depois da morte da Infanta e concluído em 1618<sup>343</sup>, segundo desenho de Baltasar Álvares<sup>344</sup>, arquitecto de Filipe I, que terá ensaiado em Nossa

---

da Misericórdia de Lisboa, que achava aquele hospital inútil, e queria usar as rendas deixadas por D. Maria para construir outro hospital na cidade: *"a dita casa de nossa senhora da luz mais gente que a que reside na cidade que não en romaria e tornão a dormir a suas cassas nem ha taes pouoasões ao redor dos quaes se ayão de uir curar os doemtes o dito espital por que não ha mais que quintas de gente que tem demilicio nesta cidade e sam tam pequenas as peuoasões que em nenhum tempo pode auer doemtes en tal numero que lhe seya nesesario o dito espital ao menos na forma que se manda fazer e com tanto guasto e dote e pois da dita obra senão pode reseber nenhum fruto nem os pobres remedio nen he ben"* ANTT — *Cartas missivas*, maço 2, doc. 280 (ver Anexo Documental nº 10).

<sup>340</sup> Em 1684 quando o capítulo geral do convento de Tomar se reúne para a aprovar a nova constituição, as determinações de D. Maria quanto à gestão do Hospital ainda são contempladas. *Constituições dos Religiozos da ordem de Nosso Sr. Jesu Christo* (...), fº 129.

<sup>341</sup> *Regimento do Hospital que a serenissima Iffante dona Maria filha Del Rei dom Manoel d' gloriosa memoria fundou junto Ao mostrº de nossa Sñora Da Luz em Carnide*. Constituído por 14 capítulos cada um separado por temas, onde todas as questões são tratadas, desde o provimento dos utensílios até à sua manutenção e higiene. BNL — *Pombalina*, nº 741, ff 211-232vº. Publicado in Ribeiro, 1904-1907, tomo X, pp. 553-555. O Regimento do Hospital das Caldas da Rainha antecede o da Luz na colecção pombalina.

<sup>342</sup> *"no cabo da enfermaria, ou enfermarias, aja huma capella fechada com suas portas, as quaes abertas, possão os doentes de seus leitos em que jouuerem ver a Deos"* parágrafo 37 do testamento (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>343</sup> *"A Iffante Dona Maria Filha Delrei Dom Manoel E Da Rainha Dona Lianor Institvho Este Hospital E O Dotov Com Sinco Mil Crvzados De Renda Em Cada Hvm Anno Pª Nelle Se Cvrarem Perpytuamente Sessenta E Tres Pobres Enfermos. Abrio-se Em 23 Dias De Abril De 1618 Annos"*, diz uma lápide comemorativa na fachada do hospital. Segundo Eduardo Freire de Oliveira, os testamenteiros da Infanta, sem que se saiba porquê, mandaram fechar o hospital. Na sequência desta petição, Filipe III — em carta de 30 de Novembro de 1628 — encarrega a Mesa da Consciência e Ordens de *"com toda a brevidade, fazer cumprir o legado"* Oliveira, 1885-1911, tomo III, p. 283, n. 2. No século XVIII era descrito como: *"hum Hospital tam magnifico, que se tem por huma das mais excellentes fabricas de Portugal, o qual ainda que foy dotado com grande liberalidade: porque tinha seis mil cruzados de renda"* Maria, 1708-1723, vol. I, p. 103. O terramoto provocou alguma ruína que foi descrita nas *Memórias Paroquiais*: *"..., obra das mais regulares que havia neste Reyno com hua singular capella com magestoso zimbório, e de tal sorte útil tambem para o bem esperitual dos pobres enfermos, que dos mesmos leytos das suas enfermarias que havia ouviam Missa. Deyxou esta Senhora no seu real, grandiozo, e pio testamento rendas estabelecidas para se curarem secenta e tres pobres doentes conforme [...] Mas como o mayor rendimento deyxava certo nos almoxarifados de Castella, e com as guerras que ouve entre estas coroas se deyxou de arecadar muytos annos a mayor parte, se acha hoje o Hospital sem o embolso de setenta e sete contos de reis, que se lhe devem em Hespanha com tudo melhor consta no Tribunal da Meza da Consciencia a quem no fim de tres annos dá contas o Provedor do Hospital, que com o seu Almoxarife ambos Rellegiozos de Christo, o ademenistram subordinados ao dito Tribunal. [...] A mayor ruina que aqui houve foy na capella, e torre ja concertada, e restetuida ao estado antecedente: nas enfermarias das quaes huma tãobem se acha ja como dantes renovada, e boa: nas cazas onde asestiam os Reverendos Provedor, e Almoxarife, os Medico, Cirurgiam, Boticario, e mais domesticos do Hospital; e nas varandas, claustro, e tilhados houve tambem muita perda: o mais, que he a mayor parte*

Senhora dos Prazeres <sup>345</sup> algumas das soluções que aplicou na fachada e cúpula de São Vicente de Fora.

A última obra arquitectónica patrocinada por D. Maria de que trataremos fez, também, parte das suas vontades testadas. No parágrafo 15 do testamento, a Infanta mandava que se fizesse um convento de freiras — com a invocação de Nossa Senhora da Encarnação — que observassem a mais estreita regra beneditina. Contudo, por determinação de Filipe II a casa é entregue às Comendadeiras da Ordem Militar de São Bento de Avis<sup>346</sup>.

---

*da banda do Sul não teve tanto dano, e facilmente se tem remediado: e assim me parece que com o dinheyro que se deve em Castella sobijaria, feyta toda a reedificacam, para os enfermos avultada quantia.*" Portugal e Matos, 1974, pp. 51-52. Os rendimentos do Hospital — três mil cruzados anuais — eram, nesta altura, proporcionados pelo legado pio de um francês, Lourenço Beaumont, feito em troca de sepultura no cemitério do hospital. Já no século XIX foi reservado para as instalações da Escola de Veterinária e depois para o Colégio Militar, que ainda hoje alberga.

<sup>344</sup> "cinquenta reis se lhe leuão mais/ em despeza por/ outras tantas que/ pagou a baltasar alvarez arquiteto de/ S. magestade mestre das obras do ospi/tal de nossa senhora da luz de seu/ ordenado que tem como officio/ que lhe herão devidos do ano de/ 610 como se uio do mandado dos/ seus testamenteios" ANTT — Arquivo dos Feitos Findos - Administração de casas, L<sup>o</sup> 48, f<sup>o</sup> 20v<sup>o</sup> (a cota deste documento foi-nos fornecida pelo Prof. Doutor Vítor Serrão e foi publicado in Frias, 1994, p. 102. Ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 66).

<sup>345</sup> A planta do hospital da Luz nada tem a ver com a tipologia de plantas destas instituições. O modelo radica nas teorias albertianas e no Ospedale Maggiore de Milão (1456) que fixa o tipo de estrutura cruciforme com longos corredores que unem as enfermarias e várias dependências hospitalares, cruzando-se em ângulo recto com a capela. A planta de Álvares não segue o modelo cruciforme, apesar de dois longos braços laterais manterem a abertura directa para a capela, como a Infanta desejara. A este corpo rectangular, Baltasar Álvares junta um magestoso claustro com dois andares. A fachada original era composta pelo corpo central, com frontão, e pelos dois corpos que o ladeiam — as duas pseudo-torres são acrescento do século XIX, provavelmente depois do hospital ter tornado no Colégio Militar — como o vemos na tábuia votiva da capela. Uma última menção à fachada de tardo do hospital — virada a Sul — que apresentaria duas arcadas de cinco arcos vasados cada, provavelmente filiado na Galeria dos Convalescentes do Escorial. Para uma análise mais aprofundada ver a interpretação desta obra in Soromenho, 1995, p. 388. Na testamentaria da Infanta D. Maria encontramos outros nomes relacionados com a obra do hospital (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 66 e 67).

<sup>346</sup> "Em seu testamento deyxou ordenado que se fizesse em Lisboa hum Mosteyro de Religiosas de São Bento mandando a seus testamenteyros, que comprassem sinco mil cruzados de juro pera sempre de sua fazenda, & depois de buscarem, & comprarem um sitio conueniente, que não estiuessse longe do Conuento dos Monges, fizesse hum Mosteyro pera sesenta & tres Religiosas, que guardassem a Regra de S. Bento, & estiuesssem a obediencia do Geral de sua Ordem. E que trinta dellas entrarião no dito Mosteyro por ordem do Rey de Portugal sem pagar dote algum. E que as trinta & tres fossem recebidas, entrando cada hum com vinte mil reis de juro, que o Mosteyro lograria em quanto a religiosa fosse viua: & morrendo, que tornassem dez mil reis de juro, daquelles vinte com que entrou ao parente mais chegado da Religiosa defunta, & que os outros dez mil reis de juro ficassem ao Mosteyro pera sempre, como tambem os cinco mil cruzados sobreditos. [...] que se deu occasião pera se procurar [pelo tardar do cumprimento da regra e rigor que a Infanta tinha imposto para o seu convento no testamento] do Papa Paulo V., commutação daquela vltima vontade da Infanta, pedindosse a instancia del Rey Phelippe II. que em lugar do Mosteyro das Monjas de S. Bento, se fizesse hum de Commendadeyras de Auis, que estiuessse sojeyto à mesa da consciencia, no qual entrassem filhas dos nobres, & fidalgos de Portugal atè casarem , ou professarem, querendo ser Religiosas [...] A sobredita commutação, & dispensação se fez sendo grande priuado do rey D. Francisco de Sandoual Duque de Lerma, & Presidente do Conselho de Portugal em Madrid o Arcebispo de Braga Dom

Por razões que se prendem com a difícil gestão da fortuna da Infanta, este mosteiro começou a ser edificado muito tarde (1614)<sup>347</sup>, e só em 1630 (a 15 de Setembro) entram as primeiras religiosas: D. Luísa de Noronha e Maria da Purificação, do Mosteiro da Esperança, e D. Antónia da Silva, do de Odivelas<sup>348</sup>. É, pois, uma obra já póstuma, e cuja autoria se desconhece.

---

*Frey Aleyxo de Menezes. O Mosteyro das Commendadeyras se principiou em Lisboa junto a S. Matheus, & aprimeyra Commendadeyra mór, que nelle entrou, pera o gouernar foy huma Religiosa professa da Ordem do Seraphico P. S. Francisco, & por ventura que tão bem lhe paresesse a nossa Cruz verde de Auis, como lhe parecia o cordão do P. Seraphico, no Mosteyro da Esperança donde sahio pera o cargo.*" Thomas, 1651, tomo II, pp. 425-426. A este propósito vejam-se também as considerações produzidas por um legado da ordem beneditina em Portugal: "*le Donne nobili entrano di giorno in giorno in diversi Monasterij in tanta quantità, che si imisce assai della nobiltà, massime per l'eccesso della Dote nel maritarsi, ch'è tanto grande, che nessun nobile, per ricco che sia, può maritare più de una Figlia, per il che fanno entrare anco violentemente nelli monasterij altre in età, che non sanno, nè possono discernere quello, che fanno; e quelle, che hanno età, vi entrano più per il remedio della vita, e povertà, che per spirito di miglior vita.*" BA — 47-VIII-15, fº 501 (ver Anexo Documental nº 12).

<sup>347</sup> Provavelmente adoptando algumas das directrizes que D. Maria instituíra em testamento: "*O Mosteiro de Freiras de que falo acima no numero 15. declaro, se ha de fazer (à custa de minha fazenda) a obra forte e de dura, mais que rica, crastas daboboda daluenaria, porraes de pedraria, dormitorios desafogados e bem assombrados, officinas desmalenconizadas, cerca de pedra e cal, e tudo o mais desta maneira: meus testamenteiros daram ordem como se faça esta obra per meo dos Padres de Sam Bento.*" parágrafo 34 (ver Anexo Documental nº 68 - negrito nosso ). A porta lateral ostenta, ainda hoje, as armas da fundadora e existem registos de "*paramentos feitos de um vestido que terá servido à Infanta Dona Maria.*" Cortez, 1994, p. 338.

<sup>348</sup> A verba criada no testamento da Infanta para a construção do convento foi cumprida em 1614 "*sendo que ja o Papa Paulo V, por breue seu, dado em Roma, a 17 de Junho de 1605, tinha concedido faculdade a D. Luisa das Chagas, ou de Noronha, freira da Sperança, para passar deste conuento ao que de nouo se edificasse, leuando duas religiosas (a sue arbitrio) para instruirem as nouas plantas nos ritus cerimoniaes, & obseruancias regulares, a qual (como irmãa que era da Condessa de Cascaes) se recolheo de emprestimo em Agost. de 1614. nos seus paços do Poço do Borratem, seruindose da Igreja de S. Matheus [...] Viuerão aqui 16. annos em quanto se obrou na barroca de S. Anna, em sitio eminente, com famosa vista assi das amenissimas hortas, que lhe ficão no valle d'Annunciada, como do melhor da cidade, dominando a maior parte d'ella; para onde se mudarão a 15. de Settembro de 1630. [...] Vestem negro ao graue, & manto branco, com a floreteada Cruz verde da Ordem, assi nelle, como nos peitos, de que vsão no choro, & actos conuenientes.*" Cardoso, 1652-1744, vol II, p. 238. A, mais uma vez, acidentada história deste mosteiro não ficou por aqui: em 10 de Agosto de 1734 um violento incêndio levou as religiosas a abandonarem Sant'Ana para viverem em Santos-o-Novo enquanto a sua casa era reedificada por ordem de D. João V. Depois, foi a vez do terramoto de 1755, que "*fes abalar todo o Convento de sorte que supposto o não percipitasse lhe cauzou bastantes ruinas deixando-o incapas de se habitar. El Rey lhe mandou concertar o Convento e se recolherão em 13 de Março de 1758.*" Portugal e Matos, 1974, p. 321. Para o desenvolvimento deste assunto ver BNL — Cód. 145 manuscrito com índice e introdução de Gabriel Pereira publicado in *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* (...), 1950, cap. XIII.



***Capítulo 6 — «Principis museolo»: a Escultura e a reinvenção das relíquias***

Sabemos muito pouco sobre o patrocínio escultórico de D. Maria. Primeiro, porque existe pouca documentação a referir a compra ou a encomenda de escultura, depois porque aquela cuja existência conhecemos desapareceu ou foi dispersa por colecções várias, provavelmente estrangeiras. Por fim, os estudos desenvolvidos nos últimos anos em torno dos programas mecenáticos senhoriais e reais não têm revelado uma particular aptidão para a escultura, referindo antes o "contágio" pelas formas e materiais exóticos que o vasto reportório oriental estimulava. Todavia, a Infanta parece ser um caso excepcional: excepcional por não revelar interesse pela arte oriental (ainda que o mesmo não se verifique no caso da sua simbólica); mas, sobretudo, excepcional pela originalidade de contar entre os seus objectos artísticos um *museolo* com estátuas e medalhas romanas.

Luísa Sigeia, numa carta para o embaixador do rei da Hungria datada de 1553, afirmava que:

*dans le musée de ma Sérénissime Princesse, il y avait des portraits d'hommes illustres [...] nous envoyant des médailles ou des portraits d'hommes tels que, grâce à l'eclat de leurs vertus et à leur connaissance des arts libéraux, ils ramènent votre présence parmi nous*<sup>349</sup>.

É provável que na génese deste "museu" se encontre a figura tutelar de André de Resende — cuja relação mais próxima com a Infanta vinha já de 1545, data da *Epistola* que lhe é oferecida — há muito dedicado à recolha e estudo de objectos arqueológicos, bem no espírito primacial do Renascimento italiano. Contudo, a designação de uma realidade tão específica, através da expressão *museolo*, indica o conhecimento da obra de Paolo Giovio publicada em 1540 e de que a Infanta disporia, possivelmente, um exemplar na sua afamada biblioteca.

Deste *museolo* apenas sabemos que seria fundamentalmente importado e, talvez, acrescentado ao sabor das descobertas resendinas em Évora ou noutras paragens. Quais os rostos que as esculturas e/ou medalhas (ou moedas romanas) retratavam, qual a quantidade, como se dispunham os objectos, quem lhes tinha acesso e porquê, são para nós perguntas sem resposta no momento e que, esperamos, estudos futuros venham a resolver.

Já sobre a encomenda de escultura feita pela Infanta D. Maria, sabemos que se encontra intimamente ligada à fundação de obras arquitectónicas. A única excepção é uma

---

<sup>349</sup> Publicada in Bourdon e Sauvage, 1970, p. 95, em latim, e p. 96 na tradução francesa.

imagem da Virgem da Graça que estava desde o século XIV no convento desse nome em Lisboa e que a Infanta nobilitou, mandando:

*venir los mejores artifices, y despues de conferencia con ellos, hizo que se perficionasse, y luego, que se cubriesse toda de plata, con tal arte, y primor que oy se juzga por la mas insigne echura, que ay en el Reino*<sup>350</sup>.

É à luz da influência do seu professor de religião — frei João Soares da ordem de Santo Agostinho — que se deve entender este procedimento de D. Maria. O convívio diário com o agostinho levou-a ao conhecimento dos objectos e preciosidades do convento da Graça e o facto de assistir à missa na igreja dos alumbrados, quando vivia no paço da Alcáçova dentro do Castelo, acentuou esse afecto. Ao longo da vida de D. Maria vários são os exemplos da sua devoção a Nossa Senhora, nomeadamente os acontecimentos ligados à Luz, como quando manda comprar uma série de casas junto ao santuário para as doar a quem se compromettesse a fazer novenas contínuas, ou quando patrocina o casamento de nove orfãs por ano desde que agradecessem a benesse à Virgem. Numa altura em que se encontrava doente, recusa os cuidados médicos ordenando ao:

*seu Confessor o douto Mestre Frey Francisco Foreiro da Ordem de São Domingos, foy dizer Missa por ella no altar de nossa Senhora da Luz, que está no termo de Lisboa, & trouxelhe hum vaso de agoa da milagrosa fonte que alli está, da qual sabendo, he certo que em aquelle ponto se lhe despedio toda a febre terçã, & entrou em suaue conualescencia*<sup>351</sup>.

Assim, nada mais natural do que ver uma casa e imagens pias de sua estimação — opção certamente reflectida, uma vez que a Infanta tinha meios para encomendar uma nova escultura votiva — a serem favorecidas por D. Maria. O *Santuário Mariano* dá-nos a descrição da peça em inícios do século XVIII:

*He esta Santa Imagem, [...], de madeira de cipreste, mas está toda cuberta de prata, excepto o rosto e mãos da Senhora, & o rosto, & mãos, & pés do Menino, que está em pe sobre o braço esquerdo da Mãe; tem a Senhora de alto pouco mais de tres palmos. Nos seus principios se colocou no Altar mayor da igreja velha, aonde perseverou até o anno de 1564. em que foy tresladada pelo veneravel P.M. Fr. Luis de Montoya, à instancia dos Irmãos da sua Confraria, em a reedificação do novo, & sumptuoso Templo, ~q hoje existe, para a Capella do cruzeiro que fica à parte do Euangelho*<sup>352</sup>.

Este caso não foi exemplo único. D. Maria beneficiou outras casas, e em particular, as que estavam ainda em construção. A década de 70 viu em Lisboa grandes estaleiros,

---

<sup>350</sup> Pacheco, 1675, p. 101 vº.

<sup>351</sup> Anjos, 1626, p. 403.

<sup>352</sup> Maria, 1707-1723, vol. I, p. 97.

designadamente o que se ergueu em torno da construção da nova casa beneditina patrocinada pelo Cardeal Infante. A primeira missa realizada no convento de São Bento da Saúde foi celebrada na noite de Natal de 1573 e as crónicas que relatam os feitos e história da ordem referem que a Infanta:

*sempre fauoreceo a este Mosteyro de Lisboa em suas necessidades, mandando lhe muytas vezes dinheyro pera seu gasto, & mimos pera os Religiosos aos quaes não chamaua se não os meus Padres, & todos os annos mandaua cera pera os sepulchro, com muytas pastilhas, & pinales, & outros cheyros, deu cortinas vermelhas pera os Altares que a Igreja tinha.*

Mas os presentes que mais agradaram aos frades foram a relíquia do santo que a Infanta conseguira trazer de Roma e a escultura do patrono que mandara fazer:

*a imagem de vulto do nosso Patriarcha São Bento que esta no Altar mayor, & a mandou dourar, e rajar*<sup>353</sup>.

A intervenção de D. Maria, não obstante os problemas de relacionamento que tinha com o irmão D. Henrique, não é de estranhar; apenas dois anos antes entregava aos beneditinos um convento fundado de raiz para o qual mandara vir da Flandres valiosos retábulos, ao mesmo tempo que fornecia a casa de alfaias e paramentos litúrgicos. Esta mesma devoção levava-a a encomendar uma imagem de Nossa Senhora para o altar do convento de Nossa Senhora dos Anjos fundado em 1570:

*Mandou a Infante ao mais perito Escultor, que havia na Cidade de Lisboa, que com todo o primor da arte lhe fabricasse huma Imagem de Maria Santissima, a que servindo de Throno huma nuvem de Anjos, e Serafins, se inculcasse nesta disposição por Rainha de todos. Desempenhou o Artifice o gosto da Infante, a qual mandando dar à Imagem a ultima perfeição, a enviou clausurada em huma caixa, com toda a decencia ao Convento, para se collocar na Igreja como sua Titular. [...] e a collocaraõ no Altar môr, e no mesmo em Tribuna levantada se venera hoje.*<sup>354</sup>

Frei Agostinho de Santa Maria dá-nos uma descrição mais completa:

*A Imagem da Senhora he de talha, [de] proporção natural de huma mulher mediana. Està collocada em huma tribuna da Capella mayor; he de madeira, & de excellente escultura, estofada, & está com as mãos levantadas, & acompanhada de dous Anjos, que de huma, & outra parte mostram voarem com ella ao Ceo. Esta Sagrada Imagem não he a antiga, mas outra que se mandou fazer, para se collocar em seu lugar, & ainda me não constou o anno em que se collocou, não serão muytos os que se haverão passado. [...] Em outra Capella collateral se venera a Imagem antiga da Senhora dos Anjos, denominada hoje com o título da Saude; porque como na ocasião da peste referida que molestou não só aquelles contornos, mas a todo este Reyno,*

---

<sup>353</sup> Tomás, 1651, tomo II, p. 423.

<sup>354</sup> Piedade, 1728, p. 483.

*abrangendo mais o lugar do Carvalho, delle todos os que a esta Sagrada Imagem recorrião, os preservava do contagio. [...] He esta Santa Imagem de vestidos, & terá pouco mais de tres palmos de estatura.*<sup>355</sup>

A escultura manteve-se no convento até à extinção das ordens religiosas em 1834, quando foi levada para a igreja de São Pedro em Torres Vedras. Em 1857 o convento do Barro é comprado em hasta pública pelo Marquês de Valada que pretende reabrir o lugar ao culto, pedindo de volta a imagem da santa<sup>356</sup>; aí se manteve até 1910 quando é retirada e levada para o Carvalho por alguma população receosa das exaltações jacobinas. A imagem de Nossa Senhora dos Anjos perdeu a "nuvem" que os dois anjos seguravam, mas a descrição da escultura da Senhora é coincidente: a figura é representada em tamanho natural (c. de 145 cm) e o material é a madeira. Apesar do mais que evidente desgaste e repintura que sofreu ao longo dos anos — principalmente no rosto, que está completamente desfigurado na sua primitiva *encarnação* — ainda são visíveis vestígios do *estofado* em elementos vegetalistas de tinta de ouro sobre fundo azul, nomeadamente na parte de trás, mais protegida e coberta por um manto. As mãos levantadas, ligeiramente inclinadas para a esquerda, acentuam a linha "serpentinata" que o joelho e a perna direita destacada criara. O escultor mostra, assim, conhecer as formas maneiristas praticadas e divulgadas a partir de Roma, contudo não foi tão feliz na modelação dos volumes, mais grosseiros e fortes, apesar de alguma delicadeza nas mãos e no panejamento com as pregas minuciosamente definidas.

A escultura patrocinada por D. Maria constitui um reportório de significados múltiplos cuja linguagem artística se deve exclusivamente à vontade da Infanta, relatando adequadamente o que pensava e como agia. Este facto é tanto mais importante quanto sabemos que a Infanta não nos legou tábuas votivas — com excepção das tábuas póstumas

---

<sup>355</sup> Maria, 1707-1723, vol. II, pp. 141-142.

<sup>356</sup> "A peça porem mais notavel e de mór valia, que esta egreja tinha no conceito de todos é a imagem de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> dos Anjos, que quantos d'ella fazem lembrança, qualificam de preciosa e muito linda. E era-o realmente, assim pela obra de esculptura em si, que, era de grande perfeição e acabamento, sobretudo o rosto da Senhora e pelo pannejamento e ondeado dos vestidos, [...] A imagem é de talha, de madeira, e de tamanho natural, em proporções de uma mulher de estatura regular: e como era titular da egreja, estava collocada na tribuna ou camarim do altar mór. É, como fica dicto, de excellente esculptura, estofadas as mãos postas e levantadas á altura do pescoço, mas mais para o lado esquerdo, e acompanhada de dois anjos, que de uma e outra parte mostram voarem com ella ao ceu. Infelizmente, porem, houve quem se lembrasse de mandar, seguramente com boa intenção, aguarentar a roupagem da Senhora, tirar-lhe o manto esculpturado, que tinha e era de boa talha assim como a peanha, em que lhe servia de throno uma nuvem de anjos e seraphins, como diz o cronista. De modo que ficou a imagem em corpo, não se podendo já expôr em publico, se não vestida de manto postiço, que se lhe põe, quando se colloca no camarim. [...], mas a imagem não é da Senhora dos Anjos, que aqui conhecemos em 1860 e que a infanta D. Maria mandára com tanto empenho fazer em Lisboa com o possivel primor"; "É esta imagem a unica alfaia, das que pertenceram ao antigo convento do Barro, que ainda se conserva em nosso poder, porque tudo o mais, ou foi roubado, ou vendido ao desbarato em hasta pública." Codeiro, 1910, pp. 25-26.

da igreja da Luz e da capela do hospital de Nossa Senhora dos Prazeres — e que imprimiu na mesa-de-altar de Nossa Senhora da Luz um libelo da sua profunda devoção, menos piedosa e mais *moderna* que aquilo que as crónicas relatam.

A igreja-panteão da Luz foi a derradeira obra de D. Maria, na qual se empenhou até à morte, dois anos depois de lançada a primeira pedra (1575). A opção de ser enterrada em campa rasa impossibilitou todo tipo de programa iconográfico na sepultura, mas fez-se sepultar aos pés da Virgem e próxima da mesa-de-altar com um ambicioso programa iconográfico, que conjuga um dos temas recorrentes da arte italiana — *as Virtudes* — com a herança flamenga da *devotio moderna*. O corpo cabia, modestamente, numa campa rasa que serviria de chão a plebeus e nobres, mas as acções e a memória benfeitora e política de D. Maria exigia um tratamento mais cuidado, exuberante e dentro do *decorum*, a exemplo do pai, aliás.

Tal como a igreja, o altar foi decerto desenhado e executado por Jerónimo de Ruão<sup>357</sup>. O arquitecto limita-se a definir os delicados planos figurativos, manifestando a falha no domínio da linguagem escultórica. Ruão trabalhou para a rainha D. Catarina na capela-mór dos Jerónimos onde viu o novíssimo cadeiral e conviveu com o seu autor, Diogo de Çarça. Este convívio ter-lhe-á fornecido alguns paralelos estilísticos: no enquadramento dos nichos que levam as figuras, nos elementos decorativos dos pendentives e dos lintéis sobre os arcos e, designadamente, nas figuras de Urânia e de Santa Catarina ou no movimento dos corpos de São João Evangelista e da Fortaleza.

As tabelas laterais reproduzem o tipo de pendente característico do Renascimento lombardo e florentino. A primeira peça de jaspe (à direita) apresenta um "pendurado" com um cinzelado finíssimo, extremamente gracioso nas fitas que se enrolam e caem em desalinho. Um cupido cego alado é o primeiro elemento. O cupido na arte antiga não era cego, e os autores renascentistas sabiam-no. São as versões medievais, reconstruídas livremente a partir de fontes literárias, que introduzem a venda nos olhos de Cupido, associando a cegueira ao pecado e ao mal. A arte renascentista e os seus teóricos suscitam a discussão em torno do significado do *Cupido que vê* e do *Cupido cego*, sendo este último a representação do *amor profano*, sensual e ignorante, muitas vezes acompanhado de defeitos morais e intelectuais<sup>358</sup>.

---

<sup>357</sup> Tendo sido concluída antes de 1596, data da trasladação dos ossos de D. Maria para a Luz.

<sup>358</sup> Panofsky, 1982, pp. 92-105. Os primeiros humanistas, reinventores do platonismo, voltaram a conceder a visão ao cupido. Este não poderia ser cego, já que o platonismo considerava que as mais nobres emoções

A aparência infantil do *Amor* é sinónimo do comportamento inocente dos amantes — as asas representam a instabilidade volátil das emoções amorosas — mas qual é, afinal, o significado deste deus colocado no mausóleo de uma princesa humanista, desenhado por um erudito arquitecto? A resposta a este *Cupido* está na associação do *Amor* à *Morte*. Quando o *Cupido* ingressa no *Reino do Pecado*, aparece muitas vezes acompanhado da *Morte*, da *Sinagoga*, da *Noite* ou da *Infidelidade*. Estas estranhas parselhas encontram fundamento na leitura dual da paixão — amargura/doçura — filtrada pela retórica platónica<sup>359</sup>. Nas palavras de Edgar Wind ”to die was to be loved by a god, and partake through him of eternal bliss”<sup>360</sup>.

Uma couraça de soldado surge depois. As formas entumescidas revelam imperfeições anatómicas, propiciadas pela bizzarria da posição. É nítido algum gosto pelo fantástico: dos braços saem cotos em chama; as pernas terminam numa garra. A armadura que cobre o corpo do guerreiro é vulgarmente considerado como atributo de Minerva, deusa da Sabedoria. Por fim, um sarcófago, bastante rude, associado ao repouso eterno dos ossos.

A outra tabela, do lado oposto, apresenta também um pendurado com dois escudos sobrepostos, onde o mais visível representa uma cara masculina simbolizando o triunfo humano; depois, alguns motivos vegetalistas onde sobressaem as pêras, com função meramente decorativa, e duas cabeças de bode, viradas uma contra a outra e penduradas pelos chifres bem torneados. O frade João Pacheco no seu *Divertimento erudito* atribuí à cabra — várias vezes apresentada como criatura infernal — um sangue demasiado quente e uma saliva venenosa<sup>361</sup>, pelo que a leitura do pendente se encontrará na expressão da vitória do génio humano sobre as forças da Natureza — flora e fauna, respectivamente — através do conhecimento científico.

As peças que deparam com a campa da Infanta representam as *Virtudes*. A primeira, a *Temperança* aparece-nos vestida com uma toga à romana, de seio nu, com algum movimento no pregueado das vestes. Os pés são um tanto desarticulados, dificilmente reais,

---

penetravam na alma pelo mais nobre dos sentidos, ou seja, a visão. As únicas excepções seriam a cegueira de Homero — que significava a defesa à tentação sensual — e a cegueira da Justiça — sinónimo de imparcialidade.

<sup>359</sup> É o próprio Platão que fornece o exemplo de Orfeu que buscava o amor de Euridíce, mas invés de aguardar a morte, alcança o Hades pela música, vivo, sendo-lhe dado a contemplar apenas o espectro e não a verdadeira amada. Wind, 1968, p. 158.

<sup>360</sup> Wind, 1968, p. 154.

<sup>361</sup> Pacheco, 1734, pp. 581-582.

um deles colocado com firmeza sobre uma almofada, símbolo da *dolcezza* ou *voluptas*<sup>362</sup>. Segue-se a *Prudência* — a capacidade de agir como convém nas diversas circunstâncias da vida —, e os motivos iconográficos aqui presentes revelam as influências que sofreu: na Antiguidade era figurada com duas caras, uma de mulher jovem — o futuro — e outra de velho — a experiência da vida. Os Egípcios representavam-na por uma serpente com três cabeças: lobo, leão e cão. A *Prudência* da Luz tem apenas uma cara, que o espelho — adquirido na Idade Média — reproduz, simbolizando a capacidade do sábio de se ver como realmente é. No braço esquerdo tem a serpente enrolada, retirada de Mateus (10:16) e que aludia à sensatez<sup>363</sup>. A terceira estela figura *Urânia*, deusa da Ciência. A figura está vestida como a Infanta e as suas damas: corpete subido e mangas tufadas, saia comprida e o cabelo armado escondido sob uma coifa. Na mão direita o livro, símbolo da aprendizagem e sabedoria, na esquerda o globo celeste, atributo do poder da arte liberal sobre os humanos<sup>364</sup>.

Este tema entrava em choque com os propósitos tridentinos em torno do conceito de Fé. Os Doutores da Igreja produziram inúmeras páginas a propósito deste conflito; os artistas usaram-no, alegoricamente, para marcar posições, ora fazendo triunfar um, ora o outro. A *Razão* — atributo fundamental do espírito renascentista — ligava-se ao desenvolvimento da Ciência e à consciência do indivíduo capaz de discernir o seu próprio caminho, que Trento questionara e, agora, condenava. Aqui, a Ciência aparece ao lado da *Fé*, viradas uma para a outra, assegurando a coexistência e até a complementariedade: nenhuma sai vencedora, mas também nenhuma se rende à força da outra.

A *Fé*<sup>365</sup> é personificada por uma mulher adulta, com a cruz latina na mão direita e a cabeça inclinada para olhar a cruz de frente. O vestido, com as mangas fechadas por laços, molda-lhe o corpo, nos pés umas sandálias de memória romana; as madeixas e ornatos do cabelo assemelham-se aos de *Urânia*, com um significado que ultrapassa o mero gosto. Com a *Justiça* — que significava originalmente a inocência humana antes do pecado original —

---

<sup>362</sup> Wind, 1968, p. 162. Sobre o arco que envolve a figura, uma cartela e um elemento cenográfico.

<sup>363</sup> Clark, 1979, pp. 254-285. Sobre o arco que envolve a figura, três espelhos representam a erudita opção estética da tríade egípcia.

<sup>364</sup> Clark, 1979, pp. 50 e 139. Um festão vegetalista com dois pendurados laterais decora o lintel sobre o arco.

<sup>365</sup> A *Fé* era na mitologia romana uma divindade com culto no Lácio, anterior a Rômulo, cujas festas dispensavam o derramamento de sangue. Na teologia cristã, a *Fé* é considerada como um assentimento da inteligência fundamentada na autoridade dos Doutores da Igreja. Sobre o arco de volta perfeita que envolve a figura, o arquitecto reforça a ideia, inscrevendo um par de anjinhos que seguram o cálice sagrado com a hóstia.



voltamos às virtudes cardeais, representada pelo ceptro do poder e pela balança das justas medidas. A figura está vestida como um soldado romano, com a couraça e o elmo, provavelmente cópias de desenhos romanistas, quem sabe se fornecidos por Campelo<sup>366</sup>.

A última virtude deste conjunto é a *Fortaleza*. Esta figura é a mais curiosa; tal como a anterior está armada de capacete, menos complexo que o outro, mas de viseira móvel. Por baixo da túnica, apresenta uma armadura apertada no ombro por uma cabeça de leão; no joelho flectido foi esculpida uma figura felina. A mão que envolve a coluna é desproporcionada, mas o trabalho é bastante delicado, estabelecendo vários níveis de relevo, com a perna direita e a coluna a revelarem uma saliência nítida que se vai aligeirando nos planos do panejamento, cabelos e feições dos animais fantásticos<sup>367</sup>.

A influência da família materna na educação e mecenato de D. Maria reflecte-se também em algumas práticas religiosas, nomeadamente no coleccionismo de relíquias, cujo êxito remontava à época medieval e que atinge o seu auge em pleno século XVI. A dinastia de Avis praticava-o com propósitos não só religiosos, mas também políticos. D. Maria repete esse discurso com um significado muito preciso.

---

<sup>366</sup> Comparando o desenho do mausoléu de Campelo e a figura que representa a *Fé* de Ruão, encontramos algum paralelismo. Com efeito, tanto no mausoléu como na Luz aparecem dois anjinhos, ali a segurar a cruz latina, e na Luz a segurar o cálice. No desenho, a *Fé* é personificada pelo cálice e pela hóstia, que na Luz aparecem no lintel — mais tosco mas com evidentes semelhanças ao nível das nervuras do gral. Esta pouca inocente coincidência de motivos tem razão de ser, principalmente quando vista à luz do manifesto abandono da proposta inicial, e depois de esmiuçada a particular devoção ao Santíssimo Sacramento que a Infanta manifesta em não raras vezes: "*Los labores que hazian sus damas y criadas todas se applicauan al seruicio del Altar, donde estaua su diuina Magestad: el autor que dio a la estampa, los progressos que tuuo la Orden de S. Benito en Portugal, llegando al tiempo en que viuia esta Princesa, refiere el cuidado con que en sus Conuentos assistia a la veneracion deste mysterio, principalmente en la semana sancta en que hazia grandes despezas para adorno de los Altares en que el Señor se exponia En el Conuento que fundo en Lisboa de Monjas, tambien Benitas; ordenò que alternadamente assiesssen de continuo a lo menos dos dellas acompañando le; encomiendo a los Padres [...], que aya vna guarda perpetua del Santissimo Sacramento, de dos Religiosas a lo menos*" Pacheco, 1675, p. 107. No lintel, um curioso festão com as extremidades presas na boca de dois leões; ao centro a cara de um anjo alado, morfologicamente muito próximo da do Cupido.

<sup>367</sup> O *Hércules* do lintel personifica o Bem, vencendo em corpo nu a investida do leão e do centauro, poderes bestiais, submetidos à força humana. Na Fonte da Machada está uma coroa alegórica que encima o braço da Infanta, e que identifica a mecenas da igreja. A coroa tem na tiara uma variante do padrão usual das jóias de D. Manuel: "*Este padrão é constituído por um rubi central, talhado em redondo, a que se seguem duas esmeraldas, uma de cada lado, talhadas em lisonja (o losango heráldico) e de novo dois rubis. No espaço entre as pedras, cinco pérolas; ou então cada jóia é rematada por quatro pérolas.*" Alves, 1985, p. 113. Aqui os rubis alternam com as esmeraldas — losangos — que em heráldica são também um símbolo feminino. Duas taças fúnebres ladeiam o motivo central composto por aletas e motivos em C invertidos. Do autor deste motivo temos notícia por uma nota da Inquisição de Lisboa em 1587: "*No dia 28 de julho apresentou-se Francisco Gomes, entalhador de pedraria, natural de Thomar, de 26 para 27 annos, [...] O confessante aprendeu o seu officio em Coimbra, está encarregado de fazer o escudo das armas da Infanta, de Nossa Senhora da Luz.*" Baíão, 1910-1916, vol. VIII, p. 50.

Possuía, claro, uma relíquia de Santa Engrácia, para a qual deixou 300 mil cruzados com a menção expressa de se fazer um relicário<sup>368</sup>. É ao gosto e acção de D. Miguel de Castro que se deve, em grande medida, o busto-relicário de Santa Engrácia. Apesar do busto resultar de um desejo da Infanta, só foi realizado quase 20 anos depois da sua morte. Todavia, seja pela riqueza dos materiais — prata lavrada e pedras de cor —, seja pela excelente interpretação dos designíus da Infanta — ao ponto de reproduzir os traços do seu rosto como sendo os da mártir bracarense —, atesta, se não uma memória muito forte da instituidora, pelo menos um conhecimento profundo do seu gosto e intenções de mecenas<sup>369</sup>. O modelado do rosto é sintetizado e *encarnado*, os traços bem marcados salientam a falta de expressão não obstante algum nervosismo do talhe nos cabelos apanhados e adornados por uma coroa em metal precioso. A escolha dos motivos decorativos — designadamente as cartelas flamengas do plinto — coincide com o gosto de D. Maria; está patente, até, um certo ecletismo que lhe era caro: nos elementos decorativos do "vestido" — aletas e motivos vegetalistas italianizantes — e nos óvulos retirados dos capitéis debuxados por Jerónimo de Ruão.

Há notícia de pelo menos mais um busto-relicário encomendado por D. Maria. Desta vez uma cabeça de São Girião, oferecida a D. Catarina por Fernando, rei da Alemanha, e que se guardava no mosteiro de Valbemfeito em Óbidos<sup>370</sup>. A relíquia fôra encerrada pela Rainha num busto de madeira, e D. Maria manda nobilitá-la, vestindo-a *em cetim e carmezim com o casco descoberto guarnecido de ouro num busto de madeira pintada com armas na cabeça e um bastão na mão direita, tudo de pau dourado*.<sup>371</sup>

D. Maria não se limitava, pois, a possuir as relíquias que patrocinaava, mas também, as preciosas caixas que as encerravam. A mais famosa destas relíquias seria, talvez, o pedaço de osso de um braço de São Bento que D. Maria mandou pedir a Pio V. O pontífice

---

<sup>368</sup> Parágrafo 23 do testamento (ver Anexo Documental nº 68). O plinto do relicário tem ao centro as armas da Infanta, ladeadas por duas inscrições cujo texto é: "*Reliques de St<sup>e</sup> ~Egracia ~Q Vierão de Saragoça Ha Pitição da ~Ifãte Dona M<sup>a</sup> F<sup>a</sup> Delrei Dõ Manoel E Ela ~E Sev Testam<sup>o</sup> Mãdov/ Fazer Esta Caixa Em ~Q Estão E Se Fes No Ano De 1595 Por Mãdado Do Arsebispo Dõ Miguel De Castro Sev Testam~eteiro.*"

<sup>369</sup> Refira-se a este propósito que os Habsburgo possuíam inúmeros bustos-relicários, nomeadamente, os que encerravam relíquias das Onze mil virgens.

<sup>370</sup> "*Darey noticia da milagrosa reliquia, [...]; e parecendo a Infanta Dona Maria, filha do Senhor Rey D. Manuel, que não estava com a decencia que merecia, por se achar em hum corpo de madeyra estofado, o mandou fazer de prata dourado*" cit. in Gschwend, 1989, p. 586. Na testamentaria da Infanta D. Maria a cabeça de São Girião vem no rol das relíquias entregues na Luz.

<sup>371</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64, (ver Anexo Documental nº 13).

satisfizes-lhe o desejo, sem que conseguisse evitar, contudo, uma disputa com os padres romanos de São Paulo que não queriam partir o precioso osso<sup>372</sup>. Chegada a Lisboa, a relíquia foi de novo partida: metade ficou com a Infanta e a outra metade foi dada ao mosteiro de São Bento da Saúde<sup>373</sup>. Quando a Infanta morreu, a sua metade foi dividida em duas e oferecida, numa *caixinha de pau de faia* ao convento de Xabregas e, numa *caixinha de veludo carmezim com bandas de ouro* ao convento de São Bento dos Apóstolos em Santarém<sup>374</sup>.

D. Maria possuía, ainda, um dente de Nosso Senhor numa *custódia com dois anjos de ouro*<sup>375</sup>; um *relicário de pé de prata dourado com uma custódia no meio com dois anjos* onde estava o Santo Lenho<sup>376</sup>, que tinha na orla *quarenta nichos de uma e outra parte* todos com relíquias de vários santos e no remate *onde esta a Cruz uma relíquia da camisa de Nossa Senhora*; um *relicário de pau preto redondo com um agnus dei*, em cuja orla estava inscrito a legenda *Pius quintus pontifex maximus*; uma caixa redonda de *cetim e carmezim (?) orlada de ouro* que tinha dentro uma imagem de Nossa Senhora em madrepérola com quatro relíquias e um *relicário de prata e suas relíquias*, das quais talvez fizesse parte um pedaço da roupeta usado por D. Gonçalo da Silveira quando foi martirizado<sup>377</sup>, que D. Maria mandara vir do Monomotapa. Nesta extensa série de relíquias (entre as quais algumas são

---

<sup>372</sup> Tomás, 1651, tomo III, p. 423 e Baião, 1737, p. 472.

<sup>373</sup> "Depoys fez a ditta senhora merce da reliquia do Sancto, que como grande thesouro estimava, aos religiosos do convento. E a outra parte da reliquia que o embaxador trouxe e entregou, conservou sempre consigo enquanto viveo a Infante, e depoys da sua morte passou ao convento de Sam Bento de Sanctarem, dando-se tambem alguam parte da reliquia ao convento de Sam Bento de Enxobregas em memoria de ter havido no ditto lugar a primeyra igreja dedicada a Sam Bento na visinhança de Lisboa." *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* (...), 1950, vol. 1, pp. 358.

<sup>374</sup> Parte desta relíquia encontra-se hoje — encerrada num braço erecto sobre um livro de prata com duas mangas, a interior provavelmente original — na Igreja Matriz de Santo Tirso. Ver Correia, Francisco Carvalho, 1991 — *A Igreja Matriz de Santo Tirso: novas perspectivas*. Santo Tirso: Câmara Municipal - Pelouro da Cultura (fotografia a p/b sob o n.º 24). Segundo Frei Leão de São Tomás, teria sido a própria Infanta a oferecê-la ao antigo convento beneditino de Santo Tirso, todavia e como vimos, a relação das suas relíquias não menciona a casa, e não é possível neste momento esclarecer o percurso da relíquia até à matriz santo tirsense. Tomás, 1651, vol. II, p. 41

<sup>375</sup> Que D. Sebastião insiste em levar consigo na jornada africana, apesar dos testamenteiros da Infanta lhe terem lembrado que o seu desejo era que a relíquia fosse repartida pelos conventos.

<sup>376</sup> A testamentaria da Infanta D. Maria menciona que esta relíquia foi entregue ao convento da Luz. Contudo, existe uma referência da mesma como estando em Santa Helena do Monte Calvário: "A Igreja he muito linda, & bem adereçada; tem humra fermosa particular do sancto Lenho, com outras reliquias, de que lhe fez doação a ditta Infante." Cardoso, 1652-1744, vol. II, p. 57.

<sup>377</sup> Leite, 1946, p. 102.

apenas referidas sem descrições ao pormenor), D. Maria reafirma algumas das características da sua religiosidade: além da devoção a Nossa Senhora, o culto aos santos portugueses, nomeadamente aqueles com que ela mais se identificava e dos quais apropria as qualidades.

***Capítulo 7 — «Le soleil n'est pas plus brillant»: as Artes sumptuárias***

A construção da imagem e a propaganda em torno da Infanta foi condicionada pelas circunstâncias da sua vida: como não casou, não foi solenemente apresentada a uma cidade nem foi protagonista de engenhosas bodas; como não foi rainha, não cativou a atenção exclusiva da plêiade de artistas e homens de letras, genuinamente votados ao serviço do Estado. Contudo, o círculo da Infanta era constituído pelos cortesãos característicos de uma corte real: arquitectos, músicos, escritores, escultores, pintores, poetas que se reuniam para servir a mecenas, ou celebrá-la através de dotes vários, reformulando, de maneira mais modesta, o vocabulário de poder imperial e real.

A etiqueta aúlica — e o inelutável esquema de precedências e a simbólica que implicava — tem, neste contexto, um papel fundamental. Como atrás dissemos, a Infanta D. Maria apresentava-se como uma figura de Estado de direito próprio: filha e irmã de rei, dona de uma fortuna fabulosa e possuidora duma cultura invejável, onde pontuava, também, a requintada sensibilidade política, digna de uma diplomata.

D. Maria estava constantemente junto da Rainha, aparecendo normalmente como a terceira figura da família real — após o Rei e a Rainha — e, depois da morte de D. João III, logo a seguir a D. Catarina ou D. Henrique, consoante as afeições do caprichoso herdeiro do trono. Em 1551, durante a cerimónia de trasladação dos ossos de D. Manuel em Belém, a Infanta manteve-se ao lado da Rainha numa estrutura criada especialmente para o efeito:

*A Rainha estava no Coro alto dos Frades em hum repartimento de madeira, que se lhe fez para este effeito, e com ella estava a Infante D. Maria com vasquinha de damasco preto, e roupa de filèle com rebete de veludo, e hum escumilha, tudo preto*<sup>378</sup>.

Os desenhos da época que reproduzem o protocolo que envolvia o cerimonial público da família real mostram também o lugar privilegiado que era dado a D. Maria. No estrado da Rainha, a Infanta ocupava a primeira cadeira à esquerda do trono de D. Catarina, antes mesmo da cadeira de D. Isabel de Bragança e de seu marido, o Infante D. Duarte<sup>379</sup>. Já nas cerimónias que tinham a presença do rei, a Infanta sentava-se à direita da Rainha, enquanto que do outro lado — ou seja, à esquerda de D. João III — se sentava o seu irmão Duarte. Tanto o Rei como a Rainha, estavam separados dos outros membros da família por um estrado mais elevado, que não continha mais que os seus dois tronos. Num plano mais baixo sentavam-se, então, a Infanta D. Maria e o Infante D. Duarte — ambos de lado — bem

---

<sup>378</sup> Baião, 1737, p. 281.

<sup>379</sup> BA — 50-V-35 (113), fº 419. Publicado pela primeira vez in Jordan, 1994, p. 73.

como as duas filhas deste último, Catarina e Maria de Bragança, já mais perto das escadas que separavam a família real das outras nobres. Com efeito, os três degraus do estrado em madeira que corria nas duas direcções até se unir na parede de fundo, separavam, física e simbolicamente, os Avis das restantes pessoas que atendiam a este tipo de cerimoniais<sup>380</sup>.

A assistência às cerimónias religiosas é ainda mais complexa. Aqui, o lugar principal é ocupado pelo altar-mór e pelo celebrante, que aparece separado da assembleia por dois degraus<sup>381</sup>. No lado direito do altar sentavam-se os infantes:

*em cadeiras de espaldar e alcatifas nas grades das janellas*

e logo depois, um enorme estrado onde se encontravam o rei e o príncipe, e em frente, a rainha. D. Maria estava, certamente, sentada entre os outros infantes, em cadeira com espaldar — símbolo de nobreza — mas os lugares nobres seriam, sem dúvida, ocupados por D. João III, D. Catarina e pelo Infante D. João. O ponto focal desta composição seria, claro, aquele que se opõe ao altar, todavia a celebração eucarística não era simplesmente um espectáculo concebido para demonstrar o poder real. Estava presente um poder mais forte e mais dominador, o da própria Igreja, que condicionava a disposição dos crentes. Assim, o rei, rainha e príncipe ocupam os melhores lugares da sala, estabelecendo duas das pontas de um triângulo que pode ter o altar como cabeça, mas em que cada vértice tem um significado equivalente<sup>382</sup>.

A humildade que os membros da família real revelavam na presença de religiosos reconhece-se igualmente por alguns episódios passados com frades arrábidos:

*A qualquer hora que chegavaõ ao seu Palacio, achavaõ a entrada franca, e o tratamento taõ affavel, que à visita della nenhum deixava de se confundir. Certo dia pela manhã a foy visitar Fr. Filippe da Purificação, Guardiaõ que entaõ era deste seu Convento, com Fr. Martinho de Braga, Frade Leigo; e não obstante estar ainda recolhida na sua camera, como soubesse da sua vinda, os mandou entrar onde estava. Vendo-os cheyos de lama, e molhados, se lastimou compassiva, e disse à sua Camereira môr mandasse logo vir aviamento necessario, para se lavarem aquelles Religiosos. Tudo se cumprio com promptidaõ; e assistindo sómente a dita Fidalga, pretendeo a Infante lavar lhes os pès prostrada de joelhos. Escusava-se o Guardiaõ, e lhe pedia com humildes rendimentos, quizesse sua Alteza desistir do que intentava: não lhe quiz ouvir as supplicas, e o arguhia de a querer privar do merecimento, que naquella acção procurava, pois a emprehendia por amor de Jesu Christo. Prevaleceo o respeito a toda a renitencia, e obedeceo consentindo no lavatorio, que foy para*

---

<sup>380</sup> BA — 50-V-35 (113), fº 418.

<sup>381</sup> Repare-se que, apesar do texto não referir um espaço específico, este esquema não anda longe da unidade que se encontra nas plantas de nave única, taõ do agrado da Companhia de Jesus, e cuja fortuna se inicia na segunda metade do século XVI.

<sup>382</sup> BA — 50-V-35 (113), fº 422.

*elle o mayor aperto, que em toda a sua vida experimentou, como ao depois confessava. Não quiz o Companheiro de nenhuma sorte obedecer, nem persuadido do exemplo, nem obrigado do respeito; e e perseverando obstinado no seu proposito, sem escandalizar a humildade da Serenissima Infante, triunfou a com que lhe regeitava a offerta. A mesma caridade, e extremosa benevolencia usou em outra occasião com outros dous Religiosos, agazalhando-os no seu Palacio. Chegaraõ a elle já tarde, e ordenou, que lhe dèsem de cear, e camas para dormirem. Estando já recolhidos em huma camera, que ficava no interior das casas, sentiraõ bater à porta, e acudindo a abrilla, acharaõ a Infante, acompanhada de huma Dona, e esta trazia huma bacia de prata, e hum escalfador do mesmo metal, com agua quente, e duas toalhas. Embargou-lhes o objecto as vozes, não faltaraõ com tudo aos reverentes obsequios, que se lhe deviaõ. Logo penetraraõ o fim da sua visita, e a mesma Senhora lho declarou, quando posta de joelhos lhes pedia os pès para lhos lavar: era hum delles Fr. Antonio da Assumpção o Saldanha, e ainda Corista: do outro ignoramos o nome; sabemos com tudo, que se escusou, e foy aceita a sua escusa: no Corista porém, ainda que com submissoens repugnava, fez a humildade da Infante todo o seu emprego, lavando-lhe os pès, e não querendo, que lhe beijassem a mão pelo beneficio. Com muitas esmolos favorecia a Provincia, não havendo Convento, que não fosse participante da sua affectuosa caridade, e não havendo Frade, que chegando à sua presença, não fosse della tratado com as carinhosas demonstraçoens de hum maternal affecto, dando a muitos em varias occasioens de merendar no seu estrado, e provendo-lhes as mangas de doces para o caminho<sup>383</sup>.*

Também para o breve encontro que a Infanta teve com a mãe e a tia na raia alentejana foram definidas normas essenciais de comportamento e protocolo, principalmente porque o Rei falecera havia pouco tempo: assim, a Infanta é aconselhada a não dançar em público e a não passear por longas distâncias. Sendo acompanhada pelos mais altos dignatários do reino, estabeleceu-se no seu séquito um rígido rol de funções — e quais os seus executantes — que contemplava as missões de um mantieiro e de um meirinho, as embaixadas a Carlos V e à Princesa D. Joana e, até, a presença de um juiz para discutir as questões legais que o testamento da rainha francesa levantava.

O luto pela morte de D. João III vai ao pormenor de recomendar as mudas de roupa da Infanta e das suas damas:

*Assentou Sua Alteza que a Infante em publico não muda/se os trajos que leva, e que das portas a dentro se conforme com sua/ May procurando pelo menos mudança que poder ser sem es/candalo, e que as suas Damas nam mudem os trajos/;*

alguns dos nobres que fizeram a viagem com D. Maria, nomeadamente o conde do Vimioso e D. Francisco de Gusmão, tiveram funções protocolares bem definidas:

*Assentou Sua Alteza que posto que o Conde de Vimio/zo fosse Embaxador, tomasse sempre a Senhora Infante nas ta/boas ao subir, e decer, e que fosse com elle nisso outra pessoa Francisco/ de Gusmão mordomo mor da Senhora Infante, e sogro delle conde./ E que emquanto a Senhora Infante estivesse em Ba/dajóz o*

---

<sup>383</sup> Piedade, 1728, pp. 479-480.



*Conde, e o Bispo seu Irmão não tivessem em Bada/jós mais gente que aquella que parecesse que não poderião es/cusar. E que assi elle dito Conde, como o dito Bispo, que ca/valgassem não levassem consigo gente alguma de cavallo./ Assentou Sua Alteza que// quanto ao modo que a Infante teria no tratamento das/ pessoas de titulo que dizem que vem com as Raynhas ali/ a Badajós, que fosse o seguinte./ Que a Infante de Elvas/ manda se saber da Raynha Sua May o modo em que os ha/via de tratar, e que aquelle que a Raynha lhe dicesse que se/ goarda se, tomando antes a parte demais que demenos, e que fosse/ a Infante bem prevenida do modo que em Castella se goarda/ assi dos Reys como seus Vassallos, como dos Vassallos com os/ Reys por que não estranhe o que houver de fazer a elles, ou/ o que elles por ventura fizerem com ella./*<sup>384</sup>.

As festas, religiosas ou profanas, faziam parte do quotidiano quinhentista. Sendo públicas, o único espectáculo que era vedado ao povo era o banquete oferecido ao soberano que se seguia aos grandes festejos<sup>385</sup>; não tinham lugar fixo e a maior parte das vezes consistiam em longos cortejos constantemente assediados por gentes e brincadeiras<sup>386</sup>. As touradas e jogos de canas<sup>387</sup> eram muito apreciadas na Península Ibérica, mas quase desconhecidos noutras paragens. D. Sebastião era um grande aficionado das corridas e largadas de touros — para as quais convidava sempre a sua tia D. Maria — que exigiam, normalmente, a construção de estruturas de carácter efémero com o simples propósito de acolher os espectadores. Nelas se respeitavam as precedências protocolares mas, também, uma rígida hierárquia no uso dos materiais e formas decorativas. Jorge Ferreira de Vasconcelos — moço da câmara do Infante D. Duarte — fez-nos um dos relatos mais coloridos:

*Nesta graciosa & apraziuel praya de douradas areas, an/tre as casas de dō Frãcisco de meneses & Vascôcelos, Ar/cebispo ~q foi de Lisboa, & a orta de dō Frãcisco de Castelbrãco/ camareyro mór, a qual entesta no mosteyro de S. Frãcisco,/ estaua sobre grossas vigas armada h~ua praça quadrada ~q en/traua muyto polo mar, crec~edo a maré ~q a cõbatia amorosa/m~ete, faz~edo h~u musico & saudoso mormuro. A qual era a li/ça cercada de grades verdes de altura de cinco palmos, pouco/ mais ou menos, cõ sua tea ~e meyo b~e cõcerta & galâte, / frõteyra da qual cõtra Ori~ete estaua ho assento do [sic] juyzes,/ antre h~ua porta da quadra, ~q, per degraos decia na estrada de/ sam B~eto á face do rio: & a t~eda dos mâtêdores ~q se armaua/ a mão direita em altura de tres degraos, per ~q se a ella sobia,/ & era da india obrada de sotil*

<sup>384</sup> BNL — Cod. 886. Neste documento é, ainda, visível a preocupação da Rainha em salvaguardar os interesses portugueses, com a presença da Infanta na corte lisboeta, mas também na justeza do tratamento que era dado aos nobres em terras espanholas: " *Que a Infante encomende muito a Raynha sua May o bom tra/tamento do Conde, Bispos, Fidalgos, e todos os Portuguezes, e te/nha disto grande lembrança*".

<sup>385</sup> Marsden, 1973-1975, vol II, pp. 389-411.

<sup>386</sup> Chastel, 1973-1975, vol. I, pp. 419-423.

<sup>387</sup> De origem árabe, consistia em corridas de velocidade e força, em quadrigas, que se perseguiam tentando atingir o adversário mais próximo com canas, continuamente atravessando o recinto de uma ponta à outra até à exaustão do cavalo ou do cavaleiro. Para mais informações sobre o assunto ver Marsden, 1973-1975, vol. II, pp. 389-411.

*lauor & laçaria, brãco & azul/ sobre vermelho, mais lustrosa ~q rica, & per d~etro forrada de/ rico bocado [sic]: no cume tinha h~ua bandeyra quadrada de da/masco pardo & amarelo, franjada de retros das côres. E es/paço della hum couado h~ua quadra ~q tinha seys esteos anra/mados, ~q a cercauam com seys bandeyras do mesmo teor. E/ desta banda em alto corria ho eyrado & varãda das casas do/ Arcebispo ja ditas, em ~q estauã as molheres da casa da ray/nha & seus officiaes, & fazia outro lado pola fralda do mon/te ~q entraua na praça, em ~q estaua a gente cõtínua da cor/te: & ao sopé da banda de dentro junto á parede auia duas/ ord~es de bancos, h~ua mais alta ~q outra pera os menesterys de/ toda sorte, tudo posto em diuida ordem & concerto. Cõtra/ á cidade do lado Ocidental se leuãtaua sobre grossos & altos/ mastros enramados de floridos & verdes ramos, h~ua varanda/ mais alta ~q os eyrados, em estremo sumptuoso, toldada, & ar/mada de rica tapeçaria, com suas cortinas de seda de diuer/sas côres em seus quartos, altamente lustrosa & apraziuel á/ vista: no topo da qual no pé ao longo dagoa corria h~ua rua ~q/ vinha do mosteyro de sam Francisco, & entraua voltãdo em/ hum caez de madeyra, metido dentro no rio, em que cahia/ h~ua ponte que sahia doutra porta da liça contra meyo dia,/ per que entrauam os auentureyros que vinham per mar: em/ cuja entrada se leuãtavam tres mastros altos que nas pontas/ tinham quadrangulos com luminarias: & ho do meyo sobre/ hum ninho de lenha seca, h~ua aue Fenix grande: fronteyra/ da qual no môte pegada cõ ho eyrado, em meyo estaua h~ua/ nora de fogo alta, tudo de tanto arteficio & lustroso apara/to, que se lhe faz agrauo em querer louualo<sup>388</sup>.*

Ou, ainda, noutra ocasião, podemos entender o valor propagandístico da festa<sup>389</sup>:

*A este grande desamparo [a doença contagiosa que grassava na cidade no ano de 1575] acudio tambem a Rainha Dona Catharina, e a piedoza Infanta Dona Maria, mandando-lhe fazer no Caes da Madeira hum Hospital fabricado della, onde se agazalhou muita soma delles, que cada dia vinhaõ entrando doentes, e cahindo de fraqueza, acudindo-lhe esta bendita Princeza com todo o necassario [sic], a qual naõ quiz Deos que sahisse deste Reyno para remedio dos seus naturaes. [...] Por esta razãõ ordenou a Cidade hum festejo de Touros em Xabregas diante dos Paços da Rainha, para o que se formou hum terreiro entulhada a praya com lenha, e terra, e ficou muito grande, e feroso, em que trabalhãraõ muitos dias mais de trezentos homens; depois se rodeou de palanques muito altos, e bem armados, em que havia hum para a Rainha, e outro para a Infanta Dona Maria, e suas Damas<sup>390</sup>.*

Os jogos de canas eram dos favoritos da família real portuguesa, em particular de D. Sebastião, que aliava à sua visão cavaleiresca<sup>391</sup> do mundo um vestígio da tradição árabe na

---

<sup>388</sup> Vasconcelos, 1567, ff. 219vº-220.

<sup>389</sup> Alguns anos antes já D. Maria providenciara que: "Para a Cura dos enfermos mandou vir muitos Medicos de fóra do Reyno com grandes premios, e salarios; e observousse que depois que chegãraõ, que foy no principio de Agosto morriaõ muitos mais, de que nasceo o proverbio de: Mate me Deos com os meus. E as necessidades com dinheyro. O mesmo fez a Raynha D. Catherina, a Infanta Dona Maria." Baião, 1737, p. 135 e Machado, 1736-1751, tomo IV, p. 3.

<sup>390</sup> Baião, 1737, pp. 345-347.

<sup>391</sup> Os jogos de canas não eram praticados além dos Pirinéus. Contudo, a forma de jogar, a destreza que era exigida aos animais e aos homens e os ideais de cavalaria presentes, aproximam-nos dos torneios medievais,

Península. D. Maria assistiu a uns jogos mandados realizar por ordem de D. Sebastião, no regresso do vice-reinado indiano de D. Luís de Ataíde em 1572:

*Dahi a nove ou dez dias, que foy em Domingo 3. de Agosto ordenou ElRey tornar a jogar cannas no mesmo sitio, com mayor apparatus, e galhardia, para o que convidou a Infante Dona Maria; sua tia, que as ver, como foy por mar, com todas suas Damas, e Donzellas, e desembarcáraõ em Alcantara, donde lhe estava armada huma Tenda em hum alto, donde bem viaõ tudo; e foraõ estas cannas muito festejadas com charamelas, trombetas, e timbales, indo os Fidalgos, e Cavalleiros a ellas com muito ricas librès, preparadas para a função da Armada, e levando os cavallos muito bem ornados.*<sup>392</sup>

Os casamentos — pela importância política, mas também por associar as celebrações religiosas e seculares — constituem outro reportório vastíssimo de informações sobre a etiqueta e luxo que rodeavam estes acontecimentos. No dia 22 Maio de 1565 realizaram-se as festas do casamento (por procuração) de D. Maria de Bragança com Alexandre Farnese:

*Perto do Paço encontraram a rainha D. Catharina, e a Infanta D. Maria, filha do fallecido Rey D. Manuel e da Rainha D. Leonor, irman do Imperador Carlos, e a Infanta D. Isabel, mãe de S.A. a Princeza, com muitos outros senhores, damas e Grandes do Reino. Em seguida S. M. o Rei, com o Cardeal Infante, e os restantes fidalgos e damas, acompanharam o embaixador, e S.A. a Princeza, á Capella Real, onde, em presença do Rei, da Rainha, e de tôda a côrte, foi a dicta Princeza esposada pelo referido embaixador em nome de S.E. o Principe de Parma e Placencia, sendo celebrante Monsenhor D. Julião d'Alva, Capellão-Mór de S.MC. Concluidas as ceremonias do casamento, resooou na capella uma suave e dulcissima orchestra de variados instrumentos, e vozes raras; á noute fez-se uma pomposa festa, a qual foi a mais bella e alegre que desde muitos e muitos annos se tinha feito em Portugal*<sup>393</sup>.

A descrição deste evento continua referindo, pormenorizadamente, as festividades públicas em honra dos noivos: as touradas, desfiles e espectáculos a cavalo. Mas o aspecto que mais nos interessa aqui, é o relato dos banquetes que foram, então, oferecidos:

*No dia seguinte deu S.M. o rei um banquete ao embaixador, em honra de S.E. o Principe de Parma e Placencia [...] Nesta mesma noute, em um outro aposento do palacio real, deu tambem a Rainha um solemnisimo banquete, não menos pomposo do que o do Rei, [...] Ao banquete assistiu sómente a Rainha, S.A. a Princeza, a Infanta D. Maria, filha do fallecido Rei D. Manuel e da Rainha D. Leonor, e a Infanta D. Isabel [...] Quatro dias depois d'estes dois banquetes dados pelo Rei e pela Rainha, **convidou a Infanta D. Maria a S.A. a Princeza, sua mãe, ás quaes deu um magnifico jantar, servido como o da Rainha, até á porta da sala pelos cavalleiros, e depois pelas damas, vestidas deslumbrantemente, e com muito maior numero de joias. Revestia este aposento uma tapeçaria especial de ouro, prata e sêda, e uma credencia que vergava ao***

---

cujo significado em tempo de paz se entedia pelos intuitos políticos e pela afirmação das características do príncipe: "It expressed in festival form the role of the monarch both as liege lord of his knights and as the fount of those two supreme chivalrous qualities, honour and virtue." Strong, 1995, p. 11.

<sup>392</sup> Baião, 1737, pp. 259-260 e Machado, 1736-1751, tomo III, p. 446.

<sup>393</sup> Tomás, 1877, p. 52.

*peso de toda a especie de vasos, e centros de mesa dourados, sendo esta servida com baixella de prata. Foi este banquete muito alegre, porque á noute houve sarao, isto é, dançaram, ao qual concorreram muitos senhores, cavalleiros e gentis homens, e quais todas as damas, assim da casa da Rainha, como da Infanta D. Maria, de S.A. a princeza e da Infanta D. Isabel, durando a festa grande parte da noute, sem nunca se interromperem os cantos, musicas e danças*<sup>394</sup>.

Os banquetes decorriam em esplêndidas salas — mobiladas com conforto e decoradas opulentamente, com tapeçarias de fios exóticos e preciosos e tecidos raros — onde os inúmeros pratos eram servidos durante três ou quatro horas, sendo acompanhados por música e canções suaves. Os de maior importância eram servidos por altos membros da nobreza<sup>395</sup>. As baixelas usadas nestas refeições eram sempre preciosíssimas: vasos, jarros, pratos, bacios, candelabros, frascos, taças e copos de ouro ou prata maciços e, normalmente, peças brancas de delicadíssimo fabrico. O serviço reservado ao rei era, contudo, distinto e mais rico que os outros. Os banquetes presididos pelas mulheres eram tão ricos e magníficos quanto os dos homens, mas o protocolo ao servir era um pouco mais complicado, já que não estava permitida a entrada de homens nos aposentos das damas<sup>396</sup>.

As iguarias servidas não seriam menos dignas de memória — lembramos que D. Maria tinha mais de um cozinheiro, confeitoiro, mantieiros<sup>397</sup> e um *mestre salla e trinchante das damas* a seu serviço<sup>398</sup> —, pois vivia-se na era das especiarias: pimenta, canela, noz moscada, cravinho e gengibre chegavam a rojo aos portos de Lisboa, condimentando aves, carnes e peixes finos, cujos odores e sabores eram apreciados e continuamente testados em toda a Europa. Os avanços no campo da Medicina proporcionavam o uso de vegetais, ervas e licores digestivos; o açúcar — e o tabaco, que D. Maria fazia cultivar nos seus viveiros privados<sup>399</sup> — era utilizado com funções terapêuticas e disputado em conventos que

---

<sup>394</sup> Tomás, 1877, pp. 55-56.

<sup>395</sup> “*Os que traziam os pratos eram nobilissimos cavalleiros e gentis homens da casa do Rei*”. Tomás, 1877, p. 55.

<sup>396</sup> Tomás, 1877, p. 55. Não era costume do rei ou rainha sentar à sua mesa qualquer outra pessoa que não da sua família mais directa sendo, por isso, uma grande distinção quando alguém assim era favorecido.

<sup>397</sup> A fama e prestígio de um dos mantieiros da Infanta era tal que foi disputado ao mesmo tempo por D. António, prior do Crato e por D. Cristovão de Távora, num incidente que ficou registado em várias crónicas. Herculano, 1982-1987, vol. IV, p. 363.

<sup>398</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 63) e Brito, 1907-1908.

<sup>399</sup> Leite, 1955, p. 152.

ensaiavam receitas pelas quais granjeavam fama<sup>400</sup>. A gastronomia, mais que uma festa, era uma autêntica arte com adeptos entre os mais dignos: D. Maria de Bragança, depois Princesa de Parma, possuía um livro de receitas que levou consigo para Itália, onde ainda se conserva.

O vestuário e jóias utilizados pela Infanta nas ocasiões mais festivas são, também, alvo de particular atenção dos cronistas. É a noção de *majestade* — classificada como virtude pela releitura humanista da filosofia atomista e aristotélica<sup>401</sup> — que dita esta postura. A riqueza dos tecidos, o requinte na execução, as pedras preciosas que ornamentavam os vestidos, revelam um genuíno interesse pela moda e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da capacidade do seu uso como veículo para impressionar o povo e os visitantes quanto à magnificência da corte portuguesa.

Este gosto parece ter sido cultivado desde muito cedo. Com efeito, encontram-se, entre a documentação referente à Infanta, várias encomendas de roupa, cuja quantidade — e por se referir a apenas dois anos — deixa adivinhar o que seria o guarda-roupa de D. Maria: só no ano de 1527 os responsáveis pela educação da Infanta (que contava seis anos de idade) pagaram a António Rodrigues, sapateiro, 13 pares de sapatos encomendados a cada três meses!<sup>402</sup>

O vestuário não fica atrás; são *manguinhas* e *abetos*, botins e meias, chapéus e *boynas graças*, saias e saios, coletes e cotas, num frenesim de recomendações às quais nem sequer escapa a roupa para vestir um brinquedo ou uma imagem de sua devoção:

*E asy lhe mandares fazer dous uestidos pera dous minjnos Jesus .ss. pelotinho/ de cetym branco e esleubas de çetym cramesym E os cape/los e dianteiras forados de çetym branco e gorros/ de ueludo cramesym.*<sup>403</sup>

As ordens de encomenda são muito específicas, reflectindo o gosto mas também o conhecimento detalhado dos tecidos e técnicas utilizadas na confecção dos elaborados vestidos quinhentistas. Fala-se em *mangas* e *pomtas meas françezas*, em *sainhos de tafeta*

---

<sup>400</sup> "D'ali foram á sacristia, e viram todas as reliquias, que pediu lhe mostrassem, e mandou dali que lhe levassem de merendar para os infantes á casa da livraria do coro, onde foram **galinhas assadas e dos lingoados que dezejára, e muitas frutas e doces**": descrição da visita da família real ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1550 (negrito nosso). Castro, 1914, p. 22.

<sup>401</sup> "A prince must be seen to live magnificently, to dress splendidly, to furnish his palaces richly, to build sumptuously." Strong, 1995, p. 22. A *magnificentia* revelava-se na extravagância e riqueza dos materiais, do trabalho e da arte empregue na execução das obras, de forma a mostrar uma ideia propagandística de poder avassalador e belo intimidante.

<sup>402</sup> Ver Anexo Documental n° 40 e 42.

<sup>403</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 204, doc. 106 (ver Anexo Documental n° 80).

*branco debruado de veludo branco, em chamalotes, em couados de paris allyonado timto de touquar, em:*

*marllota de cetim preto/ com as mangas pregadas e todas ffoRadas de/ taffeta preto e com huu debrum de uelludo por toda/ ha marllota, e as mangas abertas e auera pexas/ aberturas das mangas e bocais huã bamda de/ uelludo de que saia a pestana por ffora de llargura/ de quatro dedos e por as dyanteiras huã banda/ do dicto uelludo de largura de huu pallmo e por/ ha Roda de largura de quatro dedos e com seus botoins/ de uelludo*<sup>404</sup>

em:

*huãs mangas de cetym/ da cor que sua alteza quiser de quatro tiras E por/ cima delas outras tiras feytas em lantijoulas e debru/adas de ueludo da mesma cor pellas aberturas e pesta/nas do mesmo cetym por baixo dos debruns E/ outras mangas de cetym doutra coor com a mesma/ abertura nas traues das mangas*<sup>405</sup>.

ou, ainda, em:

*humã cota de trimteu de poo com huu debrum/ de uelludo cramesym pella Roda e ponta com hua bamda/ de çetim cramesym de llargura de huu couto pella Roda/ da parte de dentro e o cos foRado de tafeta, e huu Roupão da dicta trimteu de poo com as mangas todas/ foRadas de cetim cramesym e pelas dianteiras e capello/ da llargura de huu pallmo e a Roda de humã mão trauesa/ do dicto cetim cramesym e pella Roda e dianteiras e bocas/ e capello e mangas todo debruado de uelludo cramesym/ com pestanas dobradas do dicto cetim picadas, [...] e dous debruns do dicto cetim pera cada corte que são hoito de/ broins/ e nas meias mangas ho mesmo, e as mangas/ abertas pellos comprimentos e um com tres e Reigados/ e debruadas do dycto cetim com suas alljetas ffoRadas/ e asy ho corpo por traseira e dianteira de couados/ com dous debroins e foRado do mesmo cetim e na Roda/ dous couados com çimco debruns do dicto cetim e por/ de dentro humã banda da llargura de huu couto e/ ate dos debruns picados, e humas manguinhas pera/ de baixo do tafeta, e asy lhe mandares ffazer/ huã cota de chamallote preto com huu debrum de uelludo/ ha Roda e ponta e da parte de dentro pella Roda a/ humã bamda de çetim da llargura de huu couto, e asy/ lhe mandares fazer huu sombreiro foRado por dentro de çetim preto e por ffora de uelludo com sua/ guarnyção de Retros, e asy lhe mandares dar/ çinco sesmas de cetim allyonado pera humã coiffa/ e pera foRo de humã marta*<sup>406</sup>.

As cores e tecidos são tão inesperadas quanto variadas: amarelo, roxo, vermelho, preto, branco, verde, carmesim e azul em gamas de cores que se espriam por tonalidades cada vez mais subtis, desenvolvidas através das técnicas orientais para tingir e bordar — D. Maria tinha por morador de sua *casa* um Fernão Rodrigues, sirgheiro<sup>407</sup> — com a ajuda das exóticas plantas tintureiras. Este refinado sentido para a cor levou à crescente atenção para

---

<sup>404</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 200, doc. 35 (ver Anexo Documental nº 75).

<sup>405</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 203, doc. 56 (ver Anexo Documental nº 76).

<sup>406</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 205, doc. 159 (ver Anexo Documental nº 83).

<sup>407</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 204, doc. 57 (ver Anexo Documental nº 78).

os diferentes efeitos da luz nos panos, cujas texturas eram diversas, como veludo, tafetá, cetim, cotas de florença e de Ruão, seda, lã, peles e damasco, combinados em vários vestidos.

Na trasladação dos ossos de D. Manuel para o Mosteiro dos Jerónimos:

*a Rainha levava manto de raxa com huum debrum de veludo preto, a ifante sem manto com huum sahio frisado, e ambas toucadas de branco*<sup>408</sup>.

Sete anos mais tarde, em 1558, no encontro com a mãe em Badajoz, o relato dos cronistas fala-nos das damas que íam:

*caprichosamente vestida de tres sedas: a de cima golpeada, e a de baixo em bordaduras, acompanhado-as muitos pagens e moços de esporas com suas exquisitas librés; os cavalleiros, presididos pelo deslumbrante Conde de Vimioso, de opas e roupas bordadas de perolas, collares de pedrarias, ricas espadas, e adagas esmaltadas de oiro. A Infanta vinha garbosamente montada n'uma mula com guarnição e andilhas de riquissima chaparia de ouro. Do seu lado a Rainha D. Leonor, montada ricamente em mula, tendo-se pouco antes apeado das andas cobertas de panno de ouro, guarnecidos os cavallos de brocado de oiro de pello*<sup>409</sup>.

Junto com as encomendas de vestuário de D. Maria, encontramos outras que revelam aspectos relacionados com o dia-a-dia de uma princesa:

*e asy lhe mandares ffazer/ huu pano de damasco uerde de tres panos de llarguraa/ do dicto damasco e de tres couados de comprido cada pano/ foRado de Ruão de sello uerde com sua bamda da llargura/ de quatro dedos, e debruado de uelludo uerde pella mesma/ bamda, e este pano he pera quando sua allteza estuda/ [...] e/ asy lhe mandares dar tres quartos de cetim cramesym/ pera huã allmofadinha de llaurar, e outros tres quartos/ de uelludo cramesym pera huã allmofadinha com suas/ tramças d ouro e seda pera debaixo do lliuro do allouiam*<sup>410</sup>

e com os cuidados quotidianos da sua casa:

*e asy lhe mandares fazer oyto ffronhas/ d allmofadas d ollanda pera a cama e seys toalhas/ de uerso de duas varas e mea cada huma e oyto toalhas/ d ollanda de cobrir pão de vara e mea cada huma [...] e outras duas toalhas de vara cada/ huma pera pão e quatro duzias de guardanapos d ollanda/ de mea vara cada huu partidos pello festo e qua/tro varas de Ruão grosso pera panos de prata e huma/ duzia e mea de camisas d ollanda fina .s. huma duzia/ pera de dya e mea duzia pera de noute e tambem tres/ duzias de llenços de narizes e seis coiffas pera de/ noute e hum penteador e asy quatro varas de/ llam da fina pera tramçados e tres varas do cadylho/ pera os tyares e ollanda pera duas mantilhas pera/ de baixo e pera duas faixas e*

---

<sup>408</sup> BNL — *Manuscrito*, cx. 5, n° 36 impresso in Pinheiro, 1985, p. IX

<sup>409</sup> Baião, 1737, p. 258.

<sup>410</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 205, doc. 159 (ver Anexo Documental n° 83).

*tambem quatro varas/ d ollamda grossa pera ho Resgardo e duas toalhas/ da mesma ollamda de uara e mea cada huma e outras/ duas toalhas de uara cada huma pera o Resgardo*<sup>411</sup>

*seis llemçois d ollanda pera ha cama de tres/ panos cada huu e de tres varas e terça cada pano de cor uerde/ e oito ffronhas d allmoffadas d ollanda pera a cama, e seis/ thoalhas de mesa de duas uaras e duas terças cada huma/ e asy lhe mandares fazer houtras oito toalhas de peyto/ [...] E asy lhe mandares ffazer huu all/moffreixe com suas çilhas pera a cama, e huma alua/ com seu amito d ollanda grossa*<sup>412</sup>.

Sabemos que as suas jóias eram tão variadas quanto esplendorosas. Os retratos pintados e desenhados confirmam-no: são golas e colares compridíssimos de pérolas, mangas abertas e abotoadas com pedras e metais preciosos, firmas magníficas que combinam esmeraldas, rubis e safiras. Assim recebia ela os seus convidados, "brilhando mais que o próprio sol", como a descreveu, maravilhado, o embaixador francês.

A documentação consultada não refere especificamente as jóias que a Infanta possuía, mas apenas aquelas que levou para o convento da Luz:

*Hua gargantilha com seus bar/çeleles que tudo constão de trinta E/ hua pessas Esmaltadas de negro/ com dous diamantes cada pessa que/ a respeito de dous mil E quinhentos reis cada pessa montão setenta e sete mil E quinhentos/ reis com ouro E feítio/ [...] tres rosas de ouro E diamantes de/ aneis que todos Valem sinquoenta mil reis/ [...] Huas arecadas diamantes/ E perolas*<sup>413</sup>.

Foi, ainda, Jorge Ferreira de Vasconcelos quem se deteve numa dessas descrições:

*A Infanta vestida de saya de cetim encarnado, picada &/ cortada cõ bordadura de recamado douro & prata de h~ua/ mão de trauesa em largo, & h~ua diãteyra de trãças de ouro/ de camtilho de muytas perolas forrada de cetim ~ecarnado,/ h~uas manguinhas da mesma maneyra, h~ua cinta douro, h~ua/ gorgueyra cuberta de perolas, h~u tocado & nistros do mesmo/ teor, na cabeça h~ua tiara de pedraria, & h~u só firmal em h~ua/ guedilha, & h~u fio de perolas ao pescoço*<sup>414</sup>.

No seu testamento, a Infanta menciona que deixa a D. António uma soberba:

*Cruz de diamantes que tem huã perola pendente*

oferecendo, também, ao Arcebispo e ao Governador de Lisboa dois valiosos anéis:

*das minhas joyas se escolhão dous diamantes, que valhão oitocentos cruzados cada hum, de que se farão dous aneis, pera cada hum o seu*<sup>415</sup>.

---

<sup>411</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 197, doc. 124 (ver Anexo Documental nº 71).

<sup>412</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 205, doc. 160 (ver Anexo Documental nº 84).

<sup>413</sup> BA — Cód. 51-VI-15 (ver Anexo Documental nº 14).

<sup>414</sup> Vasconcelos, 1567, fº 220vº.

<sup>415</sup> BNL — Cod. 6 900, artº 36 do testamento e 13 do codicilo (ver Anexo Documental nº 68).



Já sobre as encomendas de ourivesaria feitas por D. Maria, existem dados mais concretos. O busto-relicário de Santa Engrácia tem, neste contexto, alguma relevância apesar da sua execução póstuma: trata-se de uma peça de prata branca e dourada, em tamanho natural, ricamente lavrada mas que repete alguns motivos decorativos e jóias da predilecção da Infanta. Na cabeça uma coroa aberta de prata dourada e nas orelhas um par de brincos que desapareceram<sup>416</sup>.

D. Maria dotou o seu mausoléu de jóias valiosíssimas, nomeadamente a imagem quatrocentista de Nossa Senhora, de que a descrição da transladação dos seus ossos para a Luz em 1596 nos dá conta:

*Sobre hum andor ricamente ornado, vistida [a imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Luz] de tella branca de custoso preço, & feítio rico, & sobre sua imperial cabeça trazia hum coroa de ouro mociço [sic] semeada de ricas perolas, que a infante D. Maria lhe deu, caindo do collo sobre seu peito, hum rico colar de ouro, indo & tanto sobre maneira fermosa a santissima senhora que atrahia a si os olhos, & coraçons de todos*<sup>417</sup>.

Há, ainda, notícia de uma:

*bella imagem de prata, representando [...] Nossa Senhora. Tem no pedestal um brasão da infanta*<sup>418</sup>;

e de uma

*corôa de oiro com pedras e esmaltes e que é tradição ter sido doada por aquella princeza*<sup>419</sup>.

Esta coroa teria vindo de Nossa Senhora da Luz. Para além do testamento de D. Maria — no qual constam referências detalhadas das alfaias e paramentos que a Infanta quis deixar à sua igreja-mausoléu — existe um manuscrito da Biblioteca da Ajuda que menciona os objectos que a Infanta levou para o convento da Luz para o seu serviço:

*H~u prato E h~u gumil de Agoa [...] duas saluas [...] Dous Castiças [...] Duas escudellas [...] Dous garfos, duas colheres E dous ca/bos de facas [...] H~u Candieiro com suas tereiras E badeja [...] [com] pé de Pao pretto [...] H~ua Abandeja pera leuantar a mesa/ laurada [...] H~u talher com saleiro pimenteiro asu/careiro Caneleiro E galhetas pera aseite/ E vinagre [...] doze Prattos meoes [...] desoitto prattos de Cortar [...] mais h~ua basinica de prata [...] H~u Relicario [...] H~uas contas de Pahinha de ou/ro por quinze mil reis/ [...] H~uas camandulas emgrazadas/ por tres mil reis*<sup>420</sup>.

---

<sup>416</sup> Viterbo, s/d, p. 49.

<sup>417</sup> Maria, s/d, vol. II, X — 13 de Junho.

<sup>418</sup> Viterbo, s/d, p. 49. Imagem que pertencia, no final do século XIX, ao rei D. Fernando. Viterbo considera-a, contudo, anterior, talvez do século XV apesar de alertar para a necessidade de um exame antes de tirar conclusões. Resta-nos, infelizmente, a incerteza total até à localização da peça citada.

<sup>419</sup> Viterbo, s/d, p. 21.

<sup>420</sup> BA — Cód. 51-VI-15 (ver Anexo Documental nº 14).

A interpretação que fazia de *mecenato total* e, também, a sua religiosidade, levaram D. Maria a preocupar-se com as alfaías e paramentos litúrgicos, rodeando-se e oferecendo às casas que funda toda uma vasta panóplia de objectos e labores. A documentação refere vários exemplos:

*humu uara/ d ollanda pera ffazer duas toalhinhas pera ho alltar honde/ dize a missa*<sup>421</sup>

*ccetim pera ffoRo do auimento do oratorio e asy/ mandares aualliar e pagar dous couuados pera ho/ oratorio de humu cramesim pera hum ffromtall*<sup>422</sup>

Numas *Notícias* manuscritas do século XVII, com lembrança de acontecimentos do arcebispado de D. Teotónio de Bragança, menciona-se a compra para a Sé de Évora, em 1587(?) de:

*6 panos de tella que foram da infante dona maria por seiscentos mill reis*<sup>423</sup>

ou, finalmente, um frontal — descrito no final do século XIX — de seda branca, ornado com largas tiras de veludo carmezim bordadas a fio de ouro em alto relevo, que tinha, ao centro da tira superior e nas extremidades inferiores das tiras laterais, o brasão de armas de D. Maria<sup>424</sup>.

A sua extrema afeição ao Santíssimo Sacramento e à Virgem, levam a Infanta a dedicar a estes altares devocionais uma especial atenção:

*occupando-se ella, e suas Damas, e criadas em fazer corporaes, toalhas, e outras cousas para o serviço do Altar. A este Divino Sacramento assistia, com muita attenção, e despezas, desde que se expunha no dia de sua sagrada instituição; e ordenou que no Convento da Encarnação, que mandava fundar em Lisboa, assistissem, em Oração diante delle alternativamente duas Freira*<sup>425</sup>

Ao convento da Graça em Lisboa — no qual já mandara cobrir de prata a imagem da Virgem — deixa não só paramentos, como, também, o rico breviário onde rezava todos os dias:

*Foy devotissima da milagrosa Imagem de nossa Senhora da Graça de Lisboa, cuja irmã, e Juiza perpetua, era da sua Irmandade, e a mandou cubrir de prata com singular arteficio; e lhe deu muitos ornamentos, e joyas em sua vida, e por sua morte lhe deixou o Breviario por onde rezava todos os dias o Officio Divino, e o da mesma Senhora; o qual he de letra de mão escrito em pergaminho fino encadernado em veludo verde*

---

<sup>421</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 205, doc. 160 (ver Anexo Documental nº 84).

<sup>422</sup> ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 199, doc. 65 (ver Anexo Documental nº 73).

<sup>423</sup> BNL — Mss. 29, doc. 50 [manuscrito de difícil leitura devido ao muito mau estado de conservação em que se encontra].

<sup>424</sup> Viterbo, s/d, p. 21. Segundo o autor, é possível que este fosse um dos ricos paramentos que a Infanta deixou à igreja da Luz.

<sup>425</sup> Baião, 1737, p. 474.

*com brochas, e guarniçoens de prata; o qual hoje se conserva, e mostra, como joya de grande preço, no Santuario do Collegio de nossa Senhora do Populo em Braga, para onde o levou o Arcebispo daquela Cidade D. Fr. Agostinho de Castro, seu fundador*<sup>426</sup>.

Os livros iluminados, bíblias e compêndios que a Infanta possuiria são-nos tão desconhecidos quanto a composição da sua biblioteca. Todavia, para além do breviário já referido, sabemos que tinha um livro de horas, que D. Leonor mandara fazer:

*en Flandres, vnas horas de la misma Señora [da Virgem] con tal letra y tan preciosa estampas illuminadas , y otros adornos Reales, de que se componia la encuadernacion deste libro*<sup>427</sup>.

Essa influência da arte flamenga no gosto de D. Maria manifesta-se na encomenda de tapeçarias. Os 12 panos que constituíam o ciclo dos feitos de D. João de Castro são as mais conhecidas. Mas a Infanta tinha pelo menos mais uma série completa de tapeçarias e vivia rodeada de outras. É o que nos dizem os relatos coevos, nomeadamente o de Miguel Bonelo, que lembra como D. Maria recebeu o Cardeal Alexandrino:

*Esperava em pé pelo Legado, num aposento forrado de panos de Flandres*<sup>428</sup>.

O facto do secretário do legado papal não se deter na descrição destes panos (ou pelo menos referir a semelhança temática com a série madrilena de Carlos V) leva-nos a pensar que não eram estas as tapeçarias que representavam a conquista de Tunes (1535), das quais a Infanta possuía uma cópia. Esta cópia, tardia<sup>429</sup>, mandada fazer na Flandres, era uma homenagem ao seu irmão favorito, D. Luís — que estivera ao lado das tropas imperiais na batalha, e cujos serviços haviam sido muito apreciados por Carlos V — e ao tio, ao mesmo tempo que reforçava o precedente de ordem simbólica — na encomenda das tapeçarias de D. João de Castro — ao acomodar às suas ambições políticas e estéticas uma liça em que não participara e um desenho no qual não interferira.

As tapeçarias foram deixadas por D. Maria ao sobrinho-rei, D. Sebastião, em testamento. No século XVIII estavam a decorar a capela real de D. João V, depois do que perdeu-se-lhe o rasto<sup>430</sup>. Uma crónica carmelita dá-nos uma notícia destas tapeçarias:

---

<sup>426</sup> Baião, 1737, p. 472.

<sup>427</sup> Pacheco, 1675, p. 108vº. O livro desapareceu, para depois voltar às mãos dos gestores da fazenda da Infanta.

<sup>428</sup> Herculano, 1982-1987, vol. IV, p. 357.

<sup>429</sup> No artº 35 do testamento (1577) a Infanta menciona que dois dos panos estavam, ainda, na Flandres (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>430</sup> Keil, 1928, p.7.

*A hum sabado 15 de julho estava ja a nossa igreja armada com os pannos de Tunes, em que de seda e ouro se vem as historias das conquistas da goleta & Tunes retratadas tão ao vivo que deixão atraz os delicados pinseis de Zeuzis e Thimantes*<sup>431</sup>.

A encomenda<sup>432</sup> das doze tapeçarias de D. João de Castro (das quais restam 10) foi patrocinada, também, pela culta Infanta. D. Maria está retratada em três dos panos<sup>433</sup> e era ela a única pessoa que dispunha em Portugal da fortuna necessária para pagar a custosa manufactura<sup>434</sup>, além de possuir fortes ligações à cultura e produção artística flamenga.

Julgamos que esta comissão a um dos tapeceiros de Bruxelas— c. 1557<sup>435</sup>-1560 — servia a mais de um propósito político de D. Maria: seria, por um lado, um presente de noivado, uma vez que os seus embaixadores discutiam na corte alemã o seu casamento com Fernando; mas era, também, uma forma da Infanta mostrar ao mundo como a sua casa era rica e poderosa, principalmente numa altura em que se sabia das suas dificuldades em fazer valer os seus direitos em França.

A quase constante insolvência da fortuna da Infanta limitou a sua encomenda em várias ocasiões. Contudo, neste momento, D. Maria tinha de se mostrar *majestosa*<sup>436</sup> — primeiro porque queria ser imperatriz e depois, após a morte de D. João III, porque queria ser rainha de Portugal — dando a ver a todos como dispunha dos meios para fazer tão custosa compra, à qual associa, simbolicamente, alguns dos ensinamentos que Carlos V lhe fôra fornecendo ao longo da vida.

A fórmula de composição das tapeçarias espelha uma ideia de síntese que reflecte as circunstâncias do momento e reúne, propagandisticamente, uma série de acontecimentos e

---

<sup>431</sup> Sant'Anna, 1622, p.600.

<sup>432</sup> Incontestavelmente portuguesa quer pela temática, quer pelos elementos formais, como sejam as letras das legendas, negras sobre fundo branco, inexistentes na Flandres.

<sup>433</sup> A questão dos retratos foi tratada no capítulo 4, mas repare-se, agora, na riqueza do vestuário, na variedade de tecidos, jóias e peles, na presença constante de símbolos que ligam a Infanta ao poder — bastão na tapeçaria 10 —, à sua nobre estirpe — luvas na tapeçaria 9 — e à sua modéstia e religiosidade — corda franciscana na tapeçaria 8 — que encontramos referenciados noutros elementos iconográficos que a caracterizam. As referências aos nomes e ordem das tapeçarias é feita com base no catálogo da exposição no MNAA em 1995.

<sup>434</sup> As tapeçarias eram pagas ao metro utilizando os melhores e mais preciosos materiais na sua execução e com isso atingindo somas altíssimas.

<sup>435</sup> Data em que surge a proposta de casamento da Infanta com Fernando da Alemanha (ver capítulo 2).

<sup>436</sup> O recurso a tapeçarias para mostrar o poder de uma dinastia foi, cerca de 15 anos mais tarde (1574-1582), reutilizado por Catarina de Médicis nas famosas tapeçarias Valois, hoje nos Uffizi de Florença. Ver Strong, 1995, pp. 98-125.

realidades que, aparentemente, não se relacionavam entre si: a encomenda das tapeçarias é feita cerca de 10 anos depois dos acontecimentos que narram, incidindo sobre os feitos mais grandiosos onde, à vez, estão presentes os mais variados poderes, primeiro o militar, depois o religioso, ambos sob a aprovação final da Infanta, filha e irmã de reis.

A sequência de eventos que relatam as campanhas de D. João de Castro na Índia — espalhados por várias cidades e locais, em terra e no mar, e em períodos de tempo distantes e não sequenciais — são retratados em contínuo, dando uma unidade de leitura aos panos que culmina com a presença da personagem da Infanta D. Maria — representando a poderosa dinastia que levou o credo e a cultura europeias às longínquas partes orientais — que aparece acompanhada do herói que personifica os feitos guerreiros, D. João de Castro. A esta noção de herói não faltam, sequer, as alusões à iconografia e memória romanas, seja no anacrónico vestuário e calçado de algumas das personagens<sup>437</sup>, seja no uso de letras epigráficas romanas, magnificamente bordadas em fio de ouro sobre azul e vermelho. De facto, a cenografia das tapeçarias pode-se dividir em três grupos: por um lado, as representações alegóricas, reais ou imaginárias, que recorrem à iconografia do mito romano com algumas pinceladas mais exóticas<sup>438</sup>; um segundo grupo retrata fielmente o vestuário, as armas, os jogos, as procissões e cortejos feitos pelos portugueses durante e após a conquista territorial; por fim, o uso de vistas como fundos, nos quais aparece a Infanta e D. João de Castro, que tinham como objectivo glorificar a dinastia que D. Maria queria encabeçar, os Avis.

Repare-se, então, na tapeçaria 8 — *Primeira campanha de Salsete* na qual se vêem ao fundo os aprumados e dignos soldados portugueses a festejar abundantemente — as mesas são fartas, as pipas e jarros de vinho circulam; um cortejo de homens carregados de mantimentos desce a colina, num cenário quase idílico de uma natureza exuberante, onde um riacho de água limpa mata a sede aos cavalos — a conquista de uma cidade — cujo único indício são duas cabanas a arder — estando em primeiro plano D. João que mostra à Infanta a sua recente riqueza.

Na tapeçaria 9 — *Repouso junto ao pagode de Mardor* encontramos, de novo, um fundo indefinido onde se vê uma cidade irreal que mistura alguns edifícios conhecidos com

---

<sup>437</sup> O que a nosso ver, vem reforçar a hipótese de ser Antóno Campelo o autor dos cartões com os desenhos enviados para Bruxelas.

<sup>438</sup> Veja-se, por exemplo, a personagem feminina do pano 7 — *Campanha de Dabul* que tem um medalhão a prender-lhe o fio de contas ao decote do vestido e, na mão, um cantil cuja face apresenta um desenho com um retrato de perfil, à maneira romana.

a representação de batalhas navais, tão em voga nas cortes europeias. No primeiro plano, quase descontextualizado, a Infanta sentada recebe de D. João de Castro um ramo de frutos maduros. Romãs, o fruto imperial usado pela primeira vez por Maximiliano I, num importante referente iconográfico à casa Habsburgo que D. Maria não esquece.

Por fim, a tapeçaria 10 — *Regresso a Diu* na qual, mais uma vez, o artista que debuxou os cartões se limita a colocar, contra um cenário vitorioso e feliz, as imagens da sua mecenas e do herói, que celebra nas batalhas o poder e fortuna da casa real portuguesa, representada — pela filha mais nova do rei *Venturoso* — montada num magnífico corcel branco.

Merece uma última referência uma curiosa construção patrocinada por D. Maria. Trata-se de um *presépio* mandado erguer em 1569 em Alenquer, quando de uma estada da Infanta e da Rainha, devida à epidemia de peste que grassava em Lisboa. O edifício fôra construído junto à ermida de Nossa Senhora da Graça nos jardins do antigo convento de capuchos da Carnota, e:

*Ainda existia em 1860, mas já muito estragado, porque a madeira do telhado apodreceu, e as imagens, muitas das quaes eram de barro crú coberto de gesso e verniz, estavam desfeitas pela chuva que penetrava. Entretanto, via-se que tinha sido grandioso, e que as figuras eram muito naturaes e bem moldadas. O edificio estava dividido em duas partes por um arco de cantaria, então aberto, mas hoje com o vão cheio de alvenaria. Áquem do arco era o recinto aonde se juntavam os espectadores, detidos por um gradeamento. Esta parte ainda se conserva, e tem as paredes revestidas de um mosaico de conchas e pedaços de louça, de bonito desenho, e de muita paciencia na fabricação.*

Este presépio não vem mencionado em qualquer outra obra que refira o mecenato de D. Maria, e o autor não explica o porquê da escolha da Infanta para o patrocínio desta obra tão interessante e invulgar, mas que, de qualquer forma, revela algumas preocupações estéticas, nomeadamente no revestimento em *embrechado* e na encenação da gruta que assiste ao nascimento do filho de Cristo:

*Do arco estava um anjo dependurado, annunciando a boa nova: «Natus est vobis hodie salvator qui es Christus». Além do arco, no pavimento terreo e no meio, em formosa gruta, formada de stalactites, escorias, conchas e louça, estava o Menino Deus, no berço, com seus paes, e o côro angélico. De um lado e outro viam-se as portas da Cidade Santa, e da parte alta d'esta , que estava no fundo e representada por casas, chafarizes, moinho de vento, etc., tudo em miniatura, desciam os Reis Magos com seus sequitos, e gente de todas as classes do povo, admiravelmente esculpturadas, no tamanho de cincoenta centimetros de altura, que se dirigiam ás portas para adorar o recémnascido Salvador do Mundo.*<sup>439</sup>

---

<sup>439</sup> Henriques, 1946, pp. 85-86. A primeira edição deste opúsculo é de 1901.

## ***Capítulo 8 — O mecenato literário***

Em 1502, para comemorar o desejado nascimento do príncipe João, filho primogénito do rei D. Manuel e da sua segunda mulher D. Maria, Gil Vicente compôs o *Monólogo do Vaqueiro* ou *Auto da visitação*. Em 1521, ano do nascimento da Infanta, não se conhece texto algum comemorativo ou poema de felicitações, mas esta falta seria corrigida ao longo da vida da Infanta através das muitas obras que lhe seriam oferecidas.

Ao que sabemos, 1544 data a primeira obra que lhe foi dedicada. Trata-se de uma novela de cavalaria — a primeira escrita na Península moderna e cuja importância precursora foi reconhecida pelo próprio Cervantes<sup>440</sup> —, a *Chronica do famoso e muito esforçado cavalleiro Palmeyrim de Inglaterra Filho del Rey Dom Duardos* escrita por Francisco de Moraes<sup>441</sup>. Moraes fôra moço fidalgo da casa do infante D. Duarte e depois secretário de D. Francisco de Noronha, enviado em 1541 para França como embaixador de D. João III. O novo diplomata na corte de Francisco I levou consigo Francisco de Moraes, que aí viveu nos três anos seguintes.

A estada de Francisco de Moraes na corte francesa não está ainda devidamente estudada, nomeadamente no que diz respeito às consequências do seu regresso que, a atestar pelas reacções que os relatos das suas cartas provocaram na corte portuguesa, não terá sido fácil. É certo que o convívio de Moraes com os nobres e damas franceses era muito estreito, frequentando os seus salões, assistindo aos seus saraus e ouvindo os assuntos que discutiam. É célebre o episódio da bela Torcy, dama de alta estirpe e companhia da rainha D. Leonor por quem Moraes se apaixonou, a ponto de abandonar o seu posto na corte francesa quando se viu recusado. Este episódio tem importância por nos asseverar o contacto, se não directo,

---

<sup>440</sup> Só em 1876 se esclareceu definitivamente a dúvida em torno da autoria do *Palmeirim de Inglaterra*, que os autores espanhóis queriam fosse castelhana, omitindo completamente a figura de Francisco de Moraes. Para o mesmo assunto ver Díaz de Benjumea, Nicolas, 1876 — *Discurso sobre el Palmeirim de Inglaterra y su verdadero autor*. Lisboa: Imprensa de la Real Academia de Ciencias; Moraes, Francisco de, 1960 — *Palmeirim de Inglaterra*. 2ª ed. Lisboa: Gráfica Santelmo (selecção, argumento, prefácio e notas de Rodrigues Lapa). Ver, ainda, Moreira, Rafael e Guillaume, Jean, 1988 — *La première description du Chambord*. "Revue de l'Art". Paris, CNRS.

<sup>441</sup> Moraes explica que oferece a obra à Infanta porque: " V. A. muy esclarecida Princesa: assi entre os grandes como na gente do geral estado, [...] que de tal qualidade sam vossas virtudes, que com igual afeição se pregoão. Isto não somente acontece aos naturais de este reyno: de que vos sois filha, [...] mas ainda nos reynos estranhos, & mais remotos de nossa conuersação & vso, tendes o mesmo nome & e a mesma fama." (ver Anexo Documental nº 32)



pelo menos regular com a rainha, que é confirmado, também, pelas palavras do próprio autor na dedicatória<sup>442</sup>.

É natural que as palavras queixosas de D. Leonor fossem muitas vezes escutadas por Morais, que conhecia a riqueza e erudição da Infanta<sup>443</sup>, bem como os acontecimentos em torno das suas duas propostas de casamento falhadas com membros da família real francesa. A modéstia com que Francisco de Morais trata a sua obra, chegando a afirmar que a sua oferta à Infanta poderia ser considerada:

*cousa que alguns ouuerão por erro, afirmando que historias vaãs, não hão de ter seu assento tam alto* mostra as qualidades modernas e inovadoras da formação e juízo de D. Maria e o reconhecimento destas por parte dos escritores coevos.

Em 1546, é a vez da *latina* Luísa Sigeia escrever um poema em honra da Infanta. Trata-se de uma feliz coincidência entre os louvores feitos à melancólica e exuberante paisagem de Sintra — tão do agrado da família real e seus *criados* — e a ocasião que se anunciava pelo casamento de D. Maria com Filipe de Castela. *Syntra* é uma descrição hiperbólica em latim — que recorre aos esquemas tradicionais de imitação da poesia greco-latina, nomeadamente através das citações diversas de Ovídio e Virgílio — dos encantos da vila, que serve de cenário à trama de cariz clássico, à qual não falta o aparecimento de uma ninfa, portadora de uma auspiciosa mensagem de futuro para a Infanta que lhe fôra comunicada pelos deuses<sup>444</sup>.

Luísa revela ter entendido bem a mensagem humanista, valorizando o seu papel de erudita ao colocar-se como intérprete dos desígnios divinos no futuro da Infanta — porque é com ela que a mensageira dos céus fala — potencializando, simbolicamente, a sua importância e a do trabalho intelectual, que era afinal o seu. Com efeito, Luísa estava

---

<sup>442</sup> "mas a obrigação em que estou a V. A. por filha da Raynha christianissima de França vossa mãy, de que ja recebi merces" Moraes, 1592.

<sup>443</sup> Não podemos esquecer a carta latina escrita na década de 30 à mãe. Esta seria apenas uma entre muitas cartas — não necessariamente em latim — demonstrativas do domínio correcto da língua portuguesa e/ou castelhana, pois o próprio Morais confessa que: "*traduzia em portugues, assi por me parecer que sastifaria vossa inclinação*".

<sup>444</sup> A ninfa ouvira que D. Maria, apoiada por Minerva, Apolo e Calíope junto de Júpiter, casaria quando o sol passasse entre Câncer e Capricórnio e governaria o mundo. Alves, 1990, p. 61. (ver Anexo Documental nº 37).

descontente com o seu lugar na casa da Rainha<sup>445</sup> e terá aproveitado a ocasião para mostrar a admiração que sentia pela jovem irmã do Rei<sup>446</sup>.

O poema foi muito apreciado, suscitando epigramas elogiosos de Gaspar Barreiros e Jorge Coelho; André de Resende<sup>447</sup> também não o esquece na hora da morte de Luísa, e a própria decide divulgá-lo além fronteiras, enviando-o a Paulo III — a quem já mandara uma carta em latim —acompanhado da famosa carta<sup>448</sup> escrita em cinco línguas: latim, grego, siríaco, árabe e hebraico<sup>449</sup>. Foi publicado pela primeira vez em Paris vinte anos depois<sup>450</sup>, pela mão de Jean Nicot, embaixador francês na corte portuguesa (1559-1561) e grande amigo de Diogo Sigeu, pai de Luísa, que lhe entregara o manuscrito acompanhado de uma carta cujo texto se encontra no artigo de Odette Sauvage<sup>451</sup>.

Luísa Sigeia é uma das mais interessantes e misteriosas personagens da centúria de Quinhentos. Filha de Diogo Sigeu, francês, e de D. Francisca de Velasco<sup>452</sup>, castelhana,

---

<sup>445</sup> Discordamos de Odette Sauvage, 1972, p. 534 que coloca Luísa Sigeia como “dama latina” na casa da Infanta desde 1542; na consulta documental que fizemos o nome de Luísa não aparece mencionado e a própria Luísa localiza a carta que escreve ao papa a acompanhar o poema na “*cour du roi invincible du Portugal, en l’année du Seigneur 1546*” cit. in Bourdon e Sauvage, 1970, p. 82.

<sup>446</sup> No *Colloquium* refere que fôra requisitada pela Infanta para os seus estudos Sauvage, 1970, p. 23.

<sup>447</sup> “*Aqui jaz Sigea. Isto basta. Quem ignora o resto, necessitando explicações, é bárbaro, avesso às boas artes*” cit. in Alves, 1990, p. 62; Sauvage, 1972, p. 563.

<sup>448</sup> Na qual afirma da Infanta: “*cum Musis rationem studiorum habet conjunctissimam*” e “*In humanitatis et eruditionis nec non virtutum antistitem*” cit. in Vasconcelos, 1983, pp. 83 e 86, nn. 102 e 113, respectivamente. O papa respondeu-lhe com um breve, de Janeiro de 1547, dizendo-se: “*Delectati valde sumus in Domino ex tuis litteris quas ad nos latine, graece, hebraico, syriace, at que arabice scriptas dedisti.*” e no qual a apelida, pela primeira vez de “Aloysia”. Vasconcelos, 1983, pp. 88 e 89, nn. 153 e 167. Juan Vergara havia já, cerca de 1542, felicitado os reis portugueses por terem entre si “*essa pérola não das Índias mas bem mais preciosa que todas as pérolas das Índias*” cit. in Alves, 1990, p. 61.

<sup>449</sup> A carta, na sua versão latina e na tradução francesa, está publicada in Bourdon e Sauvage, 1970, pp. 80-82. Na BPE [Cod. CIII, 2-20] existe uma carta de um Frei Miguel à filha de Diogo Sigeu (Luísa) sobre um pedido dela, para que o rei autorizasse que um mouro lhe ensinasse a língua árabe (ver Anexo Documental nº 17).

<sup>450</sup> Impresso in Sabugosa, 1903, pp. 255-257 com o original e a tradução portuguesa, em colunas paralelas; e Sauvage, 1972, pp. 564-568 com anotação das diferenças que existem entre a 1ª edição e o manuscrito da Biblioteca de Toledo. Traduzido em francês nas pp. 568-570. As várias impressões são: Allut, P., 1862 — *Aloysia Sigea et Nicholas Chorier*. Lyon: Scheuring; Ribeiro, José Silvestre, 1880 — *Luíza Sigéa: breves apontamentos historico-litterarios*. Lisboa: Typographia da Academia; Serrano y Sanz, Manuel 1903-1905 — *Apuntes para una biblioteca de escritoras españolas desde el año 1401 al 1883*. Madrid: Establecimientos Tipolitográficos «Sucesores de Rivadeneyra».

<sup>451</sup> Sauvage, 1972, pp. 563-564 e tradução em francês na p. 564.

<sup>452</sup> Luísa usava o nome materno quando assinava cartas íntimas. Vasconcelos, 1983, p. 88, n. 156.

Luísa nasceu, provavelmente, em Toledo<sup>453</sup> em 1522<sup>454</sup>, vindo para Portugal com 20 anos quando o pai foi chamado para preceptor do jovem D. Teodósio, duque de Bragança.<sup>455</sup> Assim é ela própria a dizer-se:

*quum patria essem Toledana, nutrita tamen apud Lusitanos, ac e Gallis oriunda*<sup>456</sup>,

aspecto que parece tê-la beneficiado, pois foi ensinada desde criança pelo culto pai — que frequentara a Universidade de Alcalá — e pôde depois partilhar os livros, pensamentos e dúvidas com alguns dos mais eruditos portugueses. Contudo, a condição de *alumna* (súbdita) foi muito dolorosa para Luísa; omite-o sempre enquanto dependente dos seus mecenas — nomeadamente da Infanta, dizendo-se:

*Cuius auctor pedissequa tua est*<sup>457</sup>

na dedicatória do *Colloquium* — mas deixa facilmente escapar a amargura nas cartas em que lembra os seus serviços. O descontentamento<sup>458</sup> de Luísa Sigeia agrava-se com o

---

<sup>453</sup> Alguns autores ainda colocam em dúvida esta informação; contudo, há várias referências de estudiosos da cidade a esse facto: João Vaseo na crónica desta cidade fez-lhe referência; um poeta toledano dedicou-lhe o seguinte poema: “*Vereis sobre vn peñasco a la Sigea,/ Del rubio Apolo amada y dulce prenda,/ Christiana Cinthia, y Casta Citerea,/ Delas Musas Aonias Templo digno:/ Esta es la que no solo a España ilustra,/ Pues su buen nombre en todo el mundo suena;/ En quien se halla mas que humano Ingenio,/ Y a quien el cielo dio con larga mano/ Lo mas que pudo dar, y el Sol no ha visto/ Tal espiritu, y saber en carne, y huessos*”; João Merulo, nobre jurisconsultor toledano, escreveu-lhe o seguinte epitáfio: “*Loisiae Sigæe Toledanæ sui seculo Minervæ/ Toletum nascentem excepit, Lusitania honores, / & divitas dedit, Burgi maritum unicumque/ filium, & pro dolor/ ante sepulchrum/ Anno salutis MDLX. Octob. die XIII*”.

<sup>454</sup> É a data que Odette Sauvage defende, apesar de haver poucas certezas e de André de Resende afirmar que ela nascera em 1530 no seu texto das *Orationes*. Ribeiro, 1880, p. 10 e Vasconcelos, 1983, p. 88, n. 157 dizem que nasceu em 1530; Alves, 1990, p. 57 considera a data de 1520.

<sup>455</sup> “*Para Mestre de D. Theodosio Duque de Bragança passou da Cidade de Toledo para a de Lisboa o Francez Diogo Sigé, homem sapientissimo nas linguas, e letras humanas, pelo Reynado de D. João III. [...] Este foy o illustre progenitor e Mestre de Luiza Sigé, ou Sigéa, tão conhecida naquella idade pelo nome, como agora pelas suas letras em diferentes obras, que nos deixou em prosa, e verso. Conheceo lhe seu pay o engenho logo na primeira idade, e depois de a doutrinar em as linguas Hebreá, Gréga, Syriaca, e Latina, lhe ensinou as Filosofias com outras letras humanas, em que foy muito douta. A fama do seu juizo, engenho e discrição a introduzio na presença, e serviço da Infanta D. Maria, filha del Rey D. Manoel, que viveo em celibato, e era dada ao estudo das bellas letras, e se acompanhava de muitas donzellas prendadas, e doudas em sciencias, e artes liberaes, sendo o quarto de seu Palacio huma continuada palestra, especiosa, e alegre Academia. [...] Ordenou Hum Dialogo de Differentia vitæ rusticæ, & urbanæ; e se lhe attribuem diversas obras com Cartas, e Versos.*” Perym, 1736, pp. 16-17. O pai e irmãos de Luísa, incluindo a sua irmã Ângela que era, também, dama da Infanta D. Maria, trabalharam sempre para a família real ou para a Igreja; segundo Ana Maria Alves Diogo Sigeo teria vindo para Portugal integrado na comitiva de D. Maria Pacheco mulher de Juan Padilla, chefe da insurreição dos “comuneros” e por isso executado. Ver Alves, 1990, pp. 59-60.

<sup>456</sup> “*toledana de nação, portuguesa de criação e oriunda de França*” Vasconcelos, 1983, p. 88, n. 155.

<sup>457</sup> “*Son auteur est votre servante*” na tradução de Sauvage, 1970, p. 10.

<sup>458</sup> Ana Maria Alves dá-nos uma visão mais dura da obra e personalidade de Luísa Sigeia, nas suas palavras “*uma mulher banal que saboreou a vida por ter aprendido latim e sofreu na vida por ter estudado demais.*” Alves, 1990, p. 59 Vaidosa e alardeando constantemente a sua superioridade cultural, Luísa era afinal uma

afastamento da corte em 1555 depois do casamento com o fidalgo arruinado Francisco de Cuevas. O casamento realizou-se em 1552, data de um outro livro dedicado à Infanta. Trata-se do *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata*<sup>459</sup>, um diálogo<sup>460</sup> — forma superior de escrita humanista — travado entre duas jovens, Flaminia e Blesilla, numa casa de campo onde a autora opera a síntese entre as temáticas do seu quotidiano — profano, pois adivinhava-se o seu casamento, e religioso, pois defende-se o ideal de vida que tem em Deus o verdadeiro bem — e os conhecimentos clássicos e cristãos. O debate opõe a *vita rustica* (Blesilla) e a *vita aulica* (Flaminia) e desenrola-se durante três dias, no fim dos quais “*La conclusion de cette journée, où Flaminia s’avoue soudain convaincre de la nécessité de s’eloigner de la cour sans que Blésilla ait opposé à ses arguments autre chose qu’une véhémence exhortation à fuir le monde, laisse le lecteur plutôt surpris d’une capitulation que rien ne semble justifier.*”<sup>461</sup> Blesilla e Flaminia são as duas tonalidades de uma só Luísa que se coloca, de novo, como personagem principal dos seus escritos, usando o texto — com o propósito de celebrar o consórcio de D. Maria com Filipe, para o qual continuavam as negociações e Moro pintava o retrato das Descalzas Reales — para exprimir as suas ideias sobre o retrato teórico do príncipe ideal (no qual a política se submete à moral) criticando implicitamente a Infanta ao condenar os excessos ostentatórios e a injustiça que os príncipes praticavam nas suas cortes e valorizando a sua opção, que se confirmaria três anos mais tarde com o abandono da corte.

Em 1555 Luísa esperava que a sua nova condição lhe permitisse viver dignamente, sem ter que servir na corte. Mas desilude-se rapidamente, recorrendo aos mais altos

---

profissional dentro da corte e não poderia ambicionar as deferências e reconhecimento que tinham outras damas que, infalivelmente menos cultas, tinham sangue e condição nobre; este conflituoso sentimento está muito bem expresso nas inúmeras cartas que escreveu publicadas em Bourdon e Sauvage, 1970.

<sup>459</sup> De que se conhecia a existência mas que só em 1905 foi publicado, no 2º vol. da obra de Serrano, vol. II, pp. 419-471 (ver Anexo Documental nº 36). Para estudos mais desenvolvidos sobre o texto ver Sauvage, 1970 e Alves, 1990, pp. 66-79.

<sup>460</sup> Para compreender a importância do diálogo na cultura renascentista ver Alves, 1990, pp. 64-66.

<sup>461</sup> Sauvage, 1970, p. 37. Ana Maria Alves desenvolve esta ideia afirmando: “*Estamos na presença de um ideal de aurea mediocritas, perfilhado pelas duas interlocutoras. É ele que Blesilla defende com uma intensidade que corresponde ao perfilhamento de uma filosofia evangélica e não de uma dogmática religiosa. A única diferença entre a exposição de Blesilla e a defesa de que Flaminia fizera inicialmente da vida de corte é no fundo, a de que Flaminia o faz alegremente, ao passo que Blesilla apenas se conforma com essa opção. Fica assim salvaguardada a superioridade da via contemplativa sobre a activa.*” Alves, 1990, p. 72.

patrocínios<sup>462</sup> e evocando o trabalho que fizera junto de D. Maria; acaba por morrer a 13 de Outubro de 1560<sup>463</sup>, pobre e amargurada, deixando uma filha com apenas dois anos, Joana. Seis anos mais tarde, era impresso o poema *Syntra* acompanhado de outros escritos dirigidos a amigos, cujo sucesso em França levou Nicot a escrever a Diogo Sigeu:

*Veille de ton côté a ce que l'Infante Maria comprenne combien on a apprécié en France sa protégée*<sup>464</sup>.

A importância de Luísa Sigeia no panorama da escrita latina no Portugal de Quinhentos é considerável — principalmente enquanto autora do tratado de cariz filosófico que é afinal o *Colloquium* — mas não há "um único olhar de simpatia ou sequer de atenção para o que se passa do lado de fora"<sup>465</sup> das janelas da casa onde vive o seu quotidiano, fortemente dominado pela incansável procura do conhecimento nos textos clássicos, cristãos e Escrituras. Luísa não produziu crónicas dos hábitos da sua protectora, não descreveu os saraus ou objectos de apreço da sua senhora, não mencionou as páginas que folheou na biblioteca da casa onde vivia, enfim, não foi uma cortesã, se não por gosto e vivência — que recusa, como atrás vimos —, pelo menos por curiosidade e imitação de outros humanistas.

Ainda durante os anos 40, João de Barros escreveu o *Panegirico à mui alta e Esclarecida princesa infanta Dona Maria* no qual, enquanto natural de Viseu, celebrava: *a boa sorte daquela cidade, quando elRey Dom Ioão a deu à Senhora Infanta com titulo de Duquesa della*.<sup>466</sup>

---

<sup>462</sup> Em 1557 escreve a Maria da Hungria oferecendo os seus serviços e os do marido. A rainha responde afirmativamente, concedendo-lhe o lugar de “dama latina” e de secretário a Francisco. Contudo a rainha morre pouco depois, em Outubro de 1558, desfazendo-se o contrato. Este episódio levanta algumas questões: sabemos que Maria da Hungria se encontrou com a Infanta antes de morrer, na breve estada de Badajoz em que acompanhou D. Leonor. Assim, não é de crer que a tia não informasse a sobrinha que uma das suas mais prestigiadas damas se encontrava em tão humilhante situação. Por qualquer razão, que não nos foi possível apurar, não há reacção por parte da Infanta que só vinte anos mais tarde — ressaltamos a hipótese de existir documentação não consultada que esclareça este aspecto — colmata a sua falta ao deixar a Joana Sigeia, filha de Luísa e Francisco, uma tença (ver Anexo Documental nº 63 e 64). Luísa recorre, depois, a Filipe II — lembrando-lhe que fôra *alumna* de D. Maria: “*j'ai exercé avec un certain bonheur la fonction de préceptrice auprès de l'infante sérénissime D. Maria*” (p. 117) — que nem lhe dá resposta, e depois à nova rainha de Castela, Isabel de Valois, e a Carlos, que fôra proclamado herdeiro da coroa espanhola havia pouco. As cartas de Luísa Sigeia estão publicadas, em latim e na tradução francesa, em Bourdon e Sauvage, 1970.

<sup>463</sup> Fei Miguel Pacheco di-la viva em 1596 em Burgos com o marido (1675, pág. 96 vº). O marido ornou a sepultura com a seguinte inscrição: “*D.O.M./ Loisiae Sigææ fæminæ incomparabili,/ Cujus pudicitia cum eruditione linguarum,/ Quæ in ea ad miraculum usque fuit/ Ex æquo certabat!/ Franciscus Cuevas mærentiss./ Conjugi B.M.P./ Vale beata animula conjugii dum vivent/ Perpetuæ lachrymæ.*”

<sup>464</sup> Sauvage, 1972, p. 563.

<sup>465</sup> Alves, 1990, p. 58.

<sup>466</sup> Justificação fornecida por Manuel Severim de Faria na introdução da edição de 1655 das *Noticias de Portugal*. No capítulo 3 do Panegírico, Barros escreve: “*...com o prazer, que ao presente tenho, ou temos todos seus vassallos em elRey nos dar a vós por Senhora*”. (ver Anexo Documental nº 34).

O elogio é composto por 80 capítulos<sup>467</sup> escritos com referências e citações constantes aos mestres antigos, religiosos e pagãos, demonstrando um exímio domínio das fontes que não esconde o orgulho e prazer de quem sabe que o seu esforço será reconhecido.

A década de 50 é a que mais textos dedicados ou em honra da Infanta produziu, e o projecto de casamento com Filipe é um dos temas que mais empenho suscitou juntos dos escritores nacionais. Tratava-se, de facto, de um acontecimento ímpar; depois do desaire da morte da princesa homónima e face à débil saúde do príncipe herdeiro, reeditava-se a hipótese de uma princesa portuguesa vir a ocupar o trono de Castela e de todo o império Habsburgo. Luísa percebeu-o, bem como outros estudiosos que com ela conviveram e que fazem referências expressas ao casamento nos trabalhos que lhe dedicam. É o caso de Martim de Azpicuelta Navarro e de Manuel da Costa.

Em Novembro de 1550 D. Maria fez uma importante visita à cidade universitária de Coimbra acompanhando o Rei, a Rainha e o Príncipe D. João. Na altura, foi pedido a Inácio de Moraes<sup>468</sup> que fizesse a oração solene, dedicada a D. João III, e impressa<sup>469</sup> logo de seguida fazendo menção à presença da Infanta. Três anos mais tarde (1553) voltaria a contemplar a Infanta nos seus escritos; desta vez, um curioso diálogo *in Olympo colloquuntur* entre D. Maria e D. João III, impresso numa obra dedicada a D. António, prior do Crato<sup>470</sup>.

---

<sup>467</sup> "Na esteira de Erasmo e de Vives, interessou-se pela promoção social da mulher através das letras e das virtudes. Vemo-lo no Dialogo sobre preceptos moraes (1540) e com maior acuidade, no Panegírico da Infanta D. Maria (a. 1547) [...] O autor põe, sucessivamente, em relevo attitude cristã da Infanta, o seu gosto pela cultura, a sua fortaleza de alma. Na parte final, atacando directamente o problema, procura mostrar a capacidade varonil da mulher nas letras, na política, nas armas, na fama, na humanidade, na coragem e até, mesmo, no sofrimento." Dias, 1969, pp. 285-286. O Panegírico à Infanta D. Maria foi publicado pela 1ª vez nas *Noticias de Portugal* de Severim de Faria e vinte anos depois na biografia de Frei Miguel Pacheco; a data ainda não está completamente esclarecida: na edição de 1791 dos *Panegyricos do grande João de Barros: fielmente reimpressos conforme a sua antiga Linguagem ano 1533*, Lisboa: Na Offic. Antonio Gomes é datado de 1533, Carolina M. de Vasconcelos, 1983, p. 83, n. 96 data-o de 1555.

<sup>468</sup> Nasceu em Bragança. Formou-se em jurisprudência na Universidade de Coimbra, sendo escolhido pelo rei D. João III para mestre de seu filho D. Duarte e de D. António, filho natural do infante D. Luís. Foi sucessivamente nomeado lente de Gramática (1541) e de Poesia Latina (1546). Morreria no Mosteiro de Alcobaça, já sob o reinado de Filipe I.

<sup>469</sup> Com o título: "*Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diu-u Ioannem tertium nomine totius Academiae Conibricensis, at que in eiusdem scholis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, & regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus*" (ver Anexo Documental nº 19).

<sup>470</sup> Não existem exemplares desta obra nas bibliotecas portuguesas. O espécime consultado está na Biblioteca do Rio de Janeiro (ver Anexo Documental nº 22).

Em Coimbra a Infanta conheceu os prestigiados docentes que lhe prestaram as honrarias devidas e nos quais deixou uma viva imagem de erudição. Martim de Azpicuelta Navarro (1492-1586) era lente da cátedra de Direito Canónico<sup>471</sup> e no discurso pronunciado à família real<sup>472</sup>, compôs uma carta-prólogo que dedica a D. Maria<sup>473</sup> na qual louva as suas inúmeras qualidades, referindo com prazer o casamento que se avizinhava com o filho do Imperador. Navarro aparece-nos como o melhor intérprete do sentimento de pesar e desalento que se seguiu aos eventos de 1554, quando D. Maria é preterida pela Tudor, manifestando uma verdadeira simpatia pela Infanta: vêmo-lo dedicar-lhe a edição romana de 1575 dos seus *Commentarijs de iobeleo et Indvlgentiit Omnibvs, In Leuitico sub cap. Si quis aliquando, de Poenit. dist. prima, & in Extrauag. primam, Antiquorum, secundam, Vnigenitus, & 4. Quemadmodum, de Poenit, & remiss. olim anno Iobeleo 1550. Conimbricæ aeditus* e neles incluindo uma explicação dos acontecimentos<sup>474</sup>.

Manuel da Costa, também lente em Coimbra e jurisconsulto em Direito Civil — a quem é entregue a defesa do herdeiro do trono, à morte de D. João III — conheceu a Infanta na sua viagem de 1550. Todavia, só em 1552<sup>475</sup> decide compôr um poema em honra da Infanta, — inserido numa edição de 1584 com o nome *Emanvelis Costae Lvsitani Jure consulti in celeberrimas iuris Cesarei leges, & paragraphos Cōmentarii, & demaioratu bonorum patrimonialium, & de regni suceessiones, omnium desideratissimus tractatus, ac funebris facundissima oratio in exequias Portugalie Regis Joannis III eiusdemq̃ dulcissima e varia carmina* — depois de ver o retrato que Holanda pintou de D. Maria e pelo qual ficou vivamente impressionado, louvando artista e modelo no seu poema latino<sup>476</sup>, referindo que

---

<sup>471</sup> E também prior da igreja de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Leomil no bispado de Viseu por mercê de D. João III. Morreu em Roma tendo sido enterrado, a seu pedido, na igreja de St<sup>o</sup> António dos Portugueses. Cardoso, 1652-1744, vol. II, p. 571.

<sup>472</sup> Impresso com o nome *Relectio in Leuitico sub cap. Quis aliquando. de poenit. dist. I. quae de anno iobeleo, & iobelea indulgentia principaliter agens, totam indulgentiarum materiam exhaurit: exponit q; quinque Extrauag. de poenit. & remiss. cum multarum nouarum quaestionum decisione, & veterum resolutione: vsui quotidiano accommodata* (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 20).

<sup>473</sup> A tradução em castelhano está publicada in Pacheco, 1675, pp. 131v<sup>o</sup>-132.

<sup>474</sup> ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 29.

<sup>475</sup> A primeira edição do poema é em Lyon no ano de 1552. Vasconcelos, 1983, p. 79, n. 33. (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 30).

<sup>476</sup> Pacheco, 1675, p. 133 v<sup>o</sup> transcreve o poema com erros no primeiro verso e inclui uma tradução livre para castelhano nas pp. 134-134v<sup>o</sup>. Vasconcelos, 1983, pp. 79-80, nn. 33-36 imprime os versos do poema de acordo com a 2<sup>a</sup> ed. de Salamanca.

*os fados há muito procuram um consorte para Maria. E, mesmo com custo, poderão encontrar alguém que seja digno?*<sup>477</sup>

André de Resende<sup>478</sup> (1498?-1573), que desde a morte dos infantes D. Duarte e D. Afonso (1540) sentia uma grande falta de apoio mecenático e mesmo um certo clima de hostilidade na corte, decide procurar o patrocínio da Infanta D. Maria, mais sensível aos avatares humanistas que o severo Cardeal D. Henrique. Dedicar-lhe, então, a *Epistola ad D. Emmanvelis P. F. Invicti Filiæ D. Ioannis III P. F. Inuicti Sorori, Mariæ, principii eruditissimæ*<sup>479</sup> de 1545 — data atribuída por Gabriel de Paiva Domingues com base em algumas das frases latinas do poema<sup>480</sup> — colocando a Infanta e a si próprio como personagens de um dos seus devaneios míticos, onde a par com o louvor à extrema erudição de D. Maria, a equipara às deusas profanas do firmamento grego. O enredo é simples: Apolo ameaça Resende de morte se este não voltar ao convívio com as musas — numa clara alusão ao seu afastamento forçado da poesia —; surge, então, um cortejo presidido por uma divindade semelhante a Palas e, perante a hesitação do poeta, Calíope revela-lhe tratar-se da Infanta D. Maria. Maria vem acompanhada de Joana Vaz e de Luísa Sigeia, ambas muito elogiadas pelo conhecimento que detinham. Resende não se esquece de mencionar Hortênsia de Castro lembrando que enfrentara "*com rosto impávido, o Senado imponente*". À Infanta chama:

*corajosa virago,*

que só se preocupa

*com o encanto maravilhoso da sabedoria, a riqueza dos dotes de espírito, e com o trono*<sup>481</sup>.

---

<sup>477</sup> Ver a tradução completa do poema no Anexo Documental nº 31.

<sup>478</sup> Em 1537 regia a cadeira de Humanidades na universidade de Coimbra e no ano inaugural de 1551 ainda proferiu a oração de sapiência, mas em 1555 foi privado da sua cátedra pelos jesuítas e fixou residência em Évora, onde abriu uma aula de Humanidades. Com a criação da Universidade de Évora em 1559, foi dada ordem para que se dissolvessem todas as aulas particulares para evitar a concorrência, tendo-se mantido uma excepção para a André de Resende. Este recusou-a, tendo-se, então, dedicado aos estudos arqueológicos. Em 1566 elaborou os decretos do concílio provincial realizado em Lisboa.

<sup>479</sup> Publicada em Domingues, 1976, pp. 19-22; traduzida e comentada nas pp. 23-29. Pacheco, 1675, pp. 135vº-137 atribuí este texto a Aquiles Estaço; a tradução castelhana de Manuel Salinas y Lizana (pp. 138-143) foi feita com grande liberdade tendo, inclusive, levado a que alguns autores imaginassem um projecto de casamento da Infanta com o tio e imperador Carlos V devido às frases: "*Emperatriz la llama/ Y suena ya la trompa de la Fama/ Que Carlos Quinto esposa la destina/ A la Infanta Maria su sobriña*". (ver Anexo Documental nº 18).

<sup>480</sup> Domingues, 1976, pp. 8-9.

<sup>481</sup> Domingues, 1976, pp. 28-29.



Note-se que não há no poema qualquer referência religiosa enfatizando-se, antes, as qualidades de governante e do príncipe renascentista:

*És a primeira entre os primeiros pela prudência e recta observância da justiça*

em clara antinomia com a posição de Luísa Sigeia, mais preocupada com as orientações religiosas, apesar da coincidência nos cenários poéticos.

O enlace próximo com Filipe também não é esquecido. Resende sintetiza numa frase o sentimento geral dos portugueses quanto ao casamento de D. Maria:

*...e o seu magnânimo irmão destina para o Império do Universo*<sup>482</sup>.

O "cerco" de Resende à Infanta — no elogio que compusera para D. João III afirmara poder apontar mulheres que rivalizavam em saber com os varões mais eruditos sem com isso perderem a "gentileza", e entre elas tinha lugar "primacial a irmã do nosso rei" — volta a fazer-se sentir em 1551, no dia 28 de Junho, quando lhe dedica a oração pronunciada no Colégio das Artes em Coimbra e impressa logo no mesmo ano<sup>483</sup>. A dedicatória: *D. Emmanuelis P. F. Inuicti. filiae. D. Ioannis. III. P. F. iuuicti. Sorori, Mariae principi eruditissimae* é muito semelhante à anterior. Não nos foi possível apurar mais informações que ligassem a Infanta a André de Resende. Fora de sua *casa*, D. Maria encomendou duas obras pedagógicas de carácter religioso de que adiante trataremos, mas não parece ter recorrido a Resende para outro tipo de escritos<sup>484</sup>.

Em 1554, Frei Nicolau Coelho do Amaral (?-1568)<sup>485</sup> dedica uma *Oratio*<sup>486</sup> a D. Maria que foi impressa junto da *Cronologia, seu ratio Temporum, maximè in Theologorum, atque bonarum literarum studiosorum gratiam*, com dedicatória ao infante D. António, filho natural de D. Luís. Esta última obra inscreve-se na corrente de renovado interesse pela feitura de cronologias e nova contagem das Idades do Mundo com base na releitura

---

<sup>482</sup> Domingues, 1976, p. 26.

<sup>483</sup> Com o título *Oratio habita Conimbricae: In Gymnasio Regio, anniuersario dedicationis eius die*. Coimbra: João Barreira (ver Anexo Documental nº 21).

<sup>484</sup> É na constituição e nobilitação do *museolo* de D. Maria — que tratámos no capítulo 6 — que reside, provavelmente, a chave desta relação.

<sup>485</sup> Natural de Lisboa e religioso da ordem da Santíssima Trindade, na qual professou a 14 de Abril de 1544. Sabia latim, grego, poesia, música, matemática (tivera por mestre Pedro Nunes, a quem substituíra como professor na Universidade de Coimbra algumas vezes) e teologia. Morreu em Valladolid a 6 de Julho de 1568, sendo o corpo trasladado para a Coimbra.

<sup>486</sup> Impressa em Coimbra na oficina de João Barreira com o nome completo de *Oratio de conditione summa que naturae humanae dignitate ad Deum Opt. & Max.* e inserida no *Monostichon* que foi oferecido ao rei D. João III pelo autor. (ver Anexo Documental nº 23).

filológica dos textos antigos e bíblicos. Os dois textos incidiam sobre as duas problemáticas essenciais no panorama político da altura: a história universal na *Cronologia*<sup>487</sup> e a crónica ibérica no *Monostichon*, que inseria uma oração-dedicatória à infanta irmã do rei.

A fama da erudição, riqueza e ambições políticas da Infanta era conhecida pela Europa, nomeadamente nos círculos que se moviam mais perto do poder, como o dos secretários do papa. Aquiles Estaço<sup>488</sup> (1524-1581) vivia em Roma na altura da morte do rei D. João III e terá, pouco depois, dedicado uma obra a D. Maria. Trata-se do *De Trinitate, et Fide, Liber — Livro da Trindade e da Fé*<sup>489</sup> — que o autor traduz e publica pela primeira vez. Apesar do livro não estar datado e ter a primeira impressão conhecida em Paris no ano de 1575, parece-nos que este teria sido escrito ao mesmo tempo que em Portugal se discutia nas Cortes a questão crucial dos possíveis herdeiros à coroa portuguesa.

A Infanta reunia e fomentava em seu redor vários apoios enquanto candidata à coroa: a sua imensa fortuna — substancialmente aumentada com a herança francesa da mãe — era um argumento muito importante, que forneceria alimento ao muito extenuado Erário e a sua postura de princesa humanista — de formação e acção norteadas pelo pensamento de Erasmo — granjeava-lhe a aprovação junto de alguns cépticos dos caminhos religiosos do Cardeal D. Henrique. Ora, este tratado fora oferecido a Gala Placídia, princesa fundadora de uma monarquia ibérica submetida à crença em Cristo que governara o Império Romano do Ocidente na menoridade de seu filho, Valentim III. A oferta da tradução vernacular deste tratado antigo parece vir, assim, consolidar a confiança nas possibilidades políticas de D. Maria e abrir novos horizontes de apoios. É neste contexto que surge, certamente, a entrevista privada que a Infanta teve com o Cardeal Alexandrino em 1571 e as cartas que lhe escreve de seguida, datadas de 1572, nas quais se mostra:

---

<sup>487</sup> Segundo Sylvie Deswarte foi esta obra, ou directamente o autor dela, que serviu de guia a Francisco de Holanda no programa de *De Aetatibus Mundi Imagines*. Deswarte, 1987, p. 48.

<sup>488</sup> Natural da Vidigueira, filho de Paulo Nunes Estaço cavaleiro da Ordem de Cristo, esteve na Índia muito menino acompanhando o pai. No regresso a Portugal, matricula-se na escola de André de Resende em Évora, onde aprende o latim, grego, hebraico, e de onde segue para as universidades de Lovaina e Paris para aperfeiçoar os estudos de Filosofia e Teologia. De Pádua é levado para Roma por um cardeal seu conhecido e aí o papa Pio IV fá-lo secretário do Concílio tridentino, lugar que Estaço recusa, para servir mais tarde de secretário de latim aos papas Pio V e Gregório XIII. Deixou a sua famosa livraria aos padres da Congregação do Oratório de São Filipe de Neri. Em 1549 publica a sua primeira obra, que dedica ao infante D. Luís, seu mecenas.

<sup>489</sup> Tratado da autoria de Gregório, antigo arcebispo de Granada, que oferece o seu trabalho a Gala Placidia, filha do imperador Teodósio, irmã de Honório e mulher de Ataúlfo, rei godo — com quem, assim, simbolicamente Estaço identifica D. Maria. (ver Anexo Documental nº 28).

*comfiada nas palauras que me V.S. escreue, e estimo as como he rezão, tenho por sem falta que serão elas muito certas e que em todos meus negocios terá a lembrança*<sup>490</sup>;

e refere:

*a Vontade que tem de se empregar em minhas cousas, e nas deste Reyno*<sup>491</sup>.

Em Portugal parece-nos haver também alguns ecos da corrente que favorecia a subida da Infanta ao trono. Em 1569<sup>492</sup> António de Castro teria feito uma impressão completa das obras de Cataldo Parísio Sículo com dedicatória à Infanta D. Maria. Esta impressão, a ter existido, perdeu-se, e dela apenas sabemos o que D. António Caetano de Sousa publicou já no século XVIII, onde consta a dedicatória, mas muito incompleta<sup>493</sup>. De qualquer forma, na dedicatória que chegou até nós, Castro lembra que as obras de Cataldo já haviam sido oferecidas ao rei seu pai, D. Manuel:

*Tum quia in ipsa [...] Emanueli Patri suo Illustrissimo, ac potentissimo Lusitaniae regi dedicatae sunt*<sup>494</sup>.

Um ano depois, João Barreira, um dos mais importantes impressores em Portugal, faz uma reimpressão do episódio da *Redenção*<sup>495</sup> traduzida por D. Leonor de Noronha e dedicada a D. Catarina no ano de 1550. Na dedicatória original, recordava-se como essa crónica relatava os feitos do:

*tempo dos reys vossos auos, e os que apos elle acrescentaram ate o de Vossas Altezas.*

Com esta reimpressão, João Barreira coloca mais um nome principesco a seguir aos de D. João III e de D. Catarina.

Outra obra de que se perdeu o rasto é a *Carta consolatoria* escrita em Roma a 4 de Dezembro de 1563 por Gaspar Barreiros (?-1574)<sup>496</sup>, dedicada a D. Maria e referente à

---

<sup>490</sup> BA — 46-X-22, fº 86 vº (ver Anexo Documental nº 15).

<sup>491</sup> BA — 46-X-22, fº 87 (ver Anexo Documental nº 16).

<sup>492</sup> Data atribuída por Matos, 1954, pp. 8-9.

<sup>493</sup> Matos, 1954 e Vasconcelos, 1983, pp. VII-XII (no prefácio de Américo da Costa Ramalho).

<sup>494</sup> Publicado in Sousa, 1946-1955b, vol. VI, p. III, p. 57. (ver Anexo Documental nº 38).

<sup>495</sup> Impresso com o nome *Este libro he do começo da historia de nossa redençam, que se fez para consolaçam dos que nam sab~e latim.* (ver Anexo Documental nº 26).

<sup>496</sup> Nasceu em Viseu, sobrinho de João de Barros pela mãe; estudou em Salamanca e foi fidalgo da casa do infante D. Henrique. Foi amigo dos mais insígnies latinistas. Em 1546 D. João III envia-o a Roma como embaixador. Volta a Portugal em Abril de 1549 para tomar posse do canonicato na Sé de Évora e do ofício de Inquisidor. Abandona-os em 1560 para seguir São Francisco de Borja até ao Porto e depois Roma, onde chegou em 1562 abraçando o hábito jesuíta. Teve de deixá-lo mais tarde por já haver feito os votos como religioso franciscano. Torna a Portugal em 1564 e passa pelos conventos de Alenquer, Santarém, Viseu e

morte do Infante D. Duarte<sup>497</sup>. Pelo contrário, do *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo* (Lisboa, 1572) de Frei Simão Coelho (1514-1606)<sup>498</sup>, existem vários exemplares. Na extensa dedicatória que endereça a D. Maria, explica que se decidiu a escrever uma história dos carmelitas, desde a fundação por São João Carmelita até aos seus dias porque:

*Ajuda muito a historia pera entendermos os Sanctos liuros, posto que se aprenda na moçidade & fora da doctrina Ecclesiastica [...] E finalmente he historia que tirará a neuoa da inhorancia de muitos, que de pouco curiosos (a modo dos Architectos de nosso tempo) mudauam a natureza do nome, & punham a esta antiquissima & mui sancta Religião nome de moderna*<sup>499</sup>.

Frei Simão Coelho conhecia a Infanta das suas idas ao convento lisboeta do Carmo, onde ouvia missa desde pequena e mandara fazer um vestido de prata para a imagem da santa. É o autor que lembra que D. Maria era *ymãa & bemfeitora particular* daquela casa, pelo que lhe pareceu:

*lhe seria agradauel, & me ficaua em obrigaçam oferecer lho.*

Na apologética da sua ordem — certamente pouco bafejada pelos favores reais numa era em que Dominicanos e Jesuítas disputavam entre si a primazia social e política — Frei Simão Coelho esclarece-nos a razão porque escolhera a Infanta para ofertar a sua obra: procurava uma protecção mais intensa à sua casa e ordem, como o atesta uma das últimas frases da dedicatória (que não exclui outros intuitos mais elevados):

*com a qual fauoreceis todos os que a vossa Real presença se chegam, & pedem vosso liberalissimo emparo & fauor.*

---

Lamego. Estava em Ferreirim quando foi chamado para acabar as *Décadas da Ásia*, deixadas incompletas pelo tio.

<sup>497</sup> Temos conhecimento dela pela *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, 1741, vol. II, p. 336, o que levou Carolina M. de Vasconcelos a colocar muitas reservas quanto à sua existência. Vasconcelos, 1983, p. 93, n. 205.

<sup>498</sup> Nasceu em Lisboa e estudou nas universidades de Salamanca e Paris, completando o curso de Teologia ao mesmo tempo que estudava matemática e geografia. Depois de voltar a Portugal foi prior em vários conventos carmelitas: 1556 no convento de Moura; 1558, 1576, 1595 no mosteiro de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Carmo de Lisboa e depois no de Sant'Ana de Colares.

<sup>499</sup> A frase que anotamos tem ainda um motivo de especial interesse, ou seja, a referência que o frade faz às palavras "moderna" e "arquitectos". Com efeito, a observação revela um mau entendimento do conceito de "moderno" aplicado pelos arquitectos para designar as formas góticas em oposição às formas "antigas" (romanas) que queriam reinventar, mas revela também que as coisas da construção e da arquitectura eram motivo de debate em circulos muito alargados, ainda que não necessariamente entendidas. (ver Anexo Documental n<sup>o</sup> 27).

Já depois da morte da Infanta, são impressas em 1594 as oitavas da *História de Santa Úrsula*<sup>500</sup> escritas por Diogo Bernardes (c. 1529-1596?)<sup>501</sup>. Este poema foi à prensa junto com as elegias e odes à Virgem que Bernardes escreveu durante o seu longo cativeiro em Marrocos. Na dedicatória póstuma à Infanta, diz ter escrito:

*Os versos dessa virgem esposada/ Que foy com onze mil martyrizada/ [...] Estando o vosso nome soberano,/ Nas mãos, liure ja d'hum, d'outro tyrano.*

A história de Santa Úrsula tem, aliás, paralelismos múltiplos com a história de Santa Engrácia; eram ambas princesas cristãs, uma inglesa outra portuguesa, forçadas a casar fora dos seus reinos com senhores pagãos, e que por isso sofrem os horrores do martírio devido à sua fé. Bernardes parece ter entendido bem o valor ideológico da colagem que D. Maria fez à figura virtuosa e martirizada de Santa Engrácia, mas esqueceu, ou não percebeu, o lado nacionalista do culto patrocinado pela princesa. Bernardes mostra, também, conhecer o texto panegírico de João de Barros, quando escreve:

*Serenissima Infante produzida/ Do gram tronco real, soblime planta,/ No título, nas obras, & na vida/ Retracto natural d'Vrsula sancta,/ Desta virgem tambem de Reys nacida*<sup>502</sup>.

---

<sup>500</sup> Quando Manuel de Faria e Sousa escreveu as *Rimas varias de Lvis de Camões* incluiu este poema nos textos do poeta (1972, vol. II, pp. 134-158) afirmando que este "*as imprimiò por suyas*". Esta atribuição errónea criou inúmeros problemas aos estudiosos portugueses que se contentaram com a afirmação de Faria e Sousa e a repetiram, não confrontando o original. Só no século XIX se desfez este equívoco através do trabalho dedicado a Camões da autoria de Wilhelm Storck — "*Com inaudita imprudencia, o petulante commentador* [Faria de Sousa, *Epitome* (...), 1677] *declara que um poema sacro em tres cantos sobre a pia lenda de Santa Ursula, dedicado por Diogo Bernardes á Infanta D. Maria, não é obra do doce cantor do Lima, mas sim um trabalho de Camões*", 1898, p. 316 —. Storck e Carolina M. de Vasconcelos criticaram ferozmente a arrogância de Faria e Sousa que disse ter lido mais de 400 obras antes de escrever as *Rimas*. Hoje conhecemos um pouco melhor o trabalho de Manuel de Faria e Sousa e as razões que motivaram o seu trabalho, sintetizadas por Jorge de Sena nas palavras do prefácio da edição fac-similada das *Rimas*: "*Quanto mais se estudam e conhecem os cancioneiros da época, mais o nosso respeito por Faria e Sousa aumenta, que tantos deles terá conhecido — e só ele, com agudo sentido, poderia ter preparado esse modelo de colectânea cautelosamente crítica que é o eventual cancioneiro que tem o seu nome. Assim, tenhamos presente que o papel que Faria assumiu ao preparar a edição das Rimas, se era defender Camões dos ataques malignos [...], era também deixar à posteridade, em letra impressa, o máximo Corpus, mesmo duvidoso, que lhe fosse acessível coligir.*" Sousa, 1972, p. 19 do prefácio.

<sup>501</sup> Filho de João Rodrigues e Catarina Bernardes Pimenta, era o irmão mais velho do poeta Frei Agostinho da Cruz. Tanto ele como o irmão fizeram os primeiros estudos no convento dos cônegos regrantes de Santo Agostinho de Vila Nova da Nuhia. A 20 de Setembro de 1544 recebeu as ordens menores na Sé de Braga. Em 1576 acompanha Pedro Alcaçova Carneiro como embaixador em Madrid. Voltou a Portugal para partir junto com a armada que acompanhava D. Sebastião a Alcácer-Quibir com o propósito de cantar os feitos heróicos dos portugueses. Aí ficou cativo, voltando somente em 1581. Voltou a Portugal, sendo mais tarde nomeado moço da toalha do regente Alberto de Áustria. Terá morrido em 1569 (data da elegia de Frei Agostinho) e foi sepultado no convento de Sant'Ana em Lisboa.

<sup>502</sup> Bernardes, 1594, p. 59. (ver Anexo Documental nº 33).

Esta sequência de assimilações — A Palas Ateneia, a Gala Placídia, a Santa Úrsula, a Santa Engrácia... —, por retóricas que sejam, revelam as múltiplas facetas de uma personalidade rica e marcante, além de notoriamente erudita e letrada.

A composição da biblioteca da Infanta é-nos desconhecida<sup>503</sup>, mas ninguém pode duvidar que fosse composta por obras em latim e vernaculares, textos profanos e sagrados, bíblias, vidas de santos e de Cristo, dramas, poemas narrativos ou novelas de cavalaria, orações festivas e fúnebres, traduções de línguas mortas ou vivas comentadas pelos melhores latinistas, gramáticas e dicionários que eram conhecidos na corte portuguesa. A aptidão para a escrita e para a fala eram dotes humanistas que as cortes cultivavam incentivando os jogos e divertimentos literários e musicais, constantemente registados em cancioneiros e compêndios que não duvidamos existissem em casa de D. Maria. Sabemos, por exemplo, que Luísa Sigeia acusou a recepção de um volume das obras de Vittoria Colonna durante a década de 50.<sup>504</sup>

D. Maria escolhia e encomendava as obras da sua biblioteca com cuidado e conselho dos humanistas do seu círculo. Temos notícia de que subsidiou a impressão de duas obras pedagógicas de carácter religioso: a primeira, o *Directorio de confessores e penitentes* compilado por João Polanco, S. J.<sup>505</sup>, impresso em 1556, porque a Infanta se apercebera de:

*la ignorancia con que el Vulgo llega aquel Tribunal de consciencia*<sup>506</sup>;

a segunda, é o *Memorial Dela vida Christiana* escrito por Frei Luís de Granada<sup>507</sup>, com o qual pretendia ensinar as obrigações do bom cristão e que fez distribuir pelas paróquias da

---

<sup>503</sup> Ainda que uma despistagem das fontes citadas nos trabalhos de Luísa Sigeia nos levasse, certamente, a algumas certezas. Na edição do diálogo do *Colloquium* feita por Serrano, 1903-1905, vol. II, pp.419-420 a própria Luísa fez uma lista das obras que consultou: "*Catalogus autorum quos in hoc opusculo citat Loyisa Sigea. Sacri.: Ambrosius; Augustinus; Bernardus; Chysostomus; Cyprianus; Cyrillus; Gregorius; Hieronimus; Hilarius; Job; Paulus Apostolus; Psalmista; Prophetarum Libri; Solomon. Reliqui pene omnes Veteris ac Novi Testamenti. Ethnici: Aristoteles; Cicero; Hesiodus; Homerus; Horatius; Isocrates; Juvenalis; Livius; Nevius; Ovidius; Plato; Plautus, Plinius, Pindarus; Plutarchus; Polybius; Pythagoras; Quintilianus; Seneca; Silius Italicus; Socrates; Sophocles; Suetonius; Terentius; Theophrastus; Vergilius; Xenophon. Atque alii plures per alios citati.*".

<sup>504</sup> "*Le livre de la divine Vittoria Collona que vous m'avez offert m'est et me sera toujours plus cher que le jour*" — deve tratar-se das *Rime*. Veneza, 1542. Carta de Luísa Sigeia para Pompeo Zambeccari de 15 de Março de [1551] publicada in Bourdon e Sauvage, 1970, pp. 85-87 em latim e tradução francesa nas pp. 87-89.

<sup>505</sup> Padre jesuíta de origem espanhola que fôra secretário do fundador da Campanhia, Santo Inácio de Loyola, sendo muito bem recebido em Portugal quando perseguido pela Inquisição no seu país natal. (ver Anexo Documental nº 24).

<sup>506</sup> Pacheco, 1675, p. 110.

cidade. A primeira edição deste livro é de 1565 e o sucesso foi tal que teve 12 outras consecutivas. D. Maria não mostrou, no seu mecenato arquitectónico, especial interesse pelas ordens dominicana e jesuíta, mas sabia não podia ignorá-las; o facto de ter entregue a dois dos seus representantes a elaboração destes textos demonstra um apurado instinto diplomático e sentido prático<sup>508</sup>.

Outros autores coevos elogiaram a Infanta: Jerónimo Osório di-la "*ingenio et animi magnitudine excelluit*"<sup>509</sup>, Jorge Ferreira de Vasconcelos relata-nos o fausto e riqueza das suas vestes e jóias, Jorge de Montemór coloca-a como personagem do seu *Canto de Orpheo* no capítulo 4 de *Los siete libros de la Diana*<sup>510</sup>. E, claro, Camões que honra a sua morte com o soneto *Que levas, cruel morte? Hum claro dia*.<sup>511</sup> no qual patenteia um profundo pesar, lembrando como a Infanta fôra grande, a ponto de a sua morte causar a escuridão.

Em franca oposição às palavras de Storck, que não acreditava no convívio entre D. Maria e Camões — porque via o palácio da Infanta como um pequeno "conventículo"<sup>512</sup> — a ligação entre ambos foi alvo de uma tese que pretendia explicar os amores e as musas inspiradoras do poeta. A "tese mariana"<sup>513</sup> foi desenvolvida no início do século (a primeira notícia é de 1908) por José Maria Rodrigues que relendo as *Rimas várias de Luis de Camões*

---

<sup>507</sup> Célebre dominicano espanhol, morto em Lisboa em 1588. (ver Anexo Documental nº 25).

<sup>508</sup> Polanco publicara já em Lisboa no ano de 1561 um *Memorial de lo que deue hazer el christiano con algunas oraciones muy deuotas para pedir el amor de Dios, y para otros propositos*.

<sup>509</sup> "possuidora de grande engenho" no *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae*, Lisboa, 1571 p. IV, livro XII cit. in Vasconcelos, 1983, p. 29.

<sup>510</sup> "*Mirad Nimphas la gran doña Maria,/ De Portugal infanta soberana,/ Cuya hermosura y gracia sube oy dia/ Ado llegar no puede vista humana./ Mirad que aun que fortuna alli porfia/ La vence el gran valor que della mana,/ Y no son parte el hado, tiempo, y muerte,/ Para vencer su gran bondad y suerte*" Montemor, 1565, p.117 vº. Vasconcelos, 1983, p. 44-47 desmistifica algumas das dedicatórias que foram atribuídas à Infanta D. Maria.

<sup>511</sup> Carolina M. de Vasconcelos influenciada, talvez, pelo desenlace do poema da *História de Santa Úrsula* e pelos escritos de Wilhelm Storck, considera que este soneto não podia ser dedicado à Infanta porque as expressões "um claro dia" e "amanhecendo" se referem a uma jovem donzela — que identifica como Maria de Távora — e a Infanta morrera com 56 anos Vasconcelos, 1983, p. 59. Julgamos que os versos: "*Lusitania que diz? Fica dizendo./ Que diz? Não mereci a gram Maria,*" deixam poucas dúvidas sobre a personagem a que se referem. (ver Anexo Documental nº 35).

<sup>512</sup> Storck, 1898, p. 316.

<sup>513</sup> "*Para os editores do presente volume da Lírica de Camões é, pois, convicção inabalável que a pessoa que inspirou, ou a quem foram dirigidas, tantas e tão principais composições do Poeta, se identifica com a Infanta D. Maria, ilustre filha de el-rei D. Manuel de Portugal. Foi ela o alto pensamento de Camões. Por consequência, cremos nós que só partindo-se desta noção se tornará compreensível a Lírica de Camões e a própria vida de que a Lírica é o transunto imortal.*" Rodrigues, 1932, p. XIX.

vê na Infanta a "*mui alta Senhora*" e o "*ser mais que humano*" cantada pelo poeta. Ao estilo de Faria e Sousa, Rodrigues comenta a obra poética verso a verso, soneto a soneto encontrando paralelismos, reais ou ficcionados, entre as vidas do poeta e da Infanta, recorrendo sempre aos metafóricos sentidos das palavras de Camões.

O desígnio da tese é, sem dúvida, estimulante: Camões nutriria uma paixão avassaladora por D. Maria, princesa, bela, culta e a mais rica entre todas, absolutamente inacessível para o pobre poeta. Contudo, é exagerada, torna-se falsa de tal forma é rígida e forçada; provocou um duelo entre José Maria Rodrigues e Alfredo Pimenta onde o fundo da disputa coloca a discussão de ideias literárias e históricas de lado, para contar, antes, a teimosia defendida dogmaticamente e levada a extremos<sup>514</sup>. Contudo, teve reflexos no exterior<sup>515</sup> e nos anos 50 foi retomada por Sousa Costa no seu livro *Imortais do amor na história e na lenda* no qual se limita a glosar os escritos de Rodrigues sem acrescentar outras interpretações. Os camonistas actuais tendem a esquecê-la (talvez injustamente).

A corte literária de D. Maria não estaria completa sem que se mencionassem mais algumas das suas damas. Paula Vicente, filha de mestre Gil, a quem D. Catarina concede — por alvará de 3 de Setembro de 1561 — o privilégio de poder imprimir e vender o *livro de cancioneyro de todas las obras de Gil Vicente seu pay, assi as que atee ora andarão empremidas polo mundo, como outras que o ainda nam foram*<sup>516</sup>; privilégio que Paula não usou, sendo substituída pelo irmão Luís em 1562.

Diogo Aires de Azevedo dá-nos o seguinte retrato de Paula<sup>517</sup>:

---

<sup>514</sup> Norberto de Araújo alertava para esta situação e para o descrédito em que a tese, de que constavam inegáveis méritos, iria cair, na sua *Página de Quinta-feira* do "Diário de Lisboa" de 16 de Março de 1933, p. 3. O duelo à espada travou-se na sequência das cartas (publicadas no "Diário de Notícias" ao longo do mês de Março) trocadas entre Alfredo Pimenta, que critica a edição da *Lírica de Camões* de 1932, comentada e anotada por Afonso Lopes Vieira e José Maria Rodrigues, e a resposta deste último.

<sup>515</sup> Parmelee, Katharine Ward, 1916 — *Review of Rodrigues' «Camões e a Infanta D. Maria»*. Washington. separata da "Romanic review", vol. VII, nº 4. A tese foi defendida também nas seguintes publicações: Rodrigues, José Maria, 1910 — *Camões e a Infanta D. Maria*. Coimbra: Imprensa da Universidade; Rodrigues, José Maria e Vieira, Afonso Lopes, 1932 — *Lírica de Camões*. Coimbra: Imprensa da Universidade; Rodrigues, José Maria, 1933, *A tese da Infanta na Lírica de Camões*, Coimbra: Imprensa da Universidade (é a resposta aos ataques de Alfredo Pimenta) e Rodrigues, José Maria, 1938 — *Camões e as suas declarações de amor à Infanta D. Maria e as consequências que daí lhe advieram*. Rio de Janeiro. separata da "Revista de Cultura", nº 137-138.

<sup>516</sup> cit. in Barros, 1924, p. 224, n. 32.

<sup>517</sup> Almeida Garrett fê-la intervir no *Auto de Gil Vicente* (auto composto com o propósito de «ressuscitar Gil Vicente a ver se ressuscitava o teatro») onde representa um papel no auto que o pai compôs para comemorar o casamento da infanta D. Beatriz.



*foy discretissima mulher: extão muitas obras suas em que reluz grandemente a raridade do seu talento. Soube diversos idiomas com bastante perfeição; e por sua curiosidade compoz huma Arte para aprender o Inglez, e Olandez. Bordava com muito aceyo, e pintava com igual primor. Teve grande noticia da Architectura civil*<sup>518</sup>.

Uns versos latinos confirmam-no, apesar das reticências de alguns estudiosos:

*Paula parentem/ Oegidium sociat nunc celso in vertice Montis,/ Quem juvisse ferunt, sic olim Pola maritum/ Scribentem juvit Lucanum*<sup>519</sup>

A ser verdade, perdeu-se o rasto das suas obras, mas podemos ter por certo que representava com muita graça e à vontade as obras do pai e que conviveu com poetas, architectos, latinistas e músicos.

Ângela Sigeia, irmã de Luísa, também fazia parte da casa da Infanta, sendo recordada como grande talento musical — é natural que tenha composto obras musicais das quais se perdeu o rasto — e tocadora dos mais variados instrumentos, desde os de sopro à harpa e ao órgão. Teve uma educação semelhante à da irmã<sup>520</sup>, sendo referida como:

*mulher discretissima em toda a materia, fallando com tal acerto, e propriedade de termos, que parece se tinha applicado a cada huma com hum muy grande, e particular estudo. Soube perfeitamente as linguas Latina, Grega, e Italiana; e com acto positivo recuzou sempre aprender a Franceza, dando por razão, que supposto fosse materialmente elegante, os vocabulos pela mayor parte erão pouco expressivos dos seus significados*<sup>521</sup>.

Ângela parece ter sido mais feliz que Luísa, e o seu casamento com António Mogo de Mello e Carrilho<sup>522</sup> não a fez perder o contacto com a corte e com os centros e protagonistas da cultura quinhentista<sup>523</sup>: ela e o marido fizeram a 3 de Janeiro de 1589 doação aos frades franciscanos do convento de Nossa Srenhora do Egipto — a invocação de

---

<sup>518</sup> Azevedo, 1734, pág. 93. Ver também Benevides, 1878. Carolina M. de Vasconcelos considera que estes dados fazem parte da lenda que se criou em torno do nome de Paula Vicente e é, por isso, exagerada. Vasconcelos, 1983, p. 43.

<sup>519</sup> Neste versos do padre António dos Reis da congregação do Oratório de Lisboa, fica registado a ajuda que Paula dava a seu pai na composição das obras, sendo apropriadamente comparada à mulher de Marcus Annoeus Lucanus — autor da *Pharsalia*, poema em que é celebrada a guerra entre Pompeu e César — que ajudava o marido na escrita das suas obras. Ribeiro, 1880, p. 49.

<sup>520</sup> "Teve por mestre das lingoas Grega, e Latina, e das boas letras a seu pay, igualou a sua Irmã Luíza Sigea; porém na Musical, e nos instrumentos, que tangia, a excedeo." Perim, 1736, p. 103.

<sup>521</sup> Azevedo, 1734, pp. 71 e 72.

<sup>522</sup> Para mais informações sobre a sua descendência ver Gonçalves, 1933, pp. 239-240.

<sup>523</sup> Alguns autores mencionam que Ângela terá escrito várias obras: "Neste povo se achão ainda alguns retratos seus, principalmente em casa de seu terceiro neto João de Mello Carrilho de Velasco, com muitos livros que doutamente compôs: e tambem ali se vê o retrato de sua irmã Luíza Sigéa, com a noticia de huma honrada carta...". Vasconcellos, 1740, vol. II, p. 329. Nunca foram encontradas ou identificadas; sabemos da existência de várias cartas para D. Catarina de Bragança.

Santo António, pelo qual é conhecido hoje, foi-lhe dada mais tarde — de uma terra que tinham junto da vila de Torres Novas no lugar de Berlé para a construção de um novo convento. A descoberta recente de uma tábua de António Campelo — pintor extremamente elitista, com propostas pictóricas muito intelectualizadas e ideologicamente pouco aceites pela sociedade contra-reformista nacional — no convento de Santo António<sup>524</sup>, aponta para a hipótese de uma encomenda da família de Ângela Sigeia e de Antão Mogo Carrilho, mesmo porque Campelo fôra patrocinado pela Infanta. Morreu a 15 de Junho de 1608, sendo sepultada na capela do Senhor Jesus dos Lavradores na Igreja de São Tiago em Torres Novas, jazigo dos Mogos.<sup>525</sup>

Por fim, Hortênsia de Castro (1548-1595), natural de Vila Viçosa e filha de Tomás de Castro, parente do arcebispo de Évora D. João de Melo. Hortênsia era bastante mais nova que a Infanta e não teria exactamente o mesmo estatuto que as damas atrás tratadas, uma vez que parece ter vivido sempre em Évora, longe do séquito que acompanhava D. Maria. A maneira como esta tomou conhecimento da imensa cultura de Hortênsia é-nos desconhecida, mas, é possível que fosse por intermédio de Resende (um dos poucos latinistas coevos a celebrá-la, dizendo-a "instruída além do vulgar nos estudos aristotélicos"), conhecido e admirador de ambas. O certo é que Hortênsia de Castro consta do rol testamentário de D. Maria como sua moça da câmara<sup>526</sup>.

Ignoramos quase tudo desta douda calipolense. Segundo a lenda, Hortênsia de Castro teria estudado Humanidades e Filosofia em Coimbra junto de seu irmão Jerónimo disfarçada de rapaz, mas é mais provável que tenha sido instruída em casa, como era costume entre as mulheres; teria defendido as conclusões de Filosofia Moral em Évora com cerca de 17 anos. Estudou depois Teologia defendendo tese em Elvas na presença de Filipe I, que apreciou tanto o seu discurso que a dotou mais tarde com uma tença de 15 000 réis<sup>527</sup>. O desaparecimento das suas obras só contribuiu para adensar o mistério em torno de Hortênsia; Diogo Barbosa Machado localizava em 1614 os *Psalmos*, os *Floculus*, os versos e as cartas

---

<sup>524</sup> Caetano, 1992, p. 48.

<sup>525</sup> "Aos 15 de Junho de 608 faleceu Angela de vallasco v<sup>a</sup> mulher q. foi de Antão Mogo ias enterrado na capella de Jesu. - Heitor Dias" cit. in Gonçalves, 1933, p. 242.

<sup>526</sup> A este propósito esclarece-se que o seu nome é realmente Hortênsia de Castro e o "Públia" era-lhe certamente acrescentado pelos latinistas para celebrar a sua eloquência, como de resto sucedia a Resende. (ver Anexo Documental nº 63 e 64).

<sup>527</sup> O texto do alvará de 2 de Novembro de 1581 está publicado in Vasconcelos, 1983, p. 114.

latinas e portuguesas na posse de Frei Jerónimo de Castro, frade dominicano na província de Cáceres em Espanha e irmão de Hortênsia<sup>528</sup>. O único exemplar da sua mão que conhecemos é a carta-prólogo a D. Isabel de Bragança, também sua mecenas<sup>529</sup>, que segundo os estudiosos da língua revela imperfeições mais ou menos graves, levando Carolina M. de Vasconcelos a concluir que muito da sua fama terá vindo da enorme capacidade de discursar em público<sup>530</sup>.

Desta fama fez eco Venturino na sua descrição da viagem do cardeal Alexandrino:

[Vila Viçosa] *Tem formosas mulheres, e entre outras, uma que não o é menos da alma que do corpo, da idade de vinte e três anos, filha de Tomé de Castro, à qual por sua muita literatura chamam Publia Hortênsia. Esta donzela, que tinha estado em Salamanca*<sup>531</sup>, *quis defender conclusões naturais, e legais, o que não teve lugar por causa da súbita partida do Legado.*<sup>532</sup>

Hortênsia de Castro entrou no convento em 1581 e morreu a 10 de Outubro de 1595 em Évora, sendo enterrada na Igreja da Graça.

Apesar de rodeada desta plêiade de literatos e sábias mulheres, D. Maria não encomendou obras relevantes no panorama das letras latinas ou dos estudos científicos, antes, parece ter utilizado a sua encomenda directa — através de Polanco e Granada — como pretexto para benesses e conversas com membros das ordens religiosas a que era menos devota, patrocinando a impressão de compêndios de carácter pedagógico-religioso. Contudo, foi a inspiradora e/ou destinatária de uma série de textos produzidos pelo melhor leque de historiadores, latinistas, teólogos e sábios do panorama quinhentista português; nele não faltam os nomes de André de Resende, João de Barros, Frei Nicolau Coelho do Amaral, Luís de Camões, Martim de Azpicuelta Navarro ou Manuel da Costa e, claro, Luísa Sigeia, um caso especial por pertencer à corte da Infanta e pela fama póstuma de que viria a gozar.

---

<sup>528</sup> Machado, 1741, vol. III, p. 630; Vasconcelos, 1983, p. 110 e Torrinha, 1993, p.28.

<sup>529</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcelos na sua monografia dedicada um capítulo a Públia Hortênsia de Castro, pp. 107-118, no qual relata alguns episódios da sua vida, onde omite a figura da Infanta e a coloca constantemente no círculo de D. Isabel de Bragança; mas decerto enfatiza a sua protecção a Hortênsia por viver junto desta provavelmente depois da morte de D. Maria.

<sup>530</sup> Machado, 1741, vol. III, p. 629; Vasconcelos, 1983, pp. 110 e 117, n. 13 e Torrinha, 1993, p. 28.

<sup>531</sup> Contudo, os anais da Universidade de Salamanca não mencionam o nome de Hortênsia de Castro. Vasconcelos, 1983, p. 118, n. 22.

<sup>532</sup> Herculano, 1982-1987, vol. IV, p. 349.

***Capítulo 9 — O testamento, o «título das tenças» e o "mecenato póstumo"***

O interesse e afeição que a figura da Infanta suscitou em vida manteve-se para além da sua morte. Apesar de não ter conseguido alcançar os seus objectivos políticos e de ter vivido limitada pelas directrizes financeiras dos tesouros reais a que estava ligada, D. Maria soube criar à sua volta uma aura de bem-aventurada, amada pelo povo e que se mostrou sempre como um reduto incontornável da casa real portuguesa. A presença da Infanta é de tal forma marcante que necessitou ser propagandisticamente "apagada", sem que, contudo, se conseguisse omitir o peso que a sua personalidade e fortuna tinham, mesmo depois de morta, para a Península Ibérica. Este interesse espelha-se, por exemplo, na quantidade de impressões que o seu testamento conheceu, do qual existem vários exemplares<sup>533</sup>.

A Infanta morreu sem descendentes directos, mas tinha dois parentes próximos que poderia designar como seus herdeiros: o Cardeal-Infante (seu único irmão vivo) e D. Sebastião, uma vez que D. Catarina se havia retirado da corte para se instalar no convento da Madre de Deus, e D. António, seu sobrinho dilecto, dificilmente poderia ascender ao trono — como mais tarde se provou — por ser apenas filho natural do Infante D. Luís. Contudo, D. Maria declara como herdeiro:

*vniuersal de todos os meus bens as almas delRey meu pay, e da Raynha minha mãy, e a minha*<sup>534</sup>

numa clara afronta — pela sua riqueza e capital político — ao seu irmão e Cardeal, o Infante D. Henrique.

A Infanta limita-se, inclusivé, a deixar um presente a D. Sebastião, as famosas tapeçarias de Tunes, juntamente com 30 000 cruzados para a guerra de África, e ao filho do seu irmão predilecto, D. António, prior do Crato — para quem a Infanta desejava, certamente, um papel mais actuante e decisivo no xadrez da política portuguesa de então —, que recebeu uma fabulosa cruz de diamantes com pérola pendente<sup>535</sup>.

---

<sup>533</sup> O mais antigo data do ano da morte da Infanta, 1577, — e lembramos que esta faleceu no mês de Outubro — impresso em Lisboa por Ioanes Blauio de Agripina. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — *Visconde da Trindade*, Res. 34 A. Na BNL existem mais quatro espécimes, não datados, mas posteriores a 1614, data da abertura do hospital de Nossa Senhora dos Prazeres, cujo regimento está incluído [Cod. 8568, 6899 e 6900 e Res. 34 A]. Gomes de Brito mencionava mais dois exemplares: um na Livraria do conselheiro Jaime Moniz e outro, desconhecido, mas que vinha descrito no catálogo da Livraria de Fernando Palha. Brito, 1907-1908, vol V, p. 103. Julgamos que este último exemplar é o mesmo que Veríssimo Serrão data de 1610, e menciona como estando na Biblioteca de Harvard, sob a cota *Palha 2 882*, H.L.H. *Port.* 528.5.5. Serrão, 1955, p. 163, n. 52. O testamento de D. Maria foi, ainda, traduzido para castelhano na obra de Frei Miguel Pacheco. Pacheco, 1675, p. 172-185.

<sup>534</sup> BNL — Cod. 6900, artº 42 (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>535</sup> BNL — Cod. 6900, artº 35 e 36 (ver Anexo Documental nº 68).

D. Maria sintetiza no testamento, em Julho de 1577, os princípios e preocupações que nortearam a sua vida — a religiosidade, o cuidado com a satisfação das suas dívidas e com a situação da sua *casa* e criados, a afirmação dos seus direitos senhoriais e monetários (fosse em Portugal, Espanha ou França) e a instituição de novas obras pias, para além de assegurar que as já iniciadas seriam feitas de acordo com a sua vontade — deixando por seus administradores o Cardeal D. Henrique, o Arcebispo e o Governador de Lisboa<sup>536</sup>.

Os primeiros dois artigos do testamento referem-se à forma de enterro — e ao depósito do seu corpo no convento da Madre de Deus, enquanto a sua igreja-mausoléu não estivesse concluída —, que a Infanta quis que fosse realizado pelo prior da Luz<sup>537</sup>, de acordo com as regras da Ordem de Cristo. A Infanta deixa expressa a sua vontade para que se rezassem missas em todas as igrejas e conventos de freiras e frades de Lisboa, no dia da trasladação dos seus ossos.

D. Maria institui, aliás, várias missas a serem rezadas e assistidas na Luz<sup>538</sup> pelas 9 orfãs, entre as quais estariam algumas de Viseu e de Torres Vedras, às quais deixa verba de 450 000 réis para se casarem; transfere as missas que tinha instituídas em Belém — onde mantém uma missa em memória do pai e outra em memória de seus irmãos, para o que deixa 10 000 réis anuais — para Nossa Senhora da Luz, e deixa um padrão de juros de 500 000 réis — que também seria usado para alimentar os dois religiosos oficiais do Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres — para que se faça uma missa cantada quotidiana<sup>539</sup>.

A Infanta fundou, ainda, outras missas: pelas almas do Purgatório, ditas por 12 sacerdotes pobres — a quem dota com 60 000 réis para vestidos — na Páscoa e, quotidianamente, na Misericórdia de Lisboa — à qual deixa esmola de 19 000 réis. Pela sua alma, deixa, igualmente, um padrão de 24 000 réis anuais, para serem cantadas missas em todas as sextas-feiras, enquanto o seu corpo se mantivesse depositado no convento da Madre de Deus e, por fim, uma missa quotidiana rezada por um sacerdote pobre em Évora que

---

<sup>536</sup> BNL — Cod. 6900, artº 39. No artº 40 nomeia António Vaz Berladez como tesoureiro da sua fazenda — com 100 000 réis de ordenado e 50 000 de tença quando os seus serviços fossem dispensados — e no artº 41, Cristovão Leitão como escrivão (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>537</sup> Que é, também, quem arrecada e distribui os juros instituídos anualmente pela Infanta.

<sup>538</sup> Já antes, segundo frei Miguel Pacheco, a Infanta instituíra a obrigatoriedade de uma missa diária ao romper da alba no altar de Nossa Senhora da Luz, porque no convento não havia local de culto. Pacheco, 1675, pp. 109vº-110.

<sup>539</sup> BNL — Cod. 6900, artº 10, 21, 6 e33, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

acompanhava os 12 estudantes, filhos de fidalgos pobres — dotados cada um com 12 000 réis para os seus estudos e o religioso com 30<sup>540</sup>.

Logo a seguir, a preocupação de D. Maria dirige-se para o pagamento das suas dívidas — artº 3 e 4 —, para a situação dos seus *criados* — artº 5 — e para as questões de assistência em geral, como seja o cuidado com o resgate e redenção de cativos — para o que deixa 300 000 réis e 7000 cruzados, respectivamente —, para vestir 9 mulheres pela festa de Nossa Senhora da Encarnação e outras 9 pela festa da "*Nacença*" (?) e 33 pobres cada ano — com 36 000 e 50 000 réis, respectivamente —, e contempla de todos os mosteiros de frades e freiras de Lisboa e arredores com uma verba de 100 cruzados — mencionando, expressamente, o convento de Nossa Senhora da Piedade em Azeitão, o de São Paulo em Almada ( a quem deixa mais 1000 cruzados para ajuda nas obras), o de Belém, o de Odivelas e o de São Bento de Xabregas<sup>541</sup>. D. Maria deixa, ainda 200 cruzados de esmola às Misericórdias de Viseu e de Torres Vedras e 12 000 réis à de Évora, pelo trabalho de distribuir às freiras de Santa Helena do Monte Calvário os 208 000 réis com que trata das suas necessidades<sup>542</sup>. Deixa, mais, 200 000 réis de juro:

*ao Hospital de Lisboa que el Rey meu pay instituhio, os quaes serão pera ajuda das despesas que com os minimos engeitados se fazem*<sup>543</sup>.

O facto de ter sentido em vida inúmeras dificuldades com a prossecução e manutenção da sua fortuna leva-a reforçar a firmeza dos seus direitos e a vontade de que fossem salvaguardados, nomeadamente nas Canárias — artº 35 — e em França — artº 43. Com efeito, D. Maria tem consciência da necessidade de custear as inúmeras obras que já começara e as outras que mandava fundar postumamente. Nestas, insere-se o Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres — que a Infanta queria que tivesse 63 camas para doentes pobres e agasalho dos peregrinos que se deslocassem em romaria ao santuário da Luz, e cujo regimento seria feito de acordo com o do Hospital das Caldas (e por frei Francisco Foreiro), instituído pela rainha D. Leonor —; o convento beneditino de Nossa Senhora da Encarnação — para 62 freiras, das quais 25 seriam nobres (sete sem dote) e as restantes "*gente limpa*

---

<sup>540</sup> BNL — Cod. 6900, artº 13, 19, 26 e 25, respectivamente. No artº 42 a Infanta deixa, ainda, 100 000 réis de juro ao Reitor e Padres da Universidade de Évora, "*pola criação dos moços fidalgos pobres*" (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>541</sup> BNL — Cod. 6900, artº 11, 18, 12, 14 e 22, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>542</sup> BNL — Cod. 6900, artº 30, 32 e 24, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>543</sup> BNL — Cod. 6900, artº 42 (ver Anexo Documental nº 68).

*sem raça*", e 20 servidoras — que tinha a obrigatoriedade de vigiar perpetuamente o Santíssimo Sacramento; o Colégio franciscano de Coimbra — para 30 colegiais (15 da Província de Portugal e 15 da Província do Algarve) — sob invocação de São João Evangelista e que, no aniversário da sua morte, rezariam uma missa cantada pela sua alma<sup>544</sup>.

A Infanta deixava, igualmente, 500 cruzados para ajuda à construção do refeitório do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário em Lisboa e 2 000 cruzados de esmola para obras no mosteiro onde estava enterrada D. Isabel de Bragança<sup>545</sup>. Quanto às obras que edificara em vida, D. Maria contemplava a igreja de Santa Engrácia com 1000 cruzados para a conclusão das obras e 300 cruzados para a execução de um relicário que encerrasse condignamente os ossos da mártir bracarense. Para a igreja da Luz, dispõe a verba de 300 cruzados para esmola de uma peça da sacristia e 24 000 réis para vestiaria da casa, no dia do traslado do seu corpo para a sepultura definitiva<sup>546</sup>.

O codicilo do testamento, assinado quase dois meses depois (31 de Agosto), reforça as ideias e vontades que expressara antes, acrescentando apenas que deixa a quinta de Maria Coutinha ao convento da Luz, que distribuí as suas relíquias, manda libertar todos os seus escravos e escravas e lembra que, também, no caso da sua herança paterna, havia problemas a resolver<sup>547</sup>.

Ao contrário das mais fortes recomendações da princesa para que a execução do seu testamento e codicilo<sup>548</sup> — aprovados pelo tabelião João Rodriguez Jacome<sup>549</sup> — fosse célere

---

<sup>544</sup> BNL — Cod. 6900, artº 7, 8, 9, 38, 37, 15, 16, 34 e 17, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>545</sup> BNL — Cod. 6900, artº 20 e 28, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>546</sup> BNL — Cod. 6900, artº 23, 27 e 29, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>547</sup> BNL — Cod. 6900, artº 16, 18, 22 e 19 do codicilo, respectivamente (ver Anexo Documental nº 68).

<sup>548</sup> Para o qual nomeou, e como atrás dissemos, por testamenteiros o Cardeal seu irmão — aclamado a 28 de Agosto de 1578 e falecido a 31 de Janeiro de 1580 —, o Arcebispo — D. Jorge de Almeida que morreu a 20 de Março de 1585, sendo sucedido por D. Miguel de Castro de 2 de Julho 1586 até 1 de Julho de 1625 — e o Governador da cidade de Lisboa — ou seja, o governador da Casa do Cível, na altura Diogo Lopes de Sousa que morreu a 13 de Out. de 1580, sucedendo-lhe D. Rodrigo de Menezes por alvará de 21 de Junho de 1581. *"É natural que, tendo a lei de 27 de julho, de 1582, criado a relação do Porto, transferindo para ella a Casa do Cível, e tendo-se, afinal, fixado em Lisboa a Casa da Supplicação, (...) se deferisse ao Regedor deste tribunal uma representação, no conselho superior administrativo da herança da Infanta, que, pelo acima exposto, não podia já ser exercida pelo magistrado que a Testadora deixára indicado. Assim se justifica também o facto de Manoel de Vasconcellos assignar o Regimento do Hospital de Nossa Senhora da Luz, e a Provisão que remata aquelle documento [...] o antigo Presidente da Camara lisbonense era, na data d'aquelles documentos, Regedor da Casa da Supplicação."* Brito, 1907-1908, vol. V., p. 107, n. 12. Esta série de acontecimentos justificam, também, a demora e atropelos que as vontades testadas da Infanta sofreram.



e de acordo com as suas recomendações, a tradição fala no atraso do cumprimento das mesmas e no desbaratar das riquezas que D. Maria deixara<sup>550</sup>. Em menos de 10 anos, todos a quem a Infanta tinha recomendado o cumprimento do seu testamento estavam mortos. Os seus sucessores descuidaram-se no tratamento da fortuna e tê-la-ão desbaratado. Corria, até, o rumor de que as suas jóias haviam sido roubadas por D. António, prior do Crato<sup>551</sup>, no que seria uma justificação fácil para a sangria a que a sua fortuna fôra votada, ao mesmo tempo que se denegria a imagem do mais directo concorrente de Filipe II de Espanha ao trono português.

Não cabe no âmbito deste trabalho esclarecer os acontecimentos, e as razões, que se sucederam à morte da Infanta D. Maria. Com efeito, se é certo que muita da documentação essencial para compreender as vontades póstumas, como também a vida, da Infanta desapareceu ou, não está localizada, há, igualmente, que analisá-la — nomeadamente aquela que foi tratada por vários autores — utilizando diferentes metodologias e procurando respostas diversas, ao mesmo tempo que há que acrescentar os novos dados. Quando, no início do século, Gomes de Brito escreveu o seu artigo sobre as tenças testamentárias de D. Maria, conhecia, apenas os cinco cadernos de tenças, que cobrem os anos de 1590, 1591, 1593, 1596, 1597 e 1623<sup>552</sup>. Entretanto, descobrimos mais três que, apesar de se referirem a datas posteriores, têm incluso o rol de tenças feito pela Infanta e as primeiras alterações que este sofreu. Dois destes livros repetem o sistema dos cadernos de tenças, apontando pormenorizadamente os gastos e receitas dos anos de 1610-1611 e 1613-1616, nomeadamente as despesas com as obras da Luz<sup>553</sup>.

---

<sup>549</sup> Sendo testemunhas: Sebastião da Fonseca — escrivão da fazenda —, Cristovão Esteves; Jorge de Mendonça — pertencia ao conselho do rei —, João de Mendonça — vedor da fazenda —, Fernando da Silva, filho de Rui Pereira da Silva, alcaide-mór de Silves, e de D. Isabel da Silva era casado com D. Madalena de Lima — era membro do conselho do rei e, depois, presidente da fazenda real; Alcaide-mór de Silves, regedor da justiça, governador e capitão geral do reino do Algarve.

<sup>550</sup> "Antonio Vaz Bernaldes, o homem de confiança da Serenissima Testadora, pouco terá sobrevivido a sua nobre Ama e Senhora. Fallecido este, ainda antes do Cardela Rei, era Sebastião da Fonseca, escrivão da fazenda da Infanta, o unico em termos de poder substituil o [...] Vendo diante de si abertas, de repente, tão excepcionaes facilidades para «fazer pella vida» [...] Sebastião da Fonseca, [...], terá tomado o seu partido;" Brito, 1907-1908, vol. V, p. 234.

<sup>551</sup> Brito, 1907-1908, vol. V, p. 108.

<sup>552</sup> ANTT — *Casa Forte - Testamentaria da Infanta Dona Maria*, Lº 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

<sup>553</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 48 e 47, respectivamente (ver Anexo Documental nº 66 e 67).

O terceiro livro é um caderno extensíssimo que cobre os anos de 1577 a 1603, manuscrito sobre papel. Nele está transcrito o testamento, o codicilo e o "*titollo das tenças*" datados de 1557 e 1578, bem como as primeiras transferências, renúncias e alterações testamentárias, além da relação das suas relíquias e as cartas de alforria dos seus escravos<sup>554</sup>.

A Infanta mandava, à hora da morte, libertar todas as suas escravas e escravos, brancos — com uma tença de 40 000 réis para casarem — e "pretos" — com uma tença de 20 000 réis —, numa lista de 10 nomes: *lyanor d'austria*, Domingos de Brito, Francisca Pinella, Rufina da Silva, Graça de Crasto, Catarina de Crasto, Francisca Gomes, Francisca de Crasto, Pero Rodrigues e Jacome de Crasto<sup>555</sup>.

No título das tenças escrito pela própria Infanta, encontramos os nomes que, de uma forma ou outra, a acompanharam ao longo da vida. Os primeiros são os de Constança de Gusmão e o de Domingos Leitão. Maria de Bustamante, que também menciona no testamento, vem logo a seguir. Nele constam ainda os nome de Joana Sigeia — filha de Luísa — e de Hortênsia de Castro ou o de Gregório Veloso, apontador das obras da igreja da Luz. E claro, os nomes dos *criados* que tinha a seu serviço, mantieiros, cozinheiros, copeiros, cirurgiões e boticários, damas e moços da câmara e de estrebaria, chanceleres, tesoureiros e dispenseiros, capelães, cantores de capela, sapateiros, serreiros e sirgueiros<sup>556</sup>.

A documentação identificada referente às tenças e obras póstumas da Infanta D. Maria permite-nos fazer uma análise mais objectiva e próxima da realidade que aquela que Gomes de Brito empreendeu no início do século. O facto de considerarmos que a fortuna da Infanta era mais *virtual* que real e que as suas vontades foram realmente adulteradas, não impede que as ideias gerais que norteiam o entendimento das consequências da sua morte e resolução do testamento não necessitem de uma revisão. Quanto ao cumprimento das suas vontades testadas — e como ficou dito nos capítulos anteriores — registam-se interferências várias, que se prendem com as personalidades, gostos e meios daqueles que ficaram senhores da sua fortuna e vontades.

---

<sup>554</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 65). Para a análise das tenças testamentárias de D. Maria, remetemos para o estudo de Gomes de Brito, o único existente, e enquanto não for feito o tratamento dos novos dados encontrados. Brito, 1907-1908.

<sup>555</sup> A escrava de nome *lyanor d austria*, havia pertencido a sua mãe. ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 65).

<sup>556</sup> ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (ver Anexo Documental nº 63 e 64).

Para fazer um estudo aprofundado do mecenato póstumo de D. Maria, seria necessário colher fontes posteriores à sua morte, analisá-las à luz da conjuntura de então, conhecer as biografias dos seus testamenteiros, e acompanhar o andamento das obras, objectivos que não cabem nos limites deste capítulo, no qual nos limitámos a fornecer pistas e material para investigações futuras.

***Capítulo final — As impossibilidades do mecenato da Infanta Dona Maria***

Para a discussão em torno dos patrocínios artísticos da Infanta D. Maria poderíamos partir com alguns pressupostos chave. Por um lado, as tipologias de mecenato Habsburgo, *casa* da qual ela se reivindica — geneticamente por herança materna — mas também cultural e politicamente, como possuidora de uma galeria dos seus retratos e como atriz de um papel casamenteiro tantas vezes negociado. Por outro lado, a influência directa da corte portuguesa, com o seu irmão D. João III e a sua cunhada e tia D. Catarina à cabeça. Contudo, estes moldes não encontraram paralelo no mecenato de D. Maria, ou melhor, manifestaram-se através de ecos, discretos e fugazes, sempre submetidos a uma lógica de satisfação pessoal e de contemplação das necessidades do imediato.

Os patrocínios artísticos de D. Maria não demonstram a unidade exigida a uma concepção de mecenato, ou seja, a presença de um programa cultural planificado subjacente a uma ideia de poder. Havia um propósito político, sim, mas satisfeito segundo os ditames das circunstâncias e as necessidades que guiaram os dissabores da sua vida e as ambições do momento. É assim que o “mecenato” de D. Maria é muito tardio, primeiro literário e, só depois artístico, apesar de desde tenra idade ter colocado a sua fortuna ao serviço de algumas muito particulares afeições.

O mais que provável — e, finalmente, defraudado — casamento de D. Maria e a sua consequente saída de Portugal terem contribuído para fazer desta posição uma opção assumida. A forma como D. Maria empreende o seu programa arquitectónico — profundamente piedoso e atento às necessidades das populações — demonstra que tinha plena noção do carácter político dos seus patrocínios, exponencialmente revelado na encomenda flamenga do ciclo de tapeçarias que retrata os sucessos de D. João de Castro.

A colagem da sua acção e personalidade a duas das personagens mais significativas do século XVI português — o seu próprio pai e a tia, D. Leonor — revela, ainda, uma apurada sensibilidade política. Em D. Manuel buscou os exemplos de afirmação política, designadamente pelo germinar de um culto específico — a Santa Engrácia — inserida numa corrente mais vasta de culto a santos nacionais, patente então por toda a Europa, e no desenvolvimento de obras urbanas e assistenciais directamente relacionadas com o fortalecimento da sua imagem política.

Tal como D. Leonor, D. Maria alimenta um comportamento dual que se manifesta numa imagem de modelo de virtudes e caridade cristã que apropria da memória da tia, ao ponto de bisar o patrocínio de obras destacadas — onde se salientam as fundações clarissas

de Xabregas, pela rainha, e de Évora, infantina; o hospital das Caldas da Rainha, de D. Leonor, e o hospital de Nossa Senhora dos Prazeres em Carnide, que D. Maria queria fosse feito segundo o regimento e modelo do primeiro, e a encomenda das cenas da Paixão de Cristo para a convento de Setúbal, patrocinado por D. Leonor, e anos mais tarde para o Mosteiro dos Jerónimos, encomendadas a António Campelo — e, ao mesmo tempo, actuar com a rigidez e frieza necessárias à prossecução dos seus intentos, mostrando-nos uma personalidade atenta às novas realidades do seu tempo e não uma mera colagem a outra personagem. Com efeito, a preocupação de D. Maria em não descuidar traços de originalidade é nítida, recorrendo à sua formação estética e ao seu gosto pessoal para imprimir um cunho muito personalizado aos seus patrocínios.

As suas encomendas revelam algumas especificidades autonomizantes: o gosto pelas formas fantásticas e exuberantes — ainda que sem a presença, estranhamente, de objectos preciosos e exóticos relacionados com o Império português, de que a colecção de D. Catarina é superior exemplo —, uma profunda religiosidade eivada pelos valores da *devotio moderna* — onde se destaca o programa iconográfico da mesa-de-altar de Nossa Senhora da Luz —, uma sede assumida pela novidade formal nas disciplinas artísticas — na igreja de nave única no convento de Santa Helena do Monte Calvário e no retro-coro da Luz, ou nos desenhos *à romana* de Campelo — mas também pelo experimentalismo científico — onde se destaca o cultivo da planta do tabaco nos seus viveiros, ao invés do coleccionismo de *naturalia* tão em voga nas cortes do Norte da Europa ou até junto da rainha D. Catarina.

O coleccionismo de D. Maria confessa-se, aliás, mais "italianizante": atente-se à desconhecida composição do seu *museolo*, mas que a carta de Luísa Sigeia revela ser composto por escultura e/ou moedas e medalhões antigos, à imagem da colecção de Maria da Hungria. Os objectos coleccionados pela Infanta seriam acomodados num *studiolo*, onde se reuniam as suas damas para os estudos académicos, para os seus trabalhos de labores, pintura, escrita e música e para os famosos serões com algumas das mais relevantes figuras do Humanismo e Renascimento português.

As obras realizadas pelos artistas a soldo da Infanta D. Maria representam os interesses da sua mecenas, homenageando-a nos louvores escritos, nas linhas inovadoras de uma tábua ou de um claustro de convento ou na riqueza dos materiais. Contudo, e curiosamente, apesar de patrocinar obras de cariz religioso, a Infanta não aparece representada junto a ícones ou santos na forma de ex-voto, uma vez que o busto-relicário de Santa Engrácia foi feito postumamente.

A postura de D. Maria é bem a de um soberano renascentista alimentando um vasto grupo de cortesãos que contemplam as mais díspares e especializadas tarefas à semelhança das cortes reais. As recepções e visitas diplomáticas que patrocina, o incentivo à publicação de livros em português, o patrocínio constante das formas artísticas aprendidas além-Pirinéus e a visão propagandística da arte e da religião conferem-lhe um lugar de destaque no plano da história portuguesa de Quinhentos. Este papel é assumidamente, e quase sempre, de antinomia com o poder estabelecido. Veja-se o exemplo do programa decorativo da capela de Nossa Senhora da Luz (1575) em que D. Maria promove o gosto Norte europeu numa altura de predomínio das formas contra-reformistas de sabor classicista e italianizante, remando mais uma vez contra a maré.

O "mecenas" cultural da Infanta D. Maria foi tardio, com uma forte componente literária e decorativa. A pintura, o desenho — onde a Infanta surge precocemente representada, mas não, inicialmente, por iniciativa sua — e a arquitectura surgiram num contexto muito específico que revela, como nenhuma outra forma de arte, as vicissitudes da sua vida.

O facto de D. Maria não ter sido rainha, de ter vivido à sombra de uma fortuna *virtual* mas insolvente e de ter sido alvo de uma política casamenteira e diplomática que acabou por não a beneficiar, circunscreveu a sua actuação por demasiado tempo. Depois, as condições da política interna fizeram surgir uma nova hipótese capaz de mitigar as ambições da princesa: a de ser rainha de Portugal (hipótese que, por razões atrás afluídas, ruiu também). Não obstante, as obras patrocinadas por D. Maria serviram um propósito político e, sobretudo, dinástico, pois a Infanta sabia que qualquer ascensão que tivesse ao poder e ao trono português seria por ser filha do falecido rei.

Fica-nos, assim, a nítida sensação de que o destino da Infanta D. Maria se frustrou face às circunstâncias que condicionaram o seu percurso. Destino este que não foi único entre os filhos do rei D. Manuel, assemelhando-se muito particularmente ao do Infante D. Luís. Mais do que um percurso individual, foi o de uma geração condicionada pela História.

## **Fontes e Bibliografia**



### ***Fontes manuscritas***

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 245, doc. 5 (1526)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 145, doc. 83 (1527)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 146, doc. 86 (1527)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 147, doc. 121 (1528)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 43, doc. 124 (1529)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 155, doc. 20 (1529)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 161, doc. 64 (1529)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 196, doc. 107 (1530-1531)

ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143 A (1530)

ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143 B (1530)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 168, doc. 33 (1531)

ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 795 (1531)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 195, doc. 96 (1534)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 2196, doc. 151 (1534)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 197, doc. 4 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 200, doc. 35 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 199, doc. 59 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 203, doc. 56 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 204, doc. 57 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 199, doc. 65 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 205, doc. 79 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 199, doc. 97 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 199, doc. 108 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 204, doc. 104 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 204, doc. 106 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 197, doc. 124 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 203, doc. 168 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 204, doc. 185 (1535)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 205, doc. 159 (1536)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 205, doc. 160 (1536)

ANTT — *Chancelaria de D. João III*, Lº 28 (1543)

ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143 C (1543)

ANTT — *Gaveta XIII*, maço 8, doc. 27 (1544)

ANTT — *Chancelaria de D. João III*, Lº 25 (1545)

ANTT — *Chancelaria de D. João III*, Lº 43 (1545)

ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 1 (s/d [1546])

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 1 (1564)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 35 (1565)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 13 (1571)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 30 [1571]

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 12 (1571)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 28 (1571)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 29 (1571)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 7 (1576)

ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 6 (1578)

ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 117, doc. 21 (1623)

- ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 117, doc. 45 (1624)
- ANTT — *Ordem de Cristo*, Lº 47 (1630)
- ANTT — *Convento de Nossa Senhora da Luz de Carnide*, maço 2, doc. 2 (1747)
- ANTT — *Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Barro*, maço 1, doc. 26 (1782)
- ANTT — *Convento de Nossa Senhora da Luz de Carnide*, maço 2, doc. 3 (1789)
- ANTT — *AHMF - Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Barro*, cx 2 256 (1834)
- ANTT — *AHMF - Convento de Santa Helena do Monte Calvário*, cx 1 921 (1889)
- ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64 (séc. XVI-XVII)
- ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 47 (séc. XVII)
- ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 48 (séc. XVII)
- ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 26 (séc. XVII)
- ANTT — *AHMF - Colégio de São João Evangelista*, cx 2 207 (séc. XIX)
- ANTT — *AHMF - Convento dos Apóstolos de Santarém*, cx. 2 249 (séc. XIX)
- ANTT — *Cartas missivas*, maço 2, doc. 280 (s/d)
- ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 13 (s/d)
- ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos de Santarém*, maço 1, doc. 34 (s/d)

### **Biblioteca da Ajuda**

BA — Cod. 49-XII-24 (1570)

BA — 46-X-22 (1572)

BA — 47-VIII-15 (s/d)

BA — 50-V- 35 (113) (s/d)

BA — 51-VI-15 (s/d)

### **Biblioteca Nacional de Lisboa**

BNL — Mss 201, doc. 68 (1536)

BNL — Cod. 674 (1542)

BNL — Mss. 206, doc. 183 (1543)

BNL — Cod. 8 003 (1545)

BNL — Mss 206, doc. 156 (1546)

BNL — Mss. 206, doc. 256 (1546)

BNL — Cod. 10 641 (1554-1558)

BNL — Mss. 199, nº 98 (1557)

BNL — Mss 207, doc. 128 (1558)

BNL — Mss. 207, doc. 72 (1558)

BNL — Mss 218, doc. 137 (1564)

BNL — Mss. 29, doc. 50 (1587?)

BNL — Cod. 8 833: *Constituições Dos Religiozos da ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, feytas, & promulgadas no Cap. Geral, que se celebrou neste convento de Thomar este presente Anno de 1684*

BNL — MARIA, P. Francisco de Santa, s/d — *Anno Historico, Diario Portuguez. Noticia Abreviada de Pessoas Grandes e Cousas Notaeis, de Portugal*. 4 tomos

BNL — Cod. 814: Antonio Coelho Gasco, s/d — *Prymeyra parte das antiguidades da muy nobre Cidade de Lixboa, Imporio do mundo, Princesa do mar Oçeano*

BNL — Cod. 886 (s/d)

BNL — Cod. 10 615 (s/d)

BNL — *Pombalina*, nº 741 (s/d)

## **Biblioteca Pública de Évora**

BPE — Cod. III 2-4 (1738)

BPE — *Fundo do Convento de Santa Clara*, L° 76, doc. 9 (1822)

BPE — Cod. CIII, 2-20 (s/d)

BPE — Cod. CIII, 2-26 (s/d)

### ***Fontes impressas***

RESENDE, André de, 1545 — *Epistola*. Conimbricæ: Apud Ioannes Barrerium & Ioannem Aluarum

NAVARRO, Martim de Azpicuelta, 1550 — *Relectio*. # . in *Leuitico sub cap. Quis aliquando. de poenit. dist. I. quae de anno iobeleo, & iobelea indulgentia principaliter agens, totam indulgentiarum materiam exhaustit: exponit q; quinque Extrauag. de poenit. & remiss. cum multarum nouarum quaestion~u decisione, & veterum resolutione: vsui quotidiano accommodata*. Conimbricæ: Ioannes Barrerius & Ioannes Aluarus

MORAIS, Inácio de [1550] — *Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diu~u Ioannem tertium nomine totius Academiae Con~ibricensis, atque in eiusdem scholis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, & regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus*. Conimbricam

RESENDE, André de, 1551 — *Oratio habita Conimbricæ: In Gymnasio Regio, anniuersario dedicationis eius die*. Conimbricæ: Apud Ioannes Barrerium & Ioannem Aluarum

MORAIS, Inácio de, 1553 — *Interitum Principis Ioannis*. Conimbricæ: Ioannes Barreira

AMARAL, Nicolau Coelho, 1554 — *Monostichon de Primis Hispanorum Regib.*  
Conimbricæ: Ioannes Barrerium

POLANCO, João, 1556 — *Directório de Confessores e Penitentes*. Lisboa: Ioannes  
Blauio de Colonia

MONTEMOR, Jorge, 1565 — *Los siete libros de la Diana*. Lisboa

GRANADA, Frei Luís de, 1565 — *Memorial Dela vida Christiana: en el qual se enseña  
todo lo que vn Christiano deue hazer dende el principio de su conuersion hasta el fin  
dela perfeccion*. Lisboa: en casa de Francisco Correa

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, 1567 — *Memorial das proezas da Segunda Tauola  
Redonda*. Coimbra: Em casa de João de Barreyra

NORONHA, D. Leonor de, 1570 — *Este libro he do começo da historia de nossa  
redenção, que se fez para consolaçam dos que nam sab~e latim*. Lisboa: Por Ioam de  
Barreira

COELHO, Frei Simão, 1572 — *Compedio das Chronicas da Ord~e de Nossa Senhora  
do Carmo*. [Lisboa]: Per António Gonçalves

NAVARRO, Martim de Azpicuelta, 1575 — *Commentarijs de iobeleo et Indvlgentiit  
Omnibvs, In #. In Leuitico sub cap.Si quis aliquando, de Poenit. dist. prima, & in  
Extrauag. primam, Antiquorum, secundam, Vnigenitus, & 4*. Romae: Apud Iosephum de  
Angelis

BIGNE, Margarinvn de la, 1575 — *Bibliothecae Sanctorum Patrum*. vol. 4. Parisiis:  
Apvd Michaellem Sonnivm, Via Iacbaea

COSTA, Manuel da, 1584 — *Cõ mentarii ,e demaioratu bonorum patrimonialium, e de*



*regni suceSSIONES, omnium desideratissimus tractatus, ac funebris facundissima oratio in exequias Portugalie Regis Joannis III eiusdemq dulcissima e varia carmina.* Salamanticae: In aedibus Ildefonsia à Terranova e Neyla

MORAIS, Francisco de, 1592 — *Chronica do famoso e muito esforçado cavalleiro Palmeyrim de Inglaterra Filho del Rey Dom Duardos.* Lisboa: António Alvares

MARIZ, Pedro de, 1594 — *Dialogos de Vária História, em que se referem as vidas dos senhores reyes de Portugal, com os seus retratos: e noticias de dos nossos reynos, e Conquistas, e varios sucessos do Mundo.* Coimbra: Na Officina de Antonio de Mariz

BERNARDES, Diogo, 1594 — *Varias rimas ao bom Iesus, e a Virgem gloriosa sua may, e a sanctos particulares.* Lisboa: Em casa de Simão Lopez

LEÃO, Duarte Nunez do, 1610 — *Descrição do Reino de Portugal.* Lisboa: Iorge Rodriguez

SOVERAL, Frei Roque do, 1610 — *Historia do insigne apparecimento de Nossa Senhora da Luz.* Lisboa: Crasbeek

SANT'ANNA, Frei Belchior de, 1622 — *Chronica de Carmelitas Descalços, particvlar do reyno de Portugal, e provincia de Sam Felipe.* Lisboa: Na Officina de Henrique Valente de Oliueira

ANJOS, Frei Luis dos, 1626 — *Jardim de Portugal, em que se da noticia de alg~uas Sanctas, & outras molheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viuerão, ou estão sepultadas neste Reino, & suas cõquistas.* Coimbra: Na Casa de Nicolau Carualho

SOUSA, Manuel de Faria e, 1628 — *Epitome de las historias portuguesas.* Madrid: Por Francisco Martinez

BNL — Cod. 12 979: Soror Maria do Sacramento (?), [1639] — *Noticia da fundação do Convento da Madre de Deos de Lisboa das Religiozas Descalças da primeira regra de*

*Nossa Madre Santa Clara - E de algumas couzas que ainda se poderão descobrir com certeza das vidas e mortes de muitas Madres Santas que ouve nelle escritas por uma freira do mesmo convento e dirigida a todas as mais delle no anno de 1639.*

TÁVORA, Rui Lourenço de, 1648 — *Historia dos Varoens Illustres do appellido Tavora continuada em os Senhores da Casa e Morgado da Caparica*. Paris: Sebastiam Cramoisy

TOMÁS, Frei Leão de Santo, 1651 — *Benedictina Lvsitana*. 2 tomos, Coimbra, Na Officina de Manuel de Carualho

CARDOSO, George, 1652-1744 — *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illvstres em virtude do reino de Portugal e svas conqvistas*. 4 tomos. Lisboa: Na Officina Craesbeekiana

FARIA, Manuel Severim de, 1655 — *Noticias de Portugal*. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana

RIPA, César, 1669 — *Iconologia*. Venetia: Nicolo Pezzano

PORTUGAL, D. Francisco de, 1670 — *Arte de Galanteria*. Lisboa: En la Empreenta de Ivan de la Costa

PACHECO, Frei Miguel de, 1675 — *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria hija del rey D. Manoel, fundadora de la insigne Capilla mayor del Cõuento de N. Señora de la Luz, y de su Hospital, y outras muchas casas dedicadas al culto diuino*. Lisboa: Na Officina de Ivan da Costa

MARIA, Francisco de Santa, 1679 — *O Ceo aberto na Terra, Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, & de S. Joaõ Evangelista em Portugal*. Lisboa: Na Officina de Manoel Lopes Ferreyra

MARIA, Frei Agostinho de Santa, 1707-1723 — *Santuário Mariano, E Historia das Imag~es milagrosas de Nossa Senhoras, E das milagrosamente apparecidas, em graça,*

*dos Prègadores, & dos devotos da mesma Senhora.* 10 vols. Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galrão

DUMONT, J., 1726 — *Corps Universel Diplomatique du Droit des gens; contenant un recueil des Traitez d'Alliance, de Paix, de Treve, de Neutralité, de Commerce, d'Échange, de Protection & de Garantie, de toutes les Conventions, Transactions, Pactes, Concordats, & autres Contrats, qui ont été faits en Europe, depuis le Regne de l'Empereur Charle-Magne jusques à présent.* Amsterdam - Haye: P. Brunel, R. et G. Wetstein - P. Husson et Charles Levier

BARBOSA, D. José, 1727 — *Dicionario Chronologico, Historico, Genealogico e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus filhos.* Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva

PIEIDADE, Frei António da, 1728 — *Espelho de Penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da Regular e mais Estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Farnçisco, no Instituto Capucho.* 2 tomos. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva

FONSECA, P. Francisco da, 1728 — *Évora Gloriosa : Epílogo dos quatro tomos da Évora Illustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesu.* Roma: Na Officina Kamarekiana

MENEZES, D. Manoel de, 1730 — *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião decimo sexto rey de Portugal.* Lisboa Occidental: Na officina Ferreyriana

PACHECO, Frei João, 1734 — *Divertimento erudito para os curiosos de notícias históricas, escolásticas, políticas e naturaes, sagradas e profanas.* 4 vols. Lisboa Oriental: Na Officina Augustiniana

AZEVEDO, Diogo Manoel Aires de, 1734 — *Portugal illustrado pelo sexo feminino, notícia histórica de muytas heroínas portuguezas, que florescerão em virtudes, letras e armas.* Lisboa Occidental: Na Officina de Pedro Ferreira

SANTOS, Frei Manoel dos, 1735 — *Historia Sebastica, contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os seccessos memoraveis do reyno, e Conquistas no seu tempo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram

PERIM, Damião de Froes, 1736 — *Theatro Heroino, Abcedario Historico, e Catalogo das Mulheres illustres em Armas, Letras, Acçoens heroicas, e Artes Liberaes*, 2 vols. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima

MACHADO, Diogo Barbosa, 1736-1751 — *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarcas Portuguezes: Do anno de 1568 até o anno de 1574*. 4 vols. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva

MACEDO, Antonio de Sousa de, 1737 — *Flores de España, Excelencias de Portugal, en que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho, y curiosidad*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoens Ferreyra

BAIÃO, José Pereira, 1737 — *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a vida, e perda do senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de saudosa memoria*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio de Sousa da Sylva

VASCONCELLOS, P. Inácio da Piedade, 1740 — *Historia de Santarem edificada, que dá noticia da sua fundação, e das cousas mais notaveis nella succedidas*. Lisboa Occidental: Dada à luz por hum curioso amante da ditta villa

MACHADO, Diogo Barbosa, 1741 — *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo prezente*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca

NIZA, Paulo Dias de, 1757-1768 — *Portugal Sacro-Profano, ou Catalogo Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve: das Igrejas com seus Oragos: do*

*titulo dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentam: juntamente com as leguas de distancia da Metropoli do reino, E da Cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero de fogos.* 3 vols. Lisboa: Na Officina de Miguel Menescal da Costa, Impressor do Santo Ofício

OLIVEIRA, Frei Nicolao d', 1804 — *Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa: Na Impressão Regia

*O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez,* 1807. 2 vols. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo

SANTARÉM, Visconde de, 1842-1860 — *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias.* 20 vols. Pariz: em casa de J. P. Aillaud

FIGANIÉRE, Frederico Francisco de la, 1853 — *Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museu Britannico.* Lisboa: Na Imprensa Nacional

MENDONÇA, A. P. Lopes de, 1857 — *Apontamentos para a historia da conquista de Portugal por Filippe II.* "Annaes das Sciencias e Letras da Academia Real das Sciencias". Lisboa, vol. I

*Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias,* 1862-1891. 10 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias

TOMÁS, Aníbal Fernandes, 1877 — *Cartas bibliográficas.* Coimbra: Imprensa da Universidade

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1885-1911 — *Elementos para a história do município de Lisboa.* Lisboa: Typographia Universal

*Litterae Quadrimestres ex Universis locis in quibus aliqui de Societate Jesu*

*Versabantur*, 1894-1897. 4 vols. Matriti: Excudebat Augustinus Avrial

VITERBO, Sousa, 1903-1911 — *Noticia de alguns pintores portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros exerceram a sua arte em Portugal*. 1<sup>a</sup>-3<sup>a</sup> s. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias

SERRANO, y Sanz, Manuel, 1903-1905 — *Apuntes para una biblioteca de escritoras españolas desde el año 1401 al 1833*. 2 vols. Madrid: Establecimientos Tipolitográfico «Sucesores de Rivadeneyra»

GÓIS, Damião de, 1910-1911 — *Chronica d' El-Rei D. Manuel*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes (1<sup>a</sup> edição em 1566)

CASTRO, Augusto Mendes Simões de, 1914 — *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. João 3<sup>o</sup> em Coimbra no ano de 1550 e do modo como foi recebido pela Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade

SOUSA, Francisco Luis Pereira de, 1919-1932 — *O terramoto do 1<sup>o</sup> de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*. 4 vols. Lisboa: Tip. Comercio - Oficina Gráfica

ANSELMO, António Joaquim, 1926 — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional

PEREIRA, Luiz Gonzaga, 1927 — *Monumentos sacros de Lisboa em 1883*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional (prefácio de A. Vieira da Silva)

FORD, J. D. M., 1931 — *Letters of John III King of Portugal (1521-1557)*. Cambridge: Harvard University Press

TOVAR, Conde de, 1932 — *Catálogo dos manuscritos portuguezes ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*. Lisboa: Academia das Ciências

SOUSA, Frei Luís de, 1938 — *Anais de D. João III*. 2 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa (prefácio e notas do Prof. Rodrigues Lapa) (escrita c. 1630 e publicada em 1844)

PORTUGAL, D. Francisco de, 1943 — *Arte da Galantaria*. Pôrto: Domingos Barreira (prefácio e notas de Joaquim Ferreira)

BARROS, João de, 1943 — *Panegíricos*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa Editores (texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa) (1ª edição em 1655)

SOUSA, D. António Caetano de, 1946-1955a — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Atlântida-Livraria Editora (nova edição revista por M. Lopes de : e César Pegado)

SOUSA, D. António Caetano de, 1946-1955b — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Atlântida-Livraria Editora (nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado)

*História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade*, 1950. 2 vols. Lisboa: Oficinas Gráficas Santelmo

*As Gavetas da Torre do Tombo*, 1960-1976. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos

MATTOSO, José, 1967-1969 — *Documentos beneditinos da Torre do Tombo*. "Lusitânia Sacra". Lisboa, tomo VIII, pp. 223-253

SOUSA, Manuel de Faria e, 1972 — *Rimas várias de Lvis de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (reprodução em fac-símile da edição de 1685)

SANTANA, Francisco de, 1974 — *Índice da Lisboa Antiga e da Ribeira de Lisboa de Júlio Castilho*. Lisboa: Câmara Municipal

PORTUGAL, Fernando de e MATOS, Alfredo de (edição de), 1974 — *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal

ANDRADA, Francisco de, 1976 — *Crónica de D. João III*. Porto: Lello & Irmão (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida) (reprodução em fac-símile da edição de 1796)

HERCULANO, Alexandre, 1982-1987 — *Opúsculos*. 6 vols. Lisboa: Presença (introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia)

LEAL, Maria José da Silva, 1984 — *Fundos de Arquivos*. "Nova História". Lisboa, nº 1, Junho, pp. 144-159

PINHEIRO, D. António, 1985 — *Svmario da pregação funebre e Trasladaçam dos ossos d'el Rey Dom Manuel*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa (introdução de Fernando de Portugal) (reprodução em fac-símile da edição de 1551)

VITERBO, Sousa, 1988 — *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reprodução em fac-símile da edição de 1899)

RIVARA, J. H. da Cunha, 1992 — *Archivo Portuguez-Oriental*. 10 vols. Nova Deli: Asian Cultural Services (reprodução em fac-símile da edição de 1857-1876)

BRÂNTOME, s/d — *As damas galantes*. Lisboa: Arcádia (tradução de Luiza Neto Jorge e Manuel João Gomes, *Les dames galantes*)

BNL — Cod. 6 900: *Treslado do Testamento da Iffante, que Deos tem*



## ***Catálogos***

*Catalogo illustrado da exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola*, 1882 — 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional

*Lisboa na 2ª metade do século XVIII*, s/d. Lisboa: Câmara Municipal

*Lisboa quinhentista: A imagem e a vida da cidade*, [1983]. Lisboa: Direcção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa

MOREIRA, Rafael, 1992 — *Com antiga e moderna arquitectura*. "Jerónimos: 4 séculos de pintura". Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - Mosteiro dos Jerónimos, pp. 24-39

*O rosto de Camões e outras imagens*, 1989. Lisboa: Mosteiro dos Jerónimos - Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses

*Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, 1992. Lisboa: Instituto Português de Museu - Mosteiro dos Jerónimos

*Reys e mecenas: los reyes católicos - Maximiliano I y los inicios de la Casa de Austria en España*, 1992. Toledo: Electa

## ***Monografias***

ALVES, Ana Maria, 1985 — *Iconologia do poder real no período manuelino*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

1990 — *Comunicação e silêncio*. Lisboa: Livros Horizonte

ALVES, Artur da Motta, 1936 — *Os painéis de S. Vicente num códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Lisboa

ARAÚJO, Joaquim de, 1909 — *A Infanta D. Maria filha de el-rei D. Manuel I de Portugal*. Genova: Tip. Lit. Sordomuti

ARAÚJO, Norberto de, 1955 — *Inventário de Lisboa*. fasc. X. Lisboa: Câmara Municipal

s/d — *Peregrinações em Lisboa*. vol. VIII. Lisboa: Parceria A.M. Pereira

BARATA, António F., 1899 — *Breve notícia do Mosteiro de Santa Helena do Monte Calvário em Évora*. Évora: Minerva Commercial de Ferreira, Irmão & C<sup>a</sup>

BARROS, Teresa Leitão de, 1924 — *Escritoras de Portugal*. Lisboa: Tip. Antonio O. Artur

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, 1981 — *Santarém quinhentista*. Lisboa: Livraria Portugal

BENEVIDES, Francisco da Fonseca, 1878 — *Rainhas de Portugal*. 2 vols. Lisboa: Typographia Castro Irmão

*Bibliotheca Portuguesa - Obras de Francisco de Moraes*, 1856. Lisboa: Escritorio da Bibliotheca Portugueza

BOURDON, Léon e SAUVAGE, Odette, 1970 — *Recherches sur Luisa Sigea*. Amadora: Institut Français au Portugal

BOXER, C. R., 1959 — *The tragic history of the sea (1589-1622)*. Cambridge: University Press

CARVALHO, Adão de, 1991 — *Memórias de Torres Vedras*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa-Serviços Culturais

CARVALHO, Ayres de, 1971 — *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes

CARVALHO, José da Silva, s/d — *Carnide e o seu património edificado: um percurso- de Sete Rios à Pontinha* . Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide

CASTILHO, Júlio de, 1935 — *Lisboa Antiga: bairros orientais*. 2ª ed. 12 vols. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa (revista, ampliada e com notas de A. Vieira da Silva)

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, 1994 — *Dicionários dos símbolos*. Lisboa: Editorial Teorema

CLARK, Kenneth, (introdução) 1979 — *Dictionary of subjects and symbol in Art*. Londres: John Murray

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da, 1818 — *Gabinete histórico*. Lisboa: Na Impressão Regia

CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel e ABEL, Marília, 1993 — *Pelas Freguesias de Lisboa: o termo*. Lisboa: Câmara Municipal

CORDEIRO, Antonio da Costa, 1910 — *Jubileo do Collegio do Barro (1860-1910)*. Braga: Augusto Costa & Mattos

CORREIA, José Eduardo da Horta, 1991 — *Arquitectura portuguesa: renascimento, maneirismo, estilo chão*. Lisboa: Presença

CORREIA, Vergílio, 1923 — *Artistas de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade

COSTA, D. António da, 1892 — *A mulher em Portugal*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora

COSTA, Sousa, 1959 — *Imortais do amor na história e na lenda*. 2ª ed. 2 vols. Porto: Livraria Civilização

COTTA, António dos Santos Carreta, 1924 — *Dona Maria Infanta de Portugal*. Évora: Minerva Comercial

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, 1992 — *As regências na menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma história estrutural*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

DESWARTE, Sylvie, 1987 — *As imagens das idades do mundo de Francisco de Holanda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

DIAS, José Sebastião da Silva, 1953 — *Portugal e a cultura europeia: séculos XVI a XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora

1960 — *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra

1969 — *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra

1975 — *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade

DIAS, Pedro, 1982 — *Importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*. Porto: Editorial Paisagem

DIAZ de Benjumea, Nicolas, 1876 — *Discurso sobre el Palmeirim de Inglaterra y su verdadero autor*. Lisboa: Emprenta de la Real Academia de Ciencias

DOMINGUES, Gabriel da Paiva, 1976 — *A «Sempre-Noiva» carta de André de Resende à Infanta D. Maria*. Coimbra: Atlântida Editora

FERREIRA, P. F., 1960 — *Esboço historiográfico da veneranda imagem e santuário de Nossa Senhora da Luz*. Braga: Tip. "Editorial Franciscana"

FIGUEIREDO, Pedro José de, 1817 — *Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira

FRANCA, Conde de Vila, 1950 — *D. João I a Aliança Inglesa*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand

FRANCO, P. António, 1945 — *Évora Ilustrada: Extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho*. Évora: Edições Nazareth (publicação, prefácio e índices de Armando de Gusmão)

FRANZ, Rosemarie, 1981 — *Der Kachelofen*. Graz: Akademische Druck

FRIAS, Hilda Moreira de, 1994 — *A arquitectura régia em Carnide/Luz*. Lisboa: Livros Horizonte

FRIEDLANDER, Max J., 1975 — *Antonis Mor and his contemporaries*. Leyden - Bruxelas: A. W. Sijthoff - La Connaissance

GOMES, Maria Eugénia Reis, 1985 — *Contributo para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Português do Ensino à Distância

GONÇALVES, Artur, 1933 — *Torrejanos ilustres em Letras, Ciências, Armas, Religião, etc*. Torres Novas: Barcelos

HENRIQUES, Guilherme João Carlos, 1946 — *Alenquer e o seu concelho: parte XI — a freguesia de Santo Estêvão. O ex-convento da Carnota*. 4ª ed., fasc. II

*História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta Cidade. Com biografias, descrição de ornatos e imagens e indicações acerca dos seminários e noviciados estabelecidos em Lisboa*, 1950-1972. 2 vols. Lisboa: Nas Oficinas Gráficas Santelmo

J., Francisco Rodrigues S., 1931 — *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 4 vols. Porto: "Apostolado da Imprensa" - Empresa Editora

JORDAN, Annemarie, 1994 — *O retrato de corte em Portugal: o legado de António Moro (1552-1572)*. Lisboa: Quetzal Editores

JUROMENHA, Visconde de, 1860-1865 — *Obras de Luiz de Camões precedidas de um ensaio bibliographico no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida*. 6 vols. Lisboa: Imprensa Nacional

KEIL, Luís, 1928 — *As tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial

KUBLER, Georges, 1988 — *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as especiarias e os Diamantes 1521/1706*. Lisboa: Vega (*Portuguese Plain Architecture 1521-1706*)

LACEY, Robert, 1992 — *The Life and Times of Henry VIII*. 2ª edição. Londres: Weidenfeld and Nicolson

LAFUENTE Ferrari, Enrique, 1940 — *De iconografía española y portuguesa: una serie de grabados flamengos del siglo XVI*. separata "Anales della Universidad de Madrid". Madrid

1941 — *Iconografia Lusitana*. Madrid: Junta de Iconografia Nacional

LEITE, Bertha, 1940 — *A mulher na história de Portugal*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial

1946 — *D. Gonçalo da Silveira*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias

MACHADO, Cirilo Volkmar, 1922 — *Colecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, e esculptores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade (edição crítica do Dr. J. M. Teixeira de Carvalho e do Dr. Vergílio Correia)

MATOS, Luís de, 1952 — *Les portugais en France au XVIe siècle*. Coimbra: Por ordem da Universidade

*Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, 1973-1975. 5 vols. Lisboa: Junta Distrital

MOREIRA, Rafael, 1987 — *Jerónimos*. Lisboa: Verbo

MOURA, Vasco Graça, 1994 — *Retratos de Isabel e outras tentativas*. Lisboa: Quetzal

PANOFSKY, Erwin, 1982 — *Estudos de iconologia*. Lisboa: Estampa (tradução

PEREIRA, Gabriel, 1910 — *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira

1948 — *Estudos eborenses: história e arqueologia*. 2 vols. Évora: Edições Nazareth

RACZYNSKI, A., 1847 — *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*. Paris: Jules Renouard et Cie., Libraires Éditeurs

REA, W. F., s/d [1960] — *Gonçalo da Silveira: Protomartyr of Southern Africa*. Salisbury (Rodésia): Rhodesian Printers Limited

RÉAU, Louis, 1955 — *Iconographie de l'Art Chrétien*. 6 vols. Paris: Presse Universitaire de France

RIBEIRO, José Silvestre, 1871 — *História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias

1880 — *Luiza Sigéa: breves apontamentos historico-litterarios*. Lisboa: Typographia da Academia

ROBLOT-DELONDRE, Louise, 1913 — *Portraits d'Infantes: XVIe siècle (étude iconographique)*. Paris - Bruxelas: G. van Oest & Cie.

RODRIGUES, José Maria e VIEIRA, Afonso Lopes, 1932 — *Lírica de Camões*. Coimbra: Imprensa da Universidade

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de e BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, 1990 — *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*. Coimbra: Quimera

SABUGOSA, Conde de, 1903 — *O Paço de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional

1907 — *Embrechados*. Lisboa: Livraria Ferreira Editora

s/d — *Donas de tempos idos*. 3ª ed. Lisboa: Sociedade Editora

SANTOS, Reinaldo dos, 1950 — *A escultura em Portugal*. 2 vols. Lisboa: Bertrand



SAUVAGE, Odette, 1970 — *Luisa Sigea: Dialogue de deux jeunes filles sur la vie de cour et la vie de retraite (1552)*. Paris: Presse Universitaire de France

SEGURADO, Jorge, 1970 — *Francisco d'Ollanda: da sua vida e obras, arquitecto da renascença ao serviço de D. João III, pintor, desenhador, escritor, humanista, fac-simile da carta a Miguel Ângelo - 1553 e os seus tratados sobre Lisboa e o desenho - 1571*. Lisboa: Excelsior

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1955 — *A Infanta Dona Maria (1521-1577) e a sua fortuna no Sul da França*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto (Revista «Ocidente»)

SERRÃO, Vítor, 1989 — *Estudos de pintura maneirista e barroca*. Lisboa: Caminho

SILVEIRA, Olga Moraes Sarmiento da, 1909 — *A Infanta D. Maria e a Côrte Portuguesa (1521-1577)*. Coimbra: Livraria Editora F. França Amado

SOARES, Ernesto (organização e prefácio), 1955 — *Inventário da Colecção de Registo de Santos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa de Lisboa

SOUSA, J. M. Cordeiro de, 1966 — *Colectânea Olisiponense*. Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses

SOUZA, Manoel Bento de, 1894 — *O Doutor Minerva: critica do ensino em Portugal*. Lisboa: M. Gomes, Editor

STORCK, Wilhelm, 1898 — *Vida e obra de Luis de Camões*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias

STRONG, Roy, 1995 — *Art and Power: Renaissance Festivals 1450-1650*. 4ª ed. Suffolk: The Boydell Press

TORRES, Manuel Agostinho Madeira, 1861 — *Descrição historica e economica da villa e termo de Torres Vedras*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade

TREVOR-ROPER, Hugh, 1991 — *Princes and artists: patronage and ideology at four Habsburg courts 1517-1633*. 2ª edição. Londres: Thames and Hudson

VASCONCELOS, António de, 1938 — *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, 1983 — *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa (edição fac-similada)

VELLOSO, Queiroz, 1935 — *D. Sebastião 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade

VIEIRA, Júlio, 1926 — *Torres Vedras antiga e moderna*. Torres Vedras: Victor Fonseca & Almeida, Ltª Editores

VILLA-REAL y Valdivia, Francisco de Paula, 1899 — *Tres princesas lusitanas*. Granada: Tip. lit. de la Vda. e Hijos de P.V. Sabate

VILLENEUVE, B. de (introdução e notas), 1918 — *L'oeuvre de Nicolas Chorier: Satyre sotadique de Luisa Sigea*. Paris: Bibliothèque des Curieux

VITERBO, Sousa, 1898 — *Fastos religiosos: festas e procissões*. Porto: Typ. de A. F. Vasconcellos

s/d [1882] — *A Exposição de Arte Ornamental: notas ao catálogo*. Lisboa: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa

WING, Edgar, 1968 — *Pagan mysteries in the Renaissance*. 2ª ed. London: Faber and Faber Limited

***Publicações em série***

BAIÃO, António, 1910-1916 — *A Inquisição em Portugal e no Brasil*. "Archivo Historico Portuguez". Lisboa, vol. VIII-X

BARBOSA, I. de Vilhena, 1862 — *Fragmentos de um roteiro de Lisboa*. "Archivo Pittoresco". Lisboa, vol. V, pp. 304-305

1863 — *Fragmentos de um roteiro de Lisboa*. "Archivo Pittoresco". Lisboa, vol. VI, pp. 299-301

BRANCO, Manuel da Silva Castelo, 1981 — *O obituário do real convento de Cristo em Tomar*. "Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar". Tomar, nº 1, pp. 119-142

BRITO, José Joaquim Gomes de, 1907-1908 — *As tenças testamentárias da Infanta D. Maria*. "Archivo Historico Portuguez". Lisboa, vols. V-VI

CAETANO, Joaquim de Oliveira, 1992 — *A pintura em Torres Novas nos séculos XVI e XVII: de Diogo de Contreiras a Bento Coelho da Silveira*. "Nova Augusta". Torres Novas, nº 6, pp. 45-53

CASTRO, A. M. Simões de, 1886 — *Collegio de São João Evangelista em Coimbra*. "O Occidente". Lisboa, vol. IX, nº 281, pp. 229-230

ESPANCA, Túlio, 1948 — *Alguns artistas de Évora nos séculos XVI-XVII*. sep. "A Cidade de Évora". Évora, nº 15-16

1952 — *Visitas de embaixadores célebres, reis, príncipes e arcebispos a Évora nos séculos XV-XVIII*. "Cadernos de História e Arte Eborense". Évora, nº 13, pp. 12-19

FARIA, António Machado de, 1963 — *Dois pintores quinhentistas de escola estrangeira*. "Arqueologia e História". Lisboa, 8ª s., vol. X, pp. 185-199

FIGUEIREDO, José de, 1927 — *Arte portuguesa primitiva: Gregorio Lopes e a Infanta D. Maria*. sep. "Lusitania". Lisboa

GSCHWEND, Annemarie Jordan, 1989 — *A Habsburg relic for the Monastery of Valbemfeito, Óbidos*. "Póvoa de Varzim: boletim cultural". Póvoa de Varzim, , vol. XXVI, nº 2, pp. 573-591

LAFUENTE Ferrari, Enrique, 1940 — *De iconografía española y portuguesa: una serie de grabados flamengos del siglo XVI*. sep. "Anales della universidad de Madrid". Madrid

LEITE, Serafim, 1955 — *Luís de Góis, Senhor do Engenho no Brasil, introdutor do tabaco em Portugal, Jesuíta na Índia (1504 [?]-1567)*. "Brotéria". Coimbra, vol. LXI, nº 2-3, pp. 146-161

LIMA, Durval Pires de, 1946 — *O oitavo noivo da Infanta D. Maria*. "Ocidente". Lisboa, vol XXX, nº 103, pp. 128-144

MACEDO, Luis Pastor de, 1940 — *Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé*. "Olisipo". Lisboa, nº 10, Abril, pp. 85-123

MARTINS, José Vitorino de Pina, 1991 — *O livro e o Humanismo em Portugal*. "Mare Liberum". Lisboa, nº 2, pp. 71-79

MATOS, Luís de, 1954 — *Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo*. "A Cidade de Évora". Évora. nº 35-36, pp. 3-13

MELLO, Engenheiro Ruy de Sampaio e, 1981-1982 — *Nossa Senhora da Luz*. "Olisipo". Lisboa, nº 144-145, pp. 110-116

MENDONÇA, Manuela, 1995 — *O projecto de casamento do infante D. Luís com Maria, Princesa de Inglaterra: Um Português ao serviço do equilíbrio europeu (1537-1538)*. "Clio". Lisboa, nova série, vol. I, pp. 67-81

MIGUEL, Sidónio, 1940 — *O Campo de Santa Clara*. "Olisipo". Lisboa, nº 10, Abril, pp. 53-67

MOREIRA, Rafael, 1982-1983 — *Novos dados sobre Francisco de Holanda*. separata "Sintria". Sintra, vol. I-II, nº 1, pp. 619-692

1993 — *O filho do vice-rei*. "Oceanos". Lisboa, nº 13, pp. 94-107

PAXECO, Óscar, 1961 — *D. Gonçalo da Silveira*. "Panorama". Lisboa, 3ªs., nº 21, Março

PEREIRA, José Baptista, 1915-1916 — *Memórias de Carnide*. "O Instituto". Coimbra, vol. 62-63

PEREIRA, Silva, 1890 — *Instituições Sociaes Portuguezas*. "O Occidente". Lisboa, vol. XIII, 1 de Outubro, pp. 219-221

RAMALHO, Américo da Costa, 1969-1970 — *A propósito de Luísa Sigeia*. "Humanitas". Coimbra. nº 21-22, pp. 403-416

RIBEIRO, Victor, 1904-1907 — *A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz*. "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses". Lisboa, 4ª s., tomo X-XI

RODRIGUES, José Maria, 1908-1909 — *Camões e a Infanta D. Maria*. "O Instituto". Coimbra. nº 55-56

SANTOS, Cândido dos, 1975 — *Humanismo e Teologia nos meados do século XVI*. "Arquivo do Centro Cultural Português". Paris, vol IX, pp. 507-553

SANTOS, Reynaldo dos, 1961 — *Os retratos da Infanta D. Maria filha de D. Manuel*. "Colóquio". Lisboa, nº 16, Dezembro, pp. 15-21

SAUVAGE, Odette, 1972 — *Sintra, poème latin de Luisa Sigea*. "Arquivo do Centro Cultural Português". Paris, vol. V, pp. 560-570

SERRÃO, J. Veríssimo, 1953 — *L'Infante Maria de Portugal et la capitainerie de Penne d'Albigeois (1570)*. sep. "Annales du Midi". Toulouse. vol. LXV, nº 1, pp. 1-8

SERRÃO, Vítor, 1991 — *O pintor António Campelo e o triunfo do maneirismo no Portugal de 1550 a 1580*. "Mare Liberum". Lisboa, nº 3, pp. 309-319

TADEU, Coronel António Luis, 1981-1982 — *O santuário da Luz*. "Olisipo". Lisboa, nº 144-145, pp. 102-109

TEMUDO, Álvaro, 1939 — *Um retrato da infanta D. Maria no Museu das Janelas Verdes*. "Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga". Lisboa, vol. I, nº 2, pp. 67-72

THOMAS, Bruno, 1964 — *As tapeçarias de D. João de Castro na Índia*. "Colóquio". Lisboa, nº 29, pp. 16-21

TORMO, Elias, 1915-1917 — *Doña María de Portugal, hija de Don Manuel I y Doña Leonor de Austria (España), prometida de Felipe II, que la dejó por la Tudor*. "En las Descalzas Reales: estudios historicos, iconográficos y artisticos". Madrid, fasc. 1, pp. 247-256

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro, 1993 — *Evocação da vida misteriosa de Púbia Hortênsia de Castro*. "Callipole: revista de cultura". Vila Viçosa, nº 1, pp. 21-29

### **Volumes**

ALMEIDA, Fortunato de, 1967-1971 — *História da Igreja em Portugal*. 4 vols. Porto-Lisboa: Livraria Civilização Editora (edição preparada e dirigida por Damião Peres)

ALMEIDA, J. A. d', 1866 — *Diccionario abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das cidades, villas e aldeas de Portugal*. 3 vols. Valença: Typ. V. de Moraes

BIRG, Manuela, 1994 — *Campo de Santa Clara*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 207-208

1994 — *Santa Engrácia (Igreja de)*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 841-843

CARDOSO, P. Luiz, 1747-1751 — *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle se encontram, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana

CASTRO, João Baptista de, 1763 — *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 2ª ed. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno

CHASTEL, André, 1973-1975 — *Le lieu de la fête*. "Les fêtes de la Renaissance". 2ª ed. vol. 1. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 419-423

CORREIA, José Eduardo da Horta, 1986 — *A arquitectura: maneirismo e «estilo chão*. "História da Arte em Portugal - O Maneirismo". vol. 7, Lisboa: Alfa

CORREIA, Vergílio e GONÇALVES, Nogueira, 1947 — *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Coimbra*. 2 vols. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes

CORTEZ, Maria do Carmo, 1994 — *Encarnação (Igreja e Convento da)*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 336-338

COSTA, P. Antonio Carvalho da, 1868-1869 — *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das familias nobres, fundações de Conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. 2ª ed., 3 vols. Braga: Typ. Domingos Gonçalves Gouvea

*Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 1983. Lisboa: Editorial Resistência. (dir. António Alberto Banha de Andrade)

DIONÍSIO, Sant'Anna, 1988 — *Guia de Portugal-I*, 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

ESPANCA, Túlio, 1966 — *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*. 2 vols. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes

JACQUOT, Jean, 1973-1975 — *Panorama des fêtes et cérémonies du régne*. "Les fêtes de la Renaissance". 2ª ed. vol. 1. Paris: Éditions du Centre Natonal de la Recherche Scientifique, pp. 413-491

JORGE, Maria Júlia, 1994 — *Carnide (Sítio de)*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 214-216

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa Pinho, 1762-1763 — *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, L. E. Mattos Moreira & Compª

MARSDEN, C. A., 1973-1975 — *Entrées et fêtes espagnoles au XVIe siècle*. "Les fêtes de la Renaissance". 2ª ed. vol. 2. Paris: Éditions du Centre Natonal de la Recherche Scientifique, pp. 389-411



MATOS, Luís de, 1988 — *O ensino na corte durante a dinastia de Avis*. "O Humanismo Português 1500-1600". Lisboa: Publicação do II da Academia das Ciências de Lisboa, pp. 499-592

*Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, 1973-1975. vol. II. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa

MOREIRA, Rafael, 1995 — *Arquitectura: Renascimento e classicismo*. "História da Arte Portuguesa". Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, pp. 302-375

PAMPLONA, Fernando de, 1954-1959 — *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. 4 vols. Lisboa: Oficina Gráfica Ltª

SAMPAIO, Albino Forjaz de (dir.), 1942 — *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. vol. II. Lisboa-Paris: Aillaud-Bertrand

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, s/d — *Leitão (Domingos)*. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. 39, p. 925

SERRÃO, Vítor, 1986 — *A pintura maneirista e o desenho*. "História da Arte em Portugal - O Maneirismo". vol. 7, Lisboa: Alfa

SOARES, Ernesto e LIMA, Henrique de Campos Ferreira, 1948 — *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura

SOROMENHO, Miguel, 1995 — *Classicismo, italianismo e «estilo-chão». O ciclo filipino*. "História da Arte Portuguesa". Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, pp. 376-403

SUCENA, Eduardo, 1994 — *Nossa Senhora da Luz (Santuário e Mosteiro de)*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 639-641

1994 — *Nossa Senhora dos Prazeres (Hospital de)*. "Dicionário de História de Lisboa". Sacavém: Carlos Quintas Editores, pág. 656

***O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal  
(1521-1577)***

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Lisboa, 1996

**Universidade Nova de Lisboa**  
**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**  
**Mestrado de História da Arte Moderna**

***O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal  
(1521-1577)***

**ANEXOS**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre  
sob a orientação do Prof. Doutor Rafael Moreira  
Candidata: Carla Alferes Pinto

Lisboa, 1996

## **ANEXO DOCUMENTAL**

### *Nota sobre a transcrição paleográfica*

As siglas e os símbolos utilizados na leitura paleográfica da documentação anexa estão na lista de abreviaturas.

Foram seguidas as normas de leitura adaptadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — preconizando um respeito absoluto pelo documento — mantendo-se as regras gramaticais e fonéticas, a divisão de palavras e os sinais gráficos que os textos originais contêm. A abertura artificial de parágrafos para facilitar a leitura não altera nenhuma destas normas. Na transcrição dos mesmos, e devido aos limites do processamento informático, o traço sobrescrito da numeração foi substituído pela separação dos milhares com um espaço e a colocação de um "c" nos valores da centena; não sendo aceite a colocação de til sobre certas vogais e consoantes, este aparece sempre precedendo a letra que acentua.

As nossas interpolações e alterações aos textos originais são indicadas por parêntesis rectos [ ].

A parte IV — Literatura é constituída por originais fotocopiados das dedicatórias abordadas no desenvolvimento.

## **ANEXO GRÁFICO**

## I — Architectura

**Documento nº 1:** ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos, Santarém*, maço 1, doc. 1

[Entrega do convento aos beneditinos. Lisboa, 22 de Junho de 1564]

DOM ANRIQVE/ Per merce de Deos E da Sancta Jgreja Romana/ cardeal Do título dos sanctos quatro coroados Jffantes/ de portugal arcebispo d euora legado delatere do nosso/ Mui sancto padre papa pio quarto E da sancta se appostolica em estes/ Regnos e senhorios De portugal *ect* A todas as pessoas assi eccLesias/ticas como seculares De qualquer estado condição grão promi/nencia e offiçio vsantes destes Regnos e senhorios de portugaL/ E em expeciaL aos da cidade e arcebispado de lixboa A aqueles/ a quem e aos quaes esta nossa carta de sentença for presentada/ E o conhecimento della com direito deua e aja de pertencer/ saude pera sempre em Jesuu christo nosso Redemptor fazemos/ saber que por parte Da senhora Jffante dona maria filha do/ serenissimo Rei dom manuel da boa memoria que deos tem nos/ foi presentado hum breue appostolico passado sub annulo pisca/toris E a nos Dirigido, pello nosso mui sancto padre papa pio/ quarto ora na egreja de deos presente, scripto em pergaminho/ cerrado e sellado, são e sem viçio algum, o quaL nos com ha/ deuida reuerencia que aos mandados appostolicos se deue açep/tamos e nos pronunçiamos ho casso enegutio nelle decla/rado por iuiz executor E seu teor de verbo ad verbum he/ o seguinte [...]/ E semdo nos asi ho dito breue presentado E/ per nos aceptado como dito he commettemos ao doctor/ antonio de carualho desembargador de nossa cassa E audi/tor das causas de nossa Legação, por causa de nossas occu/pações que possesse o dito negutio en termos E autuase ho processo atee final conclusão ho que elle aceptou E per/ sua carta fez citar os dignidades conegos e cabido da colle/geada egreja de nossa senhora d alcaçoua da uila de sanctaren/ nomeados no dito breue os quaes per seu procurador compa/recerão perante elle em juizo onde os ouue por citados pe/ra a dita causa e pera todos os termos e autos juditiaes atee/ ouuirem sentença diffinitua inclusiue E semdo assi cita/dos ha dita senhora Jffante per seu procurador jmuio/ perante elle presentar huua petição per scripto dizen/do em ella, que iunto da dita villa de sanctarem da diocese/ de lixboa de fora dos muros della estaua huua Jrmida da/ inuocação dos appostolos que pertença aa dita egreja colle/geada de nossa senhora d alcaçoua da dita villa a quaL/ irmida estaua muito pobre de ediffiçios e ornamentos/ necessarios E hera huua muito pobre casa e muito maL/ repairada seruida per h~u jrmidão posto pellos conegos/ e cabido da dita egreja, E remdia em cada hum anno atee/ dous mil reis pouco mais ou menos, E que ella por sua/ especial Deuação mandara edifficar a dita jrmida ha/ custa de sua fazemda E estaua edifficada de ediffiçios/ nobres E lhe dera Retauolo muito boom E outros muj/tos ornamentos que as testemunhas dirião quamdo fosse/ necessario, em que despendera muito de sua fazemda E/ esperaua despender muito mais pera accrecentamento/ do culto diuino se ha dita hermida fosse



dismembrada/ E separada da dita egreja pera ser administrada me/lhor, pello qual fora por parte de sua alteza supplicado/ a sua sanctidade que ouuesse por bem que a dita jrmida/ fosse dismembrada da dita egreja, E que ella e seus sobces/sores fossem padroeiros della jimperpetuum, E podessem/ poer E apresentar a pessoa, ou pessoas que a ouuessem/ de servir acrecentando mais na Remda da dita jrmida ho tres/dobro E que a Remda della fosse pera quem a seruisse/ E que os coneguos E cabido da dita egreja se nom podessem/ mais intrometer nem Reçeber arremda da dita jrmida/ nem na administração della E que a dita senhora podese/ ordenar pera depois de seu falecimento a pessoa ou pessoas/ que ouuessem de ter o dito padroado e administração da dita/ irmida e outras cousas E que sua sanctidade lhe mandara/ disso passar ho dito breue em a execução commettera/ anos pera que ouuidas as partes determinase e orde/nasse acerca disso ho que lhe parecesse iusto e honesto/ como maes largamente do dito breue se poderia ver/ E porque seu zello era ordenado a boom fim E pera que/ na dita casa com maior veneração fosse accreçentado/ ho serviço do senhor deos Nos pedia em conclusão que/ pella dita authoridade appostolica a nos committida ouuesse/mos por bem de separar e dismembrar imperpetuum ha/ dita jrmida, da dita egreja de nossa senhora d alcaçoua com/ suas pertenças E que hos conegos e capitulo della se/ não podessem mais intrometer no colhimento das offer/tas esmolos Remdas e fructos della nem em sua guo/uernança per uia alg~ua que fosse E que ella dita senhora/ fosse padroeira della em sua vida e depois seus sobces/sores E que podesse elleger em sua vida ou per seu fa/lecimento a pessoa ou pessoas que ouuessem de ter o dito/ padroado pera sempre depois de seu falecimento E que/ ella E seus sobcessores no dito padroado podessem a/presentar e poer a pessoa ou pessoas assi ecclesias/ticas como seculares que ouuessem de servir a dita jrmida/ E que as offertas esmolos e Remdas della fossem/ pera as pessoas que a seruissem per sua apresentação/ satisfazendo ella aa dita egreja em dobro a Remda que/ lhe seja Remder E accrescentando mais as remdas/ da dita jrmida em tresdobro pera ho serviço della den/tro de tres annos E que as apresentações que ella E/ seus sobcessores fizessem da pessoa ou pessoas que ha/ ouuessem de servir podessem ser em suas vidas ou ha/ certo tempo como lhes melhor parecesse podendo os ti/rar e poer outros segundto parecesse mais serviço do senhor/ deos E que podessem pello mesmo modo poer pessoa/ ou pessoas que tenham carrego e guarda da dita jrmida e or/namentos e cousas della E podessem ordenar dos fructus/ da dita jrmida pera fabrica della E que fossem todos ver/dadeiramente et nom fecte padroeiros da dita jrmida ex/fundatione et dotatione et non per priuilegium: E que/ a dita hermda não podesse numqua ser dada em titolo/ de beneffitio nem encomenda per outra uia alg~ua sem/ expresso consentimento da dita senhora E de seus sobces/sores pello summo pontifice nem seus legados nem or/dinario nem per outra pessoa alg~ua de qual quer calidade/ E preeminencia que fosse E todo ho que en contrairo se fe/zesse fosse attemptado nullo e sem vigor ainda que trou/xesse expressa derrogação em quaes quer letras appostolicas/ do dito breue ainda que fosse per regras de cancelaria/ appostolica que pello tempo fossem feitas E que o dito pa/droado não podesse em algum tempo ser derogado nem a/uido por derogado e que a dita senhora E seus sobcessores/ não podessem em tempo

algum sobre a dita jrmida e padro/ado e pertenças della serem molestados pellos conegos e ca/bido da dita egreja tirando poder a todas outras iustiças/ ainda que fossem auditores ou commissairos da sancta/ egreja Romana ou com qual quer auctoridade que teue/sem de dispoerem iulgarem E interpretarem per outra via/ e que todo ho que per outra via se determinase fosse logo/ pera então auido por nullo eirrito sem embargo de/ quaes quer direitos constituições concilios decretos/ geraãs ou sinodas ou prouinciãs gerães ou speciaes/ e quaes quer outros contraitos que se podessem allegar/ ainda que per auctoridade *apostolica* fossem confirmados/ E lhe desse mos Juizes exequutores que en futuro fe/zessem exequutar ho sobredito E a defendessem E em/parassem ella e seus sobcessores de todas as molestias/ e perturbações que lhe fizessem ou quisessem fazer/ E per accumullatiuos aa dita petição veio mais dizendo/ que prouaria que ao tempo que ella jmpetrante man/dara reedifficar a dita jrmida da jnuocação dos apposto/los que esta iundo da dita villa de sanctarem a dita jrmida /era muito velha E estaua Ruinosa pera cair E era/ de telha vãa E que as imagens dos appostollos que/ estauão nas paredes della pintadas estauão Jaa/ apagadas e não tinha mais que hum altar E que/ ella jmpetrante mandara derribar as paredes ve/lhas e tecto da dita jrmida E de nouo des os alicerses/ a mandara edifficar em muito maior e mais ampla forma/ de paredes muito fortes de pedra e cal E o tecto d abobeda/ E huua saacrestia E mandara nella fazer tres alta/res e todos os ornamentara de Riquos ornamentos E/ do mais necessario pera ho cultu diuino e com as alam/padas necessarias pera ho seruiço da hirmida E com ca/lições *ect* E Que assi mandara fazer e pintar em fran/des Muito Riquos retauolos de singular e custosa/ pintura que mandara trazer e poer na dita jrmida/ onde ora estauão muito nobres e deuotos E da singular/ artificio tudo pera onrra do cultu diuino e seruiço de/ nosso senhor E que nas obras ornamentos Retauolos E o/ mais da dita irmida ella jmpetrante de sua propria fazenda/ gastara tres mil cruzados e mais, E sendo ella padroeira da/ mesma irmida gastaria muito mais e por sua deuacão tinha/ desejos de fazer alij grandes despesas E que os encarregos que ho dito cabido e conegos tinham era jrem duas vezes/ en cada hum anno em procissão aa dita jrmida pellos dias de/ sancto andre e sancthorne *apostolos* E dizerem nella missa/ cantada esses dias que pera elles era muito trabalho/ por ser em inuerno e o caminho muito cumprido E que/ ho interesse E emolumentos que os ditos conegos e cabido/ d alcaçoua leuauão em cada hum anno da dita jrmida E/ Remdas della eram certas galinhas, e o que lhes pagaua/ ho irmitão cada anno que eram tres tostões, ou ho que se/ achasse em verdade, e algum outro dinheiro, que tudo/ importaua e poderia importar aos ditos conegos e cabido/ quatro cruzados, e ao mais ate cinco em cada hum anno/ os quaes lhe ella queria compoer E satisfazer de sua fa/zenda em dobro, aalem de dar ho tresdobro aa irmida pera/ se nella despender E em sua fabrica E em suprir todolos/ encargos della em que dito cabido ficaua muito melho/rado pello que com rezão se lhe deuia de conceder o direito/ do padroado da dita jrmida pera ella e seus sobcessores E/ todo o mais contheudo no dito breue de sua sanctidade E/ que assi ho pedia e receberia iustica e merce, do que era/ publica voz, e fama, pedindo em conclusão lhe fosse todo/ Recebido *ect*: segundo tudo o sobredito tão cumpridamente/ na dita petição e seu

petitorio era contheudo a qual lhe foi/ recebida e mandado aos dittos conegos E cabido da college/ada egreja de nossa senhora d alcaçoua da villa de sanctarem/ impetrados que tendo a ella contrariedade a formassem no/ termo acostumado pera ho que seu procurador ouue vista\ dos autos e nom quis contrariar damdo os sem nada per/ bem do qual foram lancados de sua contrariedade e asig/nado termo aa dita senhora Jffante impetrante pera/ seu procurador fazer certo a sua petição Dentro no quaL/ assi na cidade de lixboa como na dita villa de sanctarem/ deu a ella proua per inquirições de testemunhas que foram/ formalmente examinadas tiradas acabadas E por se não/ alegarem nhuus embargos a sua abertura foram declara/das por abertas e pubricadas e aos autos muitos dos quães/ o procurador da dita senhora jmpetrante ouue vista/ e nelles a Rezoou e apontou quanto por parte lhe pare/ceo necessario E semdo dados ao procurador do dito ca/bido não quis a Rezoar Dizemdo que não dizia mais/ que o que antonio de sousa conego e procurador da ditta/ egreja d alcaçoua avia dito em huas certas rezões de/ apontamentos que nos autos avia apresentados pello/ que mandamos que os ditos autos nos fossem leuados/ finalmente comclusos ao que foi satisfeito E vistos/ E examinados per nos pronuntiamos huua final *sentença*/ que he tal com se segue § vistos estes autos com/uem a saber commissão *apostolica* do sancto padre, petição da/ senhora Jffante dona maria e a proua dada Mostra sse/ a hermda dos appostolos que esta fora dos muros de a villa/ de sanctarem ser da egreja de nossa senhora d alcaçoua da di/ta villa, e aos beneficiados della pertencerem as rendas/ da dita jrmida as quaes em cada hum anno não vallem/ mais que quatro cruzados ao muito Mostra sse mais/ a dita senhora Jffante mandar fazer de nouo a dita her/mida estamdo pera cair e gastar na fabriquia e ornamen/tos della perto de tres mil cruzados o que visto E a forma/ da dita commissão e como a dita senhora he contente/ de satisfazer a egreja matriz as ditas remdas em dobro/ e dotar a dita irmida en tresdobro: *auctoritate* apos/tolica Declaramos a jmpetrante ter feito a verdadeira/ enformação aos sancto padre e ter prouada sua na/rratiua e as causas della et eadem *auctoritate*/ lhe mamdamos que *dem* a dita egreja matriz de nossa/ senhora d alcaçoua Dez cruzados de remda en cada huu/ anno em bens de Raiz E mandara satisfazer a Re/zão de quatro cruzados por anno todo ho tempo a/tras em que os ditos beneficiados deixaram de Re/ceber os Remdimentos da dita jrmida e suas per/tenças depois que a dita senhora impetrante come/çou a superintender na fabrica e administração da/ dita irmida ao que satisfeito Dismembramos e des/annexamos imperpetuum da dita egreja matriz d aL/caçoua a dita hermda dos appostollos con todas su/as pertenças e rendimentos E a eximimos de toda a/ iurisdicção e administração, e Regimento que os bene/ficiados da dita matriz nella podião per qual quer/ modo ter E dotamdo a dita senhora Jffante seis/ mil Reis ou Remda que os valha em cada hum anno/ em propriedades de raiz a dita jrmida lhe conce/demos *auctoritate* *apostolica* o padroado della imper/petuum pera que ella em sua vida E seus herdei/ros e soccessores que pello tempo em diante forem/ possam apresentar alg~ua pessoa ecclesiastica/ ou secular a qual semdo aprovada pello prelado pos/sa em sua vida ou atee certo tempo levar as offer/tas da dita hermda e ter a custodia della e de sua fabrij/qua pertenças sem os ditos benefficiados nisso te/rem que entemder cousa alguma E a

dita Impetrante/ sera obrigada satisfazer com a dita Renda de seis/ mil Reis pera dote da dita hermda dentro de hum/ anno que começara da publicação desta sentença E os dj/tos beneficiados poderão liurementemente jr a dita hermda/ e fazer os officios diuinos nos dias solempnes em que/ estauão em custume de os fazer ate gora A qual sen/tenca foi publicada na cidade de lixboa aos dezasseis/ dias do mes de maio do anno do nascimento de nosso *senhor/ jesuu christo* de mil quinhentos sesenta e quatro E o pro/curador da dita senhora Jffante em seu nome ha/ Recebeo e acceptou E o dos ditos conegos e beneffi/ciados da egreja collegeada de nossa senhora d alcaçoua/ da villa de sanctarem appellou della pera ha sancta/ see *apostolica* e pedio os *apostollos Reuerenciaes* na/ forma do direito Mas sua appellação lhes non for/ recebida e per bem do qual Nos foi pedido com jnstan/cia por parte da dita senhora Jffante Dona maria Jm/petrante lhe mandassemos dar a dita sentenca em/ forma tirada do processo pera sua guarda e comserua/ção do direito do dito padroado da dita jrmida dos ap/postolos Da villa de sanctarem o que visto per nos/ lhe mandamos passar a presente pello teor da qual/ pella dita auctoridade *apostolica* a nos committida E de/ que em esta parte vsamos jnsinuamos e notificamos/ todas e cada huua das cousas no dito breue e nesta/ nossa sentenca contheudas a todas as pessoas a quem/ se ella dirige e a quaes quer outras que cumprir hos/ nomes e cognomes das quaes aqui a vemos por ex/pressos e declarados E lhes amoestamos e mandamos/ sob pena de excomunhão e de mil cruzados applicados/ pera a camara *apostolica* ametade e a outra ametade/ pera a Redempção dos captiuos em que ipso facto/ queremos que encorra cada hum que o contrairo/ fazer e a estes nossos mandados não obbedecer que/ inuiolauelemente e sem duuida alg~ua cumprão guardem/ e quanto em elles e cada hum deles for fação cum/prir e obseruar esta nossa *sentença* E decreto de dis/membração desannexação *imperpetuum* E de con/cessão pera sempre en taL guisa e forma que a/ dita senhora Infante Impetrante E todos seus/ sobcessores que pello tempo futuro pera sempre/ soccederem no padroado E administração da dita/ irdida dos *apostolos* e em ella forem apresen/tados e nomeados per nenhua via e maneira eti/am quesito colore veL ingenio sobre ella e suas/ Remdas direitos emolumentos e pertenças os/ nom jnquietem nem molestem antes quieta e pa/cificamente os deixem consentão vsar e gozar/ della E do dito padroado Regimento e administração/ E de todo o effeito desta nossa sentença e concessão/ a effeito da quaL os inhibimos E avemos por jnhibi/dos no dito *negotio ect* E pella semelhante manejr/ra E sob as ditas pennas modo et forma premis/sis commettemos e mandamos ao vigairo geraL/ da dita villa de sanctarem que constando lhe ter a dj/ta senhora Jffante satisfeito aos beneficiados da dita/ egreja d alcaçoua de sanctarem as Rendas que ate gora/ deixarão de receber da dita irdida a Rezão de quatro/ cruzados por anno -s- lhe dem a posse Real corporaL e/ autoal della de que mandara fazer estormento em for/ma E sendo necessario lhe commettemos a liquidação/ dellas -s- E porem sera ella dita senhora obrigada/ da dada desta nossa sentença em hum anno primeiro se/guinte ordenar em bens de Raiz dez cruzados dee Renda/ em cada hum anno pera sempre aos beneficiados da/ dita egreja d alcaçoua de sanctarem E assy dotar aa di/ta jrmida tambem em bens de Raiz em cada hum anno/ pera sempre seis mil reis ao que

satisfeito lhe conce/demos E avemos por concedido pera sempre o dito padro/ado da dita  
jrmida pera em ella poder ordenar e fazer/ pera augmento do cultu diuino ho que per bem  
teuer/ como verdadeira padroeira della exfundatione et/ dotatione vere et nonfictem E  
jrritamos cassamos/ E annullamos todo ho que de outra maneira per quaes/ quer pessoas e  
juizes de qual quer faculdade auc/thoridade e poder vsantes for interpretado e juL/gado  
jgnorante ou scientemente sem embargo e nom/ obstante todas e cada h~ua das cousas que  
sua sanctidade/ no dito breue ouue por bem e quis que não obstassem E/ por que pera  
sempre o dito decreto E concessão de pa/droado se cumpra E surta seu verdadeiro effeito/  
pello teor desta mesma commettemos ao vigairo/ geraL da çidade de lixboa E ao chantre e  
thesouheiro da see cathedraL da mesma çidade, e a cada h~u/ delles insollidum, *que* sendo  
Requiridos per si ou/ outro, ou outros a façção inteiramente cumprir e guar/dar segundo sua  
forma E continencia procedemdo/ contra todos os impedientes contumaces E jnnno/bedientes  
*que* o effeito della em parte ou en todo per/ quaL quer modo impedir quiserem per pennas e  
çensuras segundo seu arbitrio aggrauando as e Re/aggrauando as como lhes bem parecer  
Dada/ Na dita cidade de lixboa sob nosso sinaL E sello/ pendente aos vinte e dous dias do  
mes de Junho du/arte de mattos notairo da nossa Legacia a fez/ anno do naçimento de nosso  
senhor Jesuu Christo/ de mil quinhentos sesenta e quatro/  
O cardeal Jffante//

**Documento nº 2:** ANTT — *Convento de São Bento dos Apóstolos, Santarém*, maço 1, doc.  
35

[Documento da chancelaria da Infanta sobre o mesmo assunto. Almeirim, 19 de Março de  
1565]

Eu a Jffante *ect per* este meu aluara dou poder a Jorge/ da costa meu escryuão da camara  
pera que *em* meu nome/ posa tomar *e* tome pose da Jrmida dos apostolos que o santo padre/  
ouue por bem desanexar *e* dismembrar da jgreja collegiada/ de nosa *senhora* d aLcacoua da  
villa de santarem, pera o que pasou h~u breue/ pera o *senhor* cardeaL Jffante meu Jrmão  
conheçer da exequção delle/ conforme ao quaL se deu sentença *per* que se ouue a dita  
Jrmyda/ por dismenbrada *e* desanexada da dita jgreJa *e* que me fose/ della dada pose como  
mais Largamente na dita sentença *e* em h~u contrato/ que sobre jso mandey fazer com os  
dinydades *e* cabido da dita jgreja/ se contem, *e* poderá o dito jorge da costa Requerer *e* fazer  
acerca da/ dita pose tudo o que lhe parecer necesaryo por que pera jso lhe/ dou todos os  
poderes costumados, *e* este nam pasará/ pela minha *chancelaria* Jorge da costa o fez *em*  
almeiry<sup>m</sup> a/ dezanoue dias de março de J bc sesenta e cimquo/  
A Jffante dona maria/

procuração a Jorge da costa pera tomar pose da Jrmyda dos apostollos/ *e* que não pase pela  
*chancelaria*//

[Disputa de um olival junto ao convento. Santarém, 26 de Novembro de 1578]

Em nome de *deus* amem saibão os que este/ estromento de licensa *e* trespasasão *e* contrato/ deste dia para todo sempre virem *que* no anno do/ nasimento de noso *senhor* Jesu christo de miL *e* qui/nhemtos *e* oetemta *e* oito annos vimte/ seis dias do mes de nouenbro *e* nesta villa/ de santaren no espritaL da Invocação de noso/ *senhor* Jesu christo estando ay manueL da costa/ borges escriuão da mesa da mezericordia/ desta dita villa *que* hora serue de proue/dor delle *e* dos ospitais por estar doente/ ho *senhor* fransisquo d azeuedo de menezes/ prouedor *e* estando mais os Jrmãos/ da mesa no fim deste nomeados *e* ben asin/ ho padre frej gonsallo de morais prior/ da casa de são bemto dos apostollos desta/ dita villa *e* João luquas capateiro/ morador en esta dita villa ao saluador/ per ho dito João luquas foi dito *que* elle/ pesuia per titollo de aforamento en pe/soas h~u holliuaL do espritaL de palhais/ anexo ao dito hospitaL de Jesu christo *que*/ esta abaixo da dita casa dos apos/tollos *e* parte da bamda da asacaia con/ holliuaL de amtonjo nabo <sup>1</sup>/ *e* do norte *e* uendauaL/ com holliual da comenda do pinheiro/ *que* tras fernão carualho *e* do suL con holliual/ *que* tras aluaro da costa borges *e* com/ outras comfrontesões con *que* de direito/ deue *e* ha de partir en ho qual holliuaL/ elle João Luquas he a primeira pessoa/ *e* pagua de foro delle cada anno tres aL/queires *e* meo d azeite he h~ua galinha/ ou ho dobro de dous en dous annos ho/ quaL fes serto per h~u estromento de afo/ramento feito per mjm escriuão aos sinquo / dias do mes de abriL de miL he quinhen/tos *e* sesenta *e* oito annos *e* *que* elle/ hera por algus Justos Respeitos *que* ho/ a Jso mouião queria demetir *e* trespas/sar ho dito holliuaL com ho dito enca/Reguo de foro en pessoas a dita casa de são/ bemto dos apostollos sem preso algum *e* por/ ho não poder fazer sem lisensa sua lho/ fazia a saber para *que* lha dese *e* visto/ per os ditos prouedor *e* Jrmãos ho dizer/ do dito João luquas *e* o dito titulo lhe derão/ Juramento dos santos auangelhos en *que*/ ho dito João luquas pos sua mão/ para *que* por elle disese se lhe comutaua *e* trespasaua ho dito holliuaL por/ preso algum *e* por o dito João luquas/ foi dito foi dito [sic] por ho dito Juramento/ *que* elle não trespasaua ho dito holliuaL/ por preso algum se não liuremente *e* dado/ ho dito Juramento os ditos prouedor/ *e* Jrmãos diserão *que* não podião dar/ lisensa para a dita trespasasão/ por quamto a dita casa não hera/ capaz de foros mas *que* este ospitaL era/ hobrigado cada anno dar h~u bebe/rete aos coneguos d aLcasoua por/ as besporas de samto amdre *que* cantauão/ na dita casa dos apostollos *e* asin mais/ pagão ho sermão *que* se fizese por ho/ dito dia na dita casa dos aposto/llos *que* se no dito padre frei gonsalo/ de morais prior della quisesse tomar sobre/ a dita casa as ditas hobriguasões/ do sermão *e* beberete para sempre he/ dezobrigar ho espitaL dellas pois tinha/

---

<sup>1</sup> Riscada a frase: “*e* do norte con / holliuaL *que* tras aluaro da costa borges/ *e* com outros diguo”

poder para hiso pois a Infante dona ma/ria que aJa gloria a que os ditos cone/guos d aLcasoua tinhamo trespasado a dita/ casa dos apostollos con todas suas do/asões e a tinha outro sy trespasado na ordem de são bento com todas as ditas doacoes<sup>2</sup> da mamejra *que* os ditos coneguos/ tinhamo trespasado *em* ella *que* então elles/ prouedor e Jrmãos lhe derão lisensa/ para a dita trespasasão e alen diso/ lhe derão liuremente ho dito holli/uaL ha dita casa de são bento asin he/ da maneira que ho ospitaL ho pe/sue e loguo per ho dito padre frej gon/sallo de morais foi dito que elle *em* seu nome/ e dos priores e padres da dita casa vimdouros/ aseitaua o dito holliuaL como de feito/ aseitou liuremente sem foro algum/ e se hobriguaua a conprir para senpre/ a custa da dita casa as ditas hobri/guasões de sermão he beberete he/ tirar o dito ospitaL dellas para ho/ que dise que hobriguaua como de/ feito hobriguou a fazenda da dita/ casa de são bento auida he por auer/ so pena de as conprir con todas as/ custas despesas perdas e danos e os/ ditos prouedor e Jrmãos diserão/ que elles d oJe para senpre tira/uão o dito holliuaL de sy e o trespasauão na dita casa de são bento/ liuremente sem foro algum nem ho/brigasão a pessoa algua para *que* ella/ ho pesua asin he da maneira que/ ho dito hospitaL ho pesuia e delle fasa/ ho que lhe ben vier por ho dito/ padre tomar sobre a dita casa as di/tas hobriguasões e tirar ho dito/ hospitaL dellas e sobrigarão e a mais/ fazemda do dito ospitais auida e/ por auer a lho fazer para senpre/ bom e ho dito João luquas a todo/ prezemte dise *que* elle tiraua de si/ todo ho senhorio utiL que no dito/ olliuall tinha como de feito tirou e *em*/ todo ho poder e ausão e pose que *em*/ elle tinha e todo çedia e trespasaua/ como defeito çedeo e trespasou na dita/ casa de são bemto dos apostollos/ liuremente sem por hiso a dita casa/ lhe dar cousa algua e hobriguou/ sua pesoa e seus bens auidos he por auer/ a fazer para sempre boa esta trespasasão com todas as custas despesas per/das e danos que a dita casa por ese Res/peito Reçeber e ho dito padre frei gon/salo de morais aseitou en seu nome he/ dos mais priores e padres da dita casa/ vimdouros a dita trespasasão que ho/ dito João luquas lhe fes e o dito João/ luquas se hobrigou dar outorga/ a esta trespasação de sua molher/ e por de todo serem comtentes outor/garão he mandarão ser feito este/ estromento e os *que* compriren he de/claração os ditos prouedor e Jrmãos/ *que* do dito holliuaL se deuião os foros/ dos annos setenta e seis e seten/ta e sete e deste que hora coRe he de/ houtro ano h~ua galinha que ellees/ ho quitão e se ão por paguos dos/ ditos foros por ho dito padre frej/ gonsallo de morais so auer otro si por/ paguo das esmollas dos sermões/ e dos beberetes *que* se deuião dos/ annos atras e o dito padre se houve/ por paguo de tudo e deu ao espritaL/ por quite das ditas esmollas dos/ sermões e beberetes que ate hora/ se deuião testemunhas que forão/ prezemtes diguo e os Jrmãos da/ mesa que estauão presentes herão/ afonso alues e antonjo fernandes camelo/ e manoeL guomes almoxarife do/ duque de bargansa e jorge coatrin/ e dioguo collaso e vallentin grasia/ e antonjo fernandez alfaiate e os mais *em*/ este asinados testemunhas que/ forão presentes gaspar pires por/teiro dos ditos ospitais e João/ Rodrigues seruidor deste ospitaL/ e eu fernão pais escriuão o escreuj/ otorgua/ E depois desto vinte sete dias do dito/ mes de nouembro do dito ano de

---

<sup>2</sup> Entrelinhas a frase: "a tinha outro sy trespasado na ordem de são bento com todas as ditas doações"

miL/ he quinhentos e setenta e oito/ <sup>3</sup>en esta villa de samtaren/ no espritaL da Invocação de noso/ *senhor* jesu christo na sua casa do despa/cho estando asi fransisqua Rodrigues/ molher de João luquas en a escretu/ra atras comteudo eu escriuão/ lhe li a dita a dita [sic] escritura toda/ de verbo ad uerbum e lida lhe pergun/tej se hera contente da dita tres/pasasão *que* ho dito seu marido fizera/ do dito holliuaL a casa de são bento/ dos apostollos desta dyta villa e se daua/ sua hotorgua a ella e por ella foi dito/ que por sua vontade della ho dito/ seu marido trespasaua ho dito ho/lliuaL na dita casa e portanto daua/ sua hotorgua a dita trespasasão e a/via por boa firme e valiosa para senpre/ para sempre [sic] sob hobrigasão de seus/ bens auidos e por auer que pera hiso/ hobrigou e Rogou a gaspar dias ho/ moso filho de gaspar dias porteiro/ da porta do dito hospitaL que asi/nase por ella ho quaL asinou tes/temunhas *que* forão presentes gaspar/ dias porteiro da porta e bastião vaz/ criado do *senhor* fransisquo d azeuedo/ de meneses e eu <sup>4</sup>escriuão <sup>5</sup>aseitej/ a dita hobrigasão fernão paiz/ escriuão a escreuj e eu fernão paaz *escriuão/ publico* da fazenda dos ditos hospitaes por el Rey/ noso *senhor* que este estormento de trespas/sação e contrato em meu liuro de autas/ notej e delle este fiz tresladar e sob/ stprivy e asinej do meu pubriquo sinall/ *que* tall he não facão duuida os Riscados/ *que* dizem e do norte com olliuall *que* traz/ alluaro da costa borges e com outras/ diguo, annos, fernão paaz, e as antre/linhas *que* dizem a tinha outro sy trespasado/ na ordem de são bento com todas as ditas/ doações — escriuão — o *que* tudo se fez por/ verdade pagou deste e nota e outre pera/o stpritall duzentos e sesenta reis/ fernão paez o stprivy//

**Documento nº 4:** BNL: Frei Roque do Soveral, 1610 — *Historia do insigne apparecimento de Nossa Senhora da Luz*. Lisboa: Crasbeek, ffº 39vº-43vº

[Descrição da capela de Nossa Senhora da Luz]

Livro I, Cap. XIII — Da deuação que a Iffante dona Maria teue a nossa Senhora da Luz, e da noua capella que lhe fez

O rezar e cantar delles no choro melhor lhe parecia que o de nenh~us outros religiosos, como deu em resposta a Raynha dona Catherina quando lhe perg~utou porque deixaua os officios diuinos dos mosteiros da Cidade, por se vir ao do termo. Tudo [disse a deuota Iffante] me parece melhor naquelle mosteiro da Luz.; [...] sò poderei dizer que tais forão os bens que a senhora Iffante disse a Raynha do proceder dos Religiosos que ha obrigou a vir com os proprios olhos ser sua testemunha, [...] de modo que daquella vez que veo ao Mosteiro ficou penhorada pera tornar a elle, as duas, as tres, as quatro, e cinco vezes, ficando lhe h~uas ja como refens das outras. E se nosso Senhor a não leuara pera si, neste

<sup>3</sup> Riscada a palavra: “annos”

<sup>4</sup> Riscadas as palavras: “fernão paiz”

<sup>5</sup> Entrelinhas a palavra: “escriuão”



mayor feruor, bem deixàra a fama della eternizada nas obras; que segundo erão tão grandes os desejos que tinha, e mostraua de auantejar o mosteiro, sempre o fezera h~ua obra sumptuosa: mas como, nem sempre quando Deos muyto estima nossos desejos, e boas tenções, he seruido das obras, como mostrou bem claramente, mandando por Natam a Daudid os agradecimentos da vontade, que o Rey tinha de lhe edificar o templo, e dilatando por outra parte a fabrica pera quando nacesse Salamão seu filho: assi atalhou o mesmo Senhor as obras que a Raynha pretendia fazer, leuando lhe todos os desejos em prol pera melhor se lograrem na gloria, e porque a Iffante não ficasse tambem alcançada da morte, antes de pòr em effeito os intentos santos que trazia de fazer à gloriosa Senhora da Luz seruiço de h~ua capella, por vem quam pequena era a em que estaua pera tão grande concurso de gente que a ella vinha, quis aproueitar se logo da presente vida que tinha: e assi mandou a Ieronimo de Ruam seu architecto que fizesse a traça, e que fosse das melhores cousas da Europa, [...] O dia em que se lançou a primeira pedra foy de grande solennidade, muito e vario concurso de gente: lançou a sua Alteza com aprasiuel rosto (que as lagrimas que choraua, como erão de deuocão não encontrão a alegria ...) a segunda lançou o nosso reuerendissimo dom Prior F. Basilio que disse nesse dia a Missa: era o de santo Antonio, treze de Iunho de mil e quinhentos, e setenta e cinco [...]; mas embibidos em sua fabrica lhe tinhão entregue todo seu pensam~eto e cuidado, e quando a obra hia ja fora dos alicerces duas varas d' altura, cõ seu proprio lenço andaua a Princesa alimpando os jaspes lustrados (dizia ella, que aquelles erão seus espelhos em que se reunia) com tanta curiosidade quanto era a vontade com que queria que a obra sse proseguisse. E inda não tinha corrido mais que atê os embazamentos, quando Deos a chamou pera lhe mostrar à acabada e perfeita obra da celestial Cidade de Hierusalem, onde tem os santos em gloria; e como a não tomasse a morte de sobresalto; antes a visse vir de longe e chegar ao porto, dispos suaueamente de suas cousas, deixando a ordem como se continuasse a capella, sem dela se aleuantar mão tê se pòr na perfeição, em *que* hoje està; que he h~ua das melhores e mais artificiosas obras em seu genero de capella, de todas as que sabemos na Europa; porque toda he de jaspes, lustrados, h~us pretos, outros brancos, vermelhos, pardos, sendo alg~us gateados, e ao modo das contas que cà chamão capuchas, ha outras com remendos naturaes da mesma pedra que dão prazer à vista que os olha, entrando na variedade das cores, o numero de outras varias e ricas pedras todas cõ igual lustre, trazidas de distantes partes; não faltando pera isso a curiosidade del Rey Salamão, com que de Reynos estranhos, mandou vir preciosas materias, para a obra do templo, que a Deos fazia; que quando as cousas se faz~e de vontade, o menos que se sente he o gasto, e o mais que se nellas deseja, he a perfeição.

### Cap. XIII — Da forma, e obrigações da Capella.

Tem primeiramente a capella sesenta palmos de comprido, quarenta de largo, e de alto oitenta; cuja fabrica he composta, como ja dissemos de muita variedade de pedras excelentes, todas em cores diferentes, que dão materia a os olhos de aprasiuel vista, tem por

fundamento principal a fermosura de pedraria branca, ornada de embasamentos bellissimos, com engastes de jaspes em parecer varios, lustrados com tal resplendor, que cada hum delles fica sendo espelho, em que se pode claramente estar vendo toda a mais obra; sobre estes embasamentos se repartem com quatro pilares, os espaços de cinco nichos, que da parte da Epistola comrespondem a outras tantas frestas da parte do Euangelho feitos, de uma fermosa e vermelha pedra, e estriados acompanhados do aluo, e bem entretalhado marmore; cujos vãos acupão bellissimas figuras de excellente sculptura e marmore aluissimo: o campo que fica assi da banda dos nichos, como das frestas antre os pilares e ellas; he de pedraria vermelha na excelencia, beleza, lustre, e fermosura com quada qual boa emparelhada. Sobre os pedestraes, e embasamentos da primeira ordem ficão pillares jonicos, tambem do mesmo marmore, tão sotilmente istriados, como coriosamente acãbados; sobre seus capiteis assentão as fermosas arquitraues, frizos, e cimalthas tudo com ornamento de engastes semelhantes aos dos embasamentos: a que se seguem a segunda e vltima ordem de pillares corintheos, rematando se o pê direito coma vltima ordem de architraues, frizos, e cimalthas, semelhantes em tudo a primeira; sobre as quaes se começa airoosamente a formar a fermosa abobada com seus artezões a prumo dos mesmos pilares: nascendo delles rompantes, entre os quaes vão hums compartimentos do fino marmore vermelho e branco, com engastes de jaspe lustrosissimo: sendo o numero dos ditos compartimentos vinte e hum. Tendo o pauimento até a vltima cimaltha, donde se começa a formar a abobada sesenta palmos, e he tanta a variedade, e riqueza desta obra, que verdadeiramente sobrepoja a toda a informação que della se possa dar, podendo se com muita razão cuydar, que infundio Deos muy particularmente sciencia nos officiaes della, com tambem infundio, segundo a Escripura diz, em Beseleel, e Ooliab, pera a obra do templo, sobre serem os supremos na arte da architectura naquelle tempo. O pauimento da capella não he menos rico, e ornado, que tudo o mais della, e parece que os olhos se estão como pejando de o olharem, e muito mais os pê de o pisarem. Ocupão ante o Altar mór dous presbiterios, a que se sobe por cinco degraos de lustrado marmore, diuididos com embasamentos ornados de balaustres de bronze dourado, e encima dos degraos dos presbiteros està o ornadissimo Altar mór feito de finissimos jaspes, e de sculptura laurada ao possiuel: de uma e outra parte portas de pao santo, com imbutimentos de outro amarello, que respondem por cada lado do mesmo Altar mór pera o seruiço ordinario do choro debaixo: e sobretudo o embazamento destas duas portas e do restante se funda hum fermosissimo retabolo composto de bem ornada architectura historiado dos misterios da Virgem Senhora nossa, sendo a pintura sobre maneira excelente. De cada parte dos lados desta capella està hum altar metido em vãos de arcos que voltão entre os pilares da mesma capella, sendo os arcos variados de artezões com seus engastes de fino jaspe, pretos hums, vermelhos outros; não sendo de menos fermosura a pintura dos retabolos dos dous altares, do que he a architectura. No meo da area desta capella, fica em ayrosa proporção a sepultura da serenissima Iffante dona Maria, feita e tratada com a magnificencia deuida a tal Senhora; bem pode competir com os Mauzoleos que a Eneas em varias partes se aleuantarão, e com aquelles que os Gregos chamauão Cenotaphio, e os latinos sepulchra

honoraria, que por quanto se fazião mais pera honra da pessoa, que pera gasalhado dos ossos; como tambem foy o de Druso Germanico sobrinho de Augusto, pretenderão chegar nelles com a arte ao cabo. Acaba de fechar a perfeição deste sacro edificio o rico e aparatoso arco cruseiro, cujos pilastões ocupão graciosamente tres nichos em cada h~u delles, laurados com estranha e admirauel paciencia, entre h~u e outro ha grades e fermosos engastes, cuja ordem vay seguindo a volta do arco, em respondencia de outro com a mesma ordem de nichos cerca o retabolo do altar mòr: e sendo os nichos d' ambos os arcos, doze, no mesmo numero estão nelles repartidas imag~es de jaspe, dos sagrados Apostolos Christo nosso Redemptor. O cruzeiro tem quarenta palmos de largo; está em proporção dupla ao comprimento; o corpo da Igreja fica ordenado pera ter cinco capellas, estando jà as duas primeiras ricamente feitas e ordenadas, haõ todas de levar ordem dorica com tribunas de h~ua e outra parte. Por defora da Igreja em h~ua fachada da capella ao sul fica sumptuosamente ornada de obra toscana, a fonte do Machado, onde foy o glorioso aparecimento da Imagem Santa da Luz, tendo de h~ua parte e outra ho alto da obra dous letreiros abertos em campo de jaspe vermelho. A forma do primeiro he a seguinte.

NO ANNO de mil cccc lxiiij. Reynando em Portugal dom Affonso quinto os visinhos de Carnide com deuoção das reuelações, que Pero Martinz natural deste lugar tem em seu catiueiro, donde sayo milagrosamente, lhe ajudarão a a fazer h~ua capela a nossa Senhora da luz sobre esta fonte. Lugar como determinado por diuina prouidencia, pera este santo effeito, se via dantes claro e resplandecente cõ visão, e lumes do Ceo, como depois se vio resplandecer com grandes e innumeraueis milagres na terra.

Segundo letreiro

E Seguindo em tudo a ordem e reuelação que a Virgem purissima inspirou ao Pero Martinz lhe poserão o nome que t~e da luz; em cuja memoria e louuor a Iffante dona Maria filha del Rey dom Manoel o primeiro deste nome Rey de Portugal e da Christianissima Raynha dona Lianor Iffanta de Castella, mandou reedificar, e levantar o templo de nouo, nesta ordenança e grandeza, no anno de M.D.L.XXV.

**Documento nº 5:** ANTT — *Corpo Cronológico*, parte I, maço 117, doc. 21

[Consulta aos testamenteiros da Infanta. Lisboa, 6 de Outubro de 1623]

Copia de h~ua consulta *que* os Testamenteiros/ da *senhora* Infante Dona maria *que* Deus tem/ fizerão a *sua Magestade* em 6 de Outubro de 1623/

Per carta de *Vossa Magestade* escrita aos *guernadores* deste rejno em 12 do passa/do nos manda *Vossa Magestade* por ser necessario escolher sitio em que se/ ua edeficando o mosteiro de freiras da ordem de Sam Bento de/ Auis que a *senhor* Infante Dona maria que *Deus* tem em seu tes/tamento deixou se fizese, se uejam os tres sittios que *Vossa Magestade* nomea/se sam a prepozito pera nelles se poder edificar Ao *que* satisfa/zemos com dizer a

*Vossa Magestade* que o cuidado *com que* nos ocupamos na/ execução deste testamento, e dezejo *que* temos de lhe dar ha muito tempo/ comprimento, nos obrigou ha muitos dias fazermos diligen/sia sobre o sitio que seria mais a prepozitto, antes de *Vossa Magestade*/ no lo mandar per esta sua Carta. Dos tres sittios *que Vossa Magestade*/ nomea ja nos forão presentes, E os puzemos em pratica E/ comonicamos com pessoas intilgentes E deixamos de/ tratar delles por não terem as Comodidades *que a senhora In/fante* aponta no testamento, por *que nenh~u* delles tem agoa bas/tante, E o d aRoijs ser deuaso, e muito custozo na valia das/ propiedades sem nelle auer gazalhado pera de presente/ se poderem recolher as Religiosas *que* ora estam recolhidas/ nas cazas do Conde de Monsanto pagando Duzentos mil reis/ de aluger cada anno. E o dos fieis de Deus he tam limitado em/ cham *que* não auerá lugar pera se fazerem officinas sem grande/ custo das propriedades *que* por serem de valor se estimão em seten/ta mil Cruzados. E o das escolas geraes não he Capaz pera isso/ por não ter nenh~ua Couza *que* se possa apontar em seu fauor. Outro/ sittio se nos offeresia *que* tem agoa E gazalhado em *que* estas/ Religiosas se poderiam logo recolher sem pagarem aluger/ com ficar cham liure pera as obras se poderem fazer sem/ as desacomodarem de sua Clauzura por ser o sittio grande/ e Capas para tudo, E acomodado no preso conforme a im/formação *que* disso temos *que* por ser tal e com uista e de nenh~ua/ parte deuaso nos pareseo o deuamos apontar a *Vossa Magestade* como/ o fazemos. O qual hé h~ua quinta *que* está a sam sebastiam da/ Pedreira junto aesta Cidade a qual foi de h~u petro cochino/ E ora he de h~u sobrinho de sua molher a quem ella adeinou/ por ambos serem falecidos, o qual trata ora de a uender/ *que* por ser tam a prepozitto pera mosteiro de Religiosas. E/ acomodado no preso, he o *que* serue conforme ao estado em/ *que* hoje está a fazenda da *senhor Infante com* a baixa dos/ juro *que Vossa Magestade* foi seruido mandar aleuantar a vinte o milhar, e poucas esperanças *que* temos por uermos *que* não há/ fazenda com *que* este mosteiro se possa edificar se/ *Vossa Magestade* por sua grandeza não for seruido mandarnos/ difirir ao *que* temos apontado em Carta nossa de 14 de Julho passado./

E quanto ao *dinheiro* *que* per ordem do gouerno se tomou por empres/timo em março de 1622 E se acabou de pagar em Abril/ deste prezente anno; por a fazenda de *Sua Alteza* estar neste tempo/ sem *dinheiro* por rezam de faltarem os galiões da Prata, E o ti/zoreiro não arecadar os juro desta fazenda *com que* pu/dese acodir aos legados da *Senhor Infante* pello qual res/peitto se deuia ao tizoreiro h~ua contia grande de *dinheiro* *que*/ emprestou pera se cumprirem seus legados lhe ordenamos/ não leuase o ditto *dinheiro* ao Cofre e se uatese delle até se cobrar/ o *que* se deuia em Seuilha dos annos atras pera com elle/ se tornar logo ao Cofre a ditta Contia *que* ja tinhamos ordenado se/ fizesse antes de termos uisto a ordem *que Vossa Magestade* ora manda por/ esta sua Carta *que* uendoa ordenamos se satisfizesse logo com/ effeito leuandose ao Cofre do depozito os tres Contos quinhem/tos e sinquoenta mil reis *que* delle se auião tirado com se ficar/ deuendo ao tizoreiro sinquo mil/ Cruzados *que* para este pa/gamento se fazer pos de sua Caza por desta fazenda não auer/ com *que* se pudese satisfazer sem em tudo isto emtrar Antonio/ da fonsequa mais *que* em dar a execução o *que* nesta meza/ lhe ordenamos nem se lhe deuer *dinheiro* como se disse a *Vossa*

Magestade lembrando a Vossa Magestade que com a baixa dos juro e qebra que esta fazenda teue/ não uemos lugar donde se possa suprir ao que Vossa Magestade tem manda/do se depozitte neste Cofre para as obras do mosteiro por que/ esta fazenda da *senhora* Infante tinha de juro seis Contos/ duzentos E onze mil Cento oitenta e quatro reis, e com a qebra/ que ouue dos juro se sobirem a Vinte o milhar se abateram/ h~u Conto trezentos e uinte mil Duzentos e uinte reis, com/ a falta dos quais se deixaram ja de cumprir os legados das/ orfas Catinos, vestidos de pobres, em que tambem emtram os/ sette centos e sinquoenta mil reis que Vossa Magestade mandaua depozitar/ pera estas obras, E de prezente não ha sobejos pera isso nem/ os ouue os annos de 621-622-623- em que ja ouue/ a quebra dos juro com se sobirem a uinte E assi se desce/ mais a este depozitto nouecentos e sinquoenta mil reis do/ anno de 615- que foi o anno em que Vossa Magestade mandou se começa/se a depozitar por o ditto anno se não pagarem na alfandega/ os dittos nouecentos e sinquoenta mil reis como por uezes/ temos Representado a Vossa Magestade E ser diuida que se deue aqele/ depozitto por ser juro que se lhe consignou naqela caza/ para dotte do ditto mosteiro. Lembrando a Vossa Magestade que/ das couzas tocantes a fazenda da *Senhor* Infante e comprimento/ de seu testamento ninguem pode dar milhor e mais certa e uerda/deira informação dellas que nos, como seus testamenteiros/ que com grande cuidado e pontualidade nos empregamos em/ tudo o que comuem pera beneficio dellas com intiligensia de/ todas as materias para o que nos ajuntamos todos sem meza/ quando comuem pera as tratarmos muito miudamente e tomar/mos conhesimento dellas com a Resoluzão que a todos nos parese/ não se fazendo couza alguma sem nosa ordem espesial pera/ que cumpramos com a obrigação do cargo que se comfiou de nos/ E deue Vossa Magestade ter por serto que o que fazemos he com major noticia/ E serteza do que tem quem a Vossa Magestade informa, em Lixboa seis/ de Outubro de 1623/

Arcebispo de Lisboa, Manoel de Vasconcelos, Nuno de Mendonça//

**Documento nº 6:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. I, maço 117, doc 45

[Consulta aos testamenteiros da Infanta sobre os legados do seu testamento, 8 de Fevereiro de 1624]

Aos 8 de Feuereiro de 1624/

Portaria para o *Dezembargador* Thomé Pinheiro da Veiga uer a/ copia da consulta dos testamenteiros da Infante D./ Maria, e outros mais papeis, e fizesse de tudo Relação/ com seu parecer//

Em carta de Sua Magestade 23 de dezembro b 23/

Vi a consulta dos testamentos da Jfamte Dona Maria que deos/tem que enuiastes em carta de 18 do mes dicto O conteudo do/ que faltaua no cofre do deposito das obras do mosteiro da Encarnação ho que se deue abater aos legados da Jfamte/ com respeito do que faltou nos liuros, fico aduertido deles/

ora ao direito que ele recolheo no cofre e quanto a quebra dos/ juros Vos encomendo façay uerificar pellos letrados que sse/ parecer como se hade repartir pellos legados ho paule/ que lo assentem he uolte ao cofre se recolhera infaliuamente/ nele

Ele pagara o atrazado applicando lhe a diuida/ da alfandega E as tenças que forem usando/ Rainha/

Possa a carta de deposito do asi meu desembargo do paço/ com Assentamento da senhora Jffamte que vay com ella ha consulta/ o que parecer sobre o que ha dos pauiz he como se hade/ repartir pellos legados, he da consulta que se fizer/

He uos tomes testamento

Em Lixboa a 17 de Janeiro j b 28/

[Rubricas]//

Que do dinheiro do cofre da infanta D. Maria se desfalce o que faltou nos liuros/

mandou el rey nosso senhor que o desembar/ gador tome pinheiro da Veiga, Veja a copia/ da carta de sua magestade que tera fim deste despacho/ com a copia de huã consulta dos testamenteiros/ da infante Dona maria que me leu esse testamento he aja/ de tudo relação com seu parecer com toda a Ac/ tiuidade de que ouuer lugar em Lixboa 8 de/ feureiro era 624/

Monis

Jfamta

Duarte de mello/  
Caldeira//

**Documento nº 7:** ANTT — AHMF - *Convento de São Bento dos Apóstolos, Santarém*, maço 1, doc. 26

[Resumo da história do Convento de São Bento dos Apóstolos, s/d (séc. XVII)]

O mosteiro de S. Bento dos Apostolos sito a pouca distancia fo/ra dos muros da sempre nobre e sempre leal villa de santerem teue/ principio na cordial devoção com que a Serenissima Infanta Dona Maria/ filha delRey Dom Manoel teue a este princepe dos Patriarchas./

Coroaua h~ua vezinha eminencia desta villa h~ua hermidã/ pobre, annexa á Igreja de Santa Maria de Alcaçoua, cujos conegos â/ troco de auantajados lucros a largarão a esta serenissima Infanta , a/ qual dotando a com seis mil Reis para a sua fabrica a incorporou no seo/ padroado. mandou logo desfazer o pequeno e enuelhecido edificio, e no lugar/ das Ruinas erigir a Igreja que hoje se ue. e aos seos premeditados intentos/ de a dedicar a S.

Bento com h~u conuento para seos filhos, em nome destas/ se antecipou o Padre Frei Placido de Villa Lobos a obrigar os futuros con/ventuaes delle com duas missas todas as somanas pella alma de tão gene/roza bemfeitora, h~ua á quarta feira a S. Bento outra á sexta feira á/ cruz e todos os h~ua cantada dia de Santa Cruz de Setembro./

fesse esta obrigação uoluntaria e spontaneamente e sem mais conuerção/ que o agradecimento aos 18 da Maio de 1571, e logo aos sete do mez/ immediato tomou posse da Igreja o Padre Frei Placido de Villa Lobos Dom/ Abbade que então era de Rendufe e Procurador geral de toda a Religião/ Benedictina, precedendo a esta posse as lições Pontificias Regeas e do/ ordinario, que se conseruão no cartorio deste mosteiro./

Com a doação da Igreja se firmauão as promessas e asseguraõ/ as esperanças de nos edificar o conuento e dotallo com Rendas capazes de sus/tentar Religiozos para o ministerio do Culto Diuino, mas cortou nos a mor/te em flor estas esperanças roubando nos na sua vida a mais Regia/ bemfeitora magoa para nos inconsolavel pella perda mas bem Remune/rada pela incessante continuação dos sufragios e sacrificios prometidos/ que para estes se pinhorão os filhos de Bento dos intentos não esperando/ por execução para se mostrarem agradeçidos./

Vfana a Religião Benedictina com o santuario desta Igreja/ pequeno mas deuoto relicario daquelle prodigio que admira o mundo, assombra/ a christandade e autoriza a minha Religião Sagrada a Imagem, digo, do Santo/ Christo, que para testemunhar na cauza de h~ua pastora despregou o braço da sua/ Cruz He pois o cazo continuado desde o tempo de LRey Dom Diniz por tra/dição de Pais a filhos que a Rudeza dequelles tempos não deixauão á posteri/dade as linguas das scripturas para contarem os seos successos que apacentando/ h~ua pastorinha o seo Rebanho santo á hermidia do Santo Christo, com olhos la/ciuos a uia h~u moço o qual passando do licenciozo da uista ao fingimento das/ palauras com prottestos de futuros despozarios a pertendeo atrahir ao/ seo appetite, soubece Rezistir a pastora ás caricias mas abandonouse aos/ prottestos de cazamento e não fiando da solidão e complemento desta promessa, se/ foi com o moço á hermidia para que diante do santo Christo Repetiçe a palavra/ e com tão grande testemunha se asseguraçe a promessa. Conseguido o intento,/ afrochou logo no complemento da promessa, de que offendida a pastora Recorreo/ ao Vigairo geral da villa, o qual tomando conhecimento da cauza, procedeo/ a uer jurar testemunhas, e a pastora aconselhada da sua sinceridade, asse/gurando o seu vencimento nas infabilidades da feé, Requereo ao vigairo geral/ as fosse tomar á hermidia do Santo Christo, obedeçe ao Requerimento leuando/ com sigo os adjuntos que pedia a solemnidade do acto, e chegando todos á her/mida, banhada a pastora em lagrimas, as uozes interrompidas dos soluços posta/ de joelhos diante do Santo Christo com uina feé, e ardente deuocão lhe falou/ assim: Meo Deos, e meo Senhor uós que uiestes do Ceo á terra a dar testemunho/ da uerdade bem sabeis o que este homem me prometeo na uossa sacrosanta prezen/za e diante dessa uossa santa Imagem, e já que não tenho outra testemunha senão/ a uós meo Deos, peço uos que me ualhaes nesta cazo, e que da sorte que fordes ser/uído deis testemunho da uerdade que passou. Cazo raro, successo espantozo, pro/digio nunca assaz

admirado! Ainda o coração falava explicando nos suspiros/ e ja o santo christo acodia nas percepções do movimento, desprega pois o *santo/ Christo* a mão direita da sua Cruz, ficando só encraçado nella com o cra/uo da mão esquerda e com o crauo dos pés, e estendendo a mão direita *para/* baixo inclinou santamente a cabeça com todo o mais corpo até á cintura, dando/ dando desta sorte testemunho da uerdade, *que* a pastora lhe pedia, e/ assim se conserua hoje desde tempos tam antigos desta despre/guada maravilha da graça deste milagroso estendarte de finezas/ desta sacrosanta Imagem era deuoto Relicario a I greja *quenos deo a senhora/ Dona Maria Serenissima Infanta de Portugal* e parece *que* á preceitos/ de superior destino, pois ja de antiguo *nem* destinar o Ceo aos mos/teiros de Bento per lacrarios de milagrosos crucifixos undo es/te assombro, o dice assim o Cardeal Paloto sendo colleytor deste Reino/ e *para que* esta dastimação do Ceo não ficasse á cortezia dos *que* obseruão as acções misteriozas, o mesmo Ceo por interiores inspirações excitou/ a uontade da serenissima Infanta *para que* mandasse pedir ao Papa Pio/ quinto por uia do embaxador de Portugal Dom João [?] h~ua Reli/quia do Santo Patriarcha *que* lhe mandou com outra de Santo André Aposto/lo *para que* não só pella habitação dos filhos mas ainda pela allocação/ da reliquia *ninguem* duuidace *que* era de Bento o mosteiro/

Destinados os filhos de Bento *para* Reuerentes e amantes custodios/ do Santo, e deuoto crucifixo, era nelles ardente o feruor com *que* cuidão/ na ereção do mosteiro, mas como por estes tempos se achaua a Religião/ nos principios da sua Reforma, não erão os mais mosteiros mais *que* duas/ uestigios do *que* tinham sido tam tenues as Rendas pella alienação dos/ comendatarios *que* apenas chegauão a Reparar os proprios com tudo como/ *quem* tira forças da fraqueza, tirarão da pobreza de todos h~u limitado compu/to para dar principio ao mosteirinho e *para* a congrua sustentação de tres Reli/giozos, dando o titulo de Prior Prezidente a h~u destes cuja primazia leuou/ o Padre Frei Gonçalo de Moraes natural da villa Franca de Lampazes na Pro/uincia de Tras os montes ensaiando na pequenez desta Prezidencia *para/* outras maiores dignidades a *que* seruio de glorioso Remate o ser geral des/ta congregação donde acabado o seo triennio, o extrahio a seé do Porto *para/* seo prelado, cuja uida e uirtudes andão impressas no catalogo dos Bispos/ daquela illustre dieceze./

Sobre o zelo do nouo Prezidente se fundarão os alicerces do nouo edi/ficio e todo elle foi necessario *para* uençer as deficuldades com *que* se lhe appoz a cama/ra desta villa a situação do mosteiro achasse esta memoria no tombo desta/ desta caza a folha O anno de Christo 1582 uençada a deficuldade de o princi/pio a h~u pequeno dormitorio *que* fez com çellas e officinas proporcionadas e a effi/cacia da sua persuazão comprou a Religião algumas fazendas *para* rendimento da ca/za; deo tambem fim ao ajuste *que* se fez com Ieronima de Villalobos Do/na Vinna de Pero dias de Moraes fidalgo da caza de sua Magestade so/bre a capella do S. Bento Santo sito nesta igreja *para* sua sepultura dotandoa á/ medida dos encargos, nella jaz sepultada *que* assim o dizer dous letreiros/ h~u aberto em h~ua pedra *que* serue ao arlo da capella, e outro na campa/ *que* lhe serue de pavimento, não tem brazão de



armas esta sepultura e com/pletouse o ajuste deste contrato aos 18 de outubro do anno de 1583/ e esta he a primeira capella *que se deo nesta igreja//*

**Documento nº 8:** ANTT — *AHMF - Convento de Nossa Senhora dos Anjos, cx 2 256*

[Descrição do convento de Nossa Senhora dos Anjos em Torres Vedras, em 1834]

Descripção do Edeficio do Convento/

He o Convento cituado no limite do Lugar do/ Barro termo de Torres Vedras distante tante d'es/ta villa meia legoa, asi principiou a descrip/cão do Edeficio por H~ua Caza chamada do/ antecoro, que he d'abobeda com pavimento de/ madeira esta caza he comprida e pouco larga/ da qual se desse por h~ua escada de ma/deira para outra caza de igual cumpremen/to com pavimento lageado, e desta para a/ Portaria da Igreja , e sachristea, esta Ca/za chamada o antecoro dá entrada para o/ Coro que fica ao Noroeste, por h~ua por/ta quaze junta ao Relógio da Torre; de na/cente para Poente Corre o primeiro dor/mitorio com frente ao Norte e Noroeste,/ e tem este dormitorio do lado direito tres/ cubicullos grandes, e uma caza que/ serue para fruta, e do lado esquerdo sinco cu/bicullos pequenos no fundo d'este dormi/torio ha h~ua janella Conventual de vi/draça O segundo dormitorio que Corre de/ Norte no Nordeste com a frente para o Sul tem/ do lado direito nove cubiculos e do lado es/querdo tres e h~ua especie de armario, e/ h~ua porta que vai para os forros do Ede/ficio; no fundo para o Noroeste digo Nordeste/ ha h~ua janella conventual de vidraça no/ meio deste dormitorio ao lado esquerdo ha h~ua/ escada que dá serventia para o Refeitorio e/ tem ao cimo h~ua janella de vidraça O/ terceiro dormitorio, que corre do Sul a Nor/a Norte tem do lado direito seis Cellas estan/do duas destas unidas; do lado esquerdo ha h~ua/ porta que dá serventia para a varanda sobre o claustro, tem do lado do Sul h~ua grande janela/ de vidraça e no fim d'este dormitorio ao Norte/ he a liuraria cujo lado esquerdo fica h~ua/ pequena caza onde esta a fabrica do relojio/

Liuraria/

H~ua Caza de Estuque sobre o comprido, e/ tem duas janellas de vidraça, h~ua para o/ Norte, e outra para o Nordeste, esta caza he/ pequena e estreita/

Caza do Capitulo/

H~ua Caza de abobeda e pavimento de ma/deira, sobre o comprido, para a qual se entra/ pelo claustro pelo lado do Poente, tem h~ua/ janella de vidraça, para o Nacente sobre o pa/teo, e no fim d'esta Caza para o lado do Norte/ tem h~u altar com h~u retabulo do Na/cimento em madeira; esta caza he azoleja/da ate ao meio com assento de madeira em roda, e h~ua cadeira d'aulla/

Claustro/

O Claustro he quaze quadrado, tem no meio/ h~ua grandissima Larangeira no meio/ com seus allegretes de tejollo no fundo do claus/tro ao Sul d'este fica a Caza do Capitulo, ao Nor/te h~ua porta para a Caza da razoura que/ fica ao Sul, e ao Norte tem h~ua Caza de/

despejos e espulgatorio: ao Norte d'este Claustro/ he serventia para a Portaria, tem por cima/ h~ua varanda e terraco/

#### Caza da Rassoura/

H~ua Casa quadrada de abobeda e pavi/mento de madeira com serventia pelo claustro,/ tem duas janellas de vidraça sobre o Pateo, tem/ h~ua chamine, e h~u armario/

#### Despenca/

H~ua Caza quadrada de abobeda e pavi/mento de ladrilho com duas janellas sobre/ a Cerca, ao lado do Sul, a sua entrada he pela/ Caza que fica entre a da profundeí e a despen/ca tem ao lado do Norte outra pequena Ca/za que seruede despejos com h~ua ja/nella para o Sul sobre a cerca e logo emedeia/ta outra Caza mui pequena que egualmen/te serue de despejos com h~ua pequena fresta/

#### Caza de Profundeí/

H~ua caza comprida de abobeda em volta/ perfeita, com pavimento lageado tem hua/ janella com grades de ferro para o Sul sobre a/ Cerca tem ao Poente a porta que dá entrada/ para a Cozinha e porta para o Refeitorio e o/ Nacente tem a escada que vem do dormitorio/ ja mencionado, tem outra que da sahida pa/ra a Cerca, e a porta de serventia para a des/penca/

#### Refeitorio/

H~ua Caza comprida de abobeda perfeita/ e alta com pavimento de madeira forrada/ de azolejo ate ao meio, com tres janellas/ para o Poente com vidraça e grades de ferro/e grades de ferro, h~ua meneira para a co/zinha com h~u poial de cada lado, tem dos/ lados quatro mesas de madeira de pinho com/ pillares de pedra e outra igual travessa per si/ma d'esta h~u painel da Ceia tem em roda/ assentos de madeira/

#### Cozinha/

H~ua caza d'abobeda sobre o comprido com/ poiaes de pedra aos lados, com o seu compit/tente fogao, o pavimento he lageado, tem/ ao sul h~ua janella com grades de ferro so/bre a cerca tem h~ua pia que recebe a/ agoa quem da cerca mas arruinada/

#### Hospedaria/

H~ua Caza que fica fora do Edeficio e ao/ Norte d'este tem h~ua Caza quadrada e/ h~ua pequena que serue de Cozinha cuja/ Caza esta muito arruinada/

#### Cerca/

A Cerca rodeia o Edificio pelos tres lados do/ Nordeste, Sul, e Noroeste, a porta que dá entra/da chamada do Cano fica voltada ao Norte/ junto ao mesmo Edificio; comprehende/ dentro de muros arruinados, tres taboleiros/ d'horta H~u Pomar pequeno de espinho,/ tres pequenos dittos de fruta de Carroço, Hua/ pequena matta, de Carvalheiros e outras ar/vores silvestres e dentro d'esta h~u tabolei/ro de jogo da bolla. H~u olival ao Noroeste/ e ao Sul separada por h~ua pequena/ parede, h~u pedaço de vinha velha, com/ com algumas arvores de futa de premeio/ a cerca fica quaze toda na encosta do monte/ que lhe fica ao Poente e Sul Comprehende/ tão bem junto ao muro quaze digo ao muro/ logo da parte de Cima do Edeficio h~ua Ca/za de Cavallhareia e duas mais pequenas/ para acomodação da palha quaze no centro/ d'esta cerca ha h~u Poço de agoa natura jun/to ao Pomar da Laranja ha h~ua Caza

com/ quatro alguidares de pedra e h~u Lexieiro/ chamado alauatorio, contiguo a ditta/ ha h~ua pequena Coelheira, ha algumas/ pameiras levantadas na rua que condus ao/ jogo da bola, assim a entrada da Porta do/ Cano per baixo da Caza da Despenca ha al/gumas abobedas que seruem de Adega pa/ra despejos, assim como ha junto a rua que/ vem da porta do Cano per debaixo da Caza de/ profundeí, e Cozinha ha alguns quartos para/ mocos//

**Documento nº 9:** ANTT — *AHMF - Convento Santa Helena do Calvário*, cx 1 921

[Descrição do convento de Santa Helena do Monte Calvário em Évora. Lisboa, 11 de Novembro de 1889]

seguinte: que o Edeficio de que se trata si/tuado na freguesia de Santo Antão desta/ Cidade em uma das extremidades da Rua/ d'Alagôa junto às muralhas, a porta da/ Portaria faz frente para a Rua Direita do/ Calvario, compõe se esta d'um grande Pateo,/ em frente do qual está a Casa da Portaria,/ e do lado a porta que dá entrada para/ o Convento, tem este sua Claustro fechada/ de abobeda por cima, tem neste pavimen/to Refeitorio, Cozinha, e muitas outras Ca/zas para varios misteres tem igualmente/ uma piquena Cerca com algumas olivei/ras, laranjeiras, e varias outras arvores de/ fructo, havendo igualmente na dita Cerca/ duas Capellas, o andar superior compõe-se/ de uma varanda Coberta que apanha to/da a Claustra, em roda da qual, á o Côro/ de cima com suas Cadeiras de Madeira/ fixas e varios outros objectos proprios de/ tal lugar á igualmente Dormitorio,/ enfermaria, e muitas outras casas todas/ grandes e em muito bom estado mas com/ má direcção finalizando pelo Mirante/ e torre que tem dois sinos, finalmente/ o Edeficio a pesar de não ser grande o seu/ estado material é excellent e permite/ muita duração se for conservado com o/ mesmo cuidado e aceio com que tem sido/ athé hoje, e confronta este este pelo Norte, com/ a muralha da Cidade, pelo Sul, com a/ Rua do Barbacam, pelo Nascente, com a/ Igreja do mesmo Convento, na Rua d'/ Alagôa, e pelo Poente com a mesma/ muralha da Cidade e quem attenção/ à sua localidade e ao seu bello estado/ material, o avaliavão na quantia de tres/ contos de reis. E havendo concluido/ por esta forma a descripção e avaliação do dito E/deficio, saberão os ditos Commissionados com os peri/tos e comigo a ver e examinar o Hospicio que as di/tas Religiosas possuem junto ao Convento em que ha/bita o Capellão,o qual tem a sua entrada pela/ Rua do Baebacam, e sendo visto e examinado/ pelos peritos declararão o seguinte: que o dito Hos/picio se acha situado entre a Rua d'Alagôa e a/ Rua Direita do Calvario, compõe-se este de nove/ cazas, sendo tres altas e seis baixas e com pateo que/ dá a entrada para as Casas, e tem este a porta de ser/ventia para a Rua de Barbacam, o qual Hospicio/ confronta pelo Norte com a Rua de Barbacam, pe/lo Sul com Cazas de Antonio da Costa, pelo Nascen/te com a Rua d'Alagôa, pelo Poente com a Rua Direita/ do Calvário, o seu estado material é bom e por isso elles/ peritos disserão o avaliavão na quantia de duzentos e/ cincoenta mil reis. E por esta forma se houve por con/cluidas as ditas descipções e avaliações, e para constar/ se lavrou o presente auto que

todos comigo assignarão/ Eu Manuel Joaquim Bugalho e aspirante da Re/partição da Fazenda que o escrevi e assigno. .- Pul/queiria Joaquina do Carmo Abadeça - O Deão Jo/sé Antonio da Matta e Silva - O Conego Diogo/ de Faria e Silva - O Conego Deziderio Julio Cas/tão Farto - Manuel Joaquim Bugalho - José/ Maria do Nascimento - José Rozado Calla/do//

**Documento nº 10:** ANTT — *Cartas missivas*, maço 2, doc. 280

[Considerações da Misericórdia de Lisboa sobre o Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres, s/d]

*os apontamentos que por parte da irmandade da misericordia desta cidade se oferecem a vossa Alteza sobre o espital que a infanta dona maria que esta em gloria manda em seu testamento se faça em nossa senhora da luz se ha de unir ao hospital de sua magestade de auocação de todos os samtos sito nesta cidade sam os segintes*

Primeiramente lembrão a *vossa Alteza* que o espital feito em nossa/ *senhora da luz* fica sendo de nenenh~u [sic] efeito por/quãoto esta h~ua legua desta cidade aomde os doem/tes pobres que aqui adoemçem mão podem hir curar se/ e buscar remedio nem auera quem os leue lla porque/ a este espital estando no meo da cidade os trazem/ com muito trabalho e alg~us uem em tal estado que não/ ha la luguar de lhe fazer beneficio de cura, quãoto mais/ auendo de ir buscar o remedio de qui a h~ua legoa nen/ a cassa he frequentada de preginos estramgeiros como/ nossa *senhora de guadelupe monserate* omde seya ne/sesario que aya espital e albergaria pera se curaren/ e aguazalarem os peregrinos que a ella uieren/ porque não uão a dita cassa de nossa *senhora da luz*/ mais gemte que a que reside na cidade que não en/ romaria e tornão a dormir a suas cassas nem ha taes/ pouoasões ao redor dos quaes se ayão de uir curar os doemtes o dito/ espital por que não ha mais que quintas de gemte que/ tem demilicio nesta cidade e sam tam pequenas/ as peuouasões que em nenh~u tempo// pode auer doemtes em tal numero que lhe seya nesesario/ o dito espital ao menos na forma que se manda fazer/ e com tanto guasto e dote e pois da dita obra senão pode/ reseber nenh~u fruto nem os pobres remedio nen he ben/ que se guarde dinheiro em cousa desnecesaria auendo tanta/ nesesinde do dito espital nesta cidade pera ben/ dos pobres e bem conuir asy dos naturaes deste reino/ como dos estramgeiros que a esta cidade de comtino/ uem e nella risidem

Nem isto he mudar uontade da defunta antes he con/prilla e de vigilla melhor e polla em melhores termos/ e em que se comsigua o efetto e fim que ha elle pertemdia/ que hera remedear pobres e com isso agradar a *deus*/ nen he ben dizer que quer emnobreser aquelle luguar/ que escolheo pera seu jazigo porque uaidade e uão gloria/ que nella não auia estando em tal estado nen he de/ crer que nessa fosse sua temção sendo nella tam pia como/ hera e zellosa do seruico de *deus*; amtes he de crer/ que foi emduzida a iso e não bem aconselhada

como/ depois se emtendeo que se foy a justituição com a uomta/de, delRey enrique sendo emtão Cardeal e se es/comdeo delle como emformara o padre Leão enriques/ per lhe não pareser ben

segundariamente se/ for lembrança a *vossa Alteza* que alem de não ser nesessario/ o dito espirital em nossa *senhora* da luz como esta dito/ ha muita nesesidade delle nesta cidade// Omde os pobres terão o remedio e deus sera melhor seruido/ porque que sendo h~ua das maes nobres da europa e/ maes ferquentada de gente estramgeira por ser a mor/ esculla do mundo ha nelle sempre grande comcurso/ de gente pobre e miserauel de todas as nações da/ Cristandade pera remedio dos quaes não basta ho/ espirital de sua *magestade* por não ter adefiçios bastantes/ pera aguasalhar tanto numero de doemtes como a ella uem/ nem vemda que baste pera os alementar e curar porque aimda/ que a vemda que tem bastasse pera os tempos em que foy fum/dado aguora polla altaração e caressa que ha nas cousas não/ basta primcipalmente auemdo aguora mujto mais numero/ de doemtes por causa das doemças que curção nestes reinos/ ha anos e por causa da gemte estramgeira que aguora mais com/core a esta cidade com as armadas que sua *magestade* a ella manda/ porque aimda que aya hispritaes pora os soldados nelles não/ recebem nem curão senão soldados que tem praça os maes/ mocos criados dos soldados marinheiros e molheres que/ nem os [?] todos se curão neste hisprital e foy tamto o crescimento deste ano com esta gemte que se tem por esperremcia/ curarem se maes h~u terço de doemtes que os anos passados/ e pois nas maes cidades de italja e espanha omde não/ ha tanto comcurso de gemte estramgeira e miserauel/ ha muytos hispritaes e eses aimda não bastão como he/ em napolles mellão roma seuilha barselona madrid//

bem he de crer que não deue bastar h~u soo hisprital nesta/ cidade he muito nesessario vnir a dita remda a este espirital de/ de [sic] sua *magestade* e pedir a sua samtidade o aya por bem/ poes ha tamto numero de doemtes e pouco remedio/ pera elles e sendo a de fiquado em nosa *senhora* da luz/ não ha em que se guaste dous comtos de remda que se/ lhe applicão senão for em outras obras de que *deus* não/ sera tam ben seruido e a temção da infanta mal/ comprida, e em caso que ya estiuera adifiquado o dito/ hisprital comuinha desmenbrar se delle a mor parte/ da remda e unir se a este quãoto mais estando aimda/ por comesar em cujo adeficio se guastarão primeiro/ muitos anos e mujto dinheiri antes que uenhão a servir/ e depois de feito fica não seruindo de nada e qua pode/ sendo os pobres emtretanto cuiyas necesidades se/ poderão loguo remedear fazendo esta vnião e acabam/do se h~ua quadra que esta comesada osa com h~u lanço/ feito que com muito pouco guasto se poderão loguo curar/ nella doemtes/

E lembra se a *vossa Alteza* que neste edeficio que se acabar se/ porão as armas da infanta com seu letreiro que diga/ o fundou e dotou e asy sera *deus* seruido os pobres re/medeados e a cidade emnobresida<sup>6</sup>/ e o nome da infanta mais perpetuado pois fica/ esta obra ne cidade e uista de todas as<sup>7</sup> nacões/ do mundo e não amtre oliuaes//

---

<sup>6</sup> "da infanta" riscado.

<sup>7</sup> "pesoas" riscado.

Lembra se maes a *vossa Alteza* que pera distimção e não se es/curiser com o nome de espirital de todos os santos/ tera outra uocação e sera pera os combalesentes/ e gente limpa que este espirital ora não pode/ remedear por lhe não ser posiuél dar tantos dias/ de comualesemcia aos doemtes que nelle se curão que/ baste pera poderem loguo hir trabalhar e comerem/ todos os mantimentos e asy tornão a recair e esta he a causa/ de morer tanta gente miserauel nesta cidade o que/ se podera remedear auemdo esta vnião e anexação/ *que se pertemde e lembra a vossa alteza//*

**Documento nº 11:** ANTT — *Convento de S. Bento de Avis, Santarém*, maço 1, doc. 34

[Relato sucinto da fundação do convento de S. Bento em Santarém, s/d]

A Infante D. Maria Irmaã de El Rey D. João o 3º no anno de 1563 vendo *que* a ermida do Senhor de S. Bento estava muy damneficada e velha, fes h~ua Igreja como hoje está com tres cappelas e acabada impetrou Bulla de S. Santidade com muitas indulgencias e graças e com h~ua confraria do Sanctisimo corpo de Iesus e no dia da Crux de Mayo e no da de Setembro e dia do Apostollo Santo André das primeiras vesporas the as segundas todo o Christaõ *querezar* sinco padre Nossos e sinco Ave Marias pella [sic] aumento da Santa Madre Igreja e stirpação das herezias indulgencia plenaria e quantas vezes rezarem tantas vezes ganhaõ a dita indulgencia o Papa Pio 4º a 15 de Junho de 1565 no 6º anno de seu Ponteficado. E em 1571 tomaraõ posse os Rellegiozos de S. Bento por doação *que* a dita Infante lhe fes por Bulla do mesmo Papa.

**Documento nº 12:** BA — 47-VIII-15, ffº 500-502vº

[Justificação para a entrega do convento da Encarnação às Comendadeiras de São Bento de Avis, s/d]

Decreta S. Congregationis Episcopar e Regularium Nogocijs, et Consulationibus Preposite  
Ad Moniales Lusitanae

La fel mem: dell Infanta Donna Maria ordinò nel suo testamento, che si facesse nella città de Lisbona un monasterio di Monache dell ordine di san Benedetto soggetto, et immediato al Generale della Congregazione della detta Religione nel regno di Portogallo, condichionazione, che le Re di quel Regno fosse ro Patroni di detto Monasterio, e che si riceven eso senza dote venni cinque Monache di nobile generazione, senza macula de novi cristiani, che designan eso i detti Re, e le altre, che dopo questo si riceven eso, fossero di generazione de cristiani vecchi, che portan eso 12 Reis di entrata, che fanno Trenta scudi. Per la quale fondazione, e dotazione lasciò Tre mila Ducati di Camera d'entrata perpetua, delli quali si ha da fare la fabrica di detto Monasterio, che ancora non è cominciata. E perchè

per la devozione della Gente naturale di detto Regno, le Donne nobili entrano di giorno in giorno in diversi Monasterij in tanta quantità, che si imuisce assai della nobiltà, massime per l'eccesso della Dote nel maritarsi, ch'è tanto grande, che nessun nobile, per ricco che sia, può maritare più de una Figlia, per il che fanno entrare anco violentemente nelli monasterij altre in età, che non fanno, nè possono discernere quello, che fanno; e quelle, che hanno età, vi entrano più per il remedio della vita, e povertà, che per spirito di miglior vita. Supplica dunque la Cattolica Maestà le Signore Vrè Illustrissime voglino dispensare nell'ultima volontà, e testamento della detta Infanta, che restando nel suo vigore, quanto al modo di vita, e clausura, et in quanto al ricevere senza dote, e in tutto l'altro s'istituisca, e faccia solto l'abito militare di S. Benedetto de Avis nell'istesso modo, che è il Monasterio detto delli santi delle città di Lisbona di ordine Militare di S. Giacopo, le cui monache possono uscire per maritarsi, dichiarando, che le monache, che si hanno da ricevere, siano Gentil donne figliuole de si più nobile del Regno. Che in tutto la Maestà Cattolica riceverà per Grazia.

## II — Artes sumptuárias

**Documento nº 13:** ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64

[Inventário das relíquias da Infanta D. Maria, ? [1578]-1623]

Jmventayro de todas as Re/liquyas que ficarão da/ Jffante dona maria *que deus tem*/

<sup>8</sup> pymeiramente h~u osso do Braço/ do Bem avemturado sam Bento/ *que estaua demtro em* h~ua caixinha/ de paao de faya Redomda *com* h~u/ letreyro nella *que* dezia pera sam/ Bemto o velho dem xabregas/

<sup>9</sup> E asy mays h~u Reliquayro de/ prata quadrado sem vidraça/ *que* tinha muytas Relias de santos/ como no dito Reliquayro he declarado/

<sup>10</sup> E h~u oso do Braço do Bem avem/turado sam Bento *que* estaua dentro/ *em* h~ua caixinha de veludo carmesim/ com *bamd*as d ouro *que Sua Alteza* deixou de/clarado *que* se dese ao mosteiro de sam/ Bemto de Samtarem *que* se edificou/ na hermyda dos apostollos da dita/ villa/

<sup>11</sup> E h~u demte de noso *senhor que* ficou/ da Jffante *que deus tem em* h~ua custo/dia *com* dous amJos d ouro *que* a tinham/

Entregua *que* se faz/ das Reliquyas *que* ficarão/ da Jffante dona maria *que deus tem*/

<sup>8</sup> Na margem esquerda: "Entregue ao sa/crystão de sam bento/ dem xabregas"

<sup>9</sup> Na margem esquerda: "Entregue ao sacrystão/ de *são* Bento/ dem xabregas"

<sup>10</sup> Na margem esquerda: "Entrega ao Jeral/ de sam bento pera/ dar a *sam* Bento de/ samtarem"

<sup>11</sup> Na margem esquerda: "Entregou se a el Rej/ dom seBastião"

Recebeo o padre Amtonyo da/ madre de deus Sacrystão do mosteiro/ de Sam Bemto dem xabregas/ Juntamente com o padre simão/ d anunciação seu companheyro/ em caSa do senhor arcebispo de/ lixboa testamenteiro de sua alteza/ h~u osso do Braço do bem a/vemturado Sam bento que estaua/ demtro em h~ua cayxa de faya/ pequena Redomda - E asy/ mays h~u Reliquayro de prata/ quadrado com muytas reliquyas/ de Samtos tudo conteudo no/ Jmventario atras as ffolhas 32/ as quaes Reliquyas Receberão/ da mão de sua senhorya per/Amte mym seBastião d afonsequa/ que este asemto fiz e asiney/ com os ditos padres por o senhor/ arcebispo asy o mandar oje/ xxbj de feureiro de bc lxxbiiij/

Amtonio damadra/

sebastião d afonsequa/

Simão d anunciaçam/

Item Recebeo o padre frey pero de chaues/ Jeral da ordem de Sam bento de/ portugual Juntamente com o padre/ frey placito de velha lobos aBade/ de Sam bento o nouo em caSa do senhor/ arcebispo de lixboa testamenteiro da Jffante/ dona maria que deus tem h~u osso do Braço/ do Bem aventurado Sam bemto/ que estaua demtro em h~ua caixinha/ de velludo carmesim com Ramdas/ de prata, comteudo no Jmvem/tario atras que a Jffante deixou/ declarado que se dese pera ho/ mosteiro de Sam bento de Santarem/ que se edeficou na ermyda dos/ apostollos da dita villa/ a qual Reliquya Receberão/ da mão de sua Senhorya peramte/ mym sebastião d afonsequa que este/ asemto fiz E asiney com os/ ditos padres por sua senhoria asy/ o mandar, oje xbiij dias/ de Junho de 578//

frei Pedro de chaues/

geral de Sam Bento/

Sebastião d afonsequa/

frey Placido Villos/

Abbade de Sam Bento de lus/

esta Reliquya se Justificou na/ mesa do despacho do testamento da dita/ senhora como sua Alteza a tinha prometido/ ao dito mosteiro de san bento de santarem/ e a mandara trazer de Roma pera Jso/ per certidão de dom Johão tello de me/neses embaixador que per outras certidoes bas/tantes pello que os ditos testamenteiros a/ mandarão dar aos ditos padres//

Aos dezoyto dias do mes de Junho/ do anno de 578 no mosteiro de sam/to eloy na casa do despacho do/ testamento da Jffante dona marya/ que deus tem estamdo presemte o senhor/ arcebispo de lixboa e o Licenciado amtonio/ pirez Bulhão e eu sebastião/ d afonsequa escryuão da fazenda da dita/ senhora na mesa fazemdo negocio/ do dito testamento veyo afonso lopez/ thesoureiro da capella del Rey noso senhor/ com h~u Recado pera sua senhoria e lhe/ dise da parte de Sua Alteza que elle/ deseJaua de levar na Jornada/ que ora fazia a afryca consigo/ a Reliquya do demte de noso senhor/ que ficara da Jffante que estaua/ em poder d'elle senhor arcebispo pera/ a tornar a mandar entregar/ tamto que emBora viesse E sua senhoria/ Respomdeo que esta Reliquya E/ outras mandara a Jffante em seu



testamento<sup>12</sup> se Repartisem por tres/ mosteiros como deixaua declarado/ *em* seu testamento mas *que* ao outro dia/ segimte<sup>13</sup> elle/ a entregarya como sua *Alteza* mandaua/ pera a tornar como dezia E/ oje XIX do dito mes veyo o dito *afonso/ lopez thesoureiro* da capella de sua *Alteza/* tomar entrega da dita *Rliquya/ e sua senhoria* lha entregou *peramte mym/* sendo presentes fernão da silua *e* diogo/ tryguo cryados de *sua senhoria que* aquy/ asinarão comigo como testemunhas/ *e* o dito *afonso lopez que* confessou Rece/ber a dita *Relyquya e* asinou aquy/ diz na amtrelinha mandara a *Jffante em* seu/ testamento/

fernão da silua/

Diugo trigo/

Sebastião d afonseca/

Affonso lopez//

Deposito *que* se fez no mosteiro de nossa/ *senhora* da luz de h~u reliquario de prata e/ suas reliquias E outras mais de/cleradas abaixo *que* os *senhores* testamenteiros/ mandaram aly depositar pera se/ entregare *quando* lho pareser ao mosteiro/ de freiras de são Bento *que Sua Alteza* manda fazer nesta cidade/

A trinta de Maio de b23 fizeram o/ *padre* prior e mais *padres* do Mosteiro de nossa/ *senhora* da luz h~ua escritura de obrigação/ de deposito feita por Matheus fereira/ da costa tabalião publico das nottas/ pella qual se obrigaram a ter em deposito/ para entregarem quando lho mandarem/ os *senhores* testamenteiros as reliquias seguintes/ -s- h~u reliquario de pé de prata dourado *que/* peza trinta e sete marcos antes mais/ *que* menos, com h~ua costodia no meo, *que* tem dous/ anjos en *que* esta o *santo* Lenho, e no resplendor/ de cima outra reliquia do mesmo *santo* Lenho/ e na orla, ao redor, tem corenta nichos de/ h~ua e outra parte, todas com reliquias de uarios/ *santos* E no remate do dito reliquario onde esta/ a Cruz h~ua reliquia da camisa de Nossa *Senhora/* E asy se depositou mais h~ua cabeça de h~u/ martire, companheiro de são girião, a qual/ reliquia uay uestida em cetim cramegim/ com o casco descuberto, guarnecido d ouro de/ canutilho ao redor com seus aliofres, e metade/ em h~u meo corpo de madeira pintado com armas/ de soldado emorião na cabeça, e h~u bastão/ na mão direita tudo de pao dourado e pin/tado, e pello peito desta imagem descobre a dita/ reliquia por baixo de h~ua uidraca/ E asy h~u reliquario de pao preto redondo com/ h~u agnus dey *que* tem na orla h~ua letra *que/* diz Pius quintus pontifex maximus/ pendurado por h~u cordão/ Asy mais h~ua caixa redonda de cetim/ e ramegim horlada d ouro *que* tem dentro h~ua/ imagem de nossa *senhora* de madre perola com/ quatro reliquias/

Antonio da fonseca//

#### **Documento nº 14: BA — Cod. 51-VI-15, ffº 41-42**

---

<sup>12</sup> Entrelinhas: "mandara a *Jffante em* seu testamento"

<sup>13</sup> Riscado: "ate as dez oras"

[Relação de objectos em metais e pedras preciosas da Infanta D. Maria, s/d]

Memorea de Prattas E<sup>14</sup> *que a Senhora Dona Maria le/uou para o Conuento de Carnide em seu seruiso/*

H~u prato E h~u gumil de Agoa as/ maos que tem de peso <sup>15</sup> treze Mar/cos E quatro onças E seis oitauas/ E de feitio a 500 o marco sette mil/ E duzenttos reis/

duas saluas *que tem* de peso seis marcos/ quatro onças E sette oitauas/ E de feitio tres mil e duzenttos E/ sinquoenta reis a respeito de 500 reis/ por marco/

Dous Castiças *que* pesão sinquo/ marcos E h~ua onça/ E de feitio dous mil E quinhenttos/ reis a respeito de 500 por marco/

Duas escudellas *que* pesão h~u Marco/ sette onças E seis oitauas/ E de feitio mil E quinhenttos reis/ a respeito de 500 por marco/

Dous garfos, duas colheres E dous ca/bos de facas *que* pesão h~u Marco h~ua/ onça E duas oitauas/ E de feitio quinhenttos reis/ E des ferus das facas duzenttos reis/

H~u Candieiro *com* suas tereiras E hadeja/ *que* tudo pesa quatro Marcos duas/ onças e seis oitauas/ E de feitio delle quatro mil reis/ E do Custo do pé de Pao pretto do/us mil E quinhentos reis/

H~ua Abandeja *pera* leuantar a mesa/ laurada *que* pesa quatro Marcos sette/ onças E seis oitauas/ E de feitio sinquo mil reis/

H~u talher *com* saleiro pimenteiro asu/careiro Caneleiro E galhetas *pera* aseite/ E vinagre *que* tudo pesa des Marcos/ seis onças E h~ua oitaua/ E de feitio doze mil reis/

doze Prattos meoes *que* todos pesão/ quarenta e seis Marcos E quatro/ onças/ E de feitio vinte E tres mil reis a respeito/ de 500 por marco/

desoitto prattos de Cortar *que* todos/ pesão trinta E sinquo marcos/ E de feitio desasette mil E quinhenttos reis a respeito de 500 por marco/de Atras/

Montão a sentto E trinta Marcos/ h~ua onça<sup>16</sup> E duas oitauas de Pratta/ *que* a 3V600 por marco importão/ quatro senttos sesenta E oito mil/ quinhentos sesenta E dous reis E meo/mais h~ua basinica de prata por/nata por ser de *Sua Magestade/*

Ouro/

H~ua gargantilha *com* seus barçe/letes *que* tudo constão de trinta E/ h~ua pessas Esmaltadas de negro/ *com* dous diamantes cada pessa *que/* a respeito de dous mil E quinhenttos reis cada pessa montão seten/ta e sette mil E quinhenttos/ reis *com* ouro E feitio/

tres rosas de ouro E diamantes de/ aneis *que* todos Valem sinquoenta mil reis/

H~uas arecadas <sup>17</sup> diamantes/ E perolas por desaseis mil reis/

<sup>14</sup> Algumas palavras ilegíveis devido a um borrão de tinta

<sup>15</sup> Riscadas as letras “qua”

<sup>16</sup> A palavra “onça” está entrelinhas

<sup>17</sup> Algumas palavras ilegíveis devido a um borrão de tinta

H~u cordão tirado pella freica[?] que/ pessa tres onças E mea a 7V200/ a onça -  
Vinte E quatro mil E/ oitto senttos reis/ E de feitio delle tres mil reis/

H~u Relicario de peso E feitio/ de dous mil E oitto senttos reis/

H~uas contas de Palhinha de ou/ro por quinze mil reis/

H~uas camandulas emgrazadas/ por tres mil reis/

Monta o conteudo nesta memorea a sette senttos/ trinta e Noue mil oitto senttos E doze reis  
E meo/ como della se ve dos quaes bainudes seis sentos/ E oittenta E quatro mil reis *que*  
importou o *que* se tirou/ dos jaeges do Marques de Castel Rodrigo *que* Sua Ma/gestade  
apressou pera este efeito restão sinquo/enta E sinquo mil oitto sentos e doze reis E/ meo de  
*que* foy satisfeito//

### III — Correspondência

**Documento nº 15:** BA — 46-X-22, fº 85vº-86vº

[Carta da Infanta Dona Maria ao Cardeal Alexandrino a propósito da eleição do novo Papa;  
escrita a 23 de Junho de 1572]

Ao Illustrissimo, e Reuerendissimo Cardeal Alexandrino.

Illustrissimo e Reverendissimo Senhor

Estaua muito contente, e alegre com h~ua carta, que o Coleitor me deu de Vossa  
Illustrissima Senhoria por a qual vi que era chegado a roma, e fora dos peigos [sic] e  
trabalhos que se podião arrecear nesta sua Jornada de que tiue muito contentamento, porque  
sabe nosso Sennor [sic] que assi desejava eu que fosse, e ainda, que me dizia que achara sua  
Sanctidade mal desposto esperaua que não fosse nada e que cedo tiuesse saude que  
comuinha a Christandade; parece que não mereçemos nos ver isto asi pois nosso Sennor  
[sic] foi seruido de o levar a sua gloria, e da sua morte tiue tanto sentimento, como era  
rezão, lembrando me muito niso o que Vossa Illustrissima Senhoria auia de sentir mas omde  
ha tanta Virtude, e Sanctidade como ele tem por certo tenho que se terá conformado com a  
Vontade de Deos, e bem se enxerga que he isto asi na eleição deste nouo Papa; porque  
segundo dizem Vossa Illustrissima Senhoria foi toda a parte para ele, ser eleito, e com tanta  
breuidade como comuinha ao seruiço de Deos, e bem da Christandade de que todos estamos  
muito consolados, tendo grande esperança que por sua Virtude, e Sanctidade querera seguir  
os pasos do Papa Pio de gloriosa memoria seu antecessor, eu estou muito confiada nas  
palauras que me V.S. escreue, e estimo as como he rezão, tenho por sem falta que serão elas  
muito certas e que em todos meus negocios terá a lembrança, que eu confio, e me tem dito, e  
agora os lembro com mais eficacia, porque sei que sempre Vossa Illustrissima Senhoria terá

seu lugar diante de sua Sanctidade pera me poder ajudar, e valer, e que eu sempre mostrarei, que lhe mereço em todas as cousas que se oferecerem, e me quiser ocupar. Nosso Sennor [sic] Sua Illustrissima, e Reuerendissima pessoa guarde, e conserue. De Lixboa a XXIII. de Junho. MDLXXII

A Iffante dona maria<sup>18</sup>

**Documento nº 16:** BA — 46-X-22, fº 87-87vº

[Carta da Infanta Dona Maria ao Cardeal Alexandrino agradecendo-lhe a intervenção nos "seus negócios" escrita a 10 de Julho de 1572.]

Ao Illustrissimo, e Reuerendissimo Sennor [sic] Cardeal Alexandrino.  
Illustrissimo e Reverendissimo Senhor

Receçebi [sic] do coleitor h~ua Carta de Vossa Illustrissima Senhoria de deradeiro de Majo, e temdo ja escrito por este correo, e respomdido e outra sua não quis deixar de o fazer agora pera que saiba o muito comtentamento, que sempre tenho com suas cartas, e de entender por ellas quanto Vossa Illustrissima Senhoria deseja de se oferecer comodidade em que possa mostrar a Vontade que tem de se empregar em minhas cousas, e nas deste Reyno, e esta tenho eu tambem emxergado que lhe estou em gramdes obrigações por ella, espero em nosso Sennor [sic] que ordenara as cousas de maneira que tenha Vossa Illustrissima Senhoria ocasião pera eu por obras emtemder o quão certa posso estar disto como estou, o qual lhe eu mereço, e trabalharei por lhe merecer sempre, folgei muito com as nouas que agora tiue suas, e estar queria ter muitas vezes, quererà nosso Senhor que serà assi, ele a Sua Illustrissima, e Reuerendissima pesoa de Vossa Senhoria guarde, e comserue. De Lisboa a X de Julho de MDLXXII.

A Iffante dona maria

**Documento nº 17:** BPE — Cod. CIII, 2-20, fº 74

[Carta de frei Miguel para uma filha de Diogo Sigeo sobre um professor mouro, s/d]

Carta *que* frej Migel escreueo a hu~a filha de Diogo/ de Segy em resposta d'outra sua em *que* lhe pedia *que* fa/lasse a el Rey Nosso Senhor sobre fazer *merce* a h~u mourisco *que*/ lhe enssinaua a lingoa Arabia/

Jesus

Soli Deo honor e gloria

---

<sup>18</sup> Negrito nosso.

Gratia Divini nostri Jesu christo spirito teo Amen Este espeira uuestro diser/ pulo y criado en sa fee y maestro en la Liçion Arabica; por lo primeiro/ lhe deueis uistir y no menos por lo sogundo, sois rica no deueis enuiar/ este hombre a flaires pobre y *que* sempre se comen pobres *Vossa Merce* se mande hazer una/ pitiçion a el Rey enderesada y per via de fraj joan soares/ o algun otro delos *que* moran en *santo Anton*, sera despachada y sy es uuestro/ seruiçio *que* yo despois alguno de su capa y la de a este yo lo hare de/ grado Dios *guarde a Vuestra Merce/*  
fraj Migel//

#### **IV — Literatura**

**Documento nº 18 :** André de Resende, 1545 — *Epistola*. Conimbricae: Apud Ioannes Barrerium, e Ioannem Aluarum

**Documento nº 19:** Inácio de Moraes, 1550 — *Oratio*. Coimbra

**Documento n° 20:** Martim de Azpicuelta Navarro, 1550 — *Relectio. #. in Leuitico sub cap. Quis aliquando. de poenit. dist. I. quae de anno iobeleo, e iobelea indulgentia principaliter agens, totam indulgentiarum materiam exhaurit: exponit q; quinque Extrauag. de poenit. e remiss. cum multarum nouarum quaestion~u decisione, e veterum resolutione: vsui quotidiano accommodata.* Conimbricae: Ioannes Barrerius, e Ioannes aluarus typographi Regij excudebant











**Documento nº 21:** André de Resende, 1551 — *Oratio habita Conimbricae: In Gymnasio Regio, anniuersario dedicationis eius die.* Conimbricae: Apud Ioannes Barrerium, e Ioannem Aluarum

**Documento nº 22:** Inácio de Moraes, 1553 — *Interitum Principis Ioannis*. Conimbricae:  
Ioannes Barreira



**Documento nº 23:** Nicolau Coelho Amaral, 1554 — *Monostichon de Primis Hispanorum Regib.* Conimbricæ: Ioannes Barrerium







**Documento nº 24:** João Polanco, 1556 — *Directório de Confessores e Penitentes*. Lisboa:  
Ioannes Blauio de Colonia

**Documento nº 25:** Frei Luís de Granada, 1565 — *Memorial Dela vida Christiana: en el qual se enseña todo lo que vu Christiano deue hazer dende el principio de su conuersion hasta el fin dela perfeccion*. Lisboa: en casa de Francisco Correa



**Documento nº 26:** D. Leonor de Noronha, 1570 — *Este libro he do começo da historia de nossa redençam, que se fez para consolaçam dos que nam sab~e latim*. Lisboa: Por Ioam de Barreira



**Documento nº 27:** Frei Simão Coelho, 1572 — *Compendio das Chronicas da Ord~e de Nossa Senhora do Carmo*. (Lisboa): Per Antonio Gonçalves











**Documento nº 28:** Aquiles Estação, 1575 — *De Trinitate, et Fide, Liber.* in Margarinum de la Bigne, *Bibliotheca Sanctorum Patrum*. Parisiis: Apud Michaelen Sonnum

**Documento nº 29:** Martim de Azpicuelta Navarro, 1575 — *Commmentariuis de Iobeleo et Indvlgentiit Omnibvs, In #. In Leuitico sub cap.Si quis aliquando, de Poenit. dist. prima, e in Extrauag. primam, Antiquorum, secundam, Vnigenitus, e 4.* Romae: Apud Iosephum de Angelis









**Documento nº 30:** Manuel da Costa, 1584 — *Cõmentarii ,e demaioratu bonorum patrimonialium, e de regni suceSSIONES, omnium desideratissimus tractatus, ac funebris facundissima oratio in exequias Portugalie Regis Joannis III eiusdemq dulcissima e varia carmina.* Salamanticae: In aedibus Ildefonsia à Terranova e Neyla

Manuel da Costa  
Epigrama do mestre autor  
acerca da tábua em que foi pintada Maria, Princesa Augustissima  
irmã do Sereníssimo D. João Terceiro, rei de Portugal.

Olanda tentou pintar ao vivo com perfeição a diva Maria e, como raro artista, apresenta obra digna.

E expressou sua obra como quem está unida a Diana pela deusa Macónio, filha de Alcínoo.

Os olhos vêem-se cintilar na fronte estrelada e uma ardente beleza na rosada boca. O seu vulto é magestade, a ele se atribui o fastígio das coisas que, com justa razão, possas imaginar.

Quanto ao facto de a celeberrima Penélope, ter outrora pintado Zéuxis, também por probidade, a feliz mão de Olanda mostrou ainda na tábua as virtudes da Augusta Virgem.

Por fim pode ver-se a luz mortal que seja vislumbrada à face da Virtude.

Finalmente, aquela beleza pode mostrar-se ainda mais na medida em que nada é visto com mais agrado neste mundo.

Outro poema do mesmo

Logo que Citereia viu a figura pintada de Maria ficou extasiado e diz que deste modo, sabes, os fados há muito procuram um consorte para Maria.

E, mesmo com custo, poderão encontrar alguém que seja digno?

Em vez da aljava e do arco dobrado leva apenas esta tábua e acrescenta aos teus títulos a suprema glória.

Com efeito apenas com um arco inofensivo mas supremo, torna cativo o poder do príncipe supremo.

---

<sup>19</sup> Tradução do latim de António Rego.

**Documento nº 32:** Francisco de Moraes, 1592 — *Chronica do famoso e muito esforçado cavalleiro Palmeyrim de Inglaterra Filho del Rey Dom Duardos*. Lisboa: Antonio Alvares

**Documento nº 33:** Diogo Bernardes, 1594 — *Varias rimas ao bom Iesus, e a Virgem gloriosa sua may, e a sanctos particulares*. Lisboa: Em casa de Simão Lopez

**Documento nº 34:** João de Barros, 1655 — *Panegírico*. in Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana











































**Documento nº 35:** Luís de Camões, 1685 — *Que levas, cruel Morte? Hum claro dia.* in Manuel de Faria e Sousa, 1972 — *Rimas várias de Luis de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reprodução fac-similada da edição de 1685)

**Documento nº 36:** Luísa Sigeia, 1903-1905 — *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata*. in Manuel Serrano y Sanz, *Apuntes para una Biblioteca de escritoras españolas desde el año 1401 al 1833*. Madrid: Establecimientos Tipolitográficos “Sucesores de Rivaneyra”

**Documento nº 37:** Luísa Sigeia, 1903-1905 — *Syntria*. in Manuel Serrano y Sanz, *Apuntes para una Biblioteca de escritoras españolas desde el año 1401 al 1833*. Madrid: Establecimientos Tipolitográficos “Sucesores de Rivaneira”

**Documento nº 38:** António de Castro na impressão completa das obras de Cataldo Parísio Sículo [1569] in D. António Caetano de Sousa, 1946-1955 — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora



## V — Moradias

**Documento nº 39:** ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 245, doc. 5

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no quarto quartel do ano de 1526 [22 de Fevereiro de 1527]

4º quartel de 526/

Roll do quarto quartell do ano de quynhem/tos e vymte e seys anos dos morado/res da *senhora yfante dona marya/ pello quall dyogo çalema thesoureiro da/ Raynha nosa senhora* a de pagar aos conteudos nele/

molheres/

item dona Joana de bras fe camareira mor avera de/ todo o quartell a Rezão de trymta mjl/ *reaes que tem por ano - bijbc/*

*Recebeo* dona joana de bras fe camareira mor do/ thesoureiro os sete mjll e qujnhemtos *reaes* deste quartell/

dona juana  
de blasfelt/  
bij bic//  
pero Rodriguez/

item marya de lamana dama avera de todo o quartell/ a Rezam de doz mjll *reaes que tem por ano - ijbc/*

*Recebeo* maria de lamana dama do thesoureiro os dous mjll e/ qujnhemtos *reaes* deste quartell/

maria de lamana  
pero Rodriguez/

item mecyá de sousa moça da camara avera/ de todo o quartell a Rezam de seys/ mjl *reaes que tem por ano - jbc/*

*Recebeo* mecia de sousa moça da camara do thesoureiro os/ mjll qujnhentos *reaes* deste quartell/

meçia de sosa  
pero Rodriguez/

item antonja perez moça da camara avera de todo o quartell a Rezam de seys mjll *reaes/ que tem por ano - jbc/*

*Recebeo* antonja perez moça da camara os mjll e quj/nhemtos *reaes* deste quartell/  
antonya  
perez//  
pero Rodriguez/

**Recebeo lomanica do tesoureiro os mjl e quinhentos/ reaes deste quartell/  
ana de lomana                                  pero Rodriguez/**

*Recebeo* lyanor ordonhez do *tesoureiro* os mill *reaes*/ deste quartell/  
lyanor ordonhez pero Rodriguez/

e am eytor da costa que asy/ne y a seu Regimento dela/  
eytor da costa/ pero Rodriguez/  
iiij biiijc reaes//

Recebeo amdre *gonçalluez* Reposteiro de camas os quatro mjl *reaes* deste quartell/  
 amdre pero *Rodriguez*/  
*gonçalluez*/

Recebeo fernam caldeira do tesoureiro os tres mjll/ reaes deste quartell/  
fernam  
caldeira/

Recebeo pero de monte negro moço da camara/ do tesoureiro os dous mjl e corenta e seis  
reaes/ deste quartell/

pero de monte  
negro/  
ix Rbj reaes//

pero Rodriguez/

item fernam garçya Reposteiro avera de todo o quartell a/ Rezão de seyscentos e seys reaes  
que tem/ por mes - jbiijc xbiij/  
Recebeo fernam garcia Reposteiro do tesoureiro/ os mjll e oytocentos e dezoyto reaes/  
deste quartell/  
fernã  
garçya/  
pero Rodriguez/

as cousas ordenadas que se uam em/ casa da senhora yfamte alem das/ moradias as quaes  
ade pagar/ o dyto thesoureiro/  
item dona joana de bras fe camareira mor ade auer/ de outubro nouembro e dezembro a  
Rezam/ de trymta mjll reaes que tem por ano pera/ sua Ração - bijbc/  
Recebeo dona joana de bras fe camareira mor/ os sete mjll e qujnhemtos reaes deste  
quartell/  
dona juana  
de blasfelt/  
ix iijc xbiij reaes//  
pero Rodriguez/

item lyanor ordonhez moça do retreite a de auer de/ outubro nouembro e dezembro de sua  
Ração a quall se lho paga a djnheiro a Rezam/ de quynhemtos reaes por mes - jbc/  
Recebeo lianor ordonhez moça do retreite/ os mjll e qujnhemtos reaes deste quartell/  
lyanor ordonhez  
pero Rodriguez/

item deuam a amdre gonçaluez Reposteiro de camas do/ze pares de çapatos da senhora  
yfamte/ a cymquoenta reaes o par - bjc/  
Recebeo amdre gonçalluez do tesoureiro os seiscentos/ reaes conteudos nesta adjçam/  
amdre  
gonçalluez/  
pero Rodriguez/

item filypa Rodriguez lauamdeira a de aver do primeyro/ dia de feuereyro ate o deradeyro  
de/ dezembro e Rezom de oytemta reaes que tem/ por mes pera lenha - biijclxxx/  
Recebeo filipa Rodriguez lauandeira do tesoureiro/ os oytocentos e oytenta reaes conteudos  
nesta/ adjçam/  
eytor da costa  
ij ixclxxx reaes//  
pero Rodriguez/



item *francisca* negra a de auer dous mjll *reaes que tem*/ ordenados em cada h~u ano *pera*  
h~u/ *vestydo e mays cento e cymquo reaes que tem e ade auer de outubro nouembro/ e*  
*dezembro a Rezam de trymta e cym/quo reaes que tem por mes - ijCento b/*

*Recebeo francisca negra do tesoureiro os dous/ mjll e cento e cymquo reaes conteudos/*  
*nesta adjçam/*

*francisca*

*pero Rodriguez/*

*ij cb reaes//*

Eu a *Rainha* mando a uos dyogo çalema meu *thesoureiro que/ dos djnheiros que el Rey meu*  
*senhor nos manda dar/ pera o gasto e despesa da yfante dona/ marya mjnha muyto amada e*  
*prezada jrmãa/ des e pages aos moradores de sua casa/ conteudos neste quaremta mjll e*  
*setecemttos quarenta e noue reaes s. vymte e oyto mjll/ cento setenta e quatro reaes que*  
*vencerão do/ quarto quartell/ do ano de 526 de suas mora/dyas e ordenados que da dyta*  
*yfante/ tem e os doze mjll e quynhentos e oytenta/ e cymquo reaes de alg~us/ ordenados*  
*que/ com elle foram pagos o dyto ano dos quaes/ R bijc Rix reaes lhe fares bom pagamen/to*  
*pagado a cada huu segumdo le/ua em seu ysto e pera este com o rroll e/ seus conhecymentos*  
*auer se das suas/ adyções mando a meus contadores/ que no los leuem em comta feyto em/*  
*lysboa a xxij de feureyro amtonjo/ trygeyro o fez de 527/*

*La Reyna/*

*Vall ao todo o quartel paguo em este Rol e do/ 4º quartel de 526 - Rj ijç Rlx reaes/*

*majs do que dez ho Conto - bc reaes/*

*yffanta/*

*pera diogo calema thesoureiro pagar R bijc Rix reaes dos/ moradores da casa da yfante*  
*dona marya/ vosa jrmã//*

*367, iiij reaes a diogo de Samde m/[sic]*

*Afonso de çumbigua mando nos que Deys a domingos de samde/ moço da camara del Rey*  
*meu senhor quatro mill reaes de que lhe/ faço merçe E por este com seu conhecimento feito*  
*pello/ escryuão de nosso carguo vos serão leuados em comta/ bastião da fonsequa o fez em*  
*lyxboa a onze dias de marso de mil e quinhentos cimcoemta e çimco/*

*Antonio de Sampayo o fez espreuier/*

*Raynha/*

*A domjnguos de Samde moço da camara/ do Rey moueer do thesoureiro e o Acemtaes/*  
*quatro mill reaes conteudos neste aluara/ mea A iiij de mayo de 1555/*

*domingos*

*diogo çalema/*

*de samde/*

*aluara/*

*iiij reaes em afonso de çumbigua de que Vossa Alteza faz merçe a dominguos/ de samde*  
*moço Da camara Del Rey nosso senhor//*

*Roll de Antonio de Sampayo/*

*pago lxxx reaes/*

*pamtalyom Rebello/*

pero d alcaçoua Camareiro/

**Documento nº 40:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 145, doc 83

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no terceiro quartel do ano de 1527 (6 de Novembro)]

3º quartel de 527/

Roll do terceyro quartell do ano pre/semte de 527 anos dos/ moradores da casa da y/famte dona marya pello/ dyogo çalema thesoureiro da Rainha/ nosa Senhora a de pagar nos conteudos neles/

molheres/

item dona Joana de bras fe camareira mor/ auera de todo o quartell a Rezam/ de sesenta mjll reaes quatro por/ ano .ss. trynta mjll de mora/dia e trymta mjll da Ração - xb/

Recebeo dona joana de bras fe/ do tesoureiro os xb reaes deste quartel/

pero Rodriguez

dona Juana/

de blas felt/

item maria de lomana dama auera de todo/ o quartell a Rezam de dez mjl reaes/ que tem por ano - ij b c/

Recebeo maria de lomana do tesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/

pero Rodriguez

maria de lomana/

xbij b c//

item mecya de sousa moça da camara/ auera de todo o quartell a Rezam de/ seys mjll reaes que tem por ano - j b c/

Recebeo mecya de sousa do tesoureiro/ os j b c reaes deste quartell/

pero Rodriguez

mecya de/

sousa/

item amtonya perez moça da camara/ auera de todo o quartell no dycto/ Respeyto - j b c/

Recebeo amtonya perez do tesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/

pero Rodriguez

antonya/

perez/

item ana de lomana moça da camara/ auera de todo o quartell no dycto Respeito - j b c/

Recebeo ana de lomana do tesoureiro/ os j b c reaes deste quartell/

pero Rodriguez

ana lomana/

item maria de guzmão moça da ca/ mara auera de todo o quartell a/ Rezam de doz mjll *reaes que tem/* por ano - ij b c/

Recebeo maria de guzmão do tesoureiro os/ ij b c *reaes* deste quartell/

pero Rodriguez                      marya/  
   de gusman/

bij//

item lyanor ordonhez moça da guarda/ Roupa auera de todo o quartell a Re/ zam de quatro mjll *reaes que tem/* por ano de moradia e dezaseys/ *reaes que tem* por dya de sua/ Ração - ij iiij c lxxij/

Recebeo lyanor d ordonez/ os ij iiij c lxxij *reaes* deste quartell/ e Raçam/

pero Rodriguez                      lyanor ordonhez/

item luzia fernandez lauandeira auera de to/ do o quartel a Rezam de seyscentos/ *reaes que tem* por mes - j biij c /

Recebeo luzia fernandez lauandeira do tesoureiro/ os j biij c *reaes* deste quartell/

pero Rodriguez                      lucia fernandez/

homens/

item amdre gonçaluez Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a Rezam de/ dezaseys mjll *reaes que tem/* por ano - iiij/

Recebeo amdre gonçalluez Reposteiro do tesoureiro os/ iiij *reaes* deste quartell/

pero Rodriguez                      amdre/  
   gonçaluez/

biij ij c lxxij *reaes*//

item pero de monte negro moço da camara/ auera de todo o quartell Rezam de/ quatrocentos e seys *reaes que tem/* por mes e tres contas de ceua/ da por dya - ij Rbj/

Recebeo pero monte negro do tesoureiro/ os ij Rbj *reaes* deste quartell/

pero Rodriguez                      pero de monte/  
   negro/

item fernam caldeira homem da camara/ auera de todo o quartell a Rezam de do/ ze mjll *reaes que tem* por ano - iiij<sup>21</sup>

Recebeo fernam caldeira do tesoureiro os/ iij *reaes* deste quartell/

pero Rodriguez                      fernam/  
   caldeira/

---

<sup>21</sup> Na margem esquerda diz: “2200, hoo da/ remos”.

item a francisco rrodriguez çapateiro de treze pares/ de çapatos que deu no dycto/ tempo  
pera a senhora yfante a Re/ zam de cjmquoenta reaes o par - bj c L/  
Recebeo francisco rodriguez çapateiro do tesoureiro/ de xiiij pares de çapatos que/ deu pera  
senhora yfante seiscentos/ e cymquoenta reaes/  
francisco + rrodriguez                      pero Rodriguez/  
b bj c LRbj reaes//

Eu a Rainha mando a uos dyogo çalema meu/ tesoureyro que dos djnheiros que el Rey meu/  
Senhor uos manda dar pera o gasto da Y/famte dona marya mjnha muyto/ amada e prezada  
Jrmãa des e/ pages aos moradores de sua casa/ conteudos neste Roll trymta seis/ mjll e  
quatrocentos sesenta e oyto reaes/ que lhe montam no terceyro controle/ do ano presente  
pagados a cada huu/ segumdo he ua em seu conhecimento e per/ esta com o Roll e seus  
asynados/ ao pe de suas adyções mando a me/us comtadores que uos los leuem em/ conta  
feyto em coymbra a bj dias/ de nouembro amtonyo tryguejro o fes/ de 527/  
Reyna/  
Jfamta/

pera o thesoureiro pagar xxxbiiijº iiij c Lxbj reaes aos mora/ dores da Jfamte dona maria que  
montam no ter/ceyro quartell do ano presente//

os xxx

3º de 527	122/
	4/
	126/

Vall o que he pago e mando pagar em este Respeito/ de 3º quartel de 527\_\_\_\_\_xxxbiiij iiij c  
Lxbiiij reaes/

**Documento nº 41:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 146, doc. 86

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no quarto quartel do ano de 1527 (23 de  
Março) em Almeirim]

4º quartel de 527/

rol do quarto quartell do ano pasado/ de 527 ano e dos moradores/ da casa da yfante dona  
maria/ pello quall dyogo çalema te/souejro da Rainha nosa senhora a de/ apresentar estes  
cinquenta e dos mil reaes/

molheres/

item dona Joana de bras fet camareira moor/ auera de todo o quartell a Rezam de se/semta  
mjll reaes que tem por ano .s. trymta de Raçom que se/ lhe page a dinheiro - xb/







os xbij b c//

moças de camara/

item mecyra de sousa auera de todo o quartell/ a Razão de bj *reaes que tem por ano* - j b c/  
Recebeo mecia de sousa do thesoureiro os mjll/ e quinhentos *reaes* deste quartell/  
mecya                                pero Rodriguez/  
de sousa/

item antonya perez do thesoureiro os mjll e quinhentos *reaes* deste quartell/  
antonya                                pero Rodriguez/  
perez/

item maria de lomana auera de todo o quartell/ a Razão de bj *reaes que tem por ano* - j b c/  
Recebeo maria de lomana do thesoureiro os mjll/ e quinhentos *reaes* deste quartell/  
maria de lomana                                pero Rodriguez/

item maria de guzmão auera de todo o quartell/ a Razão de x *reaes que tem por ano* - ij b c/  
Recebeo maria de guzmão do thesoureiro os dous/ mjll e quinhentos *reaes* deste quartell/  
marya de                                pero Rodriguez/  
guzman//

item lyanor ordonhez moça da guar/da Roupça auera de todo o quartell a Razão de quatro  
mjll *reaes/ que a por ano de moradja e/ b c reaes por mes de sua Raçam/ a quall se lhe paga*  
a djnheiro - ij b c/  
Recebeo lyanor d ordonhez do thesoureiro os dous mjll e quinhentos *reaes/* deste quartell/  
lyanor hordonhez                                pero Rodriguez/

item luzia fernandez lauandeira auera de todo o/ quartell a Razão de bj c *reaes que tem por/*  
mes de moradja - j biij c /  
Recebeo luzia ferrnandez do thesoureiro os mjll/ e oytocentos *reaes* deste quartell/  
luzya ferrnandez                                pero Rodriguez/

item<sup>24</sup>

homens/

---

<sup>24</sup> Riscado “francisca escraua auera do ano pasado de 527 dous mjll *reaes* que ha em/ cada hu ano pera h~u uesty/do e asy - iiij iij c *reaes/*”.



item Andre *gonçaluez* Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a Razão/ de dezaseys  
mjll *reaes que tem/ por ano - iiij/*  
Recebeo amdre *gonçalluez* do thesoureiro os qua/ tro mjll *reaes* deste quartell/  
andre                                pero *Rodriguez/*  
*gonçalluez/*

item fernam caldeira homem da camara/ auera de todo o quartell a Razão de/ doze mjll *reaes*  
*que tem por ano - iij/*  
Recebeo fernam caldeira do thesoureiro/ os tres mjll *reaes* neste quartell/  
fernam                                pero *Rodriguez/*  
caldeira/

item pero de monte negro moço da camara/ auera de todo o quartell a Razão de/ iiij c bj  
*reaes que tem por mes de mora/ dya e tres contas de ceuada/ por dia - ij xbiijº/*  
Recebeo pero de monte negro do thesoureiro/ os dous mjll e dezoyto *reaes/* deste quartell/  
pero de montenegro                pero *Rodriguez/*  
os ix xbiij *reaes//*

item antonyo *Rodriguez* çapateiro auera de to/ do o quartell de treze pares de ça/patos *que*  
*deu pera a Jfamta a Lx/ reaes o par - bj c L/*  
Recebeo antonio *Rodriguez* çapateiro do thesoureiro/ os seiscentos cinquenta *reaes pella/*  
*maneira sobredicta/*  
antonio *Rodriguez*                        pero *Rodriguez/*

item ffrancisco ueiga da *Senhora Jfamte/* auera dous mjl *reaes que tem/ ordenados em cada*  
*hu ano/ pera hu uestydo os quaes são/ do ano presente de 528 e a/ sy auera mays iij c xx*  
*reaes de/ nouo majs que isto ouue cal/ çado a Razão de xxxb reaes que por/ mes ordenado*  
*que nom sam - ij iij c xb/*  
Recebeo ffrancisco ueiga do thesoureiro/ os dous mjll e trezentos e qujnze/ *reaes pella*  
*maneira sobredicta/*  
francisco                                pero *Rodriguez/*  
ueiga/  
os ij ix c Lxb *reaes//*

Eu a rainha mando a uos dyogo çalema meu tesoureyro que dos djnheyros/ *que dos*  
*djnheyros que el Rey mandou/ uos mandar dar pera o gasto da Jfamte/ dona marya mjnha*  
*muyto amada e/ prezada Jrmã des e pages aos mora/ dores de sua casa comteudos neste/*  
*Roll quarenta mjll e setesentos e/ oytenta e tres reaes que lhes montam/ no prymeyro*  
*controle do ano presen/ te pagardes a cada hu segundoordena/ çom sem adisam e per esta*

com o Roll e seu/ conhecimentos ao pe de suas adyções man/ do a meus contadores *que* uos  
llos leuem/ em comta  
feyto em almejrym a xxij d/ abryll  
amtonyo tryguejro o fez de j/ b c xxbiiij°/  
a Reyna/  
Jffante/

pera djogo çalema tesouerejro pagar R bij c Lxxxiiij *reaes/ que* montam no primeyro quartell  
do ano presente/ aos moradores da Jffante dona maria//  
presente de 528/ he pago este Roll dos R bij c Lxxxiiij *reaes/ que* Vo lo mandaram pagar/

**Documento nº 43:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 155, doc. 20

[Verba das moradias da casa da Infanta D. Maria que consta no rol da casa da rainha D. Catarina, no primeiro quartel do ano de 1529]

Eu a Rainha mando a uos dyogo çallema meu tesou/ reyro *que* dos djnheiros que el Rey meu  
Senhor uos/ manda dar pera o gasto da Jfamte mjnha/ mujto amada e prezada Jrmã dona  
marya/ des e pages as suas moradjas comtaadas/ neste Roll quarenta quatro mjll quatro/  
centos cinquenta e hu *reaes* do primeiro quar/ tell do ano presente que servirão a uinte/  
*reaes* de suas moradias e ordenados que/ da dycta Jfamte tem pagados a cada hu se/ gundo  
hi ua em seruisom *e por* este uom/ o Roll e seus  
asynados ao pee de suas adj/ções mando a meus contadores *que* uo llos/ leuem em comta  
amtonyo tryguejro o fez em lixboa a xxiiij de abryll 529/  
Raynha/  
Aluaro de sousa/  
pera diogo çalema thesouereiro pagar Riiij° iiij c Lj *reaes que/* montam no primeiro quartell  
do ano presente aos/ moradores da casa da Jfamte dona maria//

1º liuro 529/

Vollo *que* se page e mandade/ pagar neste primeiro quartel de 529/ do Rol da Jfamte dona  
maria - Riiij iiij c Lj *reaes//*

**Documento nº 44:** ANTT - *Corpo Cronológico*, P. I, maço 43, doc. 124, fº 35vº-38

[Rol dos moradores da casa da Infanta D. Maria, que consta no rol da rainha D. Catarina, no  
terceiro quartel do ano de 1529 (11 de Novembro) em Lisboa]

Roll dos moradores da Jfamta/ dona maria pello quall se a de pagar/ o terceiro quartell do  
ano presemte/ de 529 aos conteudos neles/

## molheres/

item dona Joana de bras fe camareira mor/ auera de todo o quartell a rezão de/ sesenta mjl  
reaes que tem por ano/ da moradja e Ração - xb/

Recebido dona Joana de bras fee do *tesoureiro*/ os quimze *reaes* deste *quartell*/  
dona Juana pero *Rodrjguez*/  
de blas fe/

item dona maria de guzmão auera de/ todo o quartell a rrezão de dez mjll/ *reaes que tem por*  
ano - ij b c/

Recebido dona maria de guzmão do tesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/  
dona Juana pero Rodrjguez/  
de blas fe/  
xbij b c//

item maria de lomana dona da camara a/ uera de todo o quartell a rrezam/ de dez mjll reaes  
que tem por ano - ij b c/

Recebido maria de lomana do tesoureiro os/ ij b c reaes deste quartell/  
maria de lomana pero Rodrijuez/

moças da camara/

item meya de sousa auera de todo/ o quartell a rezam de seys mjll/ reaes que tem por ano  
de moradia - j b c/

Recebido meçia de sousa do *tesoureiro*/ os j b c *reaes* deste quartell/  
mecya pero *Rodrjguez*/  
de sousa/

item amtonya perez auera de todo o *quar/* tell ao dyto *Respeito* - j b c/

Recebido antonya perez do tesoureiro/ os j b c reaes deste quartell/  
antonya  
perez/  
b b c//

item lomanyca auera *de todo o quartell*/ ao dyto Respeito - j b c/

Recebido lomanyc a do tesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/  
ana de loma pero Rodrjguez/  
na/

item marya de guzmão auera de todo/ o quartell a rezam de dez mjll reaes/ que tem por ano  
- ij b c/

Recebido marya de guzmão do tesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/  
marya  
de guz/ man/

item lionor ordonhez moça da guarda/ Rou/pa auera de todo o quartell a rezam/ de iiij reaes  
que tem por ano de mo/ radja e quynhentos reaes por mes/ de sua Ração que tem ao dja - ij b  
c/

Recebido llyanor ordonhez do tesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/  
lyanor or  
donhez/  
bj b c//

item luzia fernandez lauamdeira auera de todo/ o quartell a rezão de bj c reaes que tem/ por  
mes - j biiij c/

Recebido luzia fernandez lauamdeira do tesoureiro/ os j biiij c reaes deste quartell/  
pella quall asynou fernam Rodrjguez a/ seu Roguo/  
fernand  
rodrigues/

homens/

item amdre gonçaluez Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a rrezão/ de dezaseys  
mjll reaes que tem/ por ano - iiij<sup>o</sup>/

Recebido amdre gonçalluez do tesoureiro os iiij reaes/ deste quartell/  
amdre/  
gonçalluez  
pero Rodrjgues/

item fernam caldeira homem da camara a/ uera de todo o quartell a rrezam/ de doze mjll  
reaes que tem por/ ano<sup>25</sup> - iij/

Recebido fernam caldeira do tesoureiro/ os iij reaes deste quartell/  
fernand/  
caldeira  
biiij<sup>o</sup> bij c//

item pero de monte negro moço da ca/ mara auera de todo o quartell a rre/ zam de iiij bj  
reaes por mes/ de moradja e tres contas/ de çeuada por dia - ij xxbiiij<sup>o</sup>/

Recebido pero de momte negro do tesoureiro / os ij xx biiij reaes deste quartell/

---

<sup>25</sup> Na margem esquerda tem riscado " b c xx reaes a Rodrigo/ homem da despesa/ fyca comigo levar/ e deue ha  
hua / lauandeyra/ dos bij reaes/".

pero de monte  
negro/

pero Rodrjguez/

item fernam garçia Reposteiro auera de/ todo o quartell a rrezam de bj c bj reaes/ que tem  
por mes - j biij c xbiij°/

Recebido fernam garçia do tesoureiro/ os j biij c xbiij reaes deste quartell/  
fernarn/  
garçia

pero Rodrjguez/

item amtonyo Rodrjguez çapateiro auera de/ treze pares de çapatos que/ este quartell deu  
pera sua J/ famte a L reaes o par - bj c L/

Recebido amtonio Rodrjguez do tesoureiro os/ bj c L reaes de calçado deste quartell/  
amtonio Rodrjguez  
iiij iiij c LR bj//

pero Rodrjguez/

Eu a Rainha mando a uos diogo çalema meu thesoureiro que/ dos djnheiros que el Rey meu  
senhor uos manda/ dar pera a despesa da Jfamte dona maria/ mjnha muyto amada e prezada  
Jrmãa/ des e pages aos moradores de sua casa/ conteudos neste rroll quaremte e dous mjll/  
trezemtos nouemta e seys reaes que montam/ no terceiro quartell do ano presemte que  
seruy/ rão e uençerão de suas moradjas e orde/ nados que da dyta Jfamte tem pagados/ cada  
huu segundo leua em seu j tem per/ este com o rroll j seus asynados ao pee/ de suas adyções  
feytos pello escriuam/ de uoso cargo mando a meus comtadores que/ uo llos leuem em conta  
amtonjo trygey/ ro o fez em lysboa a xj de nouembro de/ 529 Raynha/

aluario de sousa/

pera djogo çalema thesoureiro pagar Rij iij c LR bj reaes que montam/ no terceiro quartell do  
ano presemte aos moradores da Jfamte/ dona maria o leuaes e a de pagar do djn heiro que el  
Rey lhe manda dar/ pera sua despessa, //

item somar este Roll 42796 j esta deu 400/

item montara ambos ho Ros 85824/

30 deles/

Vallo que se pago Neste Rol j do 3º quartell/ de lxxx reaes - Rij bij c LRbj reaes/  
mais iiijº do que diz he quando deu  
da Jfamte dona maria, //

**Documento nº 45:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 161 Doc. 64

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no quarto quartel do ano de 1529 (13 de  
Fevereiro) em Lisboa]

Roll do *quarto quartell* do ano de/ j b c xxix dos moradores da/ Jfamte dona maria pello  
quall djogo/ çalema thesoureiro da Rainha nosa Senhora/ a de pagar aos conteudos/ nelles/

molheres/

item dona Joana de bras fe camareira mor/ auera de todo o quartell a rrezão de/ trynta mjll  
reaes que tem por ano/ de moradja e trynta mjll/ mays de sua rrasão - xb/

Recebido dona Joana de bras do thesoureiro os xb reaes deste/ quartell/

dona juana                      pero Rodriguez/

de blas felt/

item dona maria de guzmão dama/ auera de todo o quartell a rrezam/ de doz mjll reaes que  
tem por/ ano - ij b c/

Recebido dona maria de guzmão do thesoureiro os ij b c/ rreaes deste quartell/

dona juana                      pero Rodriguez/

de blas felt/

item maria de lomana dama auera de todo/ o quartell a rezam de dez mjll reaes/ que tem por  
ano - ij b c//

Recebido maria de lomana do thesoureiro os ij b c/ reaes deste quartell/

marya de loma                      pero Rodriguez/

na/

moças da *camara*/

item mecia de sousa auera de todo o/ quartell a rezão de seis mjll/ *reaes que tem por ano* - ij  
b c/

Recebido mecia de sousa do tesoureiro os ij b c/ reaes deste quartell/

mecya    pero Rodriguez/

de sousa/

item antonya perez auera de todo o quar/ tell ao dicto Respeito - j b c/

Recebido amtonya perez do tesoureiro os j b c/ rreaes deste quartell/

antonya                      pero Rodriguez/

perez/

xxxix

item lomana auera de todo o quartell/ ao dicto Respeito - j b c /

Recebido lomana do tesoureiro os j b c/ reaes deste controle/



item fernam garcia Reposteiro de camas auera/ de todo o quartell a rezão de/ b c bj *reaes*  
que tem por mes - biiij c xbiij<sup>o</sup>/



molheres/

item dona Joana de bras camareira mor/ auera do thesoureiro de todo o quall a rrezam/ de  
sesenta mjl reaes que por/ ano .ss. xxx de moradjas/ hy xxx de rração/ - xbj/

Recebeo dona Joana de blas fet do thesoureiro/ v<sup>26</sup> xbj reaes deste quartell/

dona Juana ffrancisco d /

de blas fet araujo/

item dona maria de guzmão dama avera/ de todo o quartell a rrezão de dez/ mjll reaes que  
tem por ano - ij b c/

Recebeo dona maria de guzmão do thesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/ per sua may  
blas fet/

dona maria/

de gusman/ ffrancisco d araujo/

os xbij b c reaes//

item maria de lomana donzela auera de todo/ o quartell a rrezão de dez mjll rreaes/ que tem  
por ano - ij b c reaes/

Recebeo maria de lomana do thesoureiro os/ ij b c reaes deste quartell/

marya ffrancisco/

de lomana d araujo/

moças da camara/

item meçia de sousa moça da camara a/uera de todo o quartell a rrezão de/ seys mjll rreaes  
que tem por ano - j bc/

Recebeo meçia de sousa do thesoureiro esto j b c reaes deste quartel/

meçya francisco d araujo/

de sosa/

item antonya perez auera de todo o quartell/ ao dicto Respeito - j b c/

Recebeo antonya perez do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/

antonya ffrancisco/

perez d araujo/

os j b c//

item a lomana auera de todo o quartell ao/ dicto Registo/ - j b c/

---

<sup>26</sup> Letras riscadas “vay”.

Recebeo a lomana do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/  
ana de            ffrancisco d/  
lomana            araujo/

item maria de guzmão auera de todo o/ quartell a rrezão de dez mjll reaes que/ tem por ano -  
ij b c/

Recebeo maria de guzmão do thesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/  
marya            ffrancisco d araujo/  
de gusman/

item lyanor d ordones moradias da/ Roupa auera de todo o quartell a rezão/ de quatro mjll  
reaes que tem por ano de/ moradja e quynhentos reaes por/ mes e de sua razão a quall he/ a  
dijnheiro - ij bc/

Recebeo lyanor d ordonhez do thesoureiro/ os ij bc reaes deste quartell/  
lyanor            ffrancisco/  
Hordonhez      d araujo/  
os bj bc//

item luzia fernandez lauamdeira auera de todo/ o quartell a rrezão de seysentos/ reaes que  
tem por mes - j biij c/

Recebeo luzia ferrnandez do thesoureiro os/ j biij c reaes deste quartell/  
luzya            ffrancisco d araujo/  
fferrnandez/

homens/

item andre gonçaluez Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a rrezão de/ dezanoue  
mjll reaes que tem por ano - j iiij °/

Recebeo andre gonçalluez do thesoureiro os/ j iiij reaes deste quartell/  
andre            francisco d araujo/  
gonçalluez/

item fernam caldeira homem da camara auera/ de todo o quartell a rezão de doze/ mjll reaes  
que tem por ano - iiij

Recebeo fernão caldeyra do tesoureiro os iiij reaes deste quartell/  
fernam            ffrancisco d araujo/  
caldeira/  
os biij biij c//



mulheres/

item dona Joana de blas fet camareira mor/ auera de todo o quartell a rezam de/ sesenta mjll  
reaes que tem por ano .ss./ xxx de moradja he xxx de Ra/ são que he a djnheiro - xb/

Recebeo dona joana de blas fet camareira mor/ da Infante do thesoureiro os xb reaes/ deste  
quartell/

dona Juana                      ffrancisco d araujo/  
de blas fet/

item dona maria de guzmão da casa auera de/ todo o quartell a rrezão de dez mjll/ rreaes  
que tem por ano - ij b c/

Recebeo dona maria de guzmão do thesoureiro/ os ij b c reaes deste quartel so/ mente  
dinheiro pela sua may dona/ joana de blas fet/

dona juana                      ffrancisco  
de blas fet                      d araujo  
os xbij b c//

item maria de lomana donzela da camara auera/ de todo o quartell a rrezão de dez/ mjll  
reaes que tem por ano - ij b c/<sup>27</sup>

Recebeo maria de lomana do thesoureiro os/ ij b c rreaes deste quartell/  
maria de lomana donzela uosa                      ffrancisco d araujo/

moças da camara

item mecia de sousa auera de todo o/ quartell a rrezom de seys mjll reaes/ que tem por ano -  
j b c/<sup>28</sup>

Recebeo meçya de sousa do thesoureiro os/ j b c rreaes deste quartell/

Mencya de                      ffrancisco d arau/  
sosa                              jo/

item antonya perez auera de todo o quar/ tell ao dicto Respeito - j b c/<sup>29</sup>

Recebeo Antonya perez do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/

antonya                      ffrancisco/  
perez                          d araujo/

item lomana auera de todo o quartell ao/ dicto Respeito - j b c/<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>28</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>29</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>30</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

Recebeo ana de lomana do thesoureiro/ os mjl e quynhentos reaes deste/ quartell/

Ana de loma                      ffrancisco/

na                                  d araujo/

os bij//

item maria guzmão auera de todo quartell/ a rrazam de dez mjll reaes que tem/ por ano - ij  
bc/<sup>31</sup>

Recebeo maria de guzmão do thesoureiro os/ ij b c rreaes deste quartell/

marya de                      ffrancisco/

gusman                        d araujo/

item lianor d ordonha auera de todo o quartell/ a rrazão de quatro mjll reaes que tem/ por  
ano de moça de guarda Rou/pa e quynhentos reaes por mes de/ sua Rasão a quall ha a  
dijnheiro - ij b c/<sup>32</sup>

Recebeo lianor d ordonez do thesoureiro/ os ij b c reaes deste quartell/

Leonor d                      francisco d araujo/

ordonez/

item luzia fernandez lauandeira auera de todo/ o quartell a rrezão de seyssentos/ reaes que  
tem por mes - j biij c/

Recebeo lozya ferrnandez do thesoureiro os/ j biij c reaes deste quartell/

luzya fer                      francisco d araujo/

nandez

os bj biij c//

homens/

item andre gonçaluez Raposteiro de camas/ auera de todo o quartell a rrezam/ de dezanoue  
mjll reaes que tem/ por ano/ - iiij°/

Recebeo andre gonçaluez do thesoureiro os iiij reaes/ deste quartell/

andre/

gonçalluez                      ffrancisco d araujo/

item fernam caldeira homem da camara a/ uera de todo o quartell a rrezão de doze/ mjll  
reaes que tem por ano - iiij/

Recebeo fernam caldeyra do thesoureiro/ os iiij rreaes deste quartell/

fernam                      ffrancisco d araujo/

caldeira/

---

<sup>31</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>32</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

item pero de monte negro auera de todo/ o quartell a rrezão de iiij<sup>o</sup> bj *reaes que tem/* por  
mes de moradja e tres contas/ de uida *per dar em uida* - ij Rbj/  
Recebeo pero de montenegro do thesoureiro/ os ij Rbj *reaes* deste quartell/  
pero monte                      ffrancisco d araujo/  
negro/  
os ix Rbj//

item fernam garçia Reposteiro auera de/ todo o quartell a rrezão de bj c *reaes que tem/* por  
mes he bj - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
Recebeo fernão garçya do thesoureiro/ os j biiij c xbiij<sup>o</sup> *reaes* deste quartell/  
fernão                      ffrancisco d araujo/  
garçja/

item antonyo Rodriguez raposteiro auera de/ treze pares de çapatos *que este/* quartell deu  
pera a *senhora Jfamte/* a cymquoenta *reaes* o par - bj c L/  
Recebeo antonyo Rodriguez do thesoureiro os/ bj c L *reaes* deste rol seguido da/ dicta  
Jmfante do thesoureiro se ora/ leua/  
antonyo Rodriguez                      ffrancisco d araujo/  
os ii    iiij c lx bj<sup>o</sup>//

Eu a Rainha mando a uos diogo çalema meu thesoureiro/ que dos *dinheiros* que el Rej meu  
*Senhor* uos manda/ dar pera a despesa da Jfamte dona marya/ minha muyto amada e prezada  
Jrmãa/ des e pages aos moradores de sua casa/ conteudos neste Roll quarenta e duas/ mjl  
oytocentos quatorze *reaes que montam/* no terceiro controle do ano presente que/ *seruirão* e  
uencerão de suas moradjas he/ som devidos da dicta Jfamte *tem paga/* dos a cada dja seguido  
ho ua *em seruysam/* e *per* este controle e seus asynados ao/ pee de suas adicções  
feytos pello escryuam/ de uoso cargo mando a uossos contadores/ que ua llos leuaar em  
conta  
amtonyo/ fagumtes o fez em lysboa a xbij d outu/bro de j b c xxx anos/  
Raynha/  
aluaro de sousa/  
pera diogo çalema thesoureiro pagar Rij biiij c xiiij *reaes que/* montam no terceiro quartell  
do ano presente aos/ moradores da Jfamte dona marya dos *djnheiros* que/ Recebeo pera  
despesa da dicta Jfamte//

**Documento nº 48:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 196, doc. 107<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Este documento é composto por três originais diferentes: o primeiro começa a meio da lista, sem data ou qualquer outro tipo de indicação; o segundo, que começa com D. Leonor de Ordonhes, tem no resumo do documento: “A 13 de Julho de 1531/ Folha das Criadas e Criados da Infam/te D. Maria”; e por fim, o terceiro,

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no quarto quartel do ano de 1530]

Roll do quarto quartell/ do ano de b c xxx dos morado/res da casa da Jfamte/ dona maria,/

pago item dona Joana de bras fe camareira moor/ auera de todo o quartel a rrezão de sesenta/ mill *reaes* que tem por anno - xb/

Recebeo dona Joana de bras fe do tesoureiro/ os xb *rreaes* deste quartel/

ffrancisco d araujo dona juana/  
de blasffelt/

pago item dona maria de guzmão dama auera/ de todo o quartel a rrezão de dez mill/ *rreaes* por ano - ij b c/

Recebeo dona marya de guzmão per/ dona joana de bras fe sua may/ os ij b c deste quartel/

ffrancisco d araujo dona marya/  
de gusman/

pago item maria de lomana dona da camara auera/ de todo o quartel a rrezam de dez mill *reaes*/ que tem por ano - ij b c/

Recebeo marya de lomana do tesoureiro/ os ij b c *rreaes* deste quartel/

ffrancisco d araujo marya de lomana/  
os xx//

**Documento nº 49:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 168, doc. 33, fº 33-35 vº

[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no primeiro quartel do ano de 1531 (30 de Abril)]

Roll do primeiro quartell do ano presente/ de mjll b c xxxj dos moradores da/ casa da Jfamte dona maria pello qual/ diogo çalema thesoureiro da Rainha nosa senhora/ a de pagar aos conteudos nele/

item dona Joana de blas fet auera de/ todo o quartell a rrezão de sesenta mjll/ *reaes* que tem por ano .ss. xxx de/ moradja e trinta em ceuada da rra/ção -xb/<sup>34</sup>

Recebeo dona Joana de blas fet do thesoureiro/ os xb *reaes* deste quartell/ o quall Recebeo dona joana de bras foj/ sua may por ella/  
dona joana/

---

que começa “pago/ auera 1988” e que tem no cabeçalho: “Roll do quarto quartel/ do ano de b c xxx dos morado/res da casa da Jfamte/ dona maria/”

<sup>34</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

de blas fet/  
frrancisco d araujo/

item dona maria de guzmão domzela auera/ de todo o quartell a rrezão de dez/ mjll reaes  
que tem por ano - ij b c /

Recebeo dona maria de guzmão do thesoureiro/ os ij reaes deste quartel os quais/ Recebeo  
per sua may blas fet/

dona maria                      frrancisco/

gusman                         d araujo/

os xbij b c //

item maria de lomana donzela auera de todo/ o quartell a rrazão de dez mjll reaes que tem/  
por ano - ij b c/<sup>35</sup>

Recebeo maria de lomana do thesoureiro os/ ij b c reaes deste quartel/

ana de lomana                frrancisco/

d araujo/

#### moças da camara

item meçia de sousa auera de todo o quartell/ a rezão de seis mjll reaes que tem/ por ano -j b  
c/<sup>36</sup>

Recebeo meçya de sousa do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartel/

mecya                         frrancisco d araujo/

de sosa/

item antonya perez auera de todo o quar/tell ao dicto Respeito - j b c/<sup>37</sup>

Recebeo antonya perez do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartell/

antonya                        frrancisco d araujo/

perez/

os b b c//

item lomanyca auera de todo o quartell ao/ dicto Registamento - j b c/<sup>38</sup>

Recebeo lomanyca do thesoureiro os/ j b c reaes deste quartel/

marya de                        frrancisco d araujo/

Lomana/

---

<sup>35</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>36</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>37</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>38</sup> Na margem esquerda diz “pago”.



item *maria* de guzmão auera de todo o quartell/ a rrezão de dez mjll *reaes que tem por/* ano  
- ij b c/<sup>39</sup>

Recebeo *maria* de guzmão do *thesoureiro* os/ ij b c *reaes* deste quartel/

*marya* de guz                      *frrancisco*/

*man*                                  *d araujo*/

item *lyanor* d ordonha nomeada *guar/da Roup*a auera de todo o quartell/ a rrezão de quatro  
mjll *reaes que/* tem por ano e quynhentos por mes/ de sua *Rasão que* ha a *djnheiro* - ij b c /<sup>40</sup>

Recebeo *lyanor* de ordonha do *thesoureiro* os ij b c *reaes* deste quartell/

*leonor*                              *francisco d araujo*/

*ordones*/

os bj b c//

item *luzya fernandez* lauandeira auera de todo/ o quartell a razão de seyscentos *reaes/* que  
tem por mes - j biiij c /

Recebeo *luzya fernandez* do *thesoureiro* os/ j biiij c *reaes* deste quartell a *Rogo/* da qual  
asynou por esta *Ruy Lourenço* criado do *thesoureiro/ pello* escriuam saber neste por  
*francisco d araujo/* perante mym contador/

*Ruy lourenço*/

homens/

item *andre gonçalues* Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a rrezão de/ dezaseys  
mjll *reaes que tem por ano* - iiij/

Recebeo *andre gonçalluez* do *thesoureiro* os/ iiij *reaes* deste quartel/

*andre*                              *frrancisco*/

*gonçaluez*                      *d araujo*/

item *fernã* caldeira auera de todo o quartell/ a rrezão de doze mjll *reaes que tem/* por ano  
da nosa camara - iiij

Recebeo *fernão caldeira* do *thesoureiro/* os iiij *reaes* deste quartel/

*fernã*                              *frrancisco d araujo*/

*caldeira*/

os biiij biiij c //

item *pero* de monte negro moço da camara auera/ de todo o quartell a razão de iiij c bj/  
*reaes que tem por nos* de moradya e/ tres contas de çeuada *pera* dar com çeuada - ij xxxiiij°/

Recebeo *pero* de monte negro do *thesoureiro /* os ij xxx iiij° *reaes* deste quartel/

---

<sup>39</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>40</sup> Na margem esquerda diz “pago”.



[Rol das moradias da casa da Infanta D. Maria no terceiro quartel do ano de 1531 (31 de Julho)]

item lianor d ordona moça da guarda Roupa/ auera de todo o quartell a rrezam de quatro/  
mill *reaes* por anno e quinhentos *reaes* por mees de/ mamtymento - ij b c/<sup>42</sup>

Recebeo lianor d ordona do tesoureiro/ os ij b c *reaes* deste quartell/

francisco d araujo

lyanor/

ordonhes/

item luzia fernandez lauandeira auera/ de todo o quartell a rrezão de seiscentos/ *reaes* por  
mees - j b iij c /<sup>43</sup>

Recebeo luzia fernandez lauandeira/ do thesoureiro os j b iij c *reaes* des/ te quartell/

francisco d araujo

luzia/

fernandez/

homeens

item Andre gonçaluez Reposteiro de camas/ auera de todo o quartell a Rezam dos/ dezaseis  
mill *reaes* por ano - iij c /<sup>44</sup>

Recebeo andre gonçalluez do tesoureiro os/ iij *reaes* deste quartel/

francisco d araujo

andre/

gonçalluez/

os b iij iij c //

moças da camara

item mecia de sousa auera de todo ho quartel/ a Rezam de seis mill *reaes* por ano - j b c/<sup>45</sup>

Recebeo meçya de sousa do tesoureiro/ os j b c *reaes* deste quartel/

francisco d araujo

mencya de/

sousa/

item antonia perez auera de todo o quartel/ ao dicto Respeito - j b c/<sup>46</sup>

Recebeo antonya perez do tesoureiro/ os j b c *reaes* deste quartel/

francisco d araujo

antonya/

perez/

---

<sup>42</sup> Na margem esquerda diz “*pago*”.

<sup>43</sup> Na margem esquerda diz “*pago*”.

<sup>44</sup> Na margem esquerda diz “*pago*”.

<sup>45</sup> Na margem esquerda diz “*pago*”.

<sup>46</sup> Na margem esquerda diz “*pago*”.

item lomanica auera de todo o quartell/ ao dicto Respeito - j b c/<sup>47</sup>

Recebeo lomanica do tesoureiro/ os j b c rreaes deste quartel/

francisco d araujo

Lomanyca/

item maria de guzmão auera de todo o quartell/ a Rezão de dez mill reaes por ano - ij b c/<sup>48</sup>

Recebeo maria de guzmão do tesoureiro os/ ij b c rreaes deste quartell/

francisco d araujo

marya/

de gusman/

os bij//

**Documento nº 51:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 196, doc 151

[Verba das moradias da casa da Infanta D. Maria do quarto quartel do ano de 1534 (21 de Dezembro)]

Senhor thesoureiro/ Jffamte dona maria - j b c iijº - 219 do 1º Liuro/ do quarto quartell 534/ da casa da Jmdia monta no Roll do quarto/ quartel do ano presente de mill b c xxxiiij dos/ moradores da casa da nosa Jfante dona marya/ Cynqoenta h~u mill e trezentos reaes notefico Vo llo/ asy

oje xxj de dezembro da dita era/

alvaro de sousa/

He uerdade que el thesoureiro diogo çalema Recebedor del/ thesouro de la casa de la yndya comcjnta enuiar/ myll e trezentos reaes que he monta em el quarto/ quartel deste presente anno de d xxxiiijº de los/ moradores de la casa de la ynfante dona/ marya los qualos ditos comcynta enuiar myll/ e trezentos Reaes façam carga dos que/ Reçeba sobre el dicto thesoureiro çalema por mym/ Luis d asunçon aos iijº de primeira e de h~u/ cargo e por ser ahy

asyno este e que enuio/ a los xxj de dezembro de d xxxiiijº/

dyogo çallema

Luis de/

Asunçon/

**Documento nº 52:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 199, doc 108

[Pagamento a Antónia Pires, moça da câmara da Infanta D. Maria, da tença de seu casamento no ano de 1535 (17 de Abril)]

Mandado por que El Rey manda pagar a Antonia Pirez que foi Moça da Camara da Infante D. Maria sua Jrmã de seos corriegi/ mentos de esponsorioz/

<sup>47</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

<sup>48</sup> Na margem esquerda diz “pago”.

dom João *per* graça de deos Rey de portugaal e dos/ algarues d *aquem* e d *allem* mar em  
affrjca *senhor* de/ *guine* mando a uos manuel uelho *thsoureiro* do meu/ *tysouro* *que* des A  
amtonya perez *que* foy moça/ da camara da Jfamte dona *maria* minha *muito* amada/ e  
*prezada* Jrmã *quymze* mill *reaes* *que* lhe *mandam*/ *auer* de seus coregimentos d esponsoryoz  
a *qual* casou/ *com* domjngues de paiua e uos fazey lhe/ *delles* ho pagamento e *per* este  
conhecimento uos/ *daram*

pasei Rodrigo lobo/

domingos de payua                      Manoel aluez/

**Documento nº 53:** ANTT — *Núcleo Antigo*, nº 143 C, fº 86-93

Lyuro das moradias da casa da Jfamte dona maria/ Jrmã del Rej noso Senhor deste ano de  
b c Riiij N/ o qual estão assentados todos os Moradores/ de sua casa em almejrjm/

item dona joana de bras Camareira moor com sesenta mil *reaes*/ por ano .ss. xxx ix de Reção  
que leuua disso E os xxx/ *reaes* de moradia - Lx/

do pymeiro que he - xb/

do segundo - xb/

do terceiro - xb/

do quarto - xb/

118

todo pago a *djnheiro*/ asy como ualor polo symo, E *xxb reaes* por dia *pera* huã *ração*,/ tudo  
pago Aos quartos - *xxbij*/  
do *prymeiro* que he - *xj bij c lxxb*/  
do *segundo* - *xj bij c lxxb*/  
do *terceiro* - *xj bij c lxxb*/  
do *quoarto* - *xj bij c lxxb*//

item Cataryna de *mayorqua donzela* da *camara* ouue dez mill *reaes* por ano/ e meo *alqueire*  
de *ceuada* por dia paga ao *thesoureiro* e *Reção*, *pera*/ huu *moço*, tudo pago aos quartos \_ *x*/  
do *prymeiro* que he - *bj c*/  
do *segundo* - *bj c*/  
do *terceiro* - *bj c*/  
do *quoarto* - *bj c*/

item Ana de *lomana moça* da *Camara auera* dez mill *reaes* por ano/ - *x*/  
do *prymeiro* - *ij b c*/  
do *segundo* - *ij b c*/  
do *terceiro* - *ij b c*/  
do *quoarto* - *ij b c*/

item *briatiz d oliueira Moça* da *camara com* dez mill *reaes* por ano \_ *x*/  
do *primeiro* - *ij b c*/  
do *segundo* - *ij b c*/  
do *terceiro* - *ij b c*/  
do *quoarto* - *ij b c*//

item Isabel *Momteiro Moça* da *camara da camara* [sic] *com* dez/ mill *reaes* por ano \_ *x*/  
do *prymeiro* - *ij b c*/  
do *segunddo* - *ij b c*/  
do *terceiro* - *ij b c*/  
do *quoarto* - *ij b c*/

item *catarina* da *pomte irmã* de *Joanes tamJedor e Moça*/ da *camara com* dez mill *reaes* por  
ano - *x*/  
do *prymeiro* - *ij b c*/  
do *segundo* - *ij b c*/  
do *terceiro* - *ij b c*/  
do *quoarto* - *ij b c*/

El Rey noso *senhor*/ *por bem que* aja sua *moradia*/ posto *que* não *syrua*/

item Jnes Rodriguez d escobar filha de ffrancisco d escouar Moça da Camara/ com seis mill  
reaes por Anno - bj/

do pymeiro - j b c/ per merçe/

do segundo - j b c/ per merçe/

do terceiro per merce - j b c/

do quoarto - j b c/ per merçee//

item paulla uicente filha de gill uicente Moça da camara e camareira que obra a seis mill  
reaes por ano - bj/

do pymeiro - j b c/

do segundo - j b c/

do terceiro - j b c/

do quoarto - j b c/

item Joana da costa Moça da Camara a seis mill reaes por ano - bj/

do pymeiro - j b c/

do segundo - j b c/

do terceiro - j b c/

do quoarto - j b c//

item Ana do souerall moça da<sup>49</sup> guarda Roupa/ a quatro mill reaes por ano - iiij/

do pymeiro - j/

do segundo - j/

do terceiro - j/

do quoarto - j/

item Iyanor caldeira molher de bento Rodriguez alfayate com/ trezemtos e setenta e cinco  
reaes por mes E cento e dezasete/ Reaes pera uestuaria pago tudo Instamtaneamente \_ iiij c  
LR bij/

do pymeiro - j iiij c lxxx biiij°/

do segundo - j iiij c lxxx biiij°/

do terceiro - j iiij c lxxx biiij°/

do quoarto - j iiij c lxxx biiij°//

item margarida lopez lauandeira com seiscentos reaes/ por mes .ss. iiij c L reaes pera ela E  
os ij c L reaes pera huã/ moça - bj c/

d aqui margarida llopez/

---

<sup>49</sup> Riscada a palavra “Camara”.

do primeiro - j b iij c/  
do segundo - j b iij c/  
do terceiro - j b iij c/  
do quarto - j b iij c/

item Meçeia Rodriguez camareira *que* serue diso ha el Rey noso *senhor/* por bem *que* aja quatrocentos *reaes* por mes E mill e qua/troçemtos e nouenta *reaes* por ano de uestuaria - iij c/

do pymeiro - j b c lx/  
do segundo - j b c lx/  
do terceiro - j b c lx/  
do quarto - j b c lx//

#### homeens/

item Andre gonçaluez Reposteiro de camas E ouue dezaseis mill *reaes/* por ano - xbj/  
do primeiro - iij/  
do segundo - iij/  
do terceiro - iij/  
do quarto - iij/

item duarte ferrnandez *que* foy da duquesa de saboya auera uinte mill/ *Reaes* por ano de Reposteiro de camas- xx/

do primeiro - b/  
do segundo - b/  
do terceiro - b/  
do quarto - b//

#### Moços da Camara/

item pero d estrado moço da camara com quatrocentos/ contos por mes de moradia e tres quartos de ceuada/ por dia - iij c bj 3/4/

E Nele mais *pera* huu Moço da Camara *per* *serujr* de *monteiro/* seis mill *reaes* por ano - bj/

do pymeiro em ceuada e rraçom - iij b c xxix/  
do segundo com tudo - iij b c Rbij/  
do terceiro - iij b c Rbij/  
do quarto - iij b c Rbij/

item amdre fonseca moço da camara a conta destes seis/ *reaes* por mes e tres contas de ceuada por dia - iij c bj 3/4/



do pymeiro em ceuada - ij xxbij<sup>o</sup>/  
do segundo em ceuada - ij R bj/  
do terceiro em ceuada - ijR bij/  
do quarto em ceuada - ij R bij/

item belchior moniz sobrinho de domingos de paiua em os/ dictos - iiij c bj 3/4/  
do pymeiro em ceuada - ij R c bij<sup>o</sup>/  
do segundo em ceuada - ij Rbj/  
do terceiro - ij Rbj/  
do quarto - ij Rbij//

#### homenz da Camara/

Serue de maneira/

item fernão caldeira auera onze mill *reaes* por ano - xij/

não serue/

item aleixo<sup>50</sup> da fONSEQUA que foy de ffrancisco/ de guzmão auera *doze mill reaes* por ano \_  
xij/

item Joam de tores homem da camara ouue *doze mill reaes* por ano - xij/

do pymeiro - iij/  
do segundo - iij/  
do terceiro - iij/  
do quarto - iij//

item pero de Sam martym que foy de ffrancisco de guzmão/ homem da camara a *doze mill reaes* por ano - xij/

do pymeiro - iij/  
do segundo - iij/  
do terceiro - iij/  
do quarto - iij//

#### porteiros da camara/

item Manoel coelho com quinhentos *reaes* por mes e mill e sete/ centos e uynte oito *reaes* por ano de uestuaria E tres/ quartos de ceuada por dia quando teuer caualllo pagar/ os xx *reaes* e alqueires - b c 3/4/

---

<sup>50</sup> Riscada a frase "gonçaluez auera dez".

do primeiro com ceuada - iii ii c LRj/  
do segundo com ceuada - iij iij c xxj/  
do terceiro - iij iij c xxj/  
do quarto - iij ij c LRbij/

item diogo fernandez que foy da d esta *senhora* porteiro/ da camara com os dictos b c *reaes* por mes e j bij c xxbij<sup>o</sup>/ *reaes* por anno de uestuarja E 3/4 de ceuada por dia/ paga a xx *reaes* e *alqueires* - b c 3/4/  
do primeiro - iij ij c LRj/  
do segundo - iij ij c LRj/  
do terceiro - iij ij c LRbij/  
do quarto - iij ij c LRbij//

#### Reposteiros d estrados/

item pero de paiua *que* foy de dona Joana de blas fet/ com quatrocentos e seis *reaes* por mes hy de mantimento - bj c bj/  
do pymeiro - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
do segundo - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
do terceiro - j biiij c xbiij/  
do quarto - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/

item Joam Uiçente reposteiro *que* foy do coudel com os dictos/ - bj c bj/  
do pymeiro - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
do segundo - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
do terceiro - j biiij c xbiij<sup>o</sup>/  
do quarto - j biiij c xbiij<sup>o</sup>//

item gabriel llopez ouue noso do ano com quatro contos de reis por/ ano e tres quartos de çeuada por dia paga segundo ordenança/ - iijij c 3/4/  
do primeiro - ij xxbij<sup>o</sup>/  
do segunddo em ceuada - ij Rbj<sup>51</sup>/  
do terceiro em ceuada - ij xix/  
do quarto em ceuada - ij xix/

item Antonio Rodriguez çapateiro com quatrocentos *reaes* por mes e tres/ quartos de çeuada por dia, paga segundo ordenança - iijij c 3/4/  
do primeiro com ceuada e çapatos - iij iij<sup>o</sup> x/

---

<sup>51</sup> Riscado “a quantia de ij xxbij”.

do segundo com ceuada e çapatos - iij iij c xxbiij°/  
do terceiro com ceuada - iij iij c xxbiij°/  
do quarto com ceuada - iij iij c xxbiij°/

item bemto Rodriguez alfayate com quatrocentos cinco/ enta reaes por mes e tres quartos  
de ceuada por dia - iij c L 1/4/  
do primeiro com ceuada - ij c Lx/  
do segundo com ceuada - ij c lxxbiij°/  
do terceiro com ceuada - ij c lxxbiij°/  
do quarto com ceuada - ij c Lxxbiij//

item pero silua escriuam da Jfante por ano pera huu/ uestido dous mill reaes - ij/  
pagos No derradeiro quartell do ano/  
ouue os no dicto derradeiro quoartel deste ano//

Valeo o Roll do primeiro quartel - lRiij b c xxiiij/  
Valeo o Roll do segundo quoartel - lRiij bij c Lbj/  
Valeo o Roll do 3º quoartel - lRij ix c Lxxiiij/  
Valeo o Rol do quarto quartel - lRb ij c//

**Documento nº 54:** BNL — Cod. 10 641, fº 594-594vº [cópia da *Chancelaria de D. João III*, Lº 59, fº 6]

[Carta de mercê de D. João III a Luis de Gusmão, filho de Francisco de Gusmão e Joana de Blasfet criados da Infanta, de 50 000 réis anuais; feita a 30 de Maio de 1554]

Eu el Rey faço saber a vos aluaro periz d andrade meu tisoireiro moor ou a quem aos diante o dito carguo seruir que avendo eu Respeito aos seruiços que francisco de guzmão moordomo moor da casa da Infante dona Maria minha mujto amada e prezada jrmam. E dona johana de brasfee sua molher fazem a dita ifante E por folguar de lhes fazer merçe ey por bem e me praz de fazer merçe a luis de guzmão seu filho que elle tenha e aja de mym de tença cinquenta mil reis em cada h~u anno enquanto o nam prouer nas ordens de cousa que os valha. Os quaes cinquenta mil começara a vencer do primeiro dia de janeiro do anno que vem de mil quinhentos cinquenta e cinco em diante E por tanto vos mando que do dito tempo em diante deis e pagueis ao dito luis de guzmão os ditos cinquenta mil reis cad anno com certidão d andre soarez fidalguo de minha casa e escriuam de minha fazenda de como não he prouido nas ditas ordens de cousa que valha os ditos cinquenta mil reis cad anno como dito he [...] fernam calema o fez em lisxboa a trinta de mayo de mil quinhentos cinquenta e quatro Andre soarez o fes escrever.

**Documento nº 55:** BNL — Mss. 218, doc. 137, ffº 55-55vº

[Carta da Infanta a Lourenço Pires de Távora pedindo-lhe que providencie o regresso de Vasco da Silveira filho, da sua camareira Brites de Sousa, 14 de Abril de 1564

Lourenço Pires de tauora O Senhor Cardeal por lho eu pedir uos escreue que fasais logo uir Vasco da Silueira filho de Dona Britis de sousa minha camareira que se daqui foy na uossa armada sem minha lisemça nem de sua mãi porque não cita ella en tempo pera o poder la prouer como he necessario e por outras resões que ella uos escreue pollas coais eu folgarei ca que elle uiese logo e uos rrogo muito que estando aimda la a armada o façais uir nella ou per terra por onde uos pareser que uirá melhor o mais seguramente no que eu receberei contemtamento. escrita em Lisboa a quatorse de abril de mil e quinhentos sesenta e quatro.

A Iffante dona maria

**Documento nº 56:** BA — Cod. 49-XII-24

[Moradias da Infanta D. Maria que constam do caderno de moradias de D. Sebastião em 1570]

Livro das Moradias dos Moradores/da Casa d'El Rey Nosso *Senhor* do/anno de 1570

Capelaos

O *Licenciado gaspar* da costa foi da Jffante dona maria/

primeiro todo 6000/

segundo todo/

terceiro todo 3567 ficção 2433/

quarto todo/

j *alqueires*/ demasiA 2433/ *que* leuou demais no/ 2º em *que* haja/ day de xbij de *maneira*/ o diante/

<sup>52</sup>*goncalo* diaz foi da Jffante dona maria/

onze meses derradeiros do ano *passado* *que* se começa no 2º 7405/

terceiro todo com/

quarto todo com 4056/

---

<sup>52</sup> Na margem direita: "iiijc 3/4"

## Mocos da capela

Belltezar yorge foy da yffante dona maria/ o 4º *quartel* do ano *passado* no 2º deste 1218/  
oito meses derradeiros deste ano no 4º *quartel* deste 3248/

<sup>53</sup>francisco pyrez foy da Jffante dona maria/ primeiro *segundo* todos E asy o quarto *quartel*/  
do anno pasado de 569 - 3654/  
*terceiro* todo/  
*quarto* todo 2436/

grigorio fernandez foi da Jffante dona maria/ primeiro *todo* 1218/  
*segundo* *todo* 1218/  
*terceiro* *todo*/  
*quarto* *todo* 2436/

<sup>54</sup>João Rodriguez foi da Jffante dona maria/ primeiro *segundo* todos E asy o quarto *quartel*/  
do anno pazado de 569-3654/ ouue seis meses derredeiros deste ano/ *de* 570/

## CauaLeiros

<sup>55</sup>Amtonio coelho foy da Jfante dona maria/ o ano *todo* deste ano como/ *servira* no *de* 574/

<sup>56</sup>Suciro da estrada foi da Jffante dona maria/ o primeiro *segundo* todos são *e* asi o 3º *e*  
outro que são/ *e* *nouembro* *dezembro* deste ano *e* *Janeiro* *feuereiro* *marco* *e* *abriL* *de* 571  
adiantados por jr/ d armada a mina com *mantemão* *tem* *e* *dano* 2º - 14400/

<sup>57</sup>Antonio ferreira foi da Jffante dona maria/ primeiro *e* *segundo* *todo* com 6672/ *terceiro* *e*  
*quarto* *todo* com 6600/

<sup>58</sup>Antonio de figueiredo foi da Jfante dona maria/ primeiro *e* *segundo* *todo* 6672/ *terceiro* *e*  
*quarto* *todo* 2228/ *ficão* *ij* *ijc* LXXX/

<sup>59</sup>E *pero* *camelo* foy da Jffante dona maria/ ouue o 2º *quartel* deste ano/ *no* *de* 572/

---

<sup>53</sup> Na margem direita: “deue a soma j iic *que Recebeo*/ de bretezar leitão aL/moxarife da casa das carnes/ da  
cidade de *lixboa* *de que*/ *lhe* *leuou* *certidão* *pera*/ *lhe* *leuare* *em* *conta*”

<sup>54</sup> Na margem direita: “ iijc *bj*/ a *são roque*”

<sup>55</sup> Na margem direita: “ *ixc* *alqueires*”

<sup>56</sup> Na margem direita: “ *ixc* *alqueires*”

<sup>57</sup> Na margem direita: “ *bijc* *L* *alqueires*”

<sup>58</sup> Na margem direita: “ *bijc* *L* *alqueires*/ a *são roque* 100”

<sup>59</sup> Na margem direita: “ *bijc* *L* *alqueires*”

## Escudeiros fidalgos

<sup>60</sup> Andre gomcaluez foy da Jffante dona maria/

<sup>61</sup> Amtonio de matos foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todo com 6972/ terceiro quarto todo com 6908 e fico 100/

<sup>62</sup> Chrispouão tauares que foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todo são 4800/ terceiro quarto todo são 4800/

<sup>63</sup> Antonio serpa foi da Jffante dona maria/ ouue todo este ano no de 571/

<sup>64</sup> Joan de torres foy da Jffante dona maria/

## Escudeiros

<sup>65</sup> Manuel pirez foy da Jffante dona maria/

<sup>66</sup> fernão gago foy da Jffante dona maria/

## Mocos da Camara

Amtonio meirinho foy da Jfante dona maria/ e leua no 4º quartel deste ano todo/ o ano de 569 E tres meses/ do primeiro deste ano que pos em vir/ da jndia são 6431/ ouue dezembro deste ano no de 571/

<sup>67</sup> Bastião alluez foy da Jffante dona maria/

Bernardo d abreu foy da Jffamte dona maria/ leva no 4º quartel todo este anno 7941/

<sup>68</sup> Diogo Lopez Requeixo foy da Jffante dona maria/

---

<sup>60</sup> Na margem direita: “J alqueires”

<sup>61</sup> Na margem direita: “ biijc alqueires/ a são roque 100”

<sup>62</sup> Na margem direita: “ biijc alqueires”

<sup>63</sup> Na margem direita: “bjc alqueires”

<sup>64</sup> Na margem direita: “bjc 3/4”

<sup>65</sup> Na margem direita: “iiijc L 3/4”

<sup>66</sup> Na margem direita: “ iiij 3/4”

<sup>67</sup> Na margem direita: “ iiijc bj 3/4”

<sup>68</sup> Na margem direita: “ iiijc bj 3/4”

Duarte de Moraes foy da Jffante dona maria/ terceiro todo e outro são 1624/ e asy leva no 4º - 4872 que lhe ficarão/ por pagar na conta de fernão Ribeiro pelos 4 dinheiros do ano de 1569/

duarte barreto foi da Jffante dona maria/ e leua no 2º quartel sete meses derradeiros/ do ano passado de 569 e maneira e o segundo deste/ que são 4466/

ouue o terceiro e 4º quartéis deste anno/ e Janeiro feuereiro do anno de 571 que sera e vaj/ a jmdia com comtas e asy a conta de marco abriL/ majo junho do anno presente que serão e ouue a moradia/ são ella -s- 6503/

Esteuão da veigua foi da Jffante dona maria/ e o segundo terceiro e outro com 4642/

fernão paez foy da Jffante dona maria/

gaspar Limpo foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todos com 3954 nouembro dezembro com 1325/ ouue o terceiro quartel e outro deste ano no de 571/

guaspar barbosa foy da Jffante dona Maria/ leua no 2º quartel do ano de 571 - todo o anno/ pasado de 569 e tres meses xxv dias/ pertencos deste anno que pos no caminho/ da jndia pera o Reino são contas 6427

gaspar mendos foy da Jffante dona maria/ ouue o segundo e 4º quartéis deste anno como/ seruiria no de 571

<sup>69</sup>Joan moreyra foy da Iffante dona maria/ leua no 3º quartel deste ano todo o ano/ de 569 e noue meses primeiros de 570/ ano que esteue com dom francisco em castela com 14268/ ouue nouembro dezembro deste ano no de 571/

Joan d oLiveira foy da Jffante dona maria/ ouue dezembro do ano passado e o primeiro quartel deste/ que sera e o 2º 3º adiantado por yr d armadas/ as ylhas são e da 4060/ quarto todo são 1218

Joan Rombo foy da Jffante dona maria/

Lopo Vaaz castelo bramco foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todos com 3957 terceiro quarto todo com 3984/

Luis Vaaz foy da Jffante dona maria/

---

<sup>69</sup> Na margem direita: "a d aver moradia enquanto/ andar em castela com/ dom francisco que laa esta/ por embaixador"

<sup>70</sup>Luis Jomito foy da Jffante dona maria/ terceiro E quarto todos são 2436/

Terceiro e quarto todos são 2436 El Rey noso senhor lhe fez merce de xxj iiijc/ R reis por não lleuar moradia o anno/ de 568 e 69 [?]/

Manuel quinteiro foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todos são 2436/ terceiro e quarto todos são 2436/

<sup>71</sup>Manuel borralho foy da Jffante dona maria/ primeiro e segundo todos são 2436 terceiro e quarto todos são 2336 e ficou/

Pero de saldanha foy da Jffante dona maria/ ouue o 2º e 4º quarteis deste ano e janeiro/ feureiro do ano de 571 que seruira e vay a jndia são 3248 e asi leua mais/ miL ijc e oito que que [sic] lhe ficarão por pagar/ pelo 4º quartel de 569/ leuou mais neste Rol o primeiro e terceiro/ quarteis deste anno que sera/

pero de castilho foy da Jffante dona maria/

Pero antunez foy da Jffante dona maria/ ouue no RoL da armada da jndia do ano/ de bc L xxiiij seis meses xxiiij dias/ primeiros deste ano pos em vir da jndia ate o Reino sao 2770/ e vaj o dito a jndia/

<sup>72</sup>Rodrigo varela foy da Jffante dona maria/ ouue nouembro dezembro deste ano e janeiro feureiro de 571 que sera e vaj a jndia e asi 1612 que lhe fica/rão por pagar pelo 1º quartel de 569 são 3226/ e asi leua mais dez meses primeiros deste que sera 4060/

chrispouão gomes foy da Jfante dona maria/

#### Porteiros da Camara

Joam fernandez foy da Jffante dona maria/ primeiro e o segundo todos iij/ terceiro todo quarto todo 3000/

Martim fialho foy da Jffante dona maria/ primeiro todo 1500 segundo todo 1500/ terceiro e quarto todo iij//

**Documento nº 57:** BNL - Cod. 10 641, fº 625 [cópia da *Chancelaria de D.Filipe I*, Lº 18, fº625]

---

<sup>70</sup> Na margem direita:”a são roque/ 100”

<sup>71</sup> Na margem direita:” a são roque 100”

<sup>72</sup> Na margem direita:” jndia de maneira/ de 571”



Dom filipe etc. aos que esta minha carta virem faço saber que avendo Respeito a emformação que tiue de francisco de guzmão meu correo servir com cujdado e diligencia e ser velho e antigo no seruiço: Ey por bem de lhe fazer merçe de de o apousentar com vinte mil reis de tença cada anno em sua vida os quaes começara a vencer de vinte e dois dias do mes d agosto que passou deste anno prezente de quinhentos oitenta e oito m diante em que lhe fiz delles merçe e vendo outro sy Respeito aos seruiços de nicolao de val de vesso seu apy noteffico o asy aos Vedores de minha fazenda e mando que lhe fação assentar os ditos vinte mil rees [sic] de tença no livro dela e dos ditos vinte e dois dias d agosto deste dito anno em diante despachar cada anno pera parte onde deles aja bom pagamento e por firmeza disso lhe mandej dar este por mim assynado e asellado do meu sello pendente dado nesta cidade de lixboa a tres dias do mes de dezembro mateus de carnyde o fez anno do nascimento do Senhor de mil quinhentos oitenta e oito.

[Rol das moradias da casa da infanta D. Maria, s/d]

ffrancisco d araujo      pero de monte/  
negro/

130

item fernão garcia Reposteiro d estrado/ auera de todo o quartell a Reção de/ seisçentos bj  
reaes por mees - biiij c xbiij<sup>o</sup> reaes/<sup>76</sup>

**Documento n° 59:** BNL — Mss. 218, doc. 137, f°2

Lourenço pires de tauora Amiguo Eu El Rey uos enuio muito saudar eu sam emformado como Vasco da silueira filho de Dona Britis camareira da Infante Donna Maria minha tia se foy a essa Cidade em que daquy fostes e porque ella me pediu uos escreuese o fisesesseis [sic] uir e uos emcomendo que o fasais tornar e se nesesario for lho digais de minha parte e que nam faltará outro tempo em que me posa servir como deseia escrita em Lisboa a desaseis de abril de mil e quinhentos sesenta e quatro, e o dito Vasco da Silueira fareis embarcar na armada em que daqui fostes - Rey-

[Livro de moradias compiladas por D. Flaminio - lista alfabética]

<sup>76</sup> Na margem esquerda diz “auera 809”.

- \*Ayres Ferreira escudeiro-fidalgo da Infanta D. Maria. Cerveira de Coimbra - 16 Fev. 1553 [fº 205 vº]
- \*Belchior Dias Moço da Camara da Infanta D. Maria 5 de Fevereiro de 1552 [fº 173]
- \*Bento Rodrigues, de Lisboa. Foi da Infante D. Maria [fº 107]
- \*Bernardo de abreu que foi da Infante D. Maria filho de João do rego-1555 [fº 221]
- \*Braz filho de Valentim da Cunha de Beja foi da Infante D. Maria - 29 de Fevereiro [fº 206]
- \*D. Isabel da Fonseca, Moça da Camara da Infanta D. Maria [fº 58 vº]
- \*Diogo de Soveral de Vizeu, escudeiro-fidalgo da Infante D. Maria - 17 de Fevereiro de 1553 [fº 205]
- \*Francisco Barbudo Moço da Camara da Infanta D. Maria - India - 1551 [fº 166 vº]
- \*Francisco Coelho de Alhandra filho do Mestre Pedro E. - 26 de Setembro 1552 [fº 178]
- \*Francisco Garcez Moço da Camara da Infanta D. Maria, filho de Antam Gaspar da Arifana de Sousa -1551[fº 167]
- \*Gaspar Manhoz - Índia - e foy da Infante D. Maria filho de Nuno Manhoz morador em Lisboa - 11 de Março de 1553 [fº 185 vº-186]
- \*Gaspar Monteiro Moço da Camara da Infanta D. Maria, sobrinho do Dr. João Monteiro Desembargador do Paso — 5 de Fevereiro de 1552 [fº 176]
- \*Gonçalo Pinto de Araújo, foi da Infanta D. Maria [fº 88 vº]
- \*Gonçalo Rombo de Portalegre da Infante D. Maria filho de Fernando Alvarez Rombo - 5 de Março de 1553 [fº 201]
- \*Joam da Rocha Soares filho de João da Rocha despenseiro mor da Infante D. Maria - 25 de Fevereiro de 1552 [fº 181]
- \*João da Rocha foi da Rainha e Dispenseiro-mor da Infanta D. Maria [fº 165 vº-166]
- \*João Vieira, foi da Infanta D. Maria, filho de Fernão Peres, escrivão do Crime
- \*Jorge Tavares Moço da Camara da Infanta D. Maria - 1551 [fº 168]
- \*Julião Álvares, filho de Alvaro foi repartura da Camara da Infanta D. Maria
- \*Pedro de Semuna foi da Infanta D. Maria
- \*Pedro Machado filho de Alvaro fernandes Machado de Lisboa - da Infante D. Maria - 6 de Março de 1553 [fº 211]
- \*Pedro Nobre filho de outro que foi da Infante D. Maria- 1555 [fº 220 vº]
- \*Pero da Estrada, mantieiro da Infante D. Maria [fº 148 vº]
- \*Sebastiam de Siqueira Moço da Camara da Infanta D. Maria - 1552 [fº 171 vº]
- \*Simão Botelho Moço da Camara da Infanta D. Maria 5 de Fevereiro de 1552 [fº 173]
- \*Simão Nunes de Parada da dita infante filho de Nuno de Parada de setuval - 16 de Fevereiro [fº 206]
- \*Vasco Nabo de Mendonça Moço da Camara da Infanta D. Maria — 26 de Fevereiro de 1551 [fº 153 vº e 168 vº]

**Documento nº 61:** “Cartas de D. Francisco Pereira. *Conselho Geral do Santo Ofício*, Mss. 1340, fº 238v” in Viterbo, 1903-1911, p. 169

[Carta a D. Catarina pedindo-lhe licença para João Baptista ficar um ano em Barcelona a pintar. Madrid, 16 de Outubro de 1565]

A Rainha

Vossa Alteza deu licença Por quatro Annos a h~u João Bautista porteiro de sua capella para yr a Roma consumarse em pintor, vindo della chegando A Barcelona, o duque Francavylla sogro de Ruy Gomez que aly he vissorey lhencomendou certa obra, elle lhe disse que a non podia fazer sem licença de vossa Alteza, escreveo h~ua carta a Ruy Gomez pedindo-lhe com muita instancia suplicase A vossa Alteza lhe fizesse merce de comceder licença por h~u ano para estar com seu sogro elle e a princesa dEboly sua molher me pedirão escreuesse A vossa Alteza lhe fizesse a dita merce e não lhe escreverão sobre isso porque nom esteue mays de h~ua so noite Aquy vindo com o principe e Passou loguo Aramxues, se vossa Alteza nom tem muita necessidade deste homem deue lhe de fazer esta merce porque a istimará muito Ruy Gomez e sua molher. Nosso Senhor. etc. De Madrid A xvj de octobro de 1565.<sup>77</sup>

**Documento nº 62:** ANTT — *Colecção de São Vicente*, Lº 13, fº 49

[Carta de D. Catarina recomendando a Lourenço Pires de Távora o pintor António Leitão, s/d]

lourenço perys de tauora Eu lo *tenho* legitimo *que* uos eide/ dar aho Moço da camara da Infante dona maria/ Mjnha muito amada e prezada jrmã uaya esse posto/ *pera* nele se exercjtar Na arte/ de pjntura e *por que* eu *per* alguns Resjstos/ Recebereis/ *com* testamento E o auereis *por* encomenda *pera*/ o fauorecerdes *e* llo *que* por pagar e uos pague/ vosso encomendamento *que* o façaes asy e aposto/ *com* la sua leei/<sup>78</sup>

## VII — Tenças

**Documento nº 63:** ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64, ffº 22-30

<sup>77</sup> A leitura e pontuação mantem-se fiel ao original.

<sup>78</sup> Este documento foi pela primeira vez lido — com uma interpretação diferente da agora apresentada — e publicado in Viterbo, 1903-1911, p. 100.

[Rol dos criados a serem contemplados com tenças testamentárias da Infanta D. Maria, 1577]

Rol que mandey fazer de meus criados E criadas E/ offiçiaes pello qual quero que ajão as *Satis*/fações de seus seruiços conforme a h~ua Verba/ de meu testamento en *que* me rrefiro a elle e pellas/ declarações aqui feitas tirarão seus padrões/ e pouisões neçessarias pera seus/ paguamentos depois De meu/ faleçimento/

*Item* Quero e mando que dona costança Minha camareira moor/ pellos muytos seruiços que me ten feitos e muito amor que/ por suas muytas vertudes E calidades lhe tenho, aja/ cad ano todo O ordenado *que* ten con o dito offiço e cargo/ assy en dinheyro como iguarias Reções de suas criadas/ posto que não sejam por ordenado en sua carta. De/clarado *que* tudo jimporta segundo mandey Ver Por/ meus offiçiaes, quinhentos e oyto mill rreis os quaes/ quero que aja en tença en dias de sua Vida soamente/ E por sua morte me apraz por lhe fazer mais merce *que*/ possa Repartir trezentos mill rreis de tença delles por/ seus filhos e netos ou pellas pessoas e maneira que ella/ ordenar pera que as pessoas a que ella os deixar os tenham/ E ajão en suas Vidas E isto allem dos trezentos E/ tantos mill rreis de *que* lhe tenho feito merçe pera seu/ netto por morte de seu filho dom antonio como se uira/ por h~u aluara de lembrança que disso tem meu *que* se/ lhe comprira en tudo, E mais Mando *que* alem do sobre/dito lhe dem dous mill cruzados pera ajuda de pagar/ suas diuidas E h~u conto de rreis pera casamento de sua/ netta qual ella nomear/<sup>79</sup>

*Item* Dona stephania de marnot minha dama que foy, esta//<sup>80</sup> Satisfeicta pollo casamento e merçe *que* lhe fiz quãodo/ casou dar lhe ão dous mill cruzados *que* lhe ficarão da/ Raynha minha *senhora* pellos quaes lhe mandaua ate *agora*/ dar cincoenta mill rreis de tença *e* entretanto lhos não pa/guauão *e* tanto *que* lhos derem não a Vera mais a Ditta/ tença/

*Item* Dona maria De bustamante minha dama strangeira,/ auera h~u conto de rreis de casamento E por *que* ha muytos Annos/ *que* me serue e he pobre quero *que* aja mais corenta mill/ de tença en sua Vida entrando nelles os quinze/ *que* ja de *mym* tem/<sup>81</sup>

<sup>79</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento *antonio ferrnandes*/ d eluas de 473\$ a conta/ destes ij # por lhos a dita/ dona costança deuer como se/ uio per h~u seu *conhecimento que* vay junto/ ao mandado *que* lhe delles foy passado/ pera crisptouão tauares *thesoureiro*". Na margem direita: "ouue pagamento dona costança de gusmão/ de 327\$ pera comprimento de pago/ destes ij # *que* lhe *Sua Alteza* deixou/ pera pagar suas diuidas por *que* dos/ 473\$ *que* faltão ouue pagamento/ *antonio ferrnandez* d eluas A a [sic] quem os ella deuia/"; "ouue a dita dona costança mais h~u *conto*/ de rreis pera casamento de sua/ neta dona cezillia de castro per/ prouisão feita a 12 de Junho/ de 578 pera crisptouão tauares *thesoureiro*".

<sup>80</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento/ dona estefanya/ dos dous myll # conteudos nesta adição so lhe/ ficarão da *Receita primeira* como se vira pello *Liuro* do Registo/ e poruisão *que* esta na conta do *thesoureiro* crisptovão tauares/".

<sup>81</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento do conto/ de rreis en crisptouão tauares/ *que* serue de *thesoureiro*"; "ouue pagamento en crisptouão tauares/ a dona maria de 5\$556 *que* se lhe/ montarão aVer dos 25\$ de tença/ *que* lhe *Sua Alteza* deixou de dez d outubro/ ate fim do ano de 1577".

*Item Dona Violante de noronha minha Dama aVera dous/ mill cruzados de merçe e casamento auendo Resppeito/ ao que se lhe fez por minha intercação/<sup>82</sup>*

*Item Dona Ana de mendoça minha dama que ha annos que/ me serue respeitando o pouco patrimonio que tem/ quero que aja dous mill cruzados afora ho casamento/ ordinario que tem conforme ao rregimento e moradia/ de seu pay/<sup>83</sup>*

*Item Dona luiza minha Dama auera de casamento e merçe/ dous mill cruzados posto que aja pouco tempo que me serue/ respeitando a obrigação que tenho a dona felipha/ sua may que foy minha dama/<sup>84</sup>*

*Item Dona Jsabel filha de fernão da silua, minha Dama/ aVera mill e quinhentos cruzados de casamento e merçe/<sup>85</sup>*

*Item Dona Maria coutinha aVera mill e quinhentos cruzados/ digo dona maria coutinha minha dama respeitando/ o pouco tempo que seruio/<sup>86</sup>*

*Item Jsabel d andrade minha Dona auera corenta mill rreis de/tença en sua Vida e trinta mill rreis en dinheyro/<sup>87</sup>*

*Item felipha de gouuea minha Dona quero que aja quoremnta/ mill rreis de tença en sua Vida e trinta mill rreis en dinheiro/<sup>88</sup>*

*Item Dona Joanna da costa minha moça da camara aVera/ quorenta mill rreis de tença entrando nelles os vinte mil/ rreis que ja tem pera que contudo sejam corenta mill rreis/ de tença en sua Vida por que ha muytos annos que me/ serue E auera mays x reis pera que sejam ao todo L reis/<sup>89</sup>*

*Item Joana fernãodez minha moça da camara auendo resppeito/ a me ter seruido muytos annos corenta mill rreis de tença/ en sua vida entrando nelles vinte e seis mill rreis De/ tença*

---

<sup>82</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos dous/ mill cruzados em/ crisptouão tauares/".

<sup>83</sup> Na margem direita: "ouue prouisão pera/ lhe serem paguos/ iijcLx reis que se lhe/ montarão no seu/ casamento".

<sup>84</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento/ os dous mill # cruzados/ en crisptouão tauares/".

<sup>85</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento destes 1\$500 #/ en crisptouão tauares/ que serue de thesoureiro/".

<sup>86</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento/ destes 1\$500 #/ en crisptouão tauares/ que serue de thesoureiro/".

<sup>87</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos trinta mill reis/ en crisptouão tauares/".

<sup>88</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento en crisptouão tauares/ ao que se lhe montou aver destes/ 30\$ de tença até fim do ano/ de 1577/" Na margem direita: "foy lhe passada carta dos/ corenta mill reis de tença/ pera os aver na jnposição".

<sup>89</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento, em crisptouão/ de 4445 rreis que se lhe montarão/ aver de dez d outubro athe fim/ de dezembro de 1577 dos 20\$ que/ lhes A deixou A alem dos/ outros 20\$ que ja tinha/".

de que lhe tenho feito merçe per h~u aluara meu E/ por que ate *agora* se lhe não pagarão mando que se lhe page/ todos os rreditos delles que lhe foren devidos desd o dia/ que lhe forão dados ate se lhe fazer padrão de todos os corenta/ mill rreis/<sup>90</sup>

*Item* Anna paez minha moça da camara, Dar lhe ão trinta mill/ rreis de tença en sua Vida e dozentos cruzados en dinheiro/ respeitando ho *tempo* que ha que serue e por ser filha de h~u/ criado meu antigo/<sup>91</sup>

*Item* Joana sardinha minha moça da camara, Vinte mill rreis de/ tença en sua vida, con trezentos *cruzados* em dinheiro/<sup>92</sup>

*Item* Joana Maldonada, dez mill rreis de tença en sua Vida E/ trezentos *cruzados* en dinheiro aVendo respeiecto a ser filha de/ seu pay/<sup>93</sup>

*Item* françisca minh aya filha de bernaldo minh aya meterão/<sup>94</sup> en h~u mosteiro E lhe darão çen cruzados pera se/ auiar respeitando os seruiços de seu pay/

*Item* Joana de torres quatroçentos cruzados pera ajuda/ de seu casamento/<sup>95</sup>

*Item* A Britiz Varella guarda das damas se dara Vinte/ mill rreis de tença entrando nisso qualquer tença que/ ja de mym tiuer/<sup>96</sup>

*Item* a Jsabel fragossa darão dez mill rreis de tença pello *tempo*/ que ora me tornou a servir por que do mais esta sa/tisfeita/<sup>97</sup>

*Item* a h~ua menina engeitada que chamão marta que/ mandey criar en casa mando *que* a rrecolhão en h~u/ meu mosteiro e lhe dem çen cruzados pera ajuda de/ suas entradas/<sup>98</sup>

---

<sup>90</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos Reditos/ *que* se lhe montarão aVer/ conforme a este asento, *que* montarão/ dozentos mill reis *que* lhe forão/ pagos en crisptouão tauares/"; "ouue pagamento em crisptouão/ tauares do 4º quartell/ dos xb reis *que* lhe sua/ alteza deixou mais para/ comprimento dos R reis/".

<sup>91</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento/ dos dozentos #/"; "ouve pagamento em crisptouão/ tauares, de 6\$706 *que* se lhe/ montarão aver de dez d outubro/ athe fim de dezembro do ano de 577/ destes 30\$ *que* lhe Sua Alteza deixou/".

<sup>92</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamentos dos/ trezentos *cruzados*/"; "ouue pagamento em crisptouão/ tauares do *que* se lhe montou/ aver de dez d outubro ate fim/ de dezembro do ano de 1577/".

<sup>93</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos/ trezentos *cruzados*/"; "ouve pagamento em crisptouão/ tauares de dez dias d outubro/ athe fim de dezembro do ano passado/ de 577 destes x reis/".

<sup>94</sup> Na margem esquerda: "ouVe pagamento dos/ çem cruzados/".

<sup>95</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento destes/ quatroçentos cruzados/ paulos vaaz *que* casou/ con a dita Joana de torres/ ao thesoureiro crisptouão tauares/".

<sup>96</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento em crisptouão tauares/ *que* se lhe montou aVer/ a dez dias do mes d outubro athe fim/ de dezembro do ano de 1577 destes xx reis/".

<sup>97</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento em crisptouão/ tauares do *que* se lhe montou/ auer destes dez mill rreis de/ dez dias do mes d outubro athe/ fim de dezembro de 1577/".

<sup>98</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento en crisptouão/ tauares thesoureiro destes cem *cruzados*/".

*Item A sobrinha de Jsabel d andrade que tenho tomado por/ minha moça da camara ajnda que me não tenha seruido/ mando que dem ho casamento de moça da camara/ con todos seus corregimentos jnteiramente como se/ seruira, aVendo respeito aos seruiços de sua/ tya/<sup>99</sup>*

*Item A branca deuora dez mill rreis de tença en sua Vida/ e çem cruzados pera ajuda de casamento de h~ua filha/ que ella nomear/<sup>100</sup>*

*Item A anna de porto carreyro escraua forra duzentos cruzados/ en dinheyro/<sup>101</sup>*

*Item A caterina anrrulha Regey francisca doze mill rreis de tença/ en sua Vida, E corenta mill rreis en dinheyro/ pera casamento de h~ua filha/<sup>102</sup>*

*Item A maria Rodriguez Leme molher que foi d antonio moreyr porteyro das damas seis mill rreis de tença en sua Vida/ e corenta mill rreis en dinheiro pera casamento de h~ua filha/<sup>103</sup>*

*Item A Jsabel de miranda Doze mill rreis de tença cada ano em/ sua Vida, E Vinte mill rreis en dinheyro/<sup>104</sup>*

*Item A catherina Diaz quatro mill rreis de tença E Vinte cruzados/ en dinheiro/<sup>105</sup>*

*Item A duquessa d arcos trinta e seis mill rreis de tença que Val/ a rração que lhe mandaua Dar na minha Despemssa/<sup>106</sup>*

*Item A dona giomar coutinha may De don gastão coutinho/ Vinte mill rreis de tença cada ano en sua Vida/<sup>107</sup>*

---

<sup>99</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento/ de seu *conhecimento*/ como se avera e do/ *que lo dey cyto*".

<sup>100</sup> Na margem esquerda: " ouve pagamento em crisptouão tauares/ de 2\$ 223 *que se lhe montarão/ aver de dez dias do mes d outubro/ athe fim dezembro do ano passado de 577/ destes dez mil reis*".

<sup>101</sup> Na margem esquerda: " ouve pagamento en crisptouão/ tauares destes *ijc cruzados*".

<sup>102</sup> Na margem esquerda: " ouve pagamento do 4º/ quartel destes doze/ mill rreis de temça em/ crisptouão tauares/ do ano de 577/"; Na margem direita:" ouue pagamento dos 40\$/ em Aluara *fecto* e ha por/ mandado *fecto* 9 de/ Julho de 1584/".

<sup>103</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento em crisptouão/ tauares do *que se lhe montou/ aver* destes seis mill *reis/ de dez dias do mes d outubro/ ate fim de dezembro de 1577*"; Na margem direita:" ouve pagamento destes corenta mill/ gonçalo varela marido de felipa/ maya filha de maria Rodriguez Leme per/feito a 18 d agosto de 1578/".

<sup>104</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos Vinte/ mill reis/ ouve pagamento em crisptouão tauares/ de dez dias do mes d outubro ate/ fim de dezembro de 1577 dos 12\$/".

<sup>105</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento dos XX *cruzados*".

<sup>106</sup> Na margem esquerda: " ouve pagamento en crisptouão/ tauares de dez de/ dez [sic]de *nouembro* ate fim/ de *dezembro* de 1577/".

<sup>107</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento em/ crisptouão tauares de dez/ d *outubro* athe fim de *dezembro/ de 1572*".



*Item* tenho dado ao conde do Vimiosso çem mill rreis de tença para/ seu filho Dom aluoro e por seu faleçimento lhos dey pera/ outro filho con condição que os vençeria tanto que nomease/ o filho que os aVia d auer e por que ate agora não tem nomeado/ mando que lhe dem dous mil cruzados pera ajuda do casamento/ de h~ua filha ou os ditos çem mill rreis de tença pera os aVer/ o filho que elle nomear, E dahi por diante qual elle destas/ duas cousas mais quisser, E por que sem tirar a cartta/ da tença que lhe dey pera seu filho Dom aluoro lhe mandey/ dar quinhentos mill rreis dos Reditos que se lhe não deuião/ por não ter tirado a dita carta contudo quero que se os/ não tiuer aRecadados que se lhe Dem/<sup>108</sup>

*Item* João de mendoça Meu Veador da fazenda e casa, ten duzentos/ mill rreis d ordenado, estes the deixo en tença en sua//

Vida e por sua morte ficarão desta tença oytenta mill/ rreis a sua mulher dona Jlena, e h~ua filha sua que/ tenho tomada por minha dama dar lhe ão seu casamento/ conforme ao costumado nos liuros Del Rey, E a/ manóel de mendoça seu filho que he meu pajem deixo/ ho ordenado que tem de mym de pajem en tença en sua/ vida/<sup>109</sup>

*Item* A fernão da silua deixo os çem mill rreis que tem de mym/ de ordenado que lhe fiquem en tença en sua Vida/ E a Jeronimo da silua seu filho, que he meo Pajem/ deixo O ordenado que tem de mym en tença en sua Vida/ E por que lhe tome y e agualhey duas filhas en minha/ casa me parece que fica Bem satisfeito/<sup>110</sup>

*Item* A Jorge de mendoça deixo os çem mill rreis que tem de mym/ d ordenado en tença en sua Vida e casamento pera/ h~ua filha sua qual elle nomear o qual casamento/ sera o costumado conforme aos liuros Del Rey/<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> Na margem esquerda: "em Lixboa a 29 de mayo de 578/ se pasou mandado pera o thesoureiro/ crisptouam tauares pagar ao conde de/ Vimiosso 412\$ reis pera comprimento/ dos 300\$ reis dos Reditos como/ aquy he declarado por que da/ de maria foy pago pella maneira/ a baixo"; Na margem direita: "em lixboa a 21 de Julho de 1578/ se pagou mandado pera o thesoureiro crisptouão/ tauares pagar ao conde do/ Vimiosso os dous mill cruzados/ aqui declarado pella maneira/ antes que os cem reis de tença com/ tudo he declarado na dita parte/ diz cem myll reis/ de tença"; "em lixboa a 6 de março de 1578/ se pasou mandado pera o thesoureiro/ crisptouão tauares pagar Antonio/ da gama a conta destes br reis/ que Sua Alteza manda que se dem ao/ conde do Vimiosso oytenta/ e oito mill rreis por outros tantos/ que o dito conde lhe deu em pagamento/ pello que se pos aqui esta verba/ são 88\$".

<sup>109</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento João de mendoça do 4º cartell desta tença do ano passado/ de 1577 em crisptouão tauares thesoureiro"; "ouve a filha de João de/ mendoça pagamento/ do casamento que lhe Sua Alteza/ deixou"; "ouve pagamento manóel de mendoça/ do quarto quartel do ano de 1/577 destes xb reis en crisptouão/ tauares".

<sup>110</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento, fernão da silua/ do 4º quartell do ano passado de 577/ destes çem mill reis, em crisptouão tauares"; "ouve pagamento Jeronimo da silua/ do quarto quartell do ano de 577/ destes xb reis em crisptouão tauares".

<sup>111</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento Jorge de mendoça/ do quarto quartell do ano passado de 577/ destes çem mill reis em crisptouão tauares".

*Item* Lopo Soares que foy meu pajem lhe deixo en tença o *que/* agora tem de *mym* cada ano tambien a conta dos Seruiços/ de seu pay/<sup>112</sup>

*Item* Vasco da Silueyra filho de dona Britiz de ssousa/ que deus tem que foy minha camareyra Mando que como/ der sua conta que espero que sera muyto Boa/ *que* lhe dem oytenta mill *rreis* de tença en sua Vida/ E por sua morte ficarão desta tença trinta mill *reis/* a sua molher en sua Vida e pera ajuda de pagaras/ diuidas de sua may lhe deixo quinhentos *cruzados/* en dinheyro e com isto e con outras merçes *que* lhe fiz/<sup>113</sup>

A ella en sua Vida pera sua filha e pera seus filhos E/ tambien lhe ouVe del Rey, cuido que deixo Ben satis/feytos os seruiços de dona Britiz/

*Item* Ao douctor crisptouão esteues Dalta ouuidor de minha casa/ deixo os oytenta mill *rreis*, que tem de *mym* d ordenado en tença/ en sua Vida e por sua morte, ficarão desta tença corenta/ mil *rreis* pera h~u filho qual elle nomear tambien en sua/ vida isto alem do casamento que lhe tenho feito merçe para/ h~ua filha sua/<sup>114</sup>

*Item* Antonio da gama meu procurador e desembargador del/ Rey da casa da Sopricação Deixo o ordenado que tem/ de *mym* en tença en sua Vida/<sup>115</sup>

*Item* Manuel caldeyra deixo que a moradia que agora tem/ de *mym* lhe torne a ficar en tença como dantes tinha que/ he por tudo con a mais tença *que* tem oytenta mill *rreis* E/ destes por sua morte ficarão a sua molher trinta mill/ *rreis* de tença en sua vida/<sup>116</sup>

*Item* Jorge da costa o seu ordenado *que* tem de meu escripuão/ da camara que são corenta mill *rreis* lhe deixo de tença/ en sua vida e por sua morte vinte mill *rreis* desta/ tença pera sua molher ou pera h~ua filha qual elle/ nomear lhe ficarão tambien de tença en sua Vida/<sup>117</sup>

*Item* Dominguos leytão fidalgo de minha casa esta Bem sa/tisfeito pello que tem/

*Item* Bastião da fonseca escripuão da minha fazenda quero/ que aja o seu ordenado que são corenta mill *rreis* em/ tença en sua Vida, E por sua morte vinte mill *rreis*//<sup>118</sup> Delles pera elle Repartir por sua molher e filhos como/ quisser/

---

<sup>112</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento do 4º quartel/ em crisptouão tauares *thesoureiro*”.

<sup>113</sup> Na margem esquerda: “ ao primeiro de julho ouve mandado/ pera crisptouão tauares lhe pagar/ o *que* se lhe montou aver de dez/ dias de outubro ate fim de dezembro/ dos 80\$ - do ano passado/”; “ouve pagamento vasco da silueyra/ destes jr *cruzados* em crisptouão tauares/ *thesoureiro* per mandado feito a 4 de junho/ de 578”.

<sup>114</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento/ ate fim do ano/ de 577 no ca/derno das tenças/”.

<sup>115</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento/ ate fin do ano/ de 577 no ca/derno das tenças/”.

<sup>116</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ em crisptouão tauares/ do 4º quartell do ano/ passado de 577 deste 30\$/ de tença *que sua Alteza* lhe deixou/”.

<sup>117</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ en crisptouão tauares/ do quarto quartell do ano/ de 1577 E aluara de/ *licença* pera poder/ testar *que* esta de/ as ffolhas 25 e vs/”.

<sup>118</sup> Na margem esquerda: “ouVe pagamento en crisptouão/ tauares *thesoureiro* do 4º quartell/ do ano de 1577/”

*Item* Aluoro gago meu mantieyro quero que aja todo seu or/denado que tem de mantieyro por carta en tença en dias/ de sua vida e por sua morte, vinte mill rreis de tença/ a sua molher, se a esse tempo ella não<sup>119</sup> tiuer de mym outra/ tença/<sup>120</sup>

*Item* A crisptouão leytão meu despemseiro moor todo ho ordenado/ que tiuer com os officçios que tem por carta minha que foy/ ordenado lhe deixo en tença en sua vida E por/ sua morte vinte mill rreis de tença pera sua molher/<sup>121</sup>

*Item* A miguel Ribeyro escriuão da cozinha çincoenta/ mill rreis de tença lhe deixo en Sua Vida E por sua morte/ que possa deixar pera sua molher ou pera h~u filho que/ elle nomear trinta mill rreis de tença desta que lhe Deixo/<sup>122</sup>

*Item* A crisptouão tauares deixo o seu ordenado que tem com/ ho offiço d estribeyro ho que for ordenado en tença en/ sua Vida e por sua morte Vinte mill rreis de tença pera/ h~u filho qual elle nomear, E por que lhe tenho tomada/ h~ua filha sua por moça da camara, quero que posto/ que não esteja em meu seruiço que lhe dem seu ca/samento con seus corregimentos como se seruise/<sup>123</sup>

*Item* A lopo de crasto meu copeyro Deixo o seu ordenado/ que tem por carta con o dito offiço en tença en sua/ Vida E por sua morte dez mill rreis desta tença pera/ sua molher/<sup>124</sup>

*Item* A gaspar Beliaguo que serue de meu escrpuão//<sup>125</sup> Da camara, Vintte mill rreis de tença en sua vida e por sua/ morte dez mill rreis desta tença pera sua molher ou pera h~u/ filho qual elle nomear/

---

<sup>119</sup> Riscado: “es”.

<sup>120</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento Aluoro gago/ en crisptouão tauares thesoureiro/ o que se lhe mantou aver dos/ cem mill reis que lhe aluidrarão/ ate fim de dezembro do ano passado de/ 577/”; Na margem direita: “tem cem mill reis/ em sua Vida/”.

<sup>121</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento crisptouão Leitão/ o que se lhe montou aver dos/ 70\$ reis que lhe aluidrarão athe/ fim de dezembro do ano passado de/ 1577 en crisptouão tauares/”; Na margem direita: “tem setenta/ mill reis/”.

<sup>122</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento Miguel Ribeiro/ o que se lhe montou aVer destes/ cincoenta mill reis athe fim/ de dezembro do ano passado de 577/ en crisptouão tauares thesoureiro/”.

<sup>123</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento crisptouão tauares/ em sy mesmo do que se lhe/ montou aVer dos setenta mill reis/ que lhe aluidrarão athe fim/ do ano pessado de 577/”; “casou a filha de crisptouão/ tauares com lucas da/ silua que he das obras/ da cidade e o mais/ pagamento deste casamento/”; Na margem direita: “tem setenta/ mill reis/”.

<sup>124</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento lopo de crasto/ do que se lhe mantou aVer/ dos corenta mill reis que lhes/ aluidrarão ate fim de dezembro/ do ano passado de 1577 no thesoureiro/ crisptouão tauares/”.

<sup>125</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares de dez d outubro/ ate fim de dezembro do ano/ passado de 1577 do que se lhe/ montou aVer destes 20\$/”.

Item Afonso de figeiredo por não ter ordenado certo com os offiços/ e cargos que serue corenta mill rreis de tença en sua Via/ E por sua morte Vinte mill rreis de tença pera sua molher/<sup>126</sup>

Item francisco d almeyda thesoreiro da cappella trinta mill rreis/ de tença en cada h~u anno anno [sic] en sua Vida aVendo/ Respeicto ao muyto tempo que ha que me serue E não aVera/ os çem cruzados que esta detreminado que ajão hos/ meus cappellães no açento que mandey tomar/<sup>127</sup>

Item A simão jorge deixo/ Vinte mill rreis de tença em sua/ vida/<sup>128</sup>

Item A dominguos Rodriguez Batalha, meu cappellão Deixo/ Vinte mill rreis de tença por aVer tempo que me serue/ E não aVera os çem cruzados que esta determinado que/ ajão os meus cappellães no asento que mandey tomar/<sup>129</sup>

Item A luis tauares que seue de contador de minha casa/ deixo Vinte mill reis de tença en sua Vida e sua filha/ o casamento ordinário de moça da camara/<sup>130</sup>

Item Ao douctor Jeronimo fernandez o seu ordenado que tem de meu/ fisico en tença en sua vida E por sua morte Vinte/ mill rreis desta tença a sua molher en sua Vida E pera/ me ter h~ua filha freyra no saluador quinhentos cruzados/ en dinheiro/<sup>131</sup>

Item A mestre anrique surgião Dezaseis mill rreis de tença/ en sua Vida e por sua morte dez mill rreis desta temça/ para sua molher/<sup>132</sup>

Item A pero correa, cantor Doze mill rreis de tença em/ sua Vida//<sup>133</sup>

Item a Jeronimo Simões Reposteiro de camas Vimte mill reis/ de tença en sua Vida e por sua morte dez mill reis desta/ tença pera sua molher/<sup>134</sup>

---

<sup>126</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento no thesoureiro/ crisptouão tauares de/ dez d outubro athe fim de dezembro/ de 1577/”.

<sup>127</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ em crisptouão tauares/ do 4º quartell do ano/ passado de 1577/”.

<sup>128</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão tauares do que/ se lhe montou aVer de dez d outubro/ athe fin de dezembro de 77/ en que montarão 4\$00s/”.

<sup>129</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares do quarto quartel/ do ano de 1577/”.

<sup>130</sup> Na margem esquerda:” ouue pagamento/ do 4º quartell do/ ano pasado de 77/ em crisptouão tauares”; Na margem direita:” ouue pagamento de 75\$/ de seu casamento/ comtey”.

<sup>131</sup> Na margem esquerda:” ouue pagamento/ o dito doutor/ ate fim do ano/ de 577 no ca/derno/”; Na margem direita:”ouve pagamento/ o dito doutor e os bc cruzados por me ter/ a dita sua filha deixey/”.

<sup>132</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento de dez/ dias do mes d outubro/ athe fim de dezembro do ano de 77/ doq eu se lhe montou aVer/”.

<sup>133</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ em crisptouão tauares/ do quarto quartel do/ ano passado de 577/ destes doze mill reis/”.

<sup>134</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão tauares/ de dez dias do mes d outubro athe/ dez de dezembro/ do ano passado de 1577 do que/ se lhe montou aVer destes 20\$/”.

Item A Baltesar de contras Reposteiro de camas doze mill/ rreis de tença en sua Vida/<sup>135</sup>

Item A johão gomez guarda das damas o seu ordenado/ en tença en sua Vida são corenta mil reis/ e 10\$ de ceuada/<sup>136</sup>

Item A thome Raposso que serue de trinchante das damas/ quinze mill reis de tença en sua Vida por aVer annos/ que me serue/<sup>137</sup>

Item Bastião aluarez moço da camara que serue de porteiro/ da fazenda, dez mill rreis de tença en sua Vida alem/ do seu seruiço de moço da camara/<sup>138</sup>

Item A Jurdão d oliueyra doze mill rreis de tença en sua Vida/<sup>139</sup>

Item A thome gomez cantor çincoenta mill rreis en dinheyro/<sup>140</sup>

Item A Johão ferreira Moço da camara, por ser pobre trimta/ mill rreis en dinheyro alem de seu seruiço/<sup>141</sup>

Item francisco de seixas moço da camara que ora pasey/a el Rey por escudeyro fidalguo, trinta mill reis en/ dinheyro alem de seu seruiço/<sup>142</sup>

Item A Luis Ribeyro moço da camara, por ser antigo E não/ ter nenh~u despacho cincoenta mill rreis en dinheyro/ alem de seu seruiço que se uir/<sup>143</sup>

Item Johão fernandez porteyro das damas por aVer muytos anos//<sup>144</sup> que serue de porteyro da camara, Dezaseis mill rreis de tença/ en sua Vida alem do seu seruiço que tiuer/

---

<sup>135</sup> Na margem esquerda: “ouve paguamento do quarto/ quartell do ano/ de 1577 em crisptouão tauares/”.

<sup>136</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares de dez dias do mes/ d outubro ate fim de dezembro do ano/ passado de 1577 do que se lhe montou/ aVer destes 40\$/”.

<sup>137</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares do que se lhe montou/ aVer do quarto quartell destes/ 15\$ do ano passado de 1577/”.

<sup>138</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares do que se lhe montou/ aVer de dez dias do mes/ d outubro athe fim de dezembro do/ ano passado de 577 destes 10\$/”.

<sup>139</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares do quarto quartell/ do ano passado de/77 destes 12\$/”.

<sup>140</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares thesoureiro destes/ cincoenta mill reis que per prouisão/ de 4 de Junho de 1578/”.

<sup>141</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento dos xxx reis/ aqui conteudos en crisptouão/ tauares thesoureiro/”.

<sup>142</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento destes 30\$ no thesoureiro/ Aluaro fernandez/”.

<sup>143</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento destes/ 50\$ no thesoureiro Aluaro fernandez/”.

<sup>144</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares de dez dias/ do mes d outubro athe fim de/ dezembro do ano passado de 1577 do que/ se lhe montou aVer destes 16\$/”.

Item Afonso perez que foy moço da estribeira que Ora serue de porteyro da/ cozinha quatorze mill rreis de tença en sua Vida alem de seu/ seruiço que tiuer por ser antiguo e pobre/<sup>145</sup>

Item A luis antunez Reposteyro vinte mill rreis de merçe em/ dinheyro alem de seu seruiço/<sup>146</sup>

Item A marcos simões Reposteyro Vinte mil reis de merçe alem de/ ser seruiço por ser pobre/<sup>147</sup>

Item A João Rodriguez escudeiro que seruio de Reposteiro dez mill reis/ de tença en sua Vida auendo Respeicto a me servir muyto/ tempo na botica/<sup>148</sup>

Item A mathias Manoel dezaseis mill rreis de tença en cada h~u ano/ en sua vida por Respeicto de o mandar vir de sua terra/ terra [sic] e o fazer christão e cassar/<sup>149</sup>

Item Antonio Rodriguez çapateyro Doze mill rreis de tença en sua/ Vida cada ano por aVer muyto tempo que me serue e que/ possa deixar seis mill rreis desta tença a sua molher ou/ a h~u filho qual elle nomear, e corenta mill rreis en dinheiro/ pera ajuda de Remediar suas necessidades/<sup>150</sup>

Item Duarte Ribeyro Boticayro o seu ordenado en tença/ en sua Vida, são - 10\$/<sup>151</sup>

Item A simão lopez alfayte doze mill rreis de tença en sua/ vida/<sup>152</sup>

Item A manoel faya çerrieyro dez mill rreis de tença en sua/ Vida/<sup>153</sup>

Item A Luis Soares Sirgeyro O seu ordenado en tença em/ sua Vida, são - 6\$240//<sup>154</sup>

---

<sup>145</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento en crisptouão tauares/ *que se lhe montou aver destes/ catorze mill reis de dez dias/ do mes d outubro ate fim de dezembro/ do ano passado de 1577/*”.

<sup>146</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento destes/ 20\$ em Alvaro fernandez/ 8 de setembro/”.

<sup>147</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento destes/ 20\$ no/ thesoureiro Alvaro fernandez/”.

<sup>148</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ do quarto quartell/ do ano de 577 em/ crisptouão tauares/”.

<sup>149</sup> Na margem esquerda: “lixboa a 18 de dezembro/ ouve prouisão para o thesoureiro/ pagar 3590 reis *que se lhe/ contarão ate fim de dezembro de/ 577/*”.

<sup>150</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento en crisptouão/ tauares do que se lhe/ contou aver destes doze mil reis/ de dez dias do mes d outubro/ ate fim de dezembro do anno/ passado de 1577/”; Na margem direita: “ouue pagamento dos 70\$ em/ Alvaro fernandez *que serue/ de thesoureiro.*”.

<sup>151</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em crisptouão/ tauares, do quarto/ quartel de seu ordenado/ do ano passado de 1577/”.

<sup>152</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento do 4º/ quartell do ano/ de 577 em crisptouão tauares/”.

<sup>153</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento em/ crisptouão tauares/ do quarto quartel/ do ano passado de 577/”.

<sup>154</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento do 4º/ quartell de seu/ ordenado do ano/ de 577 en crisptouão/ tauares thesoureiro/”.

Item A martim gonçalluez cazinheyro Moor Vinte mill rreis de/ tença en cada h~u anno en sua Vida e sesenta mill/ rreis pera casamento de sua filha/<sup>155</sup>

Item Antonio Rodriguez homem da camara dez mill rreis em/ sua vida/<sup>156</sup>

Item guaspar homem, trinta mill rreis en dinheiro de merçe/ por Respeito de não entrar no seruiço com os/ outros e ser pobre/<sup>157</sup>

Item Aguostinho moço orffaão dezaseis mill rreis Pera/ se aViar pera ho mosteiro onde esta tomado por/ frade/<sup>158</sup>

este Rol vay escripto en cinco meas folhas Del papel, E tem oytenta adições/

E declaro que as pessoas comteudas neste Rol/ aVerão todas as satisfações nelle declaradas/ saluo se em minha vida as tiuer satisfeictas/ noutra forma, por que en tal casso, não aVerão/ outra satisfação/

Item A lopo soares a quem deixo em h~ua aDição deste Rol/ trinta mill rreis de tença quero que se dem mais vinte/ de maneira que aja cada ano por tudo cincoenta/ mill rreis de tença en sua Vida/<sup>159</sup>

Item Declaro pella obrigação que tenho a isso e estando/ dona Briatiz doente de h~u açedente sem falla/ e nem se poder confessar eu promety en minha// vontade se faleçesse do dito açedente de lhe perdoar/ qualquer obrigação en que me fose por Rezão/ do carregio que tinha Pello que ly por bem E/ mando que ficando seu filho Vasco da silua/ deuendo na conta que ora da Por sua may al/guas coussas de qualquer calidade que sejam/ que conste que não ficarão a seu carguo por morte/ de sua may E en sua Vida erão desapa/reçidas E faltauão que lhas não peção nem por/ ellas ho executem por quanto pella Dita/ Rezão lhas perdoho e não quero que por/ ellas ho constranção nem obrigem en sua/ conta poreu se depois do faleçimento da Dita/ sua may desapareçerão ou faltarão algumas/ das que ella deixou desas dara conta com entrega/ ynteyramente/ E com esta declaração não auendo de sua Parte/ falta quero que lhe fique tudo o que lhe Deixo/ en h~ua adição deste Rol a elle e a sua molher/ hauendo falta na conta, pella sobreDita maneira/ a pagara E pagando a então avera tudo o que lhe/ assym deixo/

---

<sup>155</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento em crisptouão/ tauares do que se lhe montou/ aver do 4º quartell do ano/ de 577/".

<sup>156</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento em crisptouão tauares/ o que se lhe montou aVer destes dez/ dias do mes de dez [sic] dias do/ mes d outubro ate fim de dezembro/ do ano passado de 1577/".

<sup>157</sup> Na margem direita: "ouve pagamento em crisptouão/ tauares destes 30\$/".

<sup>158</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento/ destes xbj reis pera/ se aviar pera/ o moço/".

<sup>159</sup> Na margem esquerda: "ouve dessembargo do 4º quartell/ destes 30\$ em crisptouão tauares/ que serue de thesoureiro/"; Na margem direita: "tem padrão del Rey/ destes L reis/ do ano que a Jffante/ deixou/".

E por que quero que todas estas satisfações/ E seruiços aquy declarados E outras obrigações/ de meu testamento se cumprão sem dilação alguma/ peço muyto a meus testamenteiros queyrão loguo/ dar ordem com que se uendão todas as coussas/ de minha Recamara E quaesw quer outras/ de minha fazenda, que tiuerem a carguo meus/ offiçiaes Aos quaes se tomara conta con toda/ a Brandura E moderação E assym para yssos/ como pera se uender o dito fato lhes lembro es/colhão tais pessoas E de tal entendimento// e confiança que tenham as qualidades que se Requere/ pera que tudo se faça com a verdade e jinteyressa/ pera esse efeito neçessaria pois tudo ysto ordeno/ pera descargo de minha alma e quietação/ de minha conçiência/

No trellado do Rol das satisffações/ que a Jffante dona maria que deus tem/ deixa aos seus cryados pella maneyra/ nelle declarada foy trelladado do/ proprio Rol ben e verdadeiramente E/ foy com citado com elle per mym sebastião/ da fonseca escryuão da fazemda da dita/ Jffanta E pera certidão de tudo a/sinarão aquy os senhores testamenteiros/ o Arcebispo de Lisboa eytor/

seuastião

Jorge Sarrão//

ttenças que A Jffante que esta en gloria Deixou/ encomendadas à senhora Dona costança que queria que se desem/

Item A dona luissa cabral, cincoenta mill rreis pera h~u filho/ qual ella nomear/<sup>160</sup>

Item A dona Maria coutinha, Vinte mill rreis/<sup>161</sup>

Item A sobrinha, do seu confessor, de dez mill reis/<sup>162</sup>

Item A Ruy Lopez fisico Doze mill rreis/<sup>163</sup>

Item A pero Diaz Reposteiro de camas oyto mill reis/<sup>164</sup>

Dinheyro que mandou que/ se desse, he o seguimte/

---

<sup>160</sup> Na margem direita: "ouue pagamento dona luiza cabral/ do que se lhe montou aver de dez/ dias do mes d outubro do ano de/ 577, ate fim do dito ano/ do que se lhe montou aver destes/ 50\$ - em crisptouão tauares/".

<sup>161</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento destes/ 20\$ do dia que Sua Alteza/ faleçeo em diante em/ aluaro fernandez que serue de thesoureiro/".

<sup>162</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento do que/ se lhe montou aVer/ ate fim do ano de 577/"; Na margem direita: "chamase maria gonçalluez ou de/ ha padrão/".

<sup>163</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento em crisptouão/ tauares thesoureiro do que/ se lhe montou aver athe/ fim de dezembro de 577/"; Na margem direita: "ha pagamento deles pode a/ fazenda del Rey nosso senhor/ ao dito Ruy Lopes/".

<sup>164</sup> Na margem esquerda: "ouue pagamento do/ quarto quartell/ do ano de 577/ em criptouão tauares/".



Item A paullo afonso, Pollo trabalho do testamento e pera/ ajudar agoura nos negocios pera  
h~u anell trezentos/ cruzados/<sup>165</sup>

Item A carlos físico, que Veo de cojmbra çem cruzados/ de merçe e Vinte pera ho  
caminho/<sup>166</sup>

Item A ambrosia de fugeyredo, cem cruzados e que não torne/ a casa de sua may E por que  
el Rey nosso senhor fez/ que a rrecolhesse a Jffante lhe pesão que pera isto/ lhe de algum  
Remedio//

Item A ana de Iomana, molher de João Rodriguez de palma/ os Vinte<sup>167</sup> mill rreis que tem  
de tença que/ por sua morte fiquem a seu filho/

que os tres aluaras que tem dona antonio/ anriquez, Dona Jsabell, e dona giomar/ que se  
lhos cumprão por que forão damas/<sup>168</sup>

ho aluara de dona Jsabel anriquez que h~u/ destes tenho eu em meu poder como sabe  
se/Bastião da fonssequa/<sup>169</sup>

Item tinha Sua Alteza prometido a Joana fernamdez/ sua moça da camara çem cruzados  
pera/ ajuda de conprar h~u casal/<sup>170</sup>

Item tinha Sua Alteza prometido a Jsabel d andrade trinta/ cruzados de merçe pera pagar  
h~ua diuida/<sup>171</sup>

Item tinha Sua Alteza prometido a ortençia de crasto dez/ mill rreis perra se conçertar pera a entrada do/ mosteiro, digo dez mill reis en dinheyro/<sup>172</sup>

lyão anriquez, Dona costança/

No Roll asinado per dona costança E/ per o padre lião amriquez comfesor do/ cardeal foy trelladado neste Liuro do/ proprio Rol e com citado com elle per/ mym sebastião da fonsequa E pera certidão de/ tudo asinarão aquy los senhores testamenteiros/

O arcebispo de Lisboa                      eytor/

<sup>165</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamentos/ destes trezentos *cruzados*/ em crisptouão tauares”.

<sup>166</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento/ em criptouão tauares”.

<sup>167</sup> Palavra riscada.

<sup>168</sup> Na margem esquerda: “compridos E/ pagos como se/ uira pello *Liuro* do/ Registo/”.

<sup>169</sup> Na margem esquerda: “comprido”.

<sup>170</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento/ destes çem cruzadoos/ de aluaro fernandez”.

<sup>171</sup> Na margem esquerda: “ouve pagamento en crisptouão/ tauares destes xxx *cruzados*”.

<sup>172</sup> Na margem esquerda: “ouue pagamento destes dez/ mill reis en Aluaro fernandez thesoureiro/ no mandado fecto a xxbij de Março/ de 1582/”.

Item Jlena da costa que esta no mosteiro d odiuellas/ jrmaã de dona joana da costa ha d auer dez/ mill rreis de tença em sua vida, que se asentou/ ouvesse por constar ter lhe sua Alteza feicto merçe/ delles em sua vida//<sup>173</sup>

**Documento nº 64:** ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 64, ffº

[Lista dos nomes aos quais foram atribuídos tenças no ano de 1578]

1578

titollo das tenças que A Iffe dona maria que Ds tem deixou as pessoas abaixo declaradas

1578

Dona costança de gusmao que foy camareyra/-Moor de *Sua Alteza*, tem trezentos mill *reais* de tença/ em cada h~u ano em sua vida, dos quinhentos/ e oyto mill *reais* que lhe a dita *senhora* deixou/ como na verba do testamento he declarado por/ que dos duzentos e oyto mill *reais* hade auer pagamento/ pella fazenda del Rey nosso *senhor* dos dous *quontos*/ de r *reais* de tença cada ano de *que Sua Alteza* fez/ merçe A *Iffante* pera poder Repartir por seus/ criados onde lhe são assentados pera aver/ pagamento - 330 \$/

Domingos leytão que tem C mill rrs de tença em / cada h~u ano em sua vida e 70 *reais* que/ tinha per aluara jeral, e os 30 *riais* de *que* tiraua / desembarguo pera aver pagamento/ - 170 \$/<sup>174</sup>

Margarjda per sy molher de luis tauares tem/ vinte e tres mill noueçentos e trinta e seis *rreais*/ de tença em cada h~u ano em sua vida, *que* avia/ em vida de *Sua Alteza* per carta jeral - 23\$ 936//<sup>175</sup>

Dona joana da costa que foy moça da camara/ de *Sua Alteza*, tem corenta mil *rreais* de tença em cada/ h~u ano em sua vida e 20 *reais* que tinha/ em cada h~u ano per carta jeral, e os outros/ 20 *reais* *que* lhe *Sua Alteza* mais deixou como em seu/ testamento he declarado - 40 \$/<sup>176</sup>

<sup>173</sup> Na margem esquerda: "ouve pagamento, em/ crisptouão tauares do/ do [sic] 4º quartell do ano/ passado de 577/".

<sup>174</sup> Na margem, com outra letra: "faleção"; e por baixo, "dona cezilia de goes, sua molher - 40\$"

<sup>175</sup> Na margem, com outra letra: "faleção a dous de janeiro de 593"

<sup>176</sup> Na margem, com outra letra: "falecida no ano de 94"; e por baixo, "auera mais 10 U em cada hum ano/ pera e seião ao todo L \$ - 50 \$.

E o prior e padres do mosteiro de são Dominguos/ da villa de sanctarem, tem vinte mill rreais em/ cada h~u ano, em quanto lhe não for dado padrão/ de vinte mill reais de juro que Sua Alteza deu por Respeito/ de dona Margarjda que foy sua donzela - 20 \$/

Antonio coelho que foy porteiro da camara de/ sua Alteza tem quinze mill rreais de tença en cada/ h~u ano em sua vida, que avia da dita senhora/ em cada h~u ano por carta jeral, em quanto/ lha não fizesse outra merçe que os valesse - 15\$/<sup>177</sup>

Catherina coelha, e escolastica manoel, tem/ seis mill rreais de tença en cada h~u ano pera ajuda/ de seu sostemtamento - 6\$/<sup>178</sup>

Dona maria de bustamante que foy donzela/ de Sua Alteza, tem corenta mill rreais de tença em cada/ h~u ano de sua vida e 15 reais que tinha/ de Sua Alteza em cada h~u ano em quanto não mandasse/ o contrario E os 25 reais que lhe mais deixou pera/ fosem corenta, como em seu testamento he declarado - 40\$/<sup>179</sup>

Belchior moniz que foy escripuão de thesouro/ de Sua Alteza, tem corenta mill rreais de tença em/ cada h~u ano em sua vida - 40\$/<sup>180</sup>

Anna moniz filha do dito Belchior moniz had auer/ 2o reaisdo primeiro de janeiro de 1582 em diante dos 40 reais do/ seu pai acima declarados - 20\$/<sup>181</sup>

Anna do soueral mulher do dito belchior monis/ tem vinte mill rreais de tença em cada h~u ano/ em sua vida - 20\$/<sup>182</sup>

Manoel da fonseca nobrega que foy chançarel da/ casa de Sua Alteza, tem dez mill rreais de tença em/ cada h~u ano em sua vida, que são os que tinha/ do ordenado com o dito cargo - 10\$/<sup>183</sup>

Dona estefania de marnot que foy donzella de/ Sua Alteza, tem cincoenta mill reais em cada h~u anno/ am quanto lhe não pagarem dous mil cruzados/ que lhe ficarão da Rainha Xristianissima - 50\$/<sup>184</sup>

---

<sup>177</sup> Na margem, com letra diferente: "faleçeo a julho de 89"

<sup>178</sup> Na margem, com letra diferente: "Catarina coelha he faleçida"

<sup>179</sup> Na margem, com letra diferente: faleçeo a iiij de março de 584".

<sup>180</sup> Na margem, com letra diferente: "destes 40 reais não ha d auer/ belchior moniz mais que/ 20 reais porque Renunciou os/ outros 20 reais em aNa moniz/ sua filha per hum aluara que/ tinha de Sua Alteza/ faleçeo belchior/ moniz a 7 agosto de 587"

<sup>181</sup> Acrescentado, com outra letra, entre Belchior Moniz e Ana do Soveral. Na margem, com outra letra: "Faleceo Ana Moniz ao 1º de Agosto de 638"

<sup>182</sup> Na margem, com outra letra: "feleçeo a 18 de Maio de 599"

<sup>183</sup> Na margem, com letra diferente: " faleçeo no ano de 580 em alcantara"

Joana carualha que foy guarda das damas, tem/ dez mill *reais* de tença em cada h~u ano, em quanto/ lhe não derem outra cousa que os valha - 10 \$/<sup>185</sup>

Martim fialho que foy porteiro da camara de/ *Sua Alteza* tem, doze mill *reais* de tença em cada h~u/ anno em sua vida, em quanto lhe não derem/ outra cousa *que* os valha - 12 \$/<sup>186</sup>

Dona Britiz da silueira molher de Johão Rodriguez/ de beja, tem sesenta mil *rreais* de tença em/ cada h~u ano em sua vida - 60\$/<sup>187</sup>

Mecia de sousa, molher de fernão Rodriguez de/ palma, tem vinte e cinco mill *reais* de tença/ em cada h~u anno em sua vida - 25\$/<sup>187</sup>

Pero nobre que foy cozinheiro moor tem vintte/ e h~u mill quinhentos e oytenta e noue *rreais* de/ tença em cada h~u ano em sua vida - 21 589\$/<sup>188</sup>

Manoel ferreyra, mestre de dançar, tem quinze/ mill *rreais* de tença em cada h~u ano em sua vida - 15 \$/<sup>189</sup>

Afonso aluarez que foy comprador de *Sua Alteza* tem/ oytenta e dous mill *reais* de tença em cada h~u ano/ em sua vida e 30 *reais* que tinha de tença/ e os 52 que lhe forão avaliados/ por h~ua Ração que tinha cad ano na despesa/ de *Sua Alteza* - 82 \$/<sup>190</sup>

O Doutor jeronimo fernandez fissico que foy/ de *Sua Alteza* tem cincoenta e seis mill *reais* de tença/ em cada h~u ano em sua vida Os 25 \$ que/ tinha de tença e os 31 \$ que tinha d ordenado/ de fissico que lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu/ testamento he declarado - 56\$/<sup>191</sup>

Antonio Rodriguez que foy Reposteiro de camas, tem/ oyto mil *reais* em cada h~u ano em quanto lhe/ não derem outra cousa que os valha - 8\$/<sup>192</sup>

---

<sup>184</sup> Na margem, com outra letra: "não had auer estes 50 *reais* mais do primeiro de janeiro de 579 por lhes serem os dous mil cruzados"

<sup>185</sup> Na margem, com outra letra: "faleçeo a 6 d outubro de 581"

<sup>186</sup> Na margem, com outra letra: " faleçeo em março de 584"

<sup>187</sup> Na margem, com outra letra: "faleçeo em fevereiro do ano de 586"

<sup>188</sup> Na margem, com outra letra: "faleçeo aos x de julho de 590"

<sup>189</sup> Na margem, com outra letra: "faleçeo a 20 de janeiro de 585"

<sup>190</sup> Na margem, com outra letra: "destes 82 \$ *reais*/ ouuerão por bem/ dos *senhores* testamenteiros *que*/ maria de sam jeronimo ouuesse/ xxx *reais* *que* logo/ fosem postos nella/ por afonso aluarez seu marido/ em dyso conteudo/ faleceo afonso aluarez a 12 de março de 1584"; Em baixo, com letra diferente: " E maria de sam jeronimo sua molher auera 30 \$ *reais*/ em s\$ a vyda cada ano faleceo - 30 \$"

<sup>191</sup> Na margem, com letra diferente: "faleçeo jeronimo fernandez/ de março de 597"

<sup>192</sup> Na margem, com outra letra: " faleçido no ano de 581 a Janeyro"

Lianor d oliueira, molher *que* foy de bras Reynel/ tem vinte mill *reais* de tença em cada h~u anno/ em sua vida - 20\$/

Ho douctor Antonio da gama, que foy procurador/ dos feitos da fazenda de *Sua Alteza*, tem doze/ mill *reais* de tença em cada h~u ano em sua vida/ *queerão os que* tinha d ordenado *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 12 \$/<sup>193</sup>

Catherina anrrulha que foy Regeifeira, tem/ doze mill *reais* de tença en cada h~u ano que lhe/ *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he de/ clarado, E *que* os aja em vida - 12\$/ vendeo esta tensa *com licenca* dos testameenteiros/ a dona giomar d almeida freyra *em santos*<sup>194</sup>

Maria Raposa, filha de tome *Rodrigues Raposo*/ que foy guarda das damas, tem doze mill *reais*/ de tença em cada h~u ano em sua vida , de *que*/ *Sua Alteza*. lhe fez merçe pera seu casamento - 12 \$/

Renunciou esta temsa *em maria* da *fonsequa* filha de/ sebastião da *fonsequa com licenca* dos *senhores testamenteiros*/ por serem nas idades yguaes - 12\$/<sup>195</sup>

Joana d ornellas filha de diogo de proença *que* foy/ escripuão da camara, tem vinte mill *reais* de/ tença em cada h~u ano em sua vida - 20\$//

Bastião aluarez que foy moço da camara E/ seruia de guarda dos liuros da fazenda, tem doze/ mill *reais* de tença em cada h~u ano em sua vida/ *que* lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he declarado Digo *que* são dez - 10\$/

Miguel Ribeiro que seruio de scripuão da matricula/ tem cincoenta mill *reais* de tença em cada h~u anno em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he declarado - 50\$/<sup>196</sup>

Maria manoel, freyra do mosteiro d odivellas/ tem dez mill *reais* de tença em em m [sic] cada h~u anno/ em sua vida - 10\$/

Jheronima Rosada viuva molher que foy de/ luis Domingues ferrador, tem dez mill *reais* de/ tença en cada h~u ano en quanto lhe não derem/ outra cousa *que* os valha - 10\$/<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> Na margem, com outra letra: " faleçeo no fim de março se 595"

<sup>194</sup> Acrescentado, com letra diferente.

<sup>195</sup> Acrescentado , com letra diferente.

<sup>196</sup> Na margem, com letra diferente: "faleçeo a 2 de Agosto de 601"

<sup>197</sup> Na margem, com letra diferente: "faleçeo neste ano de 580"

Dona Britiz de menesses filha de dom Amttonio/ d almeida,<sup>198</sup> tem dez mill *reais* de tença em cada/ h~u anno em sua vida, por Respeito Dos *seruiços*/ de paula viçente sua tia - 10\$/

Dona Ilena, filha do dito dom Antonio, tem dez/ mill *reais* de tença em cada h~u ano em sua/ vida por Resppeito de paula *vicente* sua tya -10\$//<sup>199</sup>

Dona Mariana, filha do dito Don Antonio/ d almeida, tem dez mill *reais* de tença em cada/ h~u ano em sua vida, por Respeito de paula/ viçente sua tia - 10\$/

Hortença de crasto que foy moça da camara/ tem seis mill *reais* de tença em cada h~u anno de/ sua vida - 6\$/<sup>200</sup>

Domingos meirinho *que* foy moço d estribaria de *Sua Alteza*/ tem doze mill *reais* de tença em cada h~u ano/ em sua vida, com que foy aposentado - 12\$/<sup>201</sup>

Gregorio Rodriguez *que* foy moço d estribaria, tem doze/ mill *rreais* de tença em cada h~u ano, em sua vida/ com que foy aposentado - 12\$/<sup>202</sup>

Pero gomez argiso *que* foy moço d estribaria, tem/ doze mill *reais* de tença em cada h~u ano com que/ foy apossentado - 12 \$/<sup>203</sup>

Pero fernão de Z [?] moço d estribaria, tem doze/ mill *reais* de tença em cada h~u ano con *que* foy/ aposentado - 12 \$/<sup>204</sup>

Manoel fernandez *que* foy moço d estribaria, tem quinze/ mill *reais* de tença, em cada h~u ano em sua/ vida com *que* foy aposentado - 15\$//<sup>205</sup>

Afomso lopez<sup>206</sup> *que* foy moço d estribaria, tem doze/ mill *reais* de tença em cada h~u anno em sua vida/ com que foy apossentado Afonso lopez - 12\$/<sup>207</sup>

---

<sup>198</sup> Riscado: "hade".

<sup>199</sup> "Ao primeiro de janeiro de 593/ em diante não ha mais/ d aver a dita dona/ ilena estes x *reais* por/ os vender a joana/ inacia como em sua carta/ he declarado"

<sup>200</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no ano de 595"

<sup>201</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no ano de 80"

<sup>202</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a 8 de março de 596"

<sup>203</sup> Na margem esquerda: "faleçeo ao primeiro de junho de 581"

<sup>204</sup> Na margem esquerda: "faleçeo"

<sup>205</sup> Na margem esquerda: "faleçido no ano de 593"

<sup>206</sup> Tem um borrão que é corrigido à frente

<sup>207</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a 7 Janeiro de 80/ ...ve o primeiro quartel/ ? ppresente ano de 579/ thesoureiro Xptouão tauares/ ..ve o 2º quartel/ ...ve o 3º quartel/ .ouue o 4º [Rubrica]"

Isabel d andrade que foy m oça da camara de *Sua Alteza*/ tem corenta mil *reais* de tença em cada h~u ano em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu tes/tamento he declarado - 40\$/<sup>208</sup>

felipa de gouvea *que* foy dona da camara, tem/ corenta mill *reais* de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 40\$/<sup>209</sup>

Isabel fragosa, tem dez mill *reais* de tença em/ cada h~u ano que lhe *Sua Alteza* deixou - 10 \$/<sup>210</sup>

Branca d evora que foy emfermeira, tem dez/ mill *reais* de tença em cada h~u ano em sua vida/ *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 10\$/

Anna paez que foy moça da camara, tem<sup>7</sup> trinta mill *reais* de tença em cada h~u anno em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 30\$/<sup>211</sup>

Joana sardinha que foy moça da camara, tem/ vinte mill *reais* de tença em cada h~u ano em/ sua vida, *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 20\$/<sup>212</sup>

Joana maldonada, filha de bernardo minhaya/ tem, dez mill *rreais* de tença em cada h~u ano em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu/ testamento declarado - 10\$/

Maria Rodrigues leme molher que foy d antonio moreira/ tem seis mill *rreais* de tença em cada h~u anno em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 6\$/<sup>213</sup>

Isabel de miranda, tem doze mill *rreais* de tença em/ cada h~u anno de sua vida, *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 12\$/<sup>214</sup>

Catherina d'iaz que alimpaua as casas, tem/ quatro mill *reais* de tença em cada h~u anno em sua/ vida, *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 4\$/<sup>215</sup>

A duquessa d arcos, tem trinta e seis mill *rreais*/ de tença, em cada h~u anno em sua vida *que*/ lhe *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he/ declarado - 36\$/<sup>216</sup>

---

<sup>208</sup> Na margem esquerda: "faleçeo em agosto de 88"

<sup>209</sup> Na margem esquerda: "faleçida a 15 d outubro de 578"

<sup>210</sup> Na margem esquerda: "faleceo no ano de 590"

<sup>211</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a sete de novembro do ano de 579"

<sup>212</sup> Na margem esquerda: "faleçeo em agosto de 597"

<sup>213</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no fim de setembro de 589"

<sup>214</sup> Na margem esquerda: "faleçeo"

<sup>215</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no mes de março de 580"

<sup>216</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no fim do mes de dezembro de 584"

Dona giomar coutinha tem vinte mill rreais/ de tença , em cada h~u ano em sua vida *que* lhe/ Sua Alteza deixou - 20\$/<sup>217</sup>

fernão da silua, tem cem mill rreais de temça/ em cada h~u ano em sua vida, *que* lhe Sua Alteza / deixou como em seu testamento he declarado - 100\$/<sup>218</sup>

Johão de mendoça veador que foy da fazenda/ e casa De Sua Alteza, tem cem mill rreais de temça/ em cada h~u ano, em sua vida dos ijc v *que*/ lhe Sua Alteza deixou, como em seu testamento/ he declarado, porque dos outros cem mill reais/ had auer pagamento pella fazenda delRey/ nosso *senhor*, nos dous contos derradeiros de *que* fez/ merçe a Iffante pera poder testar - 100\$/<sup>219</sup>

dona Ilena sua molher, tem bxxx reais/ *que* Sua Alteza lhe deixou - 80\$/<sup>220</sup>

Jorge de mendoça, tem cem mill reais de tença/ em cada h~u ano em sua vida *que* lhe Sua Alteza/ deixou - 100\$/<sup>221</sup>

Afonso de figeiredo, *que* foy escripuão da cozinha/ e compras, tem corenta mill reis de tença en cada/ h~u ano em sua vida *que* lhe Sua Alteza deixou - 40\$/<sup>222</sup>  
E per seu falecimento xx reis a sua molher/ Ana de Sequeyra<sup>223</sup> - 20\$/<sup>224</sup>

Gaspar beliaguo carneiro, tem vinte mill reis,/ de tença *que* lhe Sua Alteza deixou em cada h~u ano/ em sua vida - 20\$/<sup>225</sup>  
e per seu falecimento 10 reis a sua molher ou h~u/ filho *que* elle nomear<sup>226</sup> - nomeou Joana/ de couros sua filha<sup>227</sup> - 10 \$

Mestre anrrique surgião, tem dezaseis/ mill reis de tença em cada h~u ano em sua vida/ *que* lhe Sua Alteza deixou - 16 \$<sup>228</sup>  
faleço/ e a sua molher ficarão x em sua vyda/ de janeiro de 581 em diamte - b10\$/<sup>229</sup>

---

<sup>217</sup> Na margem esquerda: "faleço no fim de dezembro de 581"

<sup>218</sup> Na margem esquerda: "faleço aos 14 de Janeyro de 586"

<sup>219</sup> Na margem esquerda: "faleço a 25 de junho de 581"

<sup>220</sup> Acrescentado com letra diferente. Na margem: "faleço no ano de 597"

<sup>221</sup> Na margem esquerda: "faleço no fim de fevereiro de 588"

<sup>222</sup> Na margem esquerda: "faleceo 7 Janeiro de 584"

<sup>223</sup> Por baixo, com letra diferente.

<sup>224</sup> Na margem esquerda: "faleceo Ana de Sequeira no fim de março de 592"

<sup>225</sup> Na margem esquerda: "faleceo a tres de mayo de 88"

<sup>226</sup> Por baixo, com letra diferente.

<sup>227</sup> Com letra diferente.

<sup>228</sup> Na margem esquerda: "falecido"

<sup>229</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: "ha sua molher Isabel do/ barquo x reis desta temça/ por hos Sua Alteza deixar".



Pero Correa cantor da cappella, tem doze mill *reis*/ de tença em cada h~u ano em sua vida/ que lhe *Sua Alteza* deixou - 12\$/

Jheronimo simões que foy Reposteiro de camas, tem/ vinte mill *rreis* de tença em cada h~u ano em sua vida/ que lhe *Sua Alteza* deixou - 20\$

Thome Raposso, que foy mestre salla e trinchante/ das damas, tem quinze mill *reis* de tença en cada/ h~u ano em sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 5 \$

Jurdão d oliueyra *que* seruio de scripuão da chancelaria/ tem doze mill *rreis* de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 12 \$/<sup>230</sup>

Johão fernãodez *que* foy porteiro da camara, tem/ dezaseis mill *rreis* de tença em cada h~u ano em/ sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 16\$/<sup>231</sup>

Afonso perez que foy porteiro da cozinha, tem/ catorze mill *reis* de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 14\$/<sup>232</sup>

Johão Rodriguez da botica, tem dez mil *reis* de/ tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza*/ deixou - 10\$/<sup>233</sup>

Mathias Manoel, tem dezaseis mill *reis*/ de tença em cada h~u ano em sua vida *que* lhe/ *Sua Alteza* deixou - 76\$/<sup>234</sup>

Antonio Rodriguez çapateiro tem doze mill *reis*/ de tença em cada h~u ano em sua vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 12\$/<sup>235</sup>

Duarte Ribeyro *que* foy boticario, tem dez mill *reis*/ de tença em cada h~u ano em sua vida *que* lhe/ *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he declarado - 10\$<sup>236</sup>/

Manoel faya, *que* foy çerreyro, tem de mill *rreis*/ de tença em cada h~u ano em sua vida *que* lhe/ *Sua Alteza* deixou, como em seu testamento he declarado - 10\$/<sup>237</sup>

---

<sup>230</sup> Na margem esquerda: " faleçeo em/ agosto de 590"

<sup>231</sup> Na margem esquerda: "faleçeo d agosto/ de 594"

<sup>232</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a x de/ janeiro de 590"

<sup>233</sup> Na margem esquerda: "faleçeo 1? fevereiro/ do ano de 93"

<sup>234</sup> Na margem esquerda: "faleçeo/ neste ano/ de 580"

<sup>235</sup> Na margem esquerda: "faleçeo [borrão]/ de março/ do ano de 585"

<sup>236</sup> Na margem esquerda: "faleçeo"

<sup>237</sup> Na margem esquerda: "faleçeo em/ agosto de 81/ A 15 dias delle"

Luis soares sirgheiro, tem seis mill [borrão] dozentos/ e corenta rreis de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou *que* era seu ordenado - 6\$ 240/<sup>238</sup>

Martim gonçallvez *que* foy cozinheiro moor, tem vinte/ mill rreis de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 20\$/<sup>239</sup>

Antonio Rodriguez, *que* foy homem da camara, tem/ dez mill rreis de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 10\$/<sup>240</sup>

Maria gonçallvez sobrinha do padre frey gonçalo *que* foy/ confesor de *Sua Alteza* tem dez mill rreis de tença/ em cada h~u ano em sua vida - 10\$//<sup>241</sup>

Pero d'az do basyo, *que* foy Reposteiro de camas/ tem, oyto mill rreis de tença em cada h~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 8\$/<sup>242</sup>

Miguel maçeyra, *que* foy homem da camara, tem/ doze mill rreis de tença em cada h~u ano *quanto*/ lhe não derem outra cousa *que* os valha - 12\$/<sup>243</sup>

Ilena da costa, Irmã de Dona joana da costa/ *que* esta em odiuellas, tem dez mill rreis de tença/ em cada h~u ano em sua - 10\$/<sup>244</sup>

Isabel d estrada *que* foy moça da camara, tem/ trinta mill rreis de tença em cada h~u ano em sua vida- 30\$/<sup>245</sup>

Johão da Rocha, *que* foy despemseiro moor, tem vinte/ e cinco mill rreis de tença em cada h~u ano em sua/ vida, dos setenta *que* tinha em cada h~u anno/ de *Sua Alteza* porque dos 45 \$ *que* faltão/ ha d auer paguamento pella fazenda del Rey/ nosso *senhor* - 25\$/<sup>246</sup>

luisa d a senção filha de joão da Rocha e freira en *santa*/ clara de santarem ha d auer xb *que* tem em sua vida/ do primeiro de janeiro de 93<sup>247</sup>/

---

<sup>238</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a 20 de/ ? anno de 602"

<sup>239</sup> Na margem esquerda: "faleçeo/ ? de janeiro de 588"

<sup>240</sup> Na margem esquerda: "faleçeo 1?/ de 587"

<sup>241</sup> Na margem esquerda: "faleçida"

<sup>242</sup> Na margem esquerda: "faleçeo 7 feureiro/ de 588"

<sup>243</sup> Na margem esquerda: "estes xij rreis ha d a/ uer francisca de gouuea/ neta de miguel maceira/ de janeiro de 604 em/ diante, por nella os/ renunciar o dito seu avó"

<sup>244</sup> Na margem esquerda: "faleceo"

<sup>245</sup> Na margem esquerda: "faleceo no/ pymeiro de julho/ de 1579"

<sup>246</sup> Na margem esquerda: "faleco [sic] no fim 7 de julho de 92"

<sup>247</sup> Por baixo, em letra diferente.

francisco d almeyda que foy thesoureiro da/ cappella, tem, trimta mill reis de tença em cada/ hh~u ano em sua/ vida *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 30\$/<sup>248</sup>

Manoel caldeyra, tem trinta mill rreis de tença/ em cada h~u ano em sua vida *que* lhe *Sua Alteza*/ deixou, como em seu testamento he declarado - 30\$/<sup>249</sup>

Violante nunez mulher que foy de diogo Rodriguez/ *que* foy alfayate de *Sua Alteza*, tem vinte mill rreis/ de tença em cada h~u ano, *que* avia de *Sua Alteza*,/ em quanto ouvesse por bem e não mandasse o contrario - 20\$/

Marcos varela moço *que* foy da estribaria, tem/ 7dez mill reis de tença em cada h~u anno em sua/ vida com *que* foy aposentado - 10\$/<sup>250</sup>

Ho mosteiro de são paulo da ordem de são Domingos/ *que* esta cituado na villa d almada, tem/ trinta mill reis de tença em cada h~u ano em/ vida do padre frey francisco foreyro, *que* lhe *Sua Alteza* deixou - 30\$/<sup>251</sup>

Dona Joana Sigeat filha de dona luisa/ Sigea, tem doze mill reis de tença em cada/ h~u anno em sua vida - 12\$/<sup>252</sup>

Crisptouão pirez *que* foy azemel, tem sette/ mill e dozentos rreis de tença em cada h~u/ ano em sua vida *com que* foy aposentado - 7\$200/<sup>253</sup>

Aluoro [sic] gago *que* foy mantieyro de *Sua Alteza*/ tem cem mill rreis de tença em cada h~u ano/ em sua vida, *que* lhe forão dados conforme/ a verba do testamento e carta de seu officio-100\$/<sup>254</sup>

é por sua morte xx reis a sua mulher/ dona janebra - 20\$/<sup>255</sup>

Christouão Leytão, *que* foy despemseiro moor, tem/ corenta mill rreis de tença em cada h~u anno em/ sua vida, dos setenta *que* lhe forão dados com/ forme a verba do testamento, e carta de seu/ offiço. por *que* dos 30\$ *que* faltão a pagamento/ pella fazenda delRey nosso *senhor*, nos dous/ contos de rreis de *que* fez merçe a Iffante - 40\$/<sup>256</sup>

---

<sup>248</sup> Na margem esquerda: "faleço [sic] v/ Janeiro de 591"

<sup>249</sup> Na margem esquerda: "faleceo aos/ de junho/ de 593"

<sup>250</sup> Na margem esquerda: "faleceo aos/ cimco d abrijl/ de 590"

<sup>251</sup> Na margem esquerda: "frey *francisco* foreyro/ faleceo a dez de janeyro de 581"

<sup>252</sup> Na margem esquerda: "faleção no/ ano de 593"

<sup>253</sup> Na margem esquerda: "faleção no fim/ do ano de 587"

<sup>254</sup> Na margem esquerda: "faleção em/ agosto de 580"

<sup>255</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: " faleção dona/ janebra a sete/ de março de 597"

<sup>256</sup> Na margem esquerda: "faleção no fim/ do ano de 591"

e por seu falecimento xx reis a sua molher/ Ines d ornelas *que* avera de janeiro de 592 em diante - xx reis/<sup>257</sup>

Christouão tauares, que foy estribeiro e/ çeuadeiro moor, tem setenta mill reis de tença/ em cada h~u ano em sua vida *que* lhe forão/ dados conforme a verba do testamento e/ carta se seu officio - 70\$<sup>258</sup>

e por sua/ morte xx reis paguo filho ou filha *em* vida/ e nomeou a sebastiana da silua sua filha/ freyra no saluador - 20\$/<sup>259</sup>

Lopo de crasto, que foy copeiro, tem corenta mil/ rreis de tença em cada h~u ano em sua vida, *que*/ lhe forão dados conforme a verba do testamento/ e a carta de seu officio - 40\$/<sup>260</sup>  
e per sua morte x a sua molher/ perpetua caldeira - 10\$/<sup>261</sup>

Johão gomez que foy guarda das damas, tem/ corenta mill rreis de tença em cada h~u ano em/ sua/ vida, e mais dez mill reis por tres/ moyos de çeuada *que* tinha na çeuadaria de/ Sua *Alteza*, *que* lhe forão dados conforme a/ verba do testamento - 50\$/<sup>262</sup>

Simão Lopez que foy alfayate de sua [sic] *Alteza*,/ tem doze mill reis de temça em cada h~u anno em/ sua vida - 12\$/<sup>263</sup>

Crisptouão Luis orives d ouro, *que* foy de sua [sic] *Alteza*/ ha d auer doze mill reis de tença em cada/ h~u ano em sua vida *que* he ho ordenado *que*/ tinha com o dito cargo *que* os testamenteiros/ lhe mandarão dar avemdo Respeito/ aos seruiços *que* tem feitos a fazemda/ de sua [sic] *Alteza* na venda das suas joyas/ e pedraria e as mais cousas *que* alega/ em sua petição, e *que* os começa a vemçer/ do primeiro dia de julho de 578 em/ diante, de *que* ouve ja desembarguo/ ate fim do dito ano - 12\$/<sup>264</sup>

Grigorio Velosso, que seruio d escripuão e/ apontador das obras da cappella moor de nosa/ *senhora* da luz. ha d auer vintoito mil reis/ cada ano *que* tem d ordenado em quanto *servir* - 28\$/<sup>265</sup>

---

<sup>257</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: "faleçeo no fim/ de marlo de 59[borrão]"

<sup>258</sup> Na margem esquerda: "faleçeo aos/ 20 de julho/ de 580"

<sup>259</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: " nomeou xx reis desta *tença*/ em sebastiana da silua sua/ *filha* freyra no mosteiro/ do saluador. faleceo/ a b de janeiro de 600"

<sup>260</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a 28 de nouembro de 598"

<sup>261</sup> Por baixo, com letra diferente.

<sup>262</sup> Na margem esquerda: "faleceo A 13 de/ novembro de 589"

<sup>263</sup> Na margem esquerda: "faleceo a/ bj de julho/ de 581"

<sup>264</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no/ Ano de 596"

<sup>265</sup> Na margem esquerda: "faleceo a 22/ de outubro de 1601" Esta verba esá escrita com letra diferente à do corpo do rol.

Dona isabel de goes filha do domyn/ guos leytão ha d aver xxx reis de/ tença em sua vyda do pymeiro de janeiro de 580 - 30\$/<sup>266</sup>

Dona Isabel de mesquyta filha de jorge da costa/ ha d aver xx reis que seu pay nela nomeou - 20\$/<sup>267</sup>

Dom pero de meneses filho de dom Antonio/ de meneses e neto de dona costança ha/ d aver trezentos e setenta myll reis/ em cada h~u ano do primeiro de Janeiro de 580 em/ diamte por Sua Alteza lhos deixar pelo aluara/ de lembrança - 370\$ não ha mays d aver nada/ o dyto dom pero per vemder tudo/<sup>268</sup>

dona Maria coutinha ha d auer vinte mill reis de/ tença que lhe Sua Alteza deixou em sua vida - 20\$/<sup>269</sup>  
faleceo 7 mayo de 589//<sup>270</sup>

## 1578

Ordenados que tem os offiçiaes que seruem no conmprimento do testamento de sua alteza

Sebastião da fonsseca, que serue d escriptuão/ da fazemda e comprimento do testamento de/ Sua Alteza tem dozentos mill rreis d ordenado em/ çada h~u ano em quanto seruir - 200\$/<sup>271</sup>

Christouão tauares que serue de thessoureiro/ da fazenda que ficou per faleçimento de/ Sua Alteza, tem çem mill reis d ordenado, em/ cada h~u anno em quanto seruir - 100\$/<sup>272</sup>

Christouão leytão, que serue d escriptuão/ do ynventario e da Receyta do ditto/ thessoureiro, tem cinquenta mill rreis d orde/ nado, em cada h~u anno em quanto seruir - 050\$/<sup>273</sup>

e serue johão de pina com trymta/ myll reis por anno/<sup>274</sup>

---

<sup>266</sup> Na margem esquerda: "falecida"

<sup>267</sup> Com letra diferente.

<sup>268</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: "ouue pagamento do pero/ des 20\$070 reis que/ se lhe montaraão aver de/ 4 d agosto de 578 em que foy o dia/ da batalha ate fim do ano/ de 579 no thessoureiro aluaro fernandez/ como se vera pela pro/visão que esta Recebida no livro/ de 585 a ff 167/ a Rezão de 370\$ peranno".  
" Na margem direita: " não ha d aver/ mais que 170\$ de Janeiro de 592 em diamte/ por vemda c reis/ j licença pera isso ouue"

<sup>269</sup> Com letra diferente.

<sup>270</sup> Co letra diferente

<sup>271</sup> Na margem esquerda: "faleçeo a 25/ de agosto de/ 599"

<sup>272</sup> Na margem esquerda: "faleçeo"

<sup>273</sup> Na margem esquerda: "não serue"

<sup>274</sup> Por baixo, com letra diferente. Na margem esquerda: "faleceo em/ agosto de 596". As verbas seguintes são todas acrescentadas com letra diferente.

Antonio da *fonseca* ha d aver 100\$ do *primeiro* de janeiro de 592 *que dom pero* de meneses/  
lhe vemdeo dos 370\$ *que tinha em sua vida*/

d *fernandez* ha d aver 50\$ pella mesma *maneira*/

afonso lopez seu irmão filho d aluaro *fernandez* outros 50\$/ *que* lhe vemdeo o dito dom *pero*  
dos 370\$ *que tinha*//

Marya Reymondez mulher de *manuel* da/ *fonseca nobrega* tem xx *reis*/ cada h~u ano *em sua*  
vyda - 20\$/<sup>275</sup>

dona *maria* filha d esteuão gomez da/ *silueyra* e de dona Ines sobrynha/ de *maria* de  
quynhones freyra no7 *mosteiro* da madre de *deos* ha d aver/ xxiiij xc xxxbj *reis* de temça/ *em*  
cada anno *em vyda* da dita/ freyr - 23\$936/<sup>276</sup>

Roque *Rodriguez* filho d amtonio *Rodriguez* *que* foy capateiro da Iffante *que deos* tem/ ha d  
aver tres seys myll *reis* de/ temça *em sua vyda em* cada h~u ano - 6\$/<sup>277</sup>

Amtonio *gonçalvez* *que* foy cozinheiro tem/ coatro myll *reis* de temça - 4\$/<sup>278</sup>

francisco leytão *que* foy cozinheiro tem/ coatro mjll *reis* de temça - 4\$/

fernão miz *que* foy confeyteiro avera/ 4800 *reis* do *primeiro* de Janeiro de 590 *em*/ cada h~u  
ano de sua vida e do *que* se lhe/ montou aver do faleçimento de *Sua Alteza*/ ate fim do ano  
de 589 foy pago7 no *fevereiro* como se vera pelo livro/ de registo *em provisão* - 40\$/<sup>279</sup>

*fernandez* daltre da *silua* ha daver/ R *reis* de temça *em sua vida* de ix dias/ de *novembro em*  
*que* seu pay faleçeo do ano de 589 *em diamte* - 40\$//

A perpetua caldeira mulher de lopo de crasto *que* foy copeiro de *Sua Alteza* x de tença *em*  
uida/ *que* o dito seu marido nella nomeou e os começa a uencer de 28 de *nouembro* de  
598/<sup>280</sup>

---

<sup>275</sup> Na margem esquerda: "faleceo"

<sup>276</sup> Na margem esquerda: "asentou se uisto ser/ falecida dona *maria* *que*/ mariana da Costa/ sobrinha da *mesma*  
*maria*/ de quinhones, ouuesse/ esta temça, *em vida*/ de sua tia para lhe/ acodir a pelas [sic] necessidades"

<sup>277</sup> Na margem esquerda: "faleçeo *em*/ Julho de 596"

<sup>278</sup> Na margem esquerda: "faleçeo/ no fim de 592"

<sup>279</sup> Na margem esquerda: "faleçeo no ano/ de 597". Por baixo, com letra diferente: " soror Magdalena E soror/  
Innes freiras no *mosteiro* do/ saluador , e filhas de Sebas/ tião da *fonseca*, ham d auer/ x *reis* cada huma de *tença*/  
*em sua uida* *que* o dito/ seu Pay nellas nomeou/ pello aluara *quetinha* e os/ uenceram de 25 de Agosto de 99 *em*  
diante"

<sup>280</sup> Acrescentado no topo da página com letra diferente.

temças *que* se paguão em castella as pesoas abaixo declaradas *que* a Rainha *Cristianissima*  
lhes deixou *em vyda*

Dom filipe de salazar - 40\$/<sup>281</sup>

Amtonio de gusmão - 80\$/  
nomeou *em* dona Isabel sua filha *com licença* de Sua Alteza/

Roque de Reymondes - 20\$/<sup>282</sup>

Dona maria de poras - 200\$/<sup>283</sup>/

Dona francisca de solas - 20\$/<sup>284</sup>/

Dom João de naua - 30\$/<sup>285</sup>/

Dioguo d ayalla - 20\$/<sup>286</sup>/

Martins de salinas - 12\$/<sup>287</sup>

João do carualhal - 24\$/<sup>288</sup>

marya de galuez - 24\$/<sup>289</sup>

lianor da piadade - 4\$250/<sup>290</sup>

Amtonio d evera copeo moor - 10\$/<sup>291</sup>

---

<sup>281</sup> Na margem esquerda: "falecido/ *em* novembro de 589"

<sup>282</sup> Escrito sobre o traço que separa a frase da quantia: "no de *setembro* de 89". Na margem esquerda: faleceo/ na *em* fiada/ do ano de 590"

<sup>283</sup> Escrito sobre o traço que separa a frase da quantia:"a 23 de *fevereiro* de 590". Na margem esquerda: "falecida *em*/ abryl de 590"

<sup>284</sup> Na margem esquerda: "faleção no/ anno de 580"

<sup>285</sup> Na margem esquerda: "faleção no/ anno de 586"

<sup>286</sup> Escrito sobre o traço que separa a frase da quantia: "sua filha dona/ lianor manoeel tem desta trinta".

<sup>287</sup> Na margem esquerda: "faleção *em* setembro/ de 594"

<sup>288</sup> Na margem esquerda: "falecido"

<sup>289</sup> Na margem esquerda: "faleceo no/ anno de 580"

<sup>290</sup> Na margem esquerda: "falecida"

<sup>291</sup> Na margem esquerda: "falecido"

João de Iomano, ha dauar xx de tenca/ em sua uida *que* Anna de Iomana molher/ de João Rodriguez de Palma sua may nelle no/ meou per licença *que* tinha de *Sua Alteza* como/ en seu testamento he declarado - xx/<sup>292</sup>

Soror Magdalena e Jessu filha de sebas/ tião da fonsaca, e freira no mosteiro do/ saluador, ha d auer x de tenca em/ sua uida, *que* o dito seu Pay nella nomeou - x/<sup>293</sup>

Soror Jnnes d assumção filha de sebastião/ da fonsaca e freira no mosteiro do saluador/ ha d auer x de tenca en sua uida/*que* o dito seu paj nela nomeou - x/<sup>294</sup>

Perpetua Caldeira molher de lopo de crasto/ *que* foi copeiro de *Sua Alteza* ha d auer x de tenca/ en sua uida *que* o dito seu marido nella nomeou - x/<sup>295</sup>

Declaração das *pessoas* a *que* dona Costansa de gusmão uendeo os trezentos mil *reis* de tença *que* tinha para nomear

a Duarte *fernandes* corenta mil *reis* - R/

a Violante loes reinel vinte mil *reis* - xx/<sup>296</sup>

a Luis sardinha corenta mil v - R/

a Jacome d oliuares cem mil *reis* - c/

a Pero gomes trinta mil *reis* - xxx/<sup>297</sup>

a Manoel de Bessa trinta mil *reis* - xxx/

a Jeronima leme quinze mil *reis* - xb/

a Donna Anna de Sousa quinze mil *reis* - xb/

Dona Maria de Mello dez mil - x//

Declaração das *pessoas* a *que* dom Pedro de menezes vendeo os trezentos e setenta mil *reis* *que* tinha de tenca na fazenda de *Sua Alteza*

A Antonio da fonsaca cem mil *reis* - c/

a Duarte *fernandez* cincoenta mil - L/

a Fernão lopez cincoenta mil - L/

Majs a Duarte *fernandez* sesenta mil - Lx/

Majs a Fernão lopez setenta mil - Lxx/

a Pero gomez corenta mil *reis* - R//<sup>298</sup>

---

<sup>292</sup> Na margem esquerda: "vence esta/ tenca de 8 de/ março de 595/ em diante"

<sup>293</sup> Na margem esquerda: "vence esta/ tenca de 25 de/ Agosto de 599/ em diante"

<sup>294</sup> Na margem esquerda: "vence esta/ tenca de 23 de/ Agosto de 599/ em diante"

<sup>295</sup> Na margem esquerda: "faleceo"; por baixo: "vence esta tenca/ de 28 de nouembro/ de 598 em diante"

<sup>296</sup> Na margem esquerda: "faleceo"

<sup>297</sup> Na margem esquerda: "faleceo a xj de/ nouembro de 602"



[Cartas de alforria dos escravos de D. Maria, 1578]

tittulo das cartas d alfforia que sse derão/ aos escrauos que ficaram por falleçimento da/ Jffante Dona Maria que deos tem/ os testamenteiros da Jffante dona maria que deos tem etc fazemos/ saber aos que esta uirem, que amte os leguados e mandados/ que a dita senhora deixou em seu testamento esta h~ua verba pella/ qual Sua Alteza manda que todos os escrauos e escrauas assj/ Brancas como pretas seus captiuos que se acham ao tempo/ de seu falleçimento ffiguem foros liures e ixemptos da qual/ uerba o trellado he o seguinte E mando que todos meus/ escrauos e escrauas que sse acham quando nosso *senhor for*/ seruido de me levar pera asy fiquem foros e liures diguo os/ escrauos e escrauas que forem meus captiuos, e a *certidão e mandado*/ certo aos meus testamenteiros que lhes dou uida com que não/ fiquem e adies, E pera jssso deixo aos escrauos dezerdados/ o *dinheiro* a cada h~u, E as escrauas pretas vinte mil de o *dinheiro*/ a cada h~ua pera casarem G às escrauas brancas quarenta mil/ *reis* a cada h~ua pera as casarem em *dinheiro* e tudo ysto fara logo/ pera que ffiguen Remedeadas e com uida

E ora por parte/ de liyanor d austria escraua branca captiua que foi da dita *senhora*/ nos foi pedido que por quanto ella era h~ua das escrauas cap/tiuas de Sua Alteza que per seu falleçimento ficaram ouuessemos/ por bem de lhe mandarmos dar trellado da *verba* do dito/ testamento pella qual fica forra e com liberdade d afforia/ E visto pomos sseu Requerimento e nos constar a dita liyanor/ d austria ser h~ua das escrauas captiuas que a dita *senhora*/ tinha ao tempo de seu falleçimento ouvemos por bem de lhe dar/ a *verba* do testamento da dita *senhora* que nesta vaj jncorporada j/ pella qual decramos por forra liure e ixempta d oje/ pera todo o sempre na dita liyanor d austria e abillytamos/ como se fora naçida forra, pera que faça de sy ho que quiser/ como qualquer outra pessoa fforra e ixempta ho pode fazer/ Notefficamolloy assy a todos os coregedores juizes e justiças/ deste Reyno e quaes quer outras justiças a que esta ffor apre/semado e o *conto* della pertencer que ajam à dita liyanor d austria por forra liure e ixempta e como tal a deixem/ uiuer e andar por onde quer que quiser sem lhe a jssso ser posta/ duuida nem embargo alg~u por quanto assy o avemos por bem/ E posta firmeza dello lhe mandamos dar esta per nos assinada/ e assellada com o sello das armas da dita *senhora* e dada na/ cidade de *lixboa* aos xij dias do mes de *dezembro* 2 folio e o *desembargara fecta*/ anno do naçimento de nosso *senhor* Jeus Cristo de MBcLxxbij/ ssebastyam da *fonseca* a fez espreater//

fº 270vº - Domingos de Brito

fº 271 - Françisca pinella

---

<sup>298</sup> Na margem esquerda: "faleceo a xj de nouembro de 602"

fº 271vº - Ruffina da silva  
fº 272 - graça de crasto  
fº 272vº - Catarina de crasto  
fº 273 - francisca gomez  
fº 273vº - francisco de crasto  
fº 274 - pero Rodriguez  
fº 274vº - jacome de crasto

**Documento nº 66:** ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 48, ffº18vº-21

[Livro de tenças da Infanta D. Maria no ano de 1610]

A casa da Santa Mizericor/dia desta cidade/ *Item* XIX biijc se lhe le/uão maes em/ despeza per/ outros tantos que entregou/ aos jrmãos da mizericordia desta/ cidade de lisboa o ano de/ 610 pera pagamento de hua/ missa estraordinaria que a dita/ infante manda se diga/ os o [sic] altar mor da dita casa/ pellas almas do fogo do/ purgatorio a qual e en/tra e se carregam em *Registo/ anelar* Leitão thesoureiro da dita casa/ em seo Liuro della pagina 34 ver/so como se vio da certidão/ daquelo peris carualho escriuão/ da dita casa que vaj a *Licença/ 4//*

Ao Prior do Mosteiro de/ Belem/

*Item* X reaes se lhe leuão/ mais em despe/za per outros con/tos que pagou ao prior do mos/teiro de belem pera hu ani/uerçario de noue lições/ E missa cantada que o ano/ passado de 610 se dise no/ dito mosteiro pella alma/ dell Rej dom manuel que esta/ em gloria per h~u offertorio/ de tres lições pellas almas/ dos infantes jrmãos da/ dita senhora como se vio do mandado dos senhores testa/menteiros que com *conhecimento* de per dio/go d andrade procura/dor geral da dita casa vaj/ a *licença 7/*

Antonio de lyma em/ ser mestre de carpin/taria/

*Item* bjCxxxj biijcxxij reaes se lhe/ leuão aqui mais/ em despeza per ou/tros tantos que entregou a Antonio de lira digo lima filho do defunto/ antonio de lima que foy mestre da/ carpintaria da obra do ospital/ pera pagamento de madeira e bordos/ pera que os officiaes que na dita/ obra trabalharão de quatro de/ janeiro de 610 a dezembro do dito ano/ como se vio do mandado dos senhores testamenteiros/ que vaj a *licença 1//*

pera as ferias/

*item* iijCLX iiijc Lxxxix reaes se lhe/ leuão mais em des/peza per outros tan/tos que pagou pera achegas e pagamento/ das ferias da obra do ospital de nosa/ senhora da lus de quatro de janeiro de 610/ ao deradeiro de dezembro do dito ano/ como se vio do mandado dos senhores tes/tamenteiros e certidão do aponta/dor da dita obra e despacho per/ gonçalo perisos termos super escriptos dentro/ della que vaj a *licença 9/*

a pero Luis e Luis gonçalves/ empreiteiros pera com/pria da pedraria/

Item biiijcRij ixc *reaes* se lhe leuão/ mais em despe/za per outros tan/tos que entregou aos empreiteiros/ pero Luis e Luis *gonçalues* pera compra/ da pedraria e pagamento das/ ferias de quatro de Janeiro de 610/ ao dia de lo 1º do dito ano como/ se vio do mandado dos *senhores* tes/tamenteiros e certidão do aponta/dor das ditas obras *que* vaj a *licença* 10/

A *gaspar vicente* e *francisco Luis*/ empreiteiros do/ ladrilho/

Item iiij Lxx *reaes* se lhe leuão mais em despe/za per outros tan/tos que entregou aos empreiteiros/ do ladrilho *gaspar vicente* e *francisco*/ Luis a conta do *que* am de aver pela/ dita obra os quaes Receberão/ em 29 de dezembro de 610 e ate/ do 1º do dito ano como se vio/ do mandado dos *senhores* testamenteiros/ e certidão do apontador *que* vaj/ a *licença* 11/ ordenado de *baltasar aluares*/ arquiteto/

Item Lta *reaes* se lhe leuão mais/ em despeza per/ outros tantos *que*/ pagou a *baltasar aluares* arquiteto de/ *sua* magestade mestre das obras do ospital de nosa senhora da luz de seu/ ordenado que tem com o dito officio/ e lhe serão devidos do ano de/ 610 como se vio do mandado dos/ *senhores* testamenteiros *que* com *conhecimento*/ vaj a *licença* 12/

dotes as noue/ orfaas/

Item iiijc Lta *reaes* se lhe leuão/ mais em despe/za per outros/ tantos que pagou as noue/ orfaas a Rezão de sincoenta/ mil *reaes* cada hua que he o dote/ que a senhora infante deixou en/seu testamento declarado e a/ esta contia pagar o ano de/ 610 como se vio de manda/do dos *senhores* testamenteiros *que* com certidão dos jrmãos da casa da *misericórdia* desta cidade e conto das/ pessoas que casarão com as ditas/ orfas tudo vaj na *licença* nº13/ tença a dona/ isabel de ve/lasco/

Item Lxxx *reaes* se lhe leuão mais/ em despeza per ou/tros tantos que pagou a dona Jsabel de Velasco/ de hua tença *que* tem em uida/ *que* a senhora iffante lhe deixou como/ consta da certidão do secretario/ Antonio da fONSEQUA das cartas/ de pago da dita obra isabel/ de velasco o qual pagamento he/ do ano de 610 E os ditos papeis/ vão no assento 14//

ouuese mandado dos *senhores* testa/menteiros pera se auer/ de seus e manda/ os ditos oitenta mil/ *reaes* o qual he *fecto* a/ 20 de março de 610/ E vaj a *licença* desta/ certidão *que* he do ano/ de 610 no nº5/ [Rubrica]//

tença a dona leanor/ manOel/

Item xx *reaes* se lhe leuão mais/ em despeza per ou/tros tantos que/ pagou a dona leanor manOel molher/ de diogo de seruera por seu procurador/ Antonio francisco paez que tem de tença/ e mais da tença de hu ano pagos/ em castela e esses vencem o ano/ de 610 como consta da carta/ de pago do dito Antonio francisco paez/ e certidão de como he viua/ vaj na *licença* 15/

ouues e mandado dos *senhores* tes/tamenteiros pera se auer/ de levar em conta/ os ditos 20 *reaes* o qual he/ *fecto* a 20 de março 610/ E vaj a *Licença* desta/ conta *que* he do ano/ de 610 no nº 03/ [Rubrica]/

das obras da sam/cristia/

Item j quinhentos Lrbiiij iiijc Lxx *reaes* se lhe/ leuão mais em despeza per outros/ tantos que por mandado dos *senhores*/ testamenteiros despendero nas/ obras da sancrestia de nosa/

*senhora da lus e nos armarios dela/ pella maneira declarada no man/dado dos ditos senhores nas vinte/ e noue portarias que com conhe/cimentos dos offeciaes com/ que mo prior do dito com/uento se contratou tudo/ vaj na licença nº16/ despesas verbaes/*

*Item xxx bjC e R reaes se lhe leuão mais em/ despeza per outros/ tantos que despemdeo em despe/zas verbais o ano de 610 pella/ maneira declarada no Rol delas/ que vaj junto ao mandado per que seja/ esta despeza com as portarias he/ das pessoas que as Receberão que/ tudo vaj a Licença nº17//*

**Documento nº 67:** ANTT — *Arquivo dos Feitos Findos - Administração de Casas*, Lº 47, ffº 17-21

[Livro de tenças da Infanta D. Maria no ano de 1613]

*Aos jrmãos da/ misericórdia d evora pera as/ feyras do caluario/ item ijc xx reis - per outros tantos que/ entregou ao proueedor/ e jrmãos da mizericor/dia da cidade d evora, os ijc biiij reis pera com/ elles Acodirem as freiras do mosteiro do cal/uário, da dita cidade com dez cruzados ca/da semana, E os doze mil reis que a dita/ senhora Infante manda se dem aos ditos jr/mãos pelo trabalho que nisso he não, como/ sello do mandado dos senhores testamenteiros/ feito A 20 de nouembro de 613 que vaj a Licença/ com comtos dos ditos jrmãos, per que consta/ Reçeberem A dita contia, que he per con/ta do dito ano de 613/*

*Ao prior do mosteiro de/ belem, Item x reis - per tantos que entregou/ ao prior do mosteiro de be/lem pera h~u Aniversario/ de noue Liçois e miça cantada, que se disse/ no dito mosteiro no dito Anno de 613 pella Al/ma del Rej dom manuel, e por bom officio de liçois com sua miça pellas Almas dos ausentes/ Jrmãos da dita senhora, Infante como se uio do/ mandado dos senhores testamenteiros feito A 7 de março/ do dito ano que com conhecimento do presente frej vicente de teiue/ procurador do dito mosteiro vaj a Licença//*

*A antonio de lima que/ corre com a obra de car/pintaria/ Item ijc iiij bjC reis per outros tantos que en/tregou, ha Antonio de/ Lima filho do defun/to Antonio de Lima que foj mestre de car/pintaria da/ obra d ospital de Nossa senhora/ da luz, pera pagamentos de madeiras/ ferragens e officiaes que na dita obra/ trabalharão do primeiro de Janeiro do dito A/nno de 613 atee, 23 de agosto do mesmo ano/ como se vio do mandado dos senhores testamenteiros feito A 12 de nouembro do dito ano/ que com conhecimento do dito antonio de lima vaj/ a Licença/*

A pero Luis e Luis *gonçaluez*/ empreiteiros de pedraria/

*Item* Lxb bijc xxij reis per tanto que entregou/ aos Empreiteiros pero Luis/ e Luis *gonçaluez* pera compra/ de pedraria e paguamento das ferias, do primeiro/ de janeiro de mil e seiscentos e treze ate 29/ de *nouembro* do dito ano como se vio do man/dado dos *senhores* testamenteiros

feito A 12/ de *dezembri* do dito anno, e seu *conhecimento* e certidão/ do apontador das ditas obras do ospital/ que vaj a *Licença*//

Em acheguas e/ paguamentos das fe/rias/

*Item* iiijc Lxbj iijc xbij reis per tantos que pagou pera acheguas e pa/guamentos das fe/rias da obra do ospital, de nossa *senhora* da/ luz de 21 de janeiro de 1613 ate 11 de *dezembro*/ do dito anno, como se vio do mandado dos/ *senhores* testamenteiros feito a 20 de março de seis/çentos e catorze, que vaj a *Licença* com ha cer/tidão de que trata,

A domingos Luis e seu filho marçineiros/

*Item* Lxxx iiijc reis per tantos que pagou, ha/ domingos Luis e a seu/ filho domingos Luis/ marçineiros que fizerão o Retabollo, pella diguo/pera a capella d ospital, de nossa *senhora* da luz/ 1278\$ Reis que foj o presso per que fizerão ho/ dito Retabollo, de todo acabado com seu sacra/rio, e altar com suas guauetas e ij iiijc reis/ que fez de custo o carreto de levar, a dita obra/ desta cidade, como se vio do mandado dos/ *senhores* testamenteiros feito A 3 de abril de 614 que/ com as certidois de que trata vaj a *Licença*//

A antonio esteues, cristouam/ Rodriguez e francisco Afonso calseteiros/

*Item* cento xxxbij IX reis per tantos que pagou/ a Antonio esteues chris/touão Rodriguez e francisco Afonso/ calseteiros que tomarão de jmpreitada, as obras/ que no ospital de nossa *senhora* da lus se fizerão/ de seu offiço que forão medidas pelo medidor da çidade como se vio per mandado dos/ *senhores* testamenteiros, feito, A 9 de abril de 614/ que com seu *conhecimento* e mais papeis de que trata/ vaj a *Licença*//

A pero fernandez de torres me/didor/

*Item* xij reis per tantos que pagou/ A pero fernandez de torres me/didor das obras de sua/ magestade e seu Architeto, que os *senhores* testamenteiros/ lhe mandarão dar da deradeira me/dição que se fez nas obras do ospital de/ nossa *senhora* da lus asj de pedreiros como/ de carpinteiros e nellas seruio de terseiro/ como se vio per seu mandado feito A 28/ de *nouembro* de 613 que com seu *conhecimento* vaj a *Licença*//

Aos padres de Nossa Senhora da luz/ per compra de h~uas/ terras/

*Item* ijcR reis - per tantos que entre/gou ao padre prior do/ mosteiro de nossa *senhora*/ da lus que foj o presso per que comprarão a/ terra que esta de frente do ospital de/ nossa *senhora* da

luz que se mandou tomar pera/ Adro do dito ospital como se vio per *mandado*/ dos *senhores* testamenteiros

feito a 24 de ja/neiro de 614 que com *conhecimento* do procurador/ do dito mosteiro e a verba que Requere/ vaj a *Licença*//

de ciza da terra/ que comprarão/

*Item* xij reis - per tantos que pagou/ aos offiçiaes del Rej/ nosso *senhor* da misericordia Siza/ dos duzentos e corenta mil reis per que se/ comprarão as duas courellas de terra/ pera seruirem de Adro do ospital de no/ssa *senhora* da Lus como se vio do *mandado* dos/ *senhores* testamenteiros que com o treslado da/ certidão dos ditos officiais vaj a *Licença*/ feito A 10 de Abril de 614/

A dona Jsabel de/ Velasco de Suas/ tenças/

*Item* Lxxx reis - per tantos que pagou A/ dona Jzabel de Velasco,/ de sua tença que tem/ em vida que a *senhora* Infante lhe deixou, e lhe forão, na folha deste anno de 613, per h~ua A/dição onde se fez declaração que vão leudos/ neste acento em despeza, per quitaçois da dict ta dona Jzabel de Velasco, que vaj a *Licença*/

A antonio de lima/ alem da contia atras/teor

*Item* cento xxb reis per tantos que pagou/ ha Antonio de Lima per cuja conta correm/ as obras de carpintaria do ospital de nossa/ *senhora* da luz a conta do que ade aver pela/ dita obra, como se vio per *mandado* dos/ *senhores* testamenteiros

feito A 19 de abril/ de 614 que com os *contos* de que trata vaj/ a *Licença*/ das obras do couto de/ sam mateus/

*Item* iiijc Lix RJ reis per tantos que despen/deo nas obras que se fizerão no couto de/ São Mateus pera o mosteiro de freiras da/ *senhora* Infante que *deos* tem per conta de sua/ fazenda que entregou pella maneira decla/rada em h~u *mandado* dos *senhores* testamentei/ros

feita A 28 de Abril de 614 per onde/ fez a dita despeza que com as certidois e *conhecimentos*/ de que trata vaj a *Licença*//

A Balthesar Aluarez/

*Item* xxb reis - per tantos que pagou a balthesar aluez Ar/chiteto de sua magestade/ a conta dos sincoenta mil reis que tinha de ordenado de mestre de obras do ospi/tal de nossa *senhora* da lus como se vio per *mandado*/ dos *senhores* testamenteiros

feito a 15 de Abril/ de 614 que vaj a *Licença* com seu *conhecimento*/

Nas obras do couto/ de Sam Matheus/

*Item ijc xxxbj biiijc Lxiiij reis per tantos que despen/deo nas obras do couto/ de são matheus, per con/ta do conde de Monsanto por serem em bene/fiço das suas cazas pela maneira declarada/ em h~u mandado dos senhores testamenteiros*  
feito A 28/ de abril de 614 per onde se leua aquj en des/peza a dita contia que vaj a *Licença* com as cer/tidois de que trata E verba que Requere//

## VIII — Testamento

**Documento nº 68:** BNL — Cod. 6 900: *Treslado do Testamento da Iffante, qve Deos tem*

[Testamento da Infanta D. Maria, cópia impressa s/d]

IN NOMINE PATRIS, ET FILII, ET SPIRITV SANCTI

CONSIDERANDO EV DONA Maria, Iffante de Portugal, etc. Auer me nosso Senhor de leuar desta vida, e auer me de chamar pera si; e não sabendo o dia nem a hora, estando com todo meu juizo que o Senhor me deu, quis fazer esta Cedula de testamento, e minha vltima vontade, assi pera descargo de minha alma, como pera dispoer dos bens que o Senhor me deu, em cousas de seu seruiço, porque ja que viuendo nesta vida com elles, o não serui tanto como diuera, ao menos depois de minha morte se empreguem e despendaõ todos em seu seruiço, confiando em sua clemencia aceite esta vontade, e este sacrificio que por meus peccados do seu lhe offereço, pera que me dê acudir eu a seu chamamento com alegria e confiança que me recolherà onde recolhe as almas dos seus seruos e queridos, de cujo numero se eu não fui, ao menos sempre desejei ser. Querendo pois ordenar de minhas cousas pera depois de meu falecimento. Primeiramente protesto viuer, e auer de morrer na Fé, e obediencia da S. Madre Igreja Romana, Apostolica e Catholica. E assi peço a Santissima Virgem Mãe de meu Senhor IESV Christo, alcance delle, não passar eu desta vida sem receber os Sacramentos que elle deixou nesta sua Santa Igreja, pera remedio de pecadores como eu.

Mando que meu corpo seja leuado à Capella que ora faço no Mosteiro de nossa Senhora da Luz: e se ao tempo que me nosso Senhor leuar desta vida, não estiuer ainda pera ser decente jazigo, a juizo de meus testamenteiros, quero que se deposite no Capitulo nouo da Madre de Deos: e em quanto ahi estiuer, arderâ hi h~ua alampada perpetua: e na igreja se dirà h~ua missa cotidiana, a esmola pera isto taxarão meus testamenteiros. E do dia de meu falecimento tè fim do anno, se dirão tres annaes e onze trintauros, onde e por quem meu confessor ordenar: e por cada trintario se darão cinco mil reis: e por cada annal vinte è cinco, a metade desta esmola se darà logo, a metade no fim do anno.

2. O modo e pompa das exequias e enterramento, assi se ouuer dauar deposito, como quando me leuarem a minha capella, será qual elRey meu senhor, e o senhor Cardeal meu irmão ordenarem: e se estiuerem em parte onde não possam nisto prouer, meus testamenteiros o comunicaram com a Rainha minha senhora, e far se hão com a *Sua Alteza* parecer. O solicitador disto seja o Padre Prior de N. Senhora da Luz.

Mando que no dia de meu falecimento se forem horas, senão ao outro, todos os sacerdotes que ouuer em Lisboa (que outra obrigação não tiuerem) digão missa de requiem por minha alma, e com a fee dos Reitores das Igrejas, ou Mosteiros, se pagará a esmola dellas a tres vintens por missa: e em cada Moesteiro de religiosos desta cidade, se fará nesse dia hum officio de noue lições com missa cantada, e a cada hum se darão d esmola dez cruzados.

3. A primeira cousa em que quero que meus testamenteiros depois de meu falecimento, e enterramento entendão, seja pagarem se minhas diuidas, que em hum Rol de fora por mim assinado se acharão, ou tambem de que pelos Liuros de minha fazenda constar, começando polas dos annos atras atè fim do anno de setenta e seis, assi de dinheiro de contado que me foy emprestado, como Casamentos, Tenças, Moradias, e Ordenados: e depois se paguem as que forão feytas do dito tempo em diante, o que tudo se pagará do melhor parado, e do primeiro dinheiro que se cobrar, ou pola renda de juro, ou pola fazenda que se vender.

4. Da mesma maneira se pagarão outras quasquer diuidas que constar liquidamente que eu deuo, ainda que não estem no Rol que digo, nem nos Liuros de minha fazenda.

5. E quanto às satisfações, assi dos officiaes, como outros homens, e molheres de minha Casa, cumpra se o que se achar por Roes, e apontamentos por mim assinados, porque esta he a minha vltima vontade: e assi tambem ficarem as Tenças em vida de quem as tem, não todas, senão conforme o Rol de fora por mim assinado.

6. Mando que os padres de nossa Senhora da Luz ajão de minha fazenda, como dote de minha Capela e jazigo, em cada hum anno de juro perpetuo quinhentos mil reis, com obrigação de dizerem cada dia em amanhecendo h~ua missa cantada de Nossa Senhora, com Responso cantado sobre a sepultura: e duas Missas rezadas de Requiem, ou das festas *que* correrem, tambem com seus Resposos sobre minha sepultura: e desta renda se alimentarão tambem dous Religiosos officiaes do Hospital que junto da mesma Casa ordeno se fabrique. Destes quinhentos mil reaes, os cem mil reis são pera cera e fabrica ordinaria da Capela, *nem* se despenderão em outra alg~ua cousa; de que faço procuradores os ditos dous Padres officiaes do Hospital, pera nos seus capitulos Prouinciaes requererem e lembrar~e estas e outras obrigações, e fazerem tomar conta ao Prior da dita Casa, de como se cumprem estes



encargos, os quaes dous Padres officiaes do Hospital serão nos ditos Capitulos eleitos, e quando parecer *que* conuem reeleitos.

7. O Hospital quero que seja de sesenta e tres leitos, em que perpetuamente sejam curados sesenta e tres pobres doentes, não incuraveis, nem de doença contagiosa, com toda charidade e diligencia possivel, com todo bom prouimento de Fisico, e Botica, boa mantença e roupa lauada, encarregando a consciencia dos Padres de Nossa Senhora, e dos officiaes se lembrem que eu pera descargo, e bem da minha alma instituo o dito Hospital: e assi peço a Nossa Senhora alcance de seu Vnigenito Filho me aceyte esta minha vontade, a qual he curarem se os enfermos pobres, lembrada daquellas suas palauras do Euangelho. O QVE FIZESTE A QUALQVER DESTES POBRES, A MIM O FIZESTES: e assi alcance cumprir se em mim o que elle prometeo, apousentarenme elles nas eternas moradas a troco deste tratamento que pera todo sempre eu dezejo e mando neste mundo se lhe faça: Onde tambem quero que sejam os Peregrinos pobres agasalhados.

8. O modo de proceder, e regimento deste Hospital ficará em caderno de fora por mim assinado: e se no tempo de meu falecimento assi se nã achar, encomendo a meus testamenteiros o fação fazer, segundo quanto poder ser, o Regimento que a Rainha dona Lianor (minha tia) deixou no Hospital que nas Caldas instituhio.

9. Deixo de dote a este Hospital dous contos de juro, os quaes terá cuidado de arrecadar o Prior, com os outros quinhentos mil reaes da capela, ou seu procurador, e as despesas pelos officiaes eleitos as fara: e o Visitador da ordem lhes tomarà conta cada anno: e se ouuer sobejos serão pera fabrica do mesmo Hospital, e não tendo della necessidade, serão pera resgate de catiuos : e peço a elRey meu senhor, como gouernador que he desta ordem, que àlem da visitação ordinaria, mande quando lhe parecer saber como se cumpre esta minha vontade, e fazer que se cumpra.

10. Deixo, pera se casarem em cada hum anno noue orfaãs, quatrocentos e cincoenta mil reaes de juro, a rezão de cincoenta mil reis cada h~ua: estas orfaãs serão eleitas pelos officiaes da Misericordia de Lisboa, e sejam gente limpa e sem raça: e Domingo infra octauas de nossa Senhora da Visitação, ordenará o Prouedor com seus tutores, e com alg~us officiaes da Misericordia, as leuem a nossa Senhora da Luz, as quaes estarão à Missa do dia e prègação, em a qual se lhes encomendarà a rezão que tem de encomendar a N. Senhor minha alma: e qual se boamente poderem, venhão ali em romaria a N. Senhora pera o mesmo effeito, e pera honra da Senhora.

11. Deixo mais trezentos mil reis de juro pera em cada anno se resgatarem cinco catiuos, tres mininas, e dous mininos se se acharem, e não os auendo, sejam tres molheres e dous homens, este juro tambem arrecadará o Prior de nossa Senhora da Luz, e acudirá com este rendimento ao Thesoureiro da Corte da rendição dos catiuos, sem hir a mão dos

Memposteiros, nem outros officiaes, pera se resgatarem pela ordem que elRey meu senhor tem dado; e prouer se ha como vindo os ditos catiuos a Lisboa vão dar graças a nossa senhora da Luz, e leu~e suas certidões ao Prior, de como foraõ resgatados per conta deste meu legado.

12. Arrecadarà mais o dito Prior trinta e seis mil reaes de juro *que* deixo pera se vestirem noue mulheres pobres pola festa de nossa Senhora da Encarnação, e outras noue pola festa da Nacença, a rezaõ de dous mil reis cada vestido; estas mulheres nomearã o Prouèdor e irmãos da Misericordia, e com seus escritos hiraõ a nossa senhora da Luz receber do Padre Prior esta esmola, e dar graças a nosso Senhor, e rogar por minha alma; a esmola se lhes darà em vestidos feitos.

13. Tambem pera se vestirem doze sacerdotes pobres quinta feira dendoenças, deixo sesenta mil reaes de juro, a rezão de cinco mil reaes cada vestido, os quaes diraõ cada hum h~ua missa nas oitauas da Pascoa pelas almas do Purgatorio, e a esmola sera em vestido.

14. Deixo mais pera se vestirem trinta e tres pobres cada anno sexta feira dendoenças, cincoenta mil reis de juro, a rezão de mil e quinhentos reaes cada vistido, este juro arrecadarà o Prior, e estas vistirias dara aos pobres, e padres pobres, pola ordem *que* acima digo das mulheres pobres.

15. Mando que se faça hum moesteiro de freiras da ordem de S. Bento, no lugar que ao geral e padres de Sam Bento (de cuja obediencia as freiras hão de ser) parecer bem, no qual não auerà nunca mais, nem menos freiras, que sesenta e duas, e vinte seruidoras; deste numero de freiras, as vinte e cinco serem de nobre geração, e se receberão sem dote, nomeadas por elRey meu Senhor pela mayor parte orfaãs, mas todas de boa fama, que tenham partes pera quietamente viuerem no moesteiro a gloria do Senhor; as mais freiras seraõ gente limpa e sem raça, mas nenh~ua poderà ser recebida sem licença del Rey meu senhor, a que peço por me fazer merce queira ser padroeiro e protector deste mosteiro, pera que (se nosso Senhor me levar sem o eu edificar) dee *Sua Alteza* ordem para os ditos padres de sam Bento o edeficarem, a quem mando se entregue hum conto e meo de juro, que he o dote com que doto e fundo o tal moesteiro, à conta do qual se receberão depois do moesteiro acabado as vinte e cinco freiras *que* digo; e as mais que com dote se hão de receber, quero que o dote não seja em bens de raiz pera que não tenhaõ fazenda que gouernar, mas seja dez mil reaes de juro perpetuo, e pelo menos vinte e cinco mil de tença, em vida somente da freira que se assi receber, as quaes tenças totalmente serão administradas pela Abadesa do Moesteiro, porque da comunidade quero que se lhes dè tudo em abastança, e não tenham ocasião de se distrahirem em conuersações de fora; e assi não poderaõ falar senaõ com pay e mãy: e se for necessario falar com outra pessoa, serã com a grade fechada, e com licença in scriptis do

Padre Abbade: e tudo quanto por suas mãos fizerem serà da comunidade; e estas condições lhes notificarão antes de entrarem no dito Moesteiro.

16. Assi tambem as seruidoras quando pera seruirem forem recebidas, não serem admitidas tẽ jurarem perpetuo encerramento, e ficarem como donadas à ordem, e a ordem obrigada a prouelas de tudo o necessario na saude, e na enfermidade, e toda a vida, mas isto não tira (por suas culpas) poderem nas lançar fora quando parecer justo aos Gouernadores da ordem; A inuocação desta casa sera, nossa Senhora da Encarnação. Os estatutos e modo da vida, sejaõ os da ordem onde mais reformada a ouuer, àlem dos quaes encomendo aos Padres que gouernam a dita ordem, ordenem como aja h~ua vigia perpetua do Santissimo Sacramento, de duas Religiosas pelo menos, que encomendera a nosso Senhor a dilatação da Fee e Gloria de Christo, a conuersão de peccadores e reformação de costumes, o estado da Santa Madre Igreja, e particularmente destes Reynos de Portugal, isto de dia se entenderà não podendo comodamente ser de noite.

17. Quero mais pera que aja ordem de Sam Francisco (de que sou muito deuota) mais letras e prẽgadores, que nas casas em que agora residem em Coimbra os collegiaes da dita ordem, se fabrique mais commodo alojamento, a maneira de Collegio, onde possão viuer trinta collegiaes: para a qual obra se tomarão de minha faz~eda cinco mil cruzados: e pera ajuda da mantença dos ditos collegiaes, aueram mais em cada hum anno dozentos mil reaes de juro em este modo. O Prior de nossa Senhora da Luz, com mais juro que arrecada, arrecadarà mais os ditos dozentos mil reaes, e os mandarà ao Syndico do dito Collegio per cuja mão os collegiaes se prouem do necessario. As condições com que lhe faço esta esmola sam as seguintes. Primeiramente o Collegio não tera mais que hum Reitor tres annos da Prouincia de Portugal: outros tres sera da Prouincia do Algarue: e os collegiaes serão quinze de h~ua Prouincia, e quinze doutra: e quando o Reitor for da Prouincia de Portugal, o visitador sera o Ministro do Algarue e quando o Reitor for da Prouincia do Algarue sera visitado o Collegio pelo Ministro de Portugal. A outra condição he *que* a inuocação do dito Collegio sera de S. Ioam Euangelista. E a terceira, que em cada hum anno no dia anniuersario de meu falecimento faram juntos hum ofticio inteiro de defuntos por minha alma, com Missa cantada e Responso cantado; e se por algum caso, ou em algum tempo a ordem não quisesse, ou não podesse ter o dito Collegio, ou o não quisessem com as ditas obrigações, este legado lance mão delle a Misericordia de Lisboa, pera se despender conforme ao Regimento de casa.

18. Deixo pera redenção de catiuos sete mil cruzados, os quaes se entregarão ao Thesoureiro da redenção, e não hirão a mão de Mempoiteiros.

19. Quero que se diga h~ua Missa cotidiana no Altar priuilegiado na casa da Misericordia de Lisboa pelas almas do purgatorio, e pera ella deixo esmola por cada mes mil

e seiscentos e cincoenta reaes, que montão dezanoue mil reaes, de que os Padres de nossa Senhora da Luz tirarão padrão, e acudirão com o pagamento â Misericordia.

20. Deixo para ajuda de hum dormitorio às Freiras de nossa Senhora do Rosairo desta cidade quinhentos cruzados, e não se despenderam em outra cousa.

21. Declaro que as Missas que mandaua dizer em Belem as tenho passadas nossa Senhora da Luz, e em Belem não mando dizer mais que hum anniuersario de noue lições e Missa cantada por el Rey meu pay, e hum officio de tres lições com sua Missa por seu irmãos: e por estes dous officios auerão os Padres de Belem em cada hum anno dez mil reaes.

22. E quero que todos os Mosteiros de Lisboa e derredor, assi de Frades, como de Freiras, se lhes faça a cada hum delles esmola de cem cruzados, o mais cedo que poder ser depois de meu enterramento, e que entre neste conto o Mosteiro de nossa Senhora da Piedade Dazeitão, e o Mosteiro de Sam Paulo que se faz em Almada, a quem deixo mais mil cruzados pera ajuda das obras, e os Mosteiros de Belem, e Vdiuelas, e Sam Bento de Enxobregas, com todos os mais de mais perto que estes, casa das Orfaãs, dos Orfaões, Chelas, ec.

23. Deixo pera ajuda da fabrica da Capela da Freguesia noua (de que sou fregues) de Santa Engracia mil cruzados, e mais trezentos pera se fazer hum Relicario em que se metão as Reliquias desta gloriosa Santa que estão em meu poder, e fique na mesma Igreja pera gloria da santa, de memorial de me encomendarem sempre a nosso senhor.

24. Encomendo muito ao senhor Cardeal, meu irmão, o Mosteiro de Freiras que fundei na Cidade Deuora, e el Rey meu senhor a que peço aceite ser padroeiro e protector deste Mosteiro, e queira mandar a seus almoxarifes Deuora arrecadem em cada hum anno de minha fazenda dozentos e oito mil reis, como a fazenda de sua Alteza os quaes deixo de juro perpetuo pera se acudir às necessidades das ditas Freiras, a rezão de dez cruzados cada somana; os quaes arrecadarão os almoxarifes da mão do Thesoureiro que eu instituo pera as cousas de minha alma, até meus testamenteiros ordenarem como se tire padrão particular da dita contia, assi e de modo que sem escrupulo possaõ ser remedeadas as ditas Freiras em suas cotidianas necessidades.

25. Quero tambem pera filhos de fidalgos pobres poderem darse às letras, que no Colegio de Euora do Espirito Santo dos Padres da Companhia, aja sempre viuos doze filhos de fidalgos pobres estudantes, a quem deixo pera sua sustentação vinte e cinco mil reis a cada hum, e trinta pera hum Sacerdote tambem estudante pobre, cuja Missa oução cada dia os ditos estudantes como merceeiros, estando a ella encomendem minha alma a Deos, pela qual tambem sera a missa. A apresentação do sacerdote será do Reitor. A dos estudantes será del Rey meu senhor, mas quando algum delles tiuer de meritos ou inhabilidade pera as letras, o

Reitor liurementemente o poderã despedir: e os rendimentos do tempo das vacantias, sejam pera liuros dos mesmos estudantes.

26. Declaro, que em quanto meu corpo jouuer no Capitulo da Madre de Deos, as freiras do Mosteiro me dirão cada primeira sexta feira do mes hum officio de tres lições, e h~ua Missa de requiem cantada: e todas as sextas feiras e segundas responso cantado, e auerão por isso desmola em cada hum anno vinte e quatro mil reaes.

27. Quando me tresladarem pera minha Capella se lhes fara esmola de trezentos cruzados pera h~ua peça da sancristia, e polo habito que me hão de dar em que ey de hir vestida lhes darão vinte e quatro mil reaes pera vistiaria da casa.

28. Ao Mosteiro em que jaz a Iffante dona Isabel quero se d~e dous mil cruzados, pera a mais necessaria fabrica que nelle auer para fazer.

29. O modo e forma de minha sepultura e jazigo seja conforme ao debuxo que se achará.

30. Encomendo muito a meus testamenteiros que depois de pagas as diuidas pela ordem que acima declaro, logo entre os primeiros legados fação levar dozentos cruzados à Misericordia de Viseu, e outros dozentos à Misericordia de Torres Vedras, para se despenderem conforme ao regimento de casas, pera que nosso Senhor me perdoe qualquer descuido que no gouerno destas terras por mim passasse.

31. Assi encomendo pelo mesmo respeito ao Prouèdor e irmãos dá Misericordia de Lisboa, que na eleição das orfaãs pera serem casadas (que em outro legado lhes encomendo) ordenem como alg~uas sejam destas terras.

32. Quanto a esmola que acima digo que os almoxarifes del Rey meu senhor arrecadem pera as ordinarias esmolos do meu Mosteyro de Santa Elena que edifiqueiem Euora, digo que os officiais da Misericordia de Euora arrecadem a dita esmola, com mais doze mil reaes por seu trabalho, e tenham cuidado de acudir cada somana com os dez cruzados às ditas Freiras.

33. Declaro, que dos quinhentos mil reaes de que falo acima no numero 6. os dozentos e cincoenta sam como dote da Missa cantada, e duas rezadas cotidianas, e da Missa cotidiana que no Hospital se ha de dizer aos enfermos, e tambem pera alimentar os dous officiaes do Hospital: e os outros dozentos e cincoenta sam pera fabrica da Capela ordinaria, em que entra cera pera as Missas e Capela, azeite pera as alampadas, refazimento da prata e ornamentos, dos quaes se em minha vida ella não ficar prouida, deixo cinco mil cruzados pera elles, que

os Padres farão com parecer de meus testamenteiros, e também pera as peças de prata necessarias.

34. O Mosteiro de Freiras de que falo acima no numero 15. declaro, se ha de fazer (à custa de minha fazenda) a obra forte e de dura, mais que rica, crastas daboboda daluenaria, porraes de pedraria, dormitorios desaogados e bem assombrados, officinas desmalenconizadas, cerca de pedra e cal, e tudo o mais desta maneira: meus testamenteiros daram ordem como se faça esta obra per meo dos Padres de Sam Bento.

35. Declaro, que o Emperador Carlos Quinto fez doação à Rainha minha mãy de muitas terras e propriedades nas ilhas das Canarias de que eu sou derdeira, encomendo muito e peço a el Rey meu senhor ordene per via de alg~ua composição boa com el Rey de Castela, como esta herança venha a minha fzena com efeito, no qual alcançado lhe faço seruiço de vinte mil cruzados na mesma herança, e outros trinta mil cruzados mais por minha fazenda pera ajuda da guerra contra infieis, a quem peço pelo grande e verdadeiro amor que sempre lhe tiue, e polos serviços que sempre lhe desejei fazer, e polos que actualmente nestes legados de meu testamento lhe faço, que tendo respeito ao grande proueito que à Coroa destes seus Reynos recreceo de eu nunca pretender outra maneira de pagamento e satisfação do patrimonio que el Rey meu pay me deixou, que a que tiue tome muito a seu cargo (como superintendente supremo da execução de meu testamento) fazer como meus testamenteiros o cumprão inteiramente com muita diligencia, perguntandolhes muitas vezes se o fazem, e mandando saber muitas vezes em segredo como se haõ nisso os executores, a quem cada cousa estiuer encomendada. E pera que lhe lembre o emparo dos da minha casa, assi damas, como outras pessoas e folgue de lhes fazer merces, em especial a dona Cõstança minha camareira mòr, e a suas cousas, deixo a sua Alteza a minha armação de panos de Tunez, que me custaraõ vinte mil cruzados, e lembro que lhe faltaõ dous que ja estaõ feitos e pagos, e mandados vir de Frandes. O que digo dos trinta mil cruzados pera a guerra de Africa, que deixo a el Rey meu senhor, entendo depois de compridos todos os legados e verbas deste testamento acima conteudas.

36. Deixo a meu sobrinho o senhor dom Antonio, pelo que lhe sempre quis como a filho de seu pay, h~ua Cruz de diamantes que tem h~ua perola pendente.

37. Declaro, que o Hospital de que acima falo no numero 7. se edefique com os rendimentos dos dous contos de juro de que o doto, e do que mais meus testamenteiros ordenarem da minha fazenda, edificarse ha de maneira que no cabo da enfermaria, ou enfermarias, aja h~ua Capela fechada com duas portas, as quaes abertas, possaõ os doentes de seus leitos em que jouuerem ver a Deos: e quero que a primeira esquipação de roupa, e o que mais necessario for pera ornamento deste Hospital, sejão a custa de minha fazenda, pera

que com a mais brevidade de tempo que poder ser seja pouoado, e os pobres em elle curados com todo bom prouimento do necessario.

38. Rogo tambem ao Padre Frei Francisco Foreiro, alem dos trabalhos que em meu seruiço tem leuado, faça elle o regimento que pera o dito Hospital for necessario, pelo qual quero que se governe como se por mim em minha vida fora feito e assinado: e quando elle isto não podesse fazer ou acabar, meus testamenteiros o fação fazer, assi, e como acima no numero 8. dizia e ordenava que elles fizessem.

39. Deixo por meus testamenteiros, o senhor Cardeal Iffante meu irmão, e o Arcebispo de Lisboa, e o Gouernador de Lisboa que ora sam, ou pelo tempo forem, e peço ao senhor Cardeal meu irmão *que* com toda diligencia dê ordem pera se cumprir este meu testamento nas cousas que logo hão de ter effeito, e pera isso se cumprir nomee outros dous, como testamenteiros, que lhe parecer pera boa execução, e não se achando presente, isto mesmo peço à Rainha minha senhora, pelos desejos que sempre tiue de a servir, e não conhecer outra mãy, nem senhora senão a ella, e pera as cousas que pelo tempo se hão de ir comprindo, fação como os outros dous testamenteiros ponhão diligencia em fazer cumprir, ajudandose do juiz dos residuos a cuja repartição pertencer, a quem deixo por solicitador deste testamento, e como não tiuer mais que fazer lhe farão dar quatrocentos cruzados.

40. As despesas e comprimentos deste meu testamento e vltima vontade, para se fazerem comodamente, ordeno como se entregue toda minha fazenda (como a Thesoureiro) a Antonio Vaz Bernaldez, com as seguranças de que meus testamenteiros sejam contentes, e elle arrecade todos os rendimentos de juros, e tudo o que a minha fazenda pertencer, e elle faça os pagamentos que meus testamenteiros (conforme a meu testamento) mandarem fazer, e como se tirem os padrões de juro que a cada parte pertencerem, o que tudo fara per ordem de meus testamenteiros, e em quanto neste cargo servir auerá de ordenado cem mil reaes em cada hum anno, e depois que parecer não ser mais necessario, lhe ficarão cincoenta mil reaes de tença em vida: e fazendoo como eu de sua verdade e virtude confio, lembraraõ e pediraõ a el Rey meu senhor lhe faça honra conforme a seus merecimentos.

41. Meus testamenteiros lhe darão escriuão deste cargo homem de muita confiança, ou se ajudem pera isto de Christouão Leitão meu despenseiro mòr, quando a tal não achassem.

42. Declaro por herdeiro vniuersal de todos os meus bens as almas delRey meu pay, e da Raynha minha mãy, e a minha de modo que se depois de compridos os legados que neste meu testamento ordeno ouuer algum remanecente, tudo quero que se despenda pelo modo seguinte.

Darsehão cem mil reaes de juro ao Reitor e Padres do Colegio da Cõpanhia em Euora pola criação dos moços fidalgos pobres de *que* acima trato, e dozentos mil reis de juro ao

Hospital de Lisboa que el Rey meu pay instituhio, os quaes serão pera ajuda das despesas que com os minimos engeitados se fazem, e tudo o mais se entregará a Misericordia de Lisboa, que se despenda por minha alma conforme ao Regimento de casa.

43. Antre as cousas que peço a elRey meu senhor que faça pelo que lhe mereço, he dar ordem como o que me deuem em França, que são dozentos e tantos mil cruzados, venha a minha fazenda, para se comprirem os legados deste testamento, o qual declaro ser minha vltima vontade. Em Fè do qual assinei aqui por minha mão a xvij dias do mes de Iulho 1577.

### APROVACAM

Saibão quantos este estromento daprouação virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor IESY CHRISTO de mil e quinhentos e setenta e sete, aos dezoito dias do mez de Iulho, na cidade de Lisboa extramuros, nos Paços da muito serenissima senhora iffanta dona Maria, estando a dita senhora ahi presente, doente, porem erguída em todo seu perfeito juizo, segundo parecer de mi tabalião, por sua propria mão me foy entregue esta Cedula de testamento, dizendo *que* este era seu verdadeiro testamento, que o ouia por bom e valioso, e queria que em todo se comprisse como se nelle continha: e mandou que se fizesse deloo este estromento daprouação, que eu tabalião fiz nas costas delle, e a dita senhora assinou per sua propria mão, perante as testemunhas abaixo assinadas, que forão pera isso chamadas e presentes ao fazer deste estromento, s. João de Mendonça Veador da fazenda e casa da dita senhora, e Fernão da Sylua do concelho delRey nosso senhor, e Iorge de Mendonça outro si do conselho do dito senhor, e Christouão Esteuez, e Sebastião da Fonseca escriuão da fazenda da dita senhora, e eu João Roiz Iacome tabalião publico de notas por elRey nosso senhor, nesta cidade de Lisboa, e seus termos, que este estromento de aprouação fiz e assinei de meu pubrico sinal, a qual Cedula estaua lacrada dambas as partes, as quaes testemunhas sam criados da dita senhora e estão em seu seruiço.

### TRESLADO DO CODICILHO

Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, em cuja fee viuo e protesto de morrer. Eu a Iffanta dona Maria ainda que tenha feito o meus testamento e aprouado, e estou contente de tudo o que nelle deixo e ordeno por minha alma, o qual quero que se cumpra como nelle se contem, porque he a minha derradeira vontade, mas porque vão no dito testamento alg~uas cousas, que a meu parecer não vão bem declaradas pola pressa com que o fiz, faço este Codicilho pera nele as declarar melhor, e acrescentar mais outras cousas que me parecem necessarias pera descargo de minha alma.

[1] Declaro que o juro que deixo a nossa Senhora da Luz, que assi como he o primeiro legado, que quero que se cumpra, assi mando que se lhe dê do melhor que eu tiuer, o qual juro



se faraõ Padrões delle, declarando nelle todas aquellas cousas pera que o deixo, e todo juntamente arrecadará o Prior de nossa Senhora da Luz, pera o dar e despende conforme ao que mando no meu testamento, e sera obrigado a dar rezão do que fizer ao Dom Prior de Tomar, ao qual rogo muito queira tomarlhe esta conta cada anno de como se despendeo este juro; e pera que fique mais seguro cumprir-se pera sempre esta minha derradeira vontade, peço a el Rey meu senhor, e a seus soccessores, a quem deixo por padroeiro e administrador da Capela e Hospital que mando fazer em nossa Senhora da Luz, que mandem aos officiaes da Mesa da Conciencia, que cada tres annos tomem conta aos Frades, e saibaõ meudamente se se cumpre inteira mente tudo o que deixo manadado e ordenado no meu testamento: e pera se melhor saberas meudezas, que deixo que se fação cada anno deste juro, que o Prior de nossa Senhora da Luz ha de arrecadar, ordeno que no proprio Compromisso auerà hum treslado na Mesa da Conciencia, *que* os officiaes della teraõ, e outro no Tombo pera saberem por elle se se cumprem todas aquellas cousas que eu mando que se fação; e a Capella mòr de nossa Senhora da Luz que agora faço, se não ficar acabada, se acabará logo conforme á traça que està feita, à custa de minha fazenda: e o Hospital tambem se começará logo a fabricar junto com o dito Moesteiro de nossa Senhora da Luz, porque assi conuem, pois os mesmos Padres da casa o haõ de administrar; e pera que esta obra do Hospital se faça com toda breuidade, quero que os dous contos do juro que deixo de renda pera elle, comecem logo a render pera a obra, e não bastando esta contia pera a breuidade que quero, ajudaraõ os meus testamenteiros com algum dinheiro de minha fazenda, pera que à mingoa delle se não perca nenhum tempo da obra.

[2] Declaro que o moesteiro que deixo no meu testamento que se faça de Freiras da ordem de Sam Bento, que quero que seja feito aqui em Lisboa e que se busque pera isso hum sitio que se compre à custa de minha fazenda, que seja alegre e saadio, e tenha muita agoa dentro: e os meus testamenteiros, com o Gêral e Padres da dita ordem, mandaraõ buscar este sitio, e cumprir-se ha neste legado tudo o mais como no meu testamento se contem.

[3] Declaro que se o Mosteiro que fiz em Euora de Freiras, que chamaõ Santa Elena de Monte Caluario estiuer por acabar quando me nosso Senhor levar desta vida, que quero que se acabe à custa de minha fazenda, e tudo o mais se farâ nelle como mando no meu testamento: e el Rey meu senhor quem tambem deixo por padroeiro delle, peço que me faça merce de o fauorecer, e ajudar de maneira que possaõ sempre as Freiras delle guardar inteiramente a primeira regra de Santa Clara, como agora guardão, por que com esta tenção fiz esta casa com muito gosto.

Tambem deixo a el Rey meu senhor o padroado do Mosteiro de Capuchos que fiz em Torres Vedras, e peço a sua Alteza *que* o fauoreça muito, pera que pola pobreza que guardam os religiosos della, não deixe nunca pera sempre de ser Mosteiro como agora he, pois o fiz com tanta deuação e vontade.

[4] Declaro, que o legado que deixo no meu testamento pera o Collegio do espirito Santo de Euora, *que* fez o senhor Cardeal meu irmão, no qual deixo *que* de aos Padres da Companhia delle quatrocentos e trinta mil reaes de juro. s. os trezentos pera se manterem e sustentarem doze moços fidalgos pobres no estudo, e os cento pera os Padres *que* os hão de ensinar, e os trinta pera hum Padre *que* ha de dizer h~ua Missa cotidiana por minha alma: digo que se o senhor Cardeal não perecer que este legado vai bem ordenado no meu testamento, que elle o ordene a este mesmo fim como lhe parecer, porque assi o ey por *bem*, e peço a sua A. pois lhe deixo minha alma encomendada, *que* me faça esta merce como eu delle espero, que com toda breuidade faça cumprir o meu testamento e codicillo, e os mais apontamentos, roes, e papeis *que* se acharem assinados por mim, tão inteiramente como eu espero delle e lhe mereço.

[5] Peço a elRey meu senhor me perdoe os trabalhos que lhe deixo neste meu testamento, porque confiada no muito que sempre desejei seruido me fez atreuer a isso, pedir a sua Alteza aja piedade de como meus criados ficão desamparados, e seja seruido de os tomar todos pera seu seruiço, porque elles me servirão a mim tão bem que assi espero que o farão a sua Alteza nas armadas, e no mais que se lhe mandar, e fazendome sua Alteza esta merce, dara grande descanso a minha alma, porque sem ella não posso satisfazer a meus criados como lhes deuo.

[6] Tambem encomendo a sua Alteza cinco damas que tenho, principalmente dona Anna de Mendoça, e dona Maria de Bustamante, que ha muitos annos que me serue, que sua Alteza me faça merce, pois não tiue *tempo* pera as casar, as queira ajudar pera isso, e não falo em dona Violante minha dama, porque fica ja despachada.

[7] Declaro, que Antonio Vaz Bernal dez, que deixo por thesoureiro pera arrecadar minha fazenda, que se entenda que o serà em quanto estiuer por cumprir o meu testamento, o qual sera obrigado arrecadar os juros de toda parte onde estiuerem, e todo dinheiro que se me deuer: e assi terà toda a mais fazenda minha, isto da mãos de meus testamenteiros, e com lhes dar segurissimas franças de toda fazenda de que se entregar: e terã conta com os juros e com os padrões que se hão de fazer delles, pera se repartirem por as partes que deixo ordenado no meu testamento: e tambem terà conta com acudir com dinheiro pera as obras que mando fazer no Hospital, e o Mosteiro de Freiras, e na minha Capela de nossa Senhora da Luz, pera que se não perca nenhum tempo de se fazer com toda breuidade estas obras, e pera isto tudo se lhes levarà em conta da minha fazenda as despesas que justamente gastar, e a elle darselhe ha o que deixo ordenado no meu testamento.

[8] Porque polo contrato que se fez sobre o resgate das minhas terras de França, se deuem ainda a minha fazenda cento, e tantos mil cruzados, dos trezentos que por bem do dito contrato se ouuerão de dar, afora os renditos das ditas terras, que fazem por conta de minha

fazenda pro rata, como se verá pelo contrato e arrendamento dellas, de que (segundo meus officiais me derão relação) se deue tanta quantidade, o que tudo deue estar carregado sobre meus Thesoueiros por lembrança: e na arrecadação deste dinheiro pode auer de tença pelo estado das cousas de França, posto que o tempo dos pagamentos seja passado, e eu, conforme ao contrato que fiz do dito resgate, não posso ser desapossada das ditas terras, atè com effeito minha fazenda ser paga e satisfeita da dita diuida e contia dos ditos trezentos mil cruzados em que me forão dadas: encomendo a meus testamenteiros que logo mandem tomar posse das ditas terras, pera que as tenham assi como as eu ouuera de ter, até de todo a dita diuida ser paga e satisfeita conforme ao contrato, e tenham nisso todo o cuydado possiuel com que se ordenem pera melhor e com mais breuidade se poder tudo arrecadar, no que peço a elRey meu senhor entereuenha com todo fauor e ajuda, assi pera isso, como pera os cem mil cruzados que me elRey de França deue das arreyagens da Raynha minha mãy de que em minha fazenda se verão os papeis pera isso necessarios, e outros que Domingos Leitão tem em França, que leuou para requerer por meu mandado o pagamento delles: e porque nisso me vai tanto (por ser o principal de minha fazenda) torno a pedir a elrey meu senhor com toda instancia que posso, que me faça a merce que deixo pedido a sua Alteza no meu testamento acerca deste negocio, mandando com toda breuidade negociar a França este negocio, porque com seu fauor espero que se fara muito bem, pois he diuida liquida em que não ha nenh~ua duuida, e eu não tenho outra melhor fazenda de que possaõ comprirse os legados que mando no meu testamento, e neste codicillo, e servir a sua Alteza com os trinta mil cruzados de que lhe faço serviço no meu testamento pera as guerras de Africa, os quaes darão meus testamenteiros *Sua Alteza* depois dos meus legados todos serem compridos.

[9] Porque no dito Reyno de França ha muitas demandas que alg~uas pessoas mouerão contra minha fazenda, como filha vnica e vniuersal herdeira da Rainha minha mãy, e outras que por esse respeito de minha parte se requerem contra outras pessoas e officiaes que forão da dita Senhora, sobre que pendem processos muito antigos: e quando mandei la Domingos Leitam, foi pera dar fim a todas as ditas demandas, por concerto, ou por qualquer outra via, com que mais breuemente se podesse acabar, o que atè agora se não fez, e estam as cousas no mesmo estado, polo que se não pode dar certa forma; encomendo a meus testamenteiros que com parecer do Doutor Christouão Esteues e de Manuel Cadeira, que estão correndo neste negocio, ordenem o modo mais breue com que as ditas causas e processos tenham fim, e minha fazenda seja desembaraçada, e minha consciencia mais segura e desencarregada, ainda que nisso se perca alg~ua cousa do meu; e o mesmo modo se terá (com o parecer dos mesmos) pera dar cado e fim ao contrato do resgate das terras, e no arrendamento dellas, pera as quitas que se deuem fazer aos rendeiros particulares, vendo a obrigação que a isso tenho, respeitando sempre abreuiar o mais que for possiuel as cousas de França, e polo melhor modo *que* lhes parecer possiuel.

[10] Declaro mais que os cinco mil cruzados que eu deixo *que* se dem a nossa Senhora da Luz aos Padres della pera ornamentar a minha Capella, se ao tempo de meu falecimento a não tiuer ja ornamentada: digo que estes cinco mil cruzados não quero que se dem aos Padres, se não que meus testamenteiros mandem fazer os ornamentos e a prata pera o seruiço da Capella, conforme ao parecer do Prior e Padres da casa, e por sua ordem: e depois de feitos lhos entregarão a elles com suas seguranças, que não fação outra cousa disto senão o seruiço da Capella. Os ornamentos hão de ser seis enteiros, e cada ornamento ha de ter tres frontaes pera os tres altares que a Capella ha de ter: hum ornamento ha de ser de brocado rico, o outro de veludo cramesim e tela douro, outro de veludo verde e tela douro, outro de veludo roxo e tela douro, outro de damasco branco e rela douro, outro de damasco preto e veludo preto, todos estes ornamentos hão de ter franjas e cordões e borlas ricas.

[11] A prata, serão tres alampadas de prata de trinta marcos cada h~ua, de muito bom feitio: tres Calizes ricos: oito castiças grandes de prata, quatro pera ho altar mór, e os outros quatro pera os dous altares que a Capella ha de ter: h~ua Cruz grande de prata dourada: hum turibulo, e h~ua naueta de prata dourada: h~ua porta paz de prata dourada, hum gumil, e hum prato pera a mesa da credencia, de prata dourada: h~ua caldeira e hum hizope de prata dourado, seis galhetas de prata, duas maiores, e quatro mais pequenas: h~ua caixa de Hostias tambem de prata: h~ua campainha tambem de prata, h~ua caçoula de prata, seis castiças pequenos de Piuetes, com suas saluinhas de prata. Darão tambem pera esta Capella alcatifas de Cambaya com que se alcatife toda: e tambem se dará a roupa branca que for necessaria pera o seruiço da Capella, e isto tudo se fará dos cinco mil cruzados, e se se não acabarem de gastar todos nisto, a demasia *que* ficar se dara ao Prior e Padres, pera elles fazerem vestimentas e frontaes pera a Capella pera decote.

[12] Declaro, que eu deixo nomeado no meu testamento ao senhor Cardeal meu irmão por meu testamenteiro, e bem sei que não he necessario pedir-lhe por muitas palauras que me faça merce de mandar cumprir, como mais breuidade possiuel, o meu testamento, e descarregar minha alma, porque està certo que o ha de fazer milhor que eu mesma, mas porque o trabalho ha de ser grande, não quis deixar tamanha carga a sua Alteza sem nomear quem o ajudase a ella: e por isto deixo tambem nomeados no meu testamento, ao Arcebispo de Lisboa, e o Gouernador de Lisboa, por meus testamenteiros, pera que ambos com o senhor Cardeal juntamente ordenem e desponhão todas às cousas da minha alma da maneira que deixo ordenado: e rogo a ambos muito que queirão aceitar este trabalho com muito boa vontade, pois a que lhe eu sempre tiue lho merece: e pera reconhecimento de quanto estimo o que elles nisto ham de fazer, mando que das minhas joyas se escolhão dous diamantes, que valhão oitocentos cruzados cada hum, de que se faraõ dous aneis, pera cada hum o seu: e declaro que se antes de so acabar de comprir meu testamento falecer algum delles, ou ambos, que fique o mesmo cargo a seu soçessor; e as duas pessoas mais que digo no meu testamento

que aja pera ajudarem, me fara o senhor Cardeal merce de nomear, como nelle lhe deixo pedido.

[13] Encomendo muito ao juiz dos residuos, que nomeo no meu testamento por solicitador delle, tenha cuidado com toda diligencia de procurar com que se faça e dê execução a todas as cousas delle, pera que com muita breuidade se acabe de cõprir muito inteiramente, e depois de tudo acabado se lhe daraõ os quatrocentos cruzados como nomeo no meu testamento.

[14] Declaro que as noue orfaãs que deixo que se casem cada anno perpetuamente, as quaes ficão dotadas em cincoenta mil reaes cada huma, *que* quero que sejam mulheres honradas, de boa casta, e sem raça nenh~ua, pobres e desamparadas, e não nas busquem (como disse em meu testamento) de Viseu e Torres Vedras, se não de todas as partes de Portugal onde as ouuer, como acima digo, sendo primeiro escolhidas pelo Prouêdor e Officiaes da Santa Misericordia desta cidade, os quaes guardaraõ nisto a *ordem* que tem nas que elles dotaõ, e a estas orfaãs não lhes daraõ o dote se nam depois de recebidas em face de Igreja, e entaõ hiraõ a nossa Senhora da Luz com seus maridos, e seu tutor se o tiuerem, e hum official da Misericordia ordenado pola Mesa, e ali lhe entregaraõ seu dote; e este legado vai por esta ordem porque quero que seja assi, e não pola do testamento porque he assi mais seruiço de nosso Senhor.

[15] Deixo a nossa Senhora da Luz a quinta que comprei junto della a dona Maria Coutinha, a qual quinta se ordenarà desta maneira pera o seruiço de nossa Senhora, o pumar e orta se ajuntarà com o pumar dos Padres que fique tudo h~u, e as casas ficaraõ de fora (como agora estam) pera as pessoas fidalgas honradas, que vaõ ter ahi nouenas, estarem nellas; as quaes pessoas não poderaõ estar nas casas mais que até quinze dias, e com essa condiçaõ selhe emprestaraõ, e doutra nenh~ua não, nem os Padres o poderaõ fazer, porque en não quero que fique nenhum vizinho em nossa Senhora, se não as pessoas que vierem ter nouenas a sua casa, e visitala, e seruila; e pera isso comprei esta quinta, a qual os Padres em nenhum tempo poderaõ vender, nem alhear; e se o contrario fizerem peço a el Rey meu senhor que, como padroeiro e administrador da minha Capella, acuda a isso e o não consinta; e se ao tempo de meu falecimento esta quita não for paga, pagarseha logo muito bem a dona Maria, ou a quem ella quiser.

[16] Digo mais, que os moradores de minha casa instituirão no tempo da peste h~ua confraria ao bem auenturado Sam sebastiaõ, em reconhecimento da merce que fez a todos de nos guardar de tamanho mal, a qual confraria acaba com minha vida; e porque eu sam muito deuota deste santo, e queria que ficasse pera sempre memoria desta confraria que meus criados ordenaraõ tambem feita, quero que esta confraria fique em nossa Senhora da Luz, ordenada em h~ua Capela que sera da inuocaçaõ do mesmo santo, na qual ficaraõ todas as

peças que a confraria tiuer, e eu deixo pera esta Capella se ordenar seiscentos cruzados, e peço a meus testamenteiros *que* ordenem isto de maneira que fique esta confraria pera sempre, como todas as outras que ha nos Moesteiros e Igrejas desta cidade; e os Padres de nossa Senhora da Luz serão obrigados a dizer nesta Capela o dia e vespora deste Santo, Missa e vesperas muito solemnes; e na oitaua dos finados que vem em Nouembro, serão tambem obrigados a fazer hum officio de noue lições com sua Missa nesta Capella por minha alma, e de todos os confrades que ouue nesta confraria e a ordenaram; e rogo a meus criados que ajaõ por muito bem ordenado isto que deixo, e o queiraõ assi, pois he o melhor fim que esta confraria podeia ter.

[17] Mando que se as Reliquias que tenho, ao tempo que nosso Senhor me leuar não tiuer ja dadas, que as repartaõ meus testamenteiros por o Mosteiro de nossa Senhora da Luz. E por o Moesteiro de Santa Ilena de Monte Caluario que fiz em Euora, e polo moesteiro que mando fazer de Freiras da Ordem de sam Bento nesta cidade de Lisboa, e pera cada moesteiro destes mandaraõ meus testamenteiros fazer seu relicario de prata muito bem feito em que se metaõ estas Reliquias.

[18] Declaro que no meu testamento vay h~ua verba que trata da herança que meu pay deixou, dizendo na mesma verba, que por quanto isto fica a el Rey: digo que depois de ter cerrado e aprouado meu testamento, soube por alg~us bons letrados, que não era muito certa a justiça do cujo isto era, e affirmaraõme que muitos letrados auiaõ de dar parecer em ser isto meu, pera poder fazer delle o que quisesse: e porque leuo muito escrupulo de em minha vida não ter isto muito aueriguado, peço a el Rey meu senhor que me faça tamanha merce, que pera descargo da minha alma, mande ajuntar letrados de sua parte, e o senhor Cardeal e os meus testamenteiros os ajuntarão da minha, pera que se veja muito bem cujo isto he se for del Rey meu senhor, folgará *Sua Alteza* muito de possuir isto sem nenhum escrupulo de conciencia: e se for meu (como dizem) tambem cuido que *Sua Alteza* folgarà de o não tirar a minha alma: e sendo meu, faço seruiço a *Sua Alteza* da cidade de Viseu e da villa de Torres Vedras: e os tres contos e meo de juro que ficaõ seram pera minha alma, a qual deixo no meu testamento (e o mesmo faço neste codicillo) por herdeira vniuersal de toda minha fazenda, auida, e por auer: e o mesmo juntamente deixo a alma del Rey meu pay, e da Rainha minha mãy; e quero que depois de compridas todas minhas obrigações, e satisfações, e seruiços de criados, e pagas todas minhas diuidas, e compridos todos os legados de meu testamento, e deste codicillo que deixo e mando que se fação, que tudo o que mais remanecer se gastarà e despenderà em obras pias da maneira que mando no meu testamento: e h~ua das obras que disto que remanecer se farão, sejam, despenderemse mil cruzados, repartidos por trinta e tres molheres fidalgas pobres, virtuosas, e viuuas, pera se vistirem: e estas se buscaraõ as mais chegadas e conhecidas a minha casa, e quando não ouuer todas destas, buscarsehão as que forem mais necessitadas.

[19] Declaro, que eu deixo pedido no meu testamento a el Rey meu senhor e à Rainha minha senhora, e ao senhor Cardeal, que ordenem o modo do meu enterramento, que seja como parecer a suas *Altezas* estando presentes, e quando não, a meus testamenteiros. Da mesma maneira lhes peço que ordenem como se haõ de fazer os officios do dia do meu enterramento, e dos oito dias, e do mes, e do anno: e tambem em mandar dar os doos compridamente a todos os moradores de minha casa, criados e criadas, até os officiaes mecanicos que tiuerem aluaràs de meus officiaes.

[20] Mando que toda minha casa, depois de meu falecimento, fique inteira como agora esta h~u mes, dandose de comer a todas minhas criadas da maneira que se agora dê, e os officiaes fazendo nisto seus officios como agora fazem: e se acabado o mes alg~uas de minhas criadas não forem ainda agasalhadas, darselheha de comer à custa de minha fazenda mais outro mes, de acabado elle buscarão ser remedio.

[21] Mando que todos os meus escrauos e escrauas, que se acharem quãdo nosso Senhor for seruido de me levar pera si, fiquem forros e liures, digo os escrauos escrauas que forem meus catiuos, a estes encomendo muito aos meus testamenteiros que lhe dem vida com que não fiquem perdidos: e pera isso deixo aos escrauos dez mil reis em dinheiro a cada hum, e às escrauas pretas vinte mil reaes em dinheiro a cada h~ua pera as casarem, e as escrauas brancas corenta mil reaes a cada h~ua pera as casarem, em dinheiro, e tudo isto se fará logo pera que fiquem remedeadas e com vida.

[22] Porque o Conde do Vimioso me mandou dizer por meu confessor, que pretendia satisfação de mim dos gastos que fez em me acompanhar, quando fui ver a Raynha minha senhora a Castela, e assi dos seruiços da Condessa sua molher; declaro que eu tenho satisfeito mui inteiramente os seruiços da Condessa, assi por seis mil e quinhentos cruzados *que* de minha fazenda lhe dei quando casou, e quatro mil cruzados que a Rainha minha senhora lhe deu então, por estar em meu seruiço, como tambem por outras cousas, que (a minha instancia e por minha intercessão) el Rey meu senhor e irmão lhe deu e concedeo em seu casamento. E quanto â hida de Castela, posto que lhe eu tenho muita obrigação pola vontade e gosto com que a fez, como elle de mim sempre entendeo em tudo o que tempo e occasião de seus negocios deu lugar: a satisfação porem disso ficaua à conta delRey meu senhor, e irmão, que o mandou: e a essa foi elle, como sempre forão todas as pessoas de sua calidade, que acompanharão Princesas deste Reyno e Castella, e de Castella aqui: e a esta conta, e por esse respeito, lhe fez elRey nouas merces e acrescentamento de sua casa, *que* lhe eu tambem ajudei a requerer, e como elle muito bem sabe, pelo que por essa razão lhe não tenho outra nenhũa obrigação; e a que lhe por alguns respeitos podia ter mando que se satisfaça conforme à verba do rol de minhas satisfações.

[23] Porque no meu testamento reservei a satisfação de meus criados, pera que se lhe ordenasse conforme a hum assento que mandei tomar sobre os serviços que se deuião pagar e satisfazer geralmente aos ditos meus criados que me servirão, nos foros e pola maneira no dito assento declarada, tirando os outros meus criados e molheres de minha casa e officiaes della, por querer que tiuessem differente satisfação, conforme aos serviços particulares de cada hum, respeitando o tempo e calidade das pessoas, e dos serviços, trabalho, e continuação delles, e outros respeitos que por mim quis mais particularmente primeiro hem ver e examinar, pelo que mandei fazer hum rol de todos por mim assinado em que lhes nomeey a cada hum por sua satisfação que queria que ouuessem que he o rol a que tambem no dito testamento me reporto; pelo que por esta Cedula e codicillo declaro e mando que se cumpra em todo o dito Rol, e assi tambem o assento geral que mandey tomar pelos officiaes de minha fazenda com o meu confessor, conforme a h~ua Prouisaõ que pera isso passey, que esta acostada ao dito assento, e conforme ao dito Rol, e assento poderaõ tirar, e tirarão todos Padrões, e Prouiso~es necessarias pera suas tenças, pagamentos, e satisfações.

[24] E quero, e mando que em tudo se cumpra o que tenho assentado, e ordenado em meu testamento, e em todas as verbas delle que não for *contra* o que ora nesta Cedula, e Codicillo disponho, e ordeno, declaro ou acrescento, porque tudo o aqui declarado, e acrescentado, mudado ou desposto, quero que se cumpra, e guarde como minha vltima, e derradeira vontade, e parte principal do meu Testamento; e por isto ser assi me assiney neste Codicillo, em Lisboa oje derradeiro dia Dagosto de mil, e quinhentos setenta e sete annos.

#### APPROVACAM

Saybão quantos este estromento de approuação virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor I E S V Christo, de mil e quinhentos, e setenta, e sete, aos dous dias do mes de Setembro, na cidade de Lisboa extramuros, junto do Moesteiro de Santos o nouo, nos Paços da serenissima iffante dona Maria, estando a dita Senhora ahi presente, doente, porem erguida em todo seu perfeito, e inteiro juizo, segundo parecer de mim tabelião, por sua propria mão me foy entregue esta Cedula, e Codicillo, dizendo que era seu Testamento, e Codicillo, e o auia por bom e valioso, e queria que em todo se comprisse como nelle se continha, e mandou que se fizesse dello este estromento de approuação que eu Tabelião fiz ao pè delle, e a dita Senhora assinou por sua mão per ante as testemunhas abaixo assinadas, que a isto foraõ presentes chamadas, conuem a saber, Ioão de Mendonça do concelho del Rey nosso Señor Veador da fazenda, e Casa da dita Senhora, e Fernão da Sylua, e Iorge de Mendonça outro si do concelho do dito Senhor, e Christouão Esteues Dalte, e Sebastião da Fonseca escriuaõ da fazenda da dita Señora, todos criados da dita Senhora que estão em seu serviço. E eu Ioão Rodriguez Iacome tabaliaõ publico de notas por elRey nosso senhor nesta cidade de Lisboa e seus termos, que este estromento de approuação fiz e assignei de meu publico sinal.



## IX — Vestuário

**Documento nº 69:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 195, doc. 96

[Encomenda de vestuário para a Infanta D. Maria aos 21 de Outubro de 1534 em Évora]

*Senhor thesoureiro/*

diz el Rey noso *senhor* que mandes ffazer *per* a Jfante/ dona maria sua Jrmã h~ua cota de trymteu de poo/ *com* seo debrum de ueludo *e* carmesym na Roda he conta *com* h~ua banda de jaqueta carmesym pella mesma Roda/ de largura de h~u couto,

he asy lho manday ffazer/ outra cota de fflorença branca *com* as bandas de/ largura de quatro dedos de çatym branco na Ro/da ho qual he os da ponta sejam duas de dous/ dedos de largo he estas bandas aueram dous de/brum cada h~ua do mesmo cetim he sejam picados/

e asy auera ho mesmo debrum pella Roda *com*/ sua banda de taffeta de largura do couto,/

he asy lhe manday ffazer h~ua esleuba de uelu/do preto *com* as dianteiras he capello fforrado de/ cetym preto de largura de huu palmo, he/ a Roda de h~ua mão trauesa he as maes mangas/ fforradas do mesmo cetym,

he asy lhe manday/ ffazer huu saio alto de trymteu de poo *com*/ as dianteiras fforradas de cetym cremesym de/ largura dum palmo e pella Roda de h~ua mão/ trauesa, he o fforro dos bocaes de largura/ dum palmo do mesmo cetym, *com* suas pestanas/ polos comprimentos das mangas,

he asy lhe manday/ ffazer huu colete de ueludo preto fforrado de/ cetym preto debruado do mesmo ueludo,/

he asy lhe manday ffazer h~uas mangujnhas de/ cetjm amarello todas fforradas de ueludo ama/ relo *com* seis debruns de ueludo apestana/ dos do mesmo cetym *com* pestanas dobradas,/

he asy lhe manday ffazer outras como estas de/ cetym opaco cremesym todas fforradas de/ tafeta *e* da mesma *com*,

he asy lhe manday fazer outras mangujnhas de taffeta/ branco fforradas do mesmo taffeta de quatro tirras/ debruadas de ueludo branco,

he asy lhe manday/ dar huu couto de cetym cremesym pera h~ua esleu/ba dum menjno Hjum, he dous coutos he meo de/ cetym azull pera huu oratorio de sua Alteza,

he asy lhe mandareis fazer h~ua vasqujnha/ de trimteu de poo *com* seu debrum de ueludo/ cremesym pola Roda *com* hua banda de ta/ffeta *por* dentro de largura de h~ua mão tra/uesa, he da parte de ffora duas bamdynhas/ de ueludo cremesym apestanados de cetym/ cremesym pelas Jlharguas he traseira he/ dianteira he Roda,

he asy lhe mandareis dar/ h~ua saja de ueludo cremesym, e outra sa/ia de ueludo uerde pera  
dous parres de/ chapeos he entregareis tudo a dona/ Joana de bras ffe sua camareira mor de/  
que cobrareis conta  
ffeito nesta cidade d euora/ a xxj dias do mes d outubro de j b c xxxiiij/ anos

Joanno

Recebeo Dona Joana de bras ffe camareira mor/ da jffante dona maria todo este mandado  
mostray/ e tudo ssobre ele ffyca em Relaçom ssomente/ o saio de cetym pera o meu  
thesoureiro/ e os dem todos de ueludo pera os/ chapeyos  
portanto ffoy ffecto este/ e anbos asynamos e ao dicto Respeito/  
ffeita com tudo em xxj d outubro de j b c xxx anos/ que o dicto mandado foj ffeyto os quaes  
em noso Respeito deua nomealos/

dona Juana de sebastiam/

blasffete da costa//

he uerdade que faço hy ho conteudo a este/ mandado,/

dona Juana/

de blasfelt//

xxj d outubro/

pera a Jfamte dona maria Jrmãa/ de Sua alteza/

**Documento nº 70:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 197, doc 4

[Encomenda de vestuário para a Infanta D. Maria no ano de 1535 (2 de Janeiro) em Évora]

Mandado por que El Rey ordena se/ de à Infante D. Maria o vestido declarado no dicto  
Mandado/

Aos 2 de Janeyro de 1535//

Senhor thezoureiro/

diz el Rey noso senhor que mandes dar a Jfamte dona/ maria sua Jrmãa huu abeto dos que  
am despadas/ cardado sem molhar somente seja borjfado/ e seja entregue a dona Joana de  
bras/ fe sua camareyra mor de que receberas/ tudo

feyto nesta cidade d euora a dous/ de Janeyro de 1535/

Joanno/

Recebeo dona Joana de blas ffee/ de manoell uelho tysoureiro/ auendo y tendo neste  
mandado/ e Jnscreuello

ffeyta em Respeito e asy no mes aquj em dous dias/ de Janeiro de mjll b c xxxb/

dona Juana sebastiam/

de blas felt da costa//

receby o conteudo em este mandado/ atras feyto, y por ser uerdade he firme do meu nome/  
dona Juana/  
de blasfelt//

**Documento nº 71:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 197, doc 124

[Encomenda de roupa de casa para a Infanta D. Maria no ano de 1535 (6 de Fevereiro) em Évora]

Mandado para o thezoureiro mandar/ fazer para a Infante D. Maria a Roupa/ Contheuda no dicto Mandado/

A 6 de Feuereiro de 1535//

senhor thesoureiro/

dis el Rey noso senhor que mandes fazer pera a Jfamte dona/ maria sua Jrmãa seis llamçois d ollanda de tres/ panos cada h~u e de tres varas e tera cada pano de/ comprido

e asy lhe mandares fazer oyto ffronhas/ d allmofadas d ollanda pera a cama e seys toalhas/ de uerso de duas varas e mea cada h~ua e oyto toalhas/ d ollanda de cobrir pão de vara e mea cada h~ua

e asy/ lhe mandares fazer outras oyto toalhas de peito de vara/ e mea cada h~ua partidas pello festo e seis toalhas/ de mãos de vara cada h~ua e quatro toalhas d açaffata/ de vara cada h~ua e outras duas toalhas de vara cada/ h~ua pera pão e quatro duzias de guardanapos d ollnda/ de mea vara cada huu partidos pello festo e qua/tro varas de Ruão grosso pera panos de prata e h~ua/ duzia e mea de camisas d ollanda fina .s. h~ua duzia/ pera de dya e mea duzia pera de noute e tambem tres/ duzias de llenços de narizes e seis coiffas pera de/ noute e h~u penteador e asy quatro varas de/ llam da fina pera tramçados e tres varas do cadyelho/ pera os tyares e ollanda pera duas mantilhas pera/ de baixo e pera duas faixas e tambem quatro varas/ d ollamda grossa pera ho Resgardo e duas toalhas/ da mesma ollamda de uara e mea cada h~ua e outras/ duas toalhas de uara cada h~ua pera o Resgardo/

e asy lhe mandares fazer h~ua allua pera h~ua ves/tuaria e h~u couado de sollia grossa pera allym/par a Roupa duas escouas guarnecydas d ouro/ e enuiars tudo de dona Joana bras ffe camareyra mor de sua al/teza

ffeyto nesta cydade d euora a bj de/ ffeuereiro de 1535/

Joanno

reçeby o conteudo em este mandado atras/ escripto, y por ser uerdade he firme de meu nome/

dona Juana/

de blasffelt/

dona Juana	sebastiam/
de blas ffelt	da costa//





dona Juana/  
de blasfelt//

**Documento nº 76:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 203, doc 56

[Encomenda de vestuário para a Infanta D. Maria no ano de 1535 (26 de Agosto) em Évora]

Mandado para o thesoureiro d/ El Rey mandar fazer para a Infante/ D. Maria a vestimenta nelle conteuda/

A 26 de Agosto de 1535//

senhor thesoureiro/

diz el Rey noso senhor que mandes fazer pera a Jfante dona/ maria sua Jrmãa h~ua cota de Ruão de selo Amarelo/ com tres bandas e huu debrum de ueludo amarelo e/ as bandas todas e biliscos e com pestanas dobra/ das de cetym Amarelo picados E na Roda da parte/ de demtro h~ua bamda do mesmo cetym de largura de huu/ couto e o cos forado de tafeta

E asy lhe/ mandares fazer outra cota de liujsto com h~ua banda/ de ueludo preto da largura de h~ua sesma e dous/ debruns do mesmo ueludo e tudo apestanado de/ cetym preto de pestanas douradas e picadas/ e a Roda da parte de demtro h~ua bamda do mesmo cetym/ da largura de hum couto e o cos forado de tafeta/

E asy lhe mandares fazer outra cota de chamalote/ azull uym com duas bandas e tres debruns de ueludo/ da mesma cor com pestanas dobradas de cetym e py/cadas e por a Roda da parte de demtro h~ua bamda do/ dicto cetym da largura de huu couto e a ponta/ E cos forrado de tafeta

E asy lhe man/dares fazer tres corpinhos de cetym das mesmas cores/ das outras com h~uas pontas pregadas, e com dous/ debruns do mesmo cetym e eles forados de tafeta/

E asy lhe mandares fazer h~uas mangas de cetym/ da cor que sua alteza quiser de quatro tiras E por/ cima delas outras tiras feytas em lantijoulas e debru/adas de ueludo da mesma cor pellas aberturas e pesta/nas do mesmo cetym por baixo dos debruns E/ outras mangas de cetym doutra coor com a mesma/ abertura nas traues das mangas

E asy lhe mandares fazer h~ua esleuba de tafeta preto/ com o capelo E mangas foradas do mesmo/ tafeta e toda debruada de ueludo e os/ mogequins abertos por seys lugares Auies/das meyas mangas por tres e todas as aberturas debruadas do mesmo ueludo

E asy lhe/ mandares dar tafeta preto pera forrar has man/gas de h~ua saia que esta na sua guarda roupa e lo/ asym pera se forar todas

E asy lhe mandares fa/zer duas arcas emcouradas de couro preto contudo/ de duas em carga forradas de lemanço com suas fytas/ E outra arca mais pequena da mesma maneira/ pera os ornamentos da capela E h~ua caixinha/ pera huu priuado





E asy lhe/ mandares fazer huu sainho baixo de ueludo/ Roxo com as mangas de ponta e as dictas/ mangas serão forradas de cetym branco E o arpo/ forrado de tafeta com sua barinha do dicto cetym/ por dentro de dous dedos

E asy lhe manda/res fazer outro sainho de cetym preto de/ mangas pregadas em cima e em baixo com dous/ debruns de ueludo preto e forrado todo de tafeta

E asy lhe mandares fazer h~ua faixa de cetym/ Roxo

E asy lhe mandares dar seys couados/ de bocasym Amarelo pera o altar o qual tudo/ entregares a dona Joana de bras fee sua cama/ reira mor de que cobrares conto

feito em euora/ a quatro dias d outubro de j b c xxxb/

Joanno/

ho fforo da saja de uelludo/ preto que uay neste man/ dado que seja de cetym/ amarello seia do cetym/ encarnado e lanço asym/

Joanno//

reçeby ho conteudo neste mandado/ he por ser uerdade o firme de/ my nombre oje a xxiiij de nouembro/ de j d xxxb anos/

dona Juana/

de blasfelt/

Recebeo dona Joana de bras ffee ca/mareira mor da Jffamte dona/ maria, de manoell uelho tysoureiro/ todo o comteudo neste mandado/ atras e todo ssobre o lo copyar/

pera com Respeito por tanto/ ffoy ffeito tudo em que asy/ nej em ela a iiij dias d outubro/ de mjll b c xxxb/

dona Juana

sebastiam/

de blasfelt

da costa//

ho foro da saya a de ser/ de cetym emcarnado cramysym<sup>300</sup>//

**Documento nº 78:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 204, doc 57

[Pagamento de vestuário da Infanta D. Maria no ano de 1535 (6 de Outubro) em Évora]

Provizão para Manoel Uelho pagar a/ Fernando Rodrigues serigueiro da Jn/fanta D. Maria - 1440 reaes de h~ua uestia/ria sua/

Asinada pelo Conde de Portalegre Mordo/mo mor/

A 6 de Outubro de 1535//

Dom João per graça de deos Rey de portugall/ dos allguarues d aquem e d alem mar/ em afriqua senhor de guyne etc mandares/ manoell uelho thesoureiro do meu tesouro/ que

---

<sup>300</sup> Riscado “huma sainha de ueludo Roxo”.

pagueis a fernão Rodriguez syrgeiro/ da Jffamte dona maria mynha muito amada/ e prezada  
Jrmã mill quatrocentos co/remta reaes que lhe mando dar e este presen/te ano de mym ad  
auer de sua uestyaria/ ordenade e uos fazey lhe lum pa/guamento e per este e seruiço os  
serão/ tidos em comta el Rey o mandou pello/ conde de portalegre mordomo mor/ de sua  
casa francisco nunez a fez em euora/ a bj d outubro de j b c xxxb/

d antonio de miranda/

Recebeo ffernaão Rodriguez do tysoreyro manuell uelho/ os dictos mill quatrocentos  
quarenta Reaes/ mandaria em euora biiij d abril/ de 1536/

fernã

antonio/

rodrigues/

asi a de

da Antonio de miranda/

j iiij c R reaes no thesouro a fernão Rodriguez serigueiro da Jfamte/ dona maria de sua  
uestuaria ordenada deste ano de/ j b c xxxbj//

**Documento nº 79:** ANTT — *Corpo Cronológico*, P. II, maço 204, doc 104

[Encomenda de vestuário para a Infanta D. Maria no ano de 1535 (16 de Outubro) em  
Évora]

Ordem para o thezoureiro Manuel uelho mandar fazer para a Infante/ D. Maria h~u uestido  
na forma no dicto declarada/

Aos 16 de Outubro de 1535//

Senhor thesoureiro/

diz el Rey noso senhor que mandes fazer pera a Jfamte/ dona maria sua Jrmã h~u saio alto d  
arbym/ d espadas frisado debruado de ueludo preto/ pellas diamteiras e Roda E cabeçam e  
custuras/ das mangas e emcontros e bocaes E as man/gas debruaadas com huus bocaes de  
cetym/ preto e o quall entregares a dona Joana/ de bras fee sua camareira mor do que  
cobrares/ conhecimento

feyto em euora a xbj dias de/ outubro de mjl e quinhentos e trinta cymquo anos/

Joanno/

Recebeo dona Joana de bras fee/ camareira mor da Jffamte/ dona maria de manuell uelho/  
tysoureiro o sayo conteudo neste mandado e Ja ssobre ella ffyca/ em registo por tanto  
ffeyto neste/ conto no que eu asyney com ela/ a xbj dias d outubro de j b c xxxb/

dona Juana

sebastiam/

de blasfelt

da costa//

receby o conteudo neste mandado/ oje a xbiiij de nouembro de j d xxxb/





diz el Rei nosso *senhor* que mandes fazer *pera* a Jfamte/ dona *maria* sua Jrmã h~uas  
manguas de taffetaa/ preto ffoRadas de uelludo *com* seus abanos nos/ boquais pregados e  
asy lhe mandes dar tres/ couados de paris allyonado timto de touquar/ e Jsto se Ua entregar a  
dona Juana de bras/ffe camareira moor de sua allteza de/ *que* cobrares seu *conhecimento* em  
euora a xx biiij de *dezembro*/ de 1535/

Recebeo dona Joana de bras ffe de ma/nuell uelho o conteudo neste mandado/ e as mangas  
ffycam em Registo/ por tanto ffoy ffecto este *conhecimento* que/ ambos asynamos em xxbiij  
dias/ de dezembro de j b c xxxb/

de blasfelt//

[Encomenda de vestuário para a Infanta D. Maria no ano de 1536 (22 de Janeiro) em Évora]

Aos 22 de Janeyro de 1536//

diz el Rei noso *senhor* que mandes fazer *per* a Jfante dona/ *maria* sua Jrmã h~ua cota de trimteu de poo com huu debrum/ de uelludo cramesym *pella* Roda e ponta com hua bamda/ de çatim cramesym de llargura de huu couto *pella* Roda/ da parte de demtro e o cos foRado de tafeta,, e huu Roupão da dicta trimteu de poo com as mangas todas/ foRadadas de catim cramesym e pelas dianteiras e capello/ da llargura de huu pallmo e a Roda de h~ua mão trauesa/ do dicto catim cramesym e *pella* Roda e dianteiras e bocas/ e capello e mangas todo debruado de uelludo cramesym/ com pestanas dobradas do dicto catim picadas, e asy lhe/ mandares fazer h~ua uasquinha da dicta trimteu de po/ com duas bandas de catim cramesym da llargura de tres/ dedos sometidos com dous debruns do dycto catim por çima/ de cada bamda .s. pelas Jlhargas e diamteiras e tra/seira e Roda e da parte de demtro *pella* Roda h~ua banda/ o dicto cetim de llargura de h~ua mão trauesa e o cos ffo/Rado de taffeta, e h~ua mantilha de cobrir do mesmo trjn/teu de poo com h~ua bamda de çatim cramesym por demtro/ da llargura de quatro dedos sometida e por ffora/ huu debrum de uelludo

e asy lhe mandares ffazer/ huu pano de damasco uerde de tres panos de llarguraa/ do dicto damasco e de tres couados de comprido cada pano/ foRado de Ruão de sello uerde com sua bamda da llargura/ de quatro dedos, e debruado de uelludo uerde pella mesma/ bamda, e este pano he pera quamdo sua allteza estuda/ e quatro couados de llouadres uerde pera a nosa em que/ allimpão hos uestidos de sua allteza, e dous corpinhos/ huu de çetim cramesym e outro de çatim amarello ffoRados/ de tafeta debruados a dous debroins do dycto catim, e huns chapeus de uelludo Roxo foRado de catim Roxo

e dous debruns do dicto catim *pera* cada corte que são hoito de/ broins/ e nas meias mangas ho mesmo, e as mangas/ abertas *pellos* comprimentos e um com tres e Reigados/ e debruadas do dycto catim *com* suas alljetas ffoRadas/ e asy ho corpo por traseira e dianteira de couados/ *com* dous debroins e foRado do mesmo catim e na Roda/ dous couados *com* çimco debrons do dicto catim e por/ de demtro h~ua banda da llargura de huu couto e/ ate dos debrons picados, e h~uas manguinhas *pera/* de baixo do tafeta,

e asy/ lhe mandares fazer huu sombreiro foRado por den/ tro de çatim preto e por ffora de uelludo *com* suaa/ guarnição de Retros,

e asy lhe mandares dar/ çinco sesmas de catim allionado *pera* h~ua coiffa/ e *pera* foRo de  
h~ua marta j tudo seja entre/gue a dona Joana de bras ffee *camareira* mor de/ sua allteza de  
que cobrares seo *conhecimento* em euora a xxij/ de Janeiro de 1536/

Recebeo dona Joana de blas ffe de manuell/ uelho todo o conteudo meste *mandado* atras/ e  
 todo sobre elo ffyca *em Registo somente/* a seda das allmoffadinhas e da coiffa/ por tanto  
 ffoy ffecto neste conto *em* que ambos asy/ namos *em* xxij dias Janeiro de j b c xxxbj/

reçebys o conteúdo neste mandado/

199

[Encomenda de roupa de casa para a Infanta D. Maria no ano de 1536 [22 de Janeiro] em Évora]

Mandado para o thezoureiro mandar fazer para a Infante D. Maria o que/ nelle declara/  
A 22 de Janeyro de 1536//

*Senhor thesoureiro/*

diz el Rei noso *senhor* que mandes fazer *pera* ha Jfamte dona/ maria sua Jrmã seis llemçóis d ollanda *pera* ha cama de tres/ panos cada huu e de tres varas e terça cada pano de cor uerde/ e oito ffronhas d allmoffadas d ollanda *pera* a cama, e seis/ thoalhas de mesa de duas uaras e duas terças cada h~ua/

e asy lhe mandares fazer houtras oito toalhas de peyto/ de uara e mea cada h~ua partidas *pello* fffesto, e seis tho/alhas de mãos de uara cada h~ua e quatro toalhas d açá/ffata de uara cada h~ua e quatro duzias de gardanapos/ d ollanda de mea uara cada huu partidos *pello* fffesto e/ quatro uaras de Ruão groso *pera* panos de prata e h~ua/ duzia e mea de camisas d ollanda fina .s. h~ua duzia/ *pera* de dia e mea *pera* de noute,

e asy lhe mandares ffazer/ tres duzias de llenços *pera* hos narizes e huu pen/teador, e quatro uaras d ollamdilha fffina *pera* traçados/ e outras quatro uaras d ollanda muito fffina *pera* gro/Jais,

e mandar lhes dar hollanda *pera* duas mantilhas/ *pera* debaixo *pera* duas ffaixas e quatro uaras d ollam/da grossa *pera* ho Retreite e duas toalhas da mesma ho/llanda de uara e mea cada h~ua e outras duas de uara/ cada h~ua *pera* ho mesmo Retreyte e outras duas toalhas/ de uara cada h~ua *pera* trazer pão e dous panos *pera*/ quamdo llaua a cabeça d ollamda de dous panos de llargo/ cada huu de duas uaras de comprido cada pano, e h~ua uara/ d ollanda *pera* ffazer duas toalhinhos *pera* ho alltar honde/ dize a missa,

E asy lhe mandares ffazer huu all/ moffreixe com suas çilhas *pera* a cama, e h~ua alua/ com seu amito d ollanda grossa, e tudo seja entregue/ a dona Juana de bras ffe camareira mor de sua allteza/ de que cobrares seu conto em euora a xxij de Janeiro de/ 1536/

Joanno/

E asy lhes manday fazer dez/ toalhas d ollanda grossa/ *pera* ser oyto delas de uara e as/ dictas de uara mea/ nom uall ysto//

reçeby ho conteudo neste mandado, y por ser uerdade firme de my nombre,  
dona Juana/  
de blasfelt/

*Recebeo* dona Joana de blas ffe de ma/noell uelho tudo conteudo neste/ mandado atras e  
todo sso/bre elo ffyca *em Registo* por/tanto ffoy ffecto este conto em/ que ambos asynamos/  
em xxij dias de Janeiro de j b c xxxbj/

dona Juana	sebastiam/
de blasfelt	da costa//